



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

LEI N.º 1.553 / 2.016

DE 29 DE JUNHO DE 2016

“DISPÕE SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) E O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PMGIRS)”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PINHALZINHO aprovou, e eu ALEXANDRE MARCEL FRANCO, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do município de Pinhalzinho, conforme anexos a presente lei e que dela fica fazendo parte integrante.

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º - A Política Pública Municipal de Saneamento Básico (PPMSB) será implementada de acordo com os pressupostos estabelecidos na Lei Orgânica Municipal de Pinhalzinho-SP e, ainda, nas diretrizes definidas na Lei Federal 11.445/2007.

SEÇÃO II

DOS CONCEITOS

Art. 3º - Para efeito desta lei considera-se:

- I. Saneamento Básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

Abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

Esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de macro e microdrenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

Saneamento ambiental: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas – saneamento básico – e demais ações de controle da saúde ambiental e de vetores, reservatórios e hospedeiros de doenças transmissíveis, por intermédio de ações, obras e serviços específicos de engenharia;

Vetores de doenças transmissíveis: São seres vivos, geralmente artrópodes, que veiculam o agente infeccioso desde o reservatório até o hospedeiro potencial;

Reservatórios de doenças transmissíveis: É o ser humano ou animal, artrópode, planta, solo ou matéria inanimada (ou uma combinação desses), em que um agente infeccioso normalmente vive e se multiplica em condições de dependência primordial, para a sobrevivência, e no qual se reproduz de modo a poder ser transmitido a um hospedeiro suscetível;

Hospedeiros de doenças transmissíveis: O homem ou outro animal vivo, inclusive aves e artrópodes, que ofereça, em condições naturais, subsistência ou alojamento a um agente infeccioso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

Saúde ambiental - conjunto de ações e serviços que proporcionam o conhecimento e a detecção de fatores do meio ambiente que interferem na saúde humana, com o objetivo de prevenir e controlar os fatores de risco de doenças e de outros agravos à saúde, decorrentes do ambiente e das atividades produtivas;

Padrão adequado de higiene e conforto estabelecido pela quantidade suficiente de água potável: equivale ao consumo mínimo per capita a ser estabelecido por estudo técnico específico ou estabelecidos pelos órgãos competentes, que levem em conta as características socioeconômicas e culturais da população;

Padrão de potabilidade: padrão estabelecido para a água de consumo humano cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade estabelecidos pelas autoridades competentes e que não ofereça riscos a saúde.

Recursos hídricos: são as águas superficiais e subterrâneas disponíveis para qualquer tipo de uso dentro da área de abrangência do município de Pinhalzinho-SP

Macrodrenagem: é o escoamento topograficamente bem definido nos fundos de vale, mesmo naqueles em que não haja um curso d'água perene;

Microdrenagem: destina-se ao escoamento das águas pluviais nas áreas de ocupação urbana, conectando-se à rede de macrodrenagem ou diretamente, quando for o caso, aos corpos hídricos receptores;

Corpos hídricos receptores: conjunto de regatos, lagoas, córregos, ribeirões e rios que compõem as bacias hidrográficas do Município;

Salubridade ambiental: estado de qualidade capaz de prevenir a ocorrência de doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado;

Coleta seletiva: coleta entendida como a coleta separada dos resíduos orgânicos e inorgânicos, que pode ser complementada pela coleta multiseletiva, compreendida como a coleta efetuada por diferentes tipologias de resíduos sólidos, ações que integram a coleta diferenciada de resíduos sólidos no Município.

Resíduos de serviços de saúde (RSS): são resíduos gerados em todos os serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para saúde;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos, importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de tatuagem, dentre outros similares;

Resíduo hospitalar: RSS gerados em estabelecimentos hospitalares;

Logística reversa: Instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

Gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

Universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico, diretamente nas áreas urbanas e localidades de pequeno porte e por intermédio de políticas e programas especiais para a população residente domicílios dispersos na área rural;

Zona urbana: região interna aos perímetros urbanos da cidade – localidade onde está situada a prefeitura municipal – e as vilas – sede de distrito –, estabelecidos por leis municipais, como definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

Localidade de pequeno porte: aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pelo IBGE.

Zona rural: região externa aos perímetros urbanos da cidade – localidade onde está situada a prefeitura municipal – e as vilas – sede de distrito –, estabelecidas por leis municipais e de acordo com definição do IBGE;

Integralidade: compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, incluindo ações intersetoriais – como as políticas públicas de saúde, meio ambiente recursos hídricos e ordenamento urbano – e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

políticas públicas transversais – como políticas públicas de educação, cultura, assistência social, esporte e lazer – propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

Equidade: entendida como a igualdade no atendimento sem privilégios ou preconceitos, considerando que política pública de saneamento básico deve disponibilizar recursos e serviços de forma justa, de acordo com as necessidades de cada um;

Subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

Controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

Controle público: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem aos órgãos de controle público as participações nas auditorias, nas avaliações, nas fiscalizações e na aprovação das contas e dos processos relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

Regulação: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam a fiscalização e o cumprimento das normas técnicas, jurídicas, econômicas, financeiras e de direito do consumidor relativas à qualidade, quantidade e regularidade dos serviços prestados aos usuários, considerando as especificidades dos diferentes prestadores envolvidos na implementação das políticas públicas de saneamento básico;

Monitoramento e avaliação: conjunto de mecanismos de gestão que permitam o conhecimento da viabilidade de programas e projetos, bem como a verificação das metas quantitativas e qualitativas pré-estabelecidas, objetivando, se necessário, o redirecionamento de seus objetivos ou a reformulação de suas propostas e atividades, subsidiando a tomada de decisão na política pública municipal de saneamento básico;

Indicadores: são em geral medidas quantitativas, dados numéricos ou estatísticos, usadas para substituir, qualificar ou operacionalizar um conceito abstrato, de interesse teórico ou dos programáticos – programas e políticas públicas, que serão utilizados como



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

instrumentos de gestão, nas atividades de monitoramento e avaliação de projetos e programas da política pública municipal de saneamento básico;

Perfil epidemiológico: conjunto de medidas quantitativas, dados e estatísticas, que representam o perfil dos óbitos (mortalidade), das doenças (morbidade) e dos agravos específicos em uma população no período pré-estabelecido;

Ações de curto prazo: ações com tempo de implantação previsto para o período compreendido entre um e quatro, variando de acordo com o Plano Plurianual do Município;

Ações de médio prazo: ações com tempo de implantação previsto para o período compreendido entre cinco e oito;

Ações de longo prazo: ações com tempo de implantação previsto para o período compreendido nove e vinte anos.

SEÇÃO III

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 4º - A Política Pública Municipal de Saneamento Básico (PPMSB) orientar-se-á pelos seguintes princípios:

- I. A política de saneamento deverá compreender programas que tratem de:
 - Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário;
 - Coleta e Destinação Final dos Resíduos Sólidos Urbanos;
 - Drenagem Urbana.
 - Prevalência do interesse público;
 - Universalização do acesso;
 - Integralidade das ações;
 - Equidade para o atendimento diferenciado onde necessário;
 - Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

Disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

Eficiência e sustentabilidade econômica;

Utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

Transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

Controle social;

Segurança, qualidade e regularidade;

Integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

SEÇÃO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 5º - A Política Pública Municipal de Saneamento Básico (PPMSB) orientar-se-á pelas seguintes diretrizes gerais:

Articulação intersetorial com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de proteção ambiental, de recursos hídricos e de promoção da saúde;

Articulação com as políticas de combate à pobreza e de sua erradicação e outras políticas de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

Articulação com as políticas transversais de educação, cultura, esporte e lazer de forma a maximizar a eficácia das ações e resultados inerentes à política pública municipal de saneamento básico;

Articulação integrada e cooperativa com todos os órgãos públicos municipais;

Articulação integrada e cooperativa com os demais órgãos públicos estaduais e federais de saneamento básico;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

Adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, incluindo a organização social e as demandas socioeconômicas da população;

A destinação de recursos financeiros administrados pelo Município far-se-á segundo critérios de melhoria da saúde pública e do meio ambiente, de maximização da relação benefício/custo e da potencialização do aproveitamento das instalações existentes, bem como do desenvolvimento da capacidade técnica, gerencial e financeira das instituições contempladas;

A prestação dos serviços públicos de saneamento básico será orientada pela busca permanente da máxima produtividade e da melhoria da qualidade;

Na prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão ser garantidas as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo:

O sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;

A sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;

A política de subsídios;

A prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverá priorizar e valorizar o planejamento e decisão sobre medidas preventivas que minimizem o crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando contribuir com os problemas de escassez de recursos hídricos, congestionamento físico, dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição, enchentes, destruição de áreas verdes, assoreamento de cursos d'água e outras consequências danosas ao meio ambiente e a saúde pública.

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) serão os principais instrumentos de planejamento da Política Pública Municipal de Saneamento Básico (PPMSB).

SEÇÃO V

DOS ASPECTOS TÉCNICOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

Art. 6º - A Política Pública Municipal de Saneamento Básico (PPMSB) orientar-se-á pelos seguintes aspectos técnicos:

A prestação dos serviços atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais;

O serviço de abastecimento de água de Pinhalzinho deverá atender aos parâmetros mínimos para a potabilidade da água definidos pela União;

O serviço de esgotamento sanitário de Pinhalzinho deverá promover estudos que permitam obter junto aos órgãos competentes o licenciamento Básico das unidades de tratamento de esgotos sanitários e de efluentes gerados nos processos de tratamento de água, que considerará etapas de eficiência, a fim de alcançar progressivamente os padrões estabelecidos pela legislação básica, em função da capacidade de pagamento dos usuários;

Ressalvadas as disposições em contrário das normas estabelecidas pelo Município, pela entidade de regulação e pelo órgão de meio ambiente, toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das taxas, tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços;

A ausência de redes públicas de saneamento básico será admitida soluções individuais de abastecimento de água e de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas de saneamento básico, sanitária e de recursos hídricos;

A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes;

Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico;

A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da legislação vigente, de seus regulamentos e das legislações estaduais;

Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador;

O serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos de Pinhalzinho é composto pelas seguintes atividades:

De coleta, transbordo e transporte dos resíduos que compreendem o conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

De triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos doméstico e dos resíduos originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

De varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

O serviço público de drenagem urbana e manejo de águas pluviais de Pinhalzinho é composto pelas seguintes atividades:

De manutenção preventiva das redes coletoras;

De mitigação contra inundações e controle das enchentes;

De disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

SEÇÃO VI

DOS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 7º - A Política Pública Municipal de Saneamento Básico (PPMSB) orientar-se-á pelos seguintes aspectos econômicos e sociais:

Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

De abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de taxas, tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

De limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

A instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observarão as seguintes diretrizes:

Prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

Ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

Geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

Inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

Recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

Remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

Estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

Incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

A estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

Categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

Padrões de uso ou de qualidade requeridos;

Quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

Custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

Ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos; e.

Capacidade de pagamento dos consumidores.

Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda serão dependendo das características dos beneficiários e da origem dos recursos:

Diretos, quando destinados a usuários determinados, ou indiretos, quando destinados ao prestador dos serviços;

Tarifários, quando integrarem a estrutura tarifária, ou fiscais, quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

Internos a cada titular ou entre localidades, nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar:

O nível de renda da população da área atendida;

As características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;

Rua Cruzeiro do Sul, 225 - CEP: 12.995-000 - Pinhalzinho - São Paulo
PABX (11) 4018-4310



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

A estimativa de peso ou de volume médio coletado por habitante ou por domicílio.

Os reajustes de taxas e tarifas de serviços públicos de saneamento básico serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

As revisões de taxas e tarifas compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

Periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

Extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelas respectivas entidades reguladoras, ouvidos os titulares, os usuários e os prestadores dos serviços;

Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços;

Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor;

A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da legislação vigente;

As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões ser tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação;

Fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer ao modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados.

Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

Situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

Necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

Negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

Manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário;

Inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários:

Suspensão dos serviços nos casos de negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida e de inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão;

A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas;

Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

Art. 8º - A Política Pública Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (PPMSB) contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (SMSB).

Art. 9º - O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas, e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 10º - O Sistema Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho é composto dos seguintes instrumentos:

- I - Plano Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (PMSB);
- II - Conferência Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (CMSB);
- III - Conselho Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (COMUSB);

SEÇÃO II

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 11 - O Plano Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (PMSB) e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) serão compostos por planos setoriais específicos de cada uma das políticas públicas que irão compor o Sistema Municipal de Saneamento Básico (SMSB), devendo englobar integralmente o território do município – zonas urbanas e rurais – e observará os pressupostos definidos nesta lei e abrangerá, no mínimo:

Diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

Objetivos e metas imediatas ou emergenciais, curto, médio e longos prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

Ações para emergências e contingências;

Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

§ 1º consolidação e compatibilização dos planos específicos de cada uma das políticas setoriais serão efetuadas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

§ 2º Os planos de saneamento básico deverão ser compatíveis com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos.

§ 3º Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

§ 4º Será assegurada ampla divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentem, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas.

§ 5º Incumbe à entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços a verificação do cumprimento dos planos de saneamento por parte dos prestadores de serviços, na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais.

SEÇÃO III

DO CONTROLE PÚBLICO.

Art. 12 - O controle público da Política Pública Municipal de Saneamento Básico (PPMSB) será exercido pelos órgãos de controle externos aos serviços de saneamento básico formalizados pelas legislações fiscais e de controle público, bem como por órgãos de controle interno criado para o serviço de saneamento básico do Município.

SEÇÃO IV

O CONTROLE SOCIAL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

Art. 13 - O controle social será efetivado pela criação de dois colegiados participativos: a Conferência Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Pinhalzinho e o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (COMUSB).

Parágrafo único. Os colegiados participativos, da política pública municipal de saneamento básico, deverão propor e institucionalizar mecanismos de interação com os demais conselhos existentes no Município criados para o controle das políticas intersetoriais e transversais à política pública de saneamento básico.

SEÇÃO V

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 14 - Fica criada a Conferência Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (CMUB), que se realizará de quatro em quatro anos, ou excepcionalmente, quando o Gestor Municipal da Política Pública Municipal de Saneamento Básico (PPMSB) e o Conselho Municipal de Saneamento Básico (COMUSB) assim decidirem em consenso.

§ 1º A CMSB será formalmente convocada pelo Poder Executivo Municipal, sendo, no entanto, necessário ouvir o COMUSB para convocações extraordinárias.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (CMUB) será precedida de pré-conferências, que deverão abranger todo o território municipal, objetivando ampliar o debate e colher um número maior de subsídios para a Conferência Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (CMUB).

§ 3º Participa da Conferência Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (CMUB) representantes dos diversos segmentos sociais do Município – usuários dos sistemas de saneamento básico, gestores e trabalhadores dos órgãos de saneamento básico do Município.

§ 4º A representação dos usuários na Conferência Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (CMUB) será paritária em relação ao conjunto dos demais participantes, sendo que o equilíbrio entre gestores e trabalhadores também deve ser buscado.

§ 5º A Conferência Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (CMUB) terá como objetivo avaliar a situação do saneamento básico do Município, além de propor e aprovar diretrizes para a Política Pública Municipal de Saneamento Básico (PPMSB).

Rua Cruzeiro do Sul, 225 - CEP: 12.995-000 - Pinhalzinho - São Paulo
PABX (11) 4018-4310



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

§ 6º A Conferência Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (CMUB) terá sua organização e normas de funcionamento definido em regimento próprio, aprovado pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (COMUSB) e submetida à respectiva conferência.

SEÇÃO VI

CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 15 - Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (COMUSB) órgão colegiado de caráter deliberativo, fiscalizador de nível estratégico superior do Sistema Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (SMSB).

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (COMUSB) será composto de forma paritária, por representantes do poder público municipal de Pinhalzinho e por representantes da sociedade civil organizada como segue:

Poder público municipal de Pinhalzinho:

- 1 representante da Procuradoria Geral;
- 1 representante do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente;
- 1 representante do Departamento de Obras e Serviços Públicos;
- 1 representante do Gabinete do Prefeito;
- 1 representante do Departamento de Saúde;
- 1 representante da SABESP;
- 1 representante da Defesa Civil do Município de Pinhalzinho.

Sociedade Civil Organizada:

- 2 representantes de associação de classe;
- 1 representante da associação de bairros (área urbana);
- 2 representantes de sindicatos;
- 1 representante de associação de grandes consumidores de água;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

- 1 representante de organização não governamental (ONG) ligada à área ambiental ou de saneamento básico.

Art. 16 - Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (COMUSB):

Formular as políticas de saneamento básico, definir estratégias e prioridades, acompanhar e avaliar sua implementação;

Discutir e propor mudanças na proposta do projeto de lei do Plano Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (PMSB) e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), bem como nos projetos de lei dos planos plurianuais e das leis de diretrizes orçamentárias municipais.

Publicar o relatório contendo a situação da salubridade da população de Pinhalzinho relacionada às doenças evitáveis pela falta ou pela inadequação das ações de saneamento no Município.

Deliberar sobre propostas de projeto de lei e programas sobre saneamento básico.

Fiscalizar e controlar a execução da Política Pública Municipal de Saneamento Básico, observando o fiel cumprimento de seus princípios e objetivos.

Decidir sobre propostas de alteração da Política Municipal de Saneamento Básico.

Atuar no sentido da viabilização de recursos destinados aos planos, programas e projetos de Saneamento Básico.

Articular-se com outros conselhos existentes no País, nos Municípios e no Estado com vistas à implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Estabelecer as metas relativas à cobertura de abastecimento de água, de cobertura dos serviços de esgotamento sanitário, índice e níveis de tratamento de esgotos, perdas em sistema de água, qualidade da água distribuída referente aos aspectos físicos, químicos e bacteriológicos, e de regularidade do abastecimento, bem como estabelecer indicadores de desempenho para a gestão dos resíduos sólidos e da drenagem urbana.

Propor a estrutura da comissão organizadora da Conferência Municipal de Saneamento Básico;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

Examinar propostas e denúncias e responder a consultas sobre assuntos pertinentes a ações e serviços de saneamento;

Exercer as atividades de regulação até que seja criado um ente regulador regional;

Elaborar e aprovar o seu regimento interno;

SEÇÃO VII

DA REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 17 - O exercício da função de regulação atenderá aos seguintes princípios:

Independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora;

Transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

Art. 18 - São objetivos da regulação:

Estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

Garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

Prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;

Definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 19 - A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

Padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

Requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

As metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

Regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

Medição, faturamento e cobrança de serviços;

Monitoramento dos custos;

Avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

Plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

Subsídios tarifários e não tarifários;

Padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

Medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;

§ 1º A regulação de serviços públicos de saneamento básico poderá ser delegada pelos titulares a qualquer entidade reguladora constituída dentro dos limites do respectivo Estado, explicitando, no ato de delegação da regulação, a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.

§ 2º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 3º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 20 - Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, os titulares poderão adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação ou da prestação regionalizada dos serviços.

Art. 21 - Os prestadores de serviços públicos de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessários para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 22 - Deverá ser assegurada publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no caput deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 2º A publicidade a que se refere o caput deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de sítio mantido na rede mundial de computadores - internet.

Art. 23 - É assegurado aos usuários de serviços públicos de saneamento básico, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais:

Amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;

Prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

Acesso a manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pela respectiva entidade de regulação;

Acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO

CNPJ: 45.623.600/0001-44

Art. 25 - O Conselho Municipal de Saneamento Básico deverá ser instalado pelo Executivo Municipal no prazo máximo de 180 dias a partir da promulgação desta lei.

Art. 26 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário em especial a Lei Nº 1.244/2010 de 01/10/2010.

Pinhalzinho, 29 de Junho de 2016.

Alexandre Marcel Franco

Prefeito Municipal

Publicado por afixação na sede da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho na data de 29/06/2016

RECEBEMOS
em 29/06/2016



Prefeitura Municipal de
PINHALZINHO



RELATÓRIO 07

RELATÓRIO SÍNTESE DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO-SP

CONTRATO Nº 26/2013

Pinhalzinho, 23 de março de 2015.

Empreendimento realizado com recursos da Cobrança PCJ



**Plano Municipal de Saneamento Básico e
Plano Municipal de Gestão Integrada de
Resíduos Sólidos do Município de
Pinhalzinho-SP**

VOLUME I

N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda. EPP.

Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

VOLUME I

Pinhalzinho-SP, 2015.

Contratante: Fundação Agência das Bacias PCJ

Rua Alfredo Guedes nº 1949, sala 604, Ed. Racz. Center

CEP 13416-901 - Piracicaba/SP

Contratado: N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda. EPP.

Endereço: Rua Paissandu, 577 sala 03, Centro CEP 13.800-165.

Mogi Mirim/SP

APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se na **Versão Final do Plano Municipal de Saneamento Básico e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Pinhalzinho-SP**, apresentando os trabalhos de consultoria desenvolvidos no âmbito do Contrato nº 26/2013, assinado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda., que tem por objeto a “Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico conforme a Lei Federal nº 11.445/2007, contendo determinações sobre os Sistemas de Abastecimento de Água Potável, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais, bem como o desenvolvimento do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010”.

Com este documento dá-se atendimento ao item 10.1, subitem VII do Termo de Referência que norteia a presente contratação.

Este documento é a associação dos Produtos 1 ao 6, que se constitui como Produto 7, o qual foi elaborado considerando-se os tratamentos decorrentes da análise do Grupo de Trabalho Local constituído pelo município e da fiscalização da Fundação Agência das Bacias PCJ. Tal produto é apresentado em dois volumes, os quais são estruturados da seguinte maneira:

Volume I: Contempla o diagnóstico da situação da prestação de serviços de saneamento básico (Produto 3), sendo anexos o Plano de Trabalho (Produto 1) e o Plano de Mobilização Social (Produto 2);

Volume II: Contempla os prognósticos e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico, objetivos e metas (Produto 4); concepção dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB e definição das ações para emergência e contingência (Produto 5); Mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação da sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas (Produto 6).

Sumario

1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVOS	2
3. DIRETRIZES	3
4. METODOLOGIA	4
CAPÍTULO I - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	5
5. HISTÓRICO	7
5.1..... Formação administrativa	7
6. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E INSERÇÃO DO MUNICÍPIO NO CONTEXTO REGIONAL	7
CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE	11
7. INTRODUÇÃO	13
8. CLIMA	13
9. GEOLOGIA E PEDOLOGIA	15
10. GEOMORFOLOGIA E RELEVO	16
11. HIDROLOGIA	18
11.1.... Disponibilidade de água Subterrânea	22
11.2.... Bacias hidrográficas Piracicaba – Capivari – Jundiá.....	22
11.2.1 Formação e ocupação da Bacia	29
11.2.2 Demografia dos municípios formadores da Bacia	30
11.2.3 Uso e ocupação do solo na Bacia.....	30
11.2.4 Avaliação de impacto das erosões nos recursos hídricos e sistema de monitoramento.....	31
11.2.5 Outorga	34
11.2.6 Licenciamento Ambiental e Regularização Ambiental.....	35
11.2.7 Programas e Projetos na Bacia	39
12. VEGETAÇÃO	40
13. USOS E OCUPAÇÃO DOS SOLOS	41
13.1.... Áreas Protegidas por Lei e de Proteção Ambiental.....	41
13.1.1 Fiscalização.....	42
14. TURISMO	43
CAPÍTULO III - PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	47
15. INTRODUÇÃO	49
16. ASPECTOS POLÍTICOS, INSTITUCIONAIS E DE GESTÃO DOS SERVIÇOS ..	49
16.1.... Análise da legislação aplicável ao saneamento básico do município.....	50
17. PLANEJAMENTO	55
18. REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	55

19. AÇÕES INTERSETORIAIS	58
20. PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	59
21. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	63
21.1.... Características gerais do território, população e domicílio	63
21.1.1 Caracterização do território e população	63
21.1.2 Estudo de projeção da população.....	65
21.1.3 Alcance do PMSB.....	65
21.1.4 Dados censitários de Pinhalzinho	66
21.1.5 Projeções oficiais.....	67
21.1.6 Equações matemáticas de projeção	67
21.1.7 Projeção da população de Pinhalzinho	68
21.2.... Domicílios.....	71
21.3.... Educação	73
21.4.... Serviços	76
21.5.... Economia	77
21.5.1 Agropecuária e Produção Florestal.....	77
21.5.2 Renda e Rendimento.....	79
21.6.... Condições de vida.....	81
21.6.1 IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.....	81
21.6.2 Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.....	82
22. INDICADORES SANITÁRIOS	91
22.1.... Indicadores do serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário...	91
23. INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS	102
CAPÍTULO IV - DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA . 107	
24. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	109
24.1.... Operador do Sistema	109
24.2.... População atendida.....	110
24.3.... Quota e consumo per capita médio	110
24.3.1 Sistema Produtor Sede.....	110
24.3.2 Sistema Produtor Isolado no Bairro Aparecidinha.....	111
24.3.3 Sistema Produtor Isolado no Jardim do Pinhal	111
24.4.... Perdas físicas de água	111
24.4.1 Controle das perdas físicas de água.....	111
24.4.2 Projeto de Pesquisa de Vazamentos não visíveis.....	111
24.4.3 Projeto da Micromedicação	111
24.5.... Demanda para o período 2015/2035	112
24.5.1 Demanda para o Sistema Produtor Sede	112

24.5.2	Demanda para o Sistema Produtor Bairro Aparecidinha.....	113
24.5.3	Demanda para o Sistema Produtor Jardim do Pinhal	114
24.6....	Mananciais	114
24.7....	Outorgas	115
24.8....	Disponibilidades de captações e hídricas	115
24.9....	Com relação à qualidade das águas captadas	117
24.10..	Vulnerabilidade dos Mananciais	117
24.11..	Sistemas Produtores	117
24.11.1	Sistema Produtor da Sede.....	117
24.11.2	Sistema Produtor Isolado do Bairro Aparecidinha.....	127
24.11.3	Sistema Produtor Isolado do Jardim do Pinhal	131
24.12..	Consumo de produtos químicos	134
24.13..	Controle de qualidade da água.....	134
24.13.1	Sistema Produtor da Sede.....	134
24.13.2	Sistema Produtor Bairro Aparecidinha	136
24.13.3	Sistema Produtor Jardim do Pinhal.....	136
24.14..	Estrutura Tarifária.....	137
CAPÍTULO V - DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO ..		139
25. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		141
25.1....	Caracterização do sistema de esgotamento sanitário.....	141
25.2....	População atendida.....	144
25.3....	Sínteses do sistema de esgotamento sanitário.....	144
26. PROJEÇÃO DE GERAÇÃO DE ESGOTOS SANITÁRIOS DOMÉSTICOS PARA O PERÍODO DE 2016/2035.....		144
26.1....	Estações Elevatórias de Esgoto	145
26.2....	Estação de Tratamento de Esgoto	147
26.3....	Locais não servidos por rede de esgotamento sanitário	148
26.3.1	Bairro Aparecidinha	149
26.3.2	Bairro Jardim do Pinhal.....	149
CAPÍTULO VI - DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE MANEJO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS		151
27. SISTEMA INSTITUCIONAL DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS		153
27.1....	Poder concedente, fiscalizador e regulador	153
27.1.1	Prestador do Serviço	153
27.1.2	Controle Social	153
27.2....	Visão geral e indicadores da gestão de resíduos sólidos	153
27.2.1	Caracterização dos Resíduos Sólidos	153
27.3....	Estrutura tarifária para serviços de resíduos sólidos.....	159
27.4....	Coleta convencional de resíduos sólidos urbanos	160

27.4.1	Estrutura do Sistema	160
27.4.2	Roteiros de coleta.....	160
27.4.3	Coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos	161
27.5....	Destinação final de resíduos sólidos urbanos.....	161
27.6....	Resíduos de Serviço de Saúde (RSS).....	162
27.6.1	Definições do PLANO CIDADES LIMPAS, com relação ao RSS	162
27.7....	Resíduos de Construção Civil	163
27.7.1	Definições do PLANO CIDADES LIMPAS, com relação ao RCC.....	164
27.8....	Pneus.....	166
27.9....	Educação ambiental.....	166
27.10..	CISBRA – Consorcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas.....	167
27.10.1	Plano cidades limpas.....	167
27.11..	Definições com relação aos Resíduos Sólidos do Município de Pinhalzinho .	168
27.11.1	Composição Gravimétrica dos RSU.....	172
CAPÍTULO VII - DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS		174
28. SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS		176
28.1....	Estrutura Administrativa	177
28.2....	Estrutura Legislativa	178
28.3....	Caracterização do sistema de drenagem urbana existente	179
28.4....	Cartografia	180
28.5....	Caracterização Pluviométrica	181
28.5.1	Estudos Hidrológicos	183
28.6....	Áreas com Risco de Alagamentos.....	186
28.7....	Microdrenagem	192
28.7.1	Pontos Críticos	193
28.7.2	Áreas de Risco	196
28.8....	Separação entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário	198
28.9....	Processos erosivos e sedimentológicos	199
28.10..	Considerações finais do sistema de drenagem	200
29. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		201
ANEXO I – LAUDOS DE ANÁLISE DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA..		206
ANEXO II – LAUDOS DE ANÁLISE DE CONTROLE DE QUALIDADE DE EFLUENTES		208
ANEXO III – MAPA DA DIVISÃO HIDROLÓGICA NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO-SP		210
ANEXO IV – MAPA DAS ÁREAS DE RISCO NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO-SP..		212

ANEXO V - PLANO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) E PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO-SP.... 214

30. 1.INTRODUÇÃO.....	217
2.DESCRICÃO DO OBJETO	218
31. PRINCÍPIOS LEGAIS	219
31.1.... Princípios Constitucionais:.....	220
31.2.... Princípios da Política Urbana:	220
31.3.... Princípios da Lei Nacional de Saneamento Básico:.....	220
31.4.... Princípios da Política de Resíduos Sólidos:.....	221
3.5 Demais legislações:.....	223
4.METODOLOGIA.....	224
4.1 Plano de Trabalho.....	226
4.2 Plano de Mobilização Social	230
4.3 Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural	231
4.3.1 Diagnóstico dos serviços de abastecimento de água potável (SAA):.....	231
4.3.2 Diagnóstico dos serviços do sistema de esgotamento sanitário (SES):	232
4.3.3 Diagnóstico dos serviços do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais (SDU e MAP):.....	233
4.3.4 Diagnóstico dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (SLU e MRS):	234
4.4 Prognóstico.....	235
4.5 Concepção.....	236
4.6 Monitoramento e Avaliação Sistemática	237
4.7 Plano Municipal de Saneamento Básico	237
5. PRODUTOS A SEREM ENTREGUES	237
Cronograma de Entrega dos Produtos.....	245
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	246
7.EQUIPE TÉCNICA	247

ANEXO VI - PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO E DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO-SP 254

1. INTRODUÇÃO.....	256
2. JUSTIFICATIVA	256
2.1..... Objetivo Geral	257
2.2..... Objetivos Específicos	257
2.3..... Área de Abrangência.....	257
2.4..... Público-alvo.....	257
3. COMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	257

3.1. Ferramentas comunicacionais	258
3.1.1. Site da Prefeitura	258
3.1.2. Linha direta	259
3.1.3. Impressos - cartazes, folhetos e livretos.	259
3.1.4. Reuniões	259
3.1.5. Eventos	259
4. METODOLOGIA.....	260
Etapa 1 – Planejamento das ações.....	260
Etapa 2 - Execução e validação do Plano de Mobilização Social.....	261
Reunião de Partida.....	261
1ª Reunião de Trabalho.....	261
2ª Reunião de Trabalho.....	262
3ª Reunião de Trabalho.....	263
Seminário aberto à comunidade	263
Etapa 3 – Audiência Pública e divulgação do Plano Municipal de Saneamento Básico. .	264
Livreto do Plano Municipal de Saneamento Básico	265
Conferências Municipais de Saneamento Ambiental	265
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	266
CRONOGRAMA GERAL	267
ANEXO I – DECRETO Nº 2.679 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013– QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO LOCAL E CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.....	268
ANEXO II – ATA DA REUNIÃO DE APROVAÇÃO DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL, PELO GRUPO DE TRABALHO LOCAL E PELO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO.	271

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de São Paulo no Brasil e do município de Pinhalzinho no Estado de São Paulo	8
Figura 2 - Municípios limítrofes à Pinhalzinho	9
Figura 3 - Principal rota de acesso de Pinhalzinho à capital.	9
Figura 4 - Mapa do estado de São Paulo Classificação climática do Município Köeppen-Geige.....	14
Figura 5 - Mapa Pedologia do município de Pinhalzinho	16
Figura 6 - Geomorfologia do município de Pinhalzinho	17
Figura 7 - Localização da Bacia do Rio Piracicaba	19
Figura 8 - Representação esquemática dos principais Aquíferos brasileiros com destaque para o Município de Pinhalzinho.....	21
Figura 9 - Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos do estado de São Paulo.....	23
Figura 10 - Sub-Bacias Principais.....	25
Figura 11 - Dominalidade dos Corpos d'Água.....	28
Figura 12 - Pontos Pluviométricos e Fluviométricos das Bacias PCJ.....	32
Figura 13 - Mapa de enquadramento dos corpos hídricos das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.....	38
Figura 14 - Mapa Zoamento da Reserva da Biosfera Cinturão Verde da Cidade São Paulo.	40
Figura 15 - Mapa APAs Áreas de Proteção Ambiental no Estado de São Paulo e Memorial Descritivo	43
Figura 16 - Macros e Regiões turísticas do Estado de São Paulo.....	44
Figura 17 - Circuito turístico Entre Serras e Águas do Estado de São Paulo.	45
Figura 18 - Taxas de crescimento populacional entre 2000 e 2010 para o Município de Pinhalzinho, Estado de São Paulo e Brasil.	65
Figura 19 - Gráfico de projeção populacional de Pinhalzinho	70
Figura 20 - Domicílios com acesso ao abastecimento de água, total e na zona urbana respectivamente, no Município de Pinhalzinho, no Estado de São Paulo e no Brasil..	72
Figura 21 - Domicílios com rede coletora de esgoto, total e na zona urbana respectivamente, em Pinhalzinho, Estado de São Paulo e Brasil.....	73
Figura 22 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal per capita, respectivamente no Município de Pinhalzinho e no Estado de São Paulo em 2010.....	80
Figura 23 - Cálculo do IDHM.	81
Figura 24 - Sede da Sabesp de Pinhalzinho	109
Figura 25 - Disponibilidades de captações hídricas	116
Figura 26 - Sistema produtor Sede	118
Figura 27 - Captação Rio das Pedras	119
Figura 28 - Chegada da ETA	120
Figura 29 - Floculador.....	120
Figura 30 - Decantadores	120

Figura 31 - Filtro da ETA	121
Figura 32 - Armazenamento de Produtos Químicos	122
Figura 33 - Sala de preparação de soluções da ETA.....	122
Figura 34 - Sala de dosagem de cloro	122
Figura 35 - Sistema de dosagem de flúor	122
Figura 36 - Aplicação de sulfato de alumínio	123
Figura 37 - Sistema de reservação – Reservatório ETA – 50 m ³	124
Figura 38 - Sistema de reservação – Reservatório R1 – 350 m ³	124
Figura 39 - Sistema de Reservação – Reservatório R2 – 100 m ³	125
- Booster de água tratada para o Setor Limão e R1 – Figura 42.....	125
- Estação elevatória de água tratada R2 – Figura 43	125
Figura 40 - Estação elevatória de água bruta	126
Figura 41 - Estação elevatória de água tratada - ETA	126
Figura 42 - Booster de água tratada para o Setor Limão e R1	126
Figura 43 - Estação elevatória de água tratada - R2.....	126
Figura 44 - Sistema Produtor Isolado Bairro Aparecidinha	127
Figura 45 - Poço tubular profundo - Bairro Aparecidinha	129
Figura 46 - Dosagem de cloro e flúor.....	129
Figura 47 - Reservatório de 20m ³ - Bairro Aparecidinha	130
Figura 48 - Sistema Produtor Isolado do Jardim do Pinhal	131
Figura 49 - Poço 1 - Jardim do Pinhal.....	133
Figura 50 - Poço 2 - Jardim do Pinhal.....	133
Figura 51 - Dosagem de cloro e flúor e correção de pH.....	133
Figura 52 - Reservatório de 30 m ³ - Jardim do Pinhal.....	133
Figura 53 - Laboratório de Controle de Qualidade da ETA I	135
Figura 54 - Laboratório de Controle de Qualidade da ETA II	135
Figura 55 - Estrutura Tarifária.....	138
Figura 56 - Estação Elevatória de Esgoto Mutirão	146
Figura 57 - Estação Elevatória de Esgoto Beneduzzi	146
Figura 58 - Estação Elevatória de Esgoto Alto do Pinhal	147
Figura 59 - Estação de tratamento de esgoto	148
Figura 60 - Bairro da Aparecidinha (Zona Urbana do Município imagem satélite)....	149
Figura 61 - Fluxograma da coleta domiciliar dos RSU	162
Figura 62 - Fluxograma da coleta dos RSS	162
Figura 63 - Coleta de RSS (kg/mês) - CISBRA.....	163
Figura 64 - Fluxograma da coleta dos RCC.....	164
Figura 65 - Fluxo mensal de madeira, recicláveis secos, classe B, C e D (RCC) – CISBRA	165
Figura 66 - Retenção mensal de resíduos trituráveis e solos (RCC) - CISBRA.....	166

Figura 67 - Fluxograma mensal dos RSD - Município de Pinhalzinho.....	169
Figura 68 - Setorização Município de Pinhalzinho	170
Figura 69 - Fluxograma mensal dos RCC - Município de Pinhalzinho	171
Figura 70 - Composição gravimétrica dos RSU no CISBRA	172
Figura 71 - Planta com as Bacias Hidrográficas do Município de Pinhalzinho	180
Figura 72 - Dados da estação pluviométrica localizada no município de Pinhalzinho-SP.....	182
Figura 73 - Imagem de Satélite das intervenções nos cursos d'água	188
Figura 74 - Imagem de Satélite com a localização das duas canalizações fechadas localizada em área urbana no município de Pinhalzinho.....	190
Figura 75 - Vista da Rua Variante Américo Pedro Benedetti em frente ao Terminal Rodoviário de Pinhalzinho. Onde sofre com alagamentos	190
Figura 76 - Vista de outro ângulo da Rua Variante Américo Pedro Benedetti em frente ao Terminal Rodoviário de Pinhalzinho. Onde sofre com alagamentos	191
Figura 77 - Vista um canal de drenagem localizado na margem esquerda do Rio do Pinhal	191
Figura 78 - Vista um canal de drenagem localizado na margem esquerda do Rio do Pinhal	192
Figura 79 - Vista da Rua Paulo Ameri Trecho objeto de estudo do sistema de microdrenagem	193
Figura 80 - Vista da Rua Paulo Ameri Trecho com alta declividade onde é constatada a inexistência de bocas de lobo e dissipadores de energia.....	194
Figura 81 - Imagem de Satélite do trecho da Rua São Benedito	194
Figura 82 - Vista da Rua São Benetido.....	195
Figura 83 - Vista oposta a da figura anterior	195
Figura 84 - Imagem de Satélite das Áreas de Risco	196
Figura 85 - Vista da área denominada AR-1 (Área de Risco)	196
Figura 86 - Vista da área denominada AR-2 (Área de Risco)	197
Figura 87 - Vista da área denominada AR-2 (Área de Risco)	198
Figura 88 - Relação entre os processos que compõem o Plano Municipal de Saneamento Básico.....	218
Figura 89 - Fluxograma - metodologia para elaboração de PMSB.....	225
Figura 90 - Mecanismos de interação da Sociedade na elaboração do PMSB.	231

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Temperaturas mínimas, máximas, médias e índice de chuva do município de Pinhalzinho.	15
Quadro 2 - Disponibilidade hídrica para as Bacias PCJ.....	21
Quadro 3 - Vazão disponível nos principais aquíferos nas sub-bacias do PCJ.....	22
Quadro 4 - Áreas das sub-bacias do rio Piracicaba (SP e MG)	24
Quadro 5 - Áreas das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.	24
Quadro 6 - Localização dos municípios em função das Sub-Bacias Hidrográficas. ...	29
Quadro 7 - As Bacias PCJ divididas em setores.....	34
Quadro 8 - Preços Públicos Unitários.....	37
Quadro 9 - Município de Pinhalzinho inserido na área protegida conforme Lei.....	42
Quadro 10 - Perfil dos profissionais que trabalham na rede pública de ensino.....	74
Quadro 11 - Estrutura e qualidade educacional.....	74
Quadro 12 - Variáveis selecionadas, por contribuição para o indicador sintético, segundo dimensões do IPRS.....	88
Quadro 13 - Critérios adotados para a formação dos grupos de municípios do IPRS..	89
Quadro 14 - Parâmetros para a classificação dos municípios, por dimensões do IPRS, segundo categorias do Estado de São Paulo 2008–2010.....	89
Quadro 15 - Captações outorgadas no município de Pinhalzinho	115
Quadro 16 - Resumo da qualidade de água distribuída em 2013 - ETA Pinhalzinho .	135
Quadro 17 - Resumo da qualidade de água distribuída em 2013 – Poço Aparecidinha...	136
Quadro 18 - Resumo da qualidade de água distribuída em 2013 – Poço Jardim do Pinhal	137
Quadro 19 - Indicadores Gerais da de Resíduos Sólidos de Pinhalzinho	159
Quadro 20 - Roteiro de coleta do lixo do município de Pinhalzinho	161
Quadro 21 - Impactos Ambientais da ocupação com relação ao meio físico	199
Quadro 22 - Cronograma de Reuniões.....	227

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Temas a serem tratados no Diagnóstico do Plano de Saneamento Básico3	
Tabela 2 - Leis pertinentes a saneamento básico e recursos hídricos (continua)	50
Tabela 3 - Implementar projetos para executar o PMSB, conservação e urbanização das áreas verdes do município	55
Tabela 4 - Características gerais do território do Município de Pinhalzinho.	63
Tabela 5 - Características da população e estatísticas vitais do Município de Pinhalzinho	64
Tabela 6 - População do município de Pinhalzinho segundo os censos do IBGE.....	66
Tabela 7 - Taxas de crescimento geométrico – Pinhalzinho (% ao ano).....	66
Tabela 8 - Grau de urbanização – Pinhalzinho (% ao ano).....	67
Tabela 9 - Dados de entrada e coeficientes das equações de projeção	69
Tabela 10 - Projeção da população total do município de Pinhalzinho.	69
Tabela 11 - População projetada – Pinhalzinho – 2014 e 2035	71
Tabela 12 - Domicílios particulares permanentes e média de moradores por tipo de área (urbana ou rural) no Município de Pinhalzinho no ano 2010.	72
Tabela 13 - Matrículas iniciais nas redes de ensino no Município de Pinhalzinho no ano 2012.	75
Tabela 14 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade alfabetizadas e taxa de alfabetização por sexo no Município de Pinhalzinho e no Estado de São Paulo no ano 2010. .	75
Tabela 15 - Resultados do IDEB para o Município de Pinhalzinho e o Estado de São Paulo na rede pública de ensino (5º e 9º anos).....	76
Tabela 16 - Consumidores de energia elétrica por categoria no Município de Pinhalzinho no ano 2010.	76
Tabela 17 - Frota por tipo de veículo no Município de Pinhalzinho no ano 2012.	77
Tabela 18 - Características das culturas permanentes produzidas no Município de Pinhalzinho no ano 2012, segundo o SIDRA.	77
Tabela 19 - Características das culturas temporárias produzidas no Município de Pinhalzinho no ano 2012, segundo o SIDRA.	78
Tabela 20 - Características dos rebanhos e produtos relativos à pecuária no Município de Pinhalzinho no ano 2012.....	78
Tabela 21 - Características da silvicultura no Município de Pinhalzinho.	78
Tabela 22 - Valor adicionado total, por setores de atividade econômica, produto interno bruto total e per capita a preços correntes do Município de Pinhalzinho no ano 2011. .	79
Tabela 23 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, no Município de Pinhalzinho no ano 2010.	80
Tabela 24 - Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS para o Município de Pinhalzinho e o estado de São Paulo no ano de 2010.....	90
Tabela 25 - Variáveis de população utilizadas para o cálculo dos indicadores sugeridos água	92
Tabela 26 - Variáveis de economia e ligação utilizadas para o cálculo dos indicadores sugeridos água	93

Tabela 27 - Variáveis de informações, utilizadas para o cálculo dos indicadores sugeridos água	94
Tabela 28 - Variáveis de volume, utilizadas para o cálculo dos indicadores sugeridos água ..	95
Tabela 29 - Variáveis de amostra, utilizadas para o cálculo dos indicadores sugeridos água (Continua)	96
Tabela 30 - Variáveis de rede, utilizadas para o cálculo dos indicadores sugeridos água ..	98
Tabela 31 - Variáveis de receitas utilizadas para o cálculo dos indicadores sugeridos água e esgotamento sanitário	99
Tabela 32 - Indicadores econômicos, financeiros e administrativos referentes aos anos de 2011 e 2012 para o Município de Pinhalzinho	100
Tabela 33 - Indicadores operacionais do sistema de água nos anos de 2011 e 2012 para o Município de Pinhalzinho	101
Tabela 34 - Indicadores da qualidade da água distribuída nos anos de 2011 e 2012 para o Município de Pinhalzinho	101
Tabela 35 - Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento no Município de Pinhalzinho no ano 2009	102
Tabela 36 - Número de estabelecimentos segundo tipo de atendimento prestado no Município de Pinhalzinho no ano 2009	102
Tabela 37 - Distribuição Percentual das Internações por Grupo de Causas e Faixa Etária – CID10 – em Pinhalzinho no ano 2009	103
Tabela 38 - Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes) no Município de Pinhalzinho	104
Tabela 39 - Alguns indicadores de mortalidade de Pinhalzinho	104
Tabela 40 - Dados e indicadores de orçamento público na saúde no Município de Pinhalzinho	105
Tabela 41 - Projeção de demanda de consumo do Sistema Produtor Sede para o período de 2015/2035	112
Tabela 42 - Projeção de demanda de consumo do Sistema Produtor Bairro Aparecidinha para o período de 2015/2035	113
Tabela 43 - Projeção de demanda de consumo do Sistema Jardim do Pinhal a para o período de 2015/2035	114
Tabela 44 - Descrições dos reservatórios de distribuição	123
Tabela 45 - Consumo médio mensal de produtos na ETA	134
Tabela 46 - Indicadores do sistema de esgotamento do município de Pinhalzinho (Continua)	141
Tabela 47 - Indicadores operacionais do sistema de esgotamento	143
Tabela 48 - Projeção de geração de esgotos sanitários domésticos para o período de 2016/2035 (continua)	144
Tabela 49 - Característica dos serviços de coleta e sistemas de resíduos sólidos INFORMADOS NO SNIS 2011 (continua)	154
Tabela 50 - Características das vias de acessos do município de Pinhalzinho	178
Tabela 51 - Dados da estação pluviométrica	181
Tabela 52 - Dados de entrada Regionalização Hidrológica	183

Tabela 53 - Resultados Regionalização Hidrológica para o município de Pinhalzinho-SP I....	184
Tabela 54 - Resultados Regionalização Hidrológica para o município de Pinhalzinho-SP II...	185
Tabela 55 - Resultados Regionalização Hidrológica para o município de Pinhalzinho-SP III..	186
Tabela 56 - Produtos a serem entregues durante o andamento da elaboração do PMSB.	238

LISTA DE SIGLAS

AAF- Autorização Ambiental de Funcionamento.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

ANA - Agência Nacional de Águas.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

APP - Área de Preservação Permanente.

CBH- PCJ – Comitês das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.

CERH- Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental.

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

COMITÊS-PCJ - Comitês das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente.

COPAM- Conselho Estadual de Política Ambiental.

CWB- Clima Temperado Marítimo/Clima tropical de altitude.

DAE - Departamento de Água e Esgoto.

DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica.

DAS - Divisão de Água e Saneamento.

EEA - Estação Elevatória de Água.

EEAB - Estação Elevatória de Água Bruta.

EEDFU - Estação Elevatória de Descarga de Fundo das Unidades.

EEE - Estações Elevatórias de Esgoto.

EEEB - Estação Elevatória de Esgoto Bruto.

EF - Efluente Final.

EPI - Equipamento de Proteção Individual.

ETA - Estação de Tratamento de Água.

ETE - Estação de Tratamento de Esgoto.

FEAM- Fundação Estadual de Meio Ambiente.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

IEF- Instituto Estadual de Florestas.

IPFIS – Índice de Perdas Físicas.

IPLIG – Índice de Perdas Físicas por Ligação.

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano.

IQA - Índice de Qualidade de Água.

LI- Licença Instalação.
LO- Licença Operação.
LP - Licença Prévia.
MG – Minas Gerais
MMA - Ministério do Meio Ambiente.
MS - Ministério da Saúde.
ND - Informação Não Disponível
PIB - Produto Interno Bruto.
PMGIRS - Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico.
PMSS- Programa de Modernização do Setor Saneamento
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais.
RG - Região de Governo.
RMSP - Região Metropolitana de São Paulo.
RSU - Resíduos Úmidos.
SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados.
SHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.
SIDRA- Sistema IBGE de Recuperação Automática.
SINIR - Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos.
SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.
SRHU - Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano.
SUPRAM- Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde.
UASB - Upward-flow Anaerobic Sludge Blanket.
UFC - Unidades Formadoras de Colônias.
UGRHI - Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.
URC- Unidades Regionais Colegiadas.
UT - Unidade Nefelométrica de Turbidez.
Vcons – Volume Consumido.
Vdist – Volume Distribuído.
ZCAU - Zona de Conservação Ambiental Urbana.
ZCU - Zona de Conservação Urbana.
ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social.

1. INTRODUÇÃO

Para a elaboração do diagnóstico do PMSB são importantes as informações físicas e sociopolíticas referentes ao município que dizem respeito a vários dos componentes do saneamento básico e que podem ter influência sobre o tipo de solução técnica a ser adotada.

Dentre estas informações necessárias aos estudos e projetos, encontra-se o relevo e tipo de urbanização da cidade (verticalizada, horizontalizada), que condicionam pressão na rede de água, escoamento dos esgotos sanitários, fluxo dos caminhões coletores de lixo, drenagem urbana, etc.

Barreiras físicas como linhas férreas, cursos d'água, rodovias, morros e dados sobre a densidade demográfica podem influenciar nas soluções a serem dadas.

Da mesma forma, a disponibilidade ou não de áreas livres para a implantação de instalações de tratamento de água, esgotos sanitários e resíduos sólidos, assim como para implantação de piscinões para retenção de água de chuva são informações fundamentais para a tomada de decisões.

2. OBJETIVOS

O Diagnóstico sobre a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, o qual abrangerá o diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida da população, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas entre outros, conforme definido no Art. 19 da Lei no 11.445/2007.

O Diagnóstico conterà um panorama de cada um dos quatro componentes do saneamento básico no município, deverá conter os dados, a situação da prestação dos serviços, os principais problemas e seus impactos na saúde da população, conforme previsto na Resolução Recomendada nº 75 do Conselho Nacional das Cidades.

Ainda de acordo com a mesma Resolução, o Diagnóstico deve identificar a cobertura da prestação dos serviços com o percentual de atendimento à população, as localidades onde há precariedade ou mesmo ausência dos serviços e os respectivos impactos ambientais e sociais, as condições institucionais dos órgãos responsáveis pelos mesmos e as formas ou mecanismos de participação e controle social.

Os levantamentos serão ser realizados de tal forma a se obter parâmetros que permitam sua hierarquização para o enfrentamento dos problemas em função de sua gravidade e extensão.

3. DIRETRIZES

O diagnóstico realizado pela N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda., empresa de consultoria contratada para esta finalidade, com base nas informações fornecidas pela prefeitura municipal, pela COPASA e levantamento de campo.

Posteriormente os dados serão apresentados ao Grupo de Trabalho Local, para serem corrigidos, complementados ou excluídos, assim como considerados novos elementos pelos representantes da sociedade que vivenciam a realidade e devem ser sistematizados, levando-se em consideração aspectos técnicos, econômicos financeiros e sociais, conforme descrito anteriormente.

A **Tabela 1** adaptada do Guia para a Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico do Ministério das Cidades orienta sobre os conteúdos, dentro de cada tema/assunto, que deverão ser tratados para a realização do Diagnóstico. (MCidades, 2010).

Tabela 1 - Temas a serem tratados no Diagnóstico do Plano de Saneamento Básico

Tema/Assunto	Objetivos
Atuação e estruturação dos órgãos	Identificar os tipos das atividades em cada órgão responsável pela prestação dos serviços públicos municipais de saneamento básico. Quantificar os recursos técnicos e humanos disponíveis para o desenvolvimento destas atividades. Identificar legislação relacionada ao tema para os quatro componentes do saneamento básico.
Orçamento e recursos financeiros	Identificar fontes e alocação de recursos financeiros específicos para ações de saneamento básico (taxas, tarifas, preços públicos, outros).
Projetos e normas	Identificar a existência de normas técnicas, recomendações ou procedimentos padronizados utilizados pelos órgãos responsáveis pela prestação dos serviços públicos de saneamento básico. Identificar se existem projetos de saneamento básico elaborados. Identificar a existência de conteúdos específicos relacionados a saneamento básico nas diretrizes curriculares das escolas.
Crítica e sugestões ao setor	Identificar as atividades que o órgão executa e poderia deixar de executar e as que não são executadas, mas poderiam vir a sê-lo. Identificar os índices de atendimento (cobertura) e a qualidade do serviço prestado à população em cada um dos componentes dos serviços públicos de saneamento básico. Localizar as regiões com maiores demandas e carências dos serviços prestados.
Informações básicas	Ouvir sugestões dos responsáveis pela prestação dos serviços públicos de saneamento básico para melhorar a organização institucional e a estruturação funcional/operacional da área.

Concluído o levantamento das informações previstas para o Diagnóstico, deverão ser priorizados os estudos a serem realizados e definir a ordem para as intervenções a curto, médio e longo prazo.

Esta definição é função da hierarquização dos problemas e das carências observadas.

Poder-se-á, portanto, para facilitar a comparação das necessidades dos diferentes componentes do saneamento básico, levantar os indicadores e as metas a serem alcançadas para que a partir do cumprimento de uma primeira se busque alcançar uma segunda e assim por diante.

4. METODOLOGIA

A metodologia para realização do Diagnóstico consta de duas ações, a saber:

Realização dos diagnósticos setoriais;

Hierarquizações dos problemas, uma compatibilização das soluções.

Diagnóstico será feito de forma setorial, e considerar as condicionantes, deficiências e potencialidades de cada componente do saneamento básico.

Na hierarquização dos problemas deve ser avaliada a importância de cada um deles em conjunto com a sociedade. Na compatibilização das soluções deve-se buscar dar coerência na hierarquização compatibilizando as prioridades para cada um dos componentes do saneamento básico.

A partir daí deverá ser feita uma prospectiva e planejamento estratégico para a área de saneamento básico do município

CAPÍTULO I - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

5. HISTÓRICO

Conforme o IBGE (2014), Pinhalzinho, cujo nome derivou das matas de pinheiros que cobriam a região, foi fundado, em 1.840, pelas famílias João Domingues Siqueira e Generoso de Godoi Bueno. O povoamento do Município deu-se principalmente por imigrantes italianos, entre eles Antônio Fornari e filhos, que fundaram a primeira casa comercial.

O povoado, em 1.900, contava com habitações dispersas em números de vinte. A partir de 1.910 o crescimento foi acelerado com a criação de escola particular, mantida por moradores como Eduardo Fornari, Henrique Torricelli e outros, e o incremento de população causada pelo anúncio de oferta de terrenos gratuitos, divulgado pelo jornal Cidade de Bragança.

Em 1.922, concluiu-se a igreja, obra realizada pelo construtor Tomás de Camargo e o carpinteiro José, sendo trazida diretamente de Barcelona, a imagem da Padroeira, Nossa Senhora de Copacabana.

Atualmente a população atende pelo gentílico de Pinhalense.

5.1 Formação administrativa

Conforme ainda o IBGE (2014), o distrito criado com a denominação de Pinhal, por Lei nº 2.784, de 23 de dezembro de 1936, no Município de Bragança.

Antigo Distrito Judiciário de Pinhal, do Município de Bragança, por Decreto-Lei Estadual nº 9.775, de 30 de novembro de 1938, passou a denominar-se Pinhalzinho.

De 1939 a 1943, o Distrito de Pinhalzinho figura no Município de Bragança.

Pelo Decreto-Lei Estadual nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, o Município de Bragança passou a denominar-se Bragança Paulista.

No quadro fixado, pelo referido Decreto-Lei nº 14.334, para vigorar em 1.945-1.948, o Distrito de Pinhalzinho figura no Município de Bragança Paulista.

Assim como nos fixados pelas Leis nos 233, de 24/12/1948 e 2.456, de 30/12/1953 para vigorar, respectivamente, nos períodos 1.949-1.953 e 1.954-1.958.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01/07/1960.

6. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E INSERÇÃO DO MUNICÍPIO NO CONTEXTO REGIONAL

Localizado na região leste do Estado de São Paulo, quase na divisa com o Estado de Minas Gerais (**Figura 1**) o município de Pinhalzinho e sua sede estão inseridos na Serra da Mantiqueira nas coordenadas geográficas latitude 22°46'46" sul e a uma longitude 46°35'26" oeste, estando a uma altitude de 910 metros. De acordo com o IBGE (2014), o município possui uma área de 154,95 km² e uma densidade demográfica de 84,81 hab./km².

Figura 1 - Localização de São Paulo no Brasil e do município de Pinhalzinho no Estado de São Paulo



Legenda: Linha vermelha: limite estadual de São Paulo;
Linha azul: limite municipal de Pinhalzinho.

Fonte: Google Earth (2013).

O município de Pinhalzinho limita-se com municípios de Bragança Paulista ao Sul, Tuiuti ao sudoeste, Socorro ao norte, Pedra Bela á leste, Monte Alegre do Sul ao oeste.

Na **Figura 2**, Observa-se Pinhalzinho e cidades limítrofes como distâncias aos municípios próximos de Pinhalzinho são:

- 110 km de São Paulo;
- 61 km de Itatiba;
- 90 km de Campinas;
- 92 km de Jundiaí;
- 19 km de Bragança Paulista;
- 32 km de Amparo;
- 50 km de Atibaia;
- 54 km de Extrema – MG;

O acesso ao município de Pinhalzinho (**Figura 3**) pode ser feito através da rodovia Capitão Barduíno, tendo cerca de 110 Km da Capital do estado e cerca de 90 Km de Campinas, Pinhalzinho tem como principais vias de acesso as seguintes rodovias:

- BR 116 - Rod. Pres. Dutra
- BR 381 - Rod. Fernão Dias
- SP 065 - Rod. D. Pedro I
- SP 008 - Rod. C. Barduíno

Figura 2 - Municípios limítrofes à Pinhalzinho



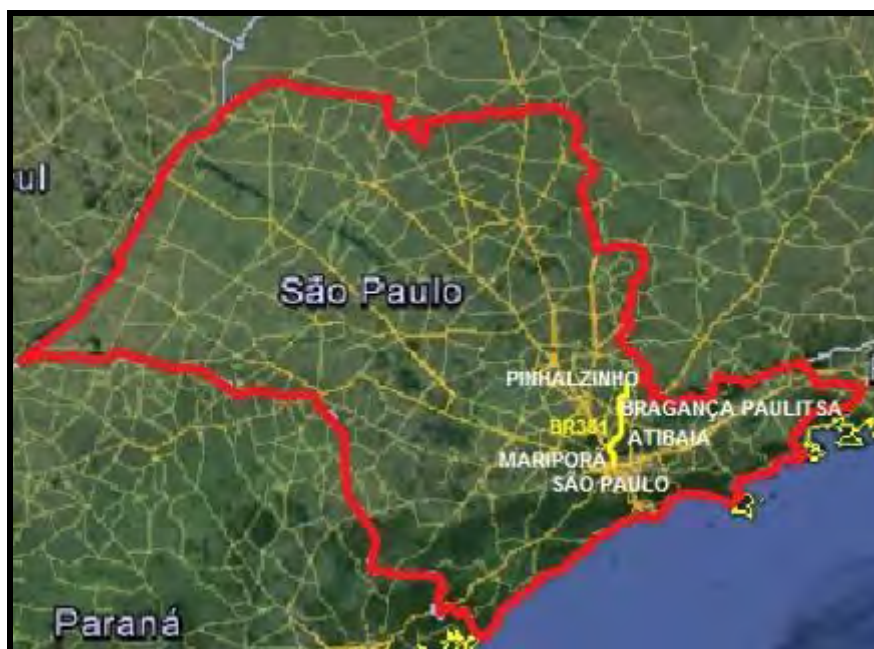
a) Municípios limítrofes.

Legenda: Linha cinza: limites municipais

Circulo azul: Identificação do município de Pinhalzinho.

Fonte: Google Earth (2014).

Figura 3 - Principal rota de acesso de Pinhalzinho à capital.



b) Via de acesso rodoviário a BR 381 - Rod. Fernão Dias.

Legenda: Linha amarela: Acesso a BR 381.

Fonte: Google Earth (2014).

CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE

7. INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar os aspectos que compõem o meio ambiente físico em que está contido o município de Pinhalzinho detalhando a topografia, hidrografia, hidrologia e os usos e ocupação do solo, os mananciais de suprimento de água e a caracterização dos resíduos sólidos e esgotos sanitários.

8. CLIMA

Os dados e informações apresentados a seguir, foram extraídos da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP (2010) e têm como referência o PMS Final (SABESP, 2010).

Assim como se predomina, nas Serras do Mar, da Cantareira, da Mantiqueira e da Bocaina, o clima de Pinhalzinho possui inverno seco e verão ameno. Clima temperado húmido com inverno seco e verão temperado a temperatura média do mês mais quente é inferior a 22°C.

A temperatura média do ar dos 3 meses mais frios é compreendida entre -3°C e 18°C, temperatura do mês mais quente maior que 10°C, estação de verão e inverno bem definidas.

Características do Clima Subtropical no Brasil, o clima subtropical está presente na região metropolitana de São Paulo, Vale do Ribeira, Campinas, Paraná, Santa Catarina, norte do Rio Grande do Sul e sul do Mato Grosso do Sul.

No Estado de São Paulo, o clima subtropical ocorre entre os climas tropicais e temperados. Apresentam chuvas abundantes, verões quentes e invernos frios e características das médias latitudes.

Nas áreas de clima subtropical o verão costuma ser curto, porém com temperaturas elevadas. Já o inverno é bastante rigoroso com baixas temperaturas, no inverno a temperatura média anual fica em torno de -5°C, enquanto que no verão fica em torno de 23°C. A umidade relativa do ar anual fica entre 60% e 85%.

Com relação ao índice pluviométrico (chuvas) anual, podemos verificar que ficam entre 500 e 1000 milímetros. É um índice considerado moderado de chuvas.

Podem ocorrer geadas nestas regiões durante o inverno, principalmente em áreas mais altas.

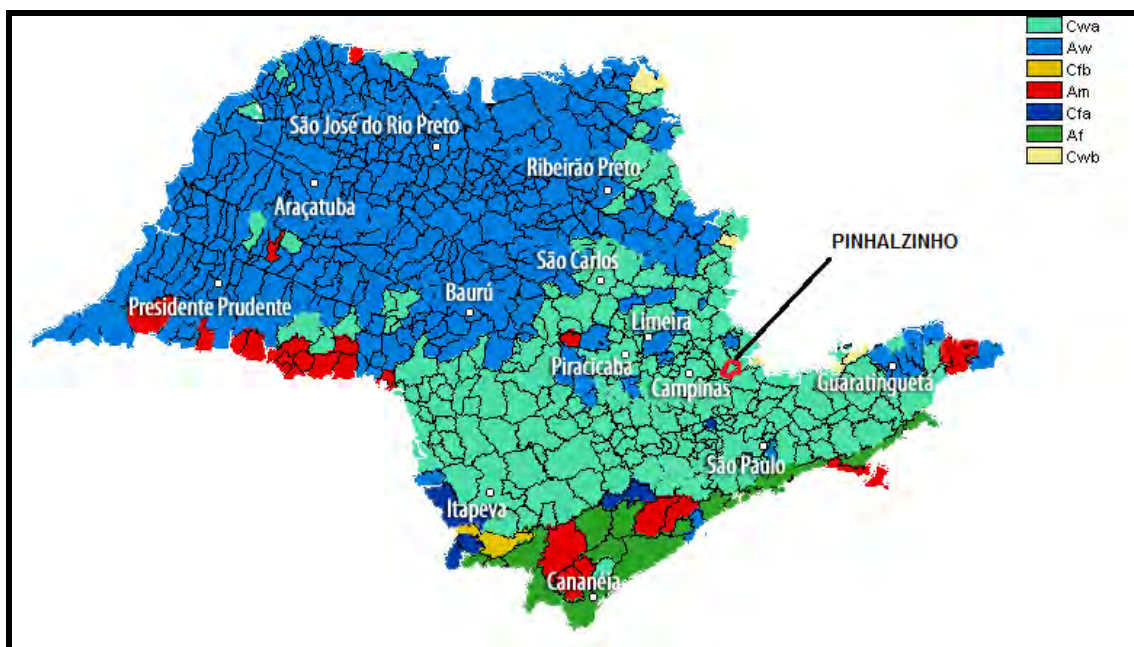
Este tipo de clima se localiza no sul do país até o sul do trópico de Capricórnio tem temperaturas médias nem quentes nem frias apresenta chuvas abundantes e bem distribuída durante o ano todo.

No que se refere às altitudes, quanto mais alto estivermos menor será a temperatura, isto porque o ar se torna rarefeito, ou seja, ocorre à concentração de gases e de unidades à medida que aumenta a altitude, é menor, o que vai reduzir a retenção de calor nas camadas mais elevadas da atmosfera. Há a questão também que o oceano ou continente irradiam a luz solar para a atmosfera, ou seja, quanto maior a altitude menos intensa será a irradiação.

Em consideração a estes fatores predominantes da temperatura Pinhalzinho está a 910 metros de altitude em relação ao mar.

O Município de Pinhalzinho de acordo com a classificação climática Köppen e através de sua localização se dar dentro do Estado de São Paulo está inserido na região tropical de altitude Cwa conforme a **Figura 4**.

Figura 4 - Mapa do estado de São Paulo Classificação climática do Município Köppen-Geige



Fonte: CEPAGRI (2014).

Observa-se na **Figura 4** que o município está inserido na região tropical de altitude Cwa, que caracteriza um Clima subtropical de altitude, com inverno seco e verão ameno. Clima temperado húmido com inverno seco e verão temperado a temperatura média do mês mais quente é inferior a 22°C. Predomina, nas Serras do Mar, da Cantareira, da Mantiqueira e da Bocaina.

Indicador de grupo lera C refere-se à temperatura do ar como clima temperado ou temperado quente climas mesotérmicos, temperatura média do ar dos 3 meses mais frios compreendidos entre 3°C e 18°C, temperatura do mês mais quente maior que 10°C, estação de verão e inverno bem definidas. Na segunda letra w indicam chuvas de verão e a terceira letra b indica verão temperado com temperatura média do ar no mês mais quente menor que 22°C e temperaturas médias do ar 4 meses mais quentes maior que 10°C.

No **Quadro 1** se encontra informações sobre a temperatura do ar e chuvas do município de Pinhalzinho.

Quadro 1 - Temperaturas mínimas, máximas, médias e índice de chuva do município de Pinhalzinho.

MÊS	TEMPERATURA			
	MINIMA MÉDIA	MAXIMA MÉDIA	MÉDIA	CHUVA (mm)
JAN	16.8	27.6	22.2	261.0
FEV	17.0	27.6	22.3	208.6
MAR	16.2	27.3	21.8	161.4
ABR	13.6	25.6	19.6	86.8
MAI	10.9	23.7	17.3	70.7
JUN	9.4	22.6	16.0	57.7
JUL	8.9	22.8	15.8	37.5
AGO	10.1	24.7	17.4	40.5
SET	12.1	25.9	19.0	86.5
OUT	13.9	26.3	20.1	141.8
NOV	14.8	26.8	20.8	176.8
DEZ	16.1	26.8	21.4	234.6
ANO	13.3	25.6	19.5	1563.9
MIN	8.9	22.6	15.8	37.5
MAX	17.0	27.6	22.3	261.0

Fonte: CEPAGRI (2014).

9. GEOLOGIA E PEDOLOGIA

Assim como no tópico anterior, os dados e informações apresentados a seguir, foram extraídos da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP (2010) e têm como referência o PMS Final (SABESP 2010).

Pinhalzinho está situado no estado de São Paulo, na região sudeste do Brasil ao qual grande parte dessa região é formada por planaltos sendo divididos em dois grupos que são: o Planalto Atlântico e o Planalto Meridional.

O Planalto Atlântico é muito acidentado com muitas serras (escarpas de Planalto) como a serra do Mar, serra da Mantiqueira, neste planalto, e, serra do Espinhaço, Espigão Mestre. Apenas dois vales se destacam o do rio Paraíba do Sul, e a Depressão Sanfranciscana do vale Rio São Francisco.

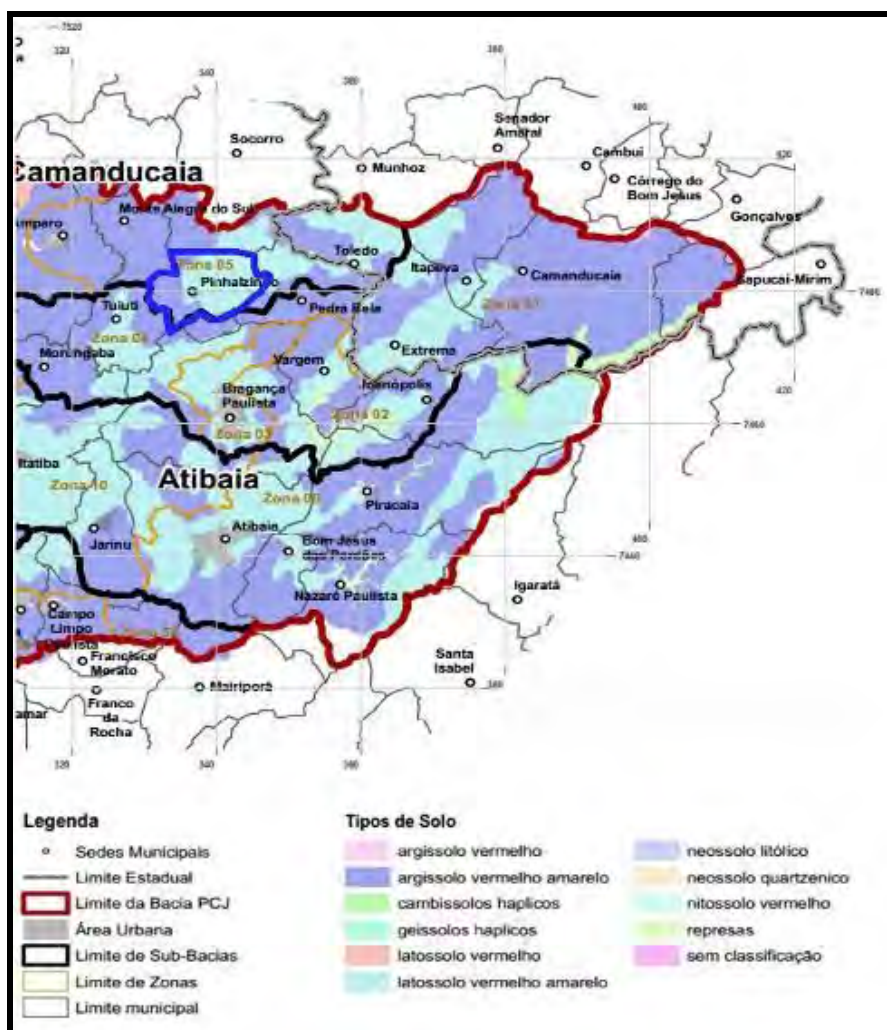
O planalto Meridional recobre a maior parte do território da região Sul, alternando extensões de arenito com outras extensões de basalto. O basalto é uma rocha de origem vulcânica responsável pela formação de solos de terra roxa, que são bastante férteis. Na região Sul, excluindo-se o norte e oeste do Paraná, são poucas as áreas que possuem tais solos, pois muitas vezes as rochas basálticas são recobertas por arenitos.

Através do Autor Barletta (2007, p.55) o município de Pinhalzinho situa-se em formações mais elevadas, pois está a 915m de altitude do nível do Mar.

As formações da Mantiqueira na região Bragantina na qual o município de Pinhalzinho está inserido apresentam grandes diversidades, com extensas planícies, em cadeias de colinas e pequenos fundos de vales, com características comuns: as rochas e a qualidade das águas, em sua maioria mineral. As formações rochosas se apresentam em diversas tonalidades de cores, como o azul Bragança, o vermelho e a cinza Pinhalzinhense.

A **Figura 5** foi adaptada do Mapa 05 – Pedologia, de COMITÊS - PCJ (2010), apresenta a distribuição pedológica do Município de Pinhalzinho.

Figura 5 - Mapa Pedologia do município de Pinhalzinho



Fonte: COMITÊS - PCJ (2010).

Legenda: Linha azul: limite municipal de Pinhalzinho.

10. GEOMORFOLOGIA E RELEVO

O município de Pinhalzinho localiza-se na Depressão Periférica no centro leste da Bacia Sedimentar do Paraná, formada por grande variedade de litologias que podem ser classificadas em quatro grandes domínios geológicos:

Rochas metamórficas e graníticas; rochas sedimentares mesozóicas e paleozóicas; rochas efusivas e corpos intrusivos básicos; coberturas sedimentares Cenozóicas.

O grupo das rochas metamórficas e graníticas é caracterizado, em geral, por comportamentos resistentes e pela presença de estruturas orientadas (xistosas, magmáticas e gnáissicas)

11. HIDROLOGIA

O município de Pinhalzinho é banhado pelo Ribeirão Pinhal, tendo como principais afluentes os riachos: das Pombas, Córrego dos Vieiras e Córrego de Extrema. Os formadores do Ribeirão Pinhal, possuem águas puras de nascentes originadas nas elevações com formações rochosas. Conforme dados da Lei Orgânica do Município (2002, p.5), a bacia hidrográfica do município de Pinhalzinho está centrada pelo Rio Pinhal, havendo ainda o Ribeirão das Araras que desemboca no Rio das Pombas, o Córrego dos Vieira, que desemboca no Ribeirão das Araras e o Córrego de Extrema, que desemboca no Rio Pinhal.

No município de Pinhalzinho existem três mananciais de água denominados: Córrego Areal, Rio ou Ribeirão das Pedras (onde se situa a captação de tratamento da SABESP) e Rio ou Ribeirão Pinhal, os dois primeiros afluentes do Ribeirão ou Rio Pinhal e este por sua vez afluente do Rio Camanducaia, cuja foz situa-se no município de Monte Alegre do Sul/SP.

O Rio Camanducaia que tem sua nascente no município de Toledo/MG, corta a parte norte da zona rural do município de Pinhalzinho, e mede 90 Km de comprimento, desde sua nascente até sua foz, como afluente do Rio Jaguari no município de Jaguariúna, formando assim esta bacia hidrográfica que tem a área de 870,68 Km².

Assim denota-se que os mananciais retro referidos formadores do Rio ou Ribeirão do Pinhal, fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Jaguari, pois ao desaguardem no Rio Camanducaia, estão inseridos naquela bacia e também na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos - 5 (UGRHI-5) que compreende as bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (UGRHI-PCJ).

Na **Figura 7** mapa de localização da Bacia do Rio Piracicaba.

Figura 7 - Localização da Bacia do Rio Piracicaba



Fonte: : PMSB Pinhalzinho (2014).

O Rio Camanducaia é um rio brasileiro afluente do rio Jaguari, como já mencionado, nasce no município de Toledo no Estado de Minas Gerais e tem sua foz no Rio Jaguari no município de Jaguariúna no Estado de São Paulo, tornando-se assim, um rio de domínio da Federal.

A área da Bacia do Rio Camanducaia é de 870,68 km², está inserida na UGRHI-5, e integra em seus limites territoriais os municípios paulistas de: Amparo, Jaguariúna, Monte Alegre do Sul, Pinhalzinho, Serra Negra, Socorro e o município mineiro de Toledo, além de ser composta pelos municípios paulistas denominados de bordall, sendo estes: Pedra Bela, Pedreira, Tuiuti, Santo Antônio de Posse e Holambra.

Tanto o perímetro urbano quanto a zona rural de Pinhalzinho, são cortadas pelo Ribeirão do Pinhal, que deságua no Rio Camanducaia, no município de Monte Alegre do Sul, tendo pequena extensão, praticamente apenas o município de Pinhalzinho e suas adjacências.

As Bacias PCJ contam com uma peculiaridade muito importante, quando se trata da disponibilidade hídrica: a presença do Sistema Cantareira.

O Sistema Cantareira é o maior sistema produtor da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Capta água em represas nas cabeceiras dos rios Jaguari, Jacareí, Cachoeira e Atibainha. Contribui com o abastecimento de aproximadamente 31 m³/s para a região metropolitana da Grande São Paulo. Abastece 8,8 milhões de pessoas nas zonas norte, central, parte da leste e oeste da Capital e os municípios de Franco da Rocha, Francisco Morato, Caieiras, Guarulhos (parte), Osasco, Carapicuíba, Barueri (parte), Taboão da Serra (parte), Santo André (parte) e São Caetano do Sul.

O Relatório de Situação 2002-2003 e o Relatório de Situação 2004-2006 detalharam metodologia de cálculo da disponibilidade hídrica superficial, bem como apresentaram quadro com dados dos postos de monitoramento fluviométricos e pluviométricos.

Além das reversões para a RMSP, ocorrem também, na área, exportações internas. São os casos:

- do rio Atibaia para o rio Jundiá Mirim (bacia do rio Jundiá), para abastecimento do município de Jundiá;
- da sub-bacia de Atibaia para as bacias do Capivari e Piracicaba, através do sistema de abastecimento de água de Campinas;
- da sub-bacia do Jaguari para as sub-bacias dos rios Atibaia e Piracicaba.

Observa-se no **Quadro 2** a disponibilidade hídrica para as bacias PCJ.

Quadro 2 - Disponibilidade hídrica para as Bacias PCJ

SUB-BACIA/BACIA	Q _{7,10} (m ³ /s)	Q _{disponível} (m ³ /s)
Camanducaia	3,60	3,50 ⁽¹⁾
Jaguari	10,29	7,20 ⁽²⁾
Atibaia	9,01	8,54 ⁽³⁾
Corumbataí	4,70	4,70
Piracicaba	8,16	8,16
Total Piracicaba	35,76	32,10
Total Capivarí	2,38	2,38
Total Jundiá	2,30	3,50⁽⁴⁾
Total PCJ	40,44	37,98

(1) Q_{7,10} - 0,1m³/s da reversão pelo município de Serra Negra

(2) Q_{7,10} a jusante do reservatório + 1,67 m³/s descarregados pelo Reservatório Jacaré-Jaguari

(3) Q_{7,10} a jusante dos reservatórios + 3,33 m³/s descarregados pelo Reservatório Atibainha e Cachoeira - transposição de 1,2 m³/s para a Bacia do rio Jundiá

Fonte: COMITÊS PCJ (2010).

O Município de Pinhalzinho é todo englobado pelo aquífero Cristalino Sudoeste, de acordo com a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas ABAS (2013), no qual o fluxo se dá por descontinuidades como falhas, juntas e fraturas. A **Figura 8** apresenta representação esquemática dos principais Aquíferos brasileiros com destaque para o Município de Pinhalzinho.

Figura 8 - Representação esquemática dos principais Aquíferos brasileiros com destaque para o Município de Pinhalzinho.



Legenda: Linha azul: Região do Município de Pinhalzinho.

Fonte: ABAS (2013)

11.1 Disponibilidade de água Subterrânea

Aquífero Cristalino - A formação geológica da região apresenta sistema aquífero Cristalino, que apresenta como principal característica hidrogeologia a permeabilidade por faturamento das rochas, poços explorados nesse aquífero costumam atingir 150 metros. – “Rochas cristalinas e metamórficas, que se distribuem por uma área de 6.100 km². Situado à montante de Campinas, apresenta vazão explorável de 13 mil litros de água por segundo, sendo que as produtividades dos poços variam entre 5 a 50 mil litros de água por hora. Segundo CETESB (2006), em geral, as águas do sistema aquífero Cristalino apresentam qualidade boa ou aceitável para abastecimento, com apenas casos pontuais de ultrapassagem dos padrões de potabilidade.

O **Quadro 3** apresenta as vazões disponíveis nos principais aquíferos nas sub-bacias do PCJ.

Quadro 3 - Vazão disponível nos principais aquíferos nas sub-bacias do PCJ

VAZÃO (m³/s)										
Aquífero	Sub-bacias do Piracicaba					Total Piracicaba	Total Capivari	Total Jundiáí	Total PCJ	% (PCJ total)
	Atibaia	Camanucaia	Corumbataí	Jaguari	Piracicaba					
Cenozóico	0,163	0,025	0,172	0,131	0,237	0,728	0,095	0,066	0,889	6,4%
Bauru (correlato)	-	-	0,055	-	0,064	0,119	-	-	0,119	0,9%
Serra Geral (basalto)	-	-	0,037	-	0,047	0,084	-	-	0,084	0,6%
Diabásio	0,094	0,005	0,094	0,153	0,216	0,562	0,040	-	0,602	4,3%
Guarani	-	-	0,888	-	1,518	2,406	-	-	2,406	17,3%
Passa Dois	-	-	0,400	0,013	0,341	0,727	0,014	-	0,741	5,3%
Tubarão	0,125	0,046	0,078	0,999	0,860	2,108	0,879	0,094	3,081	22,1%
Cristalino Pré-Cambriano	2,300	0,976	-	1,945	-	5,221	0,201	0,600	6,022	43,2%
SOMA	2,682	1,052	1,724	3,241	3,283	11,955	1,229	0,760	13,944	100%

Fonte: COMITÊS - PCJ (2010).

O aquífero que apresentou a maior disponibilidade hídrica foi o Cristalino Pré-Cambriano sob a sub-bacia do rio Atibaia com 2,3 m³/s. Tais disponibilidades hídricas, no entanto, devem ser consideradas com muita cautela, pois demonstram apenas o resultado da aplicação de uma metodologia para a estimativa da disponibilidade hídrica subterrânea que não contempla as dificuldades tecnológicas e econômicas esperadas no aproveitamento deste potencial hídrico.

11.2 Bacias hidrográficas Piracicaba – Capivari – Jundiáí

Os dados apresentados neste tópico foram compilados a partir das informações contidas no Plano das Bacias Hidrográficas PCJ (Piracicaba-Capivari-Jundiáí) 2010-2020, que utilizou de informações do relatório anterior, o Relatório de Situação 2004-2006 (IRRIGART, 2007) que se apoiou no Relatório de Situação 2002-2003 (IRRIGART, 2005) e que teve como fonte, principalmente, trabalhos publicados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

A área de abrangência dos estudos compreende a porção territorial pertencente às Bacias PCJ. Este recorte espacial possui área de 15.303,67 km²,

sendo 92,6% no Estado de São Paulo e 7,4% no Estado de Minas Gerais (MG). Situa-se entre os meridianos 46° e 49° O e latitudes 22° e 23,5° S, apresentando extensão aproximada de 300 km no sentido Leste-Oeste e 100 km no sentido Norte-Sul.

No Estado de São Paulo, as Bacias PCJ, todas afluentes do Rio Tietê, estendem-se por 14.137,79 km², sendo 11.402,84 km² correspondentes à Bacia do rio Piracicaba, 1.620,92 km² à Bacia do rio Capivari e 1.114,03 km² à Bacia do rio Jundiá. No Estado de Minas Gerais, a área pertencente às Bacias PCJ corresponde principalmente a uma parcela da Bacia do rio Jaguari, tendo um total de 1125,90 km².

A Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos UGRHI-5 (porção paulista das Bacias PCJ) faz divisa ao norte com a UGRHI-9 (Mogi-Guaçu), a leste com MG, a sudeste com a UGRHI-2 (Paraíba do Sul), ao sul com a UGRHI-6 (Alto Tietê), a oeste/sudoeste com a UGRHI-10 (Sorocaba - Médio Tietê) e a noroeste com a UGRHI-13 (Tietê - Jacaré).

A **Figura 9** apresenta as UGRHI do estado de São Paulo.

Figura 9 - Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos do estado de São Paulo



Fonte: ANA (2014).

Os principais acessos à área de estudo são as Rodovias dos Bandeirantes (SP- 348), Anhanguera (SP-330), Santos Dumont (SP-75), Dom Pedro I (SP-65) e

Fernão Dias (BR-381). A região conta, ainda, com a linha-tronco da FERROBAN e o aeroporto internacional de Viracopos no Município de Campinas.

A Bacia do rio Piracicaba apresenta um desnível topográfico de cerca de 1.400 m em uma extensão da ordem de 370 km, desde suas cabeceiras na Serra da Mantiqueira, em MG, até sua foz no Rio Tietê. Na Bacia do rio Capivari, o desnível topográfico é pequeno, não ultrapassando 250 m em um percurso de 180 km, desde as suas nascentes na Serra do Jardim. O Rio Jundiá, com suas nascentes a 1.000 m de altitude na Serra da Pedra Vermelha (Mairiporã), apresenta desnível topográfico total em torno de 500 m, em uma extensão aproximada de 110 km.

Em termos hidrográficos, há sete unidades (Sub-Bacias) principais, sendo cinco pertencentes ao Piracicaba (Piracicaba, Corumbataí, Jaguari, Camanducaia e Atibaia), além do Capivari e Jundiá. As áreas das bacias e de drenagem das Sub-Bacias do Piracicaba são apresentadas nos **Quadros 4 e 5**.

Quadro 4 - Áreas das sub-bacias do rio Piracicaba (SP e MG)

Sub-Bacias	Área – SP (km ²)	Área – MG (km ²)	Área Total (km ²)	(%)	Área no Sistema Cantareira	
					Km ²	(%)
Camanducaia	870,68	159,32	1.030,00	8,2	-	-
Jaguari	2.323,42	966,58	3.290,00	26,2	1.252,00	9,9
Atibaia	2.828,76	39,98	2.868,74	22,8	715,00	5,7
Corumbataí	1.679,19	-	1.679,19	13,4	-	-
Piracicaba	3.700,79	-	3.700,79	29,4	-	-
TOTAL PIRACICABA	11.402,84	1.165,88	12.568,72	100,0	1.967,00	15,6

Fonte: COMITÊS - PCJ (2010).

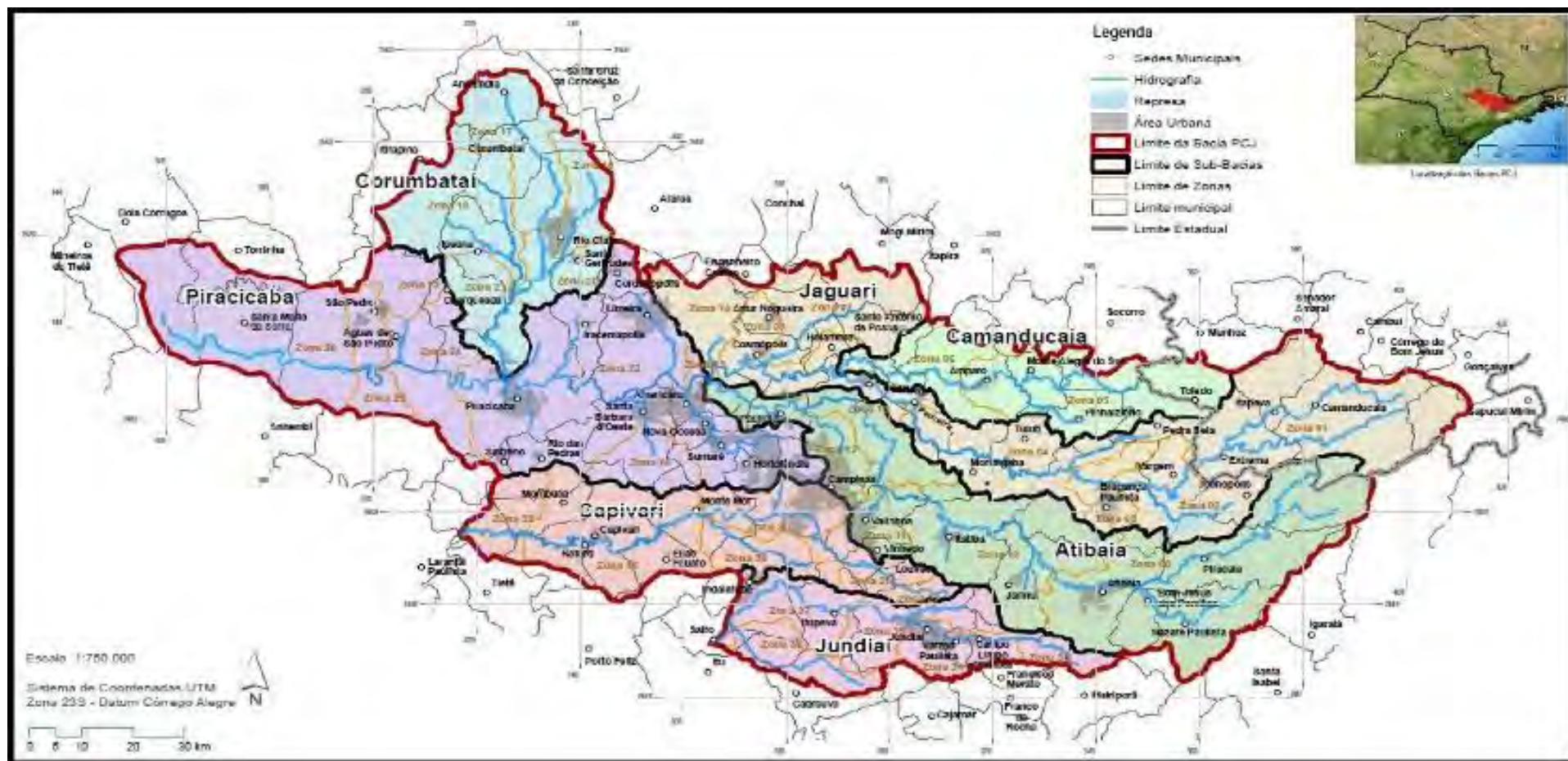
Quadro 5 - Áreas das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

Bacias	Área – SP (km ²)	Área – MG (km ²)	Área Total (km ²)	Área Total (%)
Piracicaba	11.402,84	1.165,88	12.568,72	82,1
Capivari	1.620,92	-	1.620,92	10,6
Jundiá	1.114,03	-	1.114,03	7,3
TOTAL PCJ	14.137,79	1.165,88	15.303,67	100,0

Fonte: COMITÊS - PCJ (2010).

A seguir, a **Figura 10**, contém mapa que ilustra esta divisão em sete sub-bacias principais.

Figura 10 - Sub-Bacias Principais



Fonte: Comitês-PCJ (2010).

Com base nos níveis de domínio que a Constituição Brasileira de 1988 definiu a dominialidade dos recursos hídricos por corpos d'água, e considerando o fato de que as Bacias PCJ ocupam territórios, tanto mineiros quanto paulistas, a Agência Nacional de Águas, pautada nos critérios para definição de dominialidade, elencados na Resolução nº 399 (de Julho de 2004), emitiu a Nota Técnica n. 018/2005/NGI, definindo a dominialidade dos cursos d'água das Bacias PCJ (Novembro de 2005). A partir destes critérios, a nota técnica conclui que:

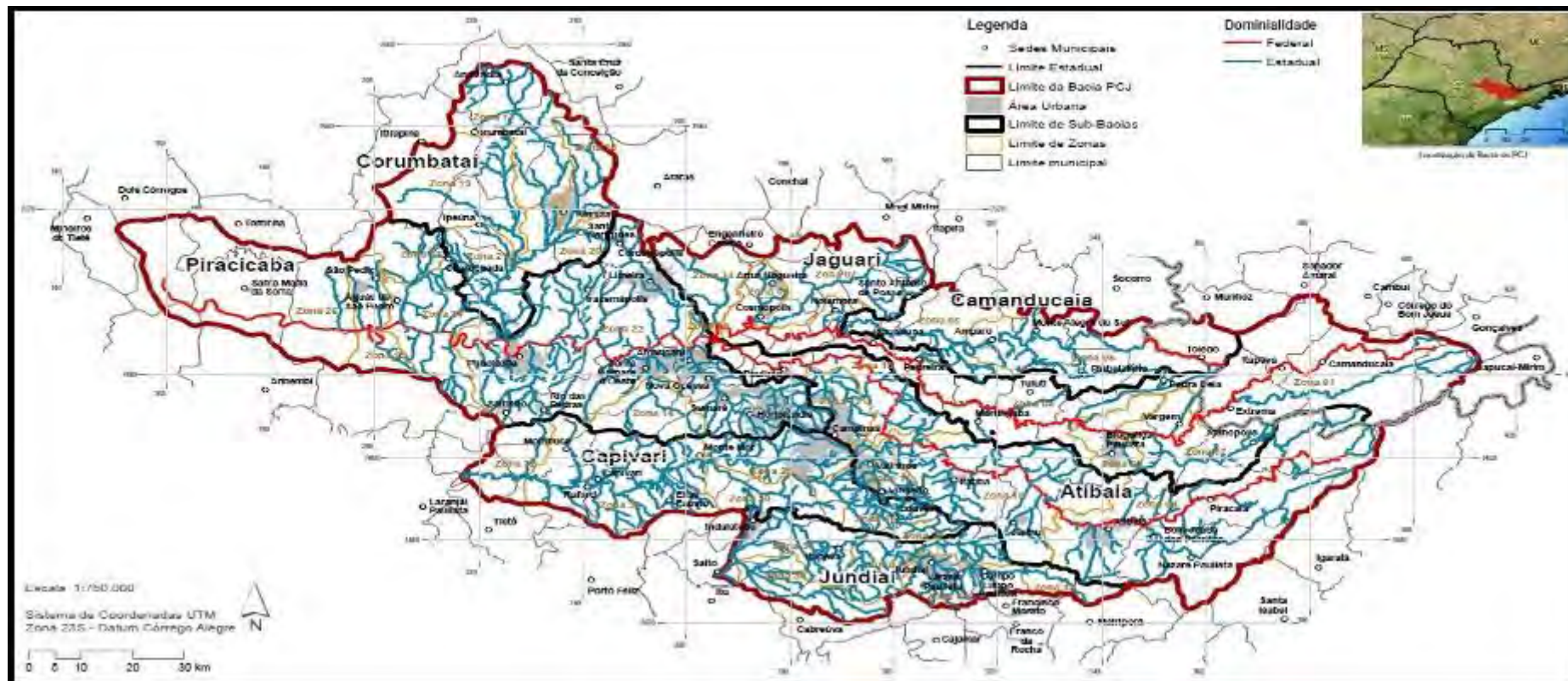
- O curso principal da bacia do rio Piracicaba, acompanha o curso tradicional do rio Piracicaba desde a sua foz na confluência com o rio Tietê e segue por este rio até a confluência com os rios Atibaia e Jaguari. A partir deste ponto o curso principal da bacia, para aquele fim, segue o rio Jaguari até a confluência com o rio Camanducaia, a partir desse ponto, o curso principal da bacia segue pelo rio Camanducaia até a sua nascente.
- O curso d'água principal do rio Camanducaia ou Gardinha tem sua foz na confluência com o rio Jaguari e segue o curso tradicional desse rio até a confluência com o córrego do Campestre. A partir desse ponto, o curso principal da bacia segue por esse córrego até a sua nascente. Outro curso d'água principal dessa bacia é o formado a partir da confluência do rio Camanducaia ou Gardinha com o córrego do Campestre que segue pelo rio até a confluência com o córrego das Pitangueiras, a partir desse ponto o curso principal segue por esse córrego até a sua nascente. O outro curso d'água principal da bacia é o determinado pelo trecho do rio Camanducaia ou Gardinha a partir da confluência com o córrego das Pitangueiras até a sua nascente.
- Dentre os principais cursos d'água inseridos dentro da Bacia do rio Piracicaba destaca-se o curso principal da bacia do Ribeirão dos Godóis, originado na confluência com o rio Jaguari até a sua nascente e o córrego da Guaraiuva, originado na confluência com o rio Jaguari até a sua nascente.
- O curso d'água principal da bacia do rio Atibaia compreende esse rio desde a sua foz na confluência com o rio Piracicaba e segue pelo mesmo até a confluência com os rios Atibainha e Cachoeira. A partir deste ponto o curso principal da bacia segue o rio da Cachoeira até a confluência com o ribeirão do Cancã. A partir desse ponto, o curso principal da bacia segue pelo ribeirão do Cancã até a sua nascente. Para determinação de dominialidade de cursos d'água da bacia do rio Atibaia, destaca-se o curso d'água principal da bacia do córrego do Abel, constituído por esse córrego originado na confluência com o ribeirão da Correnteza, até a sua nascente.
- O curso principal da bacia do rio Piracicaba, compreendido pelos rios Piracicaba, Jaguari e Camanducaia determinado anteriormente, compõe a divisa entre os estados de São Paulo e Minas Gerais na confluência do rio Jaguari com o ribeirão dos Godóis e segue pelo rio Jaguari ao longo da divisa dos estados até a confluência com o córrego da Guaraiuva. A partir desse ponto, o curso principal da bacia segue pelo estado de Minas Gerais até a nascente do rio Camanducaia. Os cursos d'água principais representados pelo ribeirão dos Godóis e pelo córrego da Guaraiuva delimitam a divisa entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. O curso d'água principal da bacia do rio Camanducaia ou Gardinha tem sua foz localizada no estado de São Paulo, transpassa o limite estadual e corre pelo limite dos estados até a confluência com o córrego do

Campestre. Deste ponto em diante, o curso principal adentra o estado de Minas Gerais até a nascente do córrego do Campestre. O outro curso principal dessa bacia tem origem na confluência do córrego do Campestre com o rio Camanducaia ou Guardinha, segue por esse rio ao longo dos limites dos estados de São Paulo e Minas Gerais até a confluência com o córrego das Pitangueiras e segue por esse córrego até a sua nascente no estado de São Paulo.

- O curso principal da bacia do rio Atibaia é composto pelos rios Atibaia, Cachoeira e ribeirão do Cancã ou Cachoeirinha, possui sua foz localizada no estado de São Paulo e transpassa o limite estadual de Minas Gerais. O curso principal da bacia do córrego do Abel tem sua foz na confluência com o ribeirão da Correnteza e transpassa os estado de São Paulo e Minas Gerais.
- Desse modo, os trechos de rios que compõem os cursos principais das bacias citadas que transpassam ou compõem limites estaduais Rios Piracicaba, Jaguari, Camanducaia e Atibaia são de domínio federal, bem como os seus formadores os Córregos do Campestre, Pitangueiras, do Abel e Guaraiuva.

A seguir, de acordo com os pressupostos descritos, tem-se a **Figura 11** que apresenta o Mapa com a Dominialidade dos Corpos d'Água que ilustra os rios das Bacias PCJ de domínio da União e de domínio estadual.

Figura 11 - Dominalidade dos Corpos d'Água.



Fonte: COMITÊS - PCJ (2010).

Utilizando-se a base hidrográfica em SIG presente no SSD-PCJ (Sistema de Suporte à Decisão das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá) e a base dos limites municipais do IBGE, determinou-se os municípios totalmente inseridos nas Bacias PCJ (sendo 44 municípios), os municípios cuja área de drenagem encontra-se parcialmente contida nas Bacias PCJ (com 29 municípios) e os municípios externos limítrofes das Bacias PCJ (com um total de 18 municípios). No **Quadro 6** a seguir, ilustra os municípios em função da inserção nas sub-bacias.

Quadro 6 - Localização dos municípios em função das Sub-Bacias Hidrográficas.

Sub-Bacias	Municípios
Camanducaia	Amparo, Itatiba, Holambra, Jaguariúna, Monte Alegre do Sul, Pedra Bela, Pedreira, Pinhalzinho, Socorro, Santo Antônio de Posse, Toledo, Tuiuti, Serra Negra
Jaguari	Americana, Amparo, Artur Nogueira, Bragança Paulista, Camanducaia, Campinas, Cordeirópolis, Cosmópolis, Itatiba, Holambra, Itapeva, Jaguariúna, Joanópolis, Limeira, Mogi-Mirim, Morungaba, Nazaré paulista, Nova Odessa, Paulínia, Pedra Bela, Pedreira, Pinhalzinho Piracicaba, Santo Antônio de Posse, Tuiuti, Vargem
Atibaia	Americana, Atibaia, Bragança Paulista, Camanducaia, Campinas, Cordeirópolis, Cosmópolis, Itatiba, Itapeva, Jaguariúna, Jarinu, Joanópolis, Jundiá, Louveira, Morungaba, Nazaré Paulista, Nova Odessa, Paulínia, Piracaia, Valinhos, Vinhedo
Corumbataí	Analândia, Charqueada, Cordeirópolis, Corumbataí, Ipeúna, Iracemápolis, Itirapina, Piracicaba, Rio Claro, Santa Gertrudes, São Pedro
Piracicaba	Águas de São Pedro, Americana, Campinas, Charqueada, Hortolândia, Santa Maria da Serra, Limeira, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Piracicaba, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Bárbara d'Oeste, Santa Maria da Serra, São Pedro e Sumaré
Capivari	Campinas, Capivari, Elias Fausto, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jundiá, Louveira, Mombuca, Monte Mor, Rafard, Rio das Pedras, Santa Bárbara d'Oeste e Vinhedo
Jundiá	Atibaia, Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Indaiatuba, Itupeva, Jarinu, Jundiá, Mairiporã, Salto, Várzea Paulista

Fonte: COMITÊS - PCJ (2010).

11.2.1 Formação e ocupação da Bacia

O processo de ocupação e formação da região das Bacias PCJ é marcado pela sua posição estratégica como entreposto do caminho entre Goiás, Minas-Gerais e Paraná, e por suas características ambientais, as quais permitiram o desenvolvimento da agricultura.

Conforme IRRIGART (2005) e reforçado por SHS (2006) e por IRRIGART (2007), nos dias atuais o processo de desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) transformou a região das Bacias PCJ em uma das áreas mais desenvolvidas da economia paulista, destacada pela sua elevada diversificação da base produtiva e pela presença de plantas industriais intensivas em capital e tecnologia, concentradas principalmente nos municípios de Paulínia, Sumaré

e Indaiatuba. Isso se justifica por essa região ser localizada junto a vários eixos de ligação entre a RMSP, o interior do estado e o triângulo mineiro, o que exerce um forte fator de atração para as empresas que buscavam e buscam localizar-se fora da grande São Paulo.

Além dessas vantagens advindas da estratégica localização, essas bacias contaram com um forte impulso de políticas de incentivo à substituição da matriz energética (Pró-Álcool) e às culturas exportadoras, o que gerou a criação de um dos polos agroindustriais de maior importância do estado de São Paulo.

11.2.2 Demografia dos municípios formadores da Bacia

A análise da demografia dos municípios das Bacias PCJ percorrida abaixo, foi pautada nos levantamentos elaborados por ocasião do Relatório de Situação 2004-2006, na Contagem da População para os municípios com até 170 mil habitantes (sendo que para os demais municípios foi realizada estimativa da população residente) feita pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para 2007 e “Estudo de Atualização do Portfólio dos Eixos Nacionais de Integração de Desenvolvimento, de 2000-2007 para 2004-2011”, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de 2003, também conhecido como “Estudos dos Eixos”.

De maneira geral, o ritmo de crescimento da população paulista vem diminuindo, passando de 2,55% a.a., no período de 1991/2000, para 1,80% a.a, no período 2000/2008. Essa redução advém, entre outras coisas, da redução dos fluxos migratórios interestaduais e vem sendo acompanhada por uma nova direção da tendência concentradora da população. Um dos exemplos que evidencia tal fenômeno ocorre na área compreendida pelos municípios que pertencem às Bacias PCJ.

Nota-se que os municípios que tangenciam as principais cidades pertencentes às Bacias PCJ apresentaram crescimento superior em relação àquelas cidades. Isso inclusive denota tendência de crescimento das cidades-dormitório, com residentes trabalhadores que são empregados nas cidades polos, ou um incremento nas atividades destes municípios.

11.2.3 Uso e ocupação do solo na Bacia

Segundo dados dos estudos acima citados, a população dos municípios dos Comitês PCJ é de 5.152.248 habitantes (63 municípios, incluindo Cabreúva e Mairiporã), sendo 5.093.150 habitantes no trecho paulista (98,85%) e 59.098 habitantes no trecho mineiro (apenas 1,15%). A taxa de urbanização média das Bacias PCJ é de 95,9%. A população das Bacias PCJ passou de 2.518.879 habitantes em 1980 para 3.560.345 em 1991, 4.467.623 em 2000 e 5.152.248 em 2008.

Observa-se nas Bacias PCJ que o uso do solo é representado em grande parte por cana-de-açúcar (33,61%) e pastagens (39,06%). O reflorestamento também é uma atividade significativa em algumas sub-bacias como a do rio Jundiá, devido principalmente, à proximidade das indústrias de papel e celulose.

A vegetação original encontra-se apenas em alguns remanescentes, como nas margens dos cursos d'água e em outras APPs e, representa apenas 7,93 % da área das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. As sub-bacias do

Piracicaba e Jundiaí apresentam-se com predominância da cultura da cana-de-açúcar. Para as outras sub-bacias a maior porcentagem da área é ocupada com pastagens.

As Bacias PCJ, de acordo com seus limites físicos, ocupam uma área de 1.530.367 ha, apresentando 105.403 ha de vegetação natural remanescente, correspondendo a 6,89% de sua superfície. A vegetação remanescente (105.403 ha) está dividida em 7.283 fragmentos, sendo que, deste total, 5.262 (72,3%) apresentam superfície de até 10 ha e 1.065 (14,62%) apresentam superfície de até 20 ha, portanto, 6.327 fragmentos que representam 86,9% apresentam superfície entre 0 e 20 ha.

As categorias com maior ocorrência de remanescente florestal são: a Floresta Ombrófila Densa Montana (13.294 ha), a formação de Vegetação Secundária (47.427 ha), a Floresta Estacional Semidecidual (9.259 ha), a formação de Vegetação Secundária (18.435 ha), a Floresta Estacional em Contato Savana / Floresta Estacional (3.512 ha) e a formação de Vegetação Secundária (5.064ha).

11.2.4 Avaliação de impacto das erosões nos recursos hídricos e sistema de monitoramento

A avaliação de impacto das erosões nos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, está baseada no relatório do Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT (1991), cujas bases conceituais caminham na mesma perspectiva de análise deste relatório. Sua base metodológica pressupõe que as sub-bacias mais atingidas por processos erosivos sejam aquelas em que se produzam grandes impactos sobre seus recursos hídricos.

Por sua posição geográfica, as Bacias PCJ, pela influência das massas de ar atuantes na região, apresentam diferenças locais que estão relacionadas principalmente ao relevo e distância em relação ao mar, afetando a distribuição e ocorrência das chuvas e o regime térmico.

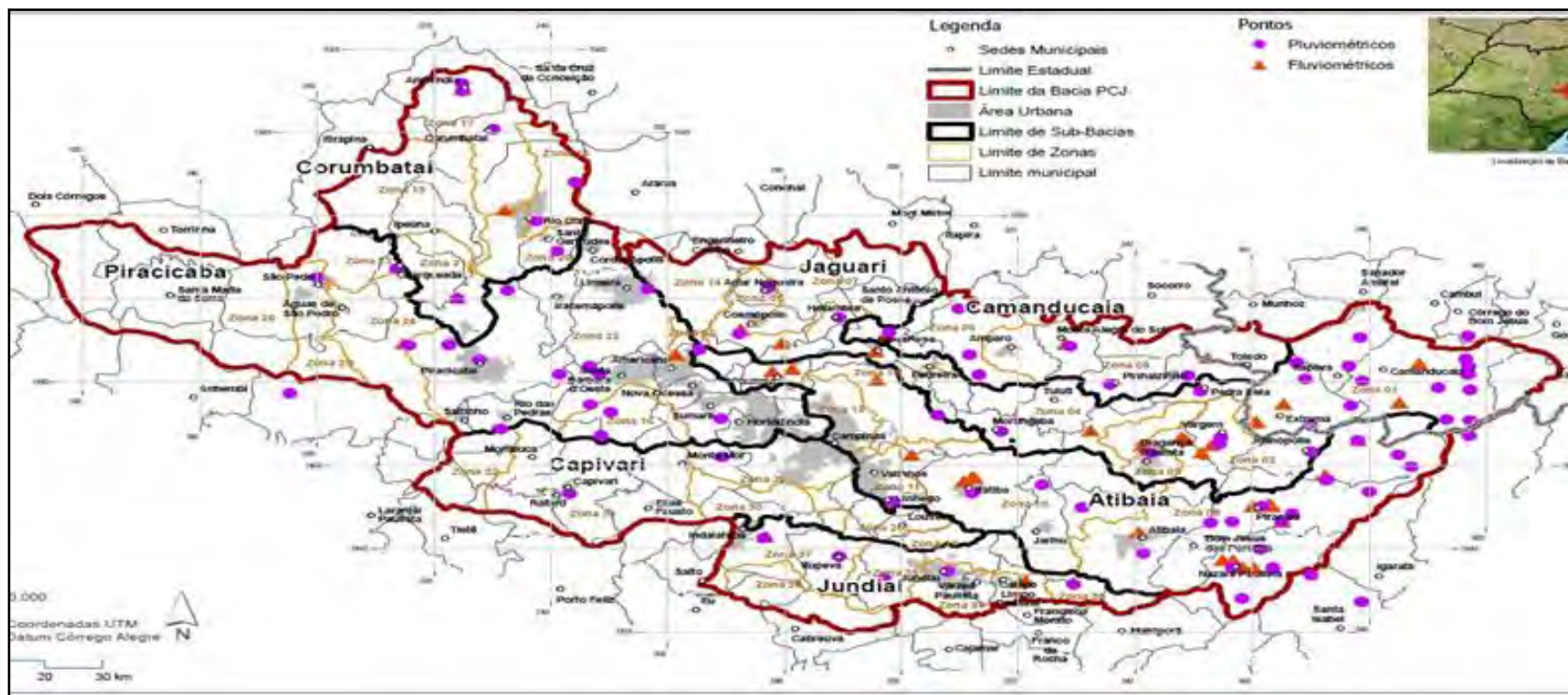
A rede de monitoramento de quantidade de água é composta por dois tipos de postos: pluviométricos e fluviométricos.

Segundo dados da Agência Nacional de Águas – ANA (HidroWeb), as Bacias PCJ apresentam um total de 105 postos pluviométricos, dos quais 83 estão em operação e os demais se encontram extintos. Estes postos quantificam a precipitação no local.

Quanto aos postos fluviométricos, as bacias apresentam, segundo o DAEE, 60 postos, dos quais 46 encontram-se ativos. Estes postos medem as vazões dos rios.

A **Figura 12** apresenta mapa referente às redes pluviométricas e fluviométricas de monitoramento das Bacias PCJ.

Figura 12 - Pontos Pluviométricos e Fluviométricos das Bacias PCJ.



Fonte: COMITÊS (2010).

A rede de monitoramento da COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, na porção paulista das Bacias PCJ, conta com 92 pontos de monitoramento, sendo 82 da rede Básica, 1 da rede de Monitoramento Automático, 5 da rede de Balneabilidade de Águas Doces e 4 da rede de Sedimentos.

Entretanto, dada a criticidade das Bacias PCJ, tanto em termos de qualidade como em quantidade da água, faz-se necessário uma ampliação deste monitoramento, inclusive para adequado acompanhamento das metas propostas nos Plano de Bacias.

Com o intuito de contribuir para o avanço na proteção e recuperação dos mananciais do Estado de São Paulo e para a implementação dos instrumentos da Política Estadual de Proteção e Recuperação das Bacias Hidrográficas dos Mananciais de Interesse Regional, lei nº 9.866 de 1997, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente divulgou um estudo de identificação destes mananciais para consolidar as informações disponíveis a respeito dos mesmos, de modo a serem definidas diretrizes para aperfeiçoamento dos instrumentos técnicos e institucionais de gestão.

Para cada UGRHI, foi então definida a sub-bacia de interesse regional prioritária, de acordo com a necessidade da gestão integrada das águas; ou seja, gestão partilhada entre os fatores gerenciais e operacionais, geopolíticos, técnicos e ambientais. Para cada sub-bacia selecionada, foi feita uma caracterização detalhada em relação às condições hidrográficas, ambientais, populacionais e de infraestrutura e foram discutidas estratégias a serem implementadas na política de preservação dos mananciais.

As Bacias PCJ foram divididas em três grandes setores, oeste, central e leste, conforme o **Quadro 7**. Na definição dos setores oeste e leste, foram verificadas as principais captações de abastecimento público, as áreas de drenagem dos mananciais atuais e as áreas de proteção ambiental, de modo a determinar as áreas que devem ser resguardadas, garantindo assim, a “produção” de água em quantidade e qualidade para as principais captações. Estes setores seriam de proteção e controle e devem sofrer exigências ambientais mais intensas.

Quadro 7 - As Bacias PCJ divididas em setores

SETORES		
Oeste	Central	Leste
<p>Áreas de Proteção Ambiental: APA Corumbataí e APA Piracicaba e Juqueri-Mirim (Área 1); Pequenos Remanescentes de Mata Nativa; Pastagens sujeitas à expansão da cana-de-açúcar; Mananciais: Rio Corumbataí, Aquífero Guarani e Reservatório de Barra Bonita; PIBs per capita municipais de R\$6.400 a R\$14.500; Faixa de população urbana: de 2.200 a 26.000 habitantes; Rios em Classe 1 ou 2 com exceção da região de Rio Claro e trecho a jusante de Piracicaba em Classe 3 ou 4 (para DBO segundo Resolução CONAMA 357/05).</p>	<p>Grandes áreas urbanas; Concentração populacional; Predomínio da cana-de-açúcar como uso da terra; Grande Infraestrutura logística; Grandes usuários da água; Polos Industriais; PIBs per capita municipais de R\$7.100 a R\$106.100; Faixa de população urbana: de 2.600 a 1.070.000 habitantes; Rios em Classe 3 ou 4 com trechos localizados em Classe 2 (para DBO segundo Resolução CONAMA 357/05).</p>	<p>Áreas de Proteção Ambiental: APA Sistema Cantareira APA Fernão Dias e APA Piracicaba e Juqueri-Mirim (Área 2); Remanescente de Mata Nativa; Pastagens, culturas irrigadas, anuais e perenes; Manancial: rios Atibaia, Jaguari e Camanducaia; Mananciais Superficiais a preservar; PIBs per capita municipais de R\$4.400 a R\$89.600; Faixa de população urbana: de 1.300 a 341.000 habitantes; Rios em Classe 1 ou 2 com exceção do rio Jundiaí e pontos localizados em Classe 3 ou 4 (para DBO).</p>

Fonte: COMITÊS - PCJ (2010).

11.2.5 Outorga

Segundo o decreto Estadual nº 41.258 de 31/10/1996 que Aprova o Regulamento da Outorga de direitos de uso dos recursos Hídricos, a outorga é o ato pelo qual o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE defere:

A implantação de qualquer empreendimento que possa demandar a utilização de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos;

A execução de obras ou serviços que possa alterar o regime, a quantidade e a qualidade desses mesmos recursos;

A execução de obras para extração de águas subterrâneas;

A derivação de água do seu curso ou depósito, superficial ou subterrâneo;

O lançamento de efluentes nos corpos d'água.

Através da outorga, o Departamento de Águas e Energia Elétrica executa a gestão quantitativa e qualitativa do uso da água, emitindo autorização ou concessão

para quaisquer intervenções que alterem a quantidade, a qualidade ou o regime de um corpo de água.

11.2.6 Licenciamento Ambiental e Regularização Ambiental

No estado de São Paulo, as atribuições do licenciamento ambiental são exercidas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.

Segundo o artigo 57 do Decreto Estadual 8.468 de 8 de setembro de 1976, para efeito de obtenção de licenciamento ambiental, consideram-se fontes de poluição:

- I. Atividades de extração e tratamento de minerais, excetuando-se as caixas de empréstimo;
- II. Atividades industriais e de serviços;
- III. Operação de jateamento de superfícies metálicas ou não metálicas, excluídos os serviços de jateamento de prédios ou similares;
- IV. Sistemas de saneamento, a saber:
 - a) Sistemas autônomos públicos ou privados de armazenamento, transferência, reciclagem, tratamento e disposição final de resíduos sólidos;
 - b) Sistemas autônomos públicos ou privados de armazenamento, afastamento, tratamento, disposição final e reuso de efluentes líquidos, exceto implantados em residências unifamiliares;
 - c) Sistemas coletivos de esgotos sanitários:
 1. Elevatórias;
 2. Estações de tratamento;
 3. Emissários submarinos e sub fluviais;
 4. Disposição final;
 - d) Estações de tratamento de água,
 - V. usinas de concreto e concreto asfáltico, inclusive instaladas transitoriamente, para efeito de construção civil, pavimentação e construção de estradas e de obras de arte;
 - VI. hotéis e similares que queimem combustível sólido ou líquido;
 - VII. atividades que utilizem incinerador ou outro dispositivo para queima de lixo e materiais, ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, inclusive os crematórios;
 - VIII. serviços de coleta, armazenamento, transporte e disposição final de lodos ou materiais retidos em unidades de tratamento de água, esgotos ou de resíduos industriais;
 - IX. hospitais, inclusive veterinários, sanatórios, maternidades e instituições de pesquisas de doença;

- X. todo e qualquer loteamento ou desmembramento de imóveis, condomínios horizontais ou verticais e conjuntos habitacionais, independentemente do fim a que se destinam;
- XI. cemitérios horizontais ou verticais;
- XII. comércio varejista de combustíveis automotivos, incluindo postos revendedores, postos de abastecimento, transportadores revendedores retalhistas e postos flutuantes;
- XIII. depósito ou comércio atacadista de produtos químicos ou de produtos inflamáveis;
- XIV. termoelétricas.

O Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Comitê PCJ – foi o segundo comitê a implementar a cobrança pelo uso da água em rios de domínio da União.

A cobrança foi estabelecida após a consolidação de um grande pacto entre os poderes públicos, os setores usuários e as organizações civis representadas no âmbito dos Comitês PCJ para a melhoria das condições relativas à quantidade e à qualidade das águas da Bacia.

A cobrança pelo uso da água nas Bacias PCJ teve início em janeiro de 2006. Estão sujeitos à cobrança os usos de água localizados em rios de domínio da União das Bacias PCJ, ou seja, nos rios Atibaia, Camanducaia, Jaguari, Piracicaba e outros.

Os usos considerados para a cobrança são aqueles constantes dos cadastros da ANA, DAEE, COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, IGAM e FEAM, que foram confirmados ou alterados pelos usuários no processo de regularização de usos. Os usuários que não se cadastraram neste processo estão ilegais e sujeitos às penalidades previstas em lei.

Os usos de recursos hídricos em rios de domínio dos Estados de São Paulo e Minas Gerais estão sujeitos ao que estabelecem as leis estaduais: em São Paulo a Lei nº 12.183, de 29/12/05; e em Minas Gerais no Decreto nº 44.046, de 13/06/05.

Os valores que serão pagos pelos usuários foram discutidos e estudados no âmbito dos Comitês PCJ, de forma a não causar impactos significativos nos custos dos usuários.

Estes recursos financeiros são aplicados na região onde foram arrecadados com base nos programas, projetos e obras previstos no Plano de Bacias aprovado pelos Comitês PCJ. O Plano consiste em um programa de ações e investimentos para a conservação, recuperação e preservação dos recursos hídricos.

A cobrança aplica-se à captação, ao consumo e ao lançamento de carga orgânica, de acordo com os usos declarados e consolidados e com os mecanismos previstos nas deliberações dos Comitês PCJ. Os preços públicos unitários aprovados são apresentados no **Quadro 8** a seguir.

Quadro 8 - Preços Públicos Unitários

Tipo Uso	Unidade	Valor de 01/01 a 31/12 de 2014	Valor de 01/01 a 31/12 de 2015	Valor a partir de 01/01/2016
Captação de água bruta	R\$ / m ³	0,0108	0,0118	0,0127
Consumo de água bruta	R\$ / m ³	0,0217	0,0235	0,0255
Lançamento de carga orgânica DBO _{5,20}	R\$ / kg	0,1084	0,1175	0,1274
Transposição de bacia	R\$ / m ³	0,0163	0,0176	1,0191

Fonte: Comitês PCJ (2014).

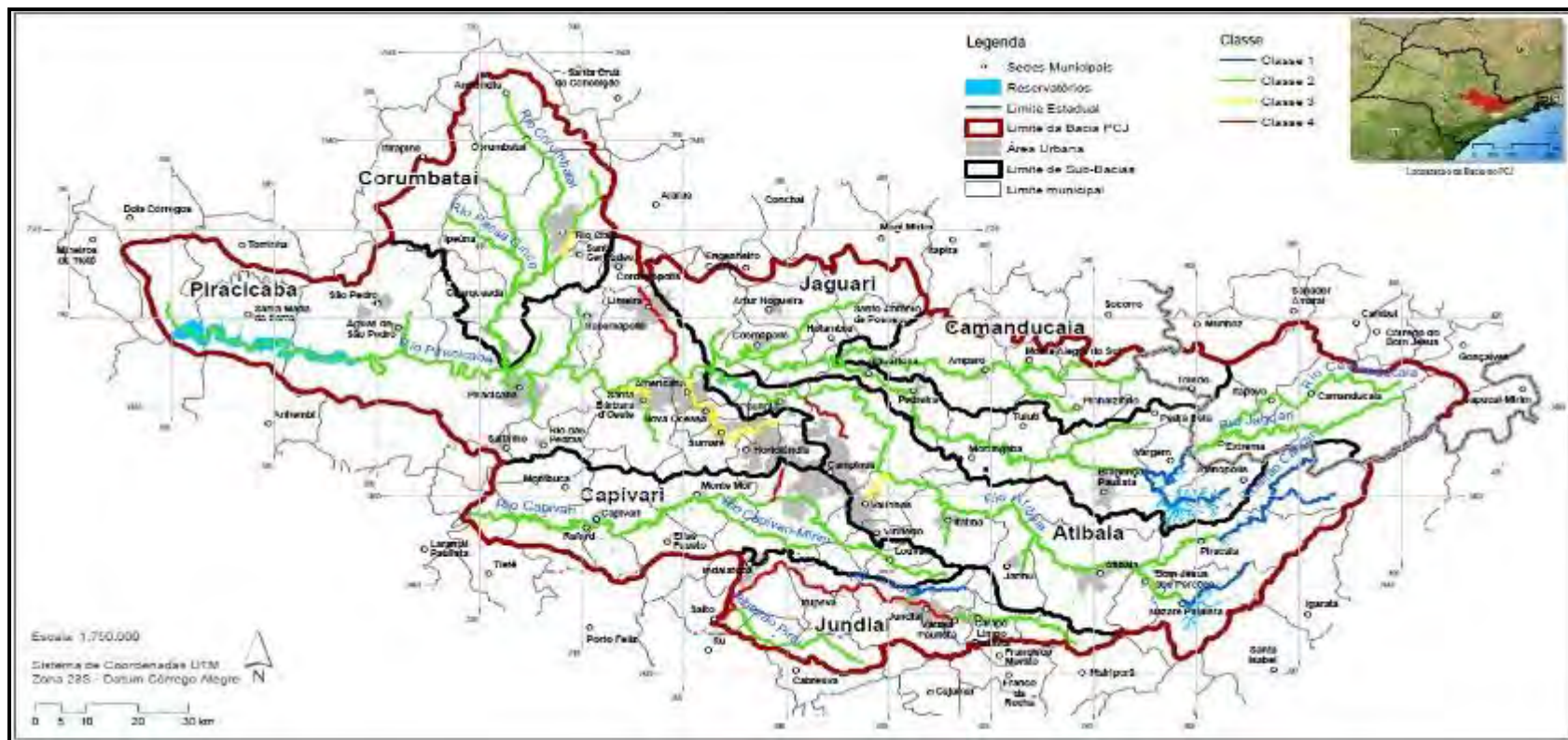
Estes valores, no entanto, foram previstos para obedecer a uma progressividade aprovada pelos Comitês PCJ, sendo cobrado 60% destes valores em 2006, 75% em 2007 e em 2008 o valor integral.

A Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos já é realidade em duas bacias hidrográficas de rios de domínio da União que banham Minas Gerais: na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, localizada na divisa dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, e na bacia hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, localizada na divisa entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo. Por se tratarem de rios de domínio da União, o órgão gestor responsável pela cobrança é a Agência Nacional de Águas – ANA.

A legislação referente ao enquadramento dos corpos d'água das Bacias PCJ é composta pelo Decreto Estadual Paulista nº 10.755 de 23/11/1977 que obedeceu aos padrões fixados pelo Decreto Estadual Paulista nº 8.468 de 08/09/1976 e, em âmbito federal, o estabelecimento dos padrões foi feito pela Resolução nº 357/2005 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

Seguindo as diretrizes apresentadas nos decretos supracitados, traz-se na **Figura 13**, a seguir, o mapa de enquadramento dos corpos hídricos das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Tem-se que na bacia hidrográfica do rio Piracicaba os corpos d'água estão enquadrados nas classes 1, 2, 3 e 4; na bacia hidrográfica do rio Capivari os corpos d'água estão enquadrados apenas nas classes 2 e 4; na bacia hidrográfica do rio Jundiaí os corpos d'água estão enquadrados nas classes 1, 2 e 4 (ANA, 2005).

Figura 13 - Mapa de enquadramento dos corpos hídricos das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.



Fonte: COMITÊS - PCJ (2010).

O Município de Pinhalzinho possui Plano Diretor, Lei Orgânica, Código de Obras e Lei de Uso e Ocupação do Solo. Não possui ainda, Programa de Gestão Municipal de Recursos Hídricos.

11.2.7 Programas e Projetos na Bacia

O Projeto de Proteção aos Mananciais tem como finalidade, a conscientização de todos os setores da sociedade sobre a problemática dos recursos hídricos da região, no planejamento e no fomento às ações de recuperação dos mananciais.

O Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos - PROÁGUA Nacional é um programa do Governo Brasileiro financiado pelo Banco Mundial por meio do Acordo de Empréstimo 7420-BR. O Programa originou-se da exitosa experiência do PROÁGUA / Semiárido e mantém sua missão estruturante, com ênfase no fortalecimento institucional de todos os atores envolvidos com a gestão dos recursos hídricos no Brasil e na implantação de infraestruturas hídricas viáveis do ponto de vista técnico, financeiro, econômico, ambiental e social, promovendo assim o uso racional dos recursos hídricos. O objetivo geral do PROÁGUA Nacional é contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País, mediante planejamento e gestão dos recursos hídricos simultaneamente com a expansão e otimização da infraestrutura hídrica, de forma a garantir a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos.

Os Indicadores para Acompanhamento do Plano de Bacias dividem-se em três grupos: indicadores da conjuntura socioeconômica e cultural, indicadores gerais do estado da gestão dos recursos hídricos e indicadores de Implementação do Plano.

Ainda que se possa efetuar a medição e o monitoramento de todos os indicadores citados, há certa parcela de dificuldade na obtenção de dados e informações representativas para muitos deles. Nesse sentido, para as Bacias PCJ recomenda-se, numa etapa inicial, a adoção de indicadores facilmente mensuráveis e que possuam dados disponíveis, os quais demonstrem a situação e a evolução da qualidade ambiental nas Bacias.

Juntamente com outros instrumentos técnicos de gestão que vêm evoluindo na administração dos recursos hídricos das Bacias PCJ, a outorga de direitos de uso também deve receber um tratamento prioritário, tendo em vista que as disponibilidades hídricas da região já apresentam elevados patamares de utilização (tanto para a captação como para a diluição de efluentes). Um sistema de outorga tecnicamente mais evoluído, amparado pelas modelagens matemáticas de hidrologia e qualidade das águas e integrado com outros procedimentos de licenciamento, constitui requisito ao aperfeiçoamento do atual sistema.

Além das diretrizes e norteamentos para a ação estabelecidos pelo Plano das Bacias PCJ, foram identificadas ações consideradas prioritárias, que podem contribuir com as condições de gestão das Bacias e para a realimentação dos futuros ciclos de planejamento. São elas: apoio para a implementação do Plano das Bacias PCJ 2010-2020; estudo de viabilidade de barramentos para aumento das disponibilidades hídricas nas Bacias PCJ, garantindo-se a segurança hídrica na região; diretrizes para

estabelecimento de critérios diferenciados para cobrança pelo uso da água e para outorga e licenciamento em áreas críticas; análise das eficiências das Estações de Tratamento de Esgotos; situação e potencialidades para a utilização de águas subterrâneas.

12. VEGETAÇÃO

De acordo com o PMSB 2010, a vegetação do município de Pinhalzinho conta uma diversidade natural, os tipos de vegetação são variados nas altitudes menores e fundos de vale e altitudes mais elevadas. Os cedros, perobas, jequitibá, jataí, ingá encontram-se nas altitudes menores e fundos de vale. Nas altitudes mais elevadas encontram-se os pinheiros e araucárias.

Na fauna existem as diferentes espécies de animais como: capivaras, pacas, e guaxinins nas baixas altitudes, enquanto que nas elevadas, lobo guará, jaguatiricas e cervos. Existem também muitas diversidades de répteis como: jaracuçu, urutu cruzeiro, jararaca nas baixas altitudes, e cascavéis, corais entre outras nas formações rochosas e elevadas.

A área do território de Pinhalzinho encontra-se quase que totalmente inserida na área da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo). Essa área está contida em área de floresta Ombrófila Densa, em transição com a floresta Estacional Semidecidual conforme a **Figura 14**.

Figura 14 - Mapa Zoamento da Reserva da Biosfera Cinturão Verde da Cidade São Paulo.



Fonte: Sistema Ambiental Paulista (2003)

A Floresta Ombrófila Densa se caracteriza por ser floresta de clima úmido, praticamente sem período seco no decorrer do ano e temperaturas médias em torno de 22°C, ocorrendo nas encostas sul-sudeste das Serra da Mantiqueira.

Muito da vegetação originária da região já foi substituída por formas antrópicas de ocupação do solo, como a agricultura e a pecuária, além do emprego de silvicultura, principalmente pinos e eucalipto.

A área de Pinhalzinho está inserida em duas grandes áreas de conservação denominada de APA (Áreas Protegidas por Lei) que são Piracicaba Juqueri-Mirim e APA Sistema de Cantareira.

13. USOS E OCUPAÇÃO DOS SOLOS

Esse tópico trata-se das normas relativas à densificação, regime de atividades, dispositivos de controle das edificações e parcelamento do solo, que configuram o regime urbanístico.

13.1 Áreas Protegidas por Lei e de Proteção Ambiental.

Os dados e informações apresentados a seguir, foram extraídos da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP (2010) e têm como referência o PMS Final (SABESP 2010).

Conforme Decreto Estadual nº 26.882, de 11 de março de 1987 e posteriormente promulgado pela Lei Estadual nº 7.438 de 14 de julho de 1991, sua localização foi denominada de Área de Proteção Ambiental APA que compreende a Bacia dos Rios Piracicaba- Juqueri-Mirim área II, que tem aproximadamente 280.330,90 hectares.

Esta área está protegida por Lei Federal sob o nº 11.445/2007 exatamente pelo fato que os Rios formadores da Bacia são de domínio da União por serem Interestaduais.

A APA Piracicaba/Juqueri-Mirim Área 2, está inserida na Depressão Periférica e também no Planalto Atlântico na Serra da Mantiqueira abrange os municípios paulista como Campinas, Nazaré Paulista, Piracaia, Amparo, Bragança Paulista, Holambra, Jaguariúna, Joanópolis, Monte Alegre do Sul, Morungaba, Pedra Bela, Pedreira, Pinhalzinho, Serra Negra, Socorro, Santo Antônio de Posse, Tuiuti e Vargem (região das bacias hidrográficas do rio Piracicaba e do rio Juqueri-Mirim).

Seu perímetro abrange a sub-bacia do rio Jaguari e do rio Camanducaia, formadores dos reservatórios Jaguari-Jacaré, Cachoeira e Atibainha. Abriga também as cabeceiras do rio Juqueri-Mirim, formador do Reservatório Paiva Castro. Esses reservatórios formam o Sistema Cantareira. O objetivo de criação desta APA é proteger os recursos hídricos ameaçados pela ocupação ao redor dos reservatórios, especialmente pelo aumento do número de chácaras de recreio, reduzindo a vegetação ciliar, e pelas atividades agropecuárias com manejo inadequado, provocando erosão e poluição dos corpos d'água.

A região caracteriza-se pela existência de um eixo industrial e tecnológico a oeste da APA, polarizado nos municípios de Bragança Paulista, Atibaia e Jaguariúna, contrastando com a ocupação restante, baseada em atividades agrícolas, em geral por pequenas propriedades.

No **Quadro 9** contem dados do município de Pinhalzinho destacando-se a APA e que o abrange e a área territorial.

Quadro 9 - Município de Pinhalzinho inserido na área protegida conforme Lei.

Município	Área protegida	Lei	Área (ha)
Pinhalzinho	APA Estadual Piracicaba - Juqueri - Mirim (Área – II)	Dec. N° 22.882 de 11/03/87	16.004,73

Fonte: COMITÊS - PCJ (2010).

13.1.1 Fiscalização

Como no tópico anterior serão apresentados a seguir dados compilados do Plano Municipal de Saneamento Básico 2010, do município de Pinhalzinho.

Para fiscalização dessas irregularidades foi criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA, que no uso de suas atribuições que lhe fora conferida pelo artigo 8º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e o artigo 7º do Decreto nº 88.351, de 1 de julho de 1983, baixou a Resolução CONAMA nº 10, de 14/12/1988, que resolveu no seu artigo 1º que as Áreas de Proteção Ambiental - APA's são unidades de conservação destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando à melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais.

Na **Figura 15** a área de proteção ambiental que se inseri no presente documento é referente ao número "13 b" Região Administrativa de Campinas. Áreas de Proteção Ambiental no Estado de São Paulo (APA) Piracicaba – Juqueri – Mirim. No município de Pinhalzinho/SP a maior ênfase se da tratando-se de preservação do meio ambiente no item "água" ao Córrego do Areal, o Rio das Pedras, Rio do Pinhal, Rio Camanducaia e Rio do Jaguari conforme croqui item 12.2 fls. nº 85.

Figura 15 - Mapa APAs Áreas de Proteção Ambiental no Estado de São Paulo e Memorial Descritivo

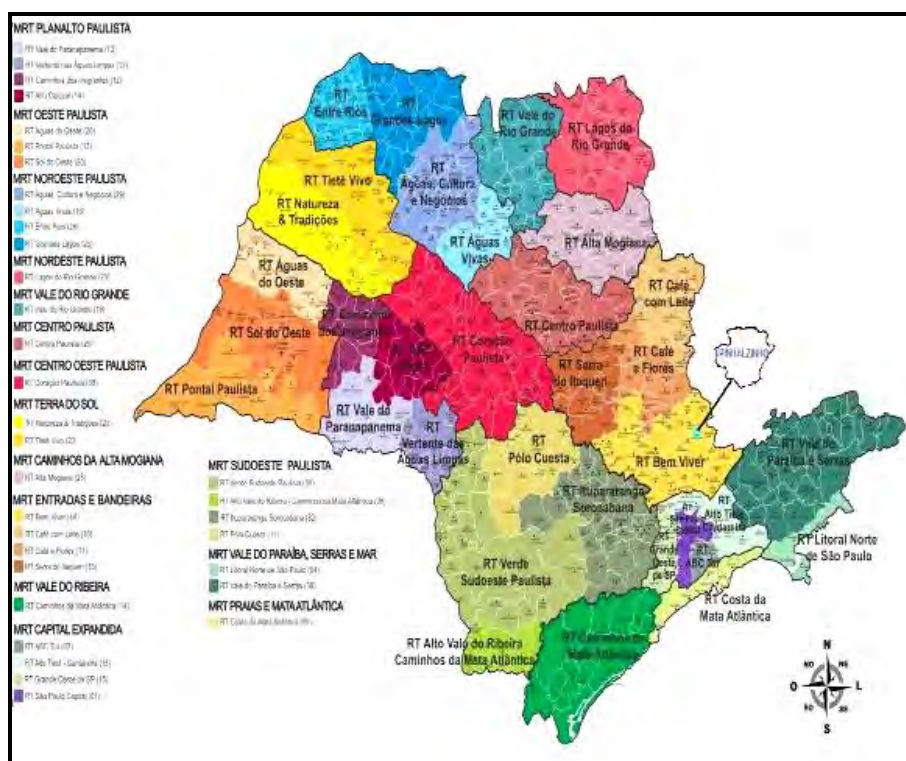


Fonte: Sistema Ambiental paulista (2003).

14. TURISMO

O Estado de São Paulo conforme a SECRETARIA DE TURISMO (2014) está ordenada em 34 regiões turísticas que se encaixam dentro de 15 macrorregiões. Tal divisão levou-se em consideração a proximidade geográfica e a afinidade entre produtos turísticos, como história e atrativos. Esta forma de organizar como mostra o mapa na **Figura 16** o Estado foi criada para facilitar a aplicação e o desenvolvimento de programas e projetos.

Figura 16 - Macros e Regiões turísticas do Estado de São Paulo.



Fonte: Portal da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo (2014).

Ainda segundo a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo (2014), o município de Pinhalzinho está inserido na RT Bem Viver, este circuito é composto por treze municípios: Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Guarulhos, Jarinu, Joanópolis, Mairiporã, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Piracaia, Tuiuti e Vargem. Onze deles estão localizados na macrorregião turística Estradas e Bandeiras, região turística - RT - Bem Viver e dois deles - Guarulhos e Mairiporã - na região metropolitana de São Paulo, RT Alto Tietê-Cantareira.

A região está junto a Serra da Mantiqueira, o que garante clima privilegiado e belos cenários propiciados pelas represas do Complexo Cantareira, sua vegetação admirável, a diversidade da fauna e da flora e podem-se praticar esportes de aventura e pesca, além de ecoturismo e turismo rural.

Conforme o Portal Turismo São Paulo (2014), as regiões turísticas de acordo com a divisão é tematizadas com cada circuito essa maneira é utilizada para vender o turismo no estado em feiras, eventos e etc. São 27 grupos de municípios com características em comum, as quais são utilizadas para que eles se promovam como produtos turísticos por meio de roteiros e circuitos. Só são levadas em conta as cidades que tem a promoção turística em evidência. Esses circuitos e roteiros estão dentro das regiões turísticas.

O município de Pinhalzinho como mostra na **Figura 17** é todo englobado no circuito Entre Serras e Águas, com características de tranquilidade típica do interior, suas atrações turísticas são compostas por cachoeiras do Cardoso e das Andreas;

CAPÍTULO III - PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

15. INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar os aspectos legais, políticos, institucionais, da gestão dos serviços, do planejamento e da regulação e fiscalização, além dos principais indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos do Município de Pinhalzinho, expondo os principais dados inerentes a essas áreas, bem como apontando as deficiências e suas causas. As informações aqui reunidas poderão servir de subsídio para os relatórios subsequentes.

Os indicadores são instrumentos importantes, pois permitem reconstituir um retrato aproximando de determinadas dimensões da realidade vivenciada por uma dada localidade.

Neste volume, serão abordados primeiramente os indicadores socioeconômicos, reportando as características gerais da população, domicílios, economia e condição de vida no Município de Pinhalzinho. Em seguida, apresentam-se os principais indicadores sanitários selecionados para os segmentos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. No capítulo posterior, são expostos e comentados alguns indicadores ambientais para o Município. Finaliza com a apresentação dos indicadores epidemiológicos, importantes para inferir ações na área de saneamento.

16. ASPECTOS POLÍTICOS, INSTITUCIONAIS E DE GESTÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município está a cargo da SABESP– Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo, pela Lei Municipal nº 1.243/2010 que autoriza o poder executivo a celebrar convênio de cooperação com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Saneamento Básico e Energia, delega as competências de fiscalização e regulação, inclusive tarifária, dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário à Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, autoriza a celebração de contrato de programa com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, para a execução desses e dá outras providências.

A Lei nº 1.243 estabelece vigência até 01 de dezembro de 2040 para a concessão dos serviços de água e esgotos do município, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

Os demais serviços de saneamento e planejamento estão a cargo da prefeitura, sendo responsabilidade da Secretaria de Obras.

O município não possui Planos Diretores de Abastecimento de Água ou de Esgotamento Sanitário.

O município é consorciado do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ, bem como membro do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - COMITÊS - PCJ, com o objetivo de auxiliar na gestão dos recursos hídricos e do meio ambiente.

16.1 Análise da legislação aplicável ao saneamento básico do município

As Leis pertinentes a saneamento básico e recursos hídricos, nos âmbitos federal, estadual e municipal se encontram na **Tabela 2**.

Tabela 2 - Leis pertinentes a saneamento básico e recursos hídricos (continua)

Data	Lei	Ementa
Leis Federais		
31 de agosto de 1981	6.938/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
19 de setembro de 1990.	Lei no 8.080/1990.	Lei do SUS. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
19 de setembro de 1991	Resolução CONAMA no 006/1991.	"Dispõe sobre a incineração de resíduos sólidos provenientes de estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos" - Data da legislação: 19/09/1991 - Publicação DOU, de 30/10/1991, pág. 24063.
5 de agosto de 1993	Resolução CONAMA no 005/1993.	"Estabelece definições, classificação e procedimentos mínimos para o gerenciamento de resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde, portos e aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários" - Data da legislação: 05/08/1993 - Publicação DOU nº 166, de 31/08/1993, págs. 12996-12998.
13 de fevereiro de 1995.	Lei no 8.987/1995.	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
8 de janeiro de 1997.	Lei no 9.433/1997.	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
19 de julho de 2000	Resolução CNRH no 12/2000.	Estabelece procedimentos para o enquadramento de corpos de água em classes segundo os usos preponderantes.
10 de julho de 2001.	Lei no 10.257/2001.	Estatuto das Cidades - Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
11 de janeiro de 2001.	Resolução CNRH no 15/2001.	Estabelece diretrizes gerais para a gestão de águas subterrâneas.
8 de maio de 2001	Resolução CNRH no 16/2001.	Estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos.
29 de maio de 2001	Resolução CNRH no 17/2001.	Estabelece diretrizes para elaboração dos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas.
29 de outubro de 2002	Resolução CONAMA no 313/2002	"Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais" - Data da legislação: 29/10/2002 - Publicação DOU nº 226, de 22/11/2002, págs. 85-91.
21 de dezembro de 2004	Resolução ANA no 707/2004.	Dispõe sobre procedimentos de natureza técnica e administrativa a serem observados no exame de pedidos de outorga, e dá outras providências.. Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.
21 de março de 2005	Resolução CNRH no 48/2005.	Estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.
28 novembro de 2005	Resolução CNRH no 54/2005.	Estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reuso direto não potável de água.

Tabela 2 - Leis pertinentes a saneamento básico e recursos hídricos (continuação)

Data	Lei	Ementa
17 de março de 2005	Resolução CONAMA nº 357/2005.	"Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências." - Data da legislação: 17/03/2005 - Publicação DOU nº 053, de 18/03/2005, págs. 58-63.
29 de abril de 2005	RESOLUÇÃO nº 358,	Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.
30 de janeiro de 2006	Resolução CNRH no 58/2006.	Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos.
7 de dezembro de 2006	Resolução CNRH no 65/2006	Estabelece diretrizes de articulação dos procedimentos para obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental.
9 de outubro de 2006	Resolução CONAMA no 377/2006.	"Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário" - Data da legislação: 09/10/2006 - Publicação DOU nº 195, de 10/10/2006, pág. 56.
31 de outubro de 2006	Resolução CONAMA no 380/2006.	"Retifica a Resolução CONAMA nº 375/2006 - Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências" - Data da legislação: 31/10/2006 - Publicação DOU nº 213, de 07/11/2006, pág. 59.
5 de janeiro de 2007.	Lei no 11.445/2007.	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.
19 de março de 2007	Resolução CNRH no 70/2007	Estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os CBH, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000.
3 de abril de 2008	Resolução CONAMA no 397/2008. "	Altera o inciso II do § 4º e a Tabela X do § 5º, ambos do art. 34 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA nº 357, de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes." - Data da legislação: 03/04/2008 - Publicação DOU nº 66, de 07/04/2008, págs. 68-69.
11 de novembro de 2008	Resolução CONAMA no 404/2008.	"Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos." - Data da legislação: 11/11/2008 - Publicação DOU nº 220, de 12/11/2008, pág. 93.
21 de junho de 2010.	DECRETO Nº 7.217, DE 21 DE JUNHO DE 2010.	Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.
2 de agosto de 2010.	Lei nº 12.305/2010.	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispendo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis Projeto de Lei nº 1.991/2007.

Tabela 2 - Leis pertinentes a saneamento básico e recursos hídricos (continuação)

Data	Lei	Ementa
12 de Dezembro de 2011	Portaria no 2914/11 MS.	Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências
Leis Estaduais		
30 de Março de 1970	Decreto Lei nº 211/1970.	Código de Saúde do Estado de São Paulo.
14 de julho de 1970	Decreto lei nº 52.490/1970.	Dispõe sobre a proteção dos recursos hídricos no Estado de São Paulo contra agentes poluidores.
21 de julho de 1970	Decreto nº 52.497/1970.	Proíbe o lançamento dos resíduos sólidos a céu aberto, bem como a sua queima nas mesmas condições.
18 de dezembro de 1975	Lei nº 898/1975.	Disciplina o uso do solo para a Proteção dos Mananciais, cursos e reservatórios de água.
8 de setembro de 1976	Decreto nº 8.468/1976.	Regulamenta a Lei nº 997, de 31 de maio de 1976 – Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente (com redação dada pela Lei nº 8.943, de 29.09.94)
31 de maio de 1976	Lei nº 997/ 1976.	Dispõe sobre a instituição do sistema de prevenção e controle da poluição do meio ambiente na forma prevista nessa lei e pela Lei nº 118/73 e pelo Decreto nº 5.993/75.
22 de novembro de 1977	Decreto nº 10.755/1977.	Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores na classificação prevista no Decreto nº 8.468/76.
28 de março de 1978	Lei nº 1.563/1978.	Proíbe a instalação nas estâncias hidrominerais, climáticas e balneárias de indústrias que provoquem poluição ambiental.
11 de novembro de 1987	Decreto Estadual nº 27.576/1987.	Criação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos.
9 junho de 1988	Decreto nº 28.489/1988.	Considera como modelo básico a Bacia do Rio Piracicaba.
2 de junho de 1988	Lei nº 6.134/1988.	Dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais e águas subterrâneas no Estado de São Paulo.
de outubro de 1989	Constituição do Estado de São Paulo 1989.	Capítulo IV. Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento.
27 de julho de 1990	Deliberação CONSEMA nº 20/1990.	Aprova a norma “Critérios de Exigência de EIA/RIMA para sistemas de disposição de Resíduos Sólidos Domiciliares, Industriais e de Serviços de Saúde”.
7 de fevereiro de 1991	Decreto nº 32.955/1991.	(Com retificação feita no DOE, de 09/02/1991). Regulamenta a Lei nº 6.134/88, de águas subterrâneas.
30 de dezembro de 1991	Lei nº 7.663/1991.	(Alterada pelas Leis nº 9.034/94, 10.843/01, 12.183/05). Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
31 de março de 1992	Lei nº 7.750/1992.	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento
9 de setembro de 2014	Decreto nº 36.787/1993.	(Redação alterada pelos Decretos nº 38.455/94; 39.742/94 e 43.265/98). Adapta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
27 de julho de 2012	Decreto nº 38.455/1994.	Nova redação do artigo 2º do Decreto nº 36.787/93, que adapta o CRH.
23 de dezembro de 1994	Decreto nº 39.742/1994	(Alterada pelo Decreto nº 43.265/98). Adapta o CRH do Decreto nº 36.787/93.
29 de dezembro de 1994	Resolução SMA nº 42/1994.	Aprova os procedimentos para análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente e institui o Relatório Ambiental - RAP conforme roteiro de orientação estabelecido pela SMA.
7 de maio de 1996	Decreto nº 40.815/1996.	Inclui dispositivos no Decreto nº 8.468/76, que aprova o Regulamento da Lei nº 997/76, a prevenção e controle da poluição.

Tabela 2 - Leis pertinentes a saneamento básico e recursos hídricos (continuação)

Data	Lei	Ementa
31 de outubro de 1996	Decreto nº 41.258/1996.	Regulamenta os artigos 9º a 13º da Lei nº 7.663, de 30.12.1991 - Outorga.
31 de março de 2014	Resolução SMA nº 25/1996.	Estabelece programa de apoio aos municípios que pretendam usar áreas mineradas abandonadas ou não para a disposição de resíduos sólidos - classe III.
12 de Dezembro de 1996	Portaria DAEE nº 717/1996.	Norma sobre outorgas.
30 de dezembro de 1996	Lei nº 9.477/1997.	Dispõe sobre alterações da Lei nº 997/76, Artigo 5º, com relação ao licenciamento de fontes de poluição, exigindo as licenças ambientais prévia, de instalação e de operação.
20 de março de 1997	Lei nº 9.509/1997.	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
28 de novembro de 1997	Lei nº 9.866/1997.	Disciplina e institui normas para a proteção e recuperação das Bacias Hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado.
18 de julho de 1997	Resolução SMA nº 50/1997.	Dispõe sobre a necessidade de elaboração do RAP – Relatório Ambiental Preliminar.
23 de junho de 1998	Decreto nº 43.204/1998.	Regulamenta o FEHIDRO e Altera Dispositivos do Decreto Estadual nº 37.300.
30 de junho de 1998	Decreto nº 43.265/1998	Nova redação de dispositivos do Decreto nº 36.787/93, sobre o CRH.
	Decreto nº 43.594/1998.	Inclui dispositivos no Decreto nº 8.468/76, que aprova o Regulamento da Lei nº 997/76, a prevenção e o controle da poluição.
11 de Fevereiro de 1998	Projeto de Lei nº. 20/1998	Dispõe Sobre a Cobrança pela Utilização dos Recursos Hídricos do Domínio do Estado e dá Outras Providências.
2 de junho de 1988	Lei nº 6.134/1998.	Dispõe sobre a Preservação dos Depósitos Naturais de Águas Subterrâneas.
27 de março de 1998	Resolução SMA nº 9/1998.	Dispõe sobre o Anteprojeto de Lei que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos para amplo debate junto aos municípios, as entidades públicas e privadas, as organizações não governamentais e as sociedades civis. Este anteprojeto está em discussão nos Conselhos Estaduais – COHIDRO, CONSEMA, CONESAN.
27 de fevereiro de 1998	Resolução SMA nº 13/1998.	Dispõe sobre a obrigatoriedade da atualização anual do Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos.
	Deliberação nº 22/1998.	Aprova Proposta de Alteração do Decreto Estadual nº 8468 que dispõe sobre a Regulamentação da Lei Estadual nº 997.
5 de julho de 2001	Lei nº 10.843/2001	Altera a Lei nº 7.663/91, da política de recursos hídricos, definindo as entidades públicas e privadas que poderão receber recursos do FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos.
4 de dezembro de 2002	Decreto nº 47.400/2002.	Regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, referentes ao licenciamento ambiental, estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação, estabelece prazo de análise dos requerimentos e licenciamento ambiental, institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade, e o recolhimento de valor referente ao preço de análise.
27 de agosto de 2003	Resolução SMA nº 34/2003.	Regulamenta no Estado de São Paulo os procedimentos a serem adotados no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico.
29 de dezembro de 2005	Lei nº 12.183/2005	Cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo.
30 de março de 2006	Decreto nº 50.667/2006.	Regulamenta dispositivos da Lei da cobrança

Tabela 2 - Leis pertinentes a saneamento básico e recursos hídricos (conclusão)

Data	Lei	Ementa
16 de março de 2006	Lei nº 12.300/2006.	Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.
Leis Municipais		
26 de dezembro de 1969	Lei nº 29/1969	Institui o Código de Postura do Município e dá outras providências
06 de setembro de 1999	Lei nº 758/199	Disciplina, organiza e regulamenta, no âmbito Municipal, o parcelamento do solo de que tratam as Leis 6.766/79 e 9.785/99
30 de abril de 2009	Lei nº 1.152/2009	Institui o Programa Municipal de Conservação de Estradas Rurais "Melhor Caminho"
22 de junho de 2009	Lei nº 1.164/2009	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.
03 de setembro de 2009	Lei nº 1.175/2009	Dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação de Projeto de Arborização Urbana nos novos parcelamentos do solo.
03 de setembro de 2009	Lei nº 1.176/2009	Dispõe sobre as atividades pertinentes ao controle da poluição atmosférica, por meio da avaliação da emissão de fumaça preta de veículos e máquinas movidos a diesel, conforme regulamentação específica e adota outras providências.
03 de setembro de 2009	Lei nº 1.177/2009	Institui a Política Municipal de Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino do Município de Pinhalzinho e dá outras Providências.
01 de dezembro de 2010	Lei nº 1.243/2010	Autoriza o Poder Público a celebrar convênio - ARSESP
01 de dezembro de 2010	Lei nº 1.244/2010	Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho, Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto.
10 de março de 2011	Lei nº 1.258/2011	Autoriza o Município de Pinhalzinho a participar do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas.
27 de abril de 2011	Lei nº 1.261/2011	Dispões sobre o uso de sacolas plásticas utilizadas pelos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de Pinhalzinho e dá outras providências.
	Lei Orgânica	
Lei Especifica		
2010	Plano da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, para o período 2010/2020.	

Elaborada por N S Engenharia Sanitária (2015).

17. PLANEJAMENTO

O Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017 contempla o planejamento para o Saneamento nos seguintes itens conforme a **Tabela 3**.

Tabela 3 - Implementar projetos para executar o PMSB, conservação e urbanização das áreas verdes do município

	Referencia	2014	2015	2016	2017
		Valores em R\$			
Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	Assistência ambiental	64.500,00	17.932,55	19.008,20	20.148,49
	Custos funcionais e estruturais da Casa da Agricultura	78.200,00	82.115,02	87.041,80	92.263,50
Setor de Urbanismo	Manutenção da coleta e transbordo de resíduos sólidos	550.000,00	727.200,00	787.800,00	838.300,00
	Total	692.700,00	827.247,57	893.850,00	950.711,99

Fonte: Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (2015).

18. REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Os serviços de regulação e fiscalização de saneamento básico no município de Pinhalzinho são realizados pela ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - de regime especial, vinculada à secretaria de Energia, criada pela Lei Complementar nº 1.025/2007 e regulamentada pelo Decreto nº 52.455/2007, com o objetivo de regular, controlar e fiscalizar, no âmbito do Estado, os serviços de gás canalizado e, preservadas as competências e prerrogativas municipais, de saneamento básico de titularidade estadual.

A ARSESP foi criada a partir da CSPE (Comissão de Serviços Públicos de Energia), autarquia que atuou na regulação e fiscalização dos serviços de energia elétrica e gás canalizado desde 1998. A sua criação é de grande importância para área de saneamento, pois está inserida no contexto de modernização da política estadual para o setor, bem como na sua adequação às leis federais 11.107/05 e 11.445/07, que estabelecem, respectivamente, as normas gerais de contratação de consórcios públicos, e as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

As principais atribuições da ARSESP nas suas áreas de atividades são:

- Energia elétrica: por meio de convênio de delegação e descentralização, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), fiscalizar as 14 concessionárias de distribuição, 12 permissionárias, além de PCHs e PCTs que atuam no Estado de São Paulo.

- Gás canalizado: regular e fiscalizar os serviços de distribuição de gás canalizado das 3 concessionárias paulistas;
- Saneamento: regular e fiscalizar os serviços de saneamento de titularidade estadual, assim como aqueles de titularidade municipal, que venham a ser delegados à ARSESP pelos municípios paulistas que manifestarem tal interesse.

Abaixo se encontra o artigo 2º da lei de criação da ARSESP:

Artigo 2º - A ARSESP, no desempenho de suas atividades, obedecerá aos princípios da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade, celeridade, impessoalidade, igualdade, devido processo legal, descentralização, publicidade, moralidade, boa-fé e eficiência, observando-se os seguintes critérios e diretrizes:

I - objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes e autoridades;

II - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei;

III - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

IV - mínima intervenção na atividade privada, admitidas apenas as proibições, restrições e interferências imprescindíveis ao alcance dos objetivos da regulação específica;

V - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinem as suas decisões;

VI - observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

VII - coibição da ocorrência de discriminação no uso e acesso à energia;

VIII - proteção ao consumidor no que respeita a preços, continuidade e qualidade do fornecimento de energia;

IX - aplicação de metodologias que proporcionem a modicidade das tarifas;

X - asseguramento à sociedade de amplo acesso a informações sobre a prestação dos serviços públicos de energia e as atividades desta Agência, assim como a publicidade das informações quanto à situação do serviço e aos critérios de determinação das tarifas.

A Lei 1.242 de 01 de Dezembro de 2010 autoriza o executivo a firmar convenio de cooperação com a SABESP e ARSEP



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO
CNPJ 45.623.600/0001-44

LEI N.º 1.243/2010

DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010

"Autoriza o Poder Público Executivo a celebrar convênio de cooperação com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Saneamento Básico e Energia, delega as competências de fiscalização e regulação, inclusive tarifária, dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário à Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, autoriza a celebração de contrato de programa com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP para a execução desses e dá outras providências".

À Câmara Municipal de Pinhalzinho aprovou e eu, BENEDITO APARECIDO DE LIMA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a celebrar **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO**, com fundamento no artigo 241 da Constituição Federal, da Lei federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, da Lei federal nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007, do Decreto Federal nº. 6.017 de 17 de janeiro de 2007, da Lei estadual nº. 119, de 29 de junho de 1973, da Lei Complementar Estadual nº. 1.025, de 7 de dezembro de 2007, e Decretos Estaduais nº. 41.446, de 16 de dezembro de 1996, nº. 50.470, de 13 de janeiro de 2006, nº. 52.020, de 30 de julho de 2007, nº. 52.455, de 7 de dezembro de 2007 e nº. 53.192 de 01 de julho de 2006, visando à delegação das competências de fiscalização e regulação, inclusive tarifária, dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao Estado de São Paulo com prestação desses serviços públicos pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e exercício das competências por intermédio da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais legislação referida no artigo anterior, autorizado a celebrar **CONTRATO DE PROGRAMA** com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, visando à prestação dos serviços municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Artigo 3º - As autorizações de que tratam os artigos 1º e 2º desta Lei visam à integração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao serviço estadual de saneamento básico e abrangerá, no todo ou em parte as seguintes atividades integradas e suas respectivas infra-estruturas e instalações operacionais:

- I - a captação, adução e tratamento de água bruta;
- II - a adução, reservação e distribuição de água tratada;
- III - a coleta, transporte, tratamento e disposição final de efluentes

sanitários.

Rua Cruzeiro do Sul, 225 - CEP 12.995-000 - Pinhalzinho - Estado de São Paulo
PABX (11) 4018.4310 - TELEFAX (11) 4018.4475



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO
CNPJ 45.623.600/0001-44

Artigo 4º - O convênio de cooperação deve estabelecer:

- I - os meios e instrumentos para o exercício das competências de fiscalização e regulação, inclusive tarifária, dos serviços públicos municipais de saneamento básico delegados ao Estado de São Paulo;
- II - a execução dos serviços públicos municipais de saneamento básico;
- III - os direitos e obrigações do Município;
- IV - os direitos e obrigações do Estado;
- V - as atribuições comuns ao Município e Estado.

Artigo 5º - A vigência do convênio de cooperação está vinculada ao tempo que perdurar o contrato de programa.

Artigo 6º - A Sabesp gozará de isenção dos tributos municipais nas áreas e instalações operacionais existentes na data da celebração do contrato de programa, extensível àquelas criadas durante a sua vigência e também dos preços públicos relacionados ao uso de vias públicas, do espaço aéreo e do subsolo, e ao uso de quaisquer outros bens municipais necessárias à execução dos serviços.

Artigo 7º - O Município fará as cessões gratuitas das áreas afetadas aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário existentes na data da assinatura do contrato de programa, bem como as que receber gratuitamente para implantação dos mesmos serviços, devidamente regularizadas à SABESP, pelo prazo em que vigorem o convênio de cooperação e o contrato de programa.

Artigo 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho, 01 de Dezembro de 2010.


Benedito Aparecido de Lima
Prefeito Municipal

Rua Cruzeiro do Sul, 225 – CEP 12.995-000 – Pinhalzinho – Estado de São Paulo
PARX (11) 4018-4310 – TELEFAX (11) 4018-4475

19. AÇÕES INTERSETORIAIS

Não foram identificados planejamentos de ações intersetoriais entre os gestores do saneamento no município, havendo apenas reciprocidade de ações pontuais em especial em ocasiões emergências.

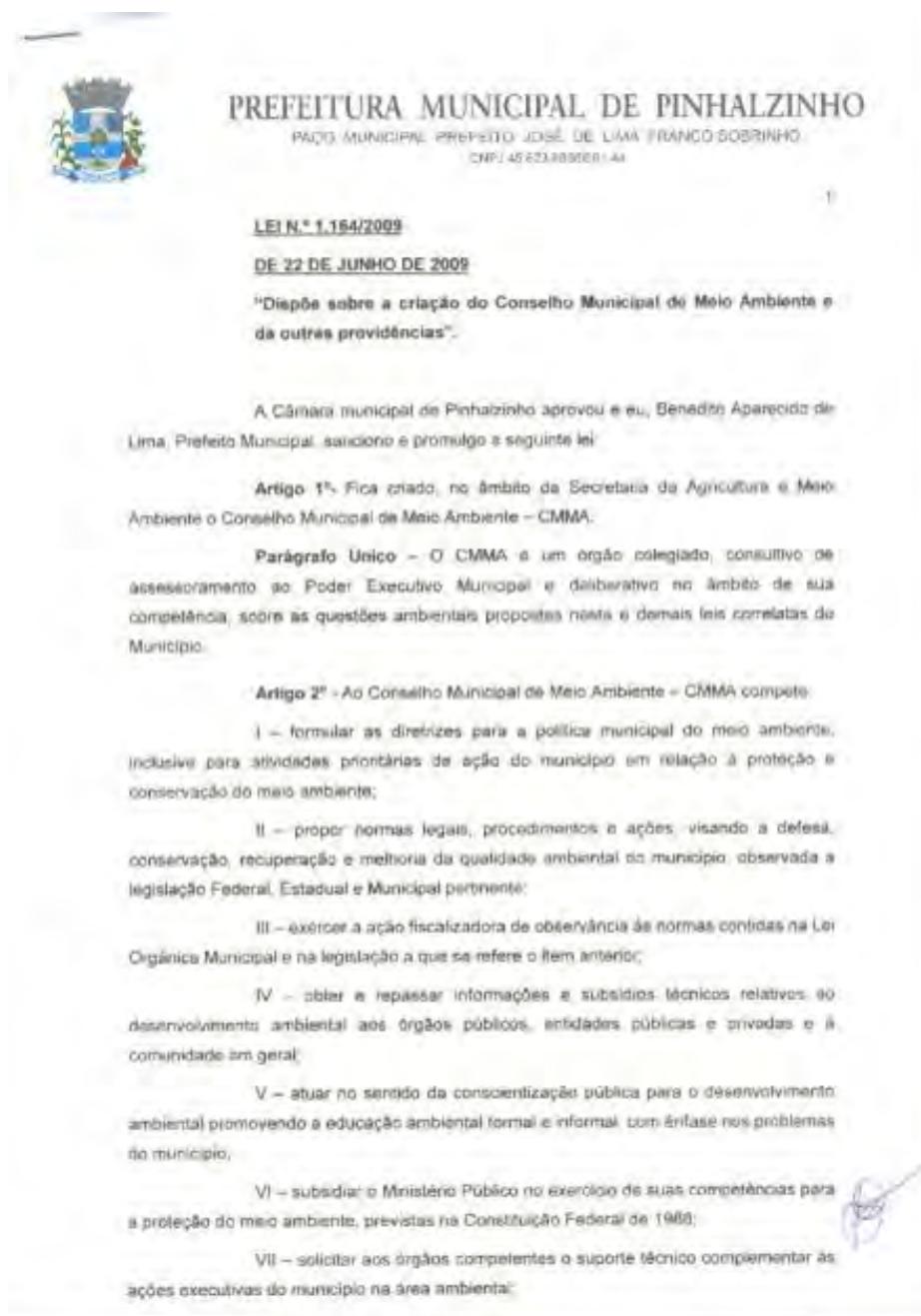
Apesar de definida como uma das atribuições do CMMA a promoção da educação ambiental, só foi identificada ação de educação ambiental as ações como

plântio de árvores e coleta seletiva com crianças e jovens no município, realizada pela Secretaria de Obras junto com as Instituições Educacionais Municipais.

Não foram identificadas as ações definidas como ferramentas comunicacionais do Plano de Mobilização Social, tais como disponibilização de informações sobre a elaboração do PMSB no site da prefeitura ou disponibilização de linha telefônica para consulta direta dos munícipes.

20. PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

A participação e o controle social da prestação de serviços de saneamento básico municipais são feitas pelo CMMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente, criado pela Lei nº 1.164 de 22/06/2009.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO
CNPJ 45.623.800/0001-44

2

VIII – propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de pesquisas e de atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;

IX – opinar, previamente, sobre os aspectos ambientais de políticas, planos e programas governamentais que possam interferir na qualidade ambiental do município;

X – apresentar anualmente proposta orçamentária ao Executivo Municipal, inerente ao seu funcionamento;

XI – identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos competentes, Federais, Estaduais e Municipais, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação;

XII – opinar sobre a realização de estudo alternativo sobre as possíveis conseqüências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria, visando a compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental.

XIII – acompanhar o controle permanente das atividades degradadoras e poluidoras, de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes, denunciando qualquer alteração que promova impacto ambiental ou desequilíbrio ecológico.

XIV – receber denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração junto aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais responsáveis e sugerindo ao Prefeito Municipal as providências cabíveis.

XV – acionar os órgãos competentes para localizar, reconhecer, mapear e cadastrar os recursos naturais existentes no município, para o controle das ações capazes de afetar ou destruir o meio ambiente.

XVI – opinar nos estudos sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, posturas municipais, visando a adequação das exigências do meio ambiente, ao desenvolvimento do município.

XVII – opinar quando solicitado sobre a emissão de alvarás de localização e funcionamento no âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras e degradadoras.

XVIII – decidir sobre a concessão de licenças ambientais de sua competência e a aplicação de penalidade e fiscalização;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

FAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO
CNPJ 45.023.000/0001-44

3

XIX – orientar o Poder Executivo Municipal sobre o exercício do poder de polícia administrativa no que concerne à fiscalização e aos casos de infração à legislação ambiental;

XX – deliberar sobre a realização de Audiências Públicas, quando for o caso, visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras;

XXI – propor ao Executivo Municipal a instituição de unidades de conservação visando à proteção de sítios de beleza excepcional, mananciais, patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paleontológico, espeleológico e áreas representativas de ecossistemas destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia;

XXII – responder a consulta sobre matéria de sua competência;

XXIII – decidir, juntamente com o órgão executivo de meio ambiente, sobre a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

XXIV – acompanhar as reuniões das câmaras técnicas permanentes e temporárias em assuntos de interesse do Município.

Artigo 3º - O suporte financeiro, técnico e administrativo indispensável à instalação e ao funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente será prestado diretamente pela prefeitura, através do órgão executivo municipal de meio ambiente ou órgão a que o CMMA estiver vinculado.

Artigo 4º - O CMMA será composto, de forma paritária, por representantes do poder público e da sociedade civil organizada, a saber:

I – Representantes do Poder Público:

- a) três representantes do Poder Executivo Municipal, das áreas de agricultura e meio ambiente, Saúde e Obras, indicados pelo Prefeito Municipal;
- b) um representante do Poder Legislativo, indicado pela Câmara Municipal.

II – Representantes da Sociedade Civil:

- a) dois representante de entidade civil criada com o objetivo de defesa dos interesses dos moradores, com atuação no município;
- b) um representante de entidade civil criada com finalidade de defesa da qualidade do meio ambiente, com atuação no âmbito do município;
- c) um representante dos produtores rurais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO
CNPJ 45.623.600/0001-48

2

Artigo 5º - Cada membro do Conselho terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento, ou qualquer ausência.

Artigo 6º - A função dos membros do CMMA é considerada serviço de relevante valor social e não remunerada.

Artigo 7º - As sessões do CMMA serão públicas e os atos deverão ser amplamente divulgados.

Artigo 8º - O mandato dos membros do CMMA é de dois anos, permitida uma recondução, à exceção dos representantes do Executivo Municipal.

Artigo 9º - Os órgãos ou entidades mencionados no art.4º poderão substituir o membro efetivo indicado ou seu suplente, mediante comunicação por escrito dirigida ao Presidente do CMMA.

Artigo 10 - O CMMA poderá instituir, se necessário, em seu regimento interno, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse e ainda recorrer a técnicos e entidades de honra especialização em assuntos de interesse ambiental.


Artigo 11 - No prazo máximo de 30 dias após a sua instalação, o CMMA elaborará o seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado por decreto do prefeito Municipal também no prazo de 30 dias.

Artigo 12 - A instalação do CMMA e a composição dos seus membros ocorrerá no prazo máximo de 30 dias, contados a partir da data de publicação desta lei.

Artigo 13 - As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Artigo 14 - Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Pinhalzinho, 22 de Junho de 2009


Benedito Aparecido de Lima
Prefeito Municipal

21. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Neste item são abordados os principais indicadores socioeconômicos do Município de Pinhalzinho, sendo apresentados, também, dados intervenientes direta ou indiretamente na obtenção desses indicadores. Sabe-se que as condições socioeconômicas podem estar vinculadas à utilização dos recursos naturais e à degradação ambiental.

Fazendo uma analogia, podemos comparar os indicadores socioeconômicos a um conjunto de fotografias bem tiradas das moradias, das ruas, das crianças, dos idosos de uma dada localidade. Este último pode nos fornecer uma visão geral da situação da comunidade ou região de interesse, já os indicadores socioeconômicos construídos ou selecionados com base em critérios técnicos também podem retratar de forma aproximada tal situação.

Além disso, os indicadores sociais são meios utilizados para designar os países como sendo: Ricos (desenvolvidos), Em Desenvolvimento (economia emergente) ou Pobres (subdesenvolvidos).

Nos itens seguintes podem-se visualizar as características socioeconômicas gerais do Município de Pinhalzinho.

21.1 Características gerais do território, população e domicílio

Os dados apresentados neste item foram retirados, predominantemente, do SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática (2013), do Portal ODM - Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2013) e do SEADE – Sistema Nacional de Análise de Dados (2013).

21.1.1 Caracterização do território e população

Nas **Tabelas 4 e 5**, apresentam-se as principais características referentes ao território e à população do Município de Pinhalzinho, respectivamente.

Tabela 4 - Características gerais do território do Município de Pinhalzinho.

Descrição	Unidade	Quantidade
Área	Km ²	154,53
Densidade demográfica	Habitantes/km ²	84,81
Grau de Urbanização (ano 2010)	%	49,26

Fonte: IBGE (2013).

A densidade demográfica foi de 84,81 habitantes/Km², sendo um índice utilizado para verificar a intensidade de ocupação de um território. O conhecimento da concentração ou dispersão da população pelo território permite inferir as possíveis pressões sobre os recursos hídricos e as ações necessárias para a gestão.

Observa-se que no Município de Pinhalzinho, a população residente na zona urbana é de 49,26%, bem abaixo a taxa de urbanização do Estado de São Paulo que é de aproximadamente 95%.

Tabela 5 - Características da população e estatísticas vitais do Município de Pinhalzinho

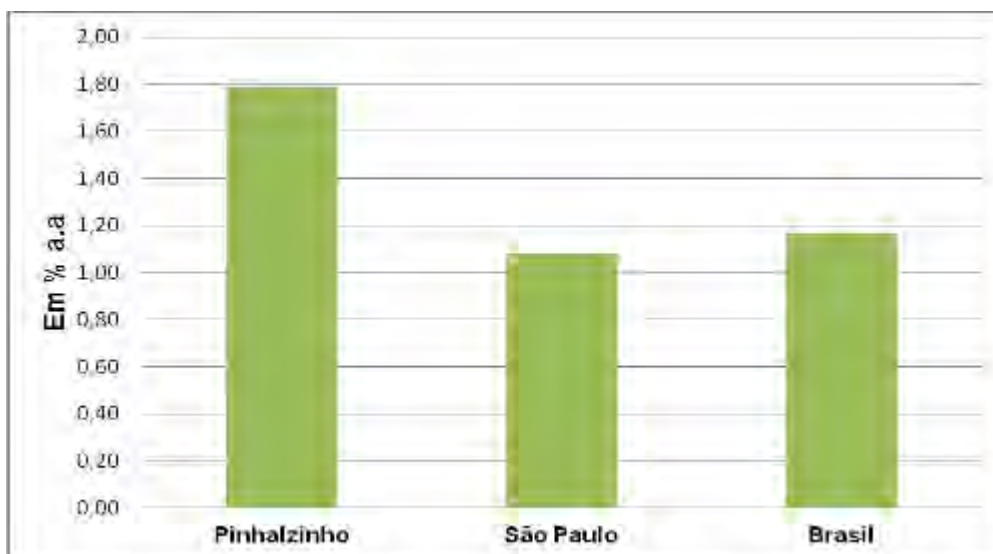
Descrição	Participação Urbana	Participação Rural	Total
População (2010)	6.455	6.650	13.105
Taxa geométrica de crescimento anual – 2000/2010 (em %a.a.)	2,02	1,57	1,79%
Índice de envelhecimento - 2010 (em %)	76,86		
Nº de óbitos (por 1.000 habitantes) – ano base 2008	6,5		
Taxa de mortalidade infantil (para cada mil crianças menores de um ano) - 2010	26,8		

Fonte: Tabela 1378 SIDRA (2013) e SEADE (2010).

O índice de envelhecimento (número de pessoas residentes de 60 e mais anos de idade / número de pessoas residentes com menos de 15 anos de idade*100) no ano 2010 foi de 76,86%, o que quer dizer que para cada 100 jovens existem em torno de 70 idosos no município.

Com relação ao crescimento populacional, percebe-se que tanto a população rural quanto a urbana apresentaram crescimento entre os Censos 2000 e 2010, favorecendo, assim o aumento da população total. Na **Figura 18**, visualiza-se a taxa de crescimento no município em comparação ao Estado de São Paulo e ao Brasil.

Figura 18 - Taxas de crescimento populacional entre 2000 e 2010 para o Município de Pinhalzinho, Estado de São Paulo e Brasil.



Fonte: SIDRA (2010), IBGE (2010).

Observa-se que entre 2000 e 2010, o ritmo de crescimento da população residente no município foi de 1,79% ao ano, enquanto o Estado de São Paulo cresceu a 1,08% ao ano.

Determinar o ritmo do crescimento populacional é fundamental para a projeção da demanda/disponibilidade de água e saneamento, visando o planejamento da infraestrutura e ações necessárias, de modo a mitigar ou evitar os impactos diretos e indiretos nos recursos hídricos.

21.1.2 Estudo de projeção da população

Os estudos de projeção da população terão como objetivo estabelecer a evolução da população de Pinhalzinho no período de alcance deste Plano Municipal de Saneamento Básico. Como instrumento de planejamento, essas projeções possibilitarão realizar estudos prospectivos da demanda pelos serviços públicos de saneamento básico, verificando-se sua capacidade de atendimento no presente e projetando-se, para o futuro, as necessidades de investimentos para garantir a universalização do acesso. Serão utilizados também no acompanhamento da política de saneamento básico do município, como variável constituinte de indicadores operacionais.

21.1.3 Alcance do PMSB

O período de alcance deste Plano Municipal de Saneamento Básico será fixado em 20 anos, sendo:

Início de PMSB: 2016;

Fim de PMSB: 2035.

21.1.4 Dados censitários de Pinhalzinho

Segundo os censos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 realizados pelo IBGE, o crescimento da população correu conforme mostrados na **Tabela 6**.

Tabela 6 - População do município de Pinhalzinho segundo os censos do IBGE

Censo	Total	Urbana	Rural
1970	4.912	1.352	3.560
1980	6.432	2.145	4.287
1991	8.433	3.796	4.637
2000	10.986	5.291	5.695
2010	13.105	6.455	6.650

Fonte: IBGE (2014).

Considerando os dados da **Tabela 6** e aplicando a taxa de crescimento pelo método geométrico, relativas ao período 1970/2010, obtém-se a **Tabela 7**.

Tabela 7 - Taxas de crescimento geométrico – Pinhalzinho (% ao ano)

Período	Total	Urbana	Rural
1970/1980	2,73	4,72	1,88
1980/1991	2,49	5,33	0,72
1991/2000	2,98	3,76	2,31
2000/2010	1,78	2,01	1,56

Fonte: N S Engenharia Sanitária (2015)

Verifica-se, pela **Tabela 7**, que as taxas de crescimento da população urbana, tiveram forte crescimento nas décadas de 70 a 2000, e crescimento moderado nas décadas de 2010. Comparando com o comportamento da população do Estado, verifica-se que a população de Pinhalzinho cresce a taxas similares. Enquanto a população urbana do estado cresceu na última década 1,38% ao ano, a população total de Pinhalzinho evoluiu a taxa de 2,01% ao ano. Com relação à população total, o crescimento do estado foi de 1,10% ao ano, ao passo que o crescimento da população urbana de Pinhalzinho foi de 1,78% ao ano.

Quanto à população rural, as taxas observadas são consideravelmente maiores. Em 1970 a população rural representava cerca de 30% da população total, ao passo que em 2010 essa participação aumentou para mais que a metade da população chegando a 51%.

A **Tabela 8** ilustra o grau de urbanização do município.

Tabela 8 - Grau de urbanização – Pinhalzinho (% ao ano).

Ano	Grau de Urbanização (1970 -2010)
1.970	27,52
1.980	33,35
1.991	45,01
2.000	48,16
2.010	49,26

Fonte: IBGE (2010).

21.1.5 Projeções oficiais

21.1.5.1 Projeção - PCJ

A Agência PCJ no seu Plano das Bacias Hidrográficas 2010 a 2020 fez a projeção populacional dos municípios para os horizontes de 2014 a 2020, resultando, para Pinhalzinho, nos seguintes valores:

2014: 12.967

2020: 14.081

A taxa média de crescimento, estimada para o período 2014/2020, foi de 1,38% ao ano. Fazendo a comparação com os censos do IBGE, a taxa média de crescimento adotada (1,38 ao ano) foi superior à verificada pelos censos do IBGE de 2000/2010, que foi de 1,10% ao ano, conforme mostrado na **Tabela 7**.

21.1.6 Equações matemáticas de projeção

Os estudos de projeção da população serão realizados, utilizando como ferramentas, equações matemáticas, considerando os seguintes métodos:

21.1.6.1 Projeção aritmética

- Coeficiente: $K_a = \frac{P_2 - P_0}{t_2 - t_0}$
- Equação da projeção: $P_t = P_0 + K_a(t - t_0)$

21.1.6.2 Projeção geométrica

- Coeficiente: $K_g = \frac{\ln P_2 - \ln P_0}{t_2 - t_0}$

- Equação da projeção: $P_t = P_0 \cdot e^{Kg(t-t_0)}$

21.1.6.3 Taxa decrescente de crescimento

- Coeficiente: $P_s = \frac{2 \cdot P_0 \cdot P_1 \cdot P_2 - P_1^2 \cdot (P_0 + P_2)}{P_0 \cdot P_2 - P_1^2}$
- Coeficiente: $K_d = \frac{-\ln\left[\frac{(P_s - P_2)}{(P_s - P_0)}\right]}{t_2 - t_0}$
- Equação da projeção: $P_t = P_0 + (P_s + P_0) \left[1 - e^{-K_d(t-t_0)} \right]$

21.1.6.4 Crescimento logístico

- Coeficiente: $P_s = \frac{2 \cdot P_0 \cdot P_1 \cdot P_2 - P_1^2 \cdot (P_0 + P_2)}{P_0 \cdot P_2 - P_1^2}$
- Coeficiente: $K_l = \frac{1}{t_2 - t_1} \cdot \ln \left[\frac{P_0 \cdot (P_s - P_1)}{P_1 \cdot (P_s - P_0)} \right]$
- Coeficiente: $C = \frac{P_s - P_0}{P_0}$
- Equação da projeção: $P_t = \frac{P_s}{1 + C \cdot e^{K_l(t-t_0)}}$

Observa-se para essa projeção a verificação das seguintes condições:

- $P_0 < P_1 < P_2$, e
- $P_0 \times P_2 < P_1^2$

Como o crescimento populacional de Pinhalzinho nos últimos 10 anos foi muito acentuado, essa condição não vai ser atendida, sendo então esse método descartado no estudo.

21.1.7 Projeção da população de Pinhalzinho

Levando em consideração que o grau de urbanização é o menor, atingido 49,26% em 2010, **será feita a projeção da população urbana da sede**, utilizando as equações de projeção mostradas no item anterior.

De acordo com o resultado dos censos de 2000, 2010 apresentados na **Tabela 6**, a **Tabela 9** (abaixo) apresenta os dados de entrada nas equações de projeção e seus respectivos coeficientes:

Tabela 9 - Dados de entrada e coeficientes das equações de projeção

Dado	Ano	População	Coeficientes das Equações			
			CURVA LOGÍSTICA	PROJEÇÃO ARITMÉTICA	PROJEÇÃO GEOMÉTRICA	TAXA DECRESCENTE
P ₀	1990	8.228	P _s = 15.977	KA = 244	K _g = 0,023273	P _s = 15,977
P ₁	2000	10.986	C = 0,94175	-	-	K _d = 0,04963
P ₂	2010	13.105	KI = -0,07291	-	-	-

As populações resultantes da aplicação dos métodos de projeção são apresentadas na **Tabela 10**.

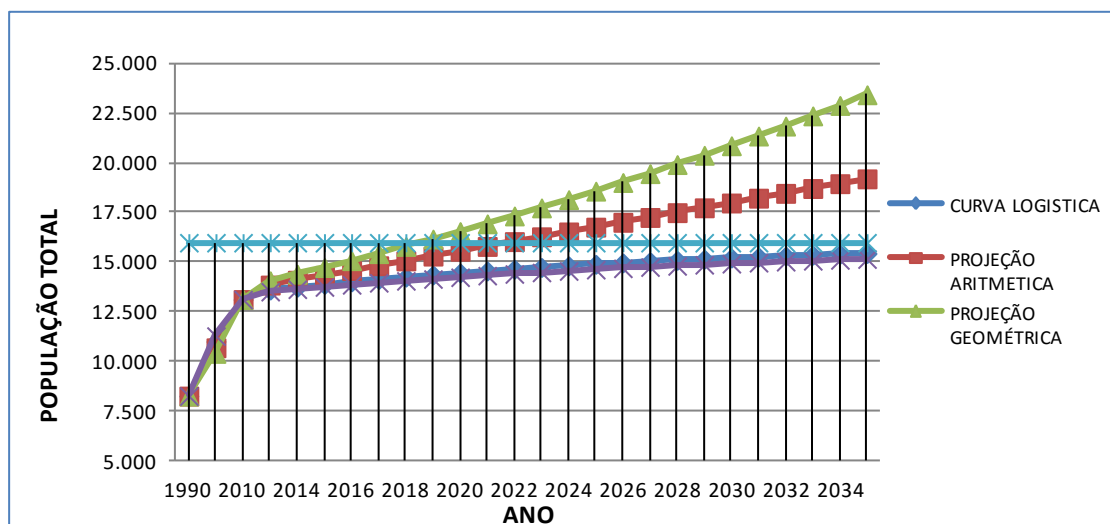
Tabela 10 - Projeção da população total do município de Pinhalzinho.

População projetada						
Ano	Ano	População entrada	Curva logística	Projeção aritmética	Projeção geométrica	Taxa decrescente
P ₀	1.990	8.228	8.228	8.228	8.228	8.228
P ₁	2.000	10.986	10.986	10.666	10.384	11.259
P ₂	2.010	13.105	13.105	13.105	13.105	13.105
	2.013		13.585	13.837	14.053	13.502
	2.014		13.729	14.080	14.384	13.622
	2.015		13.866	14.324	14.722	13.736
	2.016		13.996	14.568	15.069	13.845
	2.017		14.119	14.812	15.424	13.948
	2.018		14.236	15.056	15.787	14.046
	2.019		14.346	15.300	16.159	14.140
	2.020		14.449	15.544	16.539	14.228
	2.021		14.547	15.787	16.929	14.313
	2.022		14.639	16.031	17.327	14.394
	2.023		14.726	16.275	17.735	14.470
	2.024		14.807	16.519	18.153	14.543
	2.025		14.884	16.763	18.580	14.613
	2.026		14.956	17.007	19.018	14.679
	2.027		15.023	17.251	19.465	14.742
	2.028		15.087	17.494	19.924	14.801
	2.029		15.146	17.738	20.393	14.858
	2.030		15.202	17.982	20.873	14.912
	2.031		15.254	18.226	21.365	14.964
	2.032		15.302	18.470	21.868	15.013
	2.033		15.348	18.714	22.382	15.060
	2.034		15.390	18.958	22.910	15.104
	2.035		15.430	19.201	23.449	15.146

A **Figura 19** apresenta o gráfico com as curvas de projeção da população total de Pinhalzinho, de acordo com as populações projetadas na **Tabela 10**. Observando-se as populações projetadas, conclui-se que o método de projeção utilizado resultou em altas taxas de crescimento, refletindo a dinâmica da população verificada nas duas últimas décadas. As taxas médias de crescimento são as seguintes:

- Curva Logística: 0,54 % ao ano;
- Projeção Aritmética: 1,48% ao ano;
- Projeção Geométrica: 2,35% ao ano; e
- Taxa Decrescente: 0,49% ao ano;

Figura 19 - Gráfico de projeção populacional de Pinhalzinho



Para fins do PMSB Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho, levando em consideração as taxas de crescimentos acima, adotaremos uma taxa média de crescimento para o período 2016/2035 de 2,35% ao ano (resultante da taxa geométrica) devido ao crescimento acentuado do município, resultando, para a sede do município, as seguintes populações:

- Início de PMSB (2016): 15.069 habitantes
- Fim de PMSB (2035): 23.449 habitantes

Para efeito de comparação, a diferença entre a aplicação da taxa adotada (2,35% ao ano) e calculada pelo método da projeção aritmética (1,48% ao ano) resultou em uma elevação da população final de 4.248 habitantes (23.449 – 19.201), o que no nosso entendimento vai a favor da segurança, sem onerar demasiadamente os investimentos que serão previstos no PMSB.

Com isso, a **Tabela 11** apresenta a previsão a ser adotada pelo PMSB no período 2015/2035.

Tabela 11 - População projetada – Pinhalzinho – 2014 e 2035

Período	Total	Urbana	Rural			
			Bairro Aparecidinha	Jd. do Pinhal	Rural	Total
2016	15.069	7.688	812	664	5.905	7.381
2017	15.424	7.916	826	676	6.006	7.508
2018	15.787	8.150	840	687	6.110	7.637
2019	16.159	8.391	854	699	6.215	7.768
2020	16.539	8.639	869	711	6.320	7.900
2021	16.928	8.894	884	723	6.427	8.034
2022	17.327	9.157	899	735	6.536	8.170
2023	17.735	9.428	914	748	6.645	8.307
2024	18.153	9.707	929	760	6.757	8.446
2025	18.580	9.994	944	773	6.869	8.586
2026	19.017	10.289	960	786	6.982	8.728
2027	19.465	10.593	976	798	7.098	8.872
2028	19.923	10.907	992	812	7.213	9.017
2029	20.393	11.229	1.008	825	7.330	9.163
2030	20.873	11.561	1.024	838	7.450	9.312
2031	21.364	11.903	1.041	852	7.568	9.461
2032	21.867	12.255	1.057	865	7.690	9.612
2033	22.382	12.617	1.074	879	7.812	9.765
2034	22.909	12.990	1.091	893	7.935	9.919
2035	23.449	13.375	1.108	907	8.059	10.074

As taxas médias de crescimento resultantes da projeção apresentada na **Tabela 10** são as seguintes:

- População total: 2,35% ao ano
- População urbana: 2,96% ao ano
- População rural: 1,65% ao ano

21.2 Domicílios

Na **Tabela 12**, apresentam-se dados referentes aos domicílios particulares e média de moderadores ocupados do Município de Pinhalzinho.

Tabela 12 - Domicílios particulares permanentes e média de moradores por tipo de área (urbana ou rural) no Município de Pinhalzinho no ano 2010.

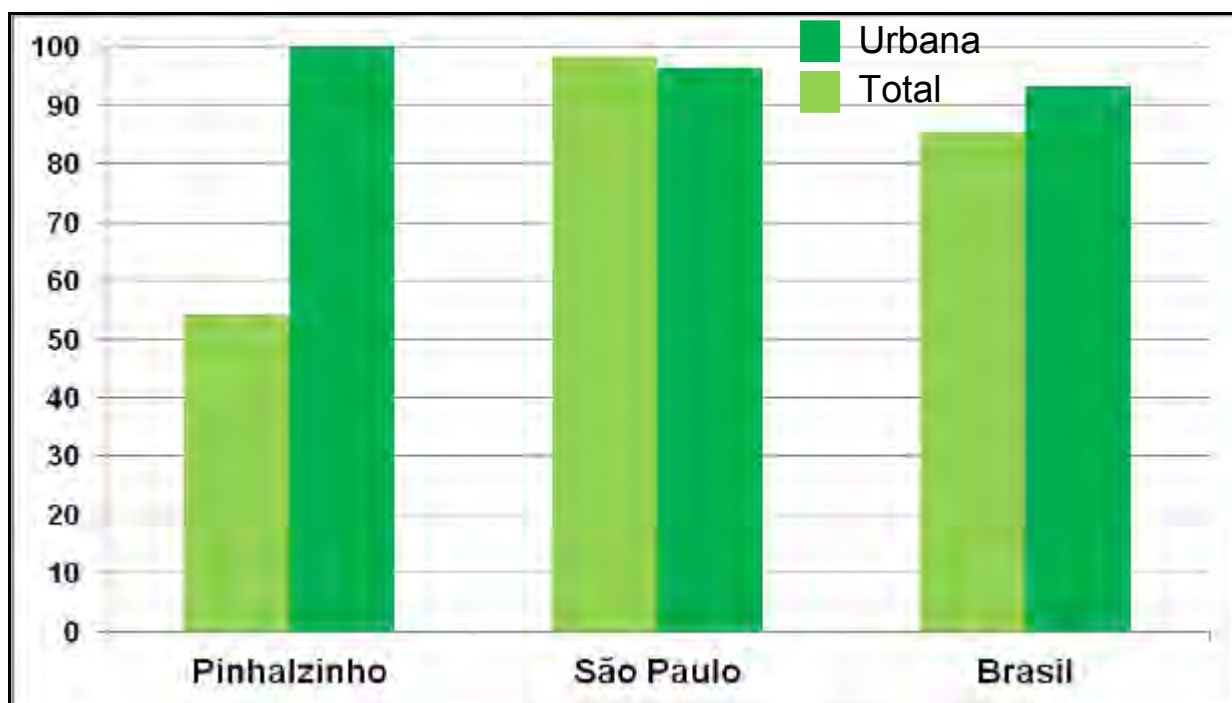
Descrição	Participação Urbana	Participação Rural	Total
Domicílios particulares permanentes	2.521	3.756	6.277
Domicílios particulares ocupados	2.116	2.116	4.232
Média de moradores em domicílios particulares ocupados	3,05	3,14	3,08

Fonte: Tabelas 1310 e 3033 - SIDRA (2014).

Observa-se através da media de moradores por tipo de área, que o êxodo rural é bem marcante no município, pois enquanto 83,93% dos domicílios urbanos estavam ocupados em 2010, somente 56,34% dos domicílios rurais estavam ocupados no mesmo período.

Nas **Figuras 20 e 21**, apresentam-se, respectivamente, a situação dos domicílios em relação ao acesso ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário, segundo o SNIS 2012.

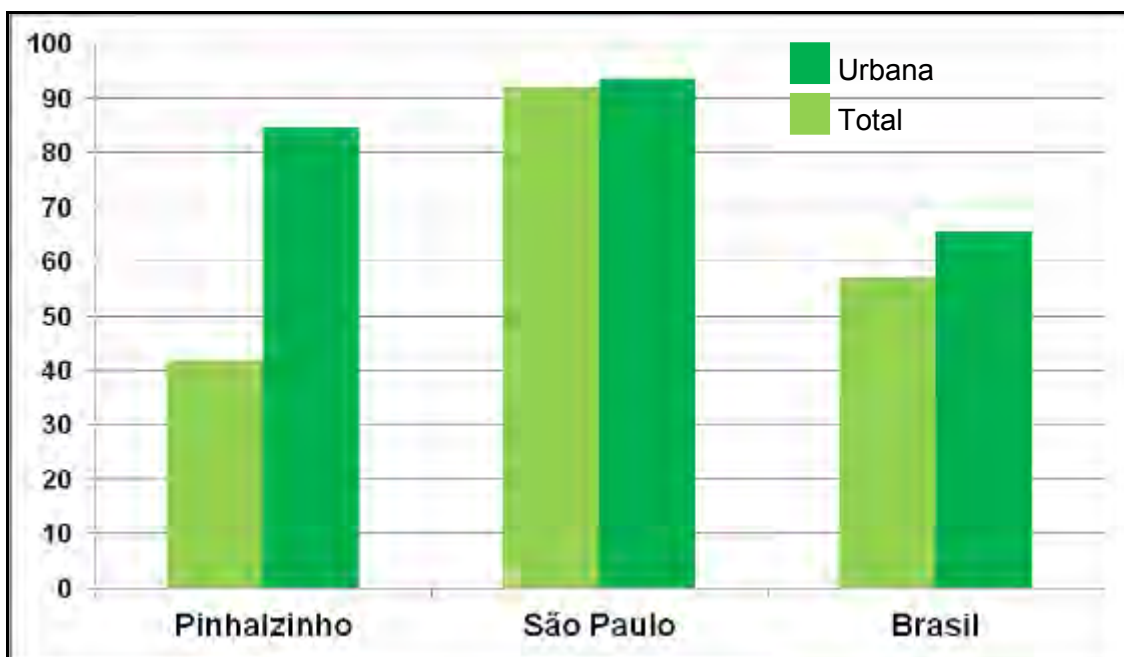
Figura 20 - Domicílios com acesso ao abastecimento de água, total e na zona urbana respectivamente, no Município de Pinhalzinho, no Estado de São Paulo e no Brasil.



Fonte: SNIS (2012).

Em Pinhalzinho 54 % dos domicílios têm acesso à água, enquanto que no Estado esse valor é de 98,41 %, isso se dá principalmente devido ao grande número de domicílios situados na zona rural.

Figura 21 - Domicílios com rede coletora de esgoto, total e na zona urbana respectivamente, em Pinhalzinho, Estado de São Paulo e Brasil.



Fonte: SIDRA (2014).

Com relação aos índices de atendimento com redes de esgoto para domicílios urbanos, o município está bem próximo à média do estado de São Paulo.

21.3 Educação

O município de Pinhalzinho conforme dados divulgados pelo IBGE e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) - Censo Educacional (2012), a área de educação municipal conta com um grupo de 24 docentes na sua rede em pré-escolas, ensino fundamental com 97 e ensino médio 17 profissionais.

O **Quadro 10** mostra o perfil de acordo com o indicador dos professores em 2011, foram respondidos 24 (73%) de um total de 33 questionários.

Quadro 10 - Perfil dos profissionais que trabalham na rede pública de ensino.

Indicadores	Resultado
Possuem ensino superior	92%
Trabalham em somente uma escola	50%
Nunca ou quase nunca leem livros no seu tempo livre	0%

Fonte: Portal IDEB (2011).

O município de Pinhalzinho contém uma estrutura de 17 núcleos escolares sendo, 7 pré-escolas, 9 escolas de ensino fundamental e 1 de ensino médio.

Observa-se que no **Quadro 11**, apresentam-se dados referentes à infraestrutura das escolas no ano de 2011, onde é referente apenas às escolas participante da Prova Brasil.

Quadro 11 - Estrutura e qualidade educacional.

Indicadores	Resultado
Possuem biblioteca	0%
Possuem sala de leitura	75%
Possuem internet	100%
Possuem laboratório de informática	75%
Possuem energia elétrica via rede pública	100%
Possuem esgoto via rede pública	75%

Fonte: Portal IDEB (2011).

Na **Tabela 13**, apresentam-se dados de matrículas nas redes de ensino do Município de Pinhalzinho. Percebe-se que o ensino fundamental concentra-se principalmente na rede municipal em torno de 91,58%, na mesma rede reúne cerca de 90% das matrículas da Pré-escola.

Tabela 13 - Matrículas iniciais nas redes de ensino no Município de Pinhalzinho no ano 2012.

Variável	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Particular	Total
Pré-escola	0	267	40	307
Ensino Fundamental	0	1.698	156	1.854
Ensino Médio	474	0	0	474

Fonte IBGE (2014).

Na **Tabela 14**, pode-se visualizar a quantidade de pessoas de 10 anos ou mais de idade alfabetizadas, bem como taxa de alfabetização para o Município de Pinhalzinho e o Estado de São Paulo.

Tabela 14 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade alfabetizadas e taxa de alfabetização por sexo no Município de Pinhalzinho e no Estado de São Paulo no ano 2010.

Unidade da Federação e Município	Sexo	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, alfabetizadas.	Taxa de alfabetização
São Paulo	Homens	17.259.054	16.634.778	96,38
	Mulheres	18.467.140	17.630.971	95,47
	Total	35.726.194	34.265.749	95,91
Pinhalzinho	Homens	5.685	5.253	93,72
	Mulheres	5.751	5.390	92,40
	Total	11.436	10.643	93,07

Fonte: SIDRA (2014).

Observa-se na **Tabela 14** que a taxa de alfabetização no Município de Pinhalzinho é inferior à taxa apresentada pelo Estado de São Paulo, destacando-se que as mulheres possuem um nível de alfabetização 3,07 % menor do que a média do estado.

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Na **Tabela 15**, podem-se observar os resultados do IDEB para o Município de Pinhalzinho e o Estado de São Paulo na rede pública de ensino, em comparação com as metas projetadas para os respectivos anos.

Tabela 15 - Resultados do IDEB para o Município de Pinhalzinho e o Estado de São Paulo na rede pública de ensino (5º e 9º anos).

Brasil, Unidade da Federação e Município.	IDEB observado				Metas projetadas					
	2009		2011		2009		2011		2013	
	5º ano	9º ano	5º ano	9º ano	5º ano	9º ano	5º ano	9º ano	5º ano	9º ano
Brasil	4.4	3.7	4.7	3.9	4.0	3.4	4.4	3.7	4.7	4.1
São Paulo	5.3	4.3	5.4	4.4	4.9	4.0	5.3	4.3	5.6	4.7
Pinhalzinho	5.0	4.5	4.8	4.5	5.3	3.9	5.7	4.1	5.9	4.5

Fonte: INEP (2014).

Segundo dados do IDEB/2011 (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), a nota para avaliação da qualidade do ensino no município está acima tanto do observado como do projetado para o Brasil, no entanto com relação ao Estado, o 5º ano está sempre abaixo do observado no Estado e para o 9º ano sempre acima do Estado. Com relação às metas projetadas o 5º ano não atingiu as metas, enquanto que para o 9º todas as metas projetadas foram atingidas.

21.4 Serviços

Nas **Tabelas 16 e 17**, apresentam-se dados referentes aos setores de energia elétrica e transportes, respectivamente, no Município de Pinhalzinho.

Observa-se na **Tabela 16** que a maior parte do consumo de energia elétrica está concentrada no setor residencial. Já na **Tabela 17**, percebe-se que há predominância de automóveis na frota de veículos do município.

Tabela 16 - Consumidores de energia elétrica por categoria no Município de Pinhalzinho no ano 2010.

Categoria	Quantidade de consumidores	Consumo total (KWh)
Industrial	101	3.999
Comércio e Serviços	341	3.473
Residencial	4.768	8.517
Rural	950	4.736
Iluminação e Serviços Públicos e outros	59	1.821

Fonte: SIDRA (2014).

Tabela 17 - Frota por tipo de veículo no Município de Pinhalzinho no ano 2012.

Veículos	Frota
Automóveis	3.839
Ônibus	11
Caminhões	399
Caminhão Trator	24
Caminhonete	558
Camioneta	201
Motoneta	116
Motocicletas e assemelhados	1.195
Micro-ônibus	35
Outro tipo	79

Fonte: IBGE (2014).

21.5 Economia

Os dados apresentados neste item foram retirados, predominantemente, do SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática (2013).

21.5.1 Agropecuária e Produção Florestal.

A intensidade da atividade agropecuária em uma região permite orientar a gestão dos recursos hídricos, uma vez que representa uma atividade, que de forma geral, demanda grandes quantidades de água e influencia diretamente na qualidade dos recursos hídricos.

Nas **Tabelas 18 e 19**, apresentam-se dados relativos à agricultura (lavouras permanente e temporária) do Município de Pinhalzinho.

Tabela 18 - Características das culturas permanentes produzidas no Município de Pinhalzinho no ano 2012, segundo o SIDRA.

Variável	Quantidade produzida (toneladas)	Valor da produção (mil reais)	Área colhida (hectares)
Abacate	780	593	30
Banana (cacho)	100	49	5
Café (em grão) Arábica	510	3.131	300
Manga	230	184	10
Maracujá	250	325	10
Tangerina	420	213	15

Fonte: SIDRA (2014).

Observa-se que o café é a cultura predominante no município, seguida pelo o abacate, o rendimento obtido pela venda do café representa 82% das receitas obtidas pelas culturas pesquisadas.

Tabela 19 - Características das culturas temporárias produzidas no Município de Pinhalzinho no ano 2012, segundo o SIDRA.

Variável	Quantidade produzida (toneladas)	Valor da produção (mil reais)	Área colhida (hectares)
Batata - inglesa	7.500	3.912	250
Mandioca	510	281	17
Feijão (em grão)	315	851	210
Milho (em grão)	8.000	2.976	1.000
Tomate	460	643	10

Fonte: SIDRA (2014).

Observe-se que as duas culturas predominantes são a batata inglesa e o milho, com uma produção correspondente a 92% do total, sendo que o milho com uma produção pouco acima de 47,66% contra 44,68% da batata.

Na **Tabela 20**, podem ser visualizados os dados referentes à pecuária no Município de Pinhalzinho no ano 2012. Observa-se há predominância da criação dos Galos, frangas, frangos e pintos. O que ganha destaque também é a produção de leite, com valor total da produção de R\$1.392.000,00.

Tabela 20 - Características dos rebanhos e produtos relativos à pecuária no Município de Pinhalzinho no ano 2012.

Variável	Efetivo dos rebanhos (cabeças)	Produção (quantidade)	Valor da produção (mil reais)
Bovinos	12.000	-	-
Caprinos	250	-	-
Bubalino	10	-	-
Equinos	1.200	-	-
Galos, frangas, frangos e pintos.	3.000.000	-	-
Muares	200	-	-
Ovinos	250	-	-
Suínos	10.700	-	-
Leite de Vaca (litros)	-	1.600.000	1.392
Mel de Abelha (kg)	-	6.000	48

Fonte: SIDRA (2014).

Na **Tabela 21** são apresentados os valores correspondentes à silvicultura no Município de Pinhalzinho no ano 2012.

Tabela 21 - Características da silvicultura no Município de Pinhalzinho.

Variável	Quantidade produzida (m ³)	Valor da produção (mil reais)
Carvão vegetal	400	320
Lenha	90.000	4.050
Madeira em tora	8.000	504
Madeira em tora para outras finalidades	8.000	504

Fonte: SIDRA (2014).

Observa-se a predominância da extração de lenha correspondendo a 84,56% de toda a produção do município.

21.5.2 Renda e Rendimento

Neste item, são descritas as características do PIB e trabalho e rendimento no Município de Pinhalzinho.

PIB – Produto Interno Bruto

Na **Tabela 22**, pode ser observado que o setor dos serviços é quem concentra a maior parcela do PIB no Município de Pinhalzinho, cerca de 65%. No ranking estadual, Pinhalzinho ocupa a 358ª posição do PIB municipal e a 357ª posição em relação ao PIB per capita do Estado de São Paulo.

Tabela 22 - Valor adicionado total, por setores de atividade econômica, produto interno bruto total e per capita a preços correntes do Município de Pinhalzinho no ano 2011.

Variável		2011
Valor Adicionado	Agropecuária (em mil reais)	27.189
	Indústria (em mil reais)	29.721
	Serviços (em mil reais)	102.607
	Total (em mil reais)	159.517
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios (em mil reais)		11.791
PIB (em mil reais)		171.308
PIB <i>per capita</i> (em reais)		12.911,38

Fonte: @Cidades (2014).

Trabalho e rendimento

Na **Tabela 23**, apresenta-se a quantidade de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, no Município de Pinhalzinho. Como se observa na tabela, cerca de 52% das pessoas de 10 anos ou mais de idade que possuem rendimento recebem de 1/2 (meio) a 2 (dois) salários mínimos.

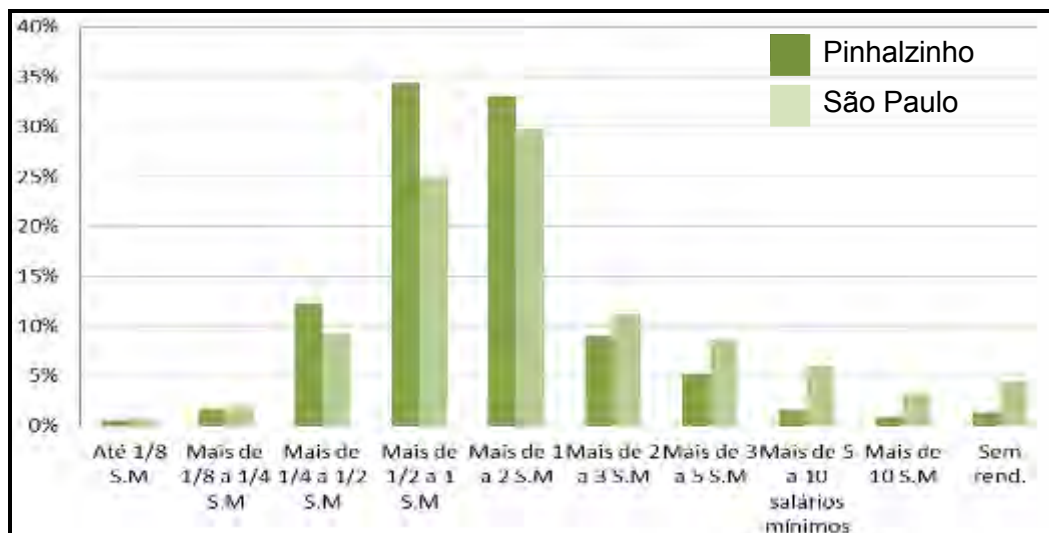
Tabela 23 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, no Município de Pinhalzinho no ano 2010.

Classe de rendimento nominal mensal	2010
Até 1/4 de salário mínimo	192
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	289
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	2.762
Mais de 1 a 2 salários mínimos	3.253
Mais de 2 a 3 salários mínimos	920
Mais de 3 a 5 salários mínimos	727
Mais de 5 a 10 salários mínimos	288
Mais de 10 a 15 salários mínimos	17
Mais de 15 a 20 salários mínimos	44
Mais de 20 a 30 salários mínimos	21
Mais de 30 salários mínimos	5
Sem rendimento	2.935
Total	11.454

Fonte: SIDRA (2014).

Na **Figura 22**, visualiza-se a distribuição dos domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal per capita.

Figura 22 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal per capita, respectivamente no Município de Pinhalzinho e no Estado de São Paulo em 2010.



(Notas: S.M.= Salário Mínimo. Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento nominal mensal. Salário mínimo: R\$ 510,00).

Fonte: SIDRA (2014) Tabela 3516.

Em 2010, o rendimento per Capita dos domicílios foram de R\$ 565,90 em Pinhalzinho e de R\$ 948,09 no Estado. No município 14,51% dos domicílios concentram rendimentos de até meio salário mínimo, proporção que é de 11,71% no Estado. Na faixa intermediária de rendimentos, de meio a cinco salários mínimos,

situam-se 81,70% dos domicílios de Pinhalzinho, em comparação a 74,58% dos Paulistas.

21.6 Condições de vida.

Os dados apresentados neste item foram retirados, predominantemente, do SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática (2013).

A seguir são apresentados os principais indicadores socioeconômicos para o Município de Pinhalzinho.

21.6.1 IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é um indicador que focaliza o município como unidade de análise a partir das dimensões de longevidade, educação e renda. No Brasil, em 2012, o IDH global teve seu cálculo ajustado para melhor se adequar ao contexto dos municípios brasileiros e aos indicadores existentes nos Censos Demográficos brasileiros, e se criou o IDHM. O cálculo utilizado no Brasil atualmente segue a estrutura da **Figura 23**:

Figura 23 - Cálculo do IDHM.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

De acordo com Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (2013) cada componente do cálculo tem a seguinte definição e origem:

Vida longa e saudável é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto, a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado município viveria a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade.

Acesso a conhecimento é medido por meio de dois indicadores. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo - tem peso 1. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo - tem peso 2. A medida acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. Isso facilita aos gestores identificar se crianças e jovens estão nas séries adequadas nas idades certas. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação. Os dados são do Censo Demográfico do IBGE.

Padrão de vida é medido pela renda municipal per capita, ou seja, a renda média dos residentes de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município – inclusive crianças e pessoas sem registro de renda. Os dados são dos Censos Demográficos do IBGE.

O IDHM se situa entre 0 (zero) e 1 (um), os valores mais altos indicando níveis superiores de desenvolvimento humano. Para referência, ainda segundo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (2013), os valores do IDHM são classificados em 5 categorias:

- a. Muito Baixo desenvolvimento humano, quando o IDHM for menor que 0,500;
- b. Baixo desenvolvimento humano, para valores entre 0,500 e 0,600;
- c. Médio desenvolvimento humano, para valores entre 0,600 e 0,700;
- d. Alto desenvolvimento humano, para valores entre 0,700 e 0,800;
- e. Muito Alto desenvolvimento humano, quando o índice for superior a 0,800.

O IDHM do Município de Pinhalzinho no ano 2010 foi de **0,725**, colocando o município nas 1.154^a posição nacional e na 438^a posição em relação aos outros municípios do Estado de São Paulo.

21.6.2 Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS

IPRS é um indicador inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e exprime sinteticamente um conjunto de dimensões para mensurar as condições de vida da população. Assim, consideram-se as dimensões riqueza, longevidade e

escolaridade, de forma a caracterizar a posição de dada unidade territorial (município, Região Administrativa, Estado) de acordo com sua situação em cada dimensão e também dentro de uma tipologia elaborada a partir da combinação dessas dimensões.

Num cenário em que a produção de estatísticas é cada vez mais demandada tanto por órgãos públicos como pela mídia, a Fundação Seade recebeu da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no âmbito do *Fórum São Paulo*, em 2000, a incumbência de construir um indicador que mensurasse o grau de desenvolvimento humano de todos os municípios paulistas. Tal instrumento forneceria à Assembleia mais subsídios para refletir a respeito dos elementos que induzem diferentes desempenhos econômicos e sociais dos municípios do Estado.

O indicador deveria traçar um retrato detalhado do Estado de São Paulo em termos de desenvolvimento humano, compartilhando com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH¹) o entendimento de que este processo complexo deve considerar, ao lado dos aspectos econômicos, as dimensões relativas à vida social e à qualidade de vida dos indivíduos. Procurou-se, assim, construir um indicador que identificasse o estágio de desenvolvimento de determinado município nas três dimensões consideradas pelo IDH: renda, escolaridade e longevidade.

Para o Estado de São Paulo, no entanto, incorporaram-se três importantes inovações decorrentes das suas condições particulares:

- Inclusão de variáveis capazes de caracterizar mudanças num prazo mais curto, captando, na medida do possível, os resultados dos esforços dos municípios em avançar nas três dimensões consideradas pelo indicador;
- Construção de uma tipologia que permite conhecer simultaneamente o estágio de desenvolvimento de determinado município nas três dimensões, possibilitando a imediata identificação dos seus principais problemas econômicos e sociais;
- Adoção de uma estrutura de escalas compatível com a realidade dos 645 municípios do Estado de São Paulo, apresentando, assim, um quadro mais complexo e detalhado da diversidade dos municípios paulistas.

A partir desses parâmetros, compôs-se o IPRS de quatro indicadores: três indicadores sintéticos setoriais, que mensuram as condições atuais do município em termos de renda, escolaridade e longevidade permitindo o ordenamento dos 645 municípios do Estado segundo cada uma dessas dimensões; e uma tipologia constituída de cinco grupos, denominada grupos do IPRS, que resume a situação dos municípios segundo os três eixos considerados, sem, no entanto, ordená-los.

Na edição de 2004, foram incorporadas algumas mudanças ao IPRS, visando seu aprimoramento como instrumento eficaz de avaliação e monitoramento de políticas públicas. A principal alteração foi à geração do indicador de escolaridade baseado em registros administrativos. Isso porque, nas edições anteriores do IPRS, esse indicador considerava quase exclusivamente as informações do Censo

¹ Esse indicador foi concebido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sendo divulgado anualmente pelo Relatório do Desenvolvimento Humano.

Demográfico, o que impossibilitava sua reprodução para os anos intercensitários. Da mesma forma, alteraram-se as faixas etárias consideradas nos seus componentes, com a finalidade de garantir a adequação dos indicadores à realidade do Estado de São Paulo. Tal mudança impôs a necessidade de refazer os indicadores do IPRS de 2000, no sentido de permitir a comparação entre 2000 e 2002. Na edição posterior, 2006, não houve modificações na metodologia de construção do indicador.

Para a edição de 2008 foram feitas pequenas modificações no cálculo do indicador de escolaridade, com o objetivo de adequá-lo à realidade do sistema educacional existente no Estado de São Paulo:

- Ajuste no cálculo da taxa de atendimento da pré-escola, visando adequar a medida à implantação do ensino fundamental de nove anos;
- Ajuste das estimativas das proporções de adolescentes de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e de jovens de 18 a 19 anos com ensino médio completo para os valores observados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para o Estado de São Paulo em 2006.

Em 2010, a mudança introduzida em 2007, na forma de coleta do Censo Escolar, impossibilitou a obtenção dos dados de concluintes dos ensinos fundamental e médio por município. Assim, os indicadores proporções de adolescentes de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e de jovens de 18 a 19 anos com ensino médio completo foram obtidos por meio de um modelo estatístico de imputação de dados.

Esse sistema de indicadores está em sua sétima edição. A primeira ocorreu em 2000, quando se apresentaram os resultados para 1992 e 1997; em 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010 divulgaram-se os dados de 2000, 2002, 2004, 2006 e 2008, respectivamente.

A edição de 2012 trouxe alterações aos componentes do IPRS, visando incorporar o índice as mudanças ocorridas nas condições de vida dos paulistas ao longo da década de 2000 e as novas fontes de informações existentes em nível municipal.

Entre as alterações estão à nova estrutura de ponderação no cômputo do indicador de riqueza municipal, a substituição de um dos componentes do indicador de longevidade e o novo indicador de escolaridade. Essas mudanças implicam uma nova série do indicador com início em 2008, impossibilitando dessa forma qualquer comparabilidade retrospectiva. É importante destacar que os parâmetros conceituais nos quais se baseou a construção original do IPRS foram mantidos.

No indicador de longevidade a taxa de mortalidade de pessoas de 60 a 69 anos, em substituição à taxa de mortalidade de pessoas maiores de 60 anos das edições precedentes, mede o risco de morte na primeira década da terceira idade de uma população, o que pode ser interpretado como uma mortalidade precoce dos idosos. Taxas maiores de mortalidade na população de 60 a 69 anos expressam desigualdades de condições de vida, incluindo as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, às ações de promoção, prevenção, diagnóstica e tratamentos adequados das principais doenças e agravos mais prevalentes nos adultos. (PRO-ADESS – Projeto de Metodologia de Avaliação do Desempenho do Sistema de Saúde

Brasileiro). A partir dessa taxa, é possível avaliar, indiretamente, o acesso e a efetividade dos serviços de saúde ao longo da vida, além das ações de prevenção (MS/CENEPI).

Já no indicador escolaridade, o consenso quanto à importância da educação escolar como elemento de reforma microeconômica e à necessidade em atender às exigências do mercado de trabalho, em constante mutação, levou-nos a incluir índices de desempenho escolar.

O desafio atual do ensino fundamental não se situa mais em termos de acesso à escola, mas sim na oferta de um ensino que atenda a padrões mínimos de qualidade. Assim, os indicadores de acesso à escola das edições anteriores dão lugar, nesta edição, aos indicadores de desempenho escolar. Para tanto, foram utilizadas informações do sistema de avaliação escolar externa baseado em testes padronizados constantes da Prova Brasil, que constitui uma avaliação nacional do rendimento escolar, aplicada censitariamente aos alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. Foram incluídos dois indicadores de desempenho escolar: média da proporção de alunos da rede pública que atingiram pelo menos o nível adequado nas provas de português e matemática (5º ano do ensino fundamental); e média da proporção de alunos da rede pública que atingiram pelo menos o nível adequado nas provas de português e matemática (9º ano do ensino fundamental). Para o ensino médio utilizou-se a defasagem idade-série que reflete a qualidade da oferta do sistema de ensino.

A seguir descrevem-se os elementos centrais que levaram ao desenho do IPRS, bem como a metodologia de construção dos indicadores que integram o sistema IPRS.

21.6.2.1 Elementos centrais do IPRS

O IPRS tem como finalidade caracterizar os municípios paulistas no que se refere ao desenvolvimento humano, por meio de indicadores sensíveis a variações de curto prazo e capazes de incorporar informações referentes às diversas dimensões que compõem o índice. Nesse sentido, ele preserva as três dimensões consagradas pelo IDH – renda, longevidade e escolaridade.

21.6.2.2 Fontes de dados

A necessidade de atualização periódica dos indicadores impôs limites à utilização do Censo Demográfico como fonte primária de informação, uma vez que o referido levantamento ocorre a cada dez anos. Da mesma forma, não é possível utilizar informações provenientes de levantamentos amostrais, como, por exemplo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), pois estes não permitem a desagregação dos dados para cada um dos 645 municípios do Estado de São Paulo.

Esses dois fatores periodicidade e cobertura exigiram a avaliação de diversas fontes alternativas, em especial de registros administrativos, que possibilitaram a

criação de indicadores municipais, passíveis de atualização em períodos inferiores aos Censos Demográficos e abrangendo todos os municípios do Estado.

Indicador de riqueza municipal: registros administrativos fornecidos anualmente pelas Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e da Energia do Estado de São Paulo e do Ministério do Trabalho e Emprego.

Indicador de longevidade: projeções populacionais e dadas do Registro Civil produzidos anualmente pela Fundação Seade.

Indicador de escolaridade: dados provenientes dos Censos Demográficos produzidos pelo IBGE e informações referentes ao Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão pertencente ao Ministério da Educação (MEC).

21.6.2.3 Indicadores

O indicador de riqueza municipal é composto por quatro variáveis: consumo anual de energia elétrica por ligações residenciais; consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços por ligações; valor adicionado fiscal per capita; e remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público.

O peso de cada uma dessas variáveis na combinação linear que resulta no indicador sintético foi obtido por meio do modelo de estatística multivariada, denominado Análise Fatorial. De modo a facilitar o manuseio dos dados e a comparação de municípios, o indicador foi transformado em uma escala que varia de 0 a 100.

Com esses componentes pretendeu-se captar, simultaneamente, a riqueza municipal por meio dos indicadores de consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços e do valor adicionado fiscal per capita e a renda familiar com a utilização do consumo residencial de energia elétrica e do rendimento médio dos empregados no setor formal da economia local.

Tal distinção tem um importante significado do ponto de vista das políticas públicas, pois, enquanto as variáveis relativas à renda familiar são típicas de resultado, isto é, refletem iniciativas e investimentos pretéritos, aquelas referentes à riqueza municipal podem ser associadas à capacidade do município de produzir novos esforços em prol do desenvolvimento local.

O indicador de longevidade adotado no IPRS compõe-se da combinação de quatro taxas de mortalidade específicas a determinadas faixas etárias: mortalidade perinatal; infantil; de pessoas de 15 a 39 anos; e de pessoas de 60 a 69 anos. Também neste caso, o indicador sintético de longevidade é o resultado da combinação dessas quatro variáveis, sendo que o peso de cada uma delas foi obtido por meio do modelo de estatística multivariada, denominado Análise Fatorial, com a respectiva transformação do indicador em uma escala que varia de 0 a 100.

Optou-se pela não utilização da esperança de vida ao nascer, uma vez que esse indicador carrega um forte componente inercial, tornando-o pouco sensível a variações conjunturais e, portanto, incapaz de revelar as particularidades que a mortalidade assume em diferentes locais do Estado de São Paulo. Dessa forma, por

meio das quatro taxas de mortalidade, buscou-se “decompor” a esperança de vida ao nascer para permitir o acompanhamento mais preciso da dimensão longevidade no âmbito dos municípios paulistas.

Assim, a taxa de mortalidade infantil reflete as condições gerais de saneamento, escolaridade das mães e renda familiar. A mortalidade perinatal relaciona-se, principalmente, a características do sistema de assistência à saúde materno-infantil, enquanto a mortalidade de idosos indica os problemas ligados a hábitos alimentares, vida sedentária e fumo, além daqueles referentes ao sistema de saúde. A mortalidade de jovens e adultos na faixa etária de 15 a 39 anos relaciona-se às mortes por causas externas (acidentes e homicídios) e por AIDS. Assim, essa composição do indicador de longevidade destaca determinados aspectos da mortalidade que parecem muito relevantes no caso paulista e que devem ser objeto de distintas políticas públicas que visem sua redução.

Nesta edição, o indicador de escolaridade inova em sua composição, com a inclusão de componentes que captam a oferta, o rendimento e o atraso escolar na educação básica. Essa opção justifica-se pelo fato de que indicadores de desempenho escolar e defasagem da idade refletem a qualidade da oferta do sistema de ensino. Este eixo compreende o seguinte elenco de indicadores:

- Média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (5º ano do ensino fundamental);
- Média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (9º ano do ensino fundamental);
- Taxa de distorção idade-série no ensino médio – este indicador dimensiona o atraso escolar relativo ao fluxo tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Fundamental;
- Taxa de atendimento escolar na faixa de 4 a 5 anos – este indicador reflete o esforço municipal em busca do acesso universal à educação infantil.

A inclusão dos dois primeiros indicadores responde à necessidade de incorporar informação sobre o rendimento escolar, captado a partir dos resultados da Prova Brasil, que consiste em avaliação para diagnóstico, em larga escala, desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Tem o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados. Nos testes aplicados na quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental e na terceira série do ensino médio, os estudantes respondem a questões de língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas².

Analogamente aos indicadores de riqueza e longevidade, o indicador sintético de escolaridade é o resultado da combinação de quatro variáveis, sendo que o peso de cada uma delas foi obtido por meio do modelo de estatística multivariada, denominado Análise Fatorial, com a transformação do indicador em uma escala que varia de 0 a 100.

² A Prova Brasil, organizada pelo Inep/MEC e aplicada a cada dois anos desde 2005 consiste em um teste preparado para medir o desempenho em leitura e matemática dos alunos do ensino fundamental.

O **Quadro 12** sintetiza as variáveis consideradas em cada uma das dimensões do IPRS e a estrutura de ponderação utilizada.

Quadro 12 - Variáveis selecionadas, por contribuição para o indicador sintético, segundo dimensões do IPRS.

Dimensões	Componentes	Contribuição para o indicador sintético
Riqueza Municipal	Consumo residencial de energia elétrica	25%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços.	25%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	25%
	Valor adicionado	25%
Longevidade	Mortalidade perinatal	30%
	Mortalidade infantil	30%
	Mortalidade de pessoas de 15 a 39 anos	30%
	Mortalidade de pessoas de 60 a 69 anos	30%
Escolaridade	Média de proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (5º ano do EF)	31%
	Média da Proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (9º ano do EF)	31%
	Taxa de atendimento escolar na faixa de 4 a 5 anos	19%
	Taxa de distorção idade-série no escritório médio	19%

Fonte: Fundação Seade (2014).

21.6.2.4 Os grupos de municípios – IPRS

Um dos principais problemas na construção dos grupos de municípios para o IPRS referia-se à combinação das diferentes dimensões em um único indicador. No IDH, optou-se pela média aritmética dos três componentes, devidamente padronizados e, portanto, comparáveis entre si. Esse procedimento permite a construção de rankings, que constituem instrumentos de fácil comunicação. No entanto, a simples posição no ranking não informa imediatamente os motivos da classificação, dependendo, portanto, da decomposição do índice e da análise individualizada de seus componentes para identificar tais razões.

A abordagem metodológica do IDH não foi usada na construção dos grupos de municípios do IPRS, pois se partiu do pressuposto de que a mensuração da qualidade de vida deve considerar vários aspectos não transferíveis entre si, ou seja, nenhuma das dimensões consideradas poderia ser utilizada para substituir outra. Logo, não seriam passíveis de hierarquização. Tal opção deve-se ao fato de que o objetivo do IPRS não era apenas chamar a atenção para os vários aspectos da vida não contemplados pelo Produto Interno Bruto (PIB), mas também proporcionar uma ferramenta analítica que revelasse a situação de cada um dos municípios paulistas nas dimensões centrais do desenvolvimento humano. Constitui, assim, um instrumento de avaliação da situação dos municípios que aponta diretamente para as

oportunidades, os limites e os desafios existentes. Em outros termos, buscou-se, com o IPRS, a construção de um instrumento de gestão pública.

Para tanto, o IPRS sintetiza as três dimensões que o compõem, agrupando os municípios paulistas segundo a similaridade de suas situações. A partir da aplicação de uma análise de agrupamentos (cluster analysis), foram identificados cinco grupos de municípios, definidos segundo o **Quadro 13**.

Quadro 13 - Critérios adotados para a formação dos grupos de municípios do IPRS.

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
Grupos Categorias	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade.	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade.	Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade.	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade.	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade.
	Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade.	Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade.	Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade.	Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade.	
	Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade.	Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade.	Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade.	Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade.	
	Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade.	Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade.	Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade.	Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade.	
	Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade.	Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade.			

Fonte: Fundação Seade (2014).

O **Quadro 14** a apresenta os parâmetros para a classificação dos municípios por dimensões do IPRS

Quadro 14 - Parâmetros para a classificação dos municípios, por dimensões do IPRS, segundo categorias do Estado de São Paulo 2008–2010.

Categorias	Ano	Dimensões do IPRS		
		Riqueza municipal	Longevidade	Escolaridade
Baixa	2008 2010	Até 36 Até 39	Até 64 Até 65	Até 40 Até 49
Média	2008 2010	--	65 a 67 66 a 68	41 a 45 50 a 53
Alta	2008 2010	37 e mais 40 e mais	68 e mais 69 e mais	46 e mais 54 e mais

Fonte: Fundação Seade (2014).

A **Tabela 24** apresenta o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS para o Município de Pinhalzinho, extraído do banco de dados do SEADE 2014.

Tabela 24 - Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS para o Município de Pinhalzinho e o estado de São Paulo no ano de 2010.

Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS	Pinhalzinho	São Paulo
Condições de Vida - Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS	Grupo 4 - Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade	-
Condições de Vida - Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS – Dimensão Riqueza	26	45
Condições de Vida - Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS – Dimensão Longevidade	72	69
Condições de Vida - Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS – Dimensão Escolaridade	48	48

Fonte: Fundação Seade (2014).

Observa-se que o maior IPRS do Município de Pinhalzinho com relação à dimensão Riqueza está bem abaixo da média estadual, enquanto que a Longevidade está acima da média do estado e a Escolaridade dentro da média estadual.

22. INDICADORES SANITÁRIOS

22.1 Indicadores do serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário

A utilização de indicadores é fundamental para avaliar a eficiência de um serviço prestado. O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), implantado no Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS), reúne um banco de dados relativos aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário fornecido pelos prestadores de serviços.

Foram selecionados, os principais indicadores que podem ser utilizados para acompanhar a qualidade da prestação dos serviços, nas **Tabelas 25 a 34**, apresentam-se as variáveis que foram extraídas do SNIS (2012) e fornecidas pela SABESP (2014) relacionados ao Sistema Estadual de Informação sobre Saneamento, para determinação dos indicadores com seus respectivos valores para o Município de Pinhalzinho.

Tabela 25 - Variáveis de população utilizadas para o cálculo dos indicadores sugeridos água

Indicadores	Definição	SNIS 2012	SABESP 2014
População total atendida com abastecimento de água (hab)	Valor da soma das populações urbana e rural sedes municipais e localidades atendidas com abastecimento de água pelo prestador de serviços, no último dia do ano de referência.	7.274	7.590
População urbana atendida com abastecimento de água (hab)	Valor da população urbana atendida com abastecimento de água pelo prestador de serviços, no último dia do ano de referência. Produto da quantidade de economias residenciais ativas de água, na zona urbana, multiplicada pela taxa média de habitantes por domicílio Censo ou Contagem de População do IBGE.	6.613	6.929
População urbana residente dos municípios com abastecimento de água, segundo o IBGE. (hab)	Valor da soma das populações urbanas dos municípios em que o prestador de serviços atua com serviços de abastecimento de água (aplica-se aos dados agregados da amostra de prestadores de serviços). Inclui tanto a população beneficiada quanto a que não é com os serviços.	6.613	6.929
População total residente dos municípios com abastecimento de água, segundo o IBGE. (hab)	Valor da soma das populações totais residentes (urbanas e rurais) dos municípios sedes municipais e localidades em que o prestador de serviços atua com serviços de abastecimento de água (aplica-se aos dados agregados da amostra de prestadores de serviços). Inclui tanto a população beneficiada quanto a que não é beneficiada com os serviços.	13.425	14.067

Fonte: SNIS (2012) e SABESP (2014).

Tabela 26 - Variáveis de economia e ligação utilizadas para o cálculo dos indicadores sugeridos água

Indicadores	Definição	SNIS 2012	SABESP 2014
Quantidade de economias residenciais ativas de água (uni).	Quantidade de economias residenciais ativas de água, que estavam em pleno funcionamento no último dia do ano de referência.	2.707	2.825
Quantidade de economias ativas de água micromedidas (uni).	Quantidade de economias ativas de água, cujas respectivas ligações são providas de hidrômetro, que estavam em pleno funcionamento no último dia do ano de referência.	3.040	3.164
Quantidade de economias ativas de água (uni).	Quantidade de economias ativas de água, que estavam em pleno funcionamento no último dia do ano de referência;	3.040	3.164
Quantidade de ligações ativas de água micro medidas (uni).	Quantidade de ligações ativas de água, providas de hidrômetro, que estavam em pleno funcionamento no último dia do ano de referência.	2.997	3.117
Quantidade de ligações ativas de água (uni).	Quantidade de ligações ativas de água à rede pública, providas ou não de hidrômetro, que estavam em pleno funcionamento no último dia do ano de referência;	2.997	3.117
Quantidade de ligações totais de água (uni).	Quantidade de ligações totais (ativas e inativas) de água à rede pública, providas ou não de hidrômetro, existente no último dia do ano de referência.	3.192	3.335

Fonte: SNIS (2012) e SABESP (2014).

Tabela 27 - Variáveis de informações, utilizadas para o cálculo dos indicadores sugeridos água

Indicadores	Definição	SNIS 2012	SABESP 2014
Tipo de material da principal adutora de água bruta	Material de que é feita a principal adutora de água bruta consiste em PVC.		Fibro-cimento
Diâmetro da principal adutora de água bruta (mm)	Diâmetro da principal adutora de água bruta em milímetros.		200 mm
Tempo de funcionamento da adutora de água bruta (anos)	Tempo de funcionamento da principal adutora de água bruta, em anos, a partir do momento em que entrou em operação.		32 anos
Número de poços profundos existentes no sistema (uni)	Quantitativo de poços profundos. Poços profundos: executados com sonda perfuratriz.		03
Número de elevatórias existentes no sistema Água bruta	Quantitativo de elevatórias de água bruta existentes no sistema de abastecimento de água. Elevatória de água bruta: conjunto de bombas e acessórios cuja função é elevar a água bruta de um ponto mais baixo para um mais alto.		04
Número de elevatórias existentes no sistema Água tratada	Quantitativo de elevatórias de água tratada existentes no sistema de abastecimento de água. Elevatória de água tratada: conjunto de bombas e acessórios cuja função é elevar a água tratada de um ponto mais baixo para um mais alto.		02
Tipo de tratamento de água	Tipo de tratamento de água realizado pela operadora do sistema de abastecimento de água.		Sistema convencional: coagulação, floculação, decantação e filtração.
Tratamento das águas de lavagem dos filtros/decantadores	Realiza tratamento das águas utilizadas para lavar os filtros/decantadores.		Não

Fonte: SNIS (2012) e SABESP (2014).

Tabela 28 - Variáveis de volume, utilizadas para o cálculo dos indicadores sugeridos água

Indicadores	Definição	SNIS 2012	SABESP 2014
Volume de água bruta exportada (m ³ /ano)	Volume anual de água bruta transferida para outros agentes distribuidores, sem qualquer tratamento. Unidade: 1.000 m ³ /ano;	0,00	0,00
Volume de água tratada importado (m ³ /ano)	Volume anual de água potável, previamente tratada (em ETA(s) ou em UTS(s)), recebido de outros agentes fornecedores;	0,00	0,00
Volume de água tratada exportado (m ³ /ano)	Volume anual de água potável, previamente tratada (em ETA(s) ou em UTS(s)), transferido para outros agentes distribuidores.	0,00	0,00
Volume de água de serviço (m ³ /ano)	Valor da soma dos volumes anuais de água usados para atividades operacionais e especiais, acrescido do volume de água recuperado.	19,64	19,58
Volume de água produzido (m ³ /ano)	Volume anual de água disponível para consumo, compreendendo a água captada pelo prestador de serviços e a água bruta importada ambas tratadas na(s) unidade(s) de tratamento do prestador de serviços, medido ou estimado na(s) saída(s) da(s) ETA(s) ou UTS(s);	553,78	580,05
Volume de água micromedido (m ³ /ano)	Volume anual de água medido pelos hidrômetros instalados nas ligações ativas de água	424,73	440.436
Volume de água consumido (m ³ /ano)	Volume anual de água consumido por todos os usuários, compreendendo o volume micromedido o volume de consumo estimado para as ligações desprovidas de hidrômetro ou com hidrômetro parado, acrescido do volume de água tratada exportado para outro prestador.	424,73	440.436
Volume de água faturado (m ³ /ano)	Volume anual de água debitado ao total de economias (medidas e não medidas), para fins de faturamento;	509,65	532.103
Volume de água macromedido (m ³ /ano)	Valor da soma anuais de água medidos por meio de macromedidores permanentes: na(s) saída(s) da(s) ETA(s), da(s) UTS(s) e do(s) poço(s), água tratada importada	553,78	580.059
Consumo total de energia elétrica (1.000 kwh/ano)	Quantidade anual de energia elétrica consumida nos sistemas de abastecimento de água, incluindo todas as unidades que compõem os sistemas, desde as operacionais até as administrativas.	442,62	486,28

Fonte: SNIS (2012) e SABESP (2014).

Tabela 29 - Variáveis de amostra, utilizadas para o cálculo dos indicadores sugeridos água (Continua)

Indicadores	Definição	SNIS 2012	SABESP 2014
Quantidade de amostras analisadas para aferição de cloro residual livre (amostra)	Quantidade total anual de amostras saída(s) da(s) unidade(s) de tratamento e no sistema de distribuição de água (reservatórios e redes), para aferição do teor de cloro residual livre na água. No caso município atendido por mais de um sistema, as informações dos diversos sistemas devem ser somadas.	397	401
Quantidade de amostras analisadas para aferição de cloro residual livre com resultados fora do padrão (amostra)	Quantidade total anual de amostras coletadas na(s) saída(s) da(s) unidade(s) de tratamento e no sistema de distribuição de água (reservatórios e redes), para aferição do teor de cloro residual livre na água, cujo resultado da análise ficou fora do padrão determinado pela Portaria 2.914/11 do Ministério da Saúde. No caso de município atendido por mais de um sistema, as informações dos diversos sistemas devem ser somadas.	0	0
Quantidade de amostras analisadas para aferição de turbidez (amostra)	Quantidade total anual de amostras coletadas na(s) saída(s) da(s) unidade(s) de tratamento e no sistema de distribuição de água (reservatórios e redes), para aferição do teor de turbidez da água. No caso de município atendido por mais de um sistema, as informações dos diversos sistemas devem ser somadas.	398	399
Quantidade de amostras analisadas para aferição de turbidez com resultados fora do padrão (amostra)	Quantidade total anual de amostras coletadas na(s) saída(s) da(s) unidade(s) de tratamento e no sistema de distribuição de água (reservatórios e redes), para aferição do teor de turbidez da água, cujo resultado da análise ficou fora do padrão determinado pela Portaria 2.914/11 do Ministério da Saúde. No caso de município atendido por mais de um sistema, as informações dos diversos sistemas devem ser somadas.	1	0
Quantidade de amostras analisadas para aferição de coliformes totais	Quantidade total anual de amostras coletadas na(s) saída(s) da(s) unidade(s) de tratamento e no sistema de distribuição de água (reservatórios e redes), para aferição do teor de coliformes totais. No caso de município atendido por mais de um sistema, as informações dos diversos sistemas devem ser somadas.	397	396

Fonte: SNIS (2012) e SABESP (2014).

Tabela 29 - Variáveis de amostra, utilizadas para o cálculo dos indicadores sugeridos água (Conclusão)

Indicadores	Definição	SNIS 2012	SABESP 2014
Quantidade de amostras analisadas para aferição de coliformes totais com resultados fora do padrão	Quantidade total anual de amostras coletadas na(s) saída(s) da(s) unidade(s) de tratamento e na rede de distribuição de água, para aferição do teor de coliformes totais, cujo resultado da análise ficou fora do padrão determinado pela Portaria 2.914/11 do Ministério da Saúde. No caso de município atendido por mais de um sistema, as informações dos diversos sistemas devem ser somadas.	3	2
Controle de qualidade da água conforme a Portaria nº 518 de 2004	Realiza controle de qualidade da água para consumo humano conforme a Portaria nº 518 de 2004.		SIM
<ul style="list-style-type: none"> • Turbidez 	Monitora, mensalmente, a água para consumo humano quanto ao parâmetro turbidez.		SIM
<ul style="list-style-type: none"> • Cor 	Monitora, mensalmente, a água para consumo humano quanto ao parâmetro cor.		SIM
<ul style="list-style-type: none"> • pH 	Monitora, mensalmente, a água para consumo humano quanto ao parâmetro pH.		SIM
<ul style="list-style-type: none"> • Cloro residual livre 	Monitora, mensalmente, a água para consumo humano quanto ao parâmetro cloro residual livre.		SIM
<ul style="list-style-type: none"> • Coliforme 	Monitora, mensalmente, a água para consumo humano quanto ao parâmetro coliforme.		SIM
<ul style="list-style-type: none"> • Bactéria heterotrófica 	Monitora, mensalmente, a água para consumo humano quanto ao parâmetro bactéria heterotrófica.		SIM
<ul style="list-style-type: none"> • Fluoreto 	Monitora, mensalmente, a água para consumo humano quanto ao parâmetro bactéria heterotrófica.		SIM
<ul style="list-style-type: none"> • Cianobactérias/Cianotoxinas 	Monitora, mensalmente, a água para consumo humano quanto ao parâmetro fluoreto.		SIM
<ul style="list-style-type: none"> • Cianobactérias/Cianotoxinas 	Monitora, mensalmente, a água para consumo humano quanto ao parâmetro cianobactérias/cianotoxinas.		SIM
Amostra com resultado fora dos valores permitidos pela Portaria nº 518 em 2010	Existência de amostra, em 2010, com resultado fora dos valores permitidos pela Portaria nº 518 de 2004.		SIM

Fonte: SNIS (2012) e SABESP (2014).

Tabela 30 - Variáveis de rede, utilizadas para o cálculo dos indicadores sugeridos água

Indicadores	Definição	SNIS 2012	SABESP 2014
Extensão da rede de água (km)	Comprimento total da malha de distribuição de água, incluindo adutoras, sub adutoras e redes distribuidoras e excluindo ramais prediais, operada pelo prestador de serviços, no último dia do ano de referência.	39,38	47,64
Exporta água tratada para outro(s) município(s)	O município ou o distrito realiza exportação de água tratada para outro(s) município(s).		NÃO
Regime hidráulico da adutora de água tratada	Regime hidráulico que caracteriza o processo de adução da principal adutora de água tratada. Adutora de água tratada: canal ou galeria de transporte de água tratada de uma unidade do sistema de abastecimento de água para outra.		Bombeamento – conduto forçado
Percentual de micromedicação	Proporção de micromedicação: quociente resultante da divisão do número de ligações com hidrômetro em funcionamento pelo total de ligações, multiplicado por cem.		100,00
Percentual de macromedicação	Proporção de macromedicação: quociente resultante da divisão do volume de água macromedido pelo volume de água disponibilizado para distribuição, multiplicado por cem.		100,00
Rodízio na distribuição de água	Existência de distribuição alternada de água, ou seja, revezamento na distribuição, proporcionando um fornecimento de água com interrupções programadas em determinados intervalos de tempo.		NÃO
Intermitência no abastecimento de água	Existência de interrupção no fornecimento de água da rede de distribuição.		NÃO
Quantifica ou estima perdas na distribuição de água	Contabiliza ou mensura perdas de água ao longo da rede de distribuição.		SIM
Percentual de perdas de água na distribuição	Quociente resultante da divisão da diferença entre o volume de água produzido e o volume consumido pelo volume produzido, multiplicado por cem.		21,42
Regime hidráulico da principal adutora de água bruta	Regime hidráulico que caracteriza o processo de adução da principal adutora de água bruta. Adutora de água bruta: canal ou galeria de transporte de água bruta de uma unidade do sistema de abastecimento de água para outra.		Bombeamento – conduto forçado

Fonte: SNIS (2012) e SABESP (2014).

Tabela 31 - Variáveis de receitas utilizadas para o cálculo dos indicadores sugeridos água e esgotamento sanitário

Indicadores	Definição	SNIS 2012	SABESP 2014
Receita operacional direta de água (R\$/ano)	Valor faturado anual decorrente da prestação do serviço de abastecimento de água, resultante exclusivamente da aplicação de tarifas e/ou taxas, excluídos os valores decorrentes da venda de água exportada no atacado (bruta ou tratada);	1.018.868,87	1.158.298,28
Receita operacional total (direta + indireta) (R\$/ano)	Valor faturado anual decorrente das atividades-fim do prestador de serviços. Resultado da soma da Receita Operacional Direta (Água, Esgoto, Água Exportada e Esgoto Importado) e da Receita Operacional Indireta.	1.676.549,02	1.900.374,10
Arrecadação total (R\$/ano)	Valor anual efetivamente arrecadado de todas as receitas operacionais, diretamente nos caixas do prestador de serviços ou por meio de terceiros autorizados (bancos e outros).	1.733.764,31	1.906.254,50
Receita operacional direta de água exportada (bruta ou tratada) (R\$/ano)	Valor faturado anual decorrente da venda, exportada no atacado para agentes distribuidores. Correspondem à receita resultante da aplicação de tarifas e/ou taxas especiais ou valores estabelecidos em contratos especiais;	0,00	0,00
Despesa com pessoal próprio (R\$/ano)	Valor anual das despesas realizadas com empregados (inclusive diretores, mandatários, entre outros), correspondendo à soma de ordenados e salários, gratificações, encargos sociais (exceto PIS/PASEP e COFINS), pagamento a inativos e demais benefícios concedidos, tais como auxílio-alimentação, vale-transporte, planos de saúde e previdência privada.	1.304.055,38	1.501.350,43
Despesa com produtos químicos (R\$/ano)	Valor anual das despesas realizadas com a aquisição de produtos químicos destinados aos sistemas de tratamento de água e de esgoto e nas análises de amostras de água ou de esgotos.	63.124,56	47.123,94
Despesa com energia elétrica (R\$/ano)	Valor anual das despesas realizadas com energia elétrica (força e luz) nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, incluindo todas as unidades do prestador de serviços, desde as operacionais até as administrativas.	217.162,58	167.010,65
Despesa com serviços de terceiros (R\$/ano)	Valor anual das despesas realizadas com serviços executados por terceiros;	545.254,25	886.510,26
Despesas de exploração (DEX) (R\$/ano)	Valor anual das despesas para a exploração dos serviços, compreendendo Despesas com Pessoal, Produtos Químicos, Energia Elétrica, Serviços de Terceiros, Água Importada, Esgoto Exportado, Despesas Fiscais ou Tributárias computadas na DEX, além de Outras Despesas de Exploração.	2.572.401,34	3.052.646,18
Despesas fiscais ou tributárias computadas na DEX (R\$/ano)	Valor anual das despesas com impostos, taxas contribuições, cujos custos pertencem o conjunto das despesas, tais como PIS/PASEP, COFINS, CPMF, IPVA, IPTU, ISS, contribuições sindicais e taxas de serviços públicos;	127.736,85	139.089,68

Fonte: SNIS (2012) e SABESP (2014).

Tabela 32 - Indicadores econômicos, financeiros e administrativos referentes aos anos de 2011 e 2012 para o Município de Pinhalzinho

INDICADORES ECONÔMICOS – FINANCEIROS E ADMINISTRATIVOS	SNIS 2012	SABESP 2014
IN004 - Tarifa média praticada (R\$/m³) $\frac{\text{Receita operacional direta (Água+Esgoto)}}{\text{Volume total faturado (Água+Esgoto)}}$	1,82	1,97
IN005 - Tarifa média de água (R\$/m³) $\frac{\text{Receita operacional direta de água}}{\text{Volume de água faturado – Volume de água exportado}}$	2,00	2,18
IN006 - Tarifa média de esgoto (R\$/m³) $\frac{\text{Receita operacional direta Esgoto}}{\text{Volume esgoto faturado}}$	1,59	1,70
IN026 - Despesa de exploração por m³ faturado (R\$/m³) $\frac{\text{Despesas de exploração}}{\text{Volume total faturado (Água + Esgoto)}}$	2,88	3,27
IN027 - Despesa de exploração por economia ((R\$/ano)/economia) $\frac{\text{Despesas de exploração}}{\text{Quantidade de economias ativas (Água + Esgoto)}}$	485,73	554,72
IN029 - Índice de evasão de receitas (%) $\frac{\text{Receita operacional total – Arrecadação total}}{\text{Receita operacional total}} \times 100$	-3,41	-0,31
IN035 - Participação da despesa com pessoal próprio nas despesas de exploração (%) $\frac{\text{Despesas com pessoal próprio}}{\text{Despesas de exploração}} \times 100$	50,69	49,18
IN037 - Participação da despesa com energia elétrica nas despesas de exploração (%) $\frac{\text{Despesas com energia elétrica}}{\text{Despesas de exploração}} \times 100$	8,44	5,47
IN038 - Participação da despesa com produtos químicos nas despesas de exploração (%) $\frac{\text{Despesas com produtos químicos}}{\text{Despesas de exploração}} \times 100$	2,45	1,54
IN039 - Participação da outras despesas nas despesas de exploração (%) $\frac{\text{Outras despesas}}{\text{Despesas de exploração}} \times 100$	12,25	10,21
IN040 - Participação da receita operacional direta de água na receita operacional total (%) $\frac{\text{Receita operacional direta água}}{\text{Receita operacional total}} \times 100$	60,77	60,95
IN041 - Participação da receita operacional direta de esgoto na receita operacional total (%) $\frac{\text{Receita operacional direta esgoto}}{\text{Receita operacional total}} \times 100$	36,46	35,78

Fonte: SNIS (2012) e SABESP (2014).

Tabela 33 - Indicadores operacionais do sistema de água nos anos de 2011 e 2012 para o Município de Pinhalzinho

INDICADORES OPERACIONAIS – ÁGUA	SNIS 2011	SABESP 2014
IN001 - Densidade de economias de água por ligação (economia/ligação) $\frac{\text{Quantidade de economias ativas de água}}{\text{Quantidade de ligações ativas de água}}$	1,01	1,01
IN009 - Índice de hidrometração (%) $\frac{\text{Quantidade de ligações ativas de água micromedida}}{\text{Quantidade de ligações ativas de água}} \times 100$	100,00	100,00
IN010 - Índice de micromedição relativo ao volume disponibilizado (%) $\frac{\text{Volume de água micromedido}}{\text{Volume de água disponibilizada para distribuição (VD) – Volume de água de serviço}} \times 100$	79,52	78,58
IN011 - Índice de macromedição (%) $\frac{\text{Volume de água macromedido – Volume de água tratado exportado}}{\text{Volume de água disponibilizado para distribuição (VD)}} \times 100$	100	100,00
IN013 - Índice de perdas de faturamento (%) $\frac{\text{Volume de água (Prod. + Tratado import. – de serviço) – Volume de água fat.}}{\text{Volume de água (Produzido + Tratado importado – de serviço)}} \times 100$	4,58	5,06
IN014 - Consumo micromedido por economia ((m³/mês)/economia) $\frac{\text{Volume de água micromedido}}{\text{Quantidade de economias ativas de água micromedida}}$	11,8	11,83
IN017 - Consumo de água faturado por economia ((m³/mês)/economia) $\frac{\text{Volume de água faturado – Volume de água tratado exportado}}{\text{Quantidade de economias ativas de água}}$	14,2	14,29
IN020 - Extensão de rede de água por ligação (m/ligação) $\frac{\text{Extensão da rede de água}}{\text{Quantidade de ligações totais de água}}$	11,9	13,33
IN022 - Consumo médio per capita de água (L/(habitante.dia)) $\frac{\text{Volume de água consumido – Volume de água tratado exportado}}{\text{População total atendida com abastecimento de água}}$	160,9	167,29
IN023 - Índice de atendimento urbano de água (%) $\frac{\text{População urbana atendida com abastecimento de água}}{\text{População urbana do município}} \times 100$	100	100,00

Fonte: SNIS (2012) e SABESP (2014).

Tabela 34 - Indicadores da qualidade da água distribuída nos anos de 2011 e 2012 para o Município de Pinhalzinho

INDICADORES DE QUALIDADE	SNIS 2012	SABESP 2014
IN075 - Incidência das análises de cloro residual da água fora do padrão (%) $\frac{\text{Quant. de amostras para análises de cloro residual com resultado fora do padrão}}{\text{Quantidade de amostras analisadas para aferição de cloro residual}} \times 100$	0,00	0,00
IN076 - Incidência das análises de turbidez da água fora do padrão (%) $\frac{\text{Quantidade de amostras para análises de turbidez com resultado fora do padrão}}{\text{Quantidade de amostras analisadas para aferição de turbidez}} \times 100$	0,25	0,00
IN084 - Incidência das análises de coliformes totais fora do padrão (%) $\frac{\text{Quant. de amostras para análises de coliformes totais com resultado fora do padrão}}{\text{Quant. de amostras analisadas para aferição de coliformes totais}} \times 100$	0,76	0,51

Fonte: SNIS (2012) e SABESP (2014)

23. INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS

A formulação e seleção de indicadores epidemiológicos constituem atividade essencial para representar os efeitos da insuficiência das ações de saneamento sobre a saúde humana e, portanto, como ferramenta para a vigilância e orientação de programas e planos de alocação de recursos em saneamento (COSTA *et al*, 2005).

Neste capítulo são abordados os principais indicadores epidemiológicos, bem como são apresentados os dados inerentes à composição desses indicadores, quais sejam os dados relativos à área da saúde no Município de Pinhalzinho.

Nas **Tabelas 35** e **36** destaca-se a estrutura médico-hospitalar existente no Município de Pinhalzinho.

Tabela 35 - Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento no Município de Pinhalzinho no ano 2009

Tipo de estabelecimento	Público	Filantrópico	Privado	Sindicalizado	Total
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	4	-	-	-	4
Consultório Isolado	-	-	1	-	1
Unidade de Apoio de Diagnose e Terapia	-	-	1	-	1
Total	4	-	2	-	6

Fonte: CNES (2014).

Tabela 36 - Número de estabelecimentos segundo tipo de atendimento prestado no Município de Pinhalzinho no ano 2009

Serviço prestado	SUS	Particular	Plano de Saúde	
			Público	Privado
Internação	-	-	-	-
Ambulatorial	4	-	-	-
Urgência	1	-	-	-
Diagnose e terapia	1	2	-	1
Vig. epidemiológica e sanitária	-	-	-	-

Fonte: CNES (2014).

Observa-se que o número de estabelecimentos de saúde de Pinhalzinho com base no senso do IGBE (2010) e assistência Médica Sanitária de 2009 contem 4 municipais e 1 privado. Os de caráter público são superiores ao número de estabelecimentos do setor privado. Quando se trata dos leitos de internação por mil habitantes no ano 2009, o valor é de 3,5 para o Município de Pinhalzinho.

Os projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário podem influenciar um número amplo de variáveis relativas a doenças ou ao estado de saúde, dentre as quais se destacam a morbi-mortalidade devido à diarreia, o estado nutricional, nematoides intestinais, infecção dos olhos e infecção da pele. A **Tabela 37** sintetiza o quadro de morbidade³ hospitalar no Município de Pinhalzinho.

³ Taxa de portadores de determinada doença em relação à população total estudada, em determinado local e em determinado momento.

Tabela 37 - Distribuição Percentual das Internações por Grupo de Causas e Faixa Etária – CID10 – em Pinhalzinho no ano 2009

Capítulo CID	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	19,2	-	-	-	2,3	2,5	6,5	4,2	3,4
II. Neoplasias (tumores)	-	23,1	23,1	15,0	3,8	6,9	10,1	2,2	4,2	8,3
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	-	-	3,8	0,5	-	-	-	0,4
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	5,3	-	-	5,0	-	0,5	1,3	8,7	6,9	1,8
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	7,7	5,6	5,1	-	1,4	4,0
VI. Doenças do sistema nervoso	5,3	11,5	7,7	-	-	2,3	5,1	-	1,4	3,1
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-	-	-	2,2	1,4	0,2
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	7,7	5,0	-	-	1,3	-	1,4	0,7
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	6,0	17,7	30,4	26,4	9,2
X. Doenças do aparelho respiratório	21,1	11,5	15,4	5,0	3,8	5,1	8,9	15,2	13,9	8,1
XI. Doenças do aparelho digestivo	5,3	3,8	15,4	25,0	-	11,1	26,6	6,5	15,3	12,8
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-	7,7	0,5	2,5	2,2	2,8	1,3
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-	-	5,6	1,3	-	-	2,9
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	7,7	-	15,0	7,7	7,9	6,3	8,7	5,6	7,4
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	5,0	53,8	28,2	-	-	-	17,1
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	36,8	-	-	-	-	-	-	-	-	1,6
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	10,5	7,7	7,7	-	-	-	-	-	-	1,1
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	5,3	11,5	7,7	10,0	-	2,8	1,3	4,3	4,2	3,6
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	5,3	3,8	15,4	10,0	11,5	13,4	10,1	13,0	11,1	11,7
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	5,3	-	-	5,0	-	1,4	-	-	-	1,1
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DATASUS (2014).

Observa-se que a incidência de doenças infecciosas e parasitárias é a maior causa de internações nas faixas etárias de 1 a 4 anos (19,2%) e de 65 anos ou mais (6,5%), respectivamente.

Nas **Tabelas 38 e 39**, visualizam-se dados relativos à mortalidade no Município de Pinhalzinho.

Tabela 38 - Coeficiente de Mortalidade para algumas causas selecionadas (por 100.000 habitantes) no Município de Pinhalzinho

Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	-	-	-	-	-	2,2	2,0	1,3
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	6,7	33,3	28,9	30,6	23,8
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	-	20,0	33,3	26,7	26,5	25,0
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	-	-	-	6,7	13,3	20,0	20,4	15,0
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	5,0
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	53,3	13,3	-	-	12,5
Demais causas definidas	-	-	-	100,0	-	13,3	6,7	22,2	20,4	17,5
Total	100,0	-	-	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Fonte: DATASUS (2014).

Tabela 39 - Alguns indicadores de mortalidade de Pinhalzinho

Outros Indicadores de Mortalidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	72	90	84	100	81	66	81
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	6,2	7,6	7,0	7,9	6,3	5,0	6,5
% óbitos por causas mal definidas	4,2	4,4	10,7	2,0	1,2	6,1	1,2
Total de óbitos infantis	2	3	-	2	1	4	4
Nº de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	-	-	-	-
% de óbitos infantis no total de óbitos *	2,8	3,3	-	2,0	1,2	6,1	4,9
% de óbitos infantis por causas mal definidas	-	-	-	-	-	-	-
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	14,8	20,4	-	14,2	6,8	30,1	26,8

* Coeficiente de mortalidade infantil proporcional

**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

Nota: Dados de 2008 são preliminares.

Comparando-se a **Tabela 37** com a **Tabela 38**, observa-se que na faixa etária de 0 a 14 anos, apesar da ocorrência de internações devido a doenças infecciosas e parasitárias

relacionadas à inexistência/ineficiência de saneamento básico, não houve incidência de mortalidade. Já nas faixas etárias acima de 60 anos ou mais, verifica-se que, apesar dos investimentos de caráter preventivo, houve a incidência de mortalidade ocasionada por algumas doenças infecciosas e parasitárias.

Na **Tabela 40**, apresentam-se dados de orçamento público no Município de Pinhalzinho na área de saúde. Observa-se que os investimentos nessa área aumentaram gradativamente no período exposto (2006-2009).

Tabela 40 - Dados e indicadores de orçamento público na saúde no Município de Pinhalzinho

Dados e Indicadores	2006	2007	2008	2009
Despesa total com saúde por habitante (R\$)	144,63	166,18	214,66	241,66
Despesa com recursos próprios por habitante	105,81	143,13	184,57	204,36
Transferências SUS por habitante	24,10	24,91	36,64	36,95
% despesa com pessoal/despesa total	23,7	22,3	17,5	16,7
% despesa com investimentos/despesa total	9,5	1,6	2,2	1,6
% transferências SUS/despesa total com saúde	16,7	15,0	17,1	15,3
% de recursos próprios aplicados em saúde (EC 29)	18,8	20,5	22,3	24,2
% despesa com serv. terceiros pessoa jurídica /despesa total	40,7	45,5	44,1	46,0
Despesa total com saúde	1.861.843,65	1.963.740,00	2.672.692,02	3.042.769,39
Despesa com recursos próprios	1.362.052,44	1.691.423,00	2.298.085,38	2.573.046,36
Receita de impostos e transferências constitucionais legais	7.239.721,28	8.251.967,45	10.313.733,42	10.619.434,35
Transferências SUS	310.180,28	294.400,02	456.249,41	465.175,24
Despesa com pessoal	441.758,51	438.486,00	467.649,40	507.387,45

Fonte: DATASUS (2014).

CAPÍTULO IV - DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

24. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Não existe no município Plano Diretor de Abastecimento de Água.

Não existem no município elementos básicos para que se elabore a consolidação das informações sobre o sistema de abastecimento de água, com modelagem hidráulica.

A SABESP conta com equipe de 14 funcionários responsáveis pelo sistema de abastecimento de água, sendo 7 no setor administrativo e 7 operadores.

O município de Pinhalzinho possui três sistemas produtores, sendo um sistema produtor para a sede, e dois sistemas para núcleos isolados (Bairro Aparecidinha e Jardim do Pinhal), todos independentes e em boas condições de operação.

24.1 Operador do Sistema

O sistema de abastecimento de água do município de Pinhalzinho é operado por concessão pela SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

Na **Figura 24** mostra-se a Agência de Atendimento da SABESP no município.

Figura 24 - Sede da Sabesp de Pinhalzinho



Fonte: N S Engenharia (2014).

24.2 População atendida

O sistema de abastecimento de água está disponibilizado em todos os logradouros públicos. Considerando que a cobertura efetiva seja da ordem de 97% teremos:

- População total (Projeção IBGE/2014): 14.247 habitantes
- População urbana atendida com abastecimento de água (SABESP/2014): 6.929 habitantes.
- População urbana residente com abastecimento de água (SABESP/2014): 6.929 habitantes.
- Número de economias residenciais de água: 2.825
- Cobertura com abastecimento de água: 100 %

Nos bairros pertencentes à zona rural do município, apenas os Bairros Aparecidinha e Jardim do Pinhal possuem rede de distribuição de água, os demais: Bairro Areal, Estrada Nova, Bairro Fazenda Velha, Cachoeirinha, Bairro dos Pintos, Bairro Rosa Mendes, Bairro Tapera e Jardim Primavera, não possuem redes públicas de abastecimento de água

Por se tratarem de núcleos isolados, com casas dispersas, a execução de redes de distribuição de água potável é inviável economicamente, são adotadas soluções individuais de abastecimento.

Segundo informações da SABESP, não existe intermitência de abastecimento de água, apenas em ocasiões de manutenção corretiva na rede de distribuição, nem tão pouco zonas críticas de abastecimento.

24.3 Quota e consumo per capita médio

24.3.1 Sistema Produtor Sede

A quota e o consumo per capita médio serão calculados analisando-se as relações entre os volumes de água disponibilizado e consumido e as respectivas populações atendidas com abastecimento de água. A quota per capita refere-se à relação entre o volume disponibilizado para distribuição e a população atendida, e o consumo per capita a relação ao volume realmente consumido (medido pelos hidrômetros) e a mesma população atendida.

Os cálculos apresentados nesse item foram realizados com informações fornecidas pela SABESP.

Conforme informações da SABESP, no período de janeiro a dezembro de 2014 o volume mensal médio produzido foi de 48.338,25 m³, equivalente a uma vazão média de 18,65 l/s.

População urbana para o período de 6.929 habitantes

Volume diário médio micromedido foi de 1.223,43 m³

Quota per capita foi de 232,54 l/hab.

Consumo per capita foi de 176,57 l/hab.

24.3.2 Sistema Produtor Isolado no Bairro Aparecidinha

Conforme informações da SABESP, no período de janeiro a dezembro de 2014 o volume mensal médio produzido no sistema produtor do Bairro Aparecidinha foi de 4.030 m³, equivalente a uma vazão média de 1,59 l/s.

- População média para o período de 785 habitantes
- Volume diário médio micromedido foi de 3.900 m³
- Quota per capita foi de 171,13 l/hab.
- Consumo per capita foi de 165,61 l/hab.

24.3.3 Sistema Produtor Isolado no Jardim do Pinhal

Conforme informações da SABESP, no período de janeiro a dezembro de 2014 o volume mensal médio produzido no sistema produtor do Jardim foi de 3.150 m³, equivalente a uma vazão média de 1,24 l/s.

- População média para o período de 620 habitantes
- Volume diário médio micromedido foi de 3.140 m³
- Quota per capita foi de 169,35 l/hab.
- Consumo per capita foi de 168,82 l/hab.

24.4 Perdas físicas de água

Como todas as ligações de água são medidas, providas de hidrômetro, as perdas físicas de água serão estimadas considerando a diferença entre o volume disponibilizado para consumo e o volume realmente consumido (medido pelos hidrômetros).

Portanto as perdas físicas no município são de 53,28 l/hab.dia ou ainda uma perda física de 24,07 % considerando os volumes distribuídos e micromedidos.

24.4.1 Controle das perdas físicas de água

O controle das perdas físicas de água do Município de Pinhalzinho é realizado com macromedição na saída da ETA e nas saídas dos reservatórios.

24.4.2 Projeto de Pesquisa de Vazamentos não visíveis

A SABESP realiza projeto de pesquisa de vazamento, dando foco mensal aos bairros onde a macromedição e micromedição possuem variações de medição.

A equipe de controle de perdas usa como equipamentos a haste de escuta e geofone eletrônico.

24.4.3 Projeto da Micromedição

A SABESP promove a substituição de hidrômetro a cada 5 anos, após a instalação, sendo que a média de troca mensal de Pinhalzinho é de 20 hidrômetros.

24.5 Demanda para o período 2015/2035

Para determinação da demanda para o período 2015/2035, admitir-se-á que a SABESP continuará com a prioridade de execução de um programa de controle de perdas, que atualmente atende com folga o objetivo estabelecido pelo no Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (COMITÊS PCJ, 2010), que as perdas sejam da ordem de 25% até 2020.

Considerando o Balanço Disponibilidade x Demanda, do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Piracicaba/Jaguari 2008-2009, elaborado pela Irrigart – Engenharia e Consultoria em R. Hídricos e M. Ambiente Ltda., a Sub-Bacia do Rio Camanducaia apresenta uma disponibilidade hídrica de 2.523,60 m³/h, portanto a vazão disponível é suficiente para atender a demanda de final de plano.

24.5.1 Demanda para o Sistema Produtor Sede

O consumo médio per capita para o Sistema Produtor da Sede no período analisado é de 176,57 l/hab./dia, fixado, por segurança, em 177 l/hab/dia durante todo período de vigência do Plano e quota média per capita adotada por segurança em 233 l/hab./dia.

A **Tabela 41** apresenta as projeções de demanda de consumo para o período de vigência do PMSB para a Sede do município de Pinhalzinho.

Tabela 41 - Projeção de demanda de consumo do Sistema Produtor Sede para o período de 2015/2035

Período	Demanda (l/hab/dia)	Sistema produtor sede (ETA)		Disponibilidade hídrica (l/s)
		População (hab.)	Vazão (l/s)	
2015	233	7.467	20,14	701
2016	233	7.689	20,74	701
2017	233	7.916	21,35	701
2018	233	8.150	21,98	701
2019	233	8.392	22,63	701
2020	233	8.639	23,30	701
2021	233	8.894	23,98	701
2022	233	9.158	24,70	701
2023	233	9.428	25,43	701
2024	233	9.708	26,18	701
2025	233	9.994	26,95	701
2026	233	10.289	27,75	701
2027	233	10.594	28,57	701
2028	233	10.907	29,41	701
2029	233	11.230	30,28	701
2030	233	11.562	31,18	701
2031	233	11.903	32,10	701
2032	233	12.255	33,05	701
2033	233	12.618	34,03	701
2034	233	12.991	35,03	701
2035	233	13.376	36,07	701

Elaborada por N S Engenharia Sanitária (2015)

Mantido este índice de consumo e quota média per capita do o sistema existente da Sede e levando em consideração a capacidade máxima produtiva da ETA operando 24

horas com a capacidade nominal de 21 l/s, o sistema deverá ser ampliado a partir do ano de 2016.

24.5.2 Demanda para o Sistema Produtor Bairro Aparecidinha

O consumo médio per capita para o Sistema Produtor Aparecidinha no período analisado é de 165,61 l/hab./dia, fixado, por segurança, em 166 l/hab./dia durante todo período de vigência do Plano e Quota média per capita adotada por segurança em 172 l/hab./dia.

A **Tabela 42** apresenta as projeções de demanda de consumo para o período de vigência do PMSB para o Bairro Aparecidinha.

Tabela 42 - Projeção de demanda de consumo do Sistema Produtor Bairro Aparecidinha para o período de 2015/2035

Período	Demanda (l/hab/dia)	Sistema produtor Bairro Aparecidinha	
		População (hab.)	Vazão (l/s)
2015	172	798	1,59
2016	172	812	1,62
2017	172	826	1,64
2018	172	840	1,67
2019	172	854	1,70
2020	172	869	1,73
2021	172	884	1,76
2022	172	899	1,79
2023	172	914	1,82
2024	172	929	1,85
2025	172	944	1,88
2026	172	960	1,91
2027	172	976	1,94
2028	172	992	1,97
2029	172	1.008	2,01
2030	172	1.024	2,04
2031	172	1.041	2,07
2032	172	1.057	2,10
2033	172	1.074	2,14
2034	172	1.091	2,17
2035	172	1.108	2,21

Elaborada por N S Engenharia Sanitária (2015)

Mantido este índice de consumo e quota média per capita do o sistema existente do Bairro Aparecidinha e levando em consideração a capacidade máxima de produção operando 24 horas com a capacidade nominal de 2,50 l/s, o sistema atenderá plenamente a demanda no final de Plano.

24.5.3 Demanda para o Sistema Produtor Jardim do Pinhal

O consumo médio per capita para o Sistema Produtor Jardim do Pinhal verificado no período analisado é de 168, 82 l/hab/dia, fixado, por segurança, em 169 l/hab/dia durante todo período de vigência do Plano e Quota média per capita adotada por segurança em 170 l/hab/dia.

A **Tabela 43** apresenta as projeções de demanda de consumo para o período de vigência do PMSB para o Jardim do Pinhal.

Tabela 43 - Projeção de demanda de consumo do Sistema Jardim do Pinhal a para o período de 2015/2035

Período	Demanda (l/hab/dia)	Sistema produtor Jd. do Pinhal	
		População (hab.)	Vazão (l/s)
2015	170	653	1,28
2016	170	664	1,31
2017	170	676	1,33
2018	170	687	1,35
2019	170	699	1,38
2020	170	711	1,40
2021	170	723	1,42
2022	170	735	1,45
2023	170	748	1,47
2024	170	760	1,50
2025	170	773	1,52
2026	170	786	1,55
2027	170	798	1,57
2028	170	812	1,60
2029	170	825	1,62
2030	170	838	1,65
2031	170	852	1,68
2032	170	865	1,70
2033	170	879	1,73
2034	170	893	1,76
2035	170	907	1,78

Elaborada por N S Engenharia Sanitária (2015)

Mantido Jardim do Pinhal e levando em consideração a capacidade máxima de produção operando 24 horas com a capacidade nominal de 3,89 l/s, o sistema atenderá plenamente a demanda no final de Plano.

24.6 Mananciais

O manancial responsável pelo abastecimento de água (Rio das Pedras) de Pinhalzinho é enquadrado como CLASSE 2, de acordo com o apresentado nos Planos de Bacias e Enquadramento dos Corpos d'Água nas bacias PCJ de novembro de 2008.

24.7 Outorgas

As captações do município estão devidamente outorgadas, conforme Portaria DAEE nº 2.877 de 28 de dezembro de 2010, que autoriza a SABESP a utilizar recursos hídricos conforme relacionado no **Quadro 15** abaixo.

Quadro 15 - Captações outorgadas no município de Pinhalzinho

Uso	Recurso hídrico	coord. UTM km		mc	prazo (anos)	vazão (m³/h)	Período	
		N	E				H/D	D/M
Captação superficial	Afluente do Rio Pinhal (Nome do local: Rio das Pedras) Estrada de acesso ao Morro da Pedra	7.479,04	338,33	45	10	81,78	21	30
Poço Local-001 DAEE 279-0250	Aquífero Cristalino Estrada para Monte Alegre do Sul Bairro: Aparecidinha	7.481,83	331,81	45	5	4,79	12	30
Poço Local-001 DAEE 251-0132	Aquífero Cristalino Bairro: Jardim do Pinhal	7.483,93	339,42	45	5	5,98	14	30

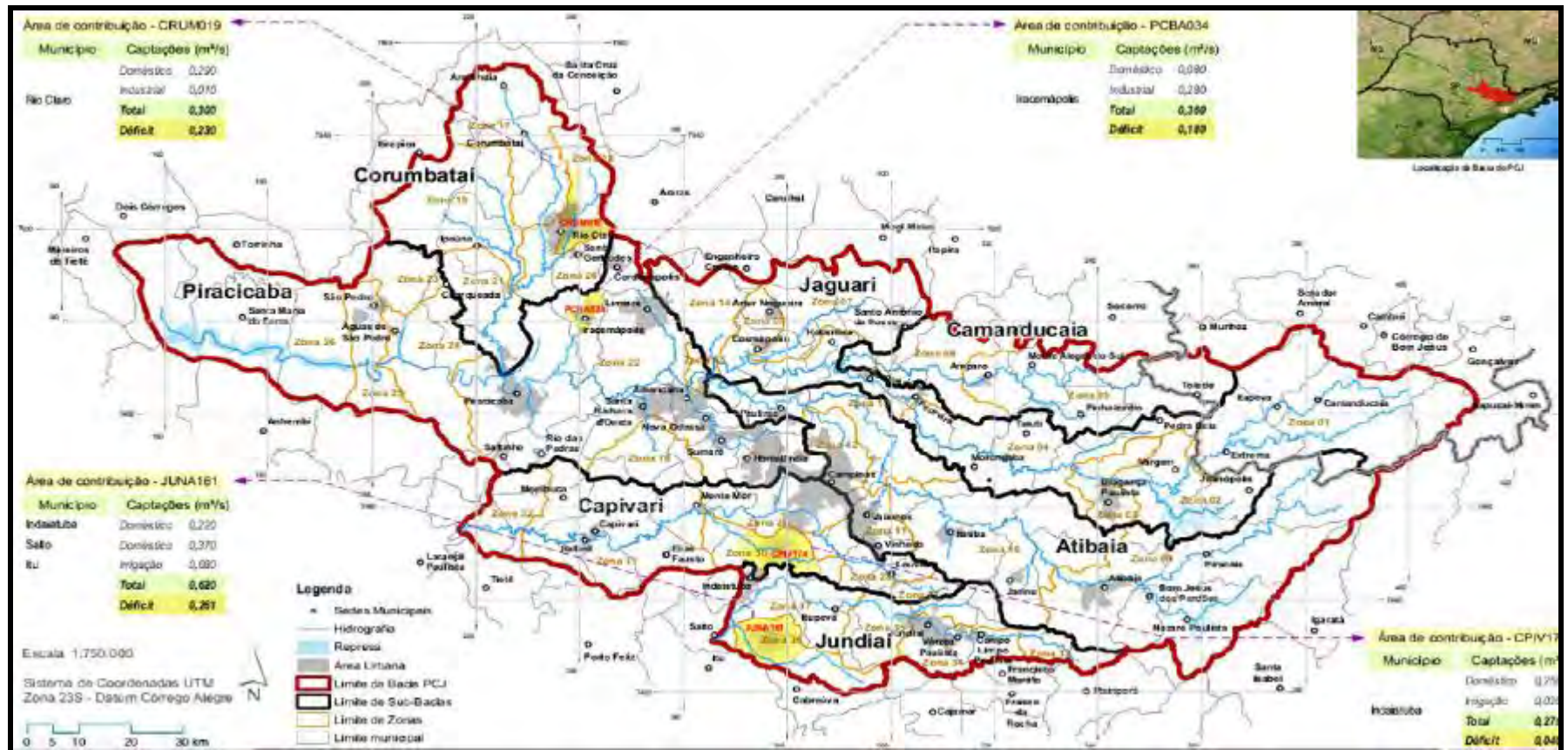
Fonte: DAEE (2010).

24.8 Disponibilidades de captações e hídricas

O Rio das Pedras, com relação à disponibilidade, captações, lançamentos e saldo nas Bacias PCJ possui saldo positivo com relação à disponibilidade hídrica.

Segundo o **ANEXO III**: Áreas críticas identificadas no Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020, do RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS 2013 da UGRHI 05 - BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (**Figura 25**), o município de Pinhalzinho não está incluso em área com déficit de abastecimento de água para uso doméstico, conforme as de áreas potencialmente críticas em quantidade em 2008 – Cenários sem investimentos.

Figura 25 - Disponibilidades de captações hídricas



Fonte: RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS 2013 – PCJ.

24.9 Com relação à qualidade das águas captadas

Segundo informações da SABESP (2014), existe o controle diário da qualidade de água do Rio das Pedras, sendo que as análises são realizadas juntamente com as análises periódicas da Estação de Tratamento de Água, e se encontram no **Anexo I**.

Ainda segundo a SABESP, todos os parâmetros de controle de qualidade analisados nas águas do processo e água tratada são verificados nas águas captadas, e se encontram nos **Anexos I-A e I-B**.

O relatório da situação dos recursos hídricos 2014, da UGRHI 05 - BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ, Versão simplificada do Ano base – 2013, elaborado pelo Comitês PCJ e pela Agência das Bacias PCJ, não apresenta resultados com relação ao manancial que abastece o município de Pinhalzinho.

24.10 Vulnerabilidade dos Mananciais

Segundo a chefia da estação de tratamento de água e laudos, o manancial atual não apresenta parâmetros físicos, químicos e microbiológicos que possam comprometer a qualidade de suas águas para fins de abastecimento público, tendo como base análises realizadas para cumprimento da Portaria nº 2.914/11 do Ministério da Saúde, que estabelece os padrões de potabilidade para consumo público.

Sabe-se que os assentamentos humanos têm como consequência o impacto na qualidade ambiental da água, seja através dos usos da terra e da água associados para fins doméstico, de mineração, industrial, de transporte ou agrícolas, alterando o estado natural da qualidade da água. Assim, se faz necessário avaliar a dinâmica dos assentamentos humanos existentes no município e relacionar ao respectivo potencial de poluição de seus mananciais. Neste contexto, observa-se que o município de Pinhalzinho a maior vulnerabilidade ocorre no manancial superficial do Rio das Pedras, os demais mananciais subterrâneos sofrem menor influência de possíveis contaminações. O Município é predominantemente rural, assim, o maior potencial de poluição se concentra nas áreas onde ocorre a aplicação de agroquímicos, os quais podem atingir o lençol freático e acarretar na contaminação de águas subterrâneas, bem como das águas superficiais, através do escoamento superficial. Além disso, as residências rurais têm seu esgoto encaminhado para fossas negras, que em alguns casos, podem estar próximas a um poço. Quanto aos empreendimentos com potencial de poluição, o monitoramento das ações de mitigação dos impactos cabe ao órgão ambiental competente, neste caso a CETESB.

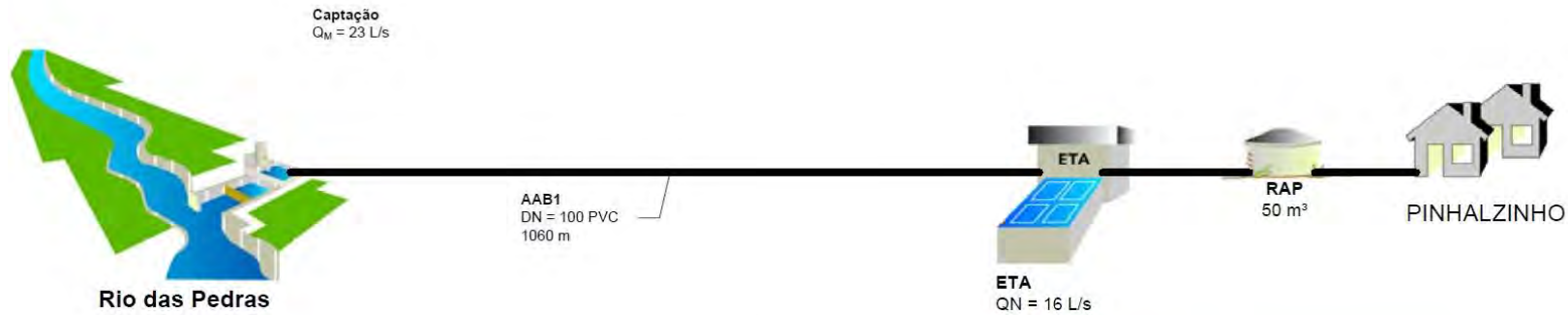
24.11 Sistemas Produtores

A produção e distribuição de água no município de Pinhalzinho é composto por três sistemas que operam independentes sem que haja interligação entre os mesmo.

24.11.1 Sistema Produtor da Sede

O sistema produtor sede construído no ano de 1986 é o principal do município, dotado de captação, elevatória e ETA, todas as estruturas físicas estão em ótimas condições de conservação física. A **Figura 26** apresenta o croqui de distribuição do sistema.

Figura 26 - Sistema produtor Sede



POPULAÇÃO URBANA (hab)		SISTEMA PRODUTOR			TIPOS DE CAPTAÇÃO	
Bairro/Distrito/Povoado	De 50.000 a 250.000	Adutora	Tratamento	Existente	Captação Fio d'Água/ Tomada Direta	Bateria de n poços
Até 5.000	De 250.000 a 1.000.000	Estação Elevatória	Filtros	Projetado	Barragem/ Açude	Chafariz
De 5.000 a 50.000	Mais de 1.000.000	Estação de Tratamento de Água	Reservatório Apoiado	Em Obras	Poço	Carro-pipa
		Dessalinizador	Reservatório Elevado			

Fonte: ANA (agência nacional de águas) - Atlas Brasil (2013).

24.11.1.1 Captação

A captação, localizada a poucos metros da ETA é feita no Rio das Pedras (**Figura 27**) através de um canal é bombeada para a entrada da Estação.

O conjunto motor-bomba tem capacidade de 21 l/s.

Figura 27 - Captação Rio das Pedras



Fonte: N S Engenharia (2014).

24.11.1.2 Estação de tratamento de água

A estação de tratamento de água é do tipo convencional de ciclo completo, com 01 floculador, 02 decantadores, e 4 filtros rápidos de fluxo descendente com camada simples de areia. Atualmente, a estação de tratamento de água opera com uma vazão média diária da ordem de 18,65 l/s e nominal de 21 l/s.

A vazão de fim de plano (2035) foi fixada em 36,07 l/s (13.376 hab. com quota de 233 l/hab./dia). As avaliações dos parâmetros hidráulicos relacionados à capacidade da estação de tratamento serão feitas considerando as seguintes vazões e horas de operação da ETA:

- a) Capacidade nominal da ETA: 21 l/s
- b) Volume produzido diariamente (com vazão média igual a 18,65 l/s): 1.611 m³
- c) Horas de operação da ETA por dia: 22:00 h
- d) Vazão máxima possível operando 24 horas por dia com 21 l/s (capacidade nominal da ETA): 1.814 m³/dia

População que poderá ser atendida com esta vazão e com o índice atual de 24,07 % de perdas físicas: 7.803 habitantes

- e) População urbana projetada para o ano de 2035 (final do plano): 13.376 hab.

Conclusão: Esta capacidade nominal atenderá a demanda no máximo até o ano de 2016 quando a população urbana projetada deverá ser de 7.689 hab. Deverão ser iniciados imediatamente estudos para ampliação da capacidade de produção da ETA.

A **Figura 28** apresenta a chegada de água bruta.

Figura 28 - Chegada da ETA



Fonte: N S Engenharia (2014).

24.11.1.3 Floculador e Decantadores

A ETA está provida de 1 floculador e dispõe de 2 decantadores convencionais (Figuras 29 e 30) com módulos tubulares de decantação.

O floculador e os decantadores são lavados em média 1 vez por semana.

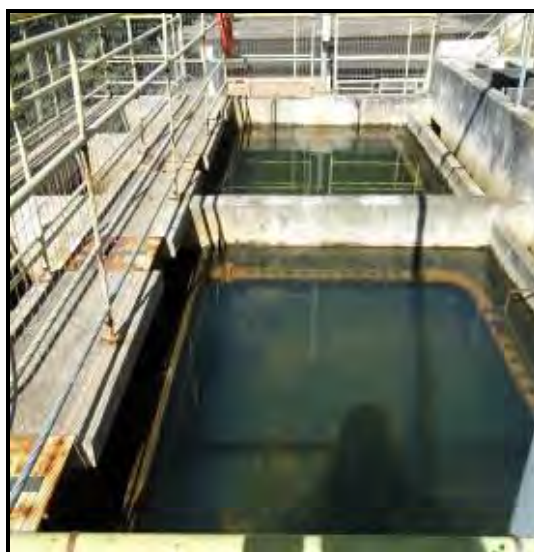
Segundo os operadores da ETA, o volume total gasto para lavagem do floculador e decantadores é de 40 m³, o que representa uma perda média de 0,34% do volume mensal produzido.

Figura 29 - Floculador



Fonte: N S Engenharia (2014).

Figura 30 - Decantadores



Fonte: N S Engenharia (2014).

24.11.1.4 Filtros

A ETA dispõe de 4 filtros de escoamento descendente de dupla camada contendo areia e antracito (**Figura 31**).

Com relação às lavagens dos filtros, os mesmos são lavados em contracorrente com água proveniente dos decantadores.

De acordo com informações operacionais da estação de tratamento, observou-se o seguinte:

- Volume médio gasto por lavagem: 11,17 m³.
- Número médio de lavagens: 2 lavagem/filtro/dia
- Volume gasto com lavagem de filtros: 89,36 m³/dia
- Perdas na lavagem dos filtros: 5,74%

Figura 31 - Filtro da ETA



Fonte: N S Engenharia (2014).

24.11.1.5 Saída da ETA e Tanque de Contato

Após a filtração, na saída da ETA é corrigido a cloração e o pH e as águas são encaminhadas para o Reservatório da ETA, sendo que o mesmo funciona como tanque de contato.

24.11.1.6 Dosagem de Produtos Químicos

A ETA está provida de local adequado para armazenamento, preparação e dosagem de produtos químicos, conforme apresentado nas Figuras 32 a 36.

Figura 32 - Armazenamento de Produtos Químicos.



Fonte: N S Engenharia (2014).

Figura 33 - Sala de preparação de soluções da ETA.



Fonte: N S Engenharia (2014).

Figura 34 - Sala de dosagem de cloro.



Fonte: N S Engenharia (2014).

Figura 35 - Sistema de dosagem de flúor



Fonte: N S Engenharia (2014).

Figura 36 - Aplicação de sulfato de alumínio



Fonte: N S Engenharia (2014).

24.11.1.7 Sistema de Reservação

O sistema possui 3 reservatórios de distribuição (**Tabela 44**), totalizando uma capacidade de 500 m³.

Tabela 44 - Descrições dos reservatórios de distribuição

Nome	Volume (m ³)	Tipo de material	Ano da construção
R ETA	50	Alvenaria	1986
R1	350	Alvenaria	1986
R2	100	Metálico	2002

Fonte: SABESP (2014).

Considerando que é recomendada uma capacidade mínima de reservação igual a 1/3 do consumo médio diário, teremos:

Consumo médio diário para o ano de 2014: 1.611,28 m³.

Capacidade necessária de reservação: 537,09 m³

Capacidade atual de reservação: 500 m³

Capacidade atual de reservação: 93,10%

Com base na análise dos dados acima conclui se que o sistema de armazenamento hoje existente já não atende a demanda de consumo projetada. Deverão ser iniciados estudos para o aumento da capacidade de armazenamento do sistema de distribuição.

As **Figuras 37 a 39** apresentam os reservatórios ETA, R1 e R2, respectivamente.

Figura 37 - Sistema de reservação – Reservatório ETA – 50 m³



Fonte: NS Engenharia (2014).

Figura 38 - Sistema de reservação – Reservatório R1 – 350 m³



Fonte: NS Engenharia (2014).

Figura 39 - Sistema de Reservação – Reservatório R2 – 100 m³



Fonte: NS Engenharia (2014).

24.11.1.8 Estações Elevatórias do Sistema

O sistema de abastecimento de água do município possui 04 estações elevatórias, sendo uma de água bruta, uma de água tratada na saída da ETA para o reservatório R1, um Booster de água tratada localizada no R1 que recalca água para o setor do Bairro do Limão e para o reservatório R2 que funciona como sistema de pulmão, e outra elevatória ao lado do reservatório R2.

Os equipamentos apresentam os seguintes características:

- Estação elevatória de água bruta – **Figura 40**

Construída no ano de 1986, apresenta bom estado de conservação da estrutura física, necessitando apenas de pintura.

- Estação elevatória de água tratada – **Figura 41**

Construída no ano de 1986, apresenta bom estado de conservação da estrutura física, necessitando apenas de pintura.

- Booster de água tratada para o Setor Limão e R1 – **Figura 42**

Construído no ano de 1988, apresenta bom estado de conservação da estrutura física.

- Estação elevatória de água tratada R2 – **Figura 43**

Construído no ano de 1988, apresenta bom estado de conservação da estrutura física.

Figura 40 - Estação elevatória de água bruta



Fonte: NS Engenharia (2014).

Figura 41 - Estação elevatória de água tratada - ETA



Fonte: NS Engenharia (2014).

Figura 42 - Booster de água tratada para o Setor Limão e R1



Fonte: NS Engenharia (2014).

Figura 43 - Estação elevatória de água tratada - R2



Fonte: NS Engenharia (2014).

24.11.2 Sistema Produtor Isolado do Bairro Aparecidinha

O Bairro Aparecidinha possui um sistema produtor, conforme **Figura 44**.

Figura 44 - Sistema Produtor Isolado Bairro Aparecidinha

SISTEMA ISOLADO POÇO APARECIDINHA



POPULAÇÃO URBANA (hab)		SISTEMA PRODUTOR			TIPOS DE CAPTAÇÃO	
Bairro/Distrito/Povoado	De 50.000 a 250.000	Adutora	Tratamento	Existente	Captação Fio d'Água/Tomada Direta	Bateria de n poços
Até 5.000	De 250.000 a 1.000.000	Estação Elevatória	Filtros	Projetado	Barragem/ Açude	Chafariz
De 5.000 a 50.000	Mais de 1.000.000	Estação de Tratamento de Água	Reservatório Apoiado	Em Obras	Poço	Carro-pipa
		Dessalinizador	Reservatório Elevado			

Fonte: ANA (agência nacional de águas) - Atlas Brasil (2013).

O sistema produtor do Bairro Aparecidinha construído no ano de 2004 é composto por Poço Tubular profundo (**Figura 45**), passando por processo de desinfecção e tratamento na casa de química anexa (**Figura 46**), recalçando até um reservatório de 20 m³ metálico, com adutora de PVC DN 75 mm, distribuindo através de rede de PVC 50 e DN 75 mm.

As instalações físicas do sistema estão carentes de manutenção, tanto internamente (paredes com reboco caindo em função da ação dos produtos químicos), como externamente com calçadas quebradas.

Atualmente, segundo informações da SABESP (2014), existem 250 ligações de água e 785 habitantes no bairro.

Existe macromedição na saída do poço e na saída do reservatório metálico, e segundo informações da SABESP (2014) a produção mensal do sistema produtor do Bairro Aparecidinha é de 4.030 m³/mês, resultando em uma vazão de produção de 1,59 l/s. A média do volume micromedido é de 3.900 m³/mês.

A vazão de fim de plano (2035) foi fixada em 2,21 l/s (1.108 hab. com quota de 172 /hab./dia). As avaliações dos parâmetros hidráulicos relacionados à capacidade da estação de tratamento serão feitas considerando as seguintes vazões e horas de produção do sistema:

Capacidade nominal do sistema: 2,5 l/s

Volume produzido diariamente (com vazão de produção igual a 1,59 l/s): 134,433 m³

Horas de operação: 18:00 h

Vazão máxima possível operando 24 horas por dia com 2,5 l/s(capacidade nominal): 216 m³/dia

População que poderá ser atendida com esta vazão e com o índice atual de 19,65 % de perdas físicas: 1.256 habitantes

População urbana projetada para o ano de 2035 (final do plano): 1.108 hab.

Conclusão: Esta capacidade nominal atenderá a demanda de final de Plano.

Figura 45 - Poço tubular profundo - Bairro Aparecidinha



Fonte: N S Engenharia (2014).

Figura 46 - Dosagem de cloro e flúor



Fonte: N S Engenharia (2014).

24.11.2.1 Sistema de Reservação

O sistema possui 1 reservatório de distribuição (**Figura 47**), de capacidade de 20 m³, construído no ano de 2004, com sua estrutura física em bom estado de conservação.

Considerando que é recomendada uma capacidade mínima de reservação igual a 1/3 do consumo médio diário, teremos:

Consumo médio diário projetado para 2015: 137,26 m³

Capacidade necessária de reservação: 46 m³

Capacidade atual de reservação: 20 m³

Capacidade atual de reservação: 43%

Com base na análise dos dados acima conclui se que o sistema de armazenamento hoje existente já não atende a demandada de consumo projetada. Deverão ser iniciados estudos para o aumento da capacidade de armazenamento do sistema de distribuição.

Figura 47 - Reservatório de 20m³ - Bairro Aparecidinha



Fonte: N S Engenharia (2014).

24.11.3 Sistema Produtor Isolado do Jardim do Pinhal

O Bairro Jardim do Pinhal possui um sistema produtor, conforme **Figura 48**.

Figura 48 - Sistema Produtor Isolado do Jardim do Pinhal

SISTEMA ISOLADO JD. DO PINHAL



POPULAÇÃO URBANA (hab)		SISTEMA PRODUTOR			TIPOS DE CAPTAÇÃO	
Bairro/Distrito/Povoado	De 50.000 a 250.000	Adutora	Tratamento	Existente	Captação Fio d'Água/ Tomada Direta	Bateria de n poços
Até 5.000	De 250.000 a 1.000.000	Estação Elevatória	Filtros	Projetado	Barragem/ Açude	Chafariz
De 5.000 a 50.000	Mais de 1.000.000	Estação de Tratamento de Água	Reservatório Apoiado	Em Obras	Poço	Carro-pipa
		Dessalinizador	Reservatório Elevado			

Fonte: ANA (agência nacional de águas) - Atlas Brasil (2013).

O sistema produtor do Bairro Jardim do Pinhal, construído no ano de 2005 é composto por três Poços Tubulares profundos (**Figuras 49 e 50**), recalçando até um Reservatório de 30 m³ metálico (**Figura 52**), com adutora de PVC 100, tratamento e desinfecção na casa de química anexa ao reservatório (**Figura 51**), distribuindo através de rede de PVC DN 75 e 50 mm.

As instalações físicas do sistema necessitam de manutenção com relação apenas à pintura.

Atualmente, segundo informações da SABESP, existem 200 ligações de água e 620 habitantes no bairro.

Existe macromedição na saída do poço 1 e na saída do reservatório metálico, e segundo informações da SABESP a produção mensal do sistema produtor do Bairro Jardim do Pinhal é de 3.150 m³/mês, e a média do volume micromedido é de 3.140 m³/mês.

A vazão de fim de plano (2035) foi fixada em 1,78l/s (907 hab. com quota de 170 /hab./dia). As avaliações dos parâmetros hidráulicos relacionados à capacidade da estação de tratamento serão feitas considerando as seguintes vazões e horas de produção do sistema:

Capacidade nominal do sistema: 3,89 l/s

Volume produzido diariamente (com vazão de produção média igual a 1,24 l/s): 105 m³

Horas de operação: 9:00 h

Vazão máxima possível operando 24 horas por dia com 3,89 l/s(capacidade nominal): 336,10 m³/dia

População que poderá ser atendida com esta vazão e com o índice atual de 19,65 % de perdas físicas: 1.977 habitantes

População urbana projetada para o ano de 2035 (final do plano): 907 hab.

Conclusão: Esta capacidade nominal atenderá a demanda de final de Plano.

24.11.3.1 Sistema de Reservação

O sistema possui 1 reservatório de distribuição de capacidade de 30 m³, construído no ano de 2005 com todos os seus equipamentos compreendendo poços de captação, sistema de dosagem e reservatório em bom estado de conservação.

Considerando que é recomendada uma capacidade mínima de reservação igual a 1/3 do consumo médio diário, teremos:

Consumo médio diário projetado para 2015: 111 m³

Capacidade necessária de reservação: 37 m³

Capacidade atual de reservação: 30 m³

Capacidade atual de reservação: 81%

Com base na análise dos dados acima conclui se que o sistema de armazenamento hoje existente já não atende a demandada de consumo projetada. Deverão ser iniciados estudos para o aumento da capacidade de armazenamento do sistema de distribuição.

Figura 49 - Poço 1 - Jardim do Pinhal



Fonte: N S Engenharia (2014).

Figura 50 - Poço 2 - Jardim do Pinhal



Fonte: N S Engenharia (2014).

Figura 51 - Dosagem de cloro e flúor e correção de pH



Fonte: N S Engenharia (2014).

Figura 52 - Reservatório de 30 m³ - Jardim do Pinhal



Fonte: N S Engenharia (2014).

24.12 Consumo de produtos químicos

A **Tabela 45** apresenta o consumo médio mensal de cada um dos produtos consumidos na ETA.

Tabela 45 - Consumo médio mensal de produtos na ETA

Descrição	Sede		Bairro Aparecidinha		Jd. do Pinhal		Consumo Total	
	(Kg)		(Kg)		(Kg)		(Kg)	
	Total ano	Média Mensal	Total ano	Média Mensal	Total ano	Média Mensal	Total ano	Média Mensal
Acido Fluossilicico	1.615,93	134,66	139,64	11,64	104,43	8,70	1.860	155
Cloro Cilindro 50 Kg	7.819,02	651,59	675,66	56,30	505,32	42,11	9.000	750
Sulfato de Alumínio	48.120	4010,00	-	-	-	-	48.120	4.010
Barrilha	19.537,77	1.628,15	-	-	1.162,23	96,85	20.700	1.725
Polieletrólitos	144	12	-	-	-	-	144	12

Fonte: SABESP (2014).

24.13 Controle de qualidade da água

A SABESP cumprindo determinação da Portaria nº 2.914/11, comunica aos consumidores mensalmente através da conta d'água os resultados das análises realizadas. Os **Quadros 16 a 18** constam o resumo anual da qualidade da água distribuída pela SABESP no município em 2013. O **Anexo I – LAUDOS DE ANALISES DE CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA** apresentam os resultados das análises realizadas. .

24.13.1 Sistema Produtor da Sede

A ETA dispõe de instalações adequadas para realização do controle de qualidade da água (**Figuras 53 e 54**), sendo realizadas as seguintes análises:

- Frequência: 1/1 horas
- Cor, turbidez, pH, cloro residual e íons fluoreto.
- Frequência: Diária sendo uma análise da produção e 5 (cinco) análises de monitoramento da rede de distribuição
- Coliformes totais, Coliformes fecais, Bactérias heterotróficas,

OBS: As demais análises (exigidas pela portaria MS 2.914/11) são coletadas pelos técnicos da SABESP de Pinhalzinho e encaminhadas para análise no laboratório central da SABESP da cidade de São Paulo.

Sistema de abastecimento: ETA Pinhalzinho

- Localização: Estrada Morro das Pedras, s/n - Rosa Mendes

- Processo de tratamento: Pré-cloração, coagulação, floculação, decantação, filtração, desinfecção e fluoretação
- Manancial: Rio das Pedras
- Local abastecido: Sede do município

Quadro 16 - Resumo da qualidade de água distribuída em 2013 - ETA Pinhalzinho

MES	PARAMETRO								
	Turbidez		Cor		Cloro		Coliformes		
	E=12		E=10		E=12		E=12		
	R	C	R	C	R	C	R	C TOTAIS	E. COLI
Jan	15	15	10	10	17	17	12	12	12
Fev	12	12	12	12	12	12	12	12	12
Mar	16	16	10	10	16	16	16	16	16
Abr	12	12	10	10	12	12	12	12	12
Mai	13	13	11	11	13	13	13	13	13
Jun	12	12	11	11	13	13	13	13	13
Jul	13	13	11	11	13	13	13	13	13
Ago	13	13	11	11	13	13	13	13	13
Set	12	12	10	9	12	12	12	12	12
Out	13	13	11	11	13	13	13	13	13
Nov	12	12	10	10	12	12	12	12	12
Dez	13	13	11	11	13	13	13	13	13
Legenda	E= nº mínimo da amostra exigido; R= nº de amostra Realizadas; C= Nº de amostras em conformidade com o padrão da portaria 2914/2011, do Ministério da saúde								

Fonte: SABESP (2014).

Figura 53 - Laboratório de Controle de Qualidade da ETA I



Fonte: NS Engenharia (2014).

Figura 54 - Laboratório de Controle de Qualidade da ETA II



Fonte: NS Engenharia (2014).

24.13.2 Sistema Produtor Bairro Aparecidinha

Sistema de abastecimento: Poço Aparecidinha

Localização: Estrada Vargem Grande, 730, km 7 - Aparecidinha

Processo de tratamento: Desinfecção e Fluoretação

Manancial: Poço Aparecidinha

Local abastecido: Bairro Aparecidinha

Quadro 17 - Resumo da qualidade de água distribuída em 2013 – Poço Aparecidinha

MES	PARAMETRO								
	Turbidez		Cor		Cloro		Coliformes		
	E=10		E=5		E=10		E=10		
	R	C	R	C	R	C	R	C TOTAIS	E. COLI
Jan	10	10	7	7	10	10	10	10	10
Fev	10	10	5	5	10	10	10	10	10
Mar	10	10	6	6	10	10	10	9	10
Abr	10	10	5	5	10	10	10	10	10
Mai	11	11	5	5	11	11	11	11	11
Jun	10	10	5	5	10	10	10	10	10
Jul	10	10	5	5	10	10	10	10	10
Ago	10	10	6	6	10	10	10	10	10
Set	10	10	5	5	10	10	10	10	10
Out	10	10	5	5	10	10	10	10	10
Nov	10	10	5	5	10	10	10	10	10
Dez	10	10	5	5	10	10	10	10	10
Legenda	E=nº mínimo da amostra exigido; R= nº de amostra Realizadas; C= Nº de amostras em conformidade com o padrão da portaria 2914/2011, do Ministério da saúde								

Fonte: SABESP (2014).

24.13.3 Sistema Produtor Jardim do Pinhal

- Sistema de abastecimento: Poço Jardim Pinhal
- Localização: Rua Vereador José Munhoz Benitez
- Processo de tratamento: Desinfecção e Fluoretação
- Manancial: Poço Jardim Pinhal
- Local abastecido: Bairro Jardim do Pinhal

Quadro 18 - Resumo da qualidade de água distribuída em 2013 – Poço Jardim do Pinhal

MES	PARAMETRO								
	Turbidez		Cor		Cloro		Coliformes		
	E=10		E=5		E=10		E=10		
	R	C	R	C	R	C	R	C TOTAIS	E. COLI
Jan	10	10	6	6	10	10	10	10	10
Fev	10	10	5	5	10	10	10	10	10
Mar	11	11	7	7	11	11	11	11	11
Abr	10	10	5	5	10	10	10	10	10
Mai	12	12	5	5	12	12	12	12	12
Jun	10	10	5	5	10	10	10	10	10
Jul	10	10	6	6	10	10	10	10	10
Ago	10	10	5	5	10	10	10	10	10
Set	10	10	5	5	10	10	10	10	10
Out	9	9	5	5	9	9	9	9	9
Nov	10	10	5	5	10	10	10	10	10
Dez	10	10	5	5	10	10	10	10	10
Legenda	E= nº mínimo da amostra exigido; R= nº de amostra Realizadas; C= N° de amostras em conformidade com o padrão da portaria 2914/2011, do Ministério da saúde								

Fonte: SABESP (2014).

24.14 Estrutura Tarifária

A estrutura tarifária do município de Pinhalzinho para o período de 2013 2014 (Figura 55) está definida na NOTA TÉCNICA FINAL RTS/004/2014 PRIMEIRA REVISÃO TARIFÁRIA DA SABESP CÁLCULO DO P0, P1 E FATOR X, detalhamento do cálculo do reajuste tarifário da Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – SABESP, pela NOTA TÉCNICA FINAL RTS/004/2014 PRIMEIRA REVISÃO TARIFÁRIA DA SABESP CÁLCULO DO P0, P1 E FATOR X.

Ressalta se que a NOTA TÉCNICA, para efeito do cálculo das tarifas, a ARSESP aplicou o que dispõe a LEI COMPLEMENTAR Nº 1.025, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2007 em especial no artigo a seguir:

Artigo 10 - Quanto aos serviços públicos de saneamento básico de titularidade estadual, compete ainda à ARSESP, respeitadas as competências e prerrogativas federais e municipais:

IV - observadas as diretrizes tarifárias definidas em decreto, fixar as tarifas e outras formas de contraprestação dos serviços, bem como proceder a seu reajuste e revisão, tendo por objetivo assegurar tanto o equilíbrio econômico-financeiro da prestação como a modicidade das tarifas, mediante mecanismos que induzam à eficiência dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade;

Figura 55 - Estrutura Tarifária

DIRETORIA DE SISTEMAS REGIONAIS: GT-Interior						
RA, RB, RG (exceto Itapira), RJ, RM (exceto Torrinha), RR (para os municípios de: Apiaí, Barra do Chapéu, Itaóca, Itapirapuã Paulista e Ribeira) e RT (exceto município de Lins, Magda e Glicério)						
RESIDENCIAL				COMERCIAL / INDUSTRIAL / PÚBLICA		
Social		Tarifa		Comercial Normal / Industrial / Pública sem Contrato		
Faixas de consumo (m ³)		Água	Esgoto	Faixas de consumo (m ³)	Água	Esgoto
0 a 10	R\$/mês	6,01	4,81	0 a 10	R\$/mês	35,62 28,48
11 a 20	R\$/m ³	0,94	0,75	11 a 20	R\$/m ³	4,22 3,34
21 a 30	R\$/m ³	2,04	1,61	21 a 50	R\$/m ³	6,80 5,44
31 a 50	R\$/m ³	2,89	2,33	Acima de 50	R\$/m ³	7,99 6,38
acima de 50	R\$/m ³	3,45	2,76			
Normal		Tarifa		Comercial / Entidades de Assistência Social		
Faixas de consumo (m ³)		Água	Esgoto	Faixas de consumo (m ³)	Água	Esgoto
0 a 10	R\$/mês	17,74	14,21	0 a 10	R\$/mês	17,80 14,23
11 a 20	R\$/m ³	2,48	1,96	11 a 20	R\$/m ³	2,12 1,68
21 a 50	R\$/m ³	3,81	3,03	21 a 50	R\$/m ³	3,44 2,75
acima de 50	R\$/m ³	4,54	3,62	acima de 50	R\$/m ³	4,01 3,19
OUTROS SERVIÇOS		Tarifa		Pública com contrato		Tarifa
		Água	Esgoto	Faixas de consumo (m ³)	Água	Esgoto
Carro Tanque: Terceiros	R\$/m ³	28,24		0 a 10	R\$/mês	26,69 21,35
Carro Tanque: SABESP	R\$/m ³	69,31		11 a 20	R\$/m ³	3,15 2,52
				21 a 50	R\$/m ³	5,12 4,08
				acima de 50	R\$/m ³	5,98 4,80

Fonte: SABESP (2014).

CAPÍTULO V - DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

25. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

25.1 Caracterização do sistema de esgotamento sanitário

A SABESP conta com equipe de volantes, que atentem outros municípios da UGR Bragantina, de 13 funcionários responsáveis pelo sistema de esgotamento, sendo 6 no setor administrativo e 7 operadores.

Somente a sede do município é provida de redes coletoras e tratamento dos esgotos, os demais sistemas nos bairros Aparecidinha e Jardim do Pinhal, apesar de rede distribuidora de água não possuem redes coletoras de esgotos, bem como os demais bairros rurais do município.

Não existe no município Plano Diretor de Esgotamento Sanitário.

Os indicadores do sistema de esgotamento sanitário do município de Pinhalzinho estão apresentados nas **Tabelas 46 e 47**.

Tabela 46 - Indicadores do sistema de esgotamento do município de Pinhalzinho (Continua)

Indicadores	Definição	SNIS 2012	SABESP 2014
População total atendida com esgotamento sanitário (Hab)	Valor da soma das populações urbana e rural sedes municipais e localidades beneficiadas com esgotamento sanitário pelo prestador de serviços, no último dia do ano de referência.	5.602	5.557
Quantidade de economias ativas de esgoto (uni)	Quantidade de economias ativas de esgoto, que estavam em pleno funcionamento no último dia do ano de referência.	2.347	2.455
Volume de esgoto coletado (1.000 m ³)	Volume de esgoto lançado na rede coletora. Em geral é considerado como sendo de 80% a 85% do volume de água consumido na mesma economia. Não inclui volume de esgoto bruto importado	256,49	265,150
Volume de esgoto tratado (1.000 m ³)	Volume anual de esgoto coletado de atuação do prestador de serviços que foi submetido a tratamento, medido na(s) entrada(s) da ETE(s).	218,01	225,37
Volume de esgoto faturado (1.000 m ³)	Volume anual de esgoto debitado ao total de economias, para fins de faturamento. Em geral é considerado como sendo um percentual do volume de água faturado na mesma economia.	384,75	400,43
Volume de esgoto bruto importado (1.000 m ³)	Volume anual de esgoto bruto transferido para outro(s) agente(s).	0,00	0,00
Volume de esgoto bruto importado (1.000 m ³)	Volume de esgoto recebido de outro(s) agente(s) submetido a tratamento, medido ou estimado na(s) entrada(s) da(s) ETE(s);	0,00	0,00
Consumo total de Energia elétrica (1.000 kWh/ano)	Quantidade anual de energia elétrica consumida nos sistemas de esgotamento sanitário, incluindo todas as unidades que compõem os sistemas, desde as operacionais até as administrativas.	53,29	73,52
Receita operacional direta de esgoto (R\$/ano)	Valor faturado anual decorrente da prestação do serviço de esgotamento sanitário, resultante exclusivamente da aplicação de tarifas e/ou taxas, excluídos os valores decorrentes da importação de esgotos;	611.339,07	679.969,84

Tabela 46 – Indicadores do sistema de esgotamento do município de Pinhalzinho (Continuação)

Indicadores	Definição	SNIS 2012	SABESP 2014
Volume de esgoto bruto importado (m³/ano)	Volume de esgoto recebido de outro(s) agente(s) submetido a tratamento, medido ou estimado na(s) entrada(s) da(s) ETE(s);	0,00	0,00
Receita operacional direta de esgoto bruto importado (R\$/ano)	Valor faturado anual de esgoto bruto de outro(s) agente(s). Corresponde à receita da aplicação de tarifas especiais ou valores estabelecidos em contratos especiais;	0,00	679.969,84
Despesa com esgoto exportado (R\$/ano)	Valor anual das despesas com a exportação de esgotos para outro(s) agente(s).	0,00	0,00
Qual é a principal reclamação ou solicitação sobre o serviço de esgotamento sanitário?	Principal reclamação ou solicitação sobre o serviço de esgotamento sanitário.	Tarifa	Obstrução em rede coletora
Número de pessoas ocupadas permanentemente ligadas ao serviço de esgotamento no ano de 2011	Número de pessoas ocupadas permanentemente ligadas ao serviço de esgotamento sanitário no ano de 2012.	Os mesmos de água	6
Número de ligações na rede de esgotamento sanitário	Número de ligações na rede de esgotamento sanitário. As ligações são os conjuntos de tubos, peças, conexões e outros dispositivos necessários para a ligação das saídas de esgotos domiciliares à rede coletora.	2.585	2.568
Diâmetro da rede coletora (mm): Até 100 mm	Se o tamanho do diâmetro da rede coletora é até 100 mm.	Sim	Sim
Diâmetro da rede coletora (mm): 101 a 150 mm	Se o tamanho do diâmetro da rede coletora está entre 101 e 150 mm.	Sim	Sim
Diâmetro da rede coletora (mm): 151 a 350 mm	Se o tamanho do diâmetro da rede coletora está entre 151 e 350 mm.	Sim	Sim

Tabela 46 – Indicadores do sistema de esgotamento do município de Pinhalzinho (Conclusão)

Indicadores	Definição	SNIS 2012	SABESP 2014
Forma de coleta do esgoto rede separadora convencional	O esgoto é coletado em rede separadora, ou seja, as águas residuais e pluviais (águas de chuva) são recolhidas em diferentes condutas.	não	SIM
O esgoto coletado no distrito é tratado?	Se o esgoto coletado no distrito é tratado.	Sim	SIM
Qual o uso a jusante do principal corpo receptor?	O uso a jusante (rio abaixo) do principal corpo receptor é o abastecimento público	Não soube avaliar/Não respondeu	Irrigação agrícola
Destinação final do lodo produzido no tratamento do esgoto	Destinação final do lodo produzido no tratamento do esgoto.	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: SNIS E SABESP

Tabela 47 - Indicadores operacionais do sistema de esgotamento

INDICADORES OPERACIONAIS – ESGOTO	SNIS 2012	SABESP 2014
IN015 - Índice de coleta de esgoto (%) $\frac{\text{Volume de esgoto coletado}}{\text{Volume de água consumido} - \text{Volume de água tratado exportado}} \times 100$	60,39	60,20
IN016 - Índice de tratamento de esgoto (%) $\frac{\text{Volume de esgoto tratado}}{\text{Volume de esgoto coletado} - \text{Volume de esgoto importado}} \times 100$	85,00	85,00
IN047 - Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com esgoto (%) $\frac{\text{População urbana atendida com esgotamento sanitário}}{\text{População urbana dos municípios atendidos com esgotamento sanitário}} \times 100$	84,71	80,20

1.1 Fonte: SNIS E SABESP

25.2 População atendida

O sistema de esgotamento sanitário está disponibilizado para 80,20% da população urbana do município:

- População urbana (SABESP/2014): 6.929 habitantes
- População urbana atendida com esgotamento sanitário (SABESP/2014): 5.557 habitantes.
- População urbana não atendida com esgotamento sanitário: 1.372 habitantes.
- Número de economias residenciais de redes de esgotos: 2.455

25.3 Sínteses do sistema de esgotamento sanitário

O sistema atualmente possui 28,68 km de redes coletoras de esgotos que atendem 2.568 ligações. O sistema de esgotamento sanitário possui 3 estações elevatórias de esgoto. A Estação de Tratamento de Esgoto tem vazão nominal para tratar 15 l/s.

26. PROJEÇÃO DE GERAÇÃO DE ESGOTOS SANITÁRIOS DOMÉSTICOS PARA O PERÍODO DE 2016/2035

A projeção de geração de esgotos sanitários doméstico para o período de 2016 a 2035 encontra-se na **Tabela 48**.

Tabela 48 - Projeção de geração de esgotos sanitários domésticos para o período de 2016/2035 (continua)

Período	População (hab.)	Consumo (l/hab/dia)	Vazão de esgotos (l/s)	Capacidade da ETE
2016	7.689	141,25	10,06	15,00
2017	7.916	141,25	10,35	15,00
2018	8.150	141,25	10,66	15,00
2019	8.392	141,25	10,98	15,00
2020	8.639	141,25	11,30	15,00
2021	8.894	141,25	11,63	15,00
2022	9.158	141,25	11,98	15,00
2023	9.428	141,25	12,33	15,00
2024	9.708	141,25	12,70	15,00
2025	9.994	141,25	13,07	15,00
2026	10.289	141,25	13,46	15,00

Tabela 48 - Projeção de geração de esgotos sanitários domésticos para o período de 2015/2035 (conclusão)

Período	População (hab.)	Consumo (l/hab/dia)	Vazão de esgotos (l/s)	Capacidade da ETE
2027	10.594	141,25	13,86	15,00
2028	10.907	141,25	14,26	15,00
2029	11.230	141,25	14,69	15,00
2030	11.562	141,25	15,12	15,00
2031	11.903	141,25	15,57	15,00
2032	12.255	141,25	16,03	15,00
2033	12.618	141,25	16,50	15,00
2034	12.991	141,25	16,99	15,00
2035	13.376	141,25	17,49	15,00

Elaborada por N S Engenharia Sanitária (2015)

Considerando uma geração de esgotos da ordem de 10,06 l/s, para o ano de 2016 e de 17,49 l/s para o ano de 2035 o sistema de esgotamento sanitário atenderá a demanda de até o ano de 2029, sendo necessário o início dos estudos para ampliação da ETE a partir do ano de 2024.

A SABESP efetua monitoramentos de controle de qualidade dos efluentes tratados pela ETE e do corpo receptor após o lançamento dos efluentes tratados na ETE. Os laudos estão no **ANEXO II – LAUDOS DE ANÁLISES DE CONTROLE DE QUALIDADE DOS EFLUENTES**.

De acordo com site da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, não existem registros de áreas contaminadas relacionadas a esgotos domésticos no município.

26.1 Estações Elevatórias de Esgoto

O município possui três Estações Elevatórias de Esgotos (EEE), todas necessitando de limpeza nos terrenos (capina, roçada retirada de resíduos), conforme **Figuras 56 a 58**. Sendo:

- EEE Mutirão (Matão I), construída no ano de 1986, está situada na Trav. Marciano Domingos x Rua Benedita de Godoy Torricelli que esgota a bacia do bairro do Limão.

Figura 56 - Estação Elevatória de Esgoto Mutirão



Fonte: N S Engenharia (2014).

- EEE Beneduzzi, Elevatória Final, construída no ano de 1986, está situada na Rua José Joaquim Ferreira, que recalca para a ETE.

Figura 57 - Estação Elevatória de Esgoto Beneduzzi



Fonte: N S Engenharia (2014).

- ETE Alto do Pinhal, construída no ano de 1986, está situada na Rua Domitila Toricelli Martins, que recalca para a ETE.

Figura 58 - Estação Elevatória de Esgoto Alto do Pinhal



Fonte: N S Engenharia (2014).

26.2 Estação de Tratamento de Esgoto

A ETE está localizada à Rua José Joaquim Ferreira sendo do tipo lagoa de estabilização com uma única lagoa com tratamento aeróbio. Com cerca de 5.600 m² de área, apresenta vazão nominal de 15,00 l/s. A área é toda cercada com arame farpado. Esta ETE foi construída a cerca de 24 anos, não se pode precisar o ano da sua construção pois foi construída pela prefeitura e não existe nos arquivos da SABESP os projetos da construção.

Segundo informações da SABESP, no ano de 2013 a eficiência de remoção de DBO foi de 77,04 %, tendo média mensal de remoção de carga de DBO de 12.942 kg.

A ETE tem sua eficiência de tratamento reduzida em consequência do assoreamento da lagoa, ocorrendo inclusive em alguns pontos o afloramento do lodo acumulado, conforme demonstrado na **Figura 59**. Deverão ser tomadas medidas urgentes para a retirada do lodo, para que o sistema retorne a ter a eficiência que atenda a legislação atual, as demais dependências da ETE estão em bom estado de conservação.

O efluente da ETE é descarregado no Rio Pinhalzinho.

Figura 59 - Estação de tratamento de esgoto



Fonte: N S Engenharia (2014).

26.3 Locais não servidos por rede de esgotamento sanitário

Segundo dados coletados junto a SABESP, os locais que se apresentam nesta sequência fazem parte de núcleos isolados, loteamentos irregulares ou encontram-se na zona rural e urbana do município, utilizam-se de soluções individuais para coleta de seus esgotos.

A forma mais comum para destinar os esgotos gerados é a “fossa negra”, que consiste na escavação semelhante à de um poço, podendo ser no formato retangular ou cilíndrico, e toda tubulação de esgoto da residência é encaminhada para a fossa. Não há impermeabilização neste sistema, sendo assim, a parte líquida infiltra no solo e o material sólido fica depositado no fundo. Quando o volume de sólidos atinge um nível que impossibilita a infiltração da parte líquida, a mesma é lacrada superficialmente e se constrói outra para atender as necessidades dos usuários.

Outra forma que os moradores utilizam são as “fossas sépticas” que consta de três recintos interligados. Os esgotos chegam ao primeiro, onde a parte sólida se decanta e deposita no fundo em forma de lodo, a matéria mais leve, passa para o segundo recinto através de uns orifícios a meia-altura. Nesse recinto produz-se a decantação dos sólidos arrastados e o efluente passa para o terceiro recinto, onde permanece até alcançar o nível necessário para a sua descarga em poços filtrantes. Periodicamente os resíduos sólidos retidos no primeiro recinto são sugados através de caminhões esgota fossa e destinados à ETE do município.

Além dos bairros que irão ser mencionados é importante destacar o Jardim Primavera e Bairro Tapera, pois não são atendidos pela Prestadora SABESP, fazendo limites com os Bairros da Cachoeirinha e Jardim do Pinhal.

Os bairros pertencentes à zona rural do município não possuem esgotamento sanitário, são eles: Bairro Areal, Estrada Nova, Bairro Fazenda Velha, Cachoeirinha, Bairro dos Pintos, Bairro Rosa Mendes, Bairro Tapera e Jardim Primavera.

Por se tratarem de núcleos isolados, com casas dispersas, a execução de redes coletoras de esgotamento sanitário é inviável economicamente, são adotadas soluções individuais para o esgotamento sanitário com fossas negras ou sépticas.

26.3.1 Bairro Aparecidinha

O Bairro da Aparecidinha (**Figura 60**) encontra-se em terreno acidentado é abastecida pela prestadora SABESP através de poço artesiano.

O bairro não possui rede de esgotamento sanitário, sendo que os munícipes utilizam-se de fossas rudimentares ou lançam os esgotos em rios.

Figura 60 - Bairro da Aparecidinha (Zona Urbana do Município imagem satélite).



Fonte: Google Earth (2014).

26.3.2 Bairro Jardim do Pinhal

Bairro Jardim do Pinhal encontra-se em terreno acidentado também com ausência de Rede de Esgoto, sendo que os munícipes utilizam-se de fossas rudimentares ou lançam os esgotos em rios.

CAPÍTULO VI - DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE MANEJO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

27. SISTEMA INSTITUCIONAL DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

27.1 Poder concedente, fiscalizador e regulador

O sistema é operado pela Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, através da Secretaria de Obras.

Não existe no município um Plano Diretor para gestão dos resíduos sólidos específico somente para o município. O município é membro do CISBRA – Consorcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas, o qual possui um Plano Regional para gestão dos RSD.

Não existe agente regulador para os serviços prestados.

27.1.1 Prestador do Serviço

Os serviços são prestados pela administração direta do poder público municipal por meio da Secretaria de Obras (coleta convencional de resíduos sólidos domiciliares, reciclagem e destinação final) e pelo CISBRA autorizado pela lei 1.258, de março de 2011.

27.1.2 Controle Social

O Controle Social dos serviços prestados se dá através do COMDEMA - Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente.

27.2 Visão geral e indicadores da gestão de resíduos sólidos

Na **Tabela 49**, serão apresentados dados retirados do SNIS 2011, indicando características dos serviços de coleta e sistemas de resíduos sólidos no município de Pinhalzinho.

27.2.1 Caracterização dos Resíduos Sólidos

A caracterização dos resíduos sólidos gerados no município será apresentada no Produto 4 - Prognósticos e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico. Objetivos e Metas.

Tabela 49 - Característica dos serviços de coleta e sistemas de resíduos sólidos INFORMADOS NO SNIS 2011 (continua)

População TOTAL (IBGE) hab.		13.268				
População urbana (SNIS)hab.		6.535				
Natureza municipal jurídica responsável do órgão		Administração pública direta				
Existência de algum serviço concedido		Não				
Cobrança dos serviços		Regulares		Especiais		
		Existência	Forma	Existência		
		Sim	Tx. no IPTU	Não		
Receitas e despesas com serviços de Limpeza Urbana (R\$)						
Receitas		Despesas segundo o agente executor				
Orçada	Arrecadada	Total	Público	Privado		
70.000	48.897	244.823	244.823	0		
Despesa corrente da Prefeitura (R\$)						
Recursos federais : 1 caminhão compactador.						
Quantidade total trabalhadores remunerados de todo o manejo de RSU, por agente.						
Total Empregado		Público Empregado		Privado Empregado		
19		19		0		
Trabalhadores de frentes de trabalho temporários Não						
Existentes	Frente 1		Frente 2		Frente 3	
	Quant. Empr.	Duração Mês	Quant. Empr.	Duração Mês	Quant. Empr.	Duração Mês
Coleta de RS domiciliares e públicos						
Total R\$/ano		Público R\$/ano		Privado R\$/ano		
113.744		113.744		0		

Tabela 49 - Característica dos serviços de coleta e sistemas de resíduos sólidos INFORMADOS NO SNIS 2011 (continuação)

Coleta de Resíduos de Saúde			
Total	Público		Privado
R\$/ano	R\$/ano		R\$/ano
0	0		0
Varição de logradouros públicos			
Total	Público		Privado
R\$/ano	R\$/ano		R\$/ano
131.079	131.079		0
Demais serviços, inclusive Administração com unidade processamento.			
Total	Público		Privado
R\$/ano	R\$/ano		R\$/ano
0	0		0
Despesas com manejo de RS, segundo a natureza do agente executor.			
Total			
Domiciliar	Saúde	Varição	Demais
R\$/ano	R\$/ano	R\$/ano	R\$/ano
113.744	0	131.079	0
Despesas com manejo de RS, segundo a natureza do agente executor.			
Público			
Domiciliar	Saúde	Varição	Demais
R\$/ano	R\$/ano	R\$/ano	R\$/ano
113.744	0	131.079	0
Despesas com manejo de RS, segundo a natureza do agente executor			
Privado			
Domiciliar	Saúde	Varição	Demais
R\$/ano	R\$/ano	R\$/ano	R\$/ano
0	0	0	0

Tabela 49 - Característica dos serviços de coleta e sistemas de resíduos sólidos INFORMADOS NO SNIS 2011 (continuação)

Quantidade de trabalhadores remunerados alocados no manejo de resíduos sólidos, segundo a natureza do agente executor.					
Total					
Público Empregado			Privado Empregado		
19			0		
Público					
Coleta Empregado	Varrição Empregado	Capina Empregado	Unidade Empregado	Outros Empregado	Gerenciamento Empregado
8	7	4	0	0	0
Privado					
Coleta Empregado	Varrição Empregado	Capina Empregado	Unidade Empregado	Outros Empregado	Gerenciamento Empregado
0	0	0	0	0	0
Quantidade de trabalhadores remunerados alocados no manejo de resíduos sólidos, segundo a natureza do agente executor.					
Total					
Público Empregado			Privado Empregado		
19			0		
Público					
Coleta Empregado	Varrição Empregado	Capina Empregado	Unidade Empregado	Outros Empregado	Gerenciamento Empregado
8	7	4	0	0	0

Tabela 49 - Característica dos serviços de coleta e sistemas de resíduos sólidos INFORMADOS NO SNIS 2011 (continuação)

Privado					
Coleta Empregado	Varição Empregado	Capina Empregado	Unidade Empregado	Outros Empregado	Gerenciamento Empregado
0	0	0	0	0	0
População atendida declarada					
Total Habitante			Urbano do município Habitante		
11.941			6.535		
População atendida, segundo frequência.					
Diária %		2 a 3 vezes por semana %		3 vezes por semana %	
90		10		0	
População atendida, segundo frequência.					
Coleta Noturna Existência	Coleta com elevação de container Existência	Quantidade de Coletores e Motoristas			
		Prefeitura Empregado		Empresas Empregado	
Não	Não	8		0	
Ocorrência de coleta de Resíduos Públicos junto com Domiciliares			Sim		
Quantidade total de resíduos coletados					
Total t	Prefeitura t	Empresas t	Associação de catadores t	Outro executor t	
2.576	2.576	0	0	0	

Tabela 49 - Característica dos serviços de coleta e sistemas de resíduos sólidos INFORMADOS NO SNIS 2011 (continuação)

Quantidade total de resíduos domiciliares coletados				
Total t	Prefeitura t	Empresas t	Associação de catadores t	Outro executor t
0	0	0	0	0
Quantidade total de resíduos públicos coletados				
Total t	Prefeitura t	Empresas t	Associação de catadores com apoio Prefeitura t	Outro executor t
0	0	0	0	0
Ocorrência de coleta de Resíduos Públicos junto com Domiciliares				Sim
Quantidade total de resíduos coletados				
Total t	Público t		Privado t	
2.576	0,00		0,00	
Quantidade total coletada por agente público				
Total t	Público t		Privado t	
2.576	2.576		0,00	
Quantidade total coletada por agente privado				
Total t	Público t		Privado t	
0,00	0,00		0,00	
Quantidade total coletado por catadores c/apoio Prefeitura				
Total t	Público t		Privado t	

Tabela 49 - Característica dos serviços de coleta e sistemas de resíduos sólidos INFORMADOS NO SNIS 2011 (conclusão)

Quantidade total coletada por outros agentes		
Total t	Público t	Privado t
Remessa de resíduos domiciliares e públicos p/ outro município		
Ocorrência	Município de destino	Existência de balança
Sim	Amparo - SP	Não
Serviço terceirizado de coleta de RDO + RPU		
Valor do contrato R\$/t	Distância média até a unidade Km	Incluído transporte até unid. de transbordo ou destino final Existência
133,88	56	Sim
Serviços terceirizado de transp. da unidade de transbordo à destino final		
Valor do contrato R\$	Distância média até a unidade km	
0	0	
Serviços terceirizados de disposição final em aterro		
Ocorrência de operação do aterro por execução privado Existência	Valor do contrato R\$	
0	0	

Fonte: SNIS (2014).

No **Quadro 19** estão apresentados os indicadores gerais com relação à quantidade de resíduos gerados no município

Quadro 19 - Indicadores Gerais da de Resíduos Sólidos de Pinhalzinho

Indicadores Gerais	Fonte	População	Resíduos sólidos
População	SNIS 2012	Total: 13.105	-
		Urbana: 6.650	-
Moradores com coleta convencional	SNIS 2012	3.783 habitantes	-
Geração diária de Resíduos Sólidos Urbanos (ton./dia)	Prefeitura	-	6,6 ton./dia
Custo total dos serviços (Coleta, transporte, destino final e reciclagem)	Prefeitura	-	R\$ 145,00 /ton.

Fonte: SNIS (2014).

27.3 Estrutura tarifária para serviços de resíduos sólidos

Os serviços prestados pelo município com relação os resíduos sólidos do município está incluída na composição do IPTU, sendo o valor de R\$ 6,00 ao ano.

27.4 Coleta convencional de resíduos sólidos urbanos

27.4.1 Estrutura do Sistema

Atualmente, a coleta e varrição dos resíduos sólidos urbanos convencionais é realizada em 100% dos domicílios da área urbana do município pelo sistema porta-a-porta, pela Prefeitura municipal sob a responsabilidade Secretaria de Obras do município de Pinhalzinho.

Na zona rural a coleta é efetuada em 100% dos domicílios pelo sistema porta-a-porta pela Prefeitura municipal sob a responsabilidade da Secretaria de Obras sem que haja um controle sobre os custos desta operação.

A geração de resíduos sólidos em Pinhalzinho atualmente é de 6,6 toneladas por dia.

Para a execução dessa coleta a Prefeitura dispõe de 3 caminhões compactadores, todos em bom estado de conservação.

Os serviços de coletas de resíduos sólidos urbanos são executados 3 motoristas e 9 coletores, todos com grau de instrução nível fundamental.

27.4.2 Roteiros de coleta

De acordo com informações extraídas junto à Secretaria de Obras de Pinhalzinho (2014), a coleta de resíduos sólidos na zona urbana é realizada durante o dia, de segunda a sábado.

Não existe no município coleta específica para grandes geradores ou feiras livres.

A coleta é realizada com dois caminhões compactadores e um caminhão reserva, e as rotas de coleta se encontra no **Quadro 20**.

Quadro 20 - Roteiro de coleta do lixo do município de Pinhalzinho

Dias da semana	ROTA	
	CAMINHÃO 1	CAMINHÃO 2
Segunda - feira	Cidade	Cidade, BR. Aparecidinha
Terça feira	Cidade, BR. Cachoeirinha, BR. Pinhal, BR. Fazenda Velha.	Br. Aparecidinha, Portal do Pinhal.
Quarta feira	Cidade	BR. Rosa Mendes, BR. Dos Mendes, Distrito Industrial, Jd. dos Prados.
Quinta feira	Cidade, BR. Matão, BR. Beneduze, Recanto Sto. Antônio, Estrada Nova – BR. dos Pintos.	BR. da Posse, BR. Vieiras BR. Cachoeirinha, BR. da Dobrada, BR. Tapera, Jardim Pinhal.
Sexta feira	Cidade	Cidade, BR. Areal, BR. Divisa
Sábado	Cidade	-

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente e Agricultura (2014).

27.4.3 Coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos

Segundo a PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO (2014), o município não possui coleta seletiva, nem tão pouco possui cadastro de catadores urbanos de RSU.

27.5 Destinação final de resíduos sólidos urbanos

Os resíduos sólidos urbanos são destinados ao Aterro Sanitário licenciado localizado em Amparo, cerca de 56 km do centro da cidade de Pinhalzinho.

A média mensal de envio dos resíduos sólidos urbanos para o Aterro Sanitário é de 200 toneladas, sendo que o custo de disposição final é de R\$ 145,00 por tonelada.

O município não possui identificação de áreas de destinação inadequada dos RSU, aonde eventualmente pudesse ocorrer contaminação do solo e de acordo com site da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, não existem registros de áreas contaminadas relacionadas a resíduos sólidos.

Apesar de definida pelo PLANO CIDADES LIMPAS a instalação de uma ATT – Área de Triagem e Transbordo para o município a mesma não foi instalada.

A **Figura 61** apresenta o fluxograma da coleta domiciliar.

Figura 61 - Fluxograma da coleta domiciliar dos RSU



27.6 Resíduos de Serviço de Saúde (RSS)

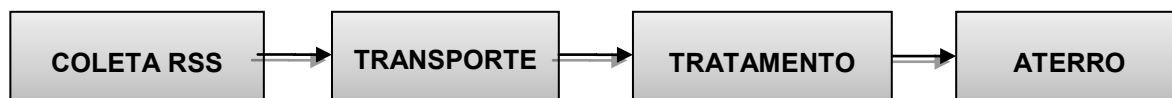
O município não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, os critérios para elaboração do mesmo serão definidos no Produto 4 - Prognósticos e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico. Objetivos e Metas.

Os serviços de coleta e destinação de RSS provenientes de serviço de saúde privado e municipal são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho.

A Prefeitura Municipal de Pinhalzinho terceiriza a coleta e destinação de RSS, e esse serviço é feito pela empresa IM4 Transportes Especiais, sendo um custo mensal de uma taxa fixa de R\$ 2.500,00.

A **Figura 62** apresenta o fluxograma da coleta dos RSS.

Figura 62 - Fluxograma da coleta dos RSS



27.6.1 Definições do PLANO CIDADES LIMPAS, com relação ao RSS

Foram diagnosticados 535 estabelecimentos de serviços de saúde entre os municípios associados ao CISBRA. Estes estabelecimentos representam uma geração de 24.728 quilos mensais de resíduos de serviço de saúde.

A primeira proposta de planejamento para o tratamento destes resíduos é de implantar a coleta seletiva em todos os estabelecimentos geradores de RSS, sejam estes públicos ou privados. Segundo estimativa do Ministério do Meio Ambiente, 75% destes resíduos são resíduos comuns, portanto, possíveis de aderirem ao sistema de fluxo dos resíduos sólidos domiciliares, sejam eles secos ou úmidos. Com isso, do total gerado de RSS, apenas 6.182 quilos mensais estimativamente, serão considerados resíduos infectantes.

Seguindo a diretriz de estabelecer as responsabilidades específicas para os geradores públicos e privados, a quantidade de resíduos contaminantes de responsabilidade pública será ainda menor. Atualmente, com exceção de Itapira, os municípios associados ao

CISBRA coleta os resíduos de geradores públicos e privados, estes indevidamente, conforme **Figura 63**.

Figura 63 - Coleta de RSS (kg/mês) - CISBRA



Fonte: CISBRA (2014).

Levando em consideração o indicador extraído de Itapira, referente a porcentagem de 25% do total coletado sendo de responsabilidade pública, a quantidade de resíduos contaminantes originados nas instituições públicas é estimável em 1.543 quilos mensais. A proposta construída no planejamento apontou para a oferta do manejo dos RSS de origem privada pelo CISBRA, porém, estabelecendo-se o preço público a ser remunerado pelos geradores. O mapa acima revela as quantidades envolvidas neste fluxo.

27.7 Resíduos de Construção Civil

A prefeitura oferece aos munícipes serviços de coleta dos entulhos gerados na construção civil no município. Após a coletada realizada por funcionários da Prefeitura, os entulhos são destinados para adequação de estradas rurais, conforme fluxograma da **Figura 64**.

Figura 64 - Fluxograma da coleta dos RCC



27.7.1 Definições do PLANO CIDADES LIMPAS, com relação ao RCC

Segundo o Diagnóstico de Resíduos Sólidos do CISBRA a geração total dos resíduos da construção civil é de 12.374 toneladas ao mês e 829 toneladas ao mês de volumosos. Segundo as estimativas da I&T, 80% destes resíduos são manejados de forma relativamente “adequada”, o que representa 10.563 toneladas de RCC e Volumosos ao mês. Os outros 20% são oriundos da Limpeza Corretiva, o que representa 2.641 toneladas ao mês. Os resíduos da Limpeza Corretiva, em sua grande parte, são originários da população que não possui soluções para o manejo adequado destes resíduos. Para solucionar estas questões, entre outras, como a recuperação e reaproveitamento máximo destes resíduos, será instalada uma rede de Ecopontos e Áreas de Triagem e Transbordo – ATT – conforme o planejamento expresso neste documento.

A rede de Ecopontos e ATT funcionará como solução preventiva dos eventos de limpeza urbana, atraindo resíduos por entrega voluntária, mas funcionará também como solução para entrega de resíduos de responsabilidade privada (na ATT), prestando serviço a transportadores e construtores, a preço público.

Para uma estimativa da capacidade de recuperação destes resíduos, foi adotado que 50% dos grandes geradores utilizarão a ATT como local de descarte de seus resíduos e que 80% da população irá aderir à rede de Ecopontos como local de descarte. Com isso, serão manejados nesta rede 60% do total destes resíduos, representados por 16% oriundos da entrega voluntária da população, 40% provindos de grandes geradores e 4% da Limpeza Corretiva.

Segundo estudos da I&T, a composição básica dos resíduos da construção civil é de: 60% de trituráveis, 20% de solo, 10% de madeiras, 5% de recicláveis secos, 4,5% de resíduos classe B e 0,5% de resíduos classe C e D. Referente aos volumosos, a composição é de: 50% de madeiras, 25% de resíduos de poda, 12,5% de recicláveis secos e 12,5% de resíduos não aproveitáveis.

Por estas porcentagens, estimam-se que serão triados nessa rede um total de sete 7.922 toneladas, compostas por: 5.197 toneladas de resíduos trituráveis, 1.856 toneladas de solo, 397 toneladas de madeira, 209 toneladas de recicláveis secos e 262 toneladas de resíduos não aproveitáveis.

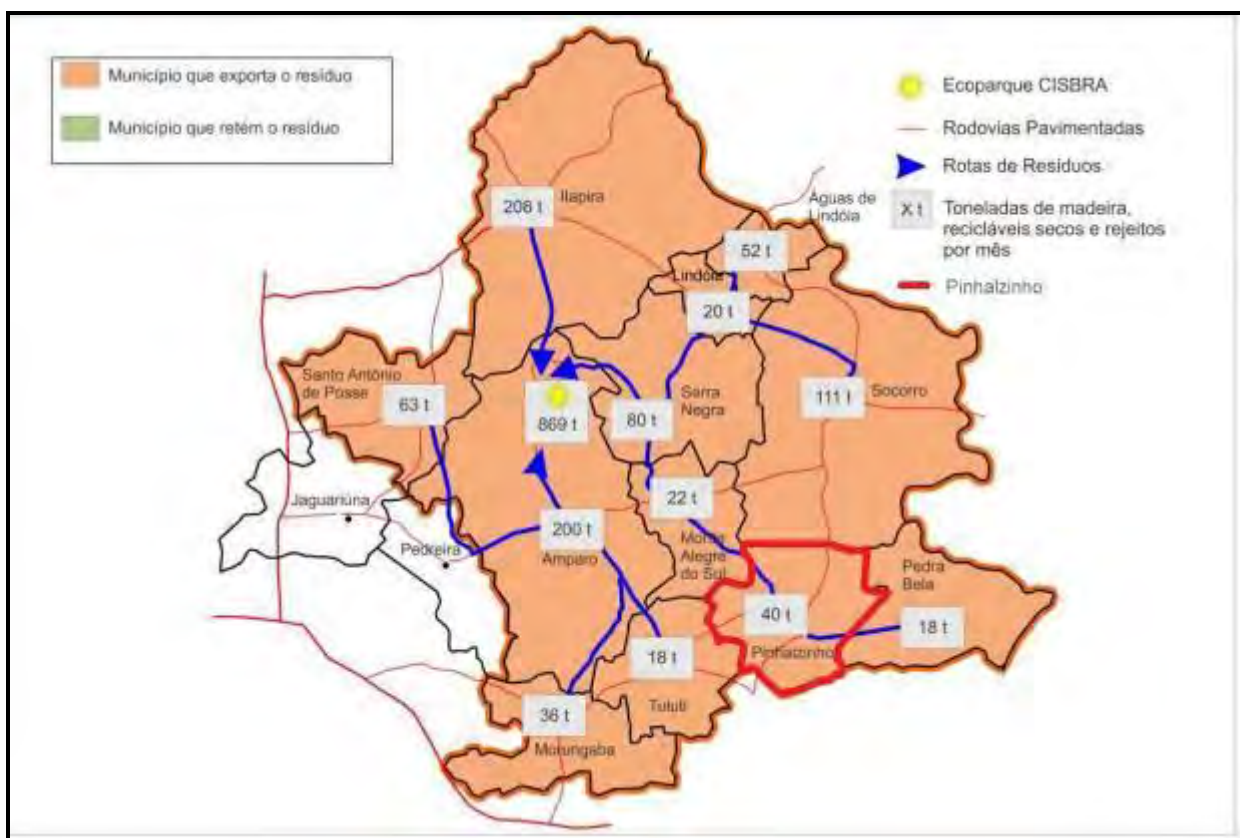
A fim de evitar o deslocamento de grande parte destes resíduos, definiu-se no planejamento a adoção de dois equipamentos itinerantes: uma peneira vibratória e um triturador de resíduos da construção civil. Estes equipamentos itinerantes serão alocados no

Ecoparque CISBRA e deslocados para as ATT conforme a demanda do local. Em um primeiro momento, a peneira vibratória será desloca da para a ATT para realizar a separação do material fino presente na parcela de resíduos trituráveis, acumulando a parcela grossa. Quando essa parcela grossa atingir a quantidade que justifique o deslocamento do triturador, ocorrerá a transformação do material grosso em fino na própria ATT. Com esta proposta, o solo e os resíduos trituráveis terão usos diversos dentro do município, conforme a demanda do próprio, e com isso serão evitados o deslocamento de 7.053 toneladas ao mês.

As outras 869 toneladas de resíduos da construção civil serão encaminhadas ao Ecoparque para o tratamento. Dentro do Ecoparque CISBRA, as madeiras serão transformadas em cavacos para a venda no mercado regional, os recicláveis secos entrarão na cadeia de tratamento dos RSD Secos e os resíduos não aproveitáveis serão dispostos em aterros sanitários licenciados conforme melhor oferta eleita pelo CISBRA.

As **Figura 65 e 66** apresentam o fluxograma da coleta e a retenção mensal dos resíduos trituráveis e solos dos RCC.

Figura 65 - Fluxo mensal de madeira, recicláveis secos, classe B, C e D (RCC) – CISBRA



Fonte: CISBRA (2014).

Figura 66 - Retenção mensal de resíduos trituráveis e solos (RCC) - CISBRA



Fonte: CISBRA (2014).

27.8 Pneus

A coleta de pneus é realizada pela Prefeitura, atualmente não se tem informações sobre a quantidade de material coletado.

Após a coleta os pneus são encaminhados as borracharias do município, e posteriormente destinados adequadamente.

Conforme a Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, os serviços de coleta e destino final dos pneus serão realizados pela empresa REICLANIPE, localizada em Socorro, estando pendente para o início das atividades a emissão da licença ambiental.

27.9 Educação ambiental

A Secretaria de Obras junto com as Instituições Educacionais Municipais, promovem frequentemente ações como plantio de árvores e coleta seletiva com crianças e jovens no município, sem que haja registro das atividades desenvolvidas.

27.10 CISBRA – Consorcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas

O município de Pinhalzinho é membro do CISBRA - Consorcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas, juntamente com os municípios de Águas de Lindoia, Amparo, Itapira e Lindóia, Monte Alegre do Sul, Morungaba, Pedra Bela, Santo Antônio de Posse, Serra Negra, Socorro e Tuiuti.

Fundado em julho de 2010 tem como objetivos:

- Qualificar as relações entre os Municípios com seus prestadores para universalizar os serviços de saneamento básico e assim, beneficiar a população da região do Circuito das Águas Paulistas.

- Colaborar na implantação do plano de saneamento básico garantindo assim os serviços básicos e melhores condições de vida para as populações e o meio ambiente.

- Pensar globalmente agindo localmente.

- Assegurar economia em escala para municípios que possuem problemas em comum.

- Fomentar a educação ambiental e coleta seletiva adotando os meios e cuidados necessários para promover o desenvolvimento da região e conquistar resultados positivos no tripé da sustentabilidade.

27.10.1 Plano cidades limpas

No ano de 2013 o CISBRA através da empresa T & T Gestão de Resíduos, elaborou o Plano Regional de Gestão Associada e Integrada de Resíduos Sólidos para a região do Circuito das Águas – PRGAICA, denominado PLANO CIDADES LIMPAS, tendo como objetivos:

a) Reduzir progressivamente o manejo indiferenciado dos resíduos sólidos domiciliares.

Este objetivo está diretamente relacionado com as ações de coletas seletivas propostas para os resíduos sólidos domiciliares secos e úmidos. O sucesso do programa de coletas seletivas destes resíduos reduzirá progressivamente o manejo indiferenciado, contemplando assim este objetivo.

b) Tratar os resíduos sólidos domiciliares indiferenciados a fim de ampliar a recuperação dos resíduos secos e úmidos e restringir a disposição final exclusivamente aos rejeitos.

O tratamento dos resíduos domiciliares indiferenciados visa cumprir os objetivos de manejo diferenciado integral dos resíduos sólidos domiciliares secos e úmidos, além de cumprir a meta do Plano Nacional de Resíduos Sólidos de evitar a destinação destes para a disposição final em aterros sanitários.

Dentro do Ecoparque CISBRA haverá uma instalação que realizará a segregação das frações secas e úmidas contidas nos resíduos sólidos domiciliares indiferenciados, restando apenas o rejeito para a disposição final ambientalmente adequada em aterros sanitários, estimado como inferior a 20% do total.

27.11 Definições com relação aos Resíduos Sólidos do Município de Pinhalzinho

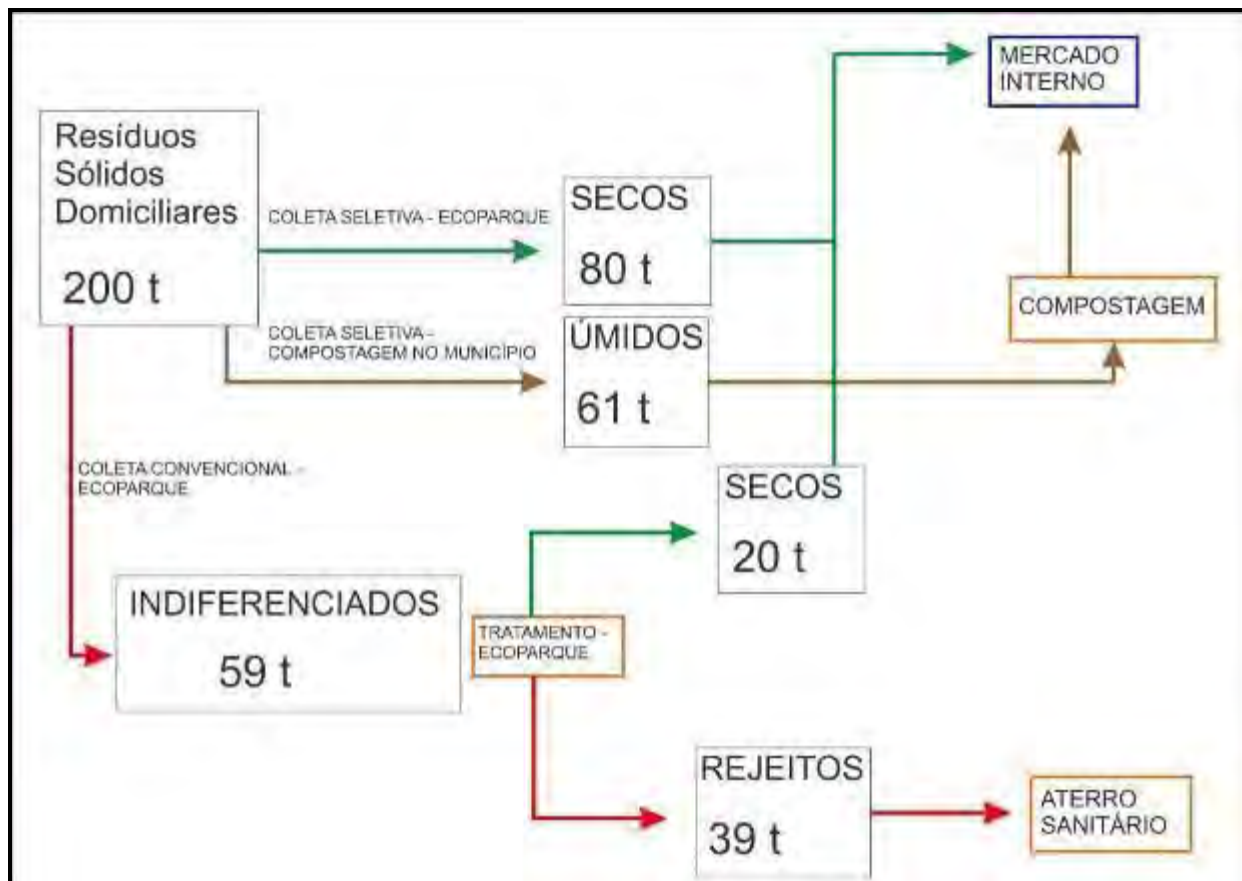
O município de Pinhalzinho coleta 200 toneladas mensais de Resíduos Sólidos Domiciliares (RSD), sendo que destas, 99 toneladas são referentes ao RSD Secos (50%) e 61 referentes aos RSD Úmidos (31%), conforme apresentado na **Figura 67**.

O planejamento definido para o município é de evitar o deslocamento dos RSD Úmidos. Para isso, propõe-se a coleta seletiva de 100% dos RSD Úmidos para serem compostados no Ecoponto/ATT. Com isso, será evitado o deslocamento de 61 toneladas mensais.

Referente aos 80% de RSD Secos que serão coletados seletivamente e enviados ao Ecoparque CISBRA, a quantidade mensal é de 80 toneladas. As 59 toneladas restantes, referentes aos RSD indiferenciados, serão divididas em vinte toneladas de RSD Secos e 39 toneladas de rejeitos, no Ecoparque.

Com este planejamento, o município de Pinhalzinho passará a ter uma valorização de 80% dos resíduos sólidos domiciliares.

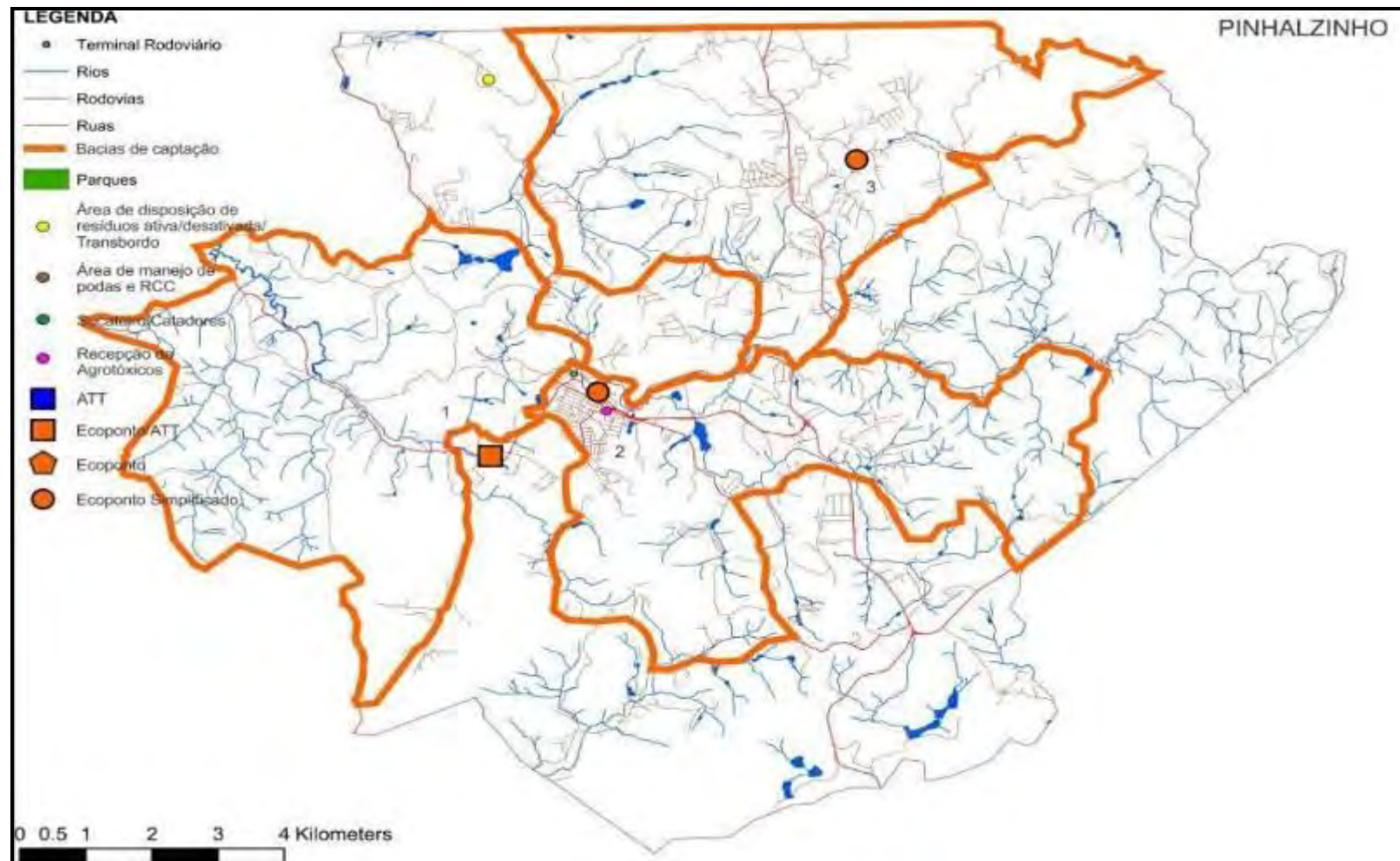
Figura 67 - Fluxograma mensal dos RSD - Município de Pinhalzinho



Fonte: CISBRA (2014).

A equipe técnica de Pinhalzinho planejou três bacias de captação, com dois Ecopontos Simplificados e um Ecoponto/ATT, exemplificados na **Figura 68**.

Figura 68 - Setorização Município de Pinhalzinho

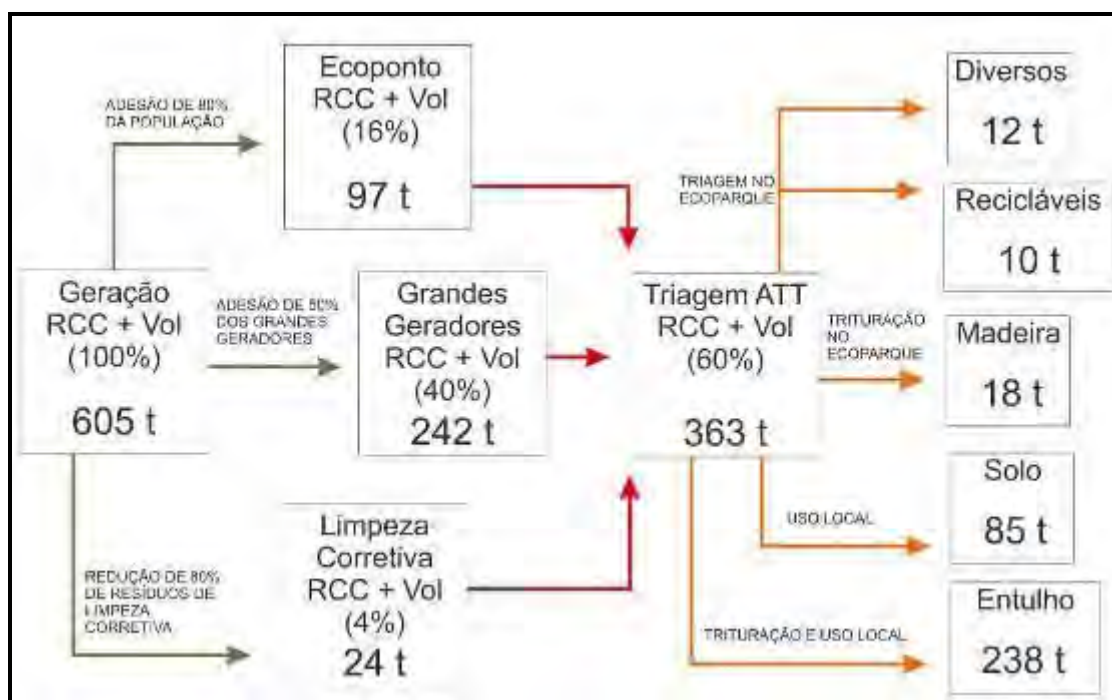


Fonte: CISBRA (2014).

Foi diagnosticada uma estimativa de geração de 605 toneladas de resíduos da construção civil e volumosos mensais. Seguindo o planejamento para estes resíduos, serão recebidas mensalmente nos Ecopontos (16%) 97 toneladas, da limpeza corretiva (4%) 24 toneladas e de grandes geradores (40%) 242 toneladas, conforme apresentado na **Figura 69**.

Nesta perspectiva, a ATT receberá 60% da geração total de RCC e volumosos, o que representa 363 toneladas mensais. Este montante será dividido em 238 toneladas de resíduos trituráveis, 85 toneladas de solo, dezoito toneladas de madeira, dez toneladas de recicláveis secos e doze toneladas de materiais diversos.

Figura 69 - Fluxograma mensal dos RCC - Município de Pinhalzinho

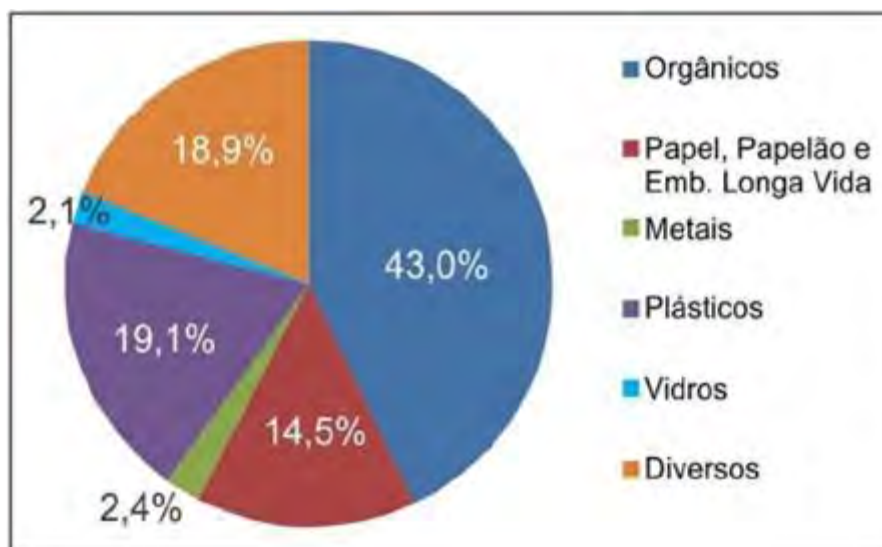


Fonte: CISBRA (2014).

27.11.1 Composição Gravimétrica dos RSU

A composição gravimétrica dos RSU (**Figura 70**) do município de Pinhalzinho foi determinada em conjunto com todos os municípios que compõem o CISBRA.

Figura 70 - Composição gravimétrica dos RSU no CISBRA



Fonte: CISBRA (2014).

CAPÍTULO VII - DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

28. SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

O presente estudo contempla uma visão e entendimento global quanto da concepção atual do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais no município de Pinhalzinho, no estado de São Paulo.

Os municípios brasileiros vêm sofrendo com o aumento da frequência de inundações prejudicando a qualidade das águas superficiais. Essas ocorrências são em função da falta de planejamento, controle do uso do solo, ocupação em Áreas de Preservação Permanente e Várzeas, e principalmente, o subdimensionamento ou inexistência dos equipamentos de drenagens.

O processo de urbanização de uma bacia hidrográfica sofre grandes alterações quanto o seu regime e seu comportamento do escoamento superficial direto por consequência da impermeabilização do solo o que gera as grandes vazões em curto espaço de tempo.

A falta de planejamento de drenagem urbana tem sido um dos principais responsáveis pela degradação ambiental de diversos municípios brasileiros, esse processo afeta principalmente os rios, córregos e suas várzeas, poluindo os corpos hídricos que se tornam receptores de esgotos domésticos (especialmente em decorrência da ligação de águas de chuvas nas redes de esgotos que acabam transbordando por ocasião de fortes precipitações) e destruição da vegetação ciliar por ocupação de habitações irregulares, por ruas e avenidas. Os impactos afetam principalmente a quantidade e a qualidade das águas, tanto superficiais como subterrâneas.

A cidade de Pinhalzinho-SP tem sofrido com alguns constantes eventos de inundação, gerando problemas nas últimas ocorrências dos períodos chuvosos. As graves consequências geradas pelas inundações ocasionam sérios problemas de doenças de veiculação hídrica, bem como destruição de casas e edificações.

O presente trabalho trata dos estudos de macro e microdrenagem urbana para a cidade de Pinhalzinho, visando controlar, prevenir e combater alagamentos de áreas de risco e das vias, causados pelo sistema de drenagem incompleto e/ou inadequado das águas pluviais que impactam negativamente os cursos d'água e que por sua vez, na falta de medida corretiva e preventiva podem prejudicar as áreas urbanizadas, trazendo danos para os seus moradores e seu patrimônio.

O sistema de drenagem é dividido em duas esferas:

Macro drenagem: É formada pelos rios e córregos de determinada bacia de contribuição. É responsável pelo escoamento final das águas pluviais provenientes do sistema de microdrenagem urbana.

Micro drenagem: É constituída por equipamentos hidráulicos para conduzir o escoamento de águas superficiais em ambientes urbanos. Os equipamentos de escoamento são: Redes coletoras, poços de visita, sarjetas, bocas de lobo e sistema de dissipação de energia para lançamento nos corpos d'água.

O ciclo hidrológico natural é alterado devido o desenvolvimento urbano que modifica a cobertura vegetal, essas alterações geram as seguintes modificações.

- Redução da infiltração no solo;
- Aumento do escoamento superficial;

As galerias construídas para o esgotamento das águas pluviais reduzem o tempo de deslocamento com velocidades maiores. Desta forma as vazões máximas também aumentam, antecipando seus picos no tempo.

O sistema deve ser preventivo para inundações, principalmente em áreas baixas a fim de garantir o escoamento das vias e dos cursos d'água.

A causa principal das enchentes nos centros urbanos deve-se à ocupação desordenada do solo em toda a bacia de contribuição e ao sistema de drenagem urbana que escoar a água para jusante. Um sistema de drenagem eficiente drena os escoamentos sem gerar impactos no local e também à jusante.

As infraestruturas de drenagem existentes na cidade devem ser entendidas como um conjunto de obras para realizar a coleta, o transporte e o lançamento final das águas superficiais, isso inclui a hidrografia regional e os talwegues.

As medidas empregadas visam diminuir os prejuízos causados por inundações, colocando em risco as populações residentes em áreas de riscos, possibilitando o desenvolvimento urbano de forma harmônica, articulada e ambientalmente sustentável.

A preservação do sistema de macrodrenagem parte do pressuposto da preservação dos cursos d'água, sua despoluição e a manutenção das áreas de várzea de inundação, de forma que não sejam necessárias obras estruturantes, reduzindo-se custos de implantação e problemas provocados pelas mesmas, tirando proveito de seu potencial urbanístico como áreas verdes e parques lineares.

28.1 Estrutura Administrativa

Foram levantados todos os instrumentos normativos e administrativos referentes ao Sistema de Drenagem Urbana, e foi constatada uma deficiência e inexistência de corpo técnico específico para a gestão dos serviços de drenagem urbana, isso em razão da falta de recursos financeiros e como consequência existe a insuficiência de planejamentos das ações de médio e longo prazo. As ações tomadas são de caráter emergencial e os impactos ambientais são enfrentados no seu ponto crítico, geralmente pelas instituições de defesa civil ou pela equipe de manutenção da própria prefeitura. As ações realizadas na cidade em relação à conscientização e educação ambiental, não são voltadas para o Sistema de Drenagem Urbana.

Não existe no município um ente regulador dos serviços prestados e tão pouco Plano Diretor de Drenagem.

De acordo com a estrutura organizacional, a Secretaria de Obras tem a missão de efetuar a fiscalização e manutenção da rede de drenagem urbana, efetuando a limpeza das galerias de águas pluviais e bocas de lobo em pontos prioritários, mas não possui equipe própria para tal atividade, nem existe uma periodicidade estabelecida.

O município também não possui cadastro do sistema de micro e macrodrenagem. Essa ferramenta é de fundamental importância para ser utilizada como instrumento no planejamento e ações de manutenção preventiva. Todavia, é necessário mantê-lo atualizado e ampliando sua abrangência conforme expansão do município.

Nos últimos exercícios financeiros, não foram estabelecidos um percentual do orçamento destinado à Drenagem Urbana, sendo as aplicações realizadas conforme demanda. Outros departamentos municipais, bem como distintas instituições, também têm

influência, porém de forma indireta, se restringindo principalmente por ações conjuntas, debates, reuniões e estudos diversos.

O responsável pela manutenção do sistema de drenagem urbana é diretamente ligado à administração pública sendo este o setor de Limpeza Pública. No entanto não existem programas de treinamentos, palestras, seminários, oficinas e etc. para os profissionais envolvidos nessa tarefa.

Segundo último levantamento realizado através da Pesquisa Municipal de Drenagem (**Tabela 50**), foi examinado:

Tabela 50 - Características das vias de acessos do município de Pinhalzinho

Indicadores	Valores
Domicílios existentes (unidade)	3.200
Total de ruas do perímetro urbano (km)	13
Ruas com guias e sarjetas no perímetro urbano (km)	11
Ruas pavimentadas no perímetro urbano (km)	11
Ruas não pavimentadas no perímetro urbano (km)	3
Ruas com passeio público no perímetro urbano (km)	11
Ruas sem passeio público no perímetro urbano (km)	3
Domicílios na extensão de ruas pavimentadas (unidade)	2.560
Domicílios na extensão de ruas não pavimentadas (unidade)	640
Domicílios na extensão de ruas com passeio público (unidade)	2.560
Domicílios na extensão de ruas sem passeio público (unidade)	640
Extensão total de ruas arborizadas (km)	6
Quantidade de árvores nas ruas (unidade)	500

Fonte: Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (2012).

28.2 Estrutura Legislativa

O poder público municipal tem grande importância para conservação e preservação ambiental, pois através de legislações é possível determinar medidas construtivas e não construtivas, como por exemplo, a definição de do uso e ocupação do solo além da definição de zoneamentos.

Pinhalzinho possui como Instrumentos legais municipais o Código de Obras, regulamentado pela Lei nº 407/1988, possui também o Código de Posturas, regulamentado pela Lei nº 29/1969 e a Lei de Parcelamento do Solo regulamentado pela Lei nº 769/2000 de que esta regulamentada e objetivam minimizar os efeitos da impermeabilização do solo.

A estrutura legislativa que prevê a preservação e o controle das áreas de recarga de águas subterrâneas é inexistente, assim como uma taxa específica para manejo de águas pluviais e também não existe a cobrança para tal. Não é previsto por legislação também desconto ou subsídio em tributos municipais para estimular a reserva de área permeável nos lotes ou loteamentos.

O município de Pinhalzinho é carente quanto a uma Lei que institui a Política Municipal de Gestão dos Recursos Hídricos.

O sistema de drenagem urbana deve ser regulamentado e ter como objetivo ordenar as ações futuras na cidade, controlando na fonte os potenciais impactos da urbanização.

28.3 Caracterização do sistema de drenagem urbana existente

As águas de escoamento superficial do município de Pinhalzinho são conduzidas na maioria das vezes através da ação gravitacional por meio de vias pavimentadas, sarjetas, sarjetões, bocas de lobo e rede subterrânea até as galerias e canais de macrodrenagem. No entanto esta não é a realidade em todo o território do município, isso porque a região do bairro Areal onde inexistente um sistema de drenagem bem definido.

O principal curso d'água que passa adjacente ao município é o Rio Pinhal, este por sua vez detém de áreas de várzeas sujeitas a alagamentos perenes e temporários.

O município de Pinhalzinho está em processo de urbanização, porém já são constatados indícios de uma urbanização “desordenada” que pode afetar principalmente os rios, córregos e suas várzeas, destruindo a vegetação ciliar para a ocupação de edificações irregulares, ruas e avenidas.

A urbanização tem potencial para aumentar o volume e as vazões do escoamento superficial direto. A influência da ocupação de novas áreas deve ser analisada no contexto da bacia hidrográfica na qual estão inseridas, de modo a se efetuarem os ajustes necessários para minimizar a criação de problemas de inundações.

No entanto, o município de Pinhalzinho, não possui um cadastramento das redes hidrográficas, bem como o mapeamento das infraestruturas dos sistemas de macrodrenagem. Portanto, não foi possível elaborar cartas com zoneamento de riscos de enchentes para diferentes períodos de chuvas.

28.4 Cartografia

Neste tópico são apresentadas as bases cartográficas utilizadas no estudo.

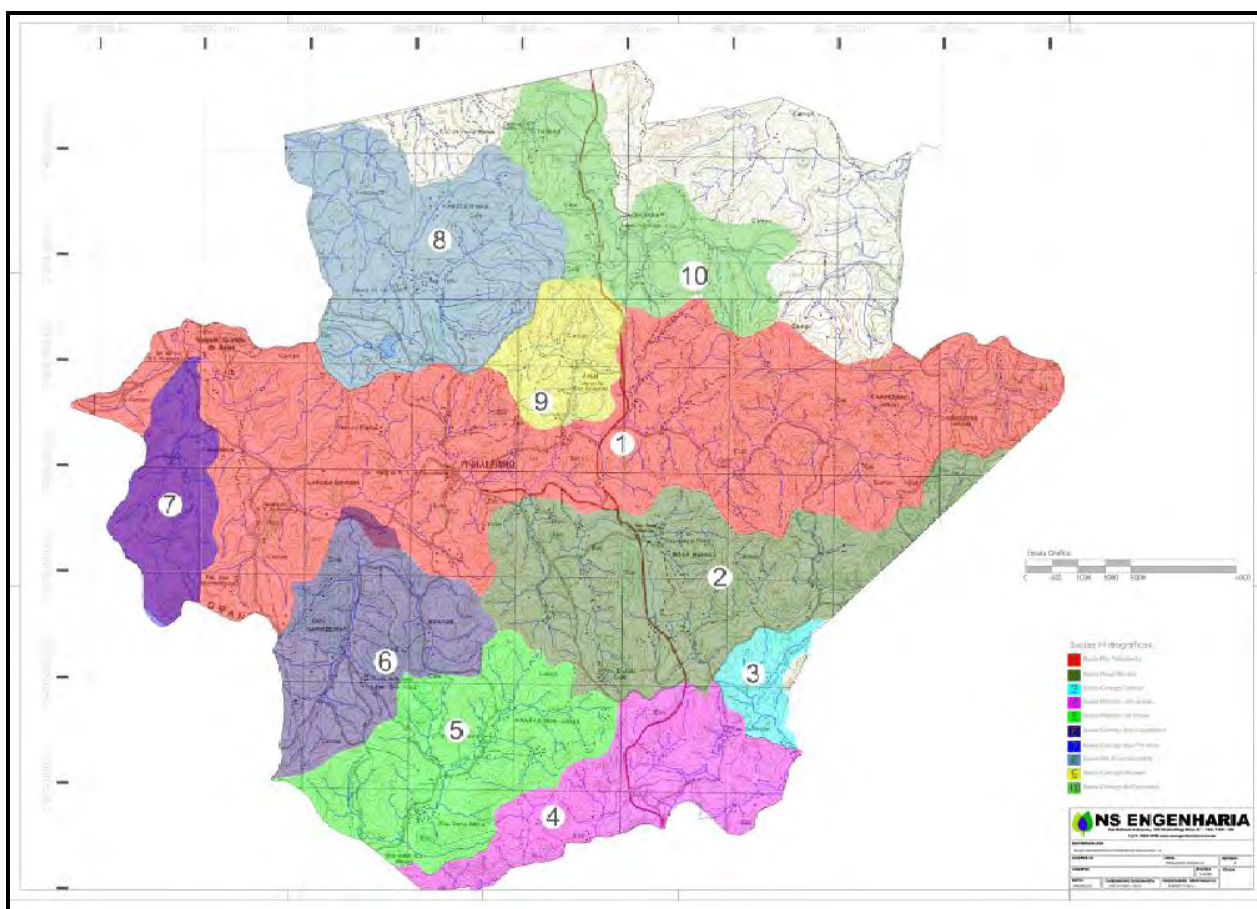
A cartografia básica foi elaborada a partir das cartas topográficas do IBGE, escala 1:50.000. Para o município de Pinhalzinho, foram utilizadas 3 (três) folhas topográficas, conforme apresentado:

- Folha “Bragança Paulista” SF-23-Y-A-VI-4
- Folha “Socorro” SF-23-Y-A-VI-2
- Folha “Extrema” SF-23-Y-B-IV-3

Segue abaixo a planta com a delimitação das bacias hidrográficas.

No **Anexo III a Figura 71** encontra-se a planta em escala adequada com os detalhes do município de Pinhalzinho.

Figura 71 - Planta com as Bacias Hidrográficas do Município de Pinhalzinho



Fonte: IBGE (2014).

28.5 Caracterização Pluviométrica

O Índice pluviométrico é uma medida em milímetros, resultado do somatório da quantidade da precipitação de água (chuva) num determinado local durante um dado período de tempo.

O conhecimento do regime pluviométrico de um local é essencial para caracterização do clima e o entendimento da relação do clima com os processos de produção instalados.

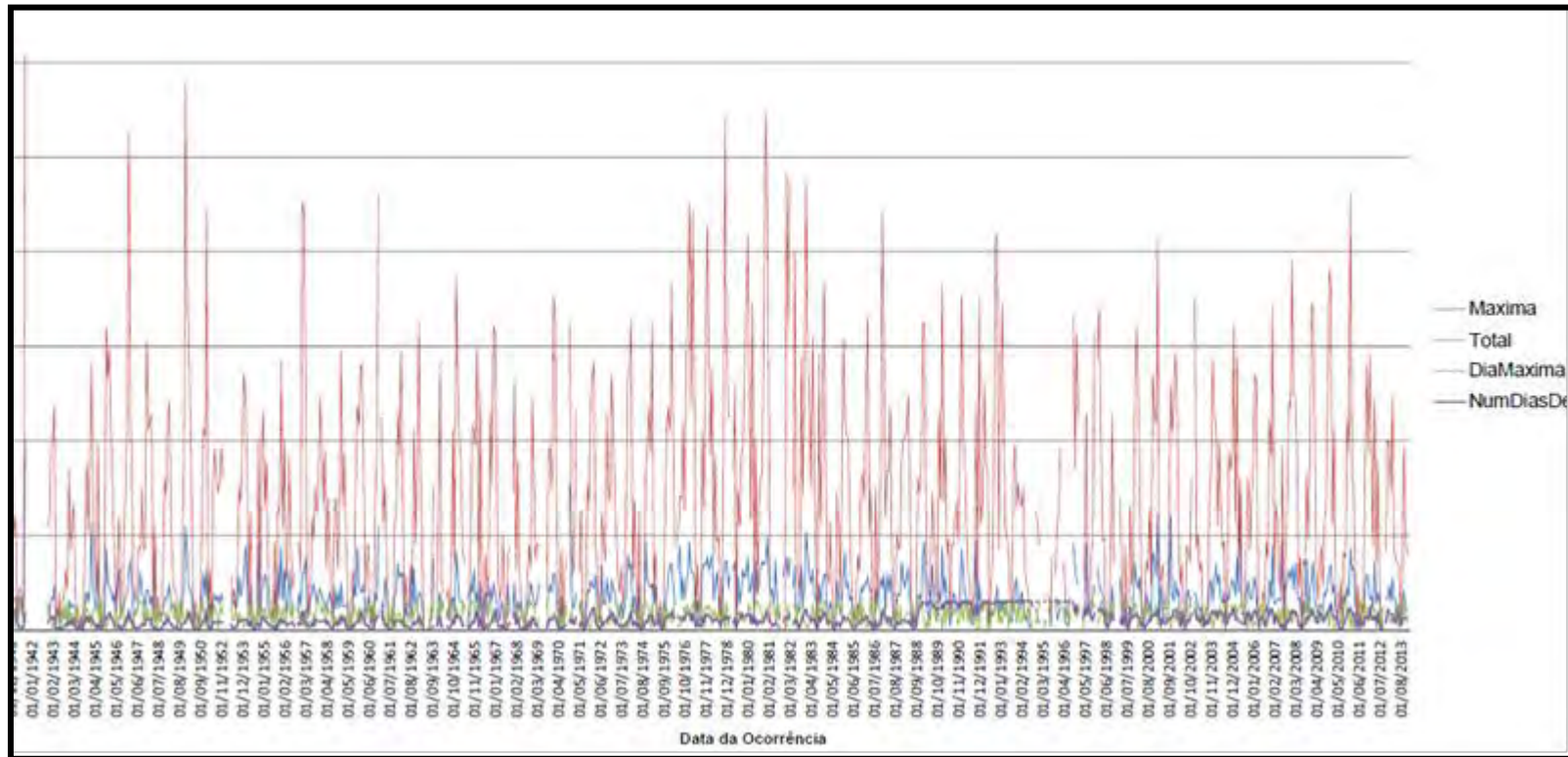
Foi levantada a Estação Pluviométrica do Departamento Estadual de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo – DAEE, a **Tabela 51** apresenta os dados da estação, e a **Figura 72** os resultados dos dados pluviométricos.

Tabela 51 - Dados da estação pluviométrica

Dados da Estação	
Código	02246025
Nome	PINHALZINHO
Código Adicional	D3-036
Bacia	RIO PARANÁ (6)
Sub-bacia	RIOS PARANÁ, TIETÉ E OUTROS (62)
Rio	-
Estado	SÃO PAULO
Município	PINHALZINHO
Responsável	DAEE-SP
Operadora	DAEE-SP
Latitude	-22:47:0
Longitude	-46:36:0
Altitude (m)	880
Área de Drenagem (km ²)	-

Fonte: Agência Nacional de Águas – ANA (2015)

Figura 72 - Dados da estação pluviométrica localizada no município de Pinhalzinho-SP



Fonte: Agência Nacional de Águas – ANA (2015)

28.5.1 Estudos Hidrológicos

Fora analisado a partir do Programa de Regionalização Hidrológica do Estado de São Paulo do Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, onde se puderam obter os seguintes dados apresentados nas **Tabela 52 a 55**.

Bacias Hidrográficas analisadas: Bacia do Rio Pinhalzinho, Bacia Rosa Mendes e Bacia do Córrego Areal, que são contribuintes para a zona urbana do município de Pinhalzinho.

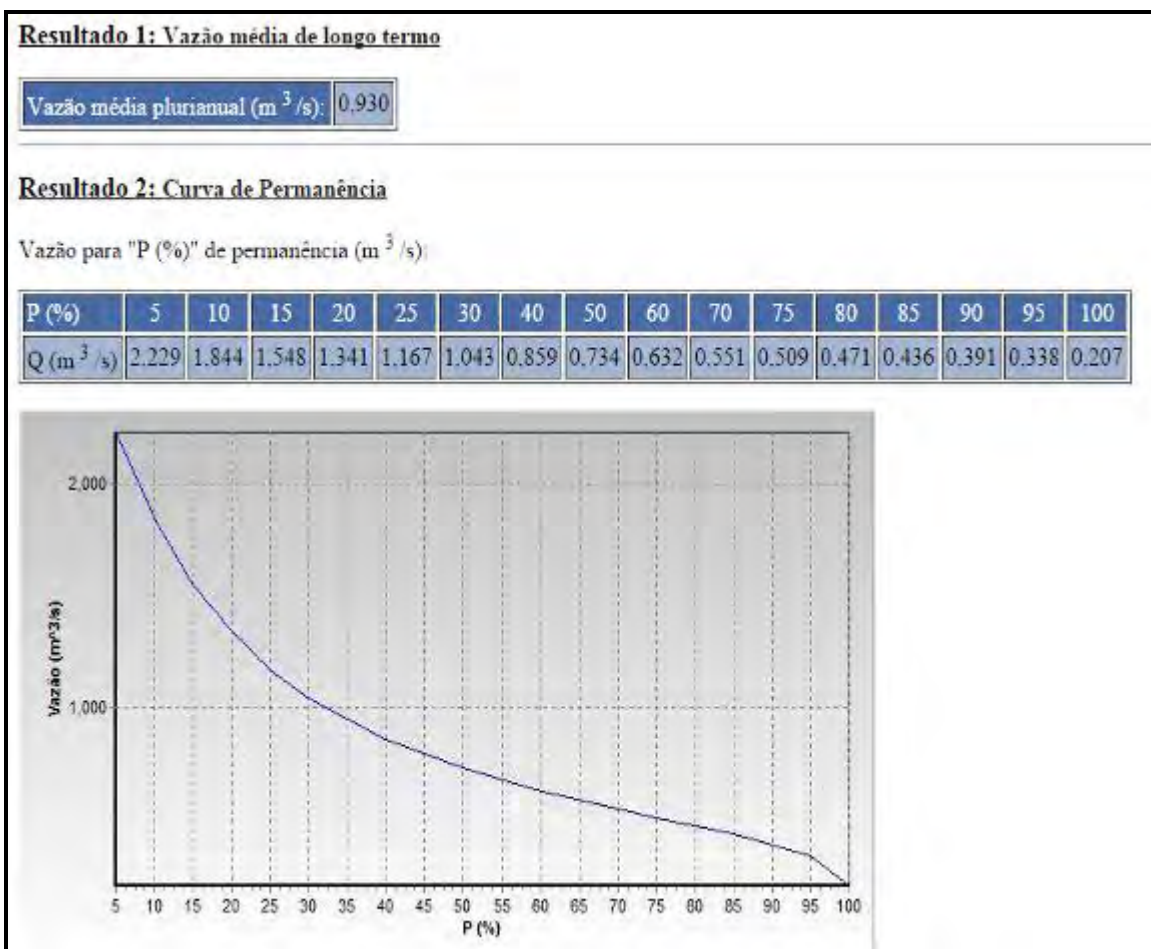
Área da bacia hidrográfica: 59,76 km²

Tabela 52 - Dados de entrada Regionalização Hidrológica

Precipitação anual média (mm):	1503,4
Região hidrológica:	N ▼
Região hidrológica (parâmetro C):	Y ▼
Latitude:	22° 47' 05"
Longitude:	46° 35' 21"
Norte (m):	7479426.108
Este (m):	336867.321

Fonte: DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica (2015)

Tabela 53 - Resultados Regionalização Hidrológica para o município de Pinhalzinho-SP I



Fonte: DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica (2015)

Tabela 54 - Resultados Regionalização Hidrológica para o município de Pinhalzinho-SP II

Resultado 3: Volume de regularização

Volume necessário para se regularizar "Qf" com risco "R (%)" de probabilidade de não atendimento em um ano qualquer (10^6 m^3):

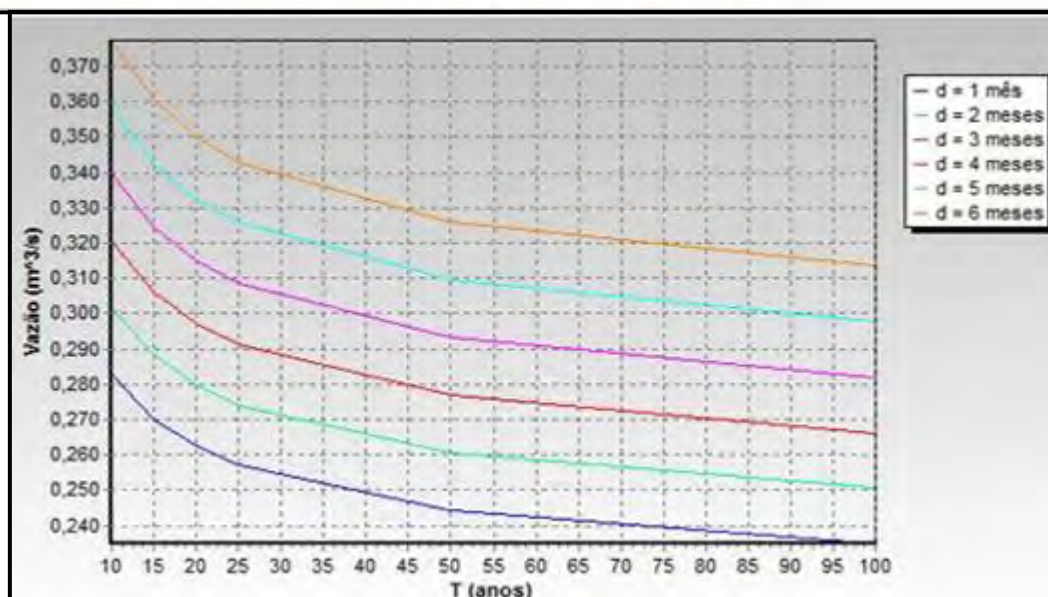
Vazão firme "Qf" (m^3/s):

T (anos)	10	15	20	25	50	100
R (%) = 100 / T	10,00	6,67	5,00	4,00	2,00	1,00
Volume (10^6 m^3)	1.405	1.651	1.818	1.940	2.262	2.532
Dur. critica (meses)	5.318	5.898	?????	?????	?????	?????

Resultado 4

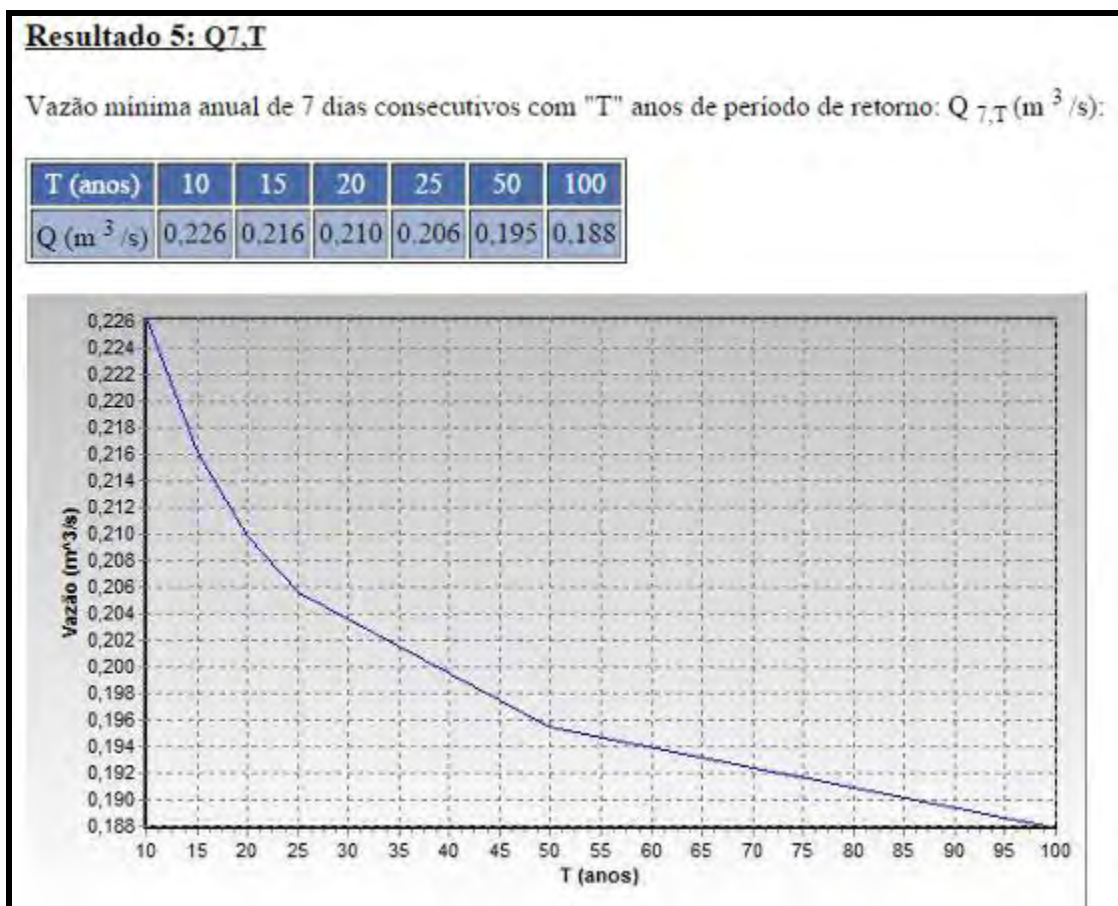
Vazão mínima anual de "d" meses consecutivos com "T" anos de período de retorno (m^3/s):

T (anos)	d = 1 mês	d = 2 meses	d = 3 meses	d = 4 meses	d = 5 meses	d = 6 meses
10	0,283	0,302	0,321	0,340	0,359	0,377
15	0,270	0,288	0,306	0,324	0,342	0,360
20	0,262	0,280	0,297	0,315	0,332	0,350
25	0,257	0,274	0,291	0,309	0,326	0,343
50	0,244	0,261	0,277	0,293	0,310	0,326
100	0,235	0,251	0,266	0,282	0,298	0,313



Fonte: DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica (2015)

Tabela 55 - Resultados Regionalização Hidrológica para o município de Pinhalzinho-SP III



Fonte: DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica (2015)

28.6 Áreas com Risco de Alagamentos

As estruturas de macrodrenagem abrangem os equipamentos hidráulicos dimensionados para grandes vazões e com maiores velocidades de escoamento.

O município de Pinhalzinho não apresenta grandes problemas no sistema de macrodrenagem. As áreas mais críticas são as Áreas de Preservação Permanentes tomadas por edificações, principalmente no Rio do Pinhal, onde há ocorrências de alagamentos e pontos de inundação nas áreas de várzea deste rio. Essas inundações atingem diretamente as construções localizadas nessas regiões, causando diversos problemas de alagamentos e prejuízos materiais. A manutenção das áreas de várzea e fundos de vale é de suma importância para seu funcionamento e devem ser utilizadas, sempre que possível como reservatórios de retenção de enchentes, através de um plano de composição urbanístico e de recomposição de vegetação.

Foram levantadas as intervenções nos cursos d'água, como por exemplo, barramentos, canalizações, travessias aéreas, dentre outros equipamentos do sistema de macrodrenagem.

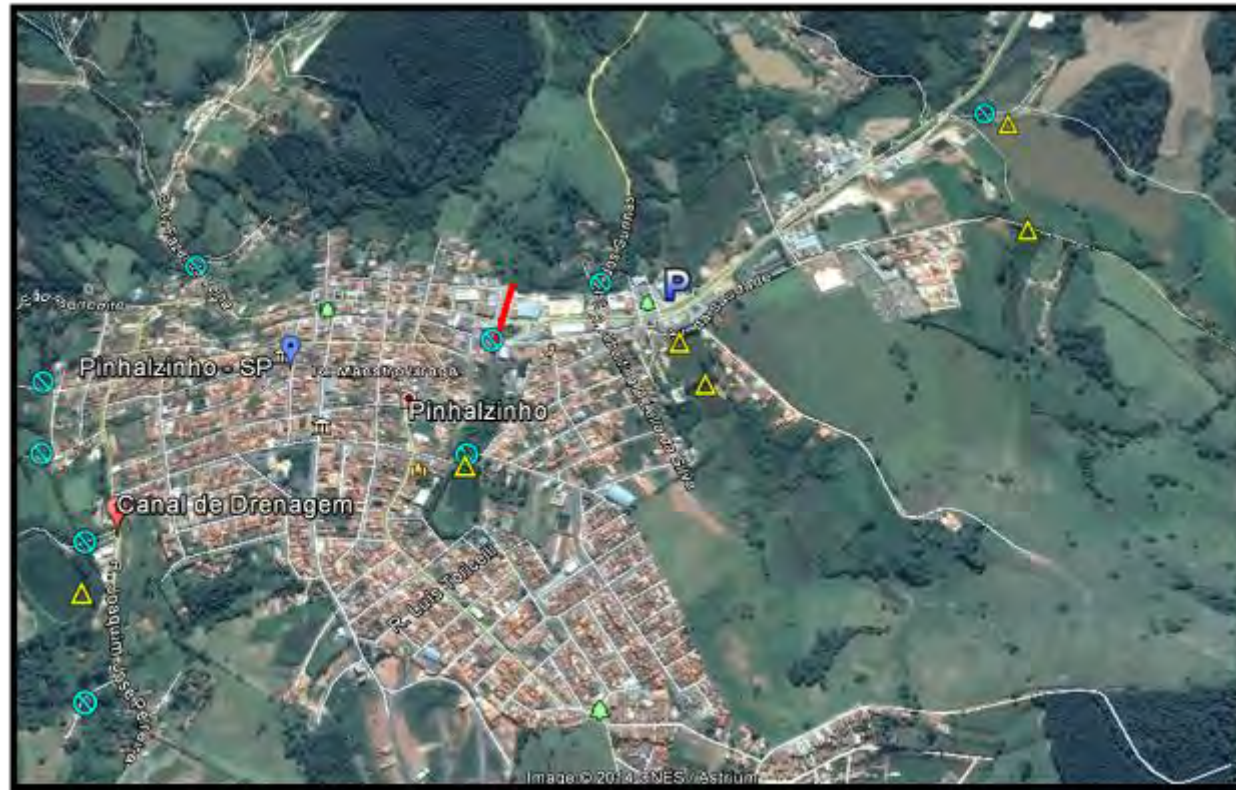
A **Figura 73** apresenta uma imagem com as indicações das áreas com Risco de Alagamento, levantadas a partir Carta IBGE 1:50.000 e imagens de Satélite, além de visitas in loco. Posteriormente, as figuras, demonstram os principais pontos de alagamento segundo informações obtidas através de questionários aos funcionários da prefeitura e

também moradores antigos. A planta cartográfica com os pontos indicados de Áreas de Risco encontra-se anexa.

No entanto, o município de Pinhalzinho-SP, possui um cadastramento das redes hidrográficas desatualizado, bem como inexistente um mapeamento total das infraestruturas dos sistemas de macrodrenagem. Portanto, não foi possível elaborar cartas com zoneamento de riscos de enchentes para diferentes períodos de chuvas, apenas os locais evidenciados abaixo. Para um estudo mais elaborado a respeito das áreas de alagamentos é necessário um detalhamento das infraestruturas existentes, que pode ser levantado a partir de um Plano Diretor de Macrodrenagem.

Os detalhamentos das áreas de risco e de alagamentos do município de Pinhalzinho estão no **Anexo IV** deste relatório.

Figura 73 - Imagem de Satélite das intervenções nos cursos d'água



Fonte: Google Earth (2014).

Legenda :  Barramentos

 Travessias

Foram levantados e identificados 06 (seis) Barramentos ou represamentos em cursos d'água, através de dados obtidos com o auxílio de cartas do IBGE e imagem de Satélite. Estes barramentos não apresentam, segundo entrevistas com os moradores, históricos de grandes vazões que fizessem com que transbordassem as águas das vazões de pico, no entanto, com a impermeabilização crescente da cidade, deve-se atentar às novas ocorrências e dimensionamento das estruturas de descargas.

Esses barramentos podem ser projetados para obter a função de bacias de contenção de enchentes, garantindo uma vazão de forma equilibrada, sem comprometer população a jusante.

Foram levantados também, 09 pontos de travessias aéreas. Essas travessias devem ser estudadas ponto a ponto com o objetivo de levantar quais estão subdimensionadas e devem ser realizadas reformas ou ampliações dos sistemas.

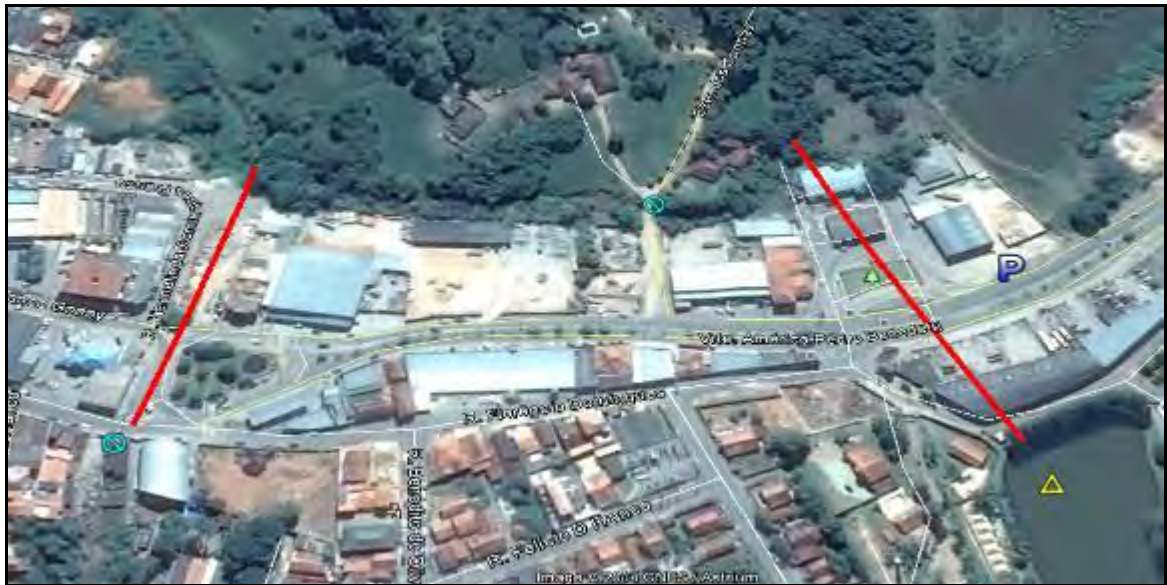
Foram levantados dois córregos canalizados afluentes do Rio do Pinhal, os dois localizados na margem esquerda. Estes córregos pertencem às bacias de drenagem da área urbanizada do município. Estas obras de canalização são bastante importantes para o rápido escoamento das águas e assim evitando os pontos de alagamentos e inundação.

Os principais pontos críticos da macrodrenagem encontrados no município de Pinhalzinho estão relacionados aos aspectos construtivos da rede que conduz as águas até os cursos d'água, como podemos observar na **Figura 73**, onde, a água passa por aduelas, que quando ocorrem chuvas intensas trabalham afogadas. Outro fator determinante para formação de uma barreira hidráulica é a chegada dos afluentes no Rio do Pinhal em ângulo igual a 90°. Também é possível observar que as aduelas utilizadas acabam segurando materiais que deveriam seguir o curso normal, esses materiais acabam interferindo no escoamento das águas e aumentando a probabilidade de enchentes.

No entanto o que ocorre, de acordo com entrevistas e evidências técnicas, é o remanso dos córregos afluentes, causando alagamentos localizados na Rua Variante Américo Pedro Benedetti. Neste trecho foi evidenciado o subdimensionamento dos aparelhos hidráulicos de micro drenagem e também de macrodrenagem.

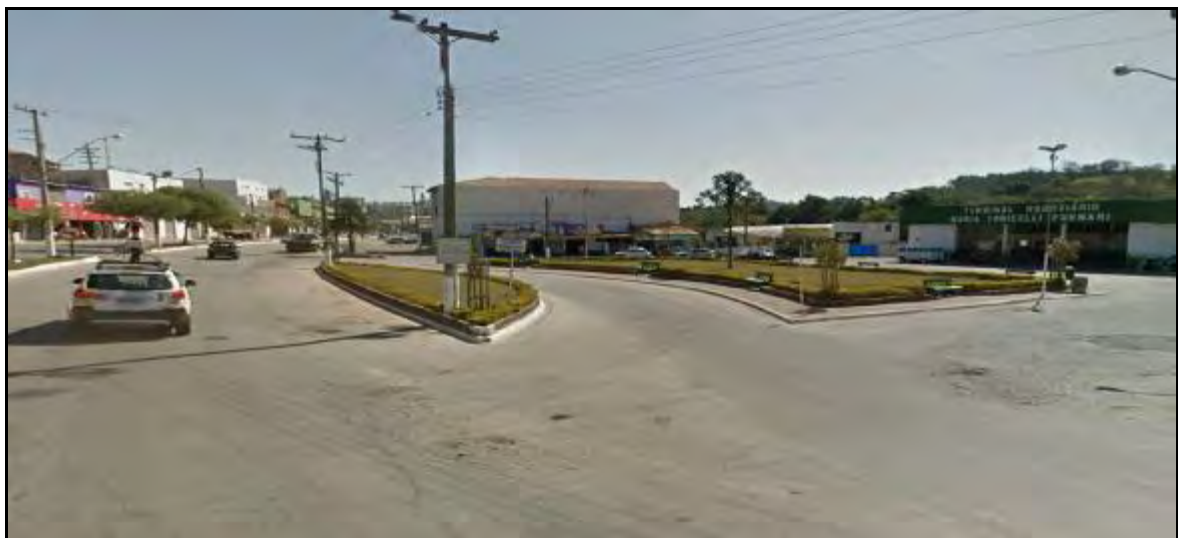
As **Figuras 74 a 78** ilustram as evidências relatadas.

Figura 74 - Imagem de Satélite com a localização das duas canalizações fechadas localizada em área urbana no município de Pinhalzinho



Fonte: Google Earth (2014).

Figura 75 - Vista da Rua Variante Américo Pedro Benedetti em frente ao Terminal Rodoviário de Pinhalzinho. Onde sofre com alagamentos



Fonte: N S Engenharia (2014).

Figura 76 - Vista de outro ângulo da Rua Variante Américo Pedro Benedetti em frente ao Terminal Rodoviário de Pinhalzinho. Onde sofre com alagamentos



Fonte: N S Engenharia (2014).

Figura 77 - Vista um canal de drenagem localizado na margem esquerda do Rio do Pinhal



Fonte: Google Earth (2014).

Figura 78 - Vista um canal de drenagem localizado na margem esquerda do Rio do Pinhal



Fonte: N S Engenharia (2014).

28.7 Microdrenagem

O sistema deve ser considerado desde o início da formação de um bairro ou um município, considerando o planejamento urbano. É importante que este planejamento seja realizado de forma integrada com todas as secretarias da prefeitura e também com órgãos na esfera estadual e federal.

Devido à expansão ocorrida nos últimos anos no município de Pinhalzinho, a malha urbana vem avançando sem planejamento adequado para contemplar um projeto de drenagem capaz de solucionar a grande impermeabilização gerada pela ocupação e adensamento da área urbana. Assim, a área da bacia hidrográfica da região sofre com problemas de impermeabilização do solo e de subdimensionamento da microdrenagem, ocasionando problemas de transbordamentos das bocas de lobo e inundações das ruas.

O objetivo é avaliar de forma consistente a capacidade instalada de oferta dos referidos serviços e seus principais pontos problemáticos. Foram identificadas as causas dos déficits e das deficiências para posteriormente determinar metas e ações, visando a universalização dos serviços de drenagem urbana.

Foram levantados os aspectos físicos e de operação do sistema de drenagem de água pluvial avaliando as instalações operacionais existentes, bem como informações sobre seu funcionamento.

Realizou-se uma análise dos equipamentos hidráulicos da microdrenagem, como por exemplo, meio fios, sarjetas e sarjetões, bocas-de-lobo ou de leão, poços de visita, galerias

e também os sistemas de lançamento de águas pluviais nos cursos d'água assim como os dissipadores de energia para lançamento final em curso d'água.

As águas de escoamento superficial, no município de Pinhalzinho, que não infiltram no solo, ou que não ficam armazenadas em áreas específicas caracterizam-se como vazão de escoamento superficial. Esta, por sua vez, quando existente, é conduzida através de sarjetas e/ou sarjetões até a boca coletora mais próxima e conseqüentemente para rede subterrânea até as galerias, porém as redes de microdrenagem não abrangem toda a malha urbana, existindo alguns pontos isentos de rede.

Segundo informações disponibilizadas pelo município, a rede de galerias de águas pluviais está presente em grande parte na área central do município, no entanto não há cadastro do sistema de microdrenagem quanto ao número de bocas-de-lobo, extensão da rede de galerias, diâmetro, declividade e estado de conservação. Também não há dados sobre o programa de manutenção e limpeza das estruturas constituintes dos microdrenos.

Foi constatado que algumas vias de circulação de veículos não possuem um sistema de drenagem, ou seja, a água não é conduzida através de sarjetas e bocas-de-lobo, causando o espraiamento das águas e possíveis alagamentos. Muitas ruas na área urbana do município são revestidas com paralelepípedos e não possuem declividade transversal.

Pode-se observar que, de forma geral, os principais problemas de enchentes que atualmente ocorrem no Município de Pinhalzinho são decorrentes do arraste de sedimentos para a canalização, ocasionando obstruções e também das condições inadequadas de escoamento, devido à falta de capacidade de descarga das seções hidráulicas atuais, agravados com a ocorrência de assoreamento dos talwegues, travessias e obras de transposições inadequadas.

28.7.1 Pontos Críticos

Os pontos críticos do municípios foram levantados, e apresentados na **Figuras 79 a 83**.

Figura 79 - Vista da Rua Paulo Ameri Trecho objeto de estudo do sistema de microdrenagem



Fonte: Google Earth (2014).

Figura 80 - Vista da Rua Paulo Ameri Trecho com alta declividade onde é constatada a inexistência de bocas de lobo e dissipadores de energia



Fonte: N S Engenharia (2014).

Figura 81 - Imagem de Satélite do trecho da Rua São Benedito



Fonte: Google Earth (2014).

Figura 82 - Vista da Rua São Benedito



Fonte: N S Engenharia (2014).

Objeto de estudo. Nota-se fim da via e inexistência de bocas-de-lobo e dissipadores de energia. Exemplo clássico dos grandes problemas de microdrenagem.

Figura 83 - Vista oposta a da figura anterior



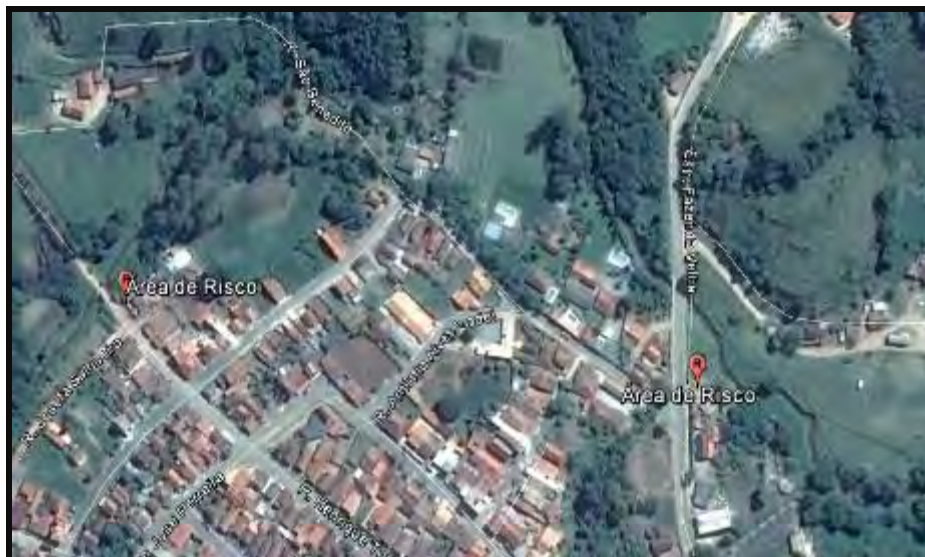
Fonte: N S Engenharia (2014).

Nota-se alta declividade da via e ao fundo o Rio do Pinhal. Trecho encontra-se isento de sistema de microdrenagem.

28.7.2 Áreas de Risco

Foram levantadas duas potenciais áreas com risco de alagamentos que afetam diretamente edificações e a população (**Figuras 84 a 87**). Elas localizam-se às margens do Rio do Pinhal e são tomadas por edificações irregulares.

Figura 84 - Imagem de Satélite das Áreas de Risco



Fonte: Google Earth (2014).

Figura 85 - Vista da área denominada AR-1 (Área de Risco)



Fonte: N S Engenharia (2014).

Localizada na várzea margem esquerda do Rio do Pinhal. Há intervenção em Área de Preservação Permanente, contudo não há ocorrências de prejuízos por conta de alagamento, porém com a expansão urbana, impermeabilização do solo e retificação de rios e córregos, a área está sujeita a alagamentos futuros.

Figura 86 - Vista da área denominada AR-2 (Área de Risco)



Fonte: N S Engenharia (2014).

Localizada na várzea margem esquerda do Rio do Pinhal. Situação semelhante que ocorre na AR-1. Há intervenção em Área de Preservação Permanente, contudo não há ocorrências de prejuízos por conta de alagamento, porém com a expansão urbana, impermeabilização do solo e retificação de rios e córregos, a área está sujeita a alagamentos futuros.

Figura 87 - Vista da área denominada AR-2 (Área de Risco)



Fonte: N S Engenharia (2014).

A jusante da imagem anterior localizada na várzea margem esquerda do Rio do Pinhal. Nota-se a intervenção em Área de Preservação Permanente

28.8 Separação entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário

O processo de descarte de esgoto in natura nas galerias de águas pluviais favorece problemas como maus cheiros que decorre da sedimentação e putrefação de material orgânico ao longo da rede coletoras em períodos de estiagem, favorece também o aparecimento de vetores indesejáveis, como por exemplo, ratos, baratas que ganham acesso às vias públicas.

De acordo com os dados apresentados no Capítulo V desde Diagnóstico, observa-se que o município não possui sistema de tratamento de esgotos domésticos além da expansão de redes coletoras de esgotos, mas ainda insuficientes para coletar todos os esgotos domésticos gerados no município.

Notaram-se apenas aspectos visuais em relação interferências de esgoto nos sistemas de Drenagem, porém, não há dados confiáveis do número de ligações clandestinas das águas pluviais ligadas diretamente à rede de esgoto e a empresa que administra os sistemas de água e esgoto, não é responsável pelo sistema de drenagem e manejo de águas pluviais do município. O ideal seria que a mesma empresa que opera os dois sistemas, de água e esgoto, operasse também o de águas pluviais. Contudo, há apenas o levantamento e cadastramento das redes de água e esgoto, quando o ideal seria realizar concomitantemente o cadastro das redes de águas pluviais.

As maiores ocorrências evidenciadas para a existência desses problemas no município de Pinhalzinho são:

- ✓ Falta de conhecimento e construções irregulares ocasionando a ligações clandestinas;

- ✓ Lotes e residências localizados em cotas inferiores aos ramais de esgoto

28.9 Processos erosivos e sedimentológicos

As ocorrências dos processos erosivos dependem do grau de coesão litológica (substrato rochoso), das propriedades do solo (textura, estrutura, mineralogia, etc.), da declividade dos terrenos, amplitudes das vertentes, vegetação formas de uso e ocupação (implantação de loteamentos, sistema viário, agricultura e outras formas de uso).

As condições climáticas são as principais condicionantes desses processos. No **Quadro 21** são apresentados diversos impactos ambientais da ocupação do meio físico e suas consequências que ocorrem na área de estudo.

Quadro 21 - Impactos Ambientais da ocupação com relação ao meio físico

	OCUPAÇÃO	INTERVENÇÃO	IMPACTOS	CONSEQUÊNCIA
ÁREA URBANA	Loteamento	Remoção da cobertura vegetal Terraplenagem: cortes e aterros;	Erosão; Modificação da paisagem	Assoreamento das drenagens; Qualidade e quantidade da água; Perda de capacidade de armazenamento nos corpos d'água; Enchentes/ Inundações
	Área Industrial	Remoção da cobertura vegetal Terraplenagem: cortes e aterros	Erosão localizada, Poluição do ar, solo e água	
	Sistema Viário	Desmatamentos; Terraplenagem: cortes e aterros; Sistemas de drenagem	Erosão	
	Infra-estrutura Urbana	Escavações; Sistemas de drenagem; Cortes e aterros	Erosão	
ÁREA RURAL	Atividades Agrícolas	Grandes desmatamentos; Técnicas agrícolas inadequadas	Erosão; Perda da camada fértil do solo	
	Chácaras de Lazer	Desmatamento; Terraplenagem: cortes e aterros;	Erosão	

Fonte: INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - IPT, 2010

O crescimento urbano sem planejamento adequado, principalmente nas periferias dos centros urbanos, é palco dos mais intensos processos de desencadeamento dos processos de erosão. Nas regiões onde solos têm características pouco suscetíveis à erosão, passam a desenvolver este processo em função das fortes modificações provocadas pelo parcelamento do solo, implantação do sistema viário, movimentação de terra devido aos serviços de terraplenagem, lançamentos de águas de chuva e esgoto diretamente em cabeceiras de drenagem.

Segundo o Mapa de Erosão do Estado de São Paulo (IPT, 1995) a região do município de Pinhalzinho – SP apresenta incidência de processos erosivos lineares nas áreas de expansão urbana e terrenos com média e alta susceptibilidade à erosão.

Observa-se que nas áreas de expansão urbana na margem esquerda da sub-bacia do Rio Pinhalzinho, ocorrem processos de degradação ambiental, por meio de processos erosivos provocados pelas modificações no parcelamento do solo e pela insuficiência dos sistemas de drenagem e pavimentação, em especial aos novos loteamentos que não

utilizam de medidas de prevenção e contenção de processos erosivos e carreamento do solo.

Há indícios de erosão nos recursos hídricos, decorrentes de intervenções antrópicas, tanto nas áreas rurais quanto as áreas urbanas, pode ser verificado principalmente o aporte de sedimentos nos rios que cruzam o município além de lagos e reservatórios.

28.10 Considerações finais do sistema de drenagem

Todos os setores do saneamento devem buscar a integralidade de suas atividades e componentes, a fim de tornar as ações mais eficazes, alcançando resultados satisfatórios na prestação dos serviços de saneamento básico. No entanto medidas construtivas e não construtivas, como por exemplo, taxa de mínima de impermeabilização do lote, decorrentes do sistema de drenagem em propriedades privadas são de inteira responsabilidade dos proprietários que deverão manter as condições hidrológicas anteriores à ocupação, provendo a retenção das águas pluviais na fonte. Essas situações são encontradas principalmente na região central do município.

Outra deficiência constatada em Pinhalzinho é a falta de dados sobre a rede de drenagem e não foram encontrados os projetos ou sequer algum tipo de levantamento feito, sendo encontrado apenas o levantamento dos problemas existentes, inviabilizando a realização de estudos diagnosticando a situação da drenagem nestes locais.

Os problemas encontrados no município em especial os sistemas de macrodrenagem são em razão do das canalizações dos afluentes na área central.

Já os problemas levantados de subdimensionamento das redes são os mais complexos e onerosos a serem resolvidos, uma vez que envolvem a realização de novos projetos, para redimensionar a rede, além do alto custo de execução das obras, tanto sob o ponto de vista do custo direto, com a remoção da pavimentação, substituição de componentes, recolocação de pavimentos, etc. como também os custos indiretos com a interdição das referidas áreas.

Diversas ações podem nortear a universalização dos serviços de drenagem e a melhor forma de garantir isso é a elaboração de um plano específico de Drenagem Urbana para Pinhalzinho, antes que o crescimento urbano torne isso ainda mais oneroso para a população.

29. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, 2010. Disponível em <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/default.aspx>> Acesso em Janeiro de 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA - ATLAS BRASIL, 2010. Disponível em <<http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Home.aspx>> Acesso em Janeiro de 2014.

APAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE SÃO PAULO E MEMORIAL DESCRITIVO Disponível em <www.ambiente.sp.gov.br> Acesso em Janeiro de 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS – ABAS. Disponível em <<http://www.abas.org/educacao.php#ind24>>. Acesso em Janeiro de 2014.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013 - IDHM. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/o_atlas/idhm>. Acesso em Janeiro de 2014.

BERNARDES, Carolina; SOUSA JUNIOR, Wilson Cabral de. Pagamento por Serviços Ambientais: Experiências Brasileiras relacionadas à Água. V Encontro Nacional da Anppa, Florianópolis/SC, Brasil. 2010.

CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE – ANO 2009 - CNES. Disponível em <cnes.datasus.gov.br>. Acesso em Janeiro de 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAZINHO – SP. Acervo de leis. Disponível em <<http://www.camarapinhazinho.sp.gov.br/index.html>> Acesso em Fevereiro de 2014.

CENTRO DE PESQUISAS METEOROLÓGICAS E CLIMÁTICAS APLICADAS À AGRICULTURA - CEPAGRI. Disponível em <<http://www.cepagri.unicamp.br/>> Acesso em Fevereiro de 2014.

COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ. PLANO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ 2010-2020 COMITÊS - PCJ. Relatório Final, 2010. Disponível em <http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=341:plano-de-bacias-pcj-2010-2020&catid=148:plano-das-bacias&Itemid=332> Acesso em Janeiro de 2014.

COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ. PLANO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ 2010-2020 COMITÊS - PCJ - Mapa 05 - Pedologia. Relatório Final, 2010. Disponível em <http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=341:plano-de-bacias-pcj-2010-2020&catid=148:plano-das-bacias&Itemid=332> Acesso em Janeiro de 2014.

COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ COMITÊS - PCJ . . Plano de Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2010-2020. Relatório Final Síntese, 2010. Disponível em <http://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=341:plano-

de-bacias-pcj-2010-2020&catid=148:plano-das-bacias&Itemid=332> Acesso em Janeiro de 2014.

COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E Jundiá - COMITÊS - PCJ . Relatório da Situação dos Recursos Hídricos 2011: UGRHI 05 - Bacias Hidrográficas Dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. 2011. Disponível em <<http://www.agenciapcj.org.br/novo/instrumentos-de-gestao/plano-de-bacias/37-instrumentos-de-gestao/relatorios-de-situacoes>> Acesso em Janeiro de 2014.

COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E Jundiá - COMITÊS - PCJ . Relatório da Situação dos Recursos Hídricos 2013: UGRHI 05 - Bacias Hidrográficas Dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. 2011. Disponível em <<http://www.agenciapcj.org.br/docs/relatorios/relatorio-situacao-2013.pdf>> Acesso em Janeiro de 2014.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. Pinhalzinho. 2010

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP. Disponível em <<http://site.sabesp.com.br/site/Default.aspx>>. Acesso: Janeiro 2013.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE. Disponível em: <<http://www.daee.sp.gov.br/>> .

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>> Acesso em Janeiro de 2014.

GOOGLE EARTH. Programa.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Conheça São Paulo. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/>> Acesso em Janeiro de 2014.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Sistema Ambiental Paulista 2003. Disponível em:<<http://www.ambiente.sp.gov.br/>> Acesso Janeiro de 2014.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Turismo. Disponível em: <<http://www.turismo.sp.gov.br/>> Acesso Janeiro de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. IBGE Cidades: Pinhalzinho. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=353820&search=sao-paulo|pinhalzinho>> Acesso em Janeiro de 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS – IPT. Mapa de Ocorrências de Erosão por ravinas e boçorocas e Produção Mineral. São Paulo – IPT,1991.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Disponível em <<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>>. Acesso em Janeiro de 2014.

IRRIGART – Eng. & Cons. Rec. Hid. e M. Ambiente Ltda. Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2002 a 2003. Piracicaba, 2005.

IRRIGART – Eng. & Cons. Rec. Hid. e M. Ambiente Ltda. Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Piracicaba – 2004 a 2006. Piracicaba, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – DATASUS. Cadernos de Informações de Saúde São Paulo . Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/SP.htm>>. Acesso em Janeiro de 2014.

PLANO REGIONAL DE GESTÃO ASSOCIADA E INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA O CIRCUITO DAS ÁGUAS – SP CIBRA - – Novembro 2013.

PORTAL ODM - Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em <<http://www.portalodm.com.br/relatorios/sp/pinhalzinho#>> Acesso em Janeiro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SP. Dados da Cidade. Disponível em <<http://www.pinhalzinho.sp.gov.br/site/>> Acesso em Janeiro de 2014.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Macros e Regiões turísticas do Estado de São Paulo. Disponível em <<http://www.turismo.sp.gov.br/regioes/circuitos-turisticos.html>> Acesso em Janeiro de 2014

SHS CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, 2004 . Piracicaba, 2007.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA - SIDRA: Censo Demográfico 2010– Resultados do Universo – Características da População e dos Domicílios. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=1134>>. Acesso em Janeiro de 2014.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO - SNIS. Diagnóstico dos serviços de água, esgotos e resíduos sólidos. Disponível em <<http://www.snis.gov.br>> Acesso em Janeiro de 2014.

UNIDADES HIDROGRÁFICAS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO Disponível em <<http://www.sigrh.sp.gov.br/sigrh/basecon/lrh2000/anexos/unidadesdegerenciamentoderecursososhdricosugrhi.htm>> Acesso em Janeiro de 2014.

WHATELY, M.; CUNHA, P. Cantareira 2006 : um olhar sobre o maior manancial de água da Região Metropolitana de São Paulo. Instituto Socioambiental, São Paulo, 2007

ANEXO I – LAUDOS DE ANALISE DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA

ANEXO II – LAUDOS DE ANALISE DE CONTROLE DE QUALIDADE DE EFLUENTES

**ANEXO III – MAPA DA DIVISÃO
HIDROLÓGICA NO MUNICÍPIO DE
PINHALZINHO-SP**

ANEXO IV – MAPA DAS ÁREAS DE RISCO NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO-SP

**ANEXO V - PLANO DE TRABALHO PARA
ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS
DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) E PLANO
DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS
SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO-
SP**

APRESENTAÇÃO

O presente relatório, denominado Plano de Trabalho apresenta os trabalhos de consultoria desenvolvidos no âmbito do Contrato No. 26/2013, assinado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda. ME, que tem por objeto a “Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico conforme Lei nº 11.445/2007, contendo Determinações sobre os Sistemas de Abastecimento de Água Potável, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana e Manejo Das Águas Pluviais, bem como o Desenvolvimento do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010”.

O Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que será elaborado exclusivamente para o município de Pinhalzinho /SP é objeto do TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA firmado entre Agência das Bacias PCJ e a Prefeitura Municipal da Cidade de Pinhalzinho no dia 24 de julho de 2013. No qual a Prefeitura se compromete a cumprir na íntegra a Cláusula Segunda – Das Obrigações dos Partícipes em especial o item 2.1 – Obrigações da Prefeitura.

A denominação PINHALZINHO deve-se as matas de pinheiros que cobriam a região.

A cidade de Pinhalzinho localiza-se a uma latitude de 22°46'46" sul e a uma longitude de 46°35'26" oeste.

Possui uma população estimada de 14.067 habitantes para o ano de 2013. O Censo de 2010 registrou uma população de 13.105 habitantes sendo estes distribuídos em uma população urbana de 6.454 habitantes correspondentes a 49% da população do município e os demais 6.651 (51%) munícipes habitam a zona rural do município, perfazendo uma densidade demográfica de 84,81 hab./km² dentro da área total de 154,530 km² do território do município.

Este documento apresenta as diretrizes gerais para o desenvolvimento dos estudos e uma atualização do cronograma de entrega dos produtos. Contêm também todas as definições, especialmente aquelas provindas da reunião inicial ocorrida entre a Equipe de Fiscalização da Contratante (Grupo de Acompanhamento do PMSB), equipe da Contratada e representantes dos municípios beneficiados, no dia 23/09/2013.

Com este documento dá se atendimento ao item 10.1, item I do Termo de Referência que norteia a presente contratação.

O presente documento é apresentado em um único volume, contendo anexos.

30. 1.INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Saneamento Básico será elaborado de acordo com o Artigo 19 da Lei Federal nº. 11.445 de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico.

A Política (art. 9º) e o Plano de Saneamento Básico (art. 19º), instituídos pela Lei nº 11.445/2007, são os elementos centrais da gestão dos serviços. Conforme essa lei, a boa gestão é objeto das definições da política de saneamento básico formulada pelo titular dos serviços e engloba: o respectivo plano; o estabelecimento das funções e normas de regulação, fiscalização e avaliação; a definição do modelo para a prestação dos serviços; a fixação dos direitos e deveres dos usuários, inclusive quanto ao atendimento essencial à saúde pública; o estabelecimento dos mecanismos de controle social e do sistema de informação; dentre outras definições.

A Política Pública de Saneamento Básico define as funções de gestão e estabelece a garantia do atendimento essencial à saúde pública, os direitos e deveres dos usuários, o controle social e o sistema de informação.

O objetivo deste Plano de Saneamento é a caracterização e diagnóstico das condições atuais dos sistemas existentes, apontando as causas das deficiências encontradas, bem como a definição, e respectivo cronograma de implantação, dos programas, projetos e ações necessárias, para atendimento das necessidades futuras, para um horizonte de planejamento de 20 anos. Este instrumento irá subsidiar a Política Municipal de Saneamento, que irá dotar o Município de instrumentos para a gestão dos serviços de saneamento básico.

Este plano procurou atender aos quesitos da legislação vigente que trata dos Planos de Saneamento, atendendo aos seguintes objetivos específicos:

Diagnóstico da situação atual apontando as causas das deficiências detectadas;

Identificação das necessidades futuras;

Definição dos objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para atendimento das necessidades futuras (cronograma de intervenções);

Definição dos mecanismos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

O presente documento trata do Plano de Trabalho, apresentando as atividades que serão desenvolvidas ao longo dos trabalhos.

O planejamento é um meio sistemático de se determinar a situação atual de um processo, onde se deseja chegar e qual o trajeto que deverá ser percorrido. A determinação da situação atual de um processo depende da identificação dos fatores que compõem esta realidade, de forma que este levantamento deva ser o mais representativo possível da realidade. Este levantamento pode ser utilizado como base na tomada de decisão acerca das possibilidades futuras, determinando, com isso, o caminho que deverá ser percorrido para se chegar à situação almejada. Os resultados do planejamento são geralmente apresentados sob a forma de diretrizes, planos, programas, normas e projetos articulados.

Dentre os muitos modelos de planejamento, o Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB tem por objetivo apresentar o diagnóstico do saneamento básico no território do município e definir o planejamento para o setor.

Destina-se a formular as linhas de ações estruturantes e operacionais referentes ao Saneamento Básico, especificamente no que se refere ao abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Proporcionar a todos, o acesso UNIVERSAL ao saneamento básico com qualidade, equidade e continuidade é uma das questões fundamentais do momento atual, e um desafio para as políticas sociais. Desafio que coloca a necessidade de se buscar as condições adequadas para a gestão dos serviços.

Conforme o Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001), o direito a cidades sustentáveis (moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana e serviços públicos) é diretriz fundamental da Política Urbana a ser assegurada mediante o planejamento e a articulação das diversas ações no nível local (MC – SNSA, 2011).

2.DESCRICÃO DO OBJETO

O PMSB contém a definição dos objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização do acesso da população aos serviços de saneamento, bem como os programas, projetos e ações necessárias, nos termos da Lei Federal nº 11.445/2007.

A **Figura 88** apresenta a relação entre os processos que compõem o PMSB.



Figura 88 - Relação entre os processos que compõem o Plano Municipal de Saneamento Básico.

Dessa forma, será necessário planejar, dentro de um processo participativo:

- A disponibilização de água com qualidade para toda a população, dentro de um contexto de eficiência, com minimização de perdas e desperdícios;
- A coleta e o tratamento dos esgotos sanitários para todas as residências, com soluções adequadas e eficientes, o que significa mais saúde, qualidade de vida e desenvolvimento econômico e social para a população e os municípios, além de preservação do meio ambiente;
- Estruturas adequadas de drenagem e proteção contra cheias, propiciando condições saudáveis e higiênicas para todas as áreas residenciais dos municípios;
- Práticas eficientes e adequadas para a coleta e destinação final dos diversos tipos de resíduos gerados no município, com remediação de áreas contaminadas, protegendo o meio ambiente e a saúde da população; e,
- Abordagem setorial das condições de habitação, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente e recursos hídricos complementando o planejamento do saneamento ambiental dos municípios.

Já o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) deve definir, no âmbito local ou regional, o órgão público que será a referência para entrega do Plano de Gerenciamento, de forma a garantir a sistemática anual de atualização, visando o controle e a fiscalização, o qual deverá orientar quanto a estes procedimentos, quanto às penalidades aplicáveis pelo seu não cumprimento, assim como pela identificação dos responsáveis por:

- Atividades industriais;
- Agrosilvopastoris;
- Estabelecimentos de serviços de saúde;
- Serviços públicos de saneamento básico;
- Empresas e terminais de transporte;
- Mineradoras;
- Construtoras; e dentre outros,
- Os grandes estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço.

A Lei nº 12.305/2010, no Art. 21 § 2º, estabelece que a inexistência do PGIRS não obste a elaboração, implementação e operacionalização do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. O Decreto 7.404/2010, que a regulamenta, no Art. 56, afirma que os responsáveis pelo Plano de Gerenciamento deverão disponibilizar ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente e às demais autoridades competentes, com periodicidade anual, informações completas e atualizadas sobre a implementação e a operacionalização do plano, consoante as regras estabelecidas pelo órgão coordenador do SINIR – Sistema Nacional de Gestão de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, por meio eletrônico.

31. PRINCÍPIOS LEGAIS

A Política Pública de Saneamento Básico deve estabelecer os princípios que orientem a formulação de seus objetivos e programas e a definição dos instrumentos da gestão, conforme as peculiaridades locais e a observância dos princípios da Constituição Federal -

CF, da Lei Nacional de Saneamento Básico, do Estatuto das Cidades e de políticas correlatas.

Os produtos a serem entregues serão elaborados á luz das legislações descritas nos itens a seguir.

31.1 Princípios Constitucionais:

De acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988 devem ser observados os seguintes princípios em relação ao Saneamento Básico:

- a) Direito à saúde, mediante políticas de redução do risco de doença e outros agravos e de acesso universal e igualitário aos serviços (arts. 6º e 196), bem com a competência do Sistema Único de Saúde para participar da formulação da política e execução das ações de saneamento básico (inciso IV, do art. 200);
- b) Direito ao ambiente equilibrado, de uso comum e essencial à qualidade de vida;
- c) Direito à educação ambiental em todos os níveis de ensino, visando à preservação do meio ambiente (art. 225).

31.2 Princípios da Política Urbana:

Baseado na Lei nº 10.257/2001 – Estatuto das Cidades devem ser observado os seguintes princípios em relação ao Saneamento Básico:

- a) Direito a cidades sustentáveis, ao saneamento ambiental, [...] para as atuais e futuras gerações (inciso I, art. 2º);
- b) Direito da sociedade à participação na gestão municipal [...] na formulação, execução e avaliação dos planos de desenvolvimento urbano (inciso II, art. 2º);
- c) Garantia das funções sociais da cidade; do controle do uso do solo; e do direito à expansão urbana compatível com a sustentabilidade ambiental, social e econômica e a justa distribuição dos benefícios e ônus da urbanização (art. 2º);
- d) Garantia à moradia digna como direito e vetor da inclusão social.

31.3 Princípios da Lei Nacional de Saneamento Básico:

Considerando-se a Lei nº 11.445/2007 (Art. 2º) os serviços públicos de saneamento básicos serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

- a) Universalização do acesso;
- b) Integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;
- c) Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;
- d) Disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

- e) Adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- f) Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltada para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;
- g) Eficiência e sustentabilidade econômica;
- h) Utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
- i) Transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
- j) Controle social;
- k) Segurança, qualidade e regularidade;
- l) Integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

31.4 Princípios da Política de Resíduos Sólidos:

O tema relativo aos resíduos sólidos é atual e de grande interesse e relevância aos Municípios brasileiros, sobretudo após a edição da tão esperada Lei federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que “Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.”

O art. 6º, da Lei nº 12.305/2010, estabelece os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que são:

a) princípio da prevenção e da precaução - contido no art. 225, § 1º, da Constituição Federal, que impõe uma série de condutas, ao Poder Público, no sentido de prevenir a ocorrência de danos ambientais. O princípio é também verificado no art. 2º, da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que é a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, que cuida da preservação do meio ambiente, e condutas de precaução para evitar a ocorrência de dano ambiental.

Com efeito, o dano ambiental em geral possui as características da irreparabilidade e da irreversibilidade, e, diante disso, a preocupação da lei é a de prevenir que danos ambientais sejam sequer causados.

b) Princípio do poluidor-pagador e do protetor-recebedor – dois princípios de maior relevância em matéria ambiental. O princípio do poluidor pagador tem como primordial objetivo imputar ao poluidor o custo financeiro pela poluição que ele tiver causado ao meio ambiente e o protetor-recebedor incentiva economicamente quem protege uma área, deixando de utilizar seus recursos, estimulando assim a preservação.

c) Princípio da visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos, e que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica, e de saúde pública – ou seja, na gestão dos resíduos sólidos, as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública são analisadas como um todo, de modo abrangente, e conjunto. Considera-se o ambiente macro, levando-se em consideração todos os fatores citados pelo dispositivo legal de forma conjunta. É uma visão multidisciplinar dos fatores que envolvem os resíduos sólidos, ao contrário de se analisar cada variável isoladamente.

d) *Princípio do desenvolvimento sustentável* – esse princípio é aludido em diversos momentos da Lei nº 12.305/2010, que prega à sociedade a obrigatoriedade da coleta seletiva, e da reciclagem de resíduos, incluindo, ainda, a produção de embalagens que devem propiciar a reciclagem e reutilização (art. 32). O desenvolvimento sustentável é, como se pode ler do texto legal, a grande preocupação da atualidade, e tema de grande destaque.

e) *Princípio da ecoeficiência*, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta – decorre do princípio do consumo sustentável. Trata da necessidade de produção de produtos que atendam ao princípio da sadia qualidade de vida, e, ao mesmo tempo, permitam a redução do impacto ambiental causado pelo consumo.

f) *Princípio da cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade* – conforme é cediço em direito, o meio ambiente constitui direito difuso, de toda a coletividade, e, nesse sentido, todos – Poder Público, entidades particulares e segmentos da sociedade – precisam unir-se em prol do meio ambiente, e, no caso dos resíduos sólidos, para que a gestão, o gerenciamento, o manuseio, e o aterramento dos resíduos ocorram estritamente dentro das exigências estipuladas na Lei federal nº 12.305/2010, e com o mínimo de impacto ao meio ambiente.

g) *Princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos* – tal princípio envolve cadeias produtivas, Poder Público, e a coletividade titular do bem ambiental, todos unidos no sentido de produzir e destinar corretamente os resíduos, com a finalidade de reduzir o impacto ambiental.

h) *Princípio de reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania* – está aí evidenciada a preocupação da lei com a coleta seletiva e com a reciclagem de resíduos.

Tais resíduos precisam ser separados mediante a denominada coleta seletiva - coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição, nos termos do art. 3º, V, da Lei nº 12.305/2010 –, que deve ser implementada pelo Poder Público nos termos da Lei Federal, com valorização dos catadores como categoria profissional. A preocupação da Lei é também com a produção de embalagens que devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, conforme reza o art. 32, da Lei nº 12.305/2010.

i) *Princípio do respeito às diversidades locais e regionais* – as competências locais e regionais sobre resíduos sólidos devem ser observadas nos termos da Constituição Federal. A União, os Estados o Distrito Federal têm competência concorrente para legislar sobre o tema, nos termos do art. 24, inc. VI, da Constituição Federal, sendo que inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercem competência plena para atender às suas peculiaridades, nos termos do art. 24, § 3º, da Constituição Federal. E, ainda, cabe aos Municípios complementar a legislação federal e estadual no que couber nos termos do art. 30, II, da Constituição Federal.

j) *Princípio do direito da sociedade à informação e ao controle social* – o princípio da informação ambiental, também chamado da educação ambiental é um dos mais antigos e mais importantes princípios de direito ambiental. Ele já constava da Carta de Belgrado, escrita em 1.975, por vinte especialistas em educação ambiental, e que dizia que a meta da educação ambiental é desenvolver um cidadão consciente sobre o meio ambiente. Após, o

princípio também foi abordado pelo Princípio 19, da Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, em 1.972.

k) Princípio da razoabilidade e da proporcionalidade – é o princípio que determina a proibição de excesso, devendo ser sempre levada em conta a extensão do dano e o prejuízo sofrido pelo meio ambiente. A razoabilidade e a proporcionalidade devem sempre pautar e alicerçar os atos e as decisões administrativas e judiciais, porque servem como moderadores para que abusos sejam evitados.

3.5 Demais legislações:

Pode-se destacar ainda da Lei nº 11.445/2007:

“Art. 9. São responsabilidades dos titulares dos serviços:

- a) Elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei;
- b) Prestar diretamente ou autorizar a delegação dos serviços e definir o ente responsável pela sua regulação e fiscalização, bem como os procedimentos de sua atuação;
- c) Adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo “per capita” de água para abastecimento público observado as normas nacionais relativas à potabilidade da água;
- d) Fixar os direitos e os deveres dos usuários;
- e) Estabelecer mecanismos de controle social, nos termos do inciso IV do caput do art. 3º desta Lei;
- f) Estabelecer sistema de informações sobre os serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento;
- g) “Intervir e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nos casos e condições previstos em lei e nos documentos contratuais”.

Em relação aos planos de saneamento, o artigo Art. 19 da Lei nº 11.445/2007:

“§ 1º Os planos de saneamento básico serão editados pelos titulares, podendo ser elaborados com base em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço.

O plano, que poderá ser específico para cada serviço, abrangerá no mínimo:

- a) Diagnóstico da Situação de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;
- b) Objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;
- c) Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento; ações para emergências e contingências;
- d) Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

§ “4º Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.”

O Decreto nº 7.217/2010, artigo 26, parágrafo 4º, exige a existência do Plano Municipal de Saneamento Básico, elaborado pelo titular dos serviços ou por delegação deste, segundo os preceitos estabelecidos na Lei nº 11.445/2007, como condição indispensável de acesso, a partir de 2014, aos recursos orçamentários da União ou recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico.

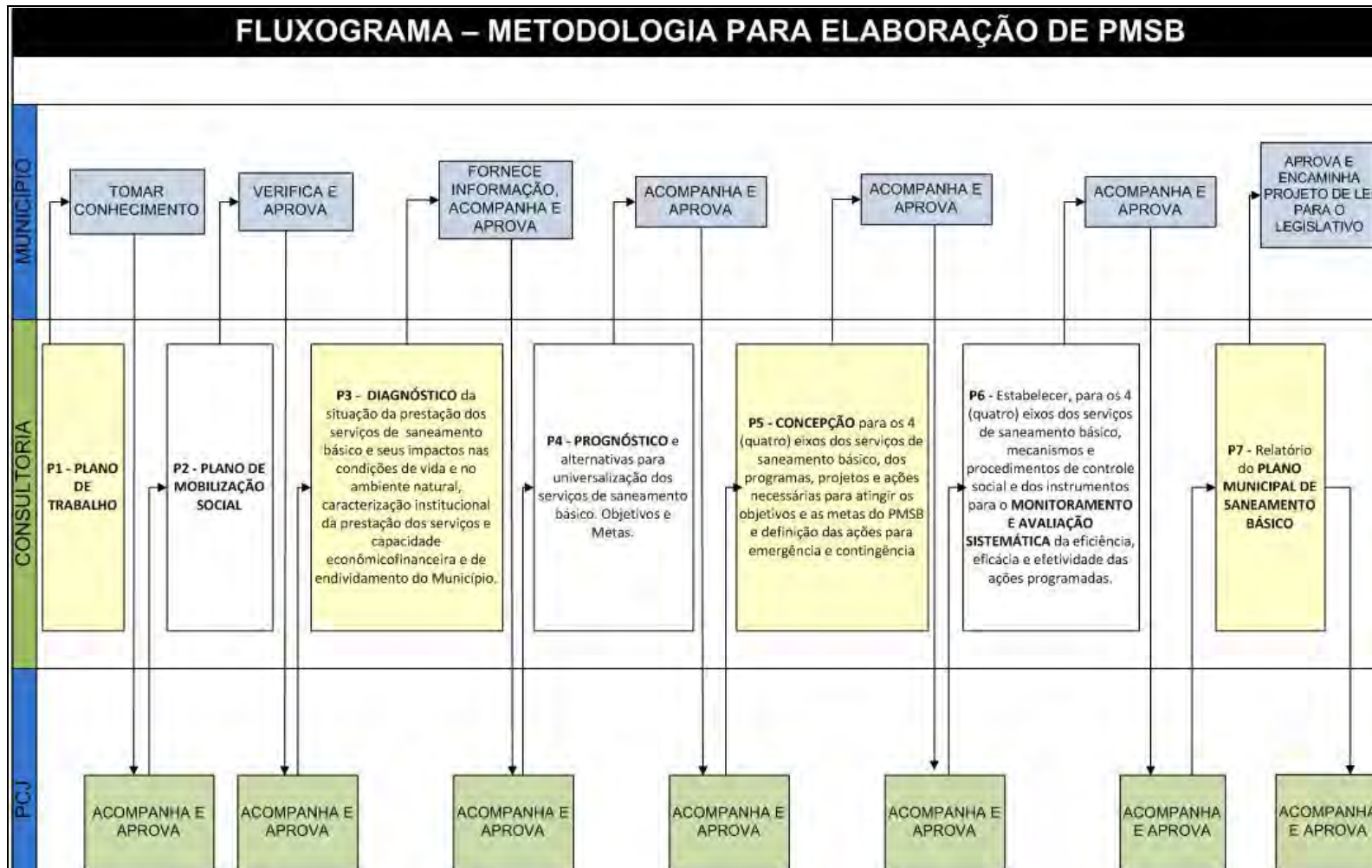
4.METODOLOGIA

A metodologia a ser empregada no processo de execução do planejamento e atividades obedecerá a uma série de processos, que foram consistidos nesta metodologia de planejamento, de forma a atingir os objetivos finais e especificações determinadas, pelo Termo de Referência que norteia o presente trabalho.

Tais processos foram divididos em sete produtos, apresentados no formato de um fluxograma, exibindo também a forma de participação de cada entidade envolvida em todos os processos citados.

Para cada item exposto descreve-se, logo a seguir do fluxograma (**Figura 89**), suas respectivas definições de processo e descrições de atividades.

Figura 89 - Fluxograma - metodologia para elaboração de PMSB



4.1 Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho, que consiste no presente documento, elaborado para cada um dos municípios beneficiados, deve conter todas as definições, especialmente aquelas providas da reunião inicial entre a Equipe de Fiscalização da Contratante (Grupo de Acompanhamento do PMSB), Equipe da Contratada e representantes dos municípios beneficiados, e em consonância com os termos do Anexo C do Ato Convocatório.

Decorrente da referida reunião, foram feitas algumas definições entre as empresas contratadas e a Fundação Agência das Bacias PCJ, conforme relacionadas abaixo:

Todos os documentos elaborados serão entregues ao município via Agência PCJ;

Os municípios contemplados terão prazo para analisar os produtos entregues;

É obrigatório que o município publique os documentos entregues e estipulem prazo para disponibilização;

É obrigatório que o município reúna e apresente à Fundação Agência das Bacias PCJ, evidências objetivas de que os produtos recebidos no âmbito do presente trabalho tenham sido divulgados no Município, fomentando assim o exercício da participação social;

Os produtos objeto do presente trabalho, representando as fases descritas no Fluxograma apresentado, serão enviados ao Município beneficiado pela Agência, por e-mail, e terão prazo estipulado para aprovação. Findo este prazo e consistidas os eventuais ajustes, proceder-se-á, também por intermédio da Agência, o envio destes produtos em meio físico;

A partir da entrega dos Relatórios de Diagnóstico em diante, as aprovações dos produtos devem ser feitas por meio de reuniões;

As reuniões com o Município serão agendadas pela Empresa Contratada.

O **Quadro 22** apresenta o cronograma de reuniões a serem definidas com o Município.

Quadro 22 - Cronograma de Reuniões.

CRONOGRAMA PARA REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES																																
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	DATA PREVIS- A	MESES																													
			MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	SEMANAS																					
			0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	3
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
PRODUTO 1	Plano de Trabalho	EM ATÉ 30 DIAS APÓS A ORDEM DE SERVIÇO S																														
	Reunião de apresentação com toda a equipe da Agência PCJ																															
PRODUTO 2	Plano de Mobilização Social	EM ATÉ 30 DIAS APÓS A ORDEM DE SERVIÇO S																														
	Reunião de apresentação com toda a equipe da Agência PCJ																															
PRODUTO 3	Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e	EM ATÉ 60 DIAS APÓS A PRIMEIRA																														

4.2 Plano de Mobilização Social

De acordo com o TR o Plano de Mobilização Social visa desenvolver ações para a sensibilização da sociedade quanto à relevância do Plano e da sua participação no processo de sua elaboração. Por meio deste planejamento organiza-se o processo e os canais de participação na elaboração do Plano e na avaliação dos serviços públicos de saneamento básico (inciso IV, do art. 3º, da Lei nº 11.445/2007). Conforme tal definição, o Plano de Mobilização Social deverá abranger:

- a) Formatação de mecanismos de divulgação e comunicação para a disseminação e o acesso às informações sobre o diagnóstico e estudos preliminares, os serviços prestados e sua avaliação, o processo e os eventos previstos e as propostas relativas ao Plano de Saneamento Básico;
- b) Estabelecimento de canais para recebimento de críticas e sugestões, garantindo-se a avaliação e resposta a todas as propostas apresentadas;
- c) Constituição de Grupos de Trabalho para o desenvolvimento de temas específicos do Plano quando a realidade complexa indicar ou houver a necessidade de atuação articulada de diferentes órgãos e instituições;
- d) Concepção dos eventos abertos à comunidade local, como debates, seminários e audiências públicas para discussão e participação popular na formulação do Plano, incluindo a recepção de dados de saneamento;
- e) Realização de Conferência Municipal de Saneamento Básico, conforme a conveniência, para a discussão das propostas e instrumentos do PMSB, incluindo agenda de eventos e discussões setoriais e temáticos preparatórios;
- f) Forma de acompanhamento e participação no processo de elaboração do PMSB, dos Conselhos da Cidade, de Saúde, de Meio Ambiente e de Educação e, caso estejam instalados, dos Comitês de Bacia Hidrográfica onde o município estiver inserido.

A **Figura 90** apresenta os mecanismos de interação da sociedade na elaboração do PMSB.

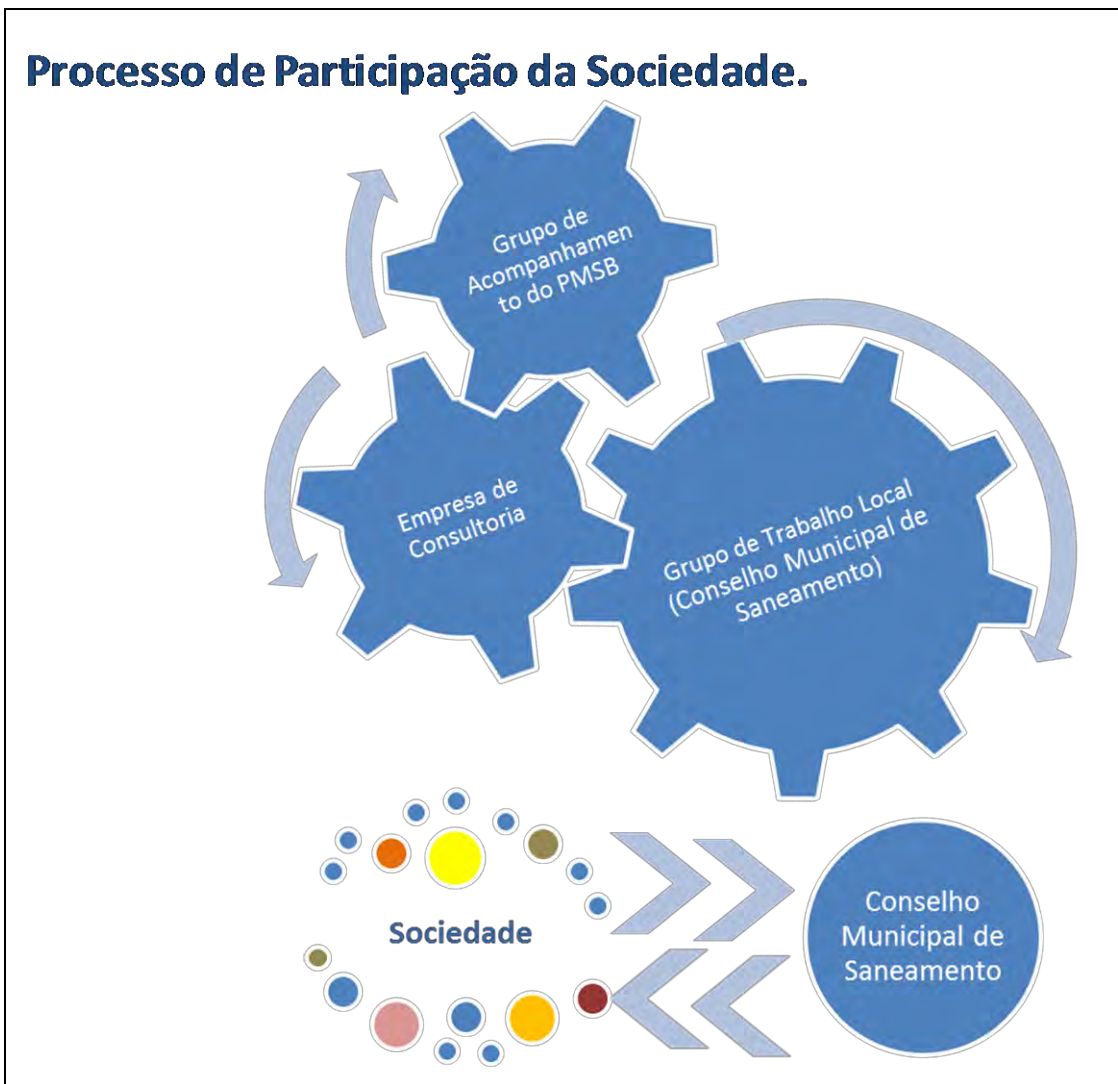


Figura 90 - Mecanismos de interação da Sociedade na elaboração do PMSB.

4.3 Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural

4.3.1 Diagnóstico dos serviços de abastecimento de água potável (SAA):

As unidades básicas que compõem o sistema de abastecimento de água são os mananciais superficiais e subterrâneos de captação de água bruta, as estações elevatórias e adutoras de água bruta, as Estações de Tratamento de Água (ETAs), os reservatórios, as estações elevatórias e adutoras de água tratada, a rede de distribuição e os pontos de controle sanitário.

No diagnóstico dos SAA, as unidades serão representadas em um croqui esquemático, destacando, as vazões médias, em base anual, que entram e saem de cada unidade, a identificação dos materiais, a data de implantação, as dimensões e o tipo de tecnologia empregada.

- Elementos Essenciais:

O que será levantado:

- a) Caracterização da cobertura e qualidade dos serviços, com a identificação das populações não atendidas e sujeitas à falta de água; regularidade e frequência do fornecimento de água, com identificação de áreas críticas; consumo per capita de água; qualidade da água tratada e distribuída à população;
- b) Caracterização da prestação dos serviços por meio de indicadores técnicos, operacionais e financeiros;
- c) Análise crítica do plano diretor de abastecimento de água, caso exista;
- d) Visão geral dos sistemas, infraestrutura, tecnologia e operação de abastecimento de água;
- e) Avaliação da disponibilidade de água dos mananciais e da oferta à população;
- f) Levantamento e avaliação das condições dos atuais e potenciais mananciais de abastecimento de água;
- g) Avaliação dos sistemas de controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e de informação aos consumidores e usuários dos serviços;
- h) Identificação, quantificação e avaliação de soluções alternativas de abastecimento de água, individuais ou coletivas, utilizadas pela população, nas áreas urbanas e rurais, e demais usos (industrial, comercial, pública, outros).
- i) Verificar as especificidades do Contrato de Programa para Prestação de Serviços de Abastecimento de Água em vigor entre os municípios envolvidos.

Como também pela análise e verificação das leis, normas, portarias e demais legislações relacionadas ao tema.

4.3.2 Diagnóstico dos serviços do sistema de esgotamento sanitário (SES):

As principais unidades que compõem o SES são a rede coletora, os coletores troncos, os interceptores, os emissários ou linhas de recalque, as elevatórias existentes ao longo de todo o sistema, as Estações de Tratamento do Esgoto Coletado (ETEs), os corpos receptores do lançamento do esgoto e os pontos de monitoramento. Deverá ser verificada a situação de tratamento e da disposição final do lodo resultante.

No diagnóstico do SES, serão levantadas as áreas atendidas pela rede coletora em número de domicílios e por manchas sobre a base cartográfica, além da existência de tratamento parcial ou total para os esgotos coletados. Serão indicadas as vazões médias em unidades, como as elevatórias e as estações de tratamento, nesta última será indicada a carga orgânica média diária.

➤ Elementos Essenciais:

O que será levantado:

- a) Caracterização da cobertura e identificação das populações não atendidas ou sujeitas a deficiências no atendimento pelo sistema público de esgotamento sanitário, contemplando também o tratamento;

- b) Caracterização da prestação dos serviços por meio de indicadores técnicos, operacionais e financeiros;
- c) Análise crítica do plano diretor de esgotamento sanitário, caso exista, quanto à implantação, atualidade e pertinências frente às demandas futuras;
- d) Visão geral dos sistemas infraestruturas, tecnologia e operação de esgotamento sanitário quanto à capacidade instalada frente à demanda e ao estado das estruturas implantadas;
- e) Avaliação da situação atual e estimativa futura da geração de esgoto versus capacidade de atendimento pelos sistemas de esgotamento sanitário disponíveis;
- f) Análise dos processos e resultados do sistema de monitoramento da quantidade e qualidade dos efluentes, quando existente tal sistema;
- g) Avaliação dos dados sobre as condições dos corpos receptores, quando existentes;
- h) Indicação de áreas de risco de contaminação, e de áreas já contaminadas por esgotos no município quando mapeadas e avaliadas.

4.3.3 Diagnóstico dos serviços do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais (SDU e MAP):

A finalidade da drenagem urbana é coletar e afastar as águas pluviais urbanas, combater inundação e empoçamento de água, e também prevenir doenças. O objetivo do diagnóstico da drenagem urbana é detectar os pontos mais sujeitos à inundação e sua causa, se por excessiva impermeabilização do solo ou devido às interferências, como travessias e estrangulamentos.

O mapeamento da infraestrutura em drenagem deverá mostrar as bacias e os principais corpos hídricos que atravessam o meio urbano, bem como os pontos que sofrem mais frequentemente inundação. Serão representados, por meio de manchas sobre a base cartográfica, as áreas com infraestrutura em micro drenagem (sarjeta, boca-de-lobo e galeria), em função do corpo d'água principal da bacia de drenagem, e ainda as áreas urbanas que passam por programas regulares de limpeza de bocas-de-lobo.

Elementos Essenciais:

- a) Análise crítica do plano diretor de drenagem urbana e/ou recursos hídricos, caso exista, quanto à implantação, atualidade e demandas futuras;
- b) Identificação da infraestrutura atual e análise crítica dos sistemas de drenagem e manejo das águas pluviais e das técnicas e tecnologias adotadas;
- c) Identificação de lacunas no atendimento pelo Poder Público, incluindo demandas de ações estruturais e não estruturais para o manejo das águas pluviais;
- d) Identificação das deficiências no sistema natural de drenagem, a partir de estudos hidrológicos;
- e) Verificação da separação entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário;
- f) Estudo das características morfológicas e determinação de índices físicos para as bacias e microbacias em especial das áreas urbanas;
- g) Caracterização e indicação cartográfica das áreas de risco de enchentes e inundações;

- h) Elaboração de cartas com zoneamento de riscos de enchentes para diferentes períodos de retorno de chuvas;
- i) Análise de indicadores epidemiológicos de agravos à saúde cuja incidência pode ser determinada por deficiência nos sistemas de manejo de águas pluviais;
- j) Análise dos processos erosivos e sedimentológicos e sua influência na degradação das bacias e riscos de enchentes, inundações e deslizamentos de terra.

4.3.4 Diagnóstico dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (SLU e MRS):

O diagnóstico da limpeza pública urbana envolverá os serviços de varrição, capina, podas, manutenção de áreas verdes e áreas públicas, remoção de cadáveres de animais, de veículos abandonados, entre outros. Nesse caso, serão levantadas as áreas atendidas por operador (no caso de ser terceirizada), a frequência de varrição e manutenção de áreas públicas, as características da frota de coleta específica (caminhões coletores-compactadores/caminhões gaiola), quando houver, destacando a capacidade de coleta, condições de conservação, problemas operacionais, os tipos e quantidades de resíduos coletados, bem como eventuais sazonalidades.

O diagnóstico do serviço de manejo dos resíduos sólidos será feito desde a etapa de acondicionamento, até a coleta, a triagem, o transbordo e o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos. Informações como a capacidade, o ano de implantação, as condições de conservação e os problemas operacionais de todas as unidades que compõem o sistema serão levantadas, de modo a identificar, mais à frente, o ano de saturação, devido às demandas futuras.

➤ Elementos Essenciais:

- a) Análise da situação da gestão do serviço com base em indicadores técnicos, operacionais e financeiros;
- b) Análise crítica do plano diretor de resíduos sólidos, caso exista, quanto à sua implantação, atualidade e pertinência, frente às demandas futuras;
- c) Descrição e análise da situação dos sistemas, infraestruturas, tecnologia e operação de acondicionamento, coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos do município;
- d) Identificação de lacunas no atendimento à população pelo sistema público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (condições atuais e futuras), quanto à população atendida (urbana e rural), tipo, regularidade, qualidade e frequência dos serviços;
- e) Identificação da cobertura da coleta porta a porta, bem como das áreas de varrição, identificando a população atendida;
- f) Análise dos serviços públicos de limpeza urbana e serviços especiais (feiras, mercados, espaços públicos, praias, outros);
- g) Avaliação das soluções adotadas para a destinação dos resíduos originários de construção e demolição e dos serviços de saúde.
- h) Informações da caracterização dos resíduos sólidos produzidos no município em termos de quantidade e qualidade;

- i) Identificação das formas da coleta seletiva (cooperativas, associações e “carrinheiros”), quando existirem, quantificando-as e qualificando-as, inclusive quanto aos custos e viabilidade social e financeira;
- j) Inventário/análise da situação dos catadores, que atuam nas ruas ou em lixões, identificando seu potencial de organização;
- k) Identificação e informação sobre áreas de risco de poluição/contaminação e de áreas já contaminadas, por resíduos sólidos e as alterações ambientais causadas por depósitos de resíduos no meio urbano;
- l) Análise da situação socioambiental dos sítios utilizados para a disposição final de resíduos sólidos.

4.4 Prognóstico

O PMSB é um instrumento de planejamento da ação do município para universalizar os serviços de saneamento, entendendo-se como universalização a “ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico”.

Nesta etapa, serão estabelecidos os objetivos gerais e específicos a serem alcançados no horizonte de duração do plano, levando em conta, de um lado, o diagnóstico dos principais problemas existentes e o balanço entre a oferta e a demanda por serviços ao longo do tempo.

Os objetivos do plano estarão ligados à melhoria e proteção do meio ambiente, à melhoria da saúde pública, à prevenção de inundações, à expansão dos sistemas de saneamento, ao aumento da eficiência e à garantia da sustentabilidade econômico-financeira dos serviços.

As metas, vinculadas aos objetivos, envolverão a elevação da cobertura de atendimento e dos indicadores de qualidade; a redução de perdas; a redução ou eliminação de pontos de alagamento; a redução dos casos de doenças de veiculação hídrica e da mortalidade infantil no município; o estabelecimento de parâmetros operacionais.

É importante ressaltar que os objetivos e metas definidos refletirão as principais demandas da sociedade e contemplarão as soluções dos problemas identificados durante a elaboração do diagnóstico técnico e da mobilização social.

Nesta etapa ficará definido que o desenvolvimento e a formulação de estratégias para alcançar os objetivos, diretrizes e metas definidas para o PMSB serão para um horizonte de 20 anos.

Para a elaboração dos prognósticos e das alternativas serão desenvolvidos os seguintes itens:

- a) Projeção populacional com base em dados censitários do IBGE;
- b) Projeção de demandas com base nos dados levantados no diagnóstico;
- c) Serão construídos cenários alternativos de demandas e avaliação da capacidade de oferta necessária por serviços que permitam orientar o processo de planejamento do saneamento básico;
- d) Os objetivos e metas serão elaborados de forma a serem quantificáveis e a orientar a definição de metas, a seleção de estratégias e a proposição dos Programas, Projetos e Ações do Plano nos quatro componentes do saneamento básico, na gestão e em temas transversais.

4.5 Concepção

O Plano Municipal de Saneamento Básico tem como objetivo principal promover o acesso universal aos serviços de saneamento básico à saúde e à qualidade de vida e do meio ambiente. Para isso, torna-se necessário organizar a gestão e estabelecer as condições para a prestação dos serviços de saneamento básico com integralidade, regularidade e qualidade. O Plano deve abranger as áreas urbana e rural do município e contemplar os quatro serviços que compõem o saneamento básico, quais sejam: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário.

O Plano Municipal de Saneamento Básico deve abranger, minimamente, o seguinte conteúdo:

Diagnóstico das condições da prestação dos serviços, com indicadores sanitários, - epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos, dentre outros;

Estabelecimento de objetivos e metas para a universalização dos serviços;

Definição de programas, projetos e ações para se atingir as metas estabelecidas;

Estabelecimento de ações para emergências e contingências;

Previsão de índices mínimos para o desempenho dos prestadores e para a eficiência e eficácia dos serviços; e

Definição de mecanismos de avaliação, dentre outras diretrizes.

Como atribuição indelegável do titular dos serviços de saneamento, o Plano deve ser elaborado com participação social, por meio de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico. O Titular dos serviços exerce essa competência conforme atribuição constitucional (art. 30, CF) de legislar sobre assuntos de interesse local; de prestar, direta ou indiretamente, os serviços públicos de interesse local; e de promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do solo urbano. Além das diretrizes da Lei nº 11.445/2007, o Plano de Saneamento Básico deve observar o Plano Diretor do Município e outros planos correlatos de Saneamento e Recursos Hídricos.

Mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.

Compreenderá, dentre outras atividades: procedimentos para o monitoramento e a avaliação dos objetivos e metas; indicadores técnicos, operacionais e financeiros da prestação dos serviços; indicadores de impactos na qualidade de vida, na saúde, e nos recursos naturais; salubridade ambiental: indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos; definição de indicadores do acesso, da qualidade e da relação com outras políticas de desenvolvimento urbano; definição dos indicadores de prestação dos serviços de saneamento a serem seguidos pelos prestadores de serviços; determinação dos valores dos indicadores e definição dos padrões e níveis de qualidade e eficiência a serem seguidos pelos prestadores de serviços; definição dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos necessários à execução, avaliação, fiscalização e monitoramento do Plano; mecanismos para a divulgação e acesso do plano no município, assegurando o pleno conhecimento da população; adoção de diretrizes para o processo de

revisão do plano a cada 4 anos; indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos; periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

4.6 Monitoramento e Avaliação Sistemática

Mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.

Compreenderá, dentre outras atividades: procedimentos para o monitoramento e a avaliação dos objetivos e metas; indicadores técnicos, operacionais e financeiros da prestação dos serviços; indicadores de impactos na qualidade de vida, na saúde, e nos recursos naturais; salubridade ambiental: indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos; definição de indicadores do acesso, da qualidade e da relação com outras políticas de desenvolvimento urbano; definição dos indicadores de prestação dos serviços de saneamento a serem seguidos pelos prestadores de serviços; determinação dos valores dos indicadores e definição dos padrões e níveis de qualidade e eficiência a serem seguidos pelos prestadores de serviços; definição dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos necessários à execução, avaliação, fiscalização e monitoramento do Plano; mecanismos para a divulgação e acesso do plano no município, assegurando o pleno conhecimento da população; adoção de diretrizes para o processo de revisão do plano a cada 4 anos; indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos; periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

4.7 Plano Municipal de Saneamento Básico

Compreenderá, dentre outras atividades: elaboração de documento síntese para discussão; realização de atividades de participação para discussão do Plano; sistematização dos relatórios dos produtos 1 a 6, com as consolidações das contribuições das atividades de participação social e elaboração do Relatório Final;

A etapa final da elaboração do PMSB refere-se a documentação a ser disponibilizada para o debate final de aprovação do mesmo. A legislação vigente exige a consulta ou audiência pública para debate do plano. A consulta diz respeito à disponibilização do documento em tempo que a legislação exige, em geral via internet, mas podendo ainda estar impresso em local acessível. A audiência é o debate ao vivo do documento em momento que dever ser convocado com a antecedência que a legislação exige. Tanto no primeiro momento quanto no segundo deverão ser recebidas para devida avaliação as contribuições da sociedade.

Nestes termos, percebe-se que todo o conteúdo estudado nas etapas anteriores deverá ser objeto de uma síntese bem elaborada, de preferência em linguagem que possa traduzir o rigor das decisões técnicas em leitura compreendida pela média dos interessados. Esta síntese é que deve estar disponível no processo de consulta e audiência, sem prejuízo da opção de se publicar os demais relatórios como anexos caso seja necessário.

5. PRODUTOS A SEREM ENTREGUES

Os produtos a serem entregues, serão conforme descritos a seguir.

Tabela 56 - Produtos a serem entregues durante o andamento da elaboração do PMSB.

LEGENDA DA ENTREGA DE PRODUTOS		ENTREGAS
Produto 1	Plano de Trabalho	15 dias
Produto 2	Plano de Mobilização Social	Mês 01
Produto 3	Diagnóstico dos Sistemas	Mês 03
Produto 4	Prognósticos, Objetivos e Metas	Mês 04
Produto 5	Concepção dos sistemas	Mês 05
Produto 6	Mecanismos de Avaliação, Regulação e Controle Social e Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira e Modicidade Tarifária	Mês 06
Produto 7	PMSB Final Consolidado	Mês 07

- Produto 1: Plano de Trabalho.

Elaborado um plano de trabalho para cada um dos municípios objeto do contrato, contendo todas as definições, especialmente aquelas providas da reunião inicial entre a Equipe de Fiscalização da Contratante (Grupo de Acompanhamento do PMSB), Equipe da Contratada e representantes dos municípios beneficiados.

- Produto 2: Plano de Mobilização e definição do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Este produto consiste na definição da estratégia de mobilização social democrático e participativo com a inclusão da divulgação de estudos e propostas e a discussão de problemas, alternativas e soluções relativas ao saneamento básico, além da capacitação para a participação em todos os momentos do processo.

O Plano de Mobilização deverá:

Estabelecer os mecanismos para a efetiva participação da sociedade, nos processos de formulação da Política e de elaboração do Plano de Saneamento Básico em todas as etapas, inclusive o diagnóstico;

Garantir a participação e o controle social, por meio de conferências, audiências e consultas públicas, seminários e debates e da atuação de órgãos de representação colegiada, tais como, os Conselhos da Cidade, de Saúde e de Meio Ambiente;

Estabelecer os mecanismos para a disseminação e o amplo acesso às informações sobre o diagnóstico e os serviços prestados e sobre as propostas relativas ao plano de saneamento básico e aos estudos que as fundamentam;

Definir os mecanismos de divulgação das etapas de discussão da política e do plano bem como canais para recebimento de sugestões e críticas;

Definir estratégias de comunicação e canais de acesso às informações, com linguagem acessível a todos os segmentos sociais.

- **Produto 3:** Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural, caracterização institucional da prestação dos serviços e capacidade econômico-financeira e de endividamento do Município.

O Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico Coleta de Dados compreenderá, dentre outras atividades:

- Identificação dos distritos, levantamento e análise da legislação sobre saneamento, saúde, meio ambiente; análise da organização, estrutura e capacidade institucional (secretarias, existência de corpo técnico);
- Dados quantitativos e qualitativos sobre: abastecimento de água, esgotamento sanitário, tecnologias utilizadas e a compatibilidade com a realidade do município;
- Dados socioeconômicos e capacidade de pagamento dos usuários (renda mensal da população, bolsa família, etc.);
- Estudos e projetos de saneamento básico existentes;
- Salubridade ambiental - Indicadores sanitários, epidemiológicos e ambientais;
- Dados e informações de outras políticas correlatas.

A caracterização geral do município que compreenderá, dentre outras atividades:

- Caracterização da demografia urbana e rural por renda, gênero, faixa etária, densidade, acesso ao saneamento e projeções de crescimento;
- Caracterização geral: geomorfologia, climatologia, hidrografia, hidrogeologia e topografia do território;
- Caracterização das áreas de interesse social: localização, perímetros e áreas, carências relacionadas ao saneamento básico, precariedade habitacional, situação socioeconômica, renda e indicadores de acesso à educação;
- Infraestrutura (energia elétrica, pavimentação, transporte, saúde e habitação);
- Indicação das áreas sujeitas à inundação ou deslizamento e áreas de proteção ambiental;
- Consolidação cartográfica das informações socioeconômicas, físico-territorial e ambiental disponível sobre o município e a região;
- Vocações econômicas do município: contexto atual e projeções em termos das atividades produtivas por setor.

A situação institucional que compreenderá, dentre outras atividades:

- Identificação e análise do modelo e organização jurídico-institucional, com descrição dos órgãos, instrumentos, sistemas, capacidade institucional para a gestão (planejamento, prestação dos serviços, regulação, fiscalização e controle social) dos serviços nos quatro (4) componentes;
- Identificação de programas locais existentes de interesse do saneamento básico nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, mobilidade urbana, gestão de recursos hídricos e meio ambiente;

- Identificação e descrição da organização social, comunidades tradicionais, formas de expressão social e cultural, tradições, usos e costumes, percepção em relação à saúde, ao saneamento e ao ambiente;
- Identificação das redes, órgãos e estruturas de educação e avaliação da capacidade de apoiar projetos e ações de educação ambiental combinados com os programas de saneamento básico;
- Existência e análise de programas de educação ambiental e de assistência social em saneamento; análise de normas de fiscalização e regulação quando existentes.

A situação econômico-financeira dos serviços e do município que compreenderá, dentre outras atividades:

Capacidade econômico-financeira do Município frente às necessidades de investimento e sustentabilidade econômica dos serviços de saneamento básico, envolvendo a política e o sistema de cobrança, dotações do orçamento do município, fontes de subvenção, financiamentos e outras;

Capacidade de endividamento e disponibilidade de linhas de financiamento;

Necessidade de destinação de recursos orçamentários do município, para viabilizar a adequada prestação e manutenção dos serviços;

Necessidade de investimentos para viabilizar a universalização do acesso aos serviços.

A situação dos serviços de abastecimento de água potável que compreenderá, dentre outras atividades:

- Caracterização da cobertura por solução e qualidade dos serviços;
- Identificação das populações não atendidas e sujeitas à falta de água;
- Regularidade e frequência do fornecimento de água, com identificação de áreas críticas; consumo per capita de água;
- Índice de perdas, qualidade da água tratada e distribuída à população;
- Identificação dos domicílios sem canalização interna;
- Caracterização da prestação dos serviços por meio de indicadores técnicos, operacionais e financeiros, relativos a: consumo, receitas, custos, despesas, tarifas, número de ligações, inadimplência de usuários, eficiência comercial e operacional, uso de energia elétrica e outros (referência: SNIS);
- Visão geral dos sistemas (infraestrutura, tecnologia e operação): captação, adução, tratamento, reservação, estações elevatórias, rede de distribuição e ligações prediais;
- Avaliação da capacidade de atendimento frente à demanda e ao estado das estruturas;
- Disponibilidade de água dos mananciais e da oferta à população pelos sistemas existentes versus consumo demanda atual e futura;
- Levantamento e avaliação das condições dos atuais e potenciais mananciais - aspectos de proteção da bacia (tipos de uso do solo, fontes de poluição, estado da

cobertura vegetal, qualidade da água, ocupações por assentamentos humanos, outros);

- Avaliação dos sistemas de controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e de informação aos consumidores e usuários dos serviços;
- Identificação, quantificação e avaliação de soluções alternativas de abastecimento de água, individuais ou coletivas, utilizadas pela população, nas áreas urbanas e rurais, e outros usos nas áreas urbanas (industrial, comercial, pública, outros).

A situação dos serviços de esgotamento sanitário que compreenderá, dentre outras atividades:

Caracterização da cobertura por coleta e tratamento, e por outras soluções;

Identificação do déficit de instalações hidrossanitárias;

Identificação das populações não atendidas ou sujeitas a deficiências no atendimento pelo sistema público, contemplando o tratamento;

Caracterização da prestação dos serviços por meio de indicadores técnicos, operacionais e financeiros, relativos a: receitas, custos, despesas, tarifas, número de ligações, inadimplência de usuários, eficiência comercial e operacional, uso de energia elétrica e outros (referência: SNIS);

Visão geral dos sistemas (infraestruturas, tecnologia e operação) quanto à: capacidade instalada frente à demanda e ao estado das estruturas, envolvendo as ligações de esgoto, as redes coletoras, os interceptores, as estações elevatórias, as estações de tratamento, os emissários e a disposição final;

Avaliação da situação atual e futura da geração de esgoto versus capacidade de atendimento pelos sistemas disponíveis, sistema público e soluções individuais e/ou coletivas, contemplando o tratamento;

Avaliação das condições dos corpos receptores, quando existentes os dados necessários;

Indicação de áreas de risco de contaminação;

Identificação, quantificação e avaliação qualitativa de soluções alternativas de esgotamento sanitário (fossas sépticas, fossa negra, infiltração no solo, lançamento direto em corpos d'água), individuais ou coletivas, utilizadas pela população e outros usuários nas áreas urbanas e rurais (industrial, comercial, serviços, agropecuária, atividades públicas, outros).

A situação da saúde que compreenderá, dentre outras atividades: Morbidade de doenças relacionadas com a falta de saneamento básico, especificamente, as doenças infecciosas e parasitárias (Capítulo I, do CID-10 – CÓDIGO INTERNACIONAL DE DOENÇAS),

Categoria	Doenças
Doenças de transmissão feco-oral	Diarréias, Febres entéricas e Hepatite A

Doenças transmitidas por inseto vetor	Dengue, Febre amarela, Leishmanioses (L.tegumentar e L.visceral), Filariose linfática, Malária e Doença de Chagas
Doenças transmitidas por contato com a água	Esquistossomose e Leptospirose
Doenças relacionadas com higiene	Doenças dos olhos, Doenças da pele, Tracoma, Conjuntivites e Micoses superficiais
Geo-helmintos e teníases	Helmintíases Teníases

Existência e análise do Programa Saúde na Família.

- Produto 4: Prognósticos e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico / Objetivos e Metas.

Compreenderá dentre outras atividades:

- Análise da prestação de serviços, as necessidades dos serviços públicos de saneamento básico - curto, médio e longo prazos;
- Cenários alternativos das demandas por serviços de saneamento básico;
- Definição de diretrizes e estratégias; compatibilização das carências de saneamento básico com as ações do plano;
- Hierarquização das áreas de intervenção prioritária;
- Definição de objetivos e metas;

Mecanismos que possibilitem o atendimento aos padrões de potabilidade da água para consumo humano e condições adequadas para outros usos;

Projeção de investimentos, indicando a fonte, para alcançar as metas e viabilizar a universalização do acesso aos serviços;

Proposta de arranjo alternativo ou readequação do modelo e organização jurídico-institucional existente, com descrição dos os órgãos, instrumentos, sistemas, capacidade institucional para a gestão (planejamento, prestação dos serviços, regulação, fiscalização e controle social) dos serviços nos quatro componentes;

Procedimentos e mecanismos para a compatibilização com as Políticas e os Planos Nacional e Estadual de recursos hídricos.

- Produto 5: Concepção dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB e definição das ações para emergência e contingência.

Definição das ações para emergência e contingência, compreenderá, dentre outras atividades:

Programação de ações imediatas; programação das ações do plano;

Definição dos programas, projetos e ações com estimativas de custos, baseadas nos resultados da Etapa 4;

Estabelecer objetivos e metas de longo, médio e curto prazos;

Formulação de mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficácia, eficiência e efetividade;

Mecanismos de promoção do direito à cidade;

Mecanismos de promoção da saúde e a qualidade de vida;

Mecanismos de promoção da sustentabilidade ambiental;

Mecanismos de melhoria do gerenciamento e da prestação dos serviços;

Estabelecimento de planos de racionamento e atendimento a aumentos de demanda temporária;

Estabelecimento de regras para situação crítica na prestação de serviços, inclusive com adoção de mecanismos tarifários de contingência;

Estabelecimento de regras e diretrizes para atuação em situações de contingência e desastres;

Estabelecer diretrizes para a articulação com os Planos Locais de Risco.

- **Produto 6:** Mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.

Compreenderá, dentre outras atividades:

Procedimentos para o monitoramento e a avaliação dos objetivos e metas;

Indicadores técnicos, operacionais e financeiros da prestação dos serviços;

Indicadores de impactos na qualidade de vida, na saúde, e nos recursos naturais;

Salubridade ambiental: indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos;

Definição de indicadores do acesso, da qualidade e da relação com outras políticas de desenvolvimento urbano;

Definição dos indicadores de prestação dos serviços de saneamento a serem seguidos pelos prestadores de serviços;

Determinação dos valores dos indicadores e definição dos padrões e níveis de qualidade e eficiência a serem seguidos pelos prestadores de serviços;

Definição dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos necessários à execução, avaliação, fiscalização e monitoramento do Plano;

Mecanismos para a divulgação e acesso do plano no município, assegurando o pleno conhecimento da população;

Adoção de diretrizes para o processo de revisão do plano a cada 4 anos;

Indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

Periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

- Produto 7: Relatório final do plano.

Compreenderá, dentre outras atividades: elaboração de documento síntese para discussão; realização de atividades de participação para discussão do Plano; sistematização dos relatórios dos produtos 1 a 6, com as consolidações das contribuições das atividades de participação social e elaboração do Relatório Final.

A seguir, Cronograma de Entrega dos produtos.

Cronograma de Entrega dos Produtos.

ATIVIDADES	PRAZO (dias)								Total	
	30	60	90	120	150	180	210	240		
P1 - PLANO DE TRABALHO	8%									R\$ 3.048,63
	R\$ 3.048,63									
P2 - PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	10%									R\$ 3.810,79
	R\$ 3.810,79									
P3 - DIAGNÓSTICO da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural, caracterização institucional da prestação dos serviços e capacidade econômicofinanceira e de endividamento do Município		34%								R\$ 12.956,70
		R\$ 12.956,70								
P4 - PROGNÓSTICO e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico. Objetivos e Metas.				12%						R\$ 4.572,95
				R\$ 4.572,95						
P5 - CONCEPÇÃO para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB e definição das ações para emergência e contingência.					12%					R\$ 4.572,95
					R\$ 4.572,95					
P6 - Estabelecer , para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.						12%				R\$ 4.572,95
						R\$ 4.572,95				
P7 - Relatório do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.							12%			R\$ 4.572,95
							R\$ 4.572,95			
TOTAL	R\$ 6.859,42	R\$ 12.956,70		R\$ 4.572,95		R\$ 9.145,90	R\$ 4.572,95			R\$ 38.107,92
PRODUTOS	↓ P1 e P2		↓ P3		↓ P4		↓ P5 e P6		↓ P7	

Os relatórios serão elaborados em conformidade com o ANEXO A – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS e ITEM 5.1 DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS, do Ato Convocatório - COLETA DE PREÇOS Nº 07/2013 – REPUBLICAÇÃO, do Ato Convocatório - COLETA DE PREÇOS Nº 07/2013 – REPUBLICAÇÃO.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, este documento, denominado Plano de Trabalho tem o objetivo de Guia orientativo para os municípios beneficiados, além de servir como norteador das etapas a serem desenvolvidas no decorrer da prestação de serviços, ressaltando a importância da participação social.

O Plano de Trabalho tem por objetivo estabelecer os direcionadores estratégicos assim como a agenda das ações e atividades que deverão orientar os trabalhos; planejar as atividades para um dado período de tempo, primeiro para aprovar junto aos tomadores de decisão, depois como documento-guia para atividades que serão realizadas durante o ciclo de planejamento e permitindo assim o respectivo acompanhamento e participação dos Grupos de Trabalho consistidos no município.

7.EQUIPE TÉCNICA

Os trabalhos descritos no presente Plano de Trabalho serão desenvolvidos pela empresa N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda..

A equipe técnica da empresa N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda., composta para o desenvolvimento deste trabalho, contempla os profissionais abaixo relacionados:

Coordenação Técnica

NEIROBERTO SILVA

Engenheiro Sanitarista

EQUIPE TÉCNICA

ANDRE LENHARE

Engenheiro Ambiental

ANDRESSA DANTAS DE LIMA

Engenheira civil

Mestre em Engenharia Sanitária/UFRN

ARACELI NEIDE FARIAS ALVES RATIS

Tecnóloga em Controle Ambiental

Mestre em Engenharia Sanitária/UFRN

Dra. JULIANA DELGADO TINÔCO

Engenheira Civil

Mestre em Engenharia Sanitária/UFRN

Doutora em Hidráulica e Saneamento/EESC/ESP

JOSE ANTONIO DUTRA SILVA

Engenheiro Ambiental e de Segurança do Trabalho

SAYONARA ANDRADE DE MEDEIROS

Engenheira Civil

Mestre em Engenharia Sanitária/UFRN

ANEXO I - TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANÇO SOBRINHO
CNPJ 45.623.600/0001-44

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ E O MUNICÍPIO DE PINHALZINHO, SP

Pelo presente instrumento, a Fundação Agência das Bacias PCJ – **AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ**, neste ato, representada por sua Diretora-Presidente em exercício, Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, portadora da Cédula de Identidade nº 18.408.721-1, emitida pela SSP/SP, CPF nº 110.166.178-01, com sede à Rua Alfredo Guedes, nº 1949, Sala 604, Higienópolis, Piracicaba, SP, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 11.513.961/0001-16, conforme seu estatuto e o município de Pinhalzinho, SP, neste ato representado por seu Prefeito, Anderson Luis Pereira, portador da Cédula de Identidade nº 19.390.778-1, emitida pela SSP/SP, CPF nº 106.992.028-25, com sede à Rua Cruzeiro do Sul, nº 225, Centro, Pinhalzinho, SP, doravante denominado simplesmente **PREFEITURA**, concordam em celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Constitui **OBJETO** do presente Termo de Cooperação Técnica a contratação pela **AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ**, de empresa de consultoria para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada dos resíduos Sólidos para o município de Pinhalzinho, com recursos da Cobrança pelo uso da água em rios de domínio da União – **COBRANÇA PCJ FEDERAL**, visando à realização, em conjunto com a **PREFEITURA**, em conformidade com o Plano de Trabalho, o qual inclui Cronograma de Execução, que constitui Anexo I do presente Termo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ**, ao final do prazo do presente Termo de Cooperação Técnica, compromete-se a entregar, sem qualquer encargo, à **PREFEITURA**, uma (01) via impressa e uma (01) via em mídia óptica (CD-R ou DVD-R) do Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município, declarando a Prefeitura Municipal de Pinhalzinho expressamente, pelo presente Termo, que o aceita, para ser aprovado na forma da lei.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES: Para a execução do presente Termo de Cooperação Técnica a **PREFEITURA** e a **AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ** terão as seguintes obrigações:

2.1 OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA:

1. Tornar disponível para a **EMPRESA CONTRATADA** pela **AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ** os dados necessários ao atendimento do **OBJETO**, dentro de sua responsabilidade e atribuições;
2. Fornecer apoio técnico de modo a tornar possível a realização do trabalho conjunto;
3. Indicar pessoal técnico qualificado para apoiar a execução das atividades em questão e participar do Grupo de Acompanhamento do Plano;
4. Os técnicos indicados pelo executivo municipal, terão dentre outras atribuições e responsabilidades fazer a análise dos produtos apresentados, assim como tomar todas as medidas gerenciais e administrativas necessárias ao andamento dos trabalhos;
5. Prestar colaboração para o desenvolvimento das etapas do trabalho;
6. Promover intercâmbio de produtos e serviços de interesse para o desenvolvimento do projeto;

Rua Cruzeiro do Sul, 225 - CEP: 12.995-000 - Pinhalzinho - São Paulo
PABX (11) 4018-4310

PAG. 1



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO
CNPJ 45.623.600/0001-44

7. Quando solicitado pela **AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ**, organizar, convocar e promover sob sua responsabilidade as Audiências Públicas, necessárias para aprovação do referido Plano e submetê-lo à sua Casa de Leis para tal;
8. Disponibilizar local apropriado para a realização dos eventos a serem programados para cumprimento do **OBJETO**.

2.2 OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ:

1. Contratar o previsto na Cláusula do **OBJETO** do presente Termo, nos prazos e nas condições estabelecidas, observadas a legislação pertinente, nos melhores padrões de qualidade e economia;
2. Doar à **PREFEITURA** o **OBJETO** discriminado na Cláusula Primeira do presente Termo, conforme previsto no Termo de Referência, constante do Anexo I, deste termo;
3. Gerenciar os trabalhos da equipe Técnica e do Grupo de Acompanhamento do PMSB e PMGIRS;
4. Fornecer apoio técnico de modo a tornar possível a realização do trabalho conjunto;
5. Indicar pessoal técnico qualificado para apoiar a execução das atividades em questão e participar do Grupo de Acompanhamento do Plano;
6. Prestar colaboração para o desenvolvimento das etapas do trabalho;
7. Realizar as apresentações sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico, por meio da **EMPRESA CONTRATADA**, nas Audiências Públicas, previamente agendadas e organizadas pela **PREFEITURA**, visando prestar todos os esclarecimentos necessários aos interessados e a população em geral, para a sua aprovação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADMINISTRAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA:

1. Cada um dos partícipes designará o seu Coordenador, dentro de quinze (15) dias contados da assinatura do presente Termo, para constituir a Coordenação Técnica da Cooperação e do Grupo de Acompanhamento do Plano.
2. À Coordenação Técnica, caberá supervisionar os trabalhos de acordo com o Plano de Trabalho e Cronograma de Execução, anexos ao presente Termo.
3. À Coordenação Técnica competirá também a solução de questões de ordem técnica e administrativa que eventualmente surjam durante a vigência deste Termo, ou o seu encaminhamento às autoridades competentes para as providências necessárias, conforme o caso.
4. Não haverá transferência de recursos humanos entre os partícipes em decorrência da execução das atividades previstas neste Termo.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS: Não haverá transferência de recursos financeiros de uma entidade à outra, devendo cada qual arcar com o ônus administrativo das obrigações assumidas.

CLÁUSULA QUINTA - DA PROPRIEDADE DE RESULTADOS:

1. Os resultados, metodologias e inovações técnicas, obtidos em virtude da execução das atividades previstas neste Termo serão, em proporções iguais, de propriedade comum dos partícipes;
2. Cada um dos partícipes poderá, para fins de pesquisa e desenvolvimento, utilizar, em benefício próprio, esses resultados, metodologia e inovações técnicas, sem que seja obrigado a consultar a outra parte ou pagar-lhe qualquer indenização ou recompensa.

Rua Cruzeiro do Sul, 225 - CEP: 12.995-000 - Pinhalzinho - São Paulo
PABX (11) 4018-4310

PAG. 2



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO
CNPJ 45.623.600/0001-44

3. A utilização ou a propriedade do produto final fica estendida ao Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Comitês PCJ, no sentido de subsidiar projetos específicos vinculados as metas estabelecidas no seu Plano de Bacias vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO: O prazo para a execução do presente ajuste será de 12 meses, contados a partir da data da sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO: Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, o presente acordo poderá ter o seu prazo prorrogado, mediante Termo de Aditamento e prévia autorização da **AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO:

1. Este Termo de Cooperação Técnica poderá a qualquer tempo ser denunciado, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a faculdade de rescisão, desde que comprovado o não cumprimento de quaisquer de suas Cláusulas.
2. Nos casos de denúncia ou rescisão do ajuste, as pendências ou trabalhos em fase de execução serão definidos e resolvidos por meio de Termo de Encerramento da Cooperação Técnica, em que se definam e atribuam as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um desses trabalhos e das pendências, inclusive no que se refere aos direitos autorais ou de propriedade, dos trabalhos em andamento, bem como às restrições ao uso dos resultados e metodologias e à divulgação de informações, colocadas à disposição dos partícipes.
3. Tanto em caso de denúncia como de rescisão do presente Termo de Cooperação, subsiste o compromisso por parte da **AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ** de doar à **PREFEITURA** o **OBJETO** elaborado com recursos da **COBRANÇA PCJ FEDERAL**, nos termos do estatuído no Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira do presente.

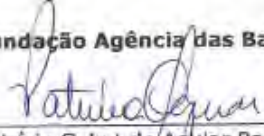
CLÁUSULA OITAVA – DOS ANEXOS: Constitui anexo do presente instrumento, dele fazendo integrante, o **Anexo I – Do Plano de Trabalho**.

CLÁUSULA NONA – DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Piracicaba para dirimir eventuais dúvidas oriundas da execução deste Termo, depois de esgotadas as instâncias administrativas.

E por estarem de acordo, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas também abaixo assinadas.

Piracicaba, 24 de julho de 2013.

Fundação Agência das Bacias PCJ – AGÊNCIA PCJ


Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi
Diretora-Presidente em exercício

Rua Cruzeiro do Sul, 225 - CEP: 12.995-000 - Pinhalzinho - São Paulo
PABX (11) 4018-4310

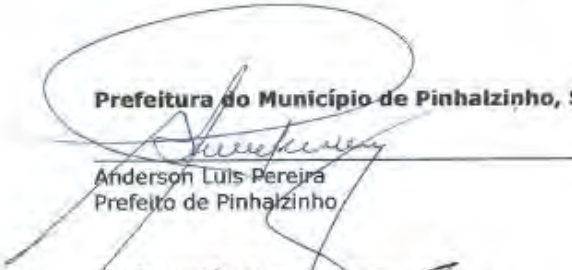
PAG. 3




PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

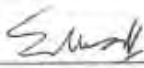
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO
CNPJ 45.623.600/0001-44

Prefeitura do Município de Pinhalzinho, SP


Anderson Luis Pereira
Prefeito de Pinhalzinho

Testemunhas:


NOME: Ivens de Oliveira
CPF: 325.062.778-03
RG: 43.489.151-7


NOME: Eduardo Noronha Arag
CPF: 722.941.028-20
RG: 5988930-5

Rua Cruzeiro do Sul, 225 - CEP: 12.995-000 - Pinhalzinho - São Paulo
PABX (11) 4018-4310

PAG. 4 

**ANEXO VI - PLANO DE MOBILIZAÇÃO
SOCIAL PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS
MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO E DE
GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS
SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO-
SP**

1. INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo apresentar o Plano de Mobilização Social a ser aplicado no município de Pinhalzinho.

Este Plano de Mobilização Social apresenta os trabalhos de consultoria desenvolvidos no âmbito do Contrato N.º 26/2013, firmado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda. EPP., que tem por objeto a “Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico conforme Lei n.º 11.445/2007, contendo determinações sobre os Sistemas de Abastecimento de Água Potável, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana e Manejo das Águas Pluviais, bem como o Desenvolvimento do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei n.º 12.305/2010.

Este Plano de Mobilização configura-se como ferramenta para comunicação do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), garantindo o caráter participativo e informativo do processo, conforme preconiza a Lei n.º 11.445/2007 em conjunto com a Lei n.º 12.305/2010, que definem funções de gestão e garantia do atendimento essencial à saúde pública, direitos e deveres dos usuários, controle social e sistema de informação, como princípios fundamentais que asseguram ampla divulgação e participação. Tem também como objetivo promover e/ou intensificar o relacionamento da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho com a comunidade local.

2. JUSTIFICATIVA

A estruturação de um Plano de Mobilização Social para elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) justifica-se não apenas pela qualificada ferramenta que este representa, tendo em vista o caráter participativo necessário à elaboração dos referidos planos, mas também, pela necessidade de garantir que o embasamento da comunidade, acerca dos planos em questão, seja valorizado e, de alguma forma, representativo para o processo de elaboração dos mesmos, o que garante, também, fazer um trabalho que esteja pautado pelas diretrizes do Estatuto das Cidades, definido na Lei n.º 10.257/2001, sobretudo no que diz respeito ao item b, do inciso II, art.2º, que cita o “Direito da sociedade à participação na gestão municipal [...] na formulação, execução e avaliação dos planos de desenvolvimento urbano”.

As ferramentas definidas no Plano de Mobilização Social auxiliarão a difusão de informações de forma clara e objetiva, atendendo toda a comunidade do município, acolhendo dúvidas, críticas e sugestões e as respondendo de forma satisfatória, evitando possíveis conflitos decorrentes da divulgação de informações incorretas e incoerentes com as ações a serem executadas.

Também contribuirão para o processo de diagnóstico das comunidades, uma vez que as ações participativas, enfatizadas no plano e, de acordo com o Termo de Referência, permitirão maior eficácia na identificação, avaliação e consideração das variáveis socioculturais e ambientais do município, que devem ser envolvidas na formulação das soluções de saneamento, desde a adequação às necessidades, expectativas e valores culturais da população, até as vocações econômicas e preocupações ambientais da cidade.

2.1. Objetivo Geral

Desenvolver ações para a sensibilização da sociedade quanto à relevância do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) e da importância de sua participação neste processo.

2.2. Objetivos Específicos

- Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos e desafios do PMSB e do PMGIRS;
- Disponibilizar as informações necessárias à participação qualificada da sociedade nos processos decisórios do PMSB e do PMGIRS; e,
- Estimular todos os segmentos sociais a participarem do processo de planejamento e da fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.

2.3. Área de Abrangência

A área de abrangência compreende tanto a população urbana como a rural do município de Pinhalzinho que serão informados e consultados durante o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS). Será disponibilizado um sistema amplo de divulgação, com canais diversos de comunicação, permitindo que o processo de Comunicação Social aqui proposto atinja comunidades de quaisquer locais, inclusive com canal de contato ligado à internet.

2.4. Público-alvo

O público-alvo desta proposta compreende prioritariamente a população do município de Pinhalzinho, em sua totalidade, mas a proposta em questão também atingirá um público diverso, pois está previsto canal de contato ligado à internet, além de eventos abertos à comunidade.

No entanto, parte das ações previstas tem como foco a sociedade civil organizada e instituições de interface com o tema, a saber: Comitês das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, Conselhos Municipais da Cidade tais como de Saúde, Meio Ambiente, Educação, ONGs de demais instituições ligadas ao Meio Ambiente, entidades representativas de bairros e/ou regiões do município.

3. COMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Este Plano tem como base o conceito de Comunicação Socioambiental, que é diferente de um mero fluxo informativo, pautado por indicadores quantitativos, ela confere existência social e qualitativa ao processo. Sendo assim, este tipo de comunicação tem o papel de agente que acolhe e interpreta as demandas da sociedade e as converge em decisões e ações do empreendedor, de modo a responder a essas demandas.

Neste sentido, este plano de comunicação vai além do caráter informativo é voltado à participação comunitária, captação e retorno de contatos, como o aqui proposto. Também representa ferramenta importante, pois é um canal contínuo de interlocução com a

comunidade que, quando eficiente, permite rápido retorno – denotando transparência e respeito com o cidadão, e subsidiando a elaboração de ações mais amplas e assertivas no que tange ao Desenvolvimento Sustentável, conceituado nas esferas ambiental, social e econômica.

Para tanto, algumas atitudes são necessárias, como: a transparência nas ações e objetivos, a percepção do contexto sociocultural que a cerca, o foco numa relação de corresponsabilidade social e ambiental junto à comunidade e aos órgãos competentes.

Da mesma forma, as ações a serem empreendidas na execução do Plano de Mobilização devem incorporar tais valores e corresponder às expectativas do Poder Público e da sociedade em questão.

3.1. Ferramentas comunicacionais

As ferramentas comunicacionais previstas são diversas e deverão ter conteúdos e linguagem adequados a cada público e a cada momento, considerando sempre a realidade municipal, e a fase de elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).

Essas ferramentas deverão conter layouts planejados para que se crie uma identidade visual dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de forma que estes sejam facilmente reconhecidos pela comunidade. Elas serão utilizadas não apenas para informar, mas também para auxiliar na participação da comunidade e para validação dos produtos produzidos.

3.1.1. Site da Prefeitura

Ferramenta mais ampla que tem como alvo todos os públicos. Será utilizada não apenas para que a comunidade possa acompanhar a elaboração do PMSB e do PMGIRS, mas também para acompanhar os produtos, realizar consultas e tirar dúvidas através de formulário que será disponibilizado no site da prefeitura.

Visando criar um canal de interlocução permanente e facilitar o acesso do público em geral às informações sempre atualizadas, sobre o PMSB e PMGIRS, os processos de elaboração dos dois planos citados deverão estar disponibilizados no site da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho.

O site deverá conter todos componentes do saneamento básico, a saber:

I – Abastecimento de Água

II – Esgotamento Sanitário

III – Drenagem e Manejo de Águas Pluviais

IV – Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

O site deverá conter também um espaço estruturado (formulário) para recebimento de dúvidas, comentários, críticas, elogios, etc. Esse espaço deverá ser de livre acesso, mediante pequeno cadastramento (nome, endereço de e-mail) para retorno do contato feito.

A prefeitura deverá disponibilizar pessoal para providenciar o retorno da demanda, que deverá fazer o recebimento do contato, encaminhamento para a N S Engenharia, responsável pela resposta e retorno ao solicitante da informação.

A estrutura organizacional dentro do site, bem como seu layout, deverá ser definida pelos responsáveis do site da prefeitura em conjunto com a Agência PCJ e a empresa N S Engenharia. Deverá estar de acordo com o layout das demais ferramentas informativas, visando à criação de uma identidade visual dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).

3.1.2. Linha direta

Como complementação ao site, visando um canal de contato para população que não tem a ferramenta da internet a disposição, prevê-se a implantação de uma linha direta, através do telefone da Prefeitura Municipal. A chamada deverá ser direcionada a um dos membros do grupo de trabalho local ou da equipe técnica da elaboração do município designada para acompanhar a elaboração dos planos, que receberá o contato e fará o encaminhamento para a N S Engenharia que providenciará resposta e retornará para a prefeitura, para que seja efetuado o contato via telefone ou carta impressa (após cadastramento – nome, telefone, endereço).

3.1.3. Impressos - cartazes, folhetos e livretos.

Poderá a critério da Prefeitura, ser efetuada a elaboração de impressos para divulgação de informações, convite para eventos, dentre outros. Os cartazes terão como objetivo divulgar os eventos a serem realizados; os folhetos informativos poderão ser utilizados para divulgação dos principais produtos e/ou resultados do processo de elaboração do PMSB e PMGIRS e, ao final de todo processo, poderá ser elaborado livreto contendo os Planos. Os locais de distribuição dos impressos serão definidos pela equipe de comunicação da prefeitura e deverão contemplar locais de interesse social, visando atingir toda a comunidade. Sugere-se a divulgação em equipamentos sociais, como biblioteca, Unidade Básica de Saúde e a própria prefeitura, entre outros.

3.1.4. Reuniões

O grupo de trabalho local e a equipe técnica responsável pela elaboração dos planos a seu critério, poderá agendar reuniões como ferramentas comunicacionais a serem utilizadas com públicos específicos e consistirão em espaços de participação direta deste público na elaboração do PMSB e PMGIRS. Poderão utilizar diversos formatos tais como Reuniões de partida e Reuniões de Acompanhamento. Tem como objetivo principal construir os planos de maneira participativa junto aos públicos de maior interface com o tema. Para tanto, é imprescindível um trabalho anterior de levantamento e seleção de lideranças comunitárias, associações representativas da comunidade e aquelas inscritas em conselhos municipais, tais como saúde, meio ambiente, habitação, planejamento urbano, assistência social, entre outros, como, por exemplo, representantes dos Comitês de Bacias.

3.1.5. Eventos

O grupo de trabalho local e a equipe técnica responsável pela elaboração dos planos a seu critério poderá realizar Seminários temáticos e Conferências Municipais de Saneamento Básico ao final da elaboração dos planos. Esses eventos serão abertos ao público e deverão ser amplamente divulgados através do site criado para interlocução com a comunidade sobre o PMSB e o PMGIRS, mídia impressa de grande circulação local, rádio

comunitária, faixa informativa fixada na prefeitura e nos locais a serem realizados os Seminários e Conferências públicas, dentre outros a serem definidos pela equipe de comunicação de acordo com a realidade sociocultural do município. Os eventos terão como objetivo apresentar os principais resultados e validá-los junto à comunidade do município.

4. METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada para o plano de comunicação da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) tem como ponto de partida o conceito de Comunicação Socioambiental e, por isso, a comunidade local poderá participar e atuar como parceira das equipes responsáveis pelo Plano de Mobilização Social e pela elaboração do PMSB e do PMGIRS. Desta maneira, os Planos de Saneamento Básico e Gestão de Resíduos Sólidos serão construídos em conjunto e estará de acordo com as necessidades e anseios da comunidade, o que acarretará na maior credibilidade do mesmo.

Partindo deste roteiro, a metodologia aqui proposta para o '**Plano de Comunicação Social**' consiste em três etapas básicas interligadas, uma vez que as ações e o resultado de cada uma delas subsidiam a subsequente, e que são subdivididas de acordo com as ações necessárias para seu cumprimento, são elas:

Etapa 1 – Planejamento das ações

Etapa 2 – Execução e validação do Plano de Mobilização Social

Etapa 3 – Audiência pública e divulgação dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Etapa 1 – Planejamento das ações

Essa etapa consiste na seleção do público alvo das ações informativas previstas. Deverão ser identificados os Conselhos Municipais da cidade que irão participar das reuniões de trabalho e eventos previstos. Também serão definidas as instituições que irão compor o coletivo de entidades ambientalistas e entidades representativas de bairro que deverão ser convidadas para as ações comunicacionais com público específico.

Nesta etapa será também planejado o conteúdo, estrutura e formato do site a ser elaborado como ferramenta de comunicação direta com a comunidade.

A prefeitura deverá providenciar a impressão e distribuição dos informativos referentes a esta fase do processo de elaboração dos Planos. Deverão apresentar o trabalho de elaboração dos Planos ao grupo de trabalho local e a equipe técnica responsável pela elaboração dos planos, a Agência PCJ e a N S Engenharia, bem como divulgar os canais informativos e de contato (site e linha direta).

Ações previstas:

- Definição do público alvo específico – conselhos municipais, entidades, associações da sociedade civil e entidades representativas de bairro;
- Elaboração do site dos PMSB e PMGIRS;
- Criação da linha direta;

- Elaboração e produção de impressos de divulgação do início dos trabalhos e dos canais de contato.

Etapa 2 - Execução e validação do Plano de Mobilização Social

Essa etapa consiste na execução das ações previstas no Plano de Comunicação tais como reuniões de partida, reuniões de trabalho, seminários, audiência pública e conferências. Todas as atividades previstas nessa fase estão atreladas às ações de elaboração dos PMSB e PMGIRS e aos componentes do saneamento básico, a saber:

I – Abastecimento de Água

II – Esgotamento Sanitário

III – Drenagem e Manejo de Águas Pluviais

IV – Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Reunião de Partida

A primeira ação comunicacional prevista é a Reunião de Partida que terá como objetivo apresentar as ações previstas para a elaboração dos PMSB e PMGIRS e apresentar o endereço do site de divulgação e acompanhamento das ações e o número da linha direta.

Essas apresentações deverão ocorrer em fóruns já existentes dos públicos alvos específicos. Apenas no caso das entidades ambientalistas e entidades representativas de bairro poderá se planejar reuniões específicas a serem realizadas em locais de fácil acesso.

Ações previstas

- Contatar os responsáveis pelos fóruns já existentes para propor a apresentação dos trabalhos do PMSB e PMGIRS
- Contatar entidades para agendar reunião de partida
- Contatar entidades representativas de bairro para agendar reunião de partida

Público-alvo: Agência e Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiaí; Conselhos Municipais da Cidade tais como de Saúde, Meio Ambiente, Educação, entre outros; Entidades ambientalistas; Entidades representativas de bairros.

Quantificação: Considerando o público alvo acima o grupo de trabalho local e a equipe técnica responsável pela elaboração dos planos definirão o número de reuniões de partida para o município.

1ª Reunião de Trabalho

A primeira reunião de trabalho deverá ocorrer após o Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico e tem como objetivo validar esse diagnóstico e, se necessário, complementa-lo junto ao público alvo específico. Essa ação ampliará o caráter participativo da elaboração do PMSB e PMGIRS.

O conteúdo dessa reunião de trabalho deverá ter como base o *Produto 3 - Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas*

condições de vida e no ambiente natural, caracterização institucional da prestação dos serviços e capacidade econômico financeira e de endividamento do Município. No entanto, o conteúdo de cada reunião deverá ser definido pela equipe executora do serviço e equipe executora do plano de comunicação e ter linguagem adequada a cada público específico.

Ações previstas

- Contatar os responsáveis pelos fóruns já existentes para propor a apresentação do Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico;
- Contatar entidades ambientalistas para agendar a 1ª Reunião de Trabalho;
- Contatar entidades representativas de bairro para agendar 1ª Reunião de Trabalho;
- Selecionar conteúdo e elaborar as apresentações específicas para cada Grupo de Trabalho;
- Executar as reuniões previstas, em separado, para cada público.

Público-alvo: Agência e Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiá; Conselhos Municipais da Cidade tais como de Saúde, Meio Ambiente, Educação, entre outros; Entidades ambientalistas; Entidades representativas de bairros.

Quantificação: Considerando o público alvo acima estima-se a realização de uma reunião.

2ª Reunião de Trabalho

A segunda reunião de trabalho deverá ocorrer após desenho dos Prognósticos e Alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico e tem como objetivo apresentar os prognósticos e alternativas e coletar impressos e opiniões dos grupos de trabalho. Essa ação ampliará o caráter participativo da elaboração do PMSB e PMGIRS.

O conteúdo dessas reuniões de trabalho deverá ter como base o *Produto 4 - Prognósticos e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico*. No entanto, o conteúdo de cada reunião deverá ser definido pela equipe executora do serviço e equipe executora do plano de comunicação e ter linguagem adequada a cada público específico.

Ações previstas

Contatar os responsáveis pelos fóruns já existentes para propor a apresentação dos Prognósticos e Alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico;

Contatar entidades ambientalistas para agendar a 2ª Reunião de Trabalho;

Contatar entidades representativas de bairro para agendar 2ª Reunião de Trabalho;

Selecionar conteúdo e elaborar as apresentações específicas para cada Grupo de Trabalho;

Executar a reunião prevista.

Público-alvo: Agência e Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiaí; Conselhos Municipais da Cidade tais como de Saúde, Meio Ambiente, Educação, entre outros; Entidades ambientalistas; Entidades representativas de bairros.

Quantificação: Considerando o público alvo acima estima-se a realização de uma reunião.

3ª Reunião de Trabalho

A terceira reunião de trabalho deverá ocorrer após a concepção dos programas, projetos e ações para o Plano de Saneamento Básico e definição dos mecanismos de monitoramento e avaliação. Tem como objetivo apresentar os referidos programas e mecanismos e coletar impressões e opiniões dos grupos de trabalho sobre os mesmos. Essa ação ampliará o caráter participativo da elaboração do PMSB e PMGIRS.

O conteúdo dessas reuniões de trabalho deverá ter como base o *Produto 5 - Concepção dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB* e o *Produto 6 - Mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas*. No entanto, o conteúdo de cada reunião deverá ser definido pela equipe executora do serviço e equipe executora do plano de comunicação e ter linguagem adequada a cada público específico.

Ações previstas

- Contatar os responsáveis pelos fóruns já existentes para propor a apresentação dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB;
- Contatar entidades ambientalistas para agendar a 3ª Reunião de Trabalho;
- Contatar entidades representativas de bairro para agendar 3ª Reunião de Trabalho;
- Selecionar conteúdo e elaborar as apresentações específicas para cada Grupo de Trabalho;
- Executar se necessário reunião.

Público-alvo: Agência e Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiaí; Conselhos Municipais da Cidade tais como de Saúde, Meio Ambiente, Educação, entre outros; Entidades ambientalistas; Entidades representativas de bairros.

Quantificação: Considerando o público alvo acima, se necessária, estima-se a realização de uma reunião.

Seminário aberto à comunidade

Após a concepção dos programas, projetos e ações, como rege o *Produto 5 - Concepção dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB* e definição dos mecanismos de monitoramento e avaliação, como rege o *Produto 6 - Mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas* e após a discussão dos mesmos com os públicos alvos específicos nas

reuniões de trabalho, prevê-se a realização de seminário no município, aberto ao público em geral:

Seminário Municipal de Saneamento Básico e de Gestão de Resíduos Sólidos

Esse evento terá como foco a apresentação dos resultados dos dois produtos acima citados (Produto 5 e Produto 6) para a comunidade como um todo, mas também deverão apresentar uma síntese das etapas anteriores (diagnósticos, prognósticos e alternativas) para melhor compreensão do processo de elaboração do PMSB e do PMGIRS pela comunidade.

Terão como objetivo apresentar os resultados obtidos ao longo do processo de elaboração do PMSB e do PMGIRS, validar esses resultados junto ao público em geral e oferecer para comunidade um espaço aberto para discussão dos resultados e propostas apresentadas, sendo um momento de escuta da comunidade.

Os grupos de trabalho, representados pelos públicos específicos que participaram nas reuniões de trabalho, deverão atuar nesses seminários como protagonistas, junto com a Agência PCJ e a empresa N S Engenharia executora dos serviços de elaboração dos planos. Isso infere que esses públicos deverão participar inclusive da formatação dos eventos.

Ações previstas

- Apresentar a proposta do seminário para os públicos específicos durante a 3ª Reunião de Trabalho;
- Definir os conteúdos prioritários e o formato do seminário com os públicos específicos;
- Elaborar cartazes e folhetos de divulgação do Seminário previsto;
- Divulgar o seminário no município através dos materiais impressos e do site da Prefeitura;
- Executar o seminário previsto com registro de todo evento.

Público-alvo: Público em geral

Quantificação: Estima-se a realização de um seminário.

Etapa 3 – Audiência Pública e divulgação do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Após elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e do Plano Municipal de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos de forma participativa deverá ser realizada a apresentação dos mesmos para conhecimento e validação da comunidade através de Audiência Pública, como estabelecido na Lei nº 11.445/07.

A audiência será o espaço para população conhecer e opinar sobre os planos apresentados o que fornecerá elementos para validação ou avaliação dos planos propostos.

Após a realização da Audiência Pública, o grupo de trabalho Municipal deverá encaminhar ao Legislativo Municipal o Projeto de Lei que estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico contendo os PMSB E PMGIRS, além da disponibilização dos Planos para comunidade, como rege a Lei nº 11.445/07. Após a aprovação da referida Lei o Grupo de trabalho deverá elaborar Livroto da Política Municipal de Saneamento Básico para toda a população de Pinhalzinho.

Livreto do Plano Municipal de Saneamento Básico

O livreto do Plano de Saneamento Básico (PMSB) e do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Municipais de Saneamento Básico (PMGIRS) deverá atuar como documento de registro de todo processo de elaboração e será um resumo dos Planos escrito em linguagem clara e acessível a toda comunidade. Esses livretos deverão estar disponíveis para comunidade no site da prefeitura e em locais de fácil acesso, além de serem distribuídos à população.

A definição de conteúdo, linguagem e layout do livreto ficará a cargo do grupo de trabalho local e da equipe técnica responsável pela elaboração dos planos juntamente com a equipe de comunicação da prefeitura, bem como a definição da tiragem e forma de distribuição.

Conferências Municipais de Saneamento Ambiental

Após a realização da Audiência Pública e da aprovação da Lei da Política Municipal de Saneamento Básico, como rege o Produto 7 – Relatório do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser realizada a Conferência Municipal de Saneamento Básico que apresentará os PMSB e PMGIRS a toda comunidade, em conjunto com as instituições que participaram mais intimamente de toda construção dos planos através das reuniões de trabalho.

Esse evento tem como objetivo promover a divulgação pública dos Planos, como estabelecido na Lei nº 11.445/07.

Terá como foco a apresentação de todo o processo de construção do Plano de Saneamento Básico (PMSB), do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) e apresentação do plano propriamente dito, para que os munícipes possam analisar, definir e deliberar sobre as diretrizes da Política Municipal de Saneamento proposta.

Os grupos de trabalho, representados pelos públicos específicos que participaram nas reuniões de trabalho, deverão atuar nestas conferências como protagonistas. Isso infere que esses públicos deverão participar inclusive da formatação dos eventos.

Ações previstas:

- Apresentar a proposta da Conferência para os públicos específicos em reunião específica
- Definir os conteúdos prioritários e o formato da conferência com os públicos específicos

- Elaborar cartazes e folhetos de divulgação da conferência
- Divulgar a Conferência no município através de materiais impressos e do site da Prefeitura
- Executar a Conferência prevista com registro de todo evento

Público-alvo: População em geral.

Quantificação: Estima-se a realização de uma conferência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, este documento, denominado Plano de Mobilização Social consiste numa guia referencial e de planejamento das atividades a serem realizadas especificando os objetivos gerais e específicos a partir da proposição metodológica e de planejamento para a realização dos trabalhos.

O Plano de Mobilização Social – PMS é um documento integrante dos PMSB (Plano Municipal de Saneamento Básico) e PMGIRS (Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos) e visa, em linhas gerais, traçar as diretrizes para o trabalho junto à população, contribuindo para o desenvolvimento e o acompanhamento de ações de mobilização e participação popular no processo de elaboração dos Planos.

Em termos legais o chamado Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 2001) afirma em seu Artigo 2º inciso II que a “gestão democrática por meio da participação popular” deve ser uma prerrogativa na “formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”.

Apesar de fundamental para o desenvolvimento dos PMSB e PMGIRS, o protagonismo popular está longe de ser um processo natural, por isso a necessidade de construção de equipamentos públicos e legais que promovam esta prática junto à população.

Os processos de mobilização e participação da sociedade civil são compreendidos como um produto que está sempre em construção, no sentido de conquistas que vão se aglutinando nos espaços sociais. A participação legítima é, justamente, aquela que interfere nos processos decisórios por meio da participação política voltada ao bem coletivo.

NOTA: Tendo em vista que o Plano de Mobilização Social em questão contém ferramentas comunicacionais de divulgação que podem não ser aplicáveis ao município de Pinhalzinho, devido a sua realidade local, a ata da reunião de apresentação do referido Plano de Mobilização Social ao Grupo de Trabalho do município de Pinhalzinho, que ocorreu no dia 13/01/2014 e encontra-se anexa a este Plano define todas e somente as ferramentas comunicacionais que esse município utilizará para divulgação da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, bem como outros assuntos que lhe couber a particularidade.

CRONOGRAMA GERAL

		Mês 1				Mês 2				Mês 3				Mês 4				Mês 5				Mês 6				Mês 7				Mês 8				
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	
Etapa 1 - Planejamento das Ações	Definição do Público alvo específico					x																												
	Elaboração e publicação do site do PMSB E PMGIRS					x		x	x																									
	Criação e implantação da Linha Direta					x	x	x																										
	Elaboração e Produção de impressos para início dos trabalhos					x	x	x	x																									
Etapa 2 - Execução e Validação do PMSB	Reunião de partida							o	o	x	x																							
	1ª Reunião de trabalho											o	o	x	x																			
	2ª Reunião de trabalho															o	o	x	x															
	3ª Reunião de trabalho																							o	o	x	x							
	Seminários																							o	o	o	x	x	x					
	Atualização e monitoramento do site									x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	Monitoramento da linha direta									x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Etapa 3 - Audiência Pública	Elaboração e produção de livreto do PMSB E PMGIRS																													x	x	x	x	
	Audiência Pública																													o	o	o	o	x

Legenda

x Execução

o Planejamento

ANEXO I – DECRETO Nº 2.679 DE 18 DE SETEMBRO DE 2013– QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO LOCAL E CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO
CNPJ 45.623.600/0001-44

**DECRETO Nº 2679/2013
DE 18 DE SETEMBRO DE 2013**

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO LOCAL E CONSTITUIÇÃO DE GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Anderson Luis Pereira, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade da criação e constituição de Grupo de Trabalho Local para acompanhamento da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos do Convênio, formalizado entre o município e a Fundação Agência das Bacias PCJ, tendo por objeto a conjugação dos participantes para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em consonância às normas dos artigos nº 47, Capítulo VIII da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 e Artigo 8º, Capítulo III da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Grupo de Acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e o Grupo de Trabalho Local responsáveis pela elaboração da Política Pública e do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, e cujas respectivas composições e atribuições são definidas a seguir.

Art. 2º - O Grupo de Acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, composto pela Fundação Agência das Bacias PCJ e pelas empresas responsáveis pela elaboração dos Planos, deverá elaborar o Plano de Trabalho, documento de referência que definirá o processo de elaboração da Política Pública supracitada e dos respectivos Planos, com a definição do escopo, dos objetivos, do processo construtivo e do cronograma de execução das atividades.

Art. 3º - O Grupo de Trabalho será o responsável pela operacionalização do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, e terá a seguinte composição:

I – Secretaria Municipal de Governo:

a) Edson Aparecido de Godoi

Rua Cruzeiro do Sul, 225 - CEP: 12.995-000 - Pinhalzinho - São Paulo
PABX (11) 4018-4310



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO
CNPJ 45.623.600/0001-44

b) Rangel Galiazzi

II – Secretaria Municipal de Saneamento (Prestador de Serviço Municipal):

a) Jose Altair Baião

b) Fábio Carlos de Souza

III – Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil:

a) Aldenísio Aparecido Pires

b) Natalia Turela de Carvalho

IV – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura:

a) José Henrique Sperendio

b) Flávia Toledo Lima

V – Secretaria Municipal de Educação:

a) Jeferson Chagas Istome

b) Renata Fagundes de Paiva

VI – Secretaria Municipal de Obras e Habitação:

a) Edson Lisboa Santos

b) Humberto Majolini

VIII – Associações, Organizações da Sociedade Civil relacionados:

a) Jairo Antonio de Lima

b) Elaine Maria de Camargo Pinto

Art. 4º - A Coordenação dos trabalhos do Grupo de Trabalho Local, será exercida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, a qual deverá designar responsáveis para o fornecimento e organização dos dados relativos aos temas água, esgoto, drenagem e resíduos, constantes do Plano de Gestão Integrada.

Art. 5º - Os trabalhos a serem desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho Local implicam na obrigação dos membros em:

I - Avaliarem, discutirem e proporem alterações sobre todas as etapas de desenvolvimento dos trabalhos a contar de seu início;

II - Atuarem junto ao Grupo de Acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a Empresa

Rua Cruzeiro do Sul, 225 - CEP: 12.995-000 - Pinhalzinho - São Paulo
PABX (11) 4018-4310



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ DE LIMA FRANCO SOBRINHO
CNPJ 45.623.600/0001-44

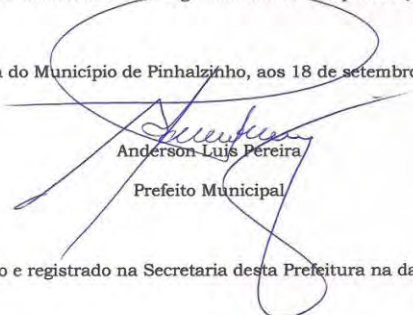
responsável pela elaboração do referido plano, até a sua aprovação pelo Legislativo Municipal;

III - Representarem diretamente ao Prefeito Municipal, quando da constatação de procedimentos que contrariem as normas legais de elaboração e instituição do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Intergrada de Resíduos Sólidos e do convenio acima citado.

Art. 6º - As funções dos membros do grupo de trabalho não serão remuneradas, contudo consideradas de relevante interesse público.

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Pinhalzinho, aos 18 de setembro de 2013.


Anderson Luís Pereira

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria desta Prefeitura na data supra.

Rua Cruzeiro do Sul, 225 - CEP: 12.995-000 - Pinhalzinho - São Paulo
PABX (11) 4018-4310

ANEXO II – ATA DA REUNIÃO DE APROVAÇÃO DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL, PELO GRUPO DE TRABALHO LOCAL E PELO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO.



ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) E DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO (PMGIRS) DE PINHALZINHO-SP

ATA DA REUNIÃO

Data: 13 de Janeiro de 2014

Hora do início: 10h00min horas

Local: Rua Ovídio Antônio de Lima, 5 – Secretaria de Educação.

Neste dia 13 de janeiro de 2014, realizou-se na Rua Ovídio Antônio de Lima, 5 – Secretaria de Educação, do município de Pinhalzinho-SP, reunião entre os membros Grupo de Trabalho Local e do Grupo de Acompanhamento de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nomeados pelo prefeito através do Decreto n.º 2679, de 18 de setembro de 2013, representantes empresa EPS Consultoria Ambiental – Gerenciadora representando a Fundação Agência das Bacias PCJ e a empresa N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda., responsável pela elaboração dos PMSB e PMGIRS.

Pauta:

A reunião teve como pauta os seguintes tópicos:

- Apresentação dos membros do Grupo Local, da Agência PCJ e da equipe da N S Engenharia.
- Apresentação do Plano de Trabalhos para elaboração dos PMSB e PMGIRS.
- Apresentação e definição do Plano de Mobilização Social para elaboração dos PMSB e PMGIRS.

Desenvolvimento dos trabalhos:

O Eng.º Neuroberto iniciou a reunião solicitando que todos os presentes se apresentassem dizendo seus nomes e a quem estavam representando na reunião.

Após a apresentação dos membros presentes o Eng.º Neuroberto iniciou a explanação do Plano de Trabalho e posteriormente foi apresentado o Plano de Mobilização Social para elaboração dos PMSB e PMGIRS, no qual se decidiu o seguinte:

- A prefeitura irá disponibilizar um link no seu site oficial para acesso as informações sobre a elaboração dos PMSB e PMGIRS, onde quaisquer dúvidas ou outros assuntos serão enviadas via e-mail para o endereço:

Handwritten signature and initials: NSG, ml


casadaagricultura@pinhalzinho.sp.gov.br – contato: Sr. José Henrique Sperendio.

- Será disponibilizada uma linha direta será provisoriamente pelo telefone da Casa da Agricultura (11) 4018-1155, tendo como contato também o Sr. José Henrique Sperendio.
- Os membros presentes optaram pela divulgação do processo de elaboração dos PMSB e PMGIRS para toda a população do município, através de impressos e jornais;
- As reuniões de trabalho serão abertas para toda a comunidade (membros de associações de amigos de bairro, representantes de entidades de classe, entre outros), juntamente com o grupo de trabalho que é composto de membros da sociedade civil e poder executivo, Agência PCJ e N.S Engenharia;
- Por sugestão do Sr. José Henrique a partir da segunda reunião de trabalho serão convocadas pessoas da comunidade para participar das reuniões e os membros do grupo de trabalho local serão convocados com maior ênfase.
- O Sr. José Henrique se prontificou a convocar os membros do grupo de trabalho para uma reunião aonde ele irá enfatizar a importância da participação de todos no processo de elaboração dos Planos.
- Foi decidido que após a aprovação dos Planos, irá ser feita a divulgação dos mesmos para a população através de livretos.
- Será convocada uma conferência municipal de saneamento após a aprovação da política municipal de saneamento básico do município de Pinhalzinho.

Encerramento:

A presente ata foi lida e aprovada pelos membros abaixo assinados e por todos os presentes constantes na lista de presença em anexo. A mesma será anexada no Plano de Mobilização Social do município de Pinhalzinho, considerado aprovado pelo município com as definições deliberadas nesta reunião.


Neiroberto Silva
N S Engenharia


José Henrique Sperendio
Prefeitura de Pinhalzinho


Waldomiro Martini Neto
EPS Consultoria Ambiental

**ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO
(PMSB) E DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO
MUNICÍPIO (PMGIRS) DE PINHALZINHO-MG**

LISTA DE PRESENÇA NA REUNIÃO

Data: 13 de Janeiro de 2014

Horário do início: 10:00 horas

Local:- PINHALZINHO-MG

Nº	Nome	Entidade	Assinatura
01	Jose Américo Siqueira	Prefeitura	
02	JOSE ALVARO SAIAS	SABESP	
03	Fabio Carlos de Souza	SABESP	
04	Glória Solida Lima	Casa da Amplitude	
05	Renata Kelyne F. de Lima	SME	
06	WALDOMIRO MARTINI NETO	GERENCIADORA	
07	Waldomiro Martini Neto	Gerenciadora	
08	JOSE A. OLIVEIRA SILVA	N.º ENGENHARIA	
09	Adriano Leal	N.º ENGENHARIA	
10	NARCISUS SILVA	N.º ENGENHARIA	
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			

Coordenação Técnica da N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda. EPP.

NEIROBERTO SILVA

Engenheiro Sanitarista

EQUIPE TÉCNICA

ANDRE LENHARE

Engenheiro Ambiental

ANDRESSA DANTAS DE LIMA

Engenheira civil

Mestre em Engenharia Sanitária/UFRN

ARACELI NEIDE FARIAS ALVES RATIS

Tecnóloga em Controle Ambiental

Mestre em Engenharia Sanitária/UFRN

Dra. JULIANA DELGADO TINÔCO

Engenheira Civil

Mestre em Engenharia Sanitária/UFRN

Doutora em Hidráulica e Saneamento/EESC/ESP

JÉSSICA PRISCILA ZANCO DA SILVA

Estagiária

JOSE ANTONIO DUTRA SILVA

Engenheiro Ambiental e de Segurança no Trabalho

RENATA MARTINÊS DATRINO

Socióloga

SAYONARA ANDRADE DE MEDEIROS

Engenheira Civil

Mestre em Engenharia Sanitária/UFRN

Fundação Agência das Bacias PCJ.

ALINE DE FÁTIMA ROCHA MENESES

ANDERSON ASSIS NOGUEIRA

ELAINE FRANCO DE CAMPOS

Grupo de Acompanhamento Local

Aldenisio Aparecido Pires

Edson Aparecido de Godoi

Edson Lisboa Santos

Elaine Maria de Camargo Pinto

Fábio Carlos de Souza

Flavia Toledo Lima

Humberto Majolini

Jairo Antonio de Lima

Jeferson Chagas Istome

José Altair Baião

José Henrique Sperendio

Natalia Turela de Carvalho

Rangel Galiuzzi

Renata Fagundes de Paiva

N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda. EPP.

Relatório Síntese do Plano Municipal de Saneamento Básico e do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do Município de Pinhalzinho - SP.

Pinhalzinho, 2016.

Contratante: Fundação Agência das Bacias PCJ

Rua Alfredo Guedes nº 1949, sala 604, Ed. Racz Center.

CEP 13416-901 - Piracicaba/SP

Contratado: N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda. EPP.

Endereços: Rua Paissandu, 577 sala 03, Centro.

CEP 13.800-165 - Mogi Mirim/SP

Elaboração:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO-SP

Prefeito: ANDERSON LUIS PEREIRA

**GRUPO DE TRABALHO LOCAL E GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DA
ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DO
PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO - SP - CRIADO PELO DECRETO Nº 2.679
DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.**

Coordenação Técnica da NS Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda. EPP.

NEIROBERTO SILVA

Engenheiro Sanitarista

EQUIPE TÉCNICA

ANDRE LENHARE

Engenheiro Ambiental

ANDRESSA DANTAS DE LIMA

Engenheira civil

Mestre em Engenharia Sanitária/UFRN

ARACELI NEIDE FARIAS ALVES RATIS

Tecnóloga em Controle Ambiental

Mestre em Engenharia Sanitária/UFRN

Dra. JULIANA DELGADO TINÔCO

Engenheira Civil

Mestre em Engenharia Sanitária/UFRN

Doutora em Hidráulica e Saneamento/EESC/ESP

JÉSSICA PRISCILA ZANCO DA SILVA

Estagiaria

JOSE ANTONIO DUTRA SILVA

Engenheiro Ambiental e de Segurança no Trabalho

SAYONARA ANDRADE DE MEDEIROS

Engenheira Civil

Mestre em Engenharia Sanitária/UFRN

APRESENTAÇÃO

O presente documento, denominado **Diagnóstico da Situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural, caracterização institucional da prestação dos serviços e capacidade econômico financeira do município de Pinhalzinho - SP** apresenta os trabalhos de consultoria desenvolvidos no âmbito do Contrato nº 26/2013, assinado entre a Fundação Agência PCJ e a Empresa N.S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda. EPP, que tem como objeto a “Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme a Lei nº 11.445/2007, contendo determinações sobre os Sistemas de Abastecimento de Água Potável, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais, bem como o desenvolvimento do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei 12.305/2010”.

Com esse documento dá-se atendimento ao item 10.1, item III do Termo de Referência que norteia a presente contratação.

O presente documento é apresentado em um único volume, contendo anexos.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - PROJEÇÃO POPULACIONAL	1
1 ESTUDO DE PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO	2
1.1 Projeção da população de Pinhalzinho	2
CAPÍTULO II - DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS	4
2 DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	5
2.1 População atendida	5
2.2 Sistema produtor sede	6
2.2.1 Captação	6
2.2.2 Estação de tratamento de água da sede	6
2.2.3 Sistema de distribuição e reservação	6
2.3 Sistema produtor Aparecida	6
2.3.1 Captação	6
2.3.2 Sistema de distribuição e reservação	7
2.4 Sistema produtor Jardim do Pinha	7
2.4.1 Captação	7
2.4.2 Sistema de distribuição e reservação	7
3 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	8
3.1 Caracterização do sistema de esgotamento sanitário	8
3.2 População atendida	8
3.3 Sínteses do sistema de esgotamento sanitário	8
4 SISTEMA INSTITUCIONAL DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	9
4.1 Poder concedente, fiscalizador e regulador	9
4.2 Prestador do Serviço	9
4.3 Destinação final de resíduos sólidos urbanos	9
4.4 Coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos	9
4.5 Resíduos de Serviço de Saúde (RSS)	9
4.6 Resíduos de Construção Civil	10

N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda. EPP.

R. Paissandu, 577 – Sala 3 – Centro – Mogi Mirim -SP - CNPJ – 02.470.978/0001-42 – Inscr. Estadual – Isenta

Tel. – (19) – 3804-1818 nsengenharia@uol.com.br

5	DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	11
5.1	Estrutura Administrativa	11
5.2	Caracterização do sistema de drenagem urbana existente.....	11
5.3	Microdrenagem	11
CAPÍTULO III - PROGNÓSTICO DOS SISTEMAS		13
6	PROGNÓSTICOS E CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	14
7	PROGNÓSTICOS E CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	17
8	PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA ATINGIR AS METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO – SAA E SES	20
9	ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA	21
10	PROGNÓSTICO E CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	24
10.1	Objetivos e metas para o município de Pinhalzinho	24
11	PROGNÓSTICO E CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	33
11.1	Evolução temporal dos investimentos	35
11.1.1	Investimento de curto prazo	35
11.1.2	Investimento de médio prazo	36
11.1.3	Investimento de longo prazo	36
28	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	-Sistema produtor sede	5
Figura 2	-Sistemas produtores Jardim do Pinhal e Bairro Aparecidinha	5
Figura 3	-Composição gravimétrica dos RSU no CISBRA.....	24
Figura 4	-Investimento de curto prazo (2016 – 2019).....	35
Figura 5	-Investimento de médio prazo (2020 – 2023).....	36

Figura 6 -Investimento de longo prazo (2024 – 2035)	36
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação das principais ações, projetos e programas de gestão ...	20
Quadro 2 - Resumo das ações previstas nos programas de RSU (Continua)	27
Quadro 3 - Programa de investimentos (Continua)	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -População projetada – Pinhalzinho – 2014 e 2035	3
Tabela 2 - Cronograma plurianual dos investimentos no sistema de abastecimento de água.....	15
Tabela 3 - Cronograma dos investimentos nos períodos de planejamento do PMSB para o sistema de abastecimento de água do município de Pinhalzinho	16
Tabela 4 - Cronograma plurianual dos investimentos no sistema de esgotamento sanitário	18
Tabela 5 - Cronograma dos investimentos nos períodos de planejamento do PMSB para o sistema de esgotamento sanitário.....	19
Tabela 6 -Balanço simplificado	22
Tabela 7 -Fluxo de Caixa ao longo de período do PMSB	23
Tabela 8 -.Projeção de geração de resíduos sólidos no município de Pinhalzinho	25
Tabela 9 -Projeção das despesas com resíduos sólidos	30
Tabela 10 - Balanço anual das despesas, investimentos e receitas potenciais com resíduos sólidos.....	31
Tabela 11 - Resumo das despesas, investimentos e receitas potenciais por período	32



CAPÍTULO I - PROJEÇÃO POPULACIONAL

N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda EPP.

Rua Paissandu, 577 – Sala 3 – Centro – Mogi Mirim -SP - CNPJ – 02.470.978/0001-42 – Inscr. Estadual – Isenta

Tel. – (19) – 3804-1818 nsengenharia@uol.com.br

1 ESTUDO DE PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO

Os estudos de projeção da população terão como objetivo estabelecer a evolução da população de Pinhalzinho no período de alcance deste Plano Municipal de Saneamento Básico. Como instrumento de planejamento, essas projeções possibilitarão realizar estudos prospectivos da demanda pelos serviços públicos de saneamento básico, verificando-se sua capacidade de atendimento no presente e projetando-se, para o futuro, as necessidades de investimentos para garantir a universalização do acesso. Serão utilizados também no acompanhamento da política de saneamento básico do município, como variável constituinte de indicadores operacionais.

1.1 Projeção da população de Pinhalzinho

Para fins do PMSB Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho, levando em consideração as taxas de crescimentos acima, adotaremos uma taxa média de crescimento para o período 2014/2035 de 2,35% ao ano (resultante da taxa geométrica) devido ao crescimento acentuado do município, resultando, para a sede do município, as seguintes populações:

Com isso, a **Tabela 1** apresenta a previsão a ser adotada pelo PMSB no período 2016/2035.

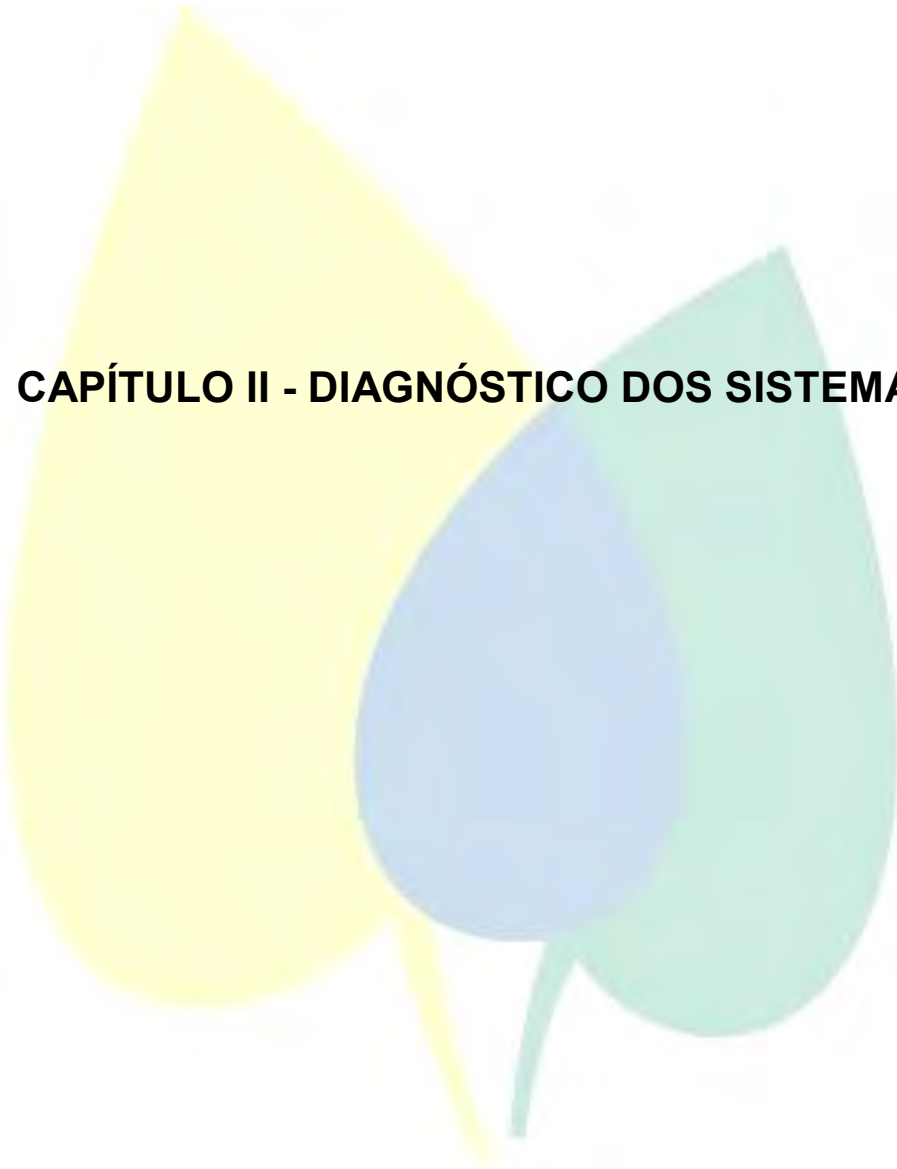
Tabela 1 - População projetada – Pinhalzinho – 2014 e 2035

Período	Total	Urbana	Rural			
			Bairro Aparecidinha	Jd. do Pinhal	Rural	Total
2016	15.069	7.688	812	664	5.905	7.381
2017	15.424	7.916	826	676	6.006	7.508
2018	15.787	8.150	840	687	6.110	7.637
2019	16.159	8.391	854	699	6.215	7.768
2020	16.539	8.639	869	711	6.320	7.900
2021	16.928	8.894	884	723	6.427	8.034
2022	17.327	9.157	899	735	6.536	8.170
2023	17.735	9.428	914	748	6.645	8.307
2024	18.153	9.707	929	760	6.757	8.446
2025	18.580	9.994	944	773	6.869	8.586
2026	19.017	10.289	960	786	6.982	8.728
2027	19.465	10.593	976	798	7.098	8.872
2028	19.923	10.907	992	812	7.213	9.017
2029	20.393	11.229	1.008	825	7.330	9.163
2030	20.873	11.561	1.024	838	7.450	9.312
2031	21.364	11.903	1.041	852	7.568	9.461
2032	21.867	12.255	1.057	865	7.690	9.612
2033	22.382	12.617	1.074	879	7.812	9.765
2034	22.909	12.990	1.091	893	7.935	9.919
2035	23.449	13.375	1.108	907	8.059	10.074

Elaborada por N S Engenharia Sanitária (2015)

As taxas médias de crescimento resultantes da projeção apresentada na **Tabela 1** são as seguintes:

- População total: 2,35% ao ano
- População urbana: 2,96% ao ano
- População rural: 1,65% ao ano



CAPÍTULO II - DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS

N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda EPP.

Rua Paissandu, 577 – Sala 3 – Centro – Mogi Mirim -SP - CNPJ – 02.470.978/0001-42 – Inscr. Estadual – Isenta

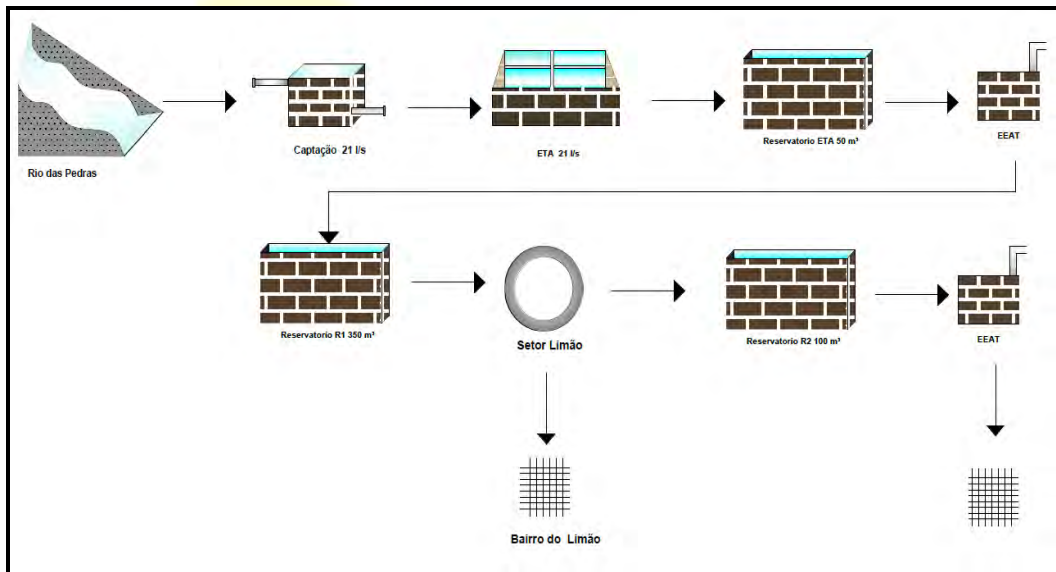
Tel. – (19) – 3804-1818 nsengenharia@uol.com.br

2 DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

2.1 População atendida

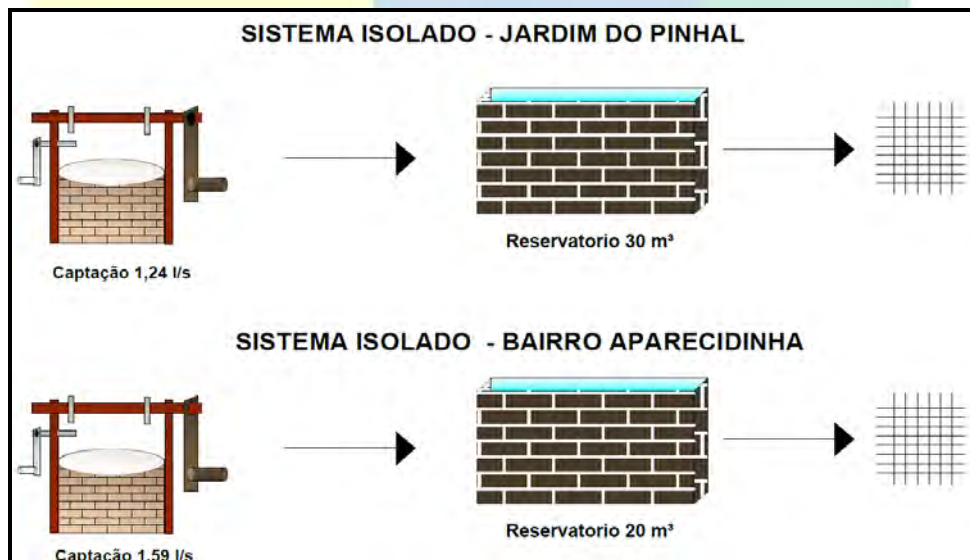
O município de Pinhalzinho possui três sistemas produtores, representados nas Figuras 1 e 2 a seguir:

Figura 1 - Sistema produtor sede



Elaborado por N S Engenharia Sanitária (2015)

Figura 2 - Sistemas produtores Jardim do Pinhal e Bairro Aparecidinha



Elaborado por N S Engenharia Sanitária (2015)

2.2 Sistema produtor sede

2.2.1 Captação

A captação, localizada a poucos metros da ETA é feita no Rio das Pedras através de um canal é bombeada para a entrada da Estação. O conjunto motor-bomba tem capacidade de 21 l/s.

2.2.2 Estação de tratamento de água da sede

A estação de tratamento de água é do tipo convencional, a estação de tratamento de água opera com uma vazão média diária da ordem de 18,65 l/s e nominal de 21 l/s por um período médio de 22 horas por dia.

Esta capacidade nominal atenderá a demanda no máximo até o ano de 2016.

2.2.3 Sistema de distribuição e reservação

O sistema de abastecimento de água do município possui 04 estações elevatórias, sendo uma de água bruta, uma de água tratada na saída da ETA para o reservatório R1, um Booster de água tratada localizada no R1 que recalca água para o setor do Bairro do Limão e para o reservatório R2 que funciona como sistema de pulmão, e outra elevatória ao lado do reservatório R2.

O índice de perdas físicas é de 24,07 %, já o índice de atendimento urbano é da ordem de 97% e o consumo médio per capita é de 176,57 l/hab./dia.

O sistema de reservação possui 3 reservatórios de distribuição totalizando uma capacidade de 500 m³ e já não atende a demanda de consumo.

2.3 Sistema produtor Aparecidinha

2.3.1 Captação

Composto por um poço tubular profundo, o sistema produtor possui capacidade nominal de 2,5 l/s, operando 18 horas por dia em uma vazão de produção de 1,59 l/s.

Esta capacidade nominal atenderá a demanda de final de Plano.

2.3.2 Sistema de distribuição e reservação

Após tratamento, as águas são recalçadas do poço tubular profundo até o reservatório de 20m³, o qual já não atende a demanda, o sistema de distribuição é realizado com adutora de PVC DN 75 mm, distribuindo através de rede de PVC 50 e DN 75 mm.

O índice de perdas físicas é de 24,07 %, já o índice de atendimento urbano é da ordem de 97% e o consumo médio per capita é de 165,61 l/hab./dia.

2.4 Sistema produtor Jardim do Pinha

2.4.1 Captação

Composto por três poços tubulares profundos, o sistema produtor possui capacidade nominal de 3,89 l/s, operando 190 horas por dia em uma vazão de produção de 1,24 l/s.

Esta capacidade nominal atenderá a demanda de final de Plano.

2.4.2 Sistema de distribuição e reservação

Após tratamento, as águas são recalçadas dos poços até o reservatório de 30m³, o qual já não atende a demanda, o sistema de distribuição é realizado com adutora de PVC DN 100 mm, distribuindo através de rede de PVC 50 e DN 75 mm.

O índice de perdas físicas é de 24,07 %, já o índice de atendimento urbano é da ordem de 97% e o consumo médio per capita é de 168,82 l/hab./dia.

3 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

3.1 Caracterização do sistema de esgotamento sanitário

A SABESP conta com equipe de volantes, que atendem outros municípios da UGR Bragantina, de 13 funcionários responsáveis pelo sistema de esgotamento, sendo 6 no setor administrativo e 7 operadores.

Somente a sede do município é provida de redes coletoras e tratamento dos esgotos, os demais sistemas nos bairros Aparecidinha e Jardim do Pinhal, apesar de rede distribuidora de água não possuem redes coletoras de esgotos, bem como os demais bairros rurais do município.

3.2 População atendida

O sistema de esgotamento sanitário está disponibilizado para 80,20% da população urbana do município:

- População urbana (SABESP/2014): 6.929 habitantes
- População urbana atendida com esgotamento sanitário (SABESP/2014): 5.557 habitantes.
- População urbana não atendida com esgotamento sanitário: 1.372 habitantes.
- Número de economias residenciais de redes de esgotos: 2.455

3.3 Sínteses do sistema de esgotamento sanitário

O sistema atualmente possui 28,68 km de redes coletoras de esgotos que atendem 2.568 ligações. O sistema de esgotamento sanitário possui 3 estações elevatórias de esgoto. A Estação de Tratamento de Esgoto tem vazão nominal para tratar 15 l/s.

A ETE tem sua eficiência de tratamento reduzida em consequência do assoreamento da lagoa, ocorrendo inclusive em alguns pontos o afloramento do lodo acumulado. Deverão ser tomadas medidas urgentes para a retirada do lodo, para que o sistema retorne a ter a eficiência que atenda a legislação atual.

4 SISTEMA INSTITUCIONAL DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

4.1 Poder concedente, fiscalizador e regulador

O sistema é operado pela Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, através da Secretaria de Obras.

Não existe no município um Plano Diretor para gestão dos resíduos sólidos específico somente para o município. O município é membro do CISBRA – Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas, o qual possui um Plano Regional para gestão dos RSD.

Não existe agente regulador para os serviços prestados.

4.2 Prestador do Serviço

Os serviços são prestados pela administração direta do poder público municipal por meio da Secretaria de Obras (coleta convencional de resíduos sólidos domiciliares, reciclagem e destinação final) e pelo CISBRA autorizado pela lei 1.258, de março de 2011.

4.3 Destinação final de resíduos sólidos urbanos

Os resíduos sólidos urbanos são destinados ao Aterro Sanitário licenciado localizado em Amparo, cerca de 56 km do centro da cidade de Pinhalzinho. A média mensal de envio dos resíduos sólidos urbanos para o Aterro Sanitário é de 200 toneladas, sendo que o custo de disposição final é de R\$ 145,00 por tonelada.

4.4 Coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos

Segundo a PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO (2014), o município não possui coleta seletiva, nem tão pouco possui cadastro de catadores urbanos de RSU.

4.5 Resíduos de Serviço de Saúde (RSS)

Os serviços de coleta e destinação de RSS provenientes de serviço de saúde privado e municipal são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho. A Prefeitura Municipal de Pinhalzinho terceiriza a coleta e destinação

de RSS, e esse serviço é feito pela empresa IM4 Transportes Especiais, sendo um custo mensal de uma taxa fixa de R\$ 2.500,00.

4.6 Resíduos de Construção Civil

A prefeitura oferece aos munícipes serviços de coleta dos entulhos gerados na construção civil no município. Após a coletada realizada por funcionários da Prefeitura, os entulhos são destinados para adequação de estradas rurais.

5 DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

5.1 Estrutura Administrativa

A prefeitura de Pinhalzinho não possui corpo técnico específico para fiscalização, gestão e manutenção dos serviços de drenagem urbana. De acordo com a estrutura organizacional, a Secretaria de Obras tem a missão de efetuar a manutenção da rede de drenagem urbana, efetuando a limpeza das galerias de águas pluviais e bocas de lobo em pontos prioritários, mas não possui equipe própria para tal atividade, nem existe uma periodicidade estabelecida.

5.2 Caracterização do sistema de drenagem urbana existente

As águas de escoamento superficial do município de Pinhalzinho são conduzidas na maioria das vezes através da ação gravitacional por meio de vias pavimentadas, sarjetas, sarjetões, bocas de lobo e rede subterrânea até as galerias e canais de macrodrenagem. No entanto esta não é a realidade em todo o território do município, isso porque a região do bairro Areal onde inexistente um sistema de drenagem bem definido.

O principal curso d'água que passa adjacente ao município é o Rio Pinhal, este por sua vez detém de áreas de várzeas sujeitas a alagamentos perenes e temporários.

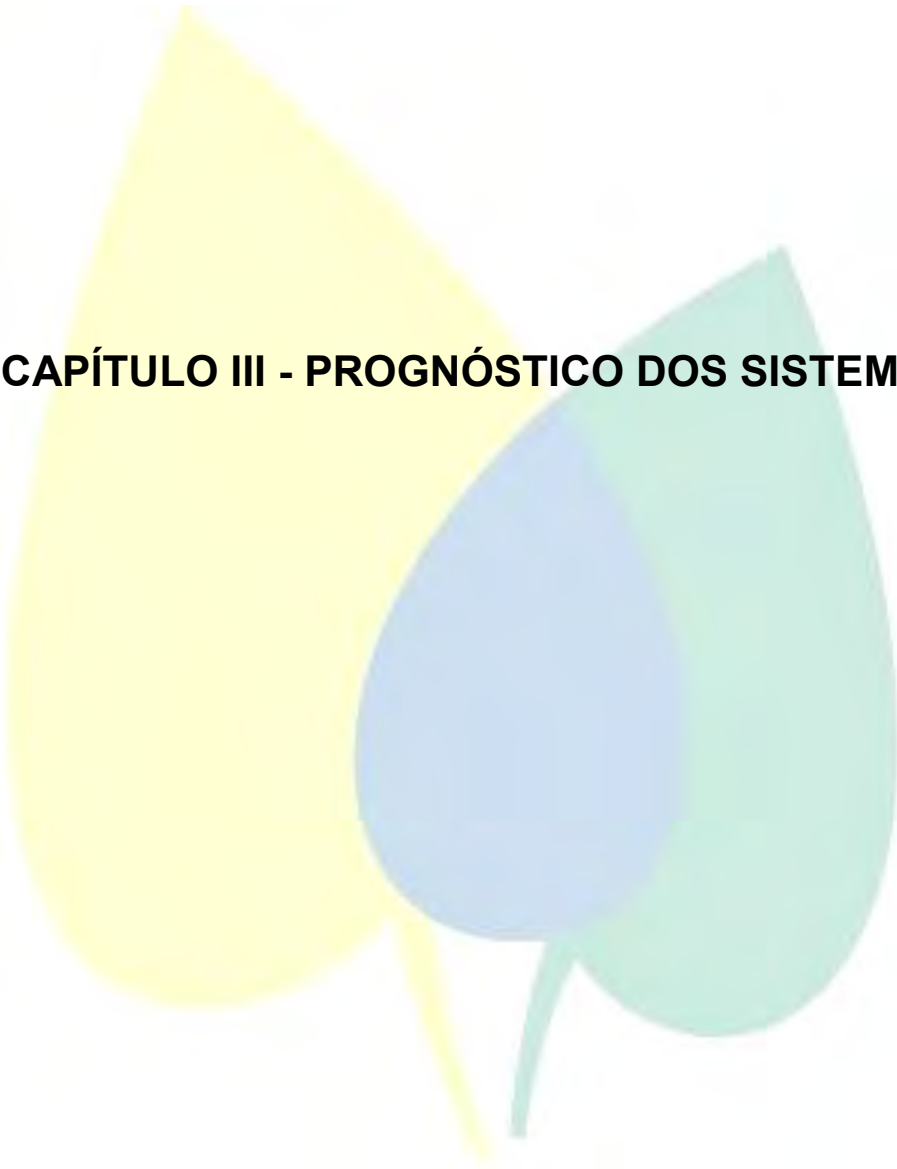
5.3 Microdrenagem

Segundo informações disponibilizadas pelo município, a rede de galerias de águas pluviais está presente em grande parte na área central do município, no entanto não há cadastro do sistema de microdrenagem quanto ao número de bocas-de-lobo, extensão da rede de galerias, diâmetro, declividade e estado de conservação. Também não há dados sobre o programa de manutenção e limpeza das estruturas constituintes dos microdrenos.

Foi constatado que algumas vias de circulação de veículos não possuem um sistema de drenagem, ou seja, a água não é conduzida através de sarjetas e bocas-de-lobo, causando o espraiamento das águas e possíveis alagamentos. Muitas ruas na área urbana do município são revestidas com paralelepípedos e não possuem declividade transversal.

Pode-se observar que, de forma geral, os principais problemas de enchentes que atualmente ocorrem no Município de Pinhalzinho são decorrentes do arraste de sedimentos para a canalização, ocasionando obstruções e também das condições inadequadas de escoamento, devido à falta de capacidade de descarga das seções hidráulicas atuais, agravados com a ocorrência de assoreamento dos talwegues, travessias e obras de transposições inadequadas.





CAPÍTULO III - PROGNÓSTICO DOS SISTEMAS

N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda EPP.

Rua Paissandu, 577 – Sala 3 – Centro – Mogi Mirim -SP - CNPJ – 02.470.978/0001-42 – Inscr. Estadual – Isenta

Tel. – (19) – 3804-1818 nsengenharia@uol.com.br

6 PROGNÓSTICOS E CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Nas Tabelas 2 e 3 a seguir, são apresentados os cronogramas dos investimentos a serem realizados no SAA.



Tabela 2 - Cronograma plurianual dos investimentos no sistema de abastecimento de água

Período (ano)	Produção	Reservação	Rede de água			Ligações de água			Hidrômetros			Total Geral(R\$)
	Ampliação (R\$)	Ampliação (R\$)	Ampliação (R\$)	A substituir (R\$)	Total (R\$)	Ampliação (R\$)	A substituir (R\$)	Total (R\$)	Instalação (R\$)	A Substituir (R\$)	Total (R\$)	
2016	-	181.525,00	19.219,83	53.639,54	72.859,37	8.674,68	60.509,70	69.184,38	8.405,88	73.051,10	81.456,98	405.025,73
2017	4.314.374,60	-	18.304,60	53.917,25	72.221,85	8.261,60	61.835,94	70.097,54	8.005,60	74.652,22	82.657,82	4.539.351,81
2018	-	-	18.304,60	54.196,08	72.500,68	8.261,60	63.162,18	71.423,78	8.005,60	76.253,34	84.258,94	228.183,40
2019	-	-	18.762,21	54.480,51	73.242,72	8.468,14	64.488,42	72.956,56	8.205,74	77.954,53	86.160,27	232.359,55
2020	-	102.750,00	19.448,63	54.776,14	74.224,77	8.777,95	65.980,44	74.758,39	8.505,95	79.655,72	88.161,67	339.894,83
2021	-	-	19.906,25	55.078,48	74.984,73	8.984,49	6.796,98	15.781,47	8.706,09	81.356,91	90.063,00	180.829,20
2022	-	-	20.592,67	55.392,03	75.984,70	9.294,30	6.962,76	16.257,06	9.006,30	83.158,17	92.164,47	184.406,23
2023	-	-	21.050,29	55.711,17	76.761,46	9.500,84	6.962,76	16.463,60	9.206,44	84.959,43	94.165,87	187.390,93
2024	647.156,19	-	21.736,71	56.041,51	77.778,22	9.810,65	7.128,54	16.939,19	9.506,65	86.860,76	96.367,41	838.241,01
2025	-	-	22.423,13	56.383,05	78.806,18	10.120,46	7.294,32	17.414,78	9.806,86	88.862,16	98.669,02	194.889,98
2026	-	-	22.880,75	28.365,65	51.246,40	10.327,00	7.460,10	17.787,10	10.007,00	90.863,56	100.870,56	169.904,06
2027	-	102.750,00	23.567,17	28.543,70	52.110,87	10.636,81	7.625,88	18.262,69	10.307,21	92.965,03	103.272,24	276.395,80
2028	-	-	24.253,59	28.728,47	52.982,06	10.946,62	7.791,66	18.738,28	10.607,42	95.066,50	105.673,92	177.394,26
2029	-	-	24.711,20	28.916,60	53.627,80	11.153,16	8.123,22	19.276,38	10.807,56	97.167,97	107.975,53	180.879,71
2030	-	-	25.626,43	29.111,44	54.737,88	11.566,24	8.289,00	19.855,24	11.207,84	99.469,58	110.677,42	185.270,54
2031	-	-	26.541,66	29.313,00	55.854,67	11.979,32	8.454,78	20.434,10	11.608,12	101.771,19	113.379,31	189.668,08
2032	-	102.750,00	26.999,28	29.517,93	56.517,21	12.185,86	8.620,56	20.806,42	11.808,26	104.172,87	115.981,13	296.054,76
2033	-	-	27.914,51	29.729,57	57.644,08	12.598,94	8.786,34	21.385,28	12.208,54	106.574,55	118.783,09	197.812,45
2034	-	-	28.829,74	29.949,05	58.778,79	13.012,02	9.117,90	22.129,92	12.608,82	109.076,30	121.685,12	202.593,83
2035	-	-	29.287,35	30.171,89	59.459,24	13.218,56	9.283,68	22.502,24	12.808,96	111.678,12	124.487,08	206.448,56
Total	4.961.530,79	489.775,00	460.360,59	841.963,06	1.302.323,65	207.779,24	434.675,16	642.454,40	201.340,84	1.815.570,01	2.016.910,85	9.412.994,69

N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda EPP.

R. Paissandu, 577 – Sala 3 – Centro – Mogi Mirim -SP - CNPJ – 02.470.978/0001-42 – Inscr. Estadual – Isenta

Tel. – (19) – 3804-1818 nsengenharia@uol.com.br

Tabela 3 - Cronograma dos investimentos nos períodos de planejamento do PMSB para o sistema de abastecimento de água do município de Pinhalzinho

Atividade	INVESTIMENTOS PREVISTOS NO SAA (R\$)			
	Curto Prazo (2016-2019)	Médio Prazo (2020-2024)	Longo Prazo (2025-2035)	Total
Investimento na ampliação da capacidade de produção	4.314.374,60	647.156,19	-	4.961.530,79
Investimento na ampliação de reservação	181.525,00	102.750,00	205.500,00	489.775,00
Investimento em ampliação da rede de abastecimento	74.591,23	102.734,55	283.034,82	460.360,59
Investimento em substituição da rede de abastecimento	216.233,38	276.999,33	348.730,36	841.963,06
Investimento em ampliação das ligações domiciliares de água existentes	33.666,02	46.368,23	127.744,99	207.779,24
Investimento em substituição das ligações domiciliares de água existentes	249.996,24	93.831,48	90.847,44	434.675,16
Investimento em instalação de hidrômetros para crescimento vegetativo	32.622,82	44.931,43	123.786,59	201.340,84
Investimento em substituição de hidrômetros para renovação do parque existente	301.911,19	415.990,99	1.097.667,83	1.815.570,01
Total	5.404.920,48	1.730.762,19	2.071.812,02	9.412.994,69

N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda EPP.

R. Paissandu, 577 – Sala 3 – Centro – Mogi Mirim -SP - CNPJ – 02.470.978/0001-42 – Inscr. Estadual – Isenta

Tel. – (19) – 3804-1818 nsengenharia@uol.com.br

7 PROGNÓSTICOS E CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Nas **Tabelas 4 e 5** a seguir são apresentados os cronogramas dos investimentos no sistema de esgotamento sanitário



Tabela 4 - Cronograma plurianual dos investimentos no sistema de esgotamento sanitário

Período ano	Rede de esgoto			Ligações de esgoto			Ampliação de tratamento de esgotos (R\$)	Total geral			
	Redes para suprir déficit (R\$)	Redes para suprir para crescimento vegetativo (R\$)	Total (R\$)	Ligações para suprir déficit (R\$)	Ligações para suprir o crescimento vegetativo (R\$)	Total (R\$)		Rede de Esgoto (R\$)	Ligações de esgoto (R\$)	Ampliação de tratamento (R\$)	Total (R\$)
2016	908.499,94	519.142,82	1.427.642,76	67.065,25	38.323,00	105.388,25		1.427.642,76	105.388,25	-	1.533.031,01
2017	901.669,11	519.142,82	1.420.811,93	66.561,00	38.323,00	104.884,00		1.420.811,93	104.884,00	-	1.525.695,93
2018	901.669,11	525.973,65	1.427.642,76	66.561,00	38.827,25	105.388,25		1.427.642,76	105.388,25	-	1.533.031,01
2019	908.499,94	539.635,30	1.448.135,24	67.065,25	39.835,75	106.901,00		1.448.135,24	106.901,00	-	1.555.036,24
2020	908.499,94	560.127,78	1.468.627,72	67.065,25	41.348,50	108.413,75	3.990.796,51	1.468.627,72	108.413,75	3.990.796,51	5.567.837,98
2021	-	573.789,44	573.789,44	-	42.357,00	42.357,00		573.789,44	42.357,00	-	616.146,44
2022	-	580.620,26	580.620,26	-	42.861,25	42.861,25		580.620,26	42.861,25	-	623.481,51
2023	-	607.943,57	607.943,57	-	44.878,25	44.878,25		607.943,57	44.878,25	-	652.821,82
2024	-	621.605,22	621.605,22	-	45.886,75	45.886,75		621.605,22	45.886,75	-	667.491,97
2025	-	635.266,88	635.266,88	-	46.895,25	46.895,25		635.266,88	46.895,25	-	682.162,13
2026	-	655.759,36	655.759,36	-	48.408,00	48.408,00		655.759,36	48.408,00	-	704.167,36
2027	-	669.421,01	669.421,01	-	49.416,50	49.416,50		669.421,01	49.416,50	-	718.837,51
2028	-	696.744,31	696.744,31	-	51.433,50	51.433,50		696.744,31	51.433,50	-	748.177,81
2029	-	703.575,14	703.575,14	-	51.937,75	51.937,75		703.575,14	51.937,75	-	755.512,89
2030	-	730.898,45	730.898,45	-	53.954,75	53.954,75		730.898,45	53.954,75	-	784.853,20
2031	-	758.221,75	758.221,75	-	55.971,75	55.971,75		758.221,75	55.971,75	-	814.193,50
2032	-	771.883,41	771.883,41	-	56.980,25	56.980,25		771.883,41	56.980,25	-	828.863,66
2033	-	799.206,71	799.206,71	-	58.997,25	58.997,25		799.206,71	58.997,25	-	858.203,96
2034	-	819.699,19	819.699,19	-	60.510,00	60.510,00		819.699,19	60.510,00	-	880.209,19
2035	-	840.191,67	840.191,67	-	62.022,75	62.022,75		840.191,67	62.022,75	-	902.214,42
Total	4.528.838,04	13.128.848,74	17.657.686,78	334.317,75	969.168,50	1.303.486,25	3.990.796,51	17.657.686,78	1.303.486,25	3.990.796,51	22.951.969,54

N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda EPP.

R. Paissandu, 577 – Sala 3 – Centro – Mogi Mirim -SP - CNPJ – 02.470.978/0001-42 – Inscr. Estadual – Isenta

Tel. – (19) – 3804-1818 nsengenharia@uol.com.br

Tabela 5 - Cronograma dos investimentos nos períodos de planejamento do PMSB para o sistema de esgotamento sanitário

Atividade	Investimento			
	Curto Prazo (2016-2019)	Médio Prazo (2020-2024)	Longo Prazo (2025-2035)	Total
Investimento na ampliação da capacidade de transporte e tratamento de esgoto	-	3.990.796,51	-	3.990.796,51
Investimento na ampliação da rede de coleta de esgoto para atender o déficit existente	3.620.338,10	908.499,94	-	4.528.838,04
Investimento na ampliação da rede de coleta de esgoto para atender o crescimento vegetativo	2.103.894,59	2.322.481,05	8.702.473,10	13.128.848,74
Investimento na ampliação das ligações domiciliares esgoto para atender o déficit existente	267.252,50	67.065,25	-	334.317,75
Investimento na ampliação das ligações domiciliares esgoto para atender o crescimento vegetativo	155.309,00	171.445,00	642.414,50	969.168,50
Total	6.146.794,19	7.460.287,75	9.344.887,60	22.951.969,54

8 PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA ATINGIR AS METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO – SAA E SES

No **Quadro 1** a seguir são apresentadas as principais ações, projetos e programas de gestão com as respectivas previsões de custos.

Quadro 1 - Relação das principais ações, projetos e programas de gestão

Ações/ Projetos/Programas	Período de Implantação	Custo Estimado (R\$)
Contratação de empresa para realização de batimetria e desassoreamento da lagoa de tratamento de esgoto	Curto	700.000,00
Implantação e Atualização de Sistema de Cadastro Georreferenciado de água e esgoto	Curto	118.907,03
Melhoria da Infraestrutura de Atendimento e Equipamentos de Manutenção	Curto	Administrativos
Setorização da Rede de Água e Construção de Modelo Hidráulico	Curto	488.372,61
Projeto do Sistema de Distribuição de Água	Médio	103.821,03
Projeto do Sistema de Esgotamento Sanitário	Médio	88.781,11
Programa de Capacitação de Pessoal (Sistema cadastral, modelagem, perdas, etc.)	Médio	42.800,00
Pesquisa ativa de vazamentos visíveis e não visíveis	Longo	119.883,97
Programa de Redução e Controle de Perdas	Longo	54.206,70
Programa de Uso Racional de Água e Educação Ambiental	Longo	67.218,60
Implantação/Ampliação do CCO (Centro de Controle Operacional)	Longo	Administrativos
Programa de Manutenção Preventiva nas Unidades Operacionais de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Longo	121.722,57
Programa de Gestão Comercial de Clientes	Longo	Administrativos
Programa de Gestão de Custos Operacionais	Longo	Administrativos
Plano Diretor de Água Plano	Longo	168.525,00
Diretor de Esgoto	Longo	168.525,00
Total		2.242.763,62

9 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Com base nas receitas, despesas e investimentos apurados nos itens anteriores foi possível elaborar e um balanço simplificado do plano, conforme apresentado na **Tabela 6**.



Tabela 6 - Balanço simplificado

Período	Despesas	Investimentos em Água	Investimentos em Esgoto	Investimentos em Programas	Investimentos Totais em Água, Esgoto e Programas	Arrecadação	Resultado Final por Período
Curto Prazo	14.298.161,44	5.404.920,48	6.146.794,19	1.307.279,64	12.858.994,31	9.507.419,52	- 17.649.736,23
Médio Prazo	16.412.484,32	892.521,18	7.460.287,75	235.402,16	8.588.211,09	10.834.487,10	- 14.166.208,31
Longo Prazo	59.442.556,48	3.115.553,03	9.344.887,60	700.081,82	13.160.522,45	39.206.109,66	- 33.396.969,27
Total	90.153.202,24	9.412.994,69	22.951.969,54	2.242.763,62	34.607.727,85	59.548.016,28	- 65.212.913,81

O resultado do plano, considerando os investimentos necessários, foi negativo ao longo dos períodos do plano. O resultado negativo corrobora a premissa de que seja implementado urgentemente pela SABESP um plano de redução de despesas.

Os resultados do fluxo de caixa, com a aplicação destas deduções financeiras é apresentado na **Tabela 7**, a seguir.

Tabela 7 - Fluxo de Caixa ao longo de período do PMSB

Período	Receita Bruta	Lucro Operacional I (LAJIDA)	IR e CSSL	Despesas de manutenção do sistema	Investimentos Sistemas de Água	Investimentos Sistema de Esgotos	Programas de Gestão	Resultado do Fluxo de Caixa	VPL
Curto Prazo	9.507.419,52	- 3.114.560,28	1.083.889,40	14.298.161,44	5.404.920,48	6.146.794,19	1.307.279,64	- 17.649.736,23	- 13.582.421,25
Médio Prazo	10.834.487,10	- 3.653.952,30	1.244.168,20	16.412.484,32	892.521,18	7.460.287,75	235.402,16	- 14.166.208,31	- 7.273.625,60
Longo Prazo	39.206.109,66	-13.267.961,94	4.506.114,80	59.442.556,48	3.115.553,03	9.344.887,60	700.081,82	- 33.396.969,27	- 6.878.135,47
Total	59.548.016,28	- 20.036.474,52	6.834.172,40	90.153.202,24	9.412.994,69	22.951.969,54	2.242.763,62	- 65.212.913,81	- 27.734.182,32

Da análise do fluxo de caixa ao longo do período do plano, podem ser obtidas as seguintes informações:

Não há lucro operacional, visto que o LAJIDA é negativo.

Os resultados do fluxo de caixa são negativos em todos os períodos, não sendo o suficiente para garantir um resultado final positivo no final de 20 anos, que é o horizonte do plano. O VPL resultante é negativo.

Estes resultados mostram a inviabilidade econômica- financeira do plano, quando se considera a utilização exclusiva de recursos próprios para financiar a totalidade dos investimentos previstos.

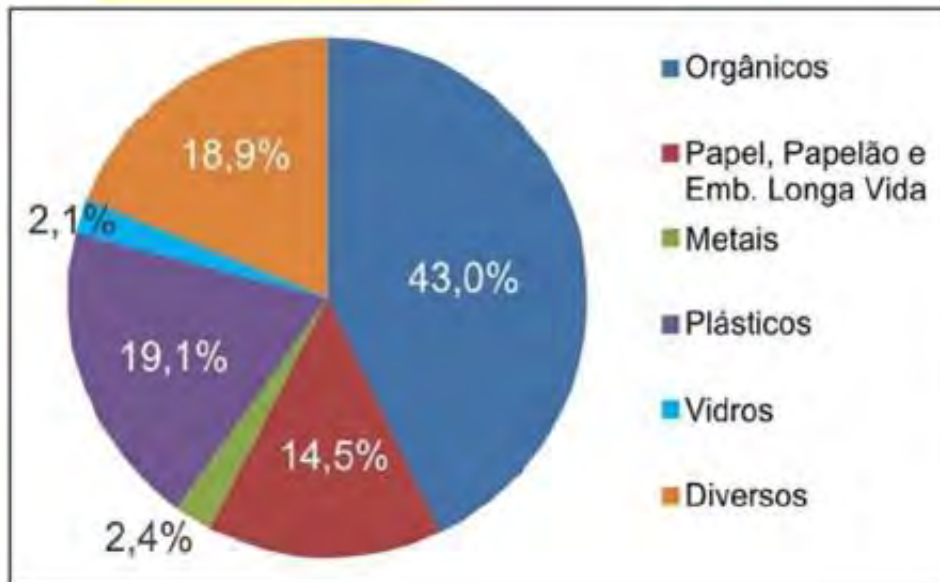
Nesta situação faz-se necessário além da obtenção de outras fontes de recursos para financiamento parcial ou total dos investimentos, a implementação de um plano de redução de despesas.

10 PROGNÓSTICO E CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

10.1 Objetivos e metas para o município de Pinhalzinho

Para a definição das metas de aproveitamento dos resíduos sólidos considerou-se o estudo gravimétrico do município, o qual é apresentado em sua forma simplificada na **Figura 3**.

Figura 3 - Composição gravimétrica dos RSU no CISBRA



A projeção de resíduos para o período do PMSB é apresentada na **Tabela 8**.

Tabela 8 - Projeção de geração de resíduos sólidos no município de Pinhalzinho

Ano	População		Índice de coleta (%)	População Atendida		Geração per capita (kg/dia)		Domiciliar e varrição (21,80%)	Saúde e animais (1,66%)	Rejeitos (30,27%)	Resíduos diversos (2,58%)	Seletiva (43,69%)	Geração total de RS (t/dia)
	Urbana (hab.)	Rural (hab.)		Urbana (hab.)	Urbana (hab.)	Urbana (hab.)	Rural (hab.)						
2016	7.688	7.381	100,00	4.374	2.481	0,483	0,100	0,970	0,046	0,846	0,072	1,221	2,794
2017	7.916	7.508	100,00	4.569	2.540	0,639	0,100	0,636	0,048	0,884	0,075	1,276	2,919
2018	8.150	7.637	100,00	4.682	2.551	0,639	0,100	0,652	0,050	0,906	0,077	1,307	2,992
2019	8.391	7.768	100,00	4.794	2.563	0,639	0,100	0,668	0,051	0,927	0,079	1,338	3,063
2020	8.639	7.900	100,00	4.906	2.575	0,639	0,100	0,683	0,052	0,949	0,081	1,370	3,135
2021	8.894	8.034	100,00	5.019	2.586	0,639	0,100	0,699	0,053	0,971	0,083	1,401	3,207
2022	9.157	8.170	100,00	5.131	2.598	0,639	0,100	0,715	0,054	0,992	0,085	1,432	3,278
2023	9.428	8.307	100,00	5.243	2.610	0,639	0,100	0,730	0,056	1,014	0,086	1,464	3,350
2024	9.707	8.446	100,00	5.356	2.621	0,639	0,100	0,746	0,057	1,036	0,088	1,495	3,422
2025	9.994	8.586	100,00	5.468	2.633	0,639	0,100	0,762	0,058	1,058	0,090	1,527	3,495
2026	10.289	8.728	100,00	5.580	2.645	0,639	0,100	0,777	0,059	1,079	0,092	1,558	3,565
2027	10.593	8.872	100,00	5.693	2.656	0,639	0,100	0,793	0,060	1,101	0,094	1,589	3,637
2028	10.907	9.017	100,00	5.805	2.668	0,639	0,100	0,809	0,062	1,123	0,096	1,621	3,711
2029	11.229	9.163	100,00	5.917	2.680	0,639	0,100	0,824	0,063	1,144	0,098	1,652	3,781
2030	11.561	9.312	100,00	6.030	2.691	0,639	0,100	0,840	0,064	1,166	0,099	1,683	3,852
2031	11.903	9.461	100,00	6.142	2.703	0,639	0,100	0,856	0,065	1,188	0,101	1,715	3,925
2032	12.255	9.612	100,00	6.254	2.715	0,639	0,100	0,871	0,066	1,210	0,103	1,746	3,996
2033	12.617	9.765	100,00	6.367	2.726	0,639	0,100	0,887	0,068	1,232	0,105	1,778	4,070
2034	12.990	9.919	100,00	6.479	2.738	0,639	0,100	0,903	0,069	1,253	0,107	1,809	4,141
2035	13.375	10.074	100,00	6.591	2.750	0,639	0,100	0,918	0,070	1,275	0,109	1,840	4,212

O **Quadro 2** apresenta o resumo de implantação das ações apresentadas para atendimento dos objetivos e metas do PMSB.

Na **Tabela 9** foram projetadas as despesas com as atividades relacionadas a coleta de RSD, usando os cenários:

Cenário 1 - Somente os rejeitos são encaminhados ao aterro sanitário.

Cenário 2 - Todos os resíduos sólidos domiciliares coletados serão dispostos em aterro sanitário.



Quadro 2 - Resumo das ações previstas nos programas de RSU (Continua)

Resíduos	Objetivo	Prazos
Resíduos Sólidos Domiciliares e de Limpeza Urbana	Universalização do atendimento com serviços de coleta e limpeza	Área Urbana: 100% (manter situação atual de 100% em todo período do plano) Área Rural: 100% (manter situação atual de 100% em todo período do plano)
	Redução da geração per capita	Geração per capita atual: 0,29 Kg/hab.dia Buscar a manutenção deste patamar até o final do PMSB
	Aproveitamento resíduos secos recicláveis	30% até 2018; 60% até 2023; 100% até 2028.
	Aproveitamento dos resíduos orgânicos	20% até 2018; 50% até 2023; 100% a partir de 2028.
	Destinação final adequada	Manter 100% do destino no aterro do CISBRA
Resíduos Sólidos da Construção Civil	Eliminação de 100% de áreas de disposição irregular ("bota-foras")	A partir de 2016
	Elaborar Lei municipal determinando que cada gerador, sendo público ou privado, elabore e implemente Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil - PGRCC.	A partir de 2016
	Receber no Eco ponto 100% do RCC gerado em pequenas obras e intervenções	A partir de 2016
Resíduos Sólidos de Saúde	Exigir de todos os prestadores de serviços de saúde, a elaboração de PGRSS	A partir de 2016
	Garantia da coleta, tratamento e disposição final adequados dos resíduos serviços de saúde em 100% das unidades de saúde públicas	2016 a 2035
	Implementação de sistema de gestão compartilhada dos RSS no município de acordo com as diretrizes da Lei 12.305/2010 e demais legislações vigentes	A partir de 2016

Quadro 2 - Resumo das ações previstas nos programas de RSU (Continuação)

Resíduos	Objetivo	Prazos
Resíduos Volumosos	Estabelecer a coleta de resíduos volumosos para 100% do município	Até 2019
	Destinação para triagem e reciclagem dos resíduos volumosos coletados	Deverão estar alinhadas com as metas estabelecidas para os resíduos da construção civil
Resíduos Verdes	Eliminar disposições irregulares dos resíduos verdes de origem domiciliar (Ex. podas de árvore, arbustos ornamentais e gramado originários de chácaras e residências)	Até 2017
	Aproveitamento dos resíduos de podas de manutenção de áreas públicas realizadas pela prefeitura para produção de massa orgânica através da trituração mecanizada	2019
	Destinação do resíduos verdes em geral para compostagem	Conforme metas e prazos estabelecidos no Programa de Aproveitamento dos Resíduos Orgânicos
Resíduos de Logística Reversa	Pneus usados inservíveis	
	a) Coleta e destinação final adequada de 100% do pneus inservíveis gerados nos órgãos municipais	Até 2017
	b) Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas no município	Até 2017 ou conforme Acordo Setorial específico.
	Lâmpadas fluorescentes, de led, de vapor de sódio e mercúrio	
	a) Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas nos órgãos municipais	Até 2017 ou conforme Acordo Setorial específico
	b) Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas no município	Até 2017
	Pilhas e baterias	
	a) Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas nos órgãos municipais	Até 2017

Quadro 2 - Resumo das ações previstas nos programas de RSU (Conclusão)

Resíduos	Objetivo	Prazos
Resíduos de Logística Reversa	b) Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas no município	Até 2017 ou conforme Acordo Setorial específico
	Produtos eletroeletrônicos e seus componentes	
	a) Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas nos órgãos municipais Até 2017	Até 2017
	b) Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas no município	Até 2017 ou conforme Acordo Setorial específico
	Óleo de vegetais de uso alimentar	
	a) Coleta e destinação final adequada óleos vegetais de uso alimentar de origem domiciliar	Até 2017
	b) Coleta e destinação final adequada óleos vegetais de uso alimentar, não domiciliar (restaurantes, lanchonetes, etc.)	Até 2017 ou conforme Acordo Setorial específico.
	Embalagens de agrotóxicos	
	a) Embalagens de agrotóxicos	As embalagens de agrotóxicos já tem logística reversa consolidada no Brasil, deste modo, o município deverá participar na gestão compartilhada desta logística no município.
	Embalagens de óleos lubrificantes	
	a) Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas nos órgãos municipais	Até 2017
b) Implantar coleta de embalagens de óleo lubrificante	Até 2017 ou conforme Acordo Setorial específico	

Tabela 9 - Projeção das despesas com resíduos sólidos

Ano	Despesas com coleta e destinação de resíduos sólidos			Cenário 1 Despesas total (R\$)	Cenário 2 Despesas total (R\$)
	Cenário 1 Domiciliares/ Reciclados (R\$)	Cenário 2 Domiciliares/ Reciclados (R\$)	Saúde (R\$)		
2016	158.070,55	158.070,55	1.352,22	159.422,77	159.422,77
2017	152.584,60	165.144,25	1.392,84	153.977,44	166.537,09
2018	149.923,75	169.272,40	1.433,46	151.357,21	170.705,86
2019	146.868,70	173.291,05	1.475,76	148.344,46	174.766,81
2020	128.334,00	177.364,45	1.519,77	129.853,77	178.884,22
2021	119.683,50	181.437,85	1.563,77	121.247,27	183.001,62
2022	110.489,15	185.452,85	1.611,16	112.100,31	187.064,01
2023	100.794,75	189.526,25	1.658,54	102.453,29	191.184,79
2024	90.607,60	193.599,65	1.707,62	92.315,22	195.307,27
2025	79.858,35	197.731,45	1.758,39	81.616,74	199.489,84
2026	76.292,30	201.691,70	1.809,17	78.101,47	203.500,87
2027	72.492,65	205.765,10	1.863,32	74.355,97	207.628,42
2028	68.565,25	209.951,65	1.917,48	70.482,73	211.869,13
2029	64.320,30	213.911,90	1.975,02	66.295,32	215.886,92
2030	59.907,45	217.926,90	2.032,56	61.940,01	219.959,46
2031	55.359,55	222.058,70	2.093,49	57.453,04	224.152,19
2032	50.530,60	226.073,70	2.154,41	52.685,01	228.228,11
2033	45.479,00	230.260,25	2.218,72	47.697,72	232.478,97
2034	44.263,55	234.278,90	2.284,73	46.548,28	236.563,63
2035	45.026,40	238.293,90	2.352,42	47.378,82	240.646,32
Total	1.819.452,00	3.991.103,45	36.174,85	1.855.626,85	4.027.278,30

A análise da sustentabilidade econômico-financeira é apresentada nas Tabelas 10 e 11.

Tabela 10 - Balanço anual das despesas, investimentos e receitas potencias com resíduos sólidos

Ano	Despesas com coleta e destinação (R\$)		Receitas (R\$)			Resultado Cenário 1 (R\$)	Resultado Cenário 2 (R\$)
	Cenário 1	Cenário 2	IPTU	Compostagem	Reciclagem		
2016	159.422,77	159.422,77	203.257,52	0,00	0,00	43.834,75	43.834,75
2017	153.977,44	166.537,09	208.891,24	0,00	36.103,11	91.016,91	42.354,15
2018	151.357,21	170.705,86	214.635,86	0,00	55.618,30	118.896,95	43.930,00
2019	148.344,46	174.766,81	220.557,92	0,00	75.946,63	148.160,09	45.791,11
2020	129.853,77	178.884,22	226.657,42	12.300,96	97.088,09	206.192,70	47.773,20
2021	121.247,27	183.001,62	232.912,18	16.358,51	119.205,31	247.228,73	49.910,56
2022	112.100,31	187.064,01	239.344,38	20.579,28	142.135,66	289.959,01	52.280,37
2023	102.453,29	191.184,79	245.976,20	24.974,67	166.041,77	334.539,35	54.791,41
2024	92.315,22	195.307,27	252.763,28	29.539,56	190.761,02	380.748,64	57.456,01
2025	81.616,74	199.489,84	259.749,98	34.283,77	216.618,65	429.035,66	60.260,14
2026	78.101,47	203.500,87	266.936,30	39.166,87	220.846,94	448.848,64	63.435,43
2027	74.355,97	207.628,42	274.300,06	44.239,10	225.400,49	469.583,68	66.671,64
2028	70.482,73	211.869,13	281.929,98	49.507,52	229.954,03	490.908,80	70.060,85
2029	66.295,32	215.886,92	289.715,16	54.892,09	234.344,95	512.656,88	73.828,24
2030	61.940,01	219.959,46	297.722,14	60.457,14	238.735,87	534.975,14	77.762,68
2031	57.453,04	224.152,19	305.995,28	66.223,09	243.126,79	557.892,12	81.843,09
2032	52.685,01	228.228,11	314.445,86	72.124,80	247.517,71	581.403,36	86.217,75
2033	47.697,72	232.478,97	323.162,60	78.251,35	252.233,88	605.950,11	90.683,63
2034	46.548,28	236.563,63	332.123,32	81.241,24	256.624,80	623.441,08	95.559,69
2035	47.378,82	240.646,32	341.350,20	82.634,18	261.015,71	637.621,27	100.703,88
Total	1.855.626,85	4.027.278,30	5.332.426,88	766.774,12	3.509.319,71	7.752.893,86	1.305.148,58

N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda EPP.

R. Paissandu, 577 – Sala 3 – Centro – Mogi Mirim -SP - CNPJ – 02.470.978/0001-42 – Inscr. Estadual – Isenta

Tel. – (19) – 3804-1818 nsengenharia@uol.com.br

Tabela 11 - Resumo das despesas, investimentos e receitas potenciais por período

Período	Despesas com coleta e destinação - Cenário 1 (R\$)	Despesas com coleta e destinação - Cenário 2 (R\$)	Receitas - Cenário 1 (R\$)	Receitas - Cenário 2 (R\$)	Resultado Cenário 1 (R\$)	Resultado Cenário 2 (R\$)
Curto Prazo (2016 - 2019)	613.101,88	671.432,53	1.015.010,58	847.342,54	401.908,70	175.910,01
Médio Prazo (2020 - 2024)	557.969,86	935.441,91	2.016.638,28	1.197.653,46	1.458.668,42	262.211,55
Longo Prazo (2025 - 2035)	684.555,11	2.420.403,86	6.576.871,85	3.287.430,88	5.892.316,74	867.027,02
Total	1.855.626,85	4.027.278,30	9.608.520,71	5.332.426,88	7.752.893,86	1.305.148,58

A análise do balanço mostra que, as receitas e arrecadação do IPTU, são suficientes para cobrir as despesas, advindos dos objetivos e metas estabelecidos no plano nos dois cenários. Para a projeção da arrecadação do IPTU, foi calculado valor anual de R\$22,18 por pessoa, conforme verificado na previsão de arrecadação no Plano Plurianual do município.

11 PROGNÓSTICO E CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

O prognóstico para o sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais, definiu-se uma série de medidas estruturais e não estruturais, as quais são apresentadas no **Quadro 3**

Quadro 3 - Programa de investimentos (Continua)

P1- GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS			
Implantação: CURTO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Reestruturação administrativa.	2016 - 2019	Custos administrativos
2	Elaboração de cadastro técnico de redes e instalações de macro e microdrenagem urbana.	2016 - 2019	R\$ 75.000,00
3	Elaboração de Plano Diretor de Drenagem Urbana.	2016 - 2019	R\$ 65.000,00
4	Medidas Estruturais e não estruturais.	2016 - 2019	R\$ 1.200.000,00
		Total	R\$ 1.340.000,00
P2 – PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE MICRODRENAGEM			
Implantação: CURTO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Adequação do Sistema de microdrenagem.	2016 -2019	R\$ 950.000,00
2	Manutenção das redes de microdrenagem.	2016 - 2019	R\$ 800.000,00
3	Elaborar estudos e projetos de adequação da microdrenagem em caso de identificação de novos pontos de alagamento.	2016 -2019	R\$ 90.000,00
4	Implantar programa de supressão de ligações clandestinas de esgoto nas galerias de águas pluviais.	2016 - 2019	R\$ 1.200.000,00
		Total	R\$ 3.040.000,00
P3 – PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE MACRODRENAGEM			
Implantação: CURTO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Mapear as áreas de inundação causadas por deficiências do sistema de macrodrenagem.	2016	R\$ 70.000,00
2	Plano de Gestão de Manutenção e Operação.	2029	R\$ 45.000,00
3	Identificar e Fiscalizar as ocupações irregulares em áreas de risco.	2016 - 2019	R\$ 30.000,00
4	Promover ações estruturais.	2016 - 2019	R\$ 3.500.000,00
5	Implantar programa de supressão de ligações clandestinas de esgoto nas galerias de águas pluviais.	2016 - 2019	R\$ 1.250.000,00
6	Desapropriação.	2016 - 2019	R\$ 1.500.000,00
7	Manutenção do Sistema.	2016 - 2019	R\$ 96.000,00
		Total	R\$ 6.491.000,00

Quadro 3 - Programa de investimentos (Continua)

P4 – PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO, PREVISÃO E ALERTA DE ENCHENTES.			
Implantação: CURTO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Elaborar Plano de Ações em eventos críticos junto a Defesa Civil.	2019	R\$ 75.000,00
2	Contratar estudos para implantação dos Sistemas de Monitoramento, Previsão e Alerta de enchentes.	2017	R\$ 65.000,00
3	Reestruturação administrativa.	2016	Custos administrativos
		Total	R\$ 140.000,00
MÉDIO PRAZO			
P1- GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS			
Implantação: MÉDIO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Gerenciamento dos Planos Diretores específicos para drenagem urbana.	2020 - 2023	R\$ 144.000,00
		Total	R\$ 144.000,00
P2 – PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE MICRODRENAGEM			
Implantação: MÉDIO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Promover ações estruturais e não estruturais.	2020 - 2023	R\$ 950.000,00
2	Manutenção das redes de microdrenagem.	2020 -2023	R\$ 720.000,00
		Total	R\$ 1.670.000,00
P3 – PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE MACRODRENAGEM			
Implantação: MÉDIO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Manutenção do Sistema.	2020-2023	R\$ 950.000,00
		Total	R\$ 950.000,00
P4 – PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO, PREVISÃO E ALERTA DE ENCHENTES.			
Implantação: MÉDIO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Implantar sistema de previsão e alerta de enchentes integrado com a Defesa Civil.	2020	R\$ 95.000,00
		Total	R\$ 95.000,00
LONGO PRAZO			
P1- GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS			
Implantação: LONGO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Manutenção do Sistema Administrativo.	2024-2035	R\$ 1.250.000,00
		Total	R\$ 1.250.000,00

Quadro 3 - Programa de investimentos (Conclusão)

P2 – PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE MICRODRENAGEM			
Implantação: LONGO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Elaborar projetos e implantar novos sistemas de microdrenagem de acordo com o surgimento de novas demandas.	2024-2035	R\$ 4.650.000,00
		Total	R\$ 4.650.000,00
P3 – PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE MACRODRENAGEM			
Implantação: LONGO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Manutenção do Sistema.	2024 – 2035	R\$ 1.250.000,00
2	Elaborar projetos e implantar novos sistemas de Macrodrenagem de acordo com o surgimento de novas demandas.	2024 – 2035	R\$ 5.000.000,00
		Total	R\$ 6.250.000,00
P4 – PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO, PREVISÃO E ALERTA DE ENCHENTES.			
Implantação: MÉDIO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Manutenção e informatização do sistema de Alerta de Enchentes.	2024-2035	R\$ 120.000,00
		Total	R\$ 120.000,00

11.1 Evolução temporal dos investimentos

11.1.1 Investimento de curto prazo

A **Figura 4** abaixo apresenta os investimentos necessários para implantação dos programas de curto prazo.

Figura 4 - Investimento de curto prazo (2016 – 2019)



N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda. EPP.

R. Paissandu, 577 – Sala 3 – Centro – Mogi Mirim -SP - CNPJ – 02.470.978/0001-42 – Inscr. Estadual – Isenta

Tel. – (19) – 3804-1818 nsengenharia@uol.com.br

11.1.2 Investimento de médio prazo

A **Figura 5** abaixo apresenta os investimentos necessários para implantação dos programas de médio prazo.

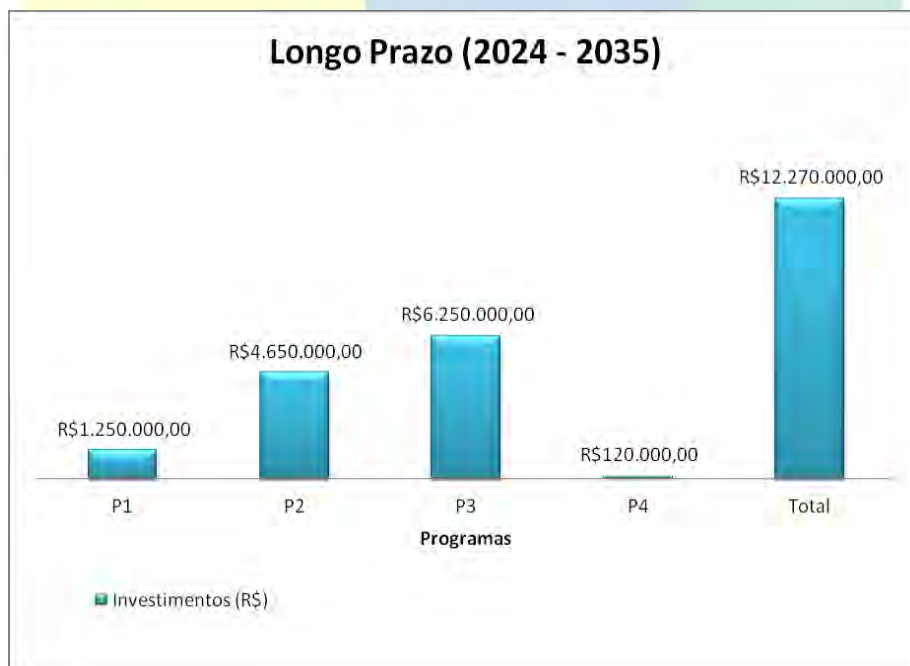
Figura 5 - Investimento de médio prazo (2020 – 2023)



11.1.3 Investimento de longo prazo

A **Figura 6** abaixo apresenta os investimentos necessários para implantação dos programas de longo prazo.

Figura 6 - Investimento de longo prazo (2024 – 2035)



28 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 - IDHM. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/o_atlas/idhm>. Acesso em Janeiro de 2014.

BERNARDES, Carolina; SOUSA JUNIOR, Wilson Cabral de. **Pagamento por Serviços Ambientais: Experiências Brasileiras relacionadas à Água.** V Encontro Nacional da Anppa, Florianópolis/SC, Brasil. 2010.

CISBRA - Plano Regional de Gestão Associada e Integrada de Resíduos Sólidos para o Circuito das Águas – SP – Novembro 2013.



**Plano Municipal de Saneamento Básico e
Plano Municipal de Gestão Integrada
de Resíduos Sólidos do Município de
Pinhalzinho-SP**

VOLUME II

N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda. EPP.

Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

VOLUME II

Pinhalzinho-SP, 2015.

Contratante: Fundação Agência das Bacias PCJ

Rua Alfredo Guedes nº 1949, sala 604, Ed. Racz. Center

CEP 13416-901 - Piracicaba/SP

Contratado: N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda. EPP.

Endereço: Rua Paissandu, 577 sala 03, Centro CEP 13.800-165.

Mogi Mirim/SP

APRESENTAÇÃO

O presente documento, denominado **Prognósticos e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico. Objetivos e Metas**, apresenta os trabalhos de consultoria desenvolvidos no âmbito do Contrato nº 26/2013, assinado entre a Fundação Agência PCJ e a Empresa N.S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda. EPP, que tem como objeto a “Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme a Lei nº 11.445/2007, contendo determinações sobre os Sistemas de Abastecimento de Água Potável, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais, bem como o desenvolvimento do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei 12.305/2010”.

Com esse documento dá-se atendimento ao item 10.1, item III do Termo de Referência que norteia a presente contratação.

O presente documento é apresentado em um único volume, contendo anexos.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - PROGNÓSTICOS E ALTERNATIVAS PARA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - OBJETIVOS E METAS	1
<u>1. INTRODUÇÃO.....</u>	<u>3</u>
<u>2. PROPOSIÇÃO DE CENÁRIOS PARA PINHALZINHO</u>	<u>5</u>
<u>3. METODOLOGIA.....</u>	<u>7</u>
CAPÍTULO II - PROGNÓSTICOS E CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	9
<u>4. PROJEÇÃO DAS DEMANDAS FUTURAS DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA</u>	<u>11</u>
4.1 Critérios de projeção adotados para o SAA	11
4.1.1 Padrões de Atendimento e Consumo Per Capita	11
4.1.1.1 Sede	11
4.1.2 Bairro Aparecidinha	11
4.1.3 Bairro Jardim do Pinhal	11
4.1.4 Índice de perdas de água	12
4.1.5 Coeficientes de dia e hora de maior consumo	14
4.2 Valores apurados nas projeções do SAA.....	15
<u>5. CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....</u>	<u>22</u>
5.1 Avaliação da disponibilidade hídrica	22
5.1.1 Potencialidade do manancial superficial	22
5.1.2 Potencialidade do manancial subterrâneo	22
5.1.2.1 Bairro Aparecidinha	22
5.1.2.2 Bairro Jardim do Pinhal	22
5.2 Concepção proposta para o sistema de abastecimento de água da área urbana .	23
5.2.1 Sistemas Produtores	23
5.2.1.1 Sistema Produtor sede	23
5.2.1.2 Sistema Produtor do Bairro Aparecidinha	23
5.2.1.3 Sistema Produtor do Bairro Jardim do Pinhal	23
5.2.2 Tratamento de Água	23
5.2.3 Reservação	24
5.2.3.1 Sistema Produtor sede	24
5.2.3.2 Sistema Produtor do Bairro Aparecidinha	24
5.2.3.3 Sistema Produtor do Bairro Jardim do Pinhal	24
5.2.4 Sistemas de adução e distribuição.....	24

5.3	Concepção proposta para o sistema de abastecimento de água da zona rural.....	25
5.3.1	Diretrizes gerais.....	25
5.3.2	Abastecimento de água na zona rural.....	29
5.4	Necessidades globais do sistema de abastecimento de água	30
5.4.1	Produção de Água.....	30
5.4.1.1	Cenários de previsão de demanda de produção	31
5.4.2	Reservação	39
5.4.3	Sistema de distribuição de água	41
5.4.3.1	Ampliação das ligações de água.....	42
5.4.3.1.1	Ampliação das ligações de água - Sede.....	42
5.4.3.1.2	Ampliação das ligações de água – Bairro Aparecidinha.....	42
5.4.3.1.3	Ampliação das ligações de água – Bairro Jardim do Pinhal.....	42
5.4.3.2	Ampliação da hidrometração.....	46
5.4.3.3	Ampliação da rede de distribuição	48
5.4.3.4	Necessidades de substituições	50
5.4.4	Resumo das necessidades globais do sistema de abastecimento de água.....	52
6.	<u>OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.</u>	54
7.	<u>INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA</u>	55
7.1	Investimentos apurados para o sistema de abastecimento de água.....	55
7.1.1	Produção de água tratada.....	55
7.1.2	Sistemas de adução e de reservação	55
7.1.3	Rede de distribuição, ligações domiciliares de água e hidrometração	55
7.1.4	Cronograma geral dos investimentos no sistema de abastecimento de água ...	56
CAPÍTULO III – PROGNÓSTICOS E CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		59
8.	<u>PROJEÇÃO DAS DEMANDAS FUTURAS DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO</u>	61
8.1	Critérios de projeção adotados para o sistema de esgotamento sanitário	61
8.1.1	Valores apurados nas projeções do sistema de esgotamento sanitário.....	61
9.	<u>CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO</u>	72
9.1	Concepção proposta para o sistema de esgotamento sanitário da área urbana ...	72
9.1.1	Balanço da carga orgânica de esgoto.....	72
9.2	Concepção proposta para os sistemas de esgotamento sanitário na área rural....	77
9.2.1	Diretrizes para o esgotamento sanitário da população rural	77
9.2.2	Esgotamento sanitário em aglomerados populacionais na área rural	80
9.3	Necessidades globais do sistema de esgotamento sanitário	84

9.3.1	Tratamento de esgoto	85
9.3.2	Sistema de coleta de esgoto	88
9.3.3	Ampliação das ligações de esgoto	88
9.3.4	Ampliação da rede coletora de esgoto	91
10.	<u>OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO</u>	93
11.	<u>INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO</u>	94
11.1	Investimentos apurados para o SES.....	94
11.1.1	Para sede	94
11.1.2	Para Aparecidinha	94
11.1.3	Para o Bairro Jd. do Pinhal	94
11.1.4	Cronograma geral dos investimentos no sistema de esgotamento sanitário	95
CAPÍTULO IV – PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA ATINGIR AS METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO – SAA E SES		99
12.	<u>PROGRAMAS PROJETOS E AÇÕES PARA ATINGIR AS METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO</u>	101
13.	<u>OBJETIVOS E METAS DO PLANO</u>	102
13.1	Programas, projetos e ações de gestão.....	102
13.1.1	Desenvolvimento dos planos diretores de água e esgoto	103
13.1.2	Estudos e projetos.....	103
13.1.3	Programa de redução e controle de perdas.....	103
13.1.4	Pesquisa ativa de vazamentos visíveis e não visíveis.....	104
13.1.5	Programa de uso racional de água e educação ambiental.....	104
13.1.6	Programa de melhoria da infraestrutura de atendimento e equipamentos de manutenção	104
13.1.7	Programa de manutenção preventiva nas unidades operacionais de abastecimento de água e esgotamento sanitário	105
13.1.8	Elaboração de cadastro técnico dos sistemas de água e esgoto	105
13.1.9	Construção de modelo hidráulico.....	105
13.1.10	Implantação/Adequação de CCO (Centro de Controle Operacional)	106
13.1.11	Programa de capacitação de pessoal (sistema cadastral, modelagem, perdas, etc.)	106
13.1.12	Programas gerenciais.....	106
13.2	Programas de investimentos em obras de ampliação e renovação dos sistemas operacionais.....	107
13.2.1	Perfil dos investimentos no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário	110
13.2.2	Perfil dos Investimentos no sistema de abastecimento de água	111

13.2.3	Perfil dos Investimentos no Sistema de Esgotamento Sanitário	112
<u>14. PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO 113</u>		
14.1	Previsão de receitas	113
14.1.1	Receita operacional direta.....	113
14.1.2	Receita operacional indireta	113
14.1.3	Índice de evasão de receitas.....	113
14.2	Previsão de despesas	113
14.2.1	Pessoal próprio.....	114
14.2.2	Produtos Químicos	114
14.2.3	Energia elétrica.....	114
14.2.4	Serviços de terceiros	114
14.2.5	Metas de redução de despesas	114
<u>15. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA 115</u>		
15.1	Balanço simplificado.....	115
15.2	Fluxo de caixa do plano.....	117
CAPÍTULO V – PROGNÓSTICO E CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS 121		
<u>16. MODELO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS 123</u>		
<u>17. MODELO TECNOLÓGICO PARA MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS 125</u>		
<u>18. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES DO MUNICÍPIO 127</u>		
18.1	Estudo gravimétrico.....	128
<u>19. OBJETIVOS E METAS PARA O MUNICÍPIO DE PINHALZINHO 130</u>		
19.1	Objetivos e metas para os resíduos domiciliares e de limpeza urbana.....	130
19.1.1	Atendimento com coleta	130
19.1.2	Geração de resíduos	130
19.1.3	Aproveitamento dos resíduos sólidos	133
19.1.3.1	Aproveitamento dos resíduos sólidos secos recicláveis	133
19.1.3.2	Aproveitamento dos resíduos sólidos orgânicos.....	134
19.1.3.3	Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos .	137
19.2	Objetivos e metas para os resíduos sólidos de construção civil.....	140
19.2.1	Composição dos resíduos da construção civil	141
19.2.2	Geração de resíduos da construção civil	141
19.2.3	Diretrizes e objetivos para os RCC	142
19.2.3.1	Metas e prazos para o manejo de RCC	143

19.3	Objetivos e metas para os resíduos volumosos	143
19.3.1	Diretrizes e objetivos para os resíduos volumosos.....	144
19.3.2	Metas e prazos para os resíduos volumosos.....	144
19.4	Objetivos e metas para os resíduos verdes	144
19.4.1	Diretrizes e objetivos para os resíduos verdes	145
19.4.2	Metas e prazos para os resíduos verdes	145
19.5	Objetivos e metas para os resíduos de serviço de saúde	145
19.5.1	Geração de RSS e Objetivos	146
19.5.2	Metas e prazos para os RSS	147
19.6	Objetivos e metas para os resíduos de logística reversa	147
19.6.1	Geração dos resíduos de logística reversa.....	147
19.6.2	Diretrizes e objetivos para os resíduos com logística reversa obrigatória	150
19.6.3	Metas e prazos para os resíduos com logística reversa obrigatória.....	150
19.6.3.1	Pneus usados inservíveis:.....	150
19.6.3.2	Lâmpadas fluorescentes, de led, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista:	150
19.6.3.3	Pilhas e baterias:	151
19.6.3.4	Produtos eletroeletrônicos e seus componentes:	151
19.6.3.5	Óleo vegetal de uso alimentar:.....	151
19.6.3.6	Embalagens de agrotóxicos:	151
19.6.3.7	Embalagens de óleos lubrificantes:.....	151
<u>20. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA ATENDIMENTO DAS</u>		
<u>DEMANDAS</u>		152
20.1	P1: Estruturação de áreas de captação de resíduos sólidos.....	152
20.2	P2: Aproveitamento dos resíduos domiciliares recicláveis secos.....	153
20.3	P3: Aproveitamento da parcela orgânica dos resíduos sólidos urbanos	154
20.4	P4: Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos ...	155
20.5	P5: Gestão dos resíduos da construção civil	156
20.6	P6: Gestão dos resíduos de serviços de saúde.....	157
20.6.1	Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS:	158
20.7	P7: Gestão dos resíduos volumosos.....	158
20.8	P8: Gestão dos resíduos verdes	159
20.9	P9: Gestão dos resíduos de logística reversa	159
20.9.1	Pneus inservíveis:	160
20.9.2	Pilhas e baterias:	160
20.9.3	Lâmpadas fluorescentes, de led, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista:	160

20.9.4	Produtos eletroeletrônicos e seus componentes:	160
20.9.5	Óleo de vegetais de uso alimentar:	161
20.9.6	Embalagens de óleos lubrificantes:	161
20.9.7	Educação e comunicação:	161
20.10	P10: Educação ambiental	162
20.10.1	Tipo 1 - Informações orientadoras e objetivas para a participação da população ou de determinada comunidade em programas ou ações ligadas ao tema resíduos sólidos:	162
20.10.2	Tipo 2 - Sensibilização/mobilização das comunidades diretamente envolvidas:	162
20.10.3	Tipo 3 – Informação, sensibilização ou mobilização para o tema resíduos sólidos, desenvolvidos em ambiente escolar:	162
20.10.4	Tipo 4 – Campanhas e ações pontuais de mobilização:	162
20.10.5	Conceito dos 4 R's	163
20.10.6	Programa de educação ambiental do município de Pinhalzinho:	163
20.11	P11: Fortalecimento da gestão no setor de resíduos sólidos	165
20.12	Resumo das ações previstas nos programas	166
<u>21. INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA OS SISTEMAS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....</u>		170
21.1	Resíduos sólidos urbanos – critérios de dimensionamento e avaliação	170
21.1.1	Área e Triagem, transbordo e ecoponto.....	170
21.1.2	Coleta e destinação final dos RSU.....	170
21.2	Resumo dos custos de implantação e operação das instalações de manejo de resíduos sólidos.....	171
<u>22. PREVISÃO DE DESPESAS E RECEITAS POTENCIAIS COM SERVIÇOS DE COLETA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS</u>		173
22.1	Despesas com resíduos sólidos.....	173
22.2	Receitas potenciais com resíduos sólidos	174
22.2.1	Receitas com resíduos sólidos domiciliares.....	175
22.2.1.1	Receitas potenciais com a unidade de triagem	175
22.2.1.2	Receitas potenciais com a unidade de compostagem.....	178
22.2.2	Receitas com resíduos sólidos urbanos.....	178
<u>23. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA</u>		179
CAPÍTULO VI – PROGNÓSTICO E CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS		183
<u>24. MODELO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS.....</u>		185
24.1	Considerações iniciais.....	185

24.2	Síntese da Situação da Drenagem Urbana em Pinhalzinho	186
24.2.1	Síntese da Macrodrenagem:	187
24.2.1.1	Cenário desejado	188
24.2.1.2	Objetivos e metas	190
24.2.1.3	Curto prazo: 1 a 4 anos:	191
24.2.1.4	Médio prazo: 4 e 8 anos:	191
24.2.1.5	Longo prazo: entre 8 e 20 anos:	191
24.3	Programas e ações para atendimento das demandas	191
24.4	Programa de obras e ações	192
24.5	Programa de gerenciamento dos serviços de manejo de águas pluviais	192
24.6	Programa de adequação e ampliação dos sistemas de microdrenagem	193
24.6.1	Cenário atual	194
24.7	Programa de adequação e ampliação dos sistemas de macrodrenagem	196
24.7.1	Área Crítica - 01	196
24.7.2	Área Crítica - 02	197
24.7.3	Área Crítica - Trecho Rio Pinhal.....	198
24.8	Programa de implantação de sistema de monitoramento, previsão e alerta de enchentes.	201
24.9	Investimentos financeiros para atendimento das propostas	202
24.10	Evolução temporal dos investimentos	207
24.10.1	Investimento de curto prazo	207
24.10.2	Investimento de médio prazo	207
24.10.3	Investimento de longo prazo	208
24.11	Fontes de financiamento	209
24.12	Alternativas para o atendimento das demandas	209
24.13	Medidas Não Estruturais	209
24.14	Medidas Estruturais.....	210
24.15	Apresentação das medidas não estruturais	210
24.15.1	Setorização do Gerenciamento de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais	210
24.15.2	Plano Diretor de Drenagem Urbana	211
24.15.3	Regulamentação de zona inundável	213
24.16	Diretrizes para tratamento de fundo de vale	215
24.17	Apresentação das medidas estruturais	216
24.17.1	Controle do escoamento superficial	216
24.17.2	Faixas gramadas	217
24.17.3	Pavimentos porosos ou permeáveis	218

24.17.4	Bacias de detenção e de retenção	219
24.17.5	Poço de infiltração	219
24.17.6	Valas, valetas e planos de infiltração	220
24.17.7	Diretrizes para o reuso da água pluvial.....	220
24.18	Estratégia de controle de sistemas integrados – águas pluviais e esgoto doméstico	221
24.19	Diretrizes para controle da poluição de cargas difusas	221
24.20	Medidas mitigadoras	222
24.21	Diretrizes para controle do assoreamento de cursos d'água.....	222
24.22	Resíduos sólidos	223
24.23	Previsão de despesas com a manutenção do sistema de manejo de águas pluviais	224
24.24	Previsão de despesas com a gestão da drenagem urbana ao longo do PMSB ..	225
24.25	Análise da sustentabilidade financeira	225
24.26	Avenidas sanitárias	226
CAPÍTULO VII - PLANO DE EMERGÊNCIA E CONTINGÊNCIA.....		227
<u>25. INTRODUÇÃO.....</u>		<u>229</u>
<u>26. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA E COMPATIBILIDADE COM OUTROS PLANOS SETORIAIS</u>		<u>232</u>
26.1	Legislações e planos para serem implantados, adaptados ou efetivados.....	232
26.2	Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista:	233
26.3	Política e Plano Nacional sobre Mudança do Clima	233
<u>27. EVENTOS SENTINELA.....</u>		<u>234</u>
<u>28. FINANCIAMENTO.....</u>		<u>235</u>
<u>29. EQUIPES PARA ATUAR COM AÇÕES DE EMERGÊNCIA E CONTINGÊNCIA... ..</u>		<u>236</u>
<u>30. AÇÕES ESPECÍFICAS DE CONTINGÊNCIA PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA</u>		<u>239</u>
<u>31. SITUAÇÕES EMERGENCIAIS RELATIVAS AOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA</u>		<u>242</u>
31.1	Plano de segurança da água	245
<u>32. AÇÕES ESPECÍFICAS DE CONTINGÊNCIA PARA O SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO</u>		<u>248</u>
<u>33. SITUAÇÕES EMERGENCIAIS RELATIVAS AOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO</u>		<u>249</u>
<u>34. AÇÕES ESPECÍFICAS DE CONTINGÊNCIA PARA OS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS</u>		<u>251</u>

<u>35. SITUAÇÕES EMERGENCIAIS RELATIVAS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS</u>	<u>252</u>
<u>36. AÇÕES ESPECÍFICAS CONTINGENCIAIS RELATIVAS AOS SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS</u>	<u>254</u>
<u>37. SITUAÇÕES EMERGENCIAS RELATIVAS AOS SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS</u>	<u>255</u>
37.1 Plano municipal de redução de riscos.....	256
CAPÍTULO VIII – MECANISMOS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E PROCEDIMENTOS DE CONTROLE SOCIAL E DOS INSTRUMENTOS PARA O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA	
<u>38. Mecanismos de gestão econômico-financeira</u>	<u>261</u>
38.1 Alternativas e fontes de recursos	261
38.2 Recursos de tarifas.....	261
38.2.1 Recursos não onerosos.....	262
38.3 Recursos de fundos.....	262
38.3.1 Fontes de financiamento	262
38.3.1.1 BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	263
38.3.1.2 FUNASA – Fundação Nacional de Saúde	263
38.3.1.3 FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	263
38.3.1.4 FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador	264
38.3.1.5 PRODETUR	264
38.3.1.6 Fundos Internacionais de Investimento.....	264
38.4 Modelos alternativos de obtenção de recursos.....	265
38.4.1 Concessões comuns (Leis Federais nº 8.987/1995, 9.074/95 e 11.196/2005)	265
38.4.2 Parceria Público Privada - PPP (Lei Federal nº 1.079/2004)	265
38.5 Fontes do Governo do Estado de São Paulo.....	267
38.5.1 Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas	267
38.5.2 Programa Sanebase.....	267
38.5.3 Programa Água Limpa.....	267
38.5.4 Programa Estadual de Apoio à Recuperação de Águas – REAGUA	267
38.5.5 Programa Estadual Água é Vida	267
38.5.6 Programa Melhor Caminho	267
38.5.7 Programa: Recuperação e conservação dos recursos hídricos das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá	267
38.5.8 Programa Linha Economia Verde Municípios	268
38.5.9 Programa Integra São Paulo.....	268

38.5.10	Projetos Financiados pelo FEHIDRO	268
38.5.11	Projeto Mina D'água	268
38.5.12	Projetos Financiados pelo FID do Estado de São Paulo	268
38.6	Descrição sucinta dos Programas.....	269
38.6.1	Programas no Âmbito do Governo Federal Ministério das Cidades.....	269
38.6.1.1	Programa Saneamento para Todos	269
38.6.1.2	Programa 2068 - Saneamento Básico	269
38.6.1.3	Programa 2054: Planejamento Urbano ("Pró-Municípios").....	269
38.6.1.4	Programa 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	269
38.6.1.5	Programa Fortalecimento da Gestão Urbana	269
38.6.1.6	Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	269
38.6.2	Programas no Âmbito do Governo Federal Ministério da Integração Nacional	270
38.6.2.1	Programa Água para Todos	270
38.6.2.2	Programa 2051 – Oferta de Água	270
38.6.3	Programas no Âmbito do Governo Federal Ministério da Saúde	270
38.6.3.1	Programa: Saneamento Básico- Módulo Engenharia de Saúde Pública	270
38.6.3.3	Programa: Saneamento Básico - Saúde Ambiental.....	270
38.6.3.4	Programa Nacional de Saneamento Rural	270
38.6.4	Programas no Âmbito do Governo Federal Ministério do Meio Ambiente	271
38.6.4.1	Programa Resíduos Sólidos Urbanos – Gestão Ambiental	271
38.6.4.2	Programa Nacional de Florestas	271
38.6.4.3	Programa Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P.....	271
38.6.5	Outros Programas e Projetos no Âmbito do Governo Federal	271
38.6.5.1	Programa de Gestão Energética Municipal – PROCEL RELUZ – ELETROBRÁS	271
38.6.5.2	Programa de Fortalecimento da Gestão Pública	271
38.6.5.3	Projetos financiáveis pelo BNDES	271
38.6.5.4	Projetos financiáveis Ministério da Justiça	271
38.7	Programas no âmbito dos Comitês das Bacias Hidrográficas do PCJ	272
39.	<u>MECANISMOS DE AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO E CONTROLE SOCIAL</u>	273
39.1	Ações para implementação do PMSB.....	273
39.1.1	Ações Institucionais e Legais	273
39.1.2	Ações Técnicas e Operacionais.....	273
39.1.3	Definição dos Padrões de Qualidade.....	274
39.1.3.1	Abastecimento de água.....	274
39.1.3.2	Esgotamento sanitário.....	274

39.1.3.3	Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.....	275
39.1.3.4	Drenagem urbana e manejo de águas pluviais.....	275
39.1.3.5	Instrumentos de avaliação e monitoramento	275
39.2	Diretrizes para a regulação dos serviços	276
39.3	Diretrizes para a formatação de instrumentos de controle e participação da sociedade	278

40. INDICADORES DE INTERESSE PARA ACOMPANHAMENTO DAS METAS 279

40.1	Indicadores de desempenho	279
40.1.1	Indicadores do sistema de abastecimento de água	279
40.1.1.1	Cobertura e atendimento com abastecimento de água	279
40.1.1.1.1	Índice de cobertura dos domicílios urbanos com abastecimento de água:	280
40.1.1.1.2	Índice de cobertura dos domicílios totais com abastecimento de água....	280
40.1.1.1.3	Índice de atendimento da população urbana com abastecimento de água....	281
40.1.1.1.4	Índice de atendimento da população total com abastecimento de água ..	281
40.1.1.2	Hidrometração	282
40.1.1.3	Qualidade de água	282
40.1.1.3.1	Índice de conformidade das análises físico-químicas e bacteriológicas...	282
40.1.1.3.2	Índice de conformidade das análises bacteriológicas	283
40.1.1.4	Qualidade do fornecimento de água	283
40.1.1.4.1	Índice de interrupções de fornecimento	283
40.1.1.4.2	Índice de reclamações de falta de água.....	284
40.1.1.5	Controle de perdas	285
40.1.1.5.1	Índice de perdas na distribuição.....	285
40.1.1.5.2	Índice de perdas por ligação:	285
40.1.2	Indicadores do sistema de esgotamento sanitário.....	286
40.1.2.1	Cobertura e atendimento com esgotamento sanitário	286
40.1.2.1.1	Índice de cobertura dos domicílios urbanos com esgotamento sanitário ..	286
40.1.2.1.2	Índice de cobertura dos domicílios totais com esgotamento sanitário.....	286
40.1.2.1.3	Índice de Atendimento da População Urbana com Esgotamento Sanitário ...	287
40.1.2.1.4	Índice de atendimento da população total com esgotamento sanitário	288
40.1.2.2	Índice de tratamento dos esgotos coletados.....	288
40.1.2.3	Eficiência de tratamento de esgotos sanitários.....	289
40.1.2.4	Qualidade da coleta dos esgotos	290
40.1.2.5	Índice de obstrução de ramais domiciliares:	290
40.1.2.5.1	Índice de obstrução de redes coletoras	291

40.1.3	Indicadores gerenciais do SAA e do SES	291
40.1.3.1	Indicadores econômico-financeiros	291
40.1.3.1.1	Índice de evasão de receitas	291
40.1.3.1.2	Despesa total com os serviços por m ³ faturado	292
40.1.3.1.3	Indicador de desempenho financeiro	292
40.1.3.2	Indicadores de investimentos	293
40.1.3.2.1	Índice de investimentos em água	293
40.1.3.2.2	Índice de investimentos em esgoto	293
40.1.4	Medidas propostas para melhoria do atendimento ao cliente	294
40.1.4.1	Eficiência na prestação do serviço e no atendimento ao público	294
40.1.4.2	Índice de satisfação do cliente	297
40.2	Indicadores para o sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	298
40.2.1	Indicadores de resíduos urbanos	299
40.2.2	Indicadores de resíduos de serviços de saúde	299
40.2.3	Indicadores de resíduos da construção civil	300
40.2.4	Indicadores relativos a deposições irregulares de resíduos	300
40.2.5	Indicadores relativos aos resíduos de logística reversa	300
40.2.6	Indicadores relativos à inclusão social dos catadores	300
40.3	Indicadores do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais	304
40.3.1	Indicadores	304
40.3.2	Indicadores estratégicos (IE).....	305
40.3.3	Indicadores operacionais (IO)	305
40.3.4	Indicadores do grau de impermeabilização do solo (IU).....	306
40.3.5	Indicadores da gestão dos serviços (IG).....	306
40.3.6	Indicadores de gestão de eventos hidrológicos extremos (IEE).....	306
CAPÍTULO IX - CONSOLIDAÇÕES DAS CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL		309
<u>41. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>		<u>315</u>
ANEXO I – LAYOUT DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DE PINHALZINHO-SEDE		319
ANEXO II – LAYOUT DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO BAIRRO APARECIDINHA		321
ANEXO III – LAYOUT DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO BAIRRO JARDIM DO PINHAL		323
ANEXO IV – POTENCIAL ÁREA DE AVENIDA SANITÁRIA DE PINHALZINHO-SP		325

ANEXO V - MINUTA DE PROJETO DE LEI QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE PINHALZINHO-SP 327

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Categorias de performance técnica – IWA.....	13
Tabela 2 -	Projeção de demanda de água – Sede do município	16
Tabela 3 -	Projeção de demanda de água - Bairro Aparecidinha	18
Tabela 4 -	Projeção de demanda de água – Bairro Jardim do Pinhal.....	20
Tabela 5 -	Demanda de produção em função dos índices de perdas para Sede do município	32
Tabela 6 -	Demanda de produção em função dos índices de perdas para o Bairro Aparecidinha	33
Tabela 7 -	Demanda de produção em função dos índices de perdas para o Bairro Jardim do Pinhal	34
Tabela 8 -	Verificação de atendimento a demanda - Sistema de Reservação – Sede....	39
Tabela 9 -	Verificação de atendimento a demanda - Sistema de Reservação – Bairro Aparecidinha	40
Tabela 10 -	Verificação de atendimento a demanda - Sistema de Reservação – Bairro Jd. do Pinhal	41
Tabela 11 -	Ampliação das ligações de água - Sede	43
Tabela 12 -	Ampliação das ligações de água – Bairro Aparecidinha.....	44
Tabela 13 -	Ampliação das ligações de água – Bairro Jd. Do Pinhal	45
Tabela 14 -	Ampliação da hidrometração.....	47
Tabela 15 -	Ampliação da rede pública de distribuição	49
Tabela 16 -	Substituições no sistema de distribuição de água	51
Tabela 17 -	Resumo das ações a serem implantadas nos sistemas de abastecimento de água para município de Pinhalzinho	53
Tabela 18 -	Cronograma plurianual dos investimentos no sistema de abastecimento de água	57
Tabela 19 -	Cronograma dos investimentos nos períodos de planejamento do PMSB para o sistema de abastecimento de água do município de Pinhalzinho	58
Tabela 20 -	Projeção das vazões de coleta de esgoto – Sede	63
Tabela 21 -	Projeção das vazões de tratamento – Sede	64
Tabela 22 -	Projeção das vazões de coleta de esgoto – Bairro Aparecidinha.....	66
Tabela 23 -	Projeção das vazões de tratamento – Bairro Aparecidinha	67
Tabela 24 -	Projeção das vazões de coleta de esgoto - Bairro Jd. do Pinhal.....	69
Tabela 25 -	Projeção das vazões de tratamento – Bairro Jd. do Pinhal	70
Tabela 26 -	Balanço da carga de DBO - Sede	74
Tabela 27 -	Balanço da carga de DBO - Aparecidinha	75
Tabela 28 -	Balanço da carga de DBO - Bairro Jd. do Pinhal.....	76
Tabela 29 -	Ampliação do tratamento de esgoto - Sede	86
Tabela 30 -	Implantação de tratamento de esgoto - Aparecidinha	87

Tabela 31 -	Implantação de tratamento de esgoto - Jd. do Pinhal.....	88
Tabela 32 -	Ampliações das ligações de esgoto - Sede	89
Tabela 33 -	Ampliações das ligações de esgoto - Aparecidinha.....	90
Tabela 34 -	Ampliações das ligações de esgoto - Bairro Jd. do Pinhal	91
Tabela 35 -	Ampliação da rede pública de esgoto	92
Tabela 36 -	Cronograma plurianual dos investimentos no sistema de esgotamento sanitário	96
Tabela 37 -	Cronograma dos investimentos nos períodos de planejamento do PMSB para o sistema de esgotamento sanitário	97
Tabela 38 -	Perfil dos investimentos ao longo do PMSB	109
Tabela 39 -	Balanco simplificado.....	116
Tabela 40 -	Fluxo de Caixa ao longo de período do PMSB	118
Tabela 41 -	Composição gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos coletados no Brasil entre 1995 e 2008	127
Tabela 42 -	Geração per capita de resíduos sólidos domiciliares em função da população residente	131
Tabela 43 -	Projeção de geração de resíduos sólidos no município de Pinhalzinho... ..	132
Tabela 44 -	Projeção das quantidades de resíduos coletados, recicláveis e aterrados	134
Tabela 45 -	Evolução das quantidades de resíduos orgânicos para aproveitamento e disposição final em aterro sanitário.....	136
Tabela 46 -	Cenários de destinação de resíduos para aterro sanitário	138
Tabela 47 -	Classificação e destinação de resíduos da construção civil	141
Tabela 48 -	Projeção da geração e da composição dos resíduos sólidos da construção civil	142
Tabela 49 -	Projeção da geração dos resíduos sólidos volumosos	144
Tabela 50 -	Projeção da geração dos resíduos de serviços de saúde	146
Tabela 51 -	Parâmetros para projeção da geração dos resíduos de logística reversa obrigatória	148
Tabela 52 -	Projeção da geração de resíduos de logística reversa obrigatória	149
Tabela 53 -	Projeção de custos de coleta e destinação de RSU	172
Tabela 54 -	Parâmetros para projeção das despesas com coleta e varrição	173
Tabela 55 -	Projeção das despesas com resíduos sólidos urbanos	174
Tabela 56 -	Valor pago a materiais recicláveis.....	175
Tabela 57 -	Distribuição percentual dos resíduos recicláveis passíveis de reaproveitamento	177
Tabela 58 -	Balanco anual das despesas, investimentos e receitas potenciais com resíduos sólidos	180
Tabela 59 -	Resumo das despesas, investimentos e receitas potenciais por período	181

Tabela 60 - pluviais	Previsão de despesas com a manutenção do sistema de manejo de águas	225
Tabela 61 -	Metas de atendimento com abastecimento de água	281
Tabela 62 -	Metas de Controle de Perdas.....	285
Tabela 63 -	Metas de Atendimento da População Urbana com Esgotamento Sanitário	288
Tabela 64 - projeto	Índices de qualidade de tratamento de esgoto desejados no horizonte de	290
Tabela 65 -	Indicadores abastecimento de água e esgotamento sanitário.....	298
Tabela 66 - (continua)	Equações para cálculo dos indicadores de manejo dos resíduos sólidos	302
Tabela 67 - 2013	Média nacional dos indicadores de manejo de resíduos sólidos – SNIS	304

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Esquema de contaminação de poços rasos por fossa	26
Figura 2 -	Proteção de poços rasos.....	27
Figura 3 -	Garrafa dosadora de cloro	28
Figura 4 -	Instalação de clorador Embrapa na rede de captação de água	29
Figura 5 -	Estrutura da fossa séptica biodigestora	78
Figura 6 -	Esquema em corte de um jardim filtrante.....	79
Figura 7 -	Esquema de um tanque séptico.....	81
Figura 8 -	Esquema da distribuição de sumidouros de um tanque séptico.....	82
Figura 9 -	Exemplo de estação de tratamento de esgoto compacta.....	83
Figura 10 -	Modelo de gestão	124
Figura 11 -	Localização dos córregos do Lago e Park Hotel.....	187
Figura 12 -	Cenário Desejado para o Sistema de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais..	189
Figura 13 -	Área de macrodrenagem no Bairro Parque do Limão	197
Figura 14 -	Área de macrodrenagem na região do Terminal Rodoviário de Pinhalzinho	198
Figura 15 -	Área de macrodrenagem no rio Pinhal.....	199
Figura 16 -	Investimento de curto prazo (2016 – 2019).....	207
Figura 17 -	Investimento de médio prazo (2020 – 2023).....	208
Figura 18 -	Investimento de longo prazo (2024 – 2035).....	208
Figura 19 -	Dispositivo de controle de escoamento – Faixas Gramadas.....	217
Figura 20 -	Dispositivo de controle de escoamento – Pavimento poroso	218
Figura 21 -	Dispositivo de controle de escoamento – Poço de infiltração.....	220
Figura 22 -	Plenária da Audiência Pública - Pinhalzinho.....	314
Figura 23 -	Plenária da Audiência Pública - Pinhalzinho.....	314

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Objetivos específicos do sistema de abastecimento de água	54
Quadro 2 -	Objetivos específicos do sistema de esgotamento sanitário	93
Quadro 3 -	Relação das principais ações, projetos e programas de gestão	107
Quadro 4 -	Resumo das ações previstas nos programas de RSU (Continua)	167
Quadro 5 -	Programa para o gerenciamento dos serviços de manejo de águas pluviais.....	193
Quadro 6 -	Programas de Obras e Serviços	195
Quadro 7 -	Programas de Obras e Serviços (Continua)	200
Quadro 8 -	Programas de Obras e Serviços	202
Quadro 9 -	Programa de investimentos (Continua).....	203
Quadro 10 - (Continua)	Ações emergenciais relativas aos serviços de abastecimento de água	243
Quadro 11 - (Continua)	Ações de emergenciais relativas aos serviços de esgotamento sanitário	249
Quadro 12 -	Ações de emergência relativas aos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	253
Quadro 13 -	Ações de contingências relativas aos serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais	256
Quadro 14 -	Prazos de atendimento dos serviços	295
Quadro 15 -	Estruturas de atendimento ao público	296
Quadro 16 -	Adequação das estruturas de atendimento ao público	296

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Análise das demandas – Sede.....	17
Gráfico 2 -	Análise das demandas - Bairro Aparecidinha	19
Gráfico 3 -	Análise das demandas – Bairro Jardim do Pinhal	21
Gráfico 4 -	Análise dos cenários de produção para Sede	36
Gráfico 5 -	Análise dos cenários de produção para o Bairro Aparecidinha	37
Gráfico 6 -	Análise dos cenários de produção para o Bairro Jardim do Pinhal	38
Gráfico 7 -	Projeção das vazões de tratamento e coleta de esgoto - Sede	65
Gráfico 8 -	Projeção das vazões de tratamento e coleta de esgoto - Bairro Aparecidinha	68
Gráfico 9 -	Projeção das vazões de tratamento e coleta de esgoto - Bairro Jd. do Pinhal	71
Gráfico 10 -	Perfil geral dos investimentos	110
Gráfico 11 -	Perfil dos investimentos.....	111
Gráfico 12 -	Perfil dos investimentos no SAA	112
Gráfico 13 -	Perfil dos investimentos no SES	112
Gráfico 14 -	Composição gravimétrica típica dos resíduos sólidos urbanos.	128
Gráfico 15 -	Composição gravimétrica dos RSU no CISBRA	129
Gráfico 16 -	Evolução das quantidades de resíduos para aproveitamento	137
Gráfico 17 -	Balanço entre produção e aproveitamento dos resíduos conforme metas.....	139
Gráfico 18 -	Quantidade de materiais reciclados, compostados e aterrados	140
Gráfico 19 -	Perfil dos custos com manejo de resíduos sólidos	182

LISTA DE SIGLAS

ABILUX - Associação Brasileira da Indústria da Iluminação

ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANIP - Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos

ATT – Área de Transbordo e Triagem

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CCO – Centro de Controle Operacional

CD - Carga Orgânica de Origem Doméstica

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.

CISBRA – Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas

CND - Carga Orgânica de Origem Não Doméstica.

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.

CPC - Carga Orgânica Per Capita

CREA – SP – Concelho regional de Engenharia e Agricultura de São Paulo

CT - Carga Orgânica Total.

DBO – Demanda Bioquímica de Oxigênio

DEX – Despesa de Exploração.

DMC – Distritos de Medição e Controle

DOU – Diário Oficial da União.

DQO – Demanda Química de Oxigênio

EIA – Estudo de Impacto Ambiental.

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto.

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

KD - Concentração Média do Esgoto Doméstico do Município.

Knd - Concentração Média do Esgoto Não Doméstico do Município.

Kt - Concentração Média do Esgoto Total do Município.

LAB – Lodo Ativo por Batelada
PCJ – Piracicaba, Capivari e Jundiá.
Pec - População atendida com coleta de esgoto.
PEV – Posto de Entrega Voluntária
PIB – Produto Interno Bruto.
PIS – Programa de Integração Social
PM – Prefeitura Municipal.
PMGIRS – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico.
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos.
PNSB – Política Nacional de Saneamento básico.
PRODUTOR – Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo
PVC – Policloreto de Vinila
Qec - Vazão de esgoto coletado.
RCC – Resíduos da Construção Civil.
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental.
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo.
RSD – Resíduos Sólidos Domiciliares.
RSS – Resíduos de Serviços de Saúde.
RSU – Resíduos Sólidos Urbanos.
SAA – Sistema de Abastecimento de Água.
SABESP – Companhia de Abastecimento do Estado de São Paulo
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.
SES – Sistema de Abastecimento de Esgoto.
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
SMA – Secretaria do Meio Ambiente.
SNIS – Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento.
SNVS – Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária
SP – São Paulo.
SRS – Sistema de Resíduos Sólidos.
SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
SUS – Sistema Único de Saúde.

**CAPÍTULO I - PROGNÓSTICOS E
ALTERNATIVAS PARA UNIVERSALIZAÇÃO
DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO
- OBJETIVOS E METAS**

1. INTRODUÇÃO

Marcial e Grumbach (2008) citam Godet (1987), para definir cenário como um “conjunto formado pela descrição coerente de uma situação futura e pelo encaminhamento dos acontecimentos que permitem passar da situação de origem à situação futura”.

Para Schwartz (1996) apud Brasiliano (2007), cenários são uma ferramenta para ordenar a percepção sobre ambientes alternativos futuros, nos quais as decisões pessoais podem ser cumpridas. Ou um conjunto de métodos organizados para sonharmos sobre o futuro de maneira eficiente.

Dahis (2008) afirma que “os cenários prospectivos são configurações de imagens de futuro condicionadas e fundamentadas em jogos coerentes de hipóteses sobre prováveis comportamentos das variáveis determinantes do objeto de planejamento”.

Portanto, cenários prospectivos podem ser entendidos como uma visão crítica do futuro, desenvolvida a partir de fatos presentes já suficientemente consolidados e de variáveis cujas tendências ao longo do tempo podem ser aferidas com alguma precisão e, por isso, sinalizam perspectivas de construção de futuros prováveis. Por outro lado, existem outras variáveis, cuja influência é carregada de incerteza, cuja previsão de ocorrência deve ser atentamente examinada, a fim de evitar surpresas que possam invalidar as projeções realizadas. Em se tratando de políticas públicas, há de se considerar a ação dos atores envolvidos, pois como agentes de construção do futuro, podem viabilizar ou não a construção de determinada política.

Em resumo, cenários prospectivos são construídos para estabelecer condições, prever decisões e dar encaminhamento a ações, que permitam, no futuro, realidades desejáveis.

Segundo Marcial e Grumbach (2008), um dos desafios na construção de cenários prospectivos é identificar “sementes de futuro”, que pode ser entendido como fatores conhecidos no presente, que podem condicionar o desenvolvimento de realidades futuras. Os autores definem as seguintes sementes de futuro:

a) Atores: são os verdadeiros agentes da mudança, pois podem mudar o curso dos acontecimentos;

ex: gerentes, grupos de pressão, população, organizações, etc.;

b) Tendências de peso: variáveis cujas perspectivas de influência estão suficientemente consolidadas, devendo ser analisadas em qualquer estudo prospectivo;

ex: crescimento da população, crescimento da demanda, aumento da área impermeabilizada na área urbana, etc.;

c) Fatos predeterminados: variáveis conhecidas e certas de ocorrerem, mas que não determinantes para a definição da lógica dos cenários;

ex: alternância do poder;

d) Fatos portadores de futuro: sinais ínfimos, mas, que por sua dimensão presente, existentes no ambiente, podem acarretar imensas consequências e potencialidades;

ex: pequenas intermitências no abastecimento de água;

e) Incertezas críticas: fatores com alto grau de incerteza, mas de grande importância para a questão principal;

ex: regime de chuvas;

f) Surpresas inevitáveis: forças previsíveis, mas que não se sabe quando irão se configurar;

ex: estiagem prolongada;

g) Coringas ou wild cards: surpresas com pequena probabilidade de ocorrência, mas de grande impacto;

ex: poluição acidental do manancial;

Sendo assim, ainda segundo Marcial e Grumbach (2008), para construção de cenários, é necessário estabelecer as seguintes premissas:

- determinar intervalos temporais;
- detectar tendências prováveis de evolução;
- identificar tensões sociais que poderiam alterar essas tendências;
- avaliar que estruturas e parâmetros são importantes e quais objetivos e metas inspiram e motivam essas tendências.

Citando Godet, afirmam que um cenário não é realidade futura, mas um meio de representá-la, com o objetivo de nortear a ação presente, à luz dos futuros possíveis e desejáveis.

2. PROPOSIÇÃO DE CENÁRIOS PARA PINHALZINHO

Marcial e Grumbach (2008) classificam os cenários como possíveis, realizáveis e desejáveis. Os cenários possíveis são todos aqueles que a mente humana pode imaginar. Os realizáveis são aqueles passíveis de ocorrer e que levam em conta os condicionantes de futuro. Já os desejáveis, encontram-se em qualquer parte do possível, mas nem todos são necessariamente realizáveis.

Os cenários a serem construídos para os serviços de saneamento básico de Pinhalzinho serão definidos como desejáveis, ou seja, aqueles que, em todos os aspectos, satisfaçam as expectativas da população em relação à prestação dos serviços de saneamento básico e as boas práticas da administração pública, incluindo as seguintes diretrizes:

- **Universalidade:** atendimento universal da população alvo das ações de saneamento, não se admitindo exclusões por falta de abrangência dos sistemas de saneamento;
- **Equidade:** equivalência na qualidade sanitária dos serviços, ou seja, a qualidade da prestação dos serviços deverá ter as mesmas características para todos, independente das condições socioeconômicas dos usuários e da realidade urbanística onde ele vive;
- **Qualidade dos serviços:** diretriz que inclui a regularidade, a continuidade, a eficiência, a segurança, a atualidade, a cortesia e a modicidade de custos;
- **Acesso:** compatibilização da política tarifária com o poder aquisitivo do usuário, não se admitindo exclusões por incapacidade de pagamento de taxas ou tarifas decorrentes da prestação dos serviços;
- **Integralidade:** atendimento pelos serviços de saneamento com uma visão que entenda o saneamento como um conjunto de ações, envolvendo o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e a drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;
- **Participação e controle social:** como requisito indispensável para tornar visível e legitimada a diversidade de interesses, bem como para a apropriação dos equipamentos de saneamento pela população;
- **Intersetorialidade:** integração com o desenvolvimento urbano, a saúde pública e com as áreas ambientais e de recursos hídricos e defesa civil, entendida como indispensável para atingir o pleno êxito das ações, por sua natureza, complexas.

Além dessas diretrizes, os cenários prováveis deverão incorporar os princípios de efetividade, eficácia e eficiência, como critérios para avaliação de políticas (BELONNI et al., 2003) assim definidos:

- **Efetividade:** avalia se a alteração de uma determinada realidade social teve relação de causalidade com a implementação de uma determinada política, se um dos objetivos dessa política foi o de modificar aquela realidade;
- **Eficiência:** refere-se aos meios que nortearam a implementação de uma determinada política, avaliando-se os princípios de justiça social, de moralidade, de probidade, de factibilidade, de presteza e os resultados obtidos;
- **Eficácia:** refere-se aos resultados da implementação de uma determinada política, avaliando se as metas propostas foram executadas.

Para Pinhalzinho será proposta a construção de cinco cenários, abordando os seguintes aspectos dos serviços de saneamento básico:

- a) Gestão dos serviços de saneamento: identificar as necessidades para plena institucionalização do setor, para que a implementação das políticas públicas garanta os requisitos de efetividade, eficiência e eficácia;
- b) Prestação dos serviços de abastecimento de água: identificar as necessidades para garantir a capacidade do atendimento da demanda com qualidade e equidade;
- c) Prestação dos serviços de esgotamento sanitário: identificar as necessidades para garantir a capacidade do atendimento da demanda com qualidade e equidade;
- d) Prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: identificar as necessidades para garantir a capacidade do atendimento da demanda com qualidade e equidade;
- e) Prestação dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas: identificar as necessidades para garantir a proteção da população e de bens públicos e privados contra alagamentos, transbordamentos de cursos d'água e desmoronamento de encostas.

Para o estabelecimento das metas e objetivos, foram considerados os seguintes intervalos de planejamento, previamente estabelecidos:

- Ações de curto prazo: até 1 a 4 anos (2016 a 2019);
- Ações de médio prazo: de 4 a 8 anos (2020 a 2024);
- Ações de longo prazo: de 8 a 20 anos (2025 a 2035).

Ressalta-se que os dados e as informações contidas neste documento têm por base o Relatório de Diagnóstico dos Sistemas – Produto 3, aprovado pela Fundação Agência da Bacias PCJ e pelo Grupo de Trabalho Local do Município de Pinhalzinho, além de fontes oficiais de dados, tais como o SNIS – Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento, Fundação SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e documentos fornecidos pelo município, tais como estudos, planos e projetos existentes com seus devidos tratamentos e conclusões.

Caracteriza-se, portanto, de extrema importância, a validação deste documento pelo Grupo de Trabalho Local, de forma a garantir que a compreensão das descrições aqui contidas seja aderente às percepções dos problemas vivenciados pela população residente no Município.

3. METODOLOGIA

A metodologia para a realização do Prognóstico, Estudo de Concepção e Estudo de Viabilidade Econômico Financeira do PMSB se dá a partir da definição de uma concepção a ser adotada para os sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana do município de Pinhalzinho, fazendo-se necessário a análise das condições atuais de cada um, baseando-se no Relatório de Diagnóstico dos Sistemas – Produto 3, então, realiza-se o prognóstico e o estudo de concepção para as condições futuras.

Desta forma, a metodologia segue os seguintes passos:

- I. Realização da projeção das demandas futuras de água para abastecimento e das vazões de esgoto produzidas, com base nos índices e parâmetros atuais e nos critérios de projeção que foram previamente definidos neste estudo;
- II. Avaliação da disponibilidade hídrica existente na região que, conjuntamente com as informações anteriores darão subsídios para se definir a concepção mais adequada para o sistema de abastecimento de água;
- III. Da mesma forma foi analisada a concepção atual do sistema de esgotamento sanitário, que servirá como base para se propor a concepção mais adequada a ser adotada ao longo do horizonte do plano;
- IV. Projeção das demandas futuras do sistema de manejo de águas pluviais;
- V. Caracterização física dos resíduos sólidos no município, projeção das demandas de geração de resíduos sólidos urbanos ao longo do horizonte do projeto;
- VI. Posteriormente, foi realizada a apuração das necessidades futuras globais ao longo dos sistemas, oriundas do crescimento populacional, dos padrões de atendimento adotados e das metas setoriais estabelecidas;
- VII. Finalmente, foram verificadas as possíveis interfaces de outros planos setoriais existentes com as soluções propostas nos estudos de concepção.

CAPÍTULO II - PROGNÓSTICOS E CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

4. PROJEÇÃO DAS DEMANDAS FUTURAS DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

4.1 Critérios de projeção adotados para o SAA

Os índices e os parâmetros, aqui adotados, foram obtidos na fase do diagnóstico, que caracteriza a situação atual do sistema de abastecimento de água e, quando necessário, os mesmos foram confrontados com valores equivalentes observados em outros sistemas de porte semelhante, bem como valores de referência, usualmente adotados em estudos de concepção. Também foram analisadas as informações e indicadores disponíveis no SNIS/2013 e no Censo IBGE 2010.

Para as previsões futuras, adotaram-se hipóteses de evolução de alguns parâmetros, tais como os índices de atendimento, índice de perdas e consumo per capita, de acordo com os critérios e motivos expostos a seguir.

Em face às condições cada vez mais restritivas de disponibilidade hídrica nas bacias do PCJ, especialmente nos períodos de estiagem, é recomendável que a prefeitura, junto à SABESP, faça a gestão da demanda de água do município, e promova campanhas de uso racional da água, de modo a reduzir o consumo per capita.

4.1.1 Padrões de Atendimento e Consumo Per Capita

4.1.1.1 Sede

Atualmente, a sede do município de Pinhalzinho possui um índice de atendimento urbano com abastecimento de água de 100%, portanto, já está atendendo a meta de universalização.

Na fase de diagnóstico, verificou-se o consumo médio per capita para o período de 2010 a 2013, obtendo-se a média 176,57 l/hab.dia para esses anos. Para fins de projeção de demandas futuras de água, assumiu-se este valor como constante ao longo de todo o período estudado.

4.1.2 Bairro Aparecidinha

Atualmente, o bairro Aparecidinha possui um índice de atendimento urbano com abastecimento de água de 100%, portanto, já está atendendo a meta de universalização.

Na fase de diagnóstico, verificou-se o consumo médio per capita para o período de 2010 a 2013, obtendo-se a média 165,61 l/hab.dia para esses anos. Para fins de projeção de demandas futuras de água, assumiu-se este valor como constante ao longo de todo o período estudado.

4.1.3 Bairro Jardim do Pinhal

Atualmente, o bairro Jardim do Pinhal possui um índice de atendimento urbano com abastecimento de 100%, portanto, já está atendendo a meta de universalização.

Na fase de diagnóstico, verificou-se o consumo médio per capita para o período de 2010 a 2013, obtendo-se a média 168,82 l/hab.dia para esses anos. Para fins de projeção de demandas futuras de água, assumiu-se este valor como constante ao longo de todo o período estudado.

4.1.4 Índice de perdas de água

Segundo Liemberger (2014), a partir da matriz do balanço hídrico – WB-EasyCalc, as categorias de performance técnica dos sistemas de abastecimento de água variam de A até D, em função dos índices de perdas do sistema, conforme mostra a **Tabela 1**.

Tabela 1 - Categorias de performance técnica – IWA

Categoria de performance técnica		ILI	Litros/ligação.dia (quando o sistema está pressurizado) numa pressão média de:				
			10m	20m	30m	40m	50m
País desenvolvido	A	1-2		<50	<75	<100	<125
	B	2-4		50-100	75-150	100-200	125-250
	C	4-8		100-200	150-300	200-400	250-500
	D	>8		>200	>300	>400	>500
País em desenvolvimento	A	1-4	<50	<100	<150	<200	<250
	B	4-8	50-100	100-200	150-300	200-400	250-500
	C	8-16	100-200	200-400	300-600	400-800	500-1000
	D	>16	>200	>400	>600	>800	>1000

Fonte: IWA (2014).

Onde,

- Categoria A: Redução adicional de perda pode não ser econômica, ao menos que haja insuficiência de abastecimento; são necessárias análises mais criteriosas para identificar o custo de melhoria efetiva;
- Categoria B: Potencial para melhorias significativas; considerar o gerenciamento de pressão; práticas melhores de controle ativo de vazamentos, e uma melhor manutenção da rede;
- Categoria C: Registro deficiente de vazamentos; tolerável somente se a água é abundante e barata; mesmo assim, analisar o nível e a natureza dos vazamentos e intensificar os esforços para redução de vazamentos;
- Categoria D: Uso muito ineficiente dos recursos; programa de redução de vazamentos é imperativo e altamente prioritário.

De acordo com os dados levantados junto à SABESP, no Relatório de Diagnóstico, o Índice de Perdas atual para os 3 sistemas são os seguintes:

- Sede: 24,07%, ou 53,28 l/hab.;
- Bairro Aparecidinha: 19,65% ou 33,63 l/hab.;
- Bairro Jardim do Pinhal: 19,65% ou 33,63 l/hab.

Nestas condições e considerando a **Tabela 1**, o município estaria em uma categoria que não justificaria a implantação de um programa intensivo de redução de perdas, implicando apenas na manutenção dos níveis atuais.

Contudo, este valor se apresenta inconsistente, podendo não corresponder à realidade, pois índices de perdas desta ordem de grandeza dos bairros Jardim do Pinhal e Aparecidinha (menores do que 50 l/ligação/dia) não são usuais, mesmo em países desenvolvidos.

Assim, para fins do presente estudo, adotou-se o valor de referência de 19,65% para o índice de perda atual dos bairros Jardim do Pinhal e Aparecidinha, a partir do qual, serão estabelecidas metas de redução ao longo do período do PMSB. Esta medida é necessária para criar um cenário que servirá como base para o programa de Controle de Perdas a ser implementado no município. Salienta-se que, em função dos aspectos retro referenciados, é imperativo que a avaliação do real índice de perdas atual seja uma medida de implantação imediata.

Frisa-se que o índice de perdas físicas é um dos fatores que mais afetam a demanda de água em um sistema de abastecimento de água, impactando diretamente na capacidade dos mananciais e das unidades operacionais, tais como captação, tratamento, adução, etc.

É uma das principais premissas do presente PMSB a redução do nível das perdas físicas, tendo sido estabelecidas metas de redução para a Sede do município de Pinhalzinho, conforme apresentado a seguir:

- Redução do índice de perdas de 24,07% para 20% em 4 anos, ou seja, até o ano de 2020;
- Manutenção do patamar de perdas de 20%, no mínimo até o final do PMSB (2035).

4.1.5 Coeficientes de dia e hora de maior consumo

Os consumos de água, como se sabe, variam ao longo do tempo, em função de demandas concentradas e de variações climáticas. Os coeficientes de dia e hora de maior consumo refletem, respectivamente, os consumos: máximo diário e máximo horário ocorrido no período de um ano, no qual se associa o denominado consumo médio. Para a apuração destes coeficientes é necessário que existam dados de vazões produzidas ao longo de pelo menos um ano, com registros de suas variações diárias e horárias.

A falta de elementos para apuração destes coeficientes, usualmente adotam-se os coeficientes bibliográficos e recomendados pelas normas técnicas da ABNT, as quais são:

- Coeficiente de Dia de Maior Consumo: $K1 = 1,20$;
- Coeficiente de Hora de Maior Consumo: $K2 = 1,50$.

Serão estes, portanto, os coeficientes a serem adotados neste trabalho.

Conhecido o consumo médio anual, obtém-se o consumo máximo diário pela multiplicação do consumo médio por $K1$, e o consumo máximo horário pela multiplicação do consumo máximo diário por $K2$.

4.2 Valores apurados nas projeções do SAA

Com base na evolução da população urbana do município e nos critérios estabelecidos nos itens anteriores, são analisados os seguintes parâmetros:

- Consumo médio: Corresponde à população abastecida multiplicada pelo consumo médio per capita;
- Volume de Perdas: Corresponde ao volume apurado com o índice de perdas estabelecido;
- Demanda média: Corresponde ao consumo médio acrescido do volume de perdas;
- Demanda máxima: Correspondente à vazão do dia de maior consumo acrescido do volume de perdas.

Nas **Tabelas 2 a 4** e nos **Gráficos 1 a 3** são apresentados os valores apurados nas projeções das demandas de água para os três sistemas, acompanhadas com seus respectivos gráficos de análise das demandas.

Tabela 2 - Projeção de demanda de água – Sede do município

Período (ano)	População urbana Sede (hab.)	Índice de abastecimento (%)	População abastecida (hab.)	Consumo Per Capita (l/hab./dia)	Consumo médio (l/s)	Índice de perdas (%)	Vazão relacionada às perdas (l/s)	Demanda (l/s)		
								Média	Máxima diária	Máxima horária
2016	7.688	100,00	7.688	176,57	15,71	24,07	3,78	19,49	22,63	32,06
2017	7.916	100,00	7.916	176,57	16,18	23,00	3,72	19,90	23,14	32,85
2018	8.150	100,00	8.150	176,57	16,66	22,00	3,67	20,33	23,66	33,65
2019	8.391	100,00	8.391	176,57	17,15	21,00	3,60	20,75	24,18	34,47
2020	8.639	100,00	8.639	176,57	17,65	20,00	3,53	21,18	24,71	35,30
2021	8.894	100,00	8.894	176,57	18,18	20,00	3,64	21,82	25,45	36,36
2022	9.157	100,00	9.157	176,57	18,71	20,00	3,74	22,45	26,19	37,42
2023	9.428	100,00	9.428	176,57	19,27	20,00	3,85	23,12	26,98	38,54
2024	9.707	100,00	9.707	176,57	19,84	20,00	3,97	23,81	27,78	39,68
2025	9.994	100,00	9.994	176,57	20,42	20,00	4,08	24,50	28,59	40,84
2026	10.289	100,00	10.289	176,57	21,03	20,00	4,21	25,24	29,44	42,06
2027	10.593	100,00	10.593	176,57	21,65	20,00	4,33	25,98	30,31	43,30
2028	10.907	100,00	10.907	176,57	22,29	20,00	4,46	26,75	31,21	44,58
2029	11.229	100,00	11.229	176,57	22,95	20,00	4,59	27,54	32,13	45,90
2030	11.561	100,00	11.561	176,57	23,63	20,00	4,73	28,36	33,08	47,26
2031	11.903	100,00	11.903	176,57	24,33	20,00	4,87	29,20	34,06	48,66
2032	12.255	100,00	12.255	176,57	25,04	20,00	5,01	30,05	35,06	50,08
2033	12.617	100,00	12.617	176,57	25,78	20,00	5,16	30,94	36,09	51,56
2034	12.990	100,00	12.990	176,57	26,55	20,00	5,31	31,86	37,17	53,10
2035	13.375	100,00	13.375	176,57	27,33	20,00	5,47	32,80	38,26	54,66

Gráfico 1 - Análise das demandas – Sede

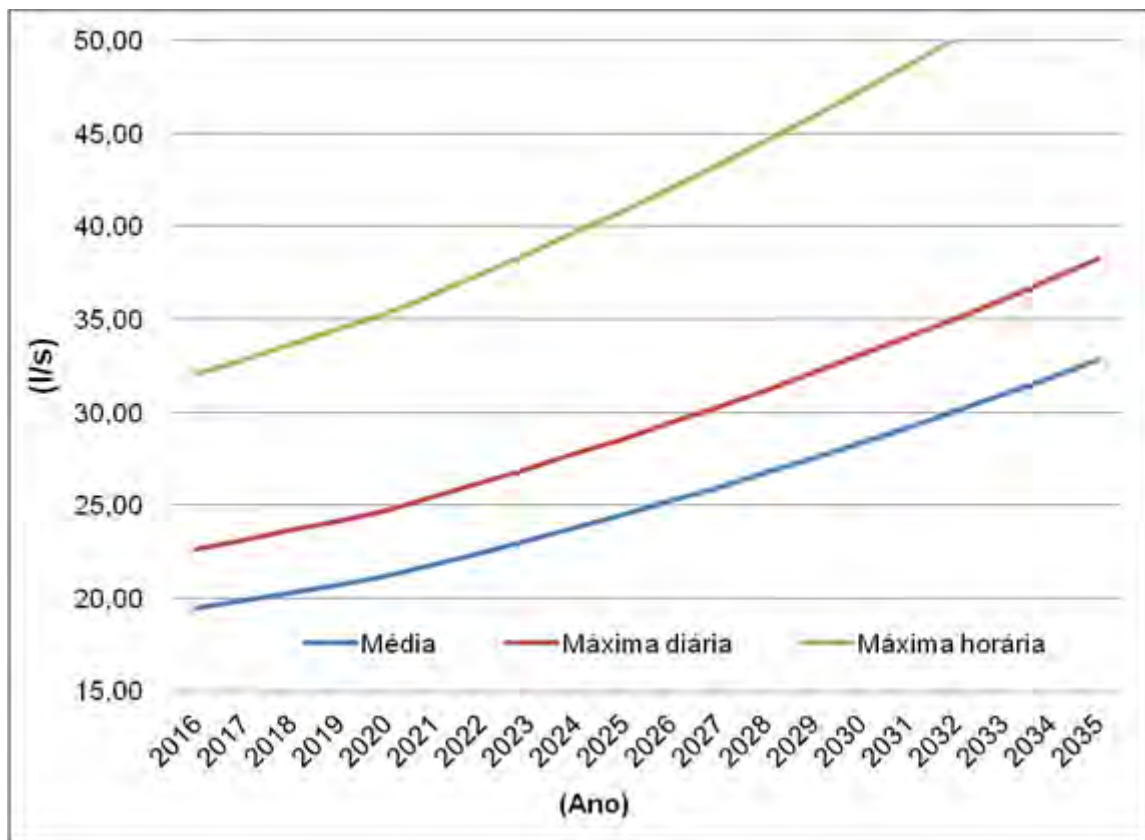


Tabela 3 - Projeção de demanda de água - Bairro Aparecidinha

Período (ano)	População Bairro Aparecidinha (hab.)	Índice de abastecimento (%)	População abastecida (hab.)	Consumo Per Capita (l/hab./dia)	Consumo médio (l/s)	Índice de perdas (%)	Vazão relacionada às perdas (l/s)	Demanda (l/s)		
								Média	Máxima diária	Máxima horária
2016	812	100,00	812	165,61	1,56	19,65	0,31	1,87	2,18	3,11
2017	826	100,00	826	165,61	1,58	19,65	0,31	1,89	2,21	3,15
2018	840	100,00	840	165,61	1,61	19,65	0,32	1,93	2,25	3,21
2019	854	100,00	854	165,61	1,64	19,65	0,32	1,96	2,29	3,27
2020	869	100,00	869	165,61	1,67	19,65	0,33	2,00	2,33	3,33
2021	884	100,00	884	165,61	1,69	19,65	0,33	2,02	2,36	3,37
2022	899	100,00	899	165,61	1,72	19,65	0,34	2,06	2,40	3,43
2023	914	100,00	914	165,61	1,75	19,65	0,34	2,09	2,44	3,49
2024	929	100,00	929	165,61	1,78	19,65	0,35	2,13	2,49	3,55
2025	944	100,00	944	165,61	1,81	19,65	0,36	2,17	2,53	3,61
2026	960	100,00	960	165,61	1,84	19,65	0,36	2,20	2,57	3,67
2027	976	100,00	976	165,61	1,87	19,65	0,37	2,24	2,61	3,73
2028	992	100,00	992	165,61	1,90	19,65	0,37	2,27	2,65	3,79
2029	1.008	100,00	1.008	165,61	1,93	19,65	0,38	2,31	2,70	3,85
2030	1.024	100,00	1.024	165,61	1,96	19,65	0,39	2,35	2,74	3,91
2031	1.041	100,00	1.041	165,61	2,00	19,65	0,39	2,39	2,79	3,99
2032	1.057	100,00	1.057	165,61	2,03	19,65	0,40	2,43	2,83	4,05
2033	1.074	100,00	1.074	165,61	2,06	19,65	0,40	2,46	2,88	4,11
2034	1.091	100,00	1.091	165,61	2,09	19,65	0,41	2,50	2,92	4,17
2035	1.108	100,00	1.108	165,61	2,12	19,65	0,42	2,54	2,96	4,23

Gráfico 2 - Análise das demandas - Bairro Aparecidinha

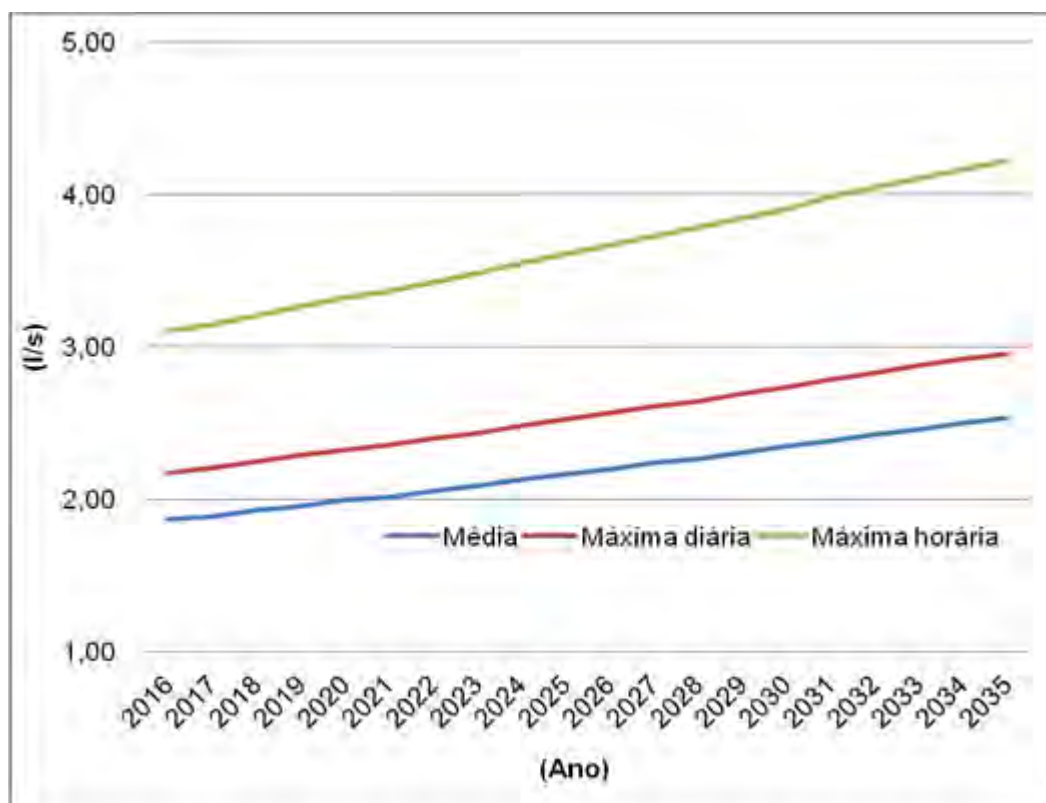
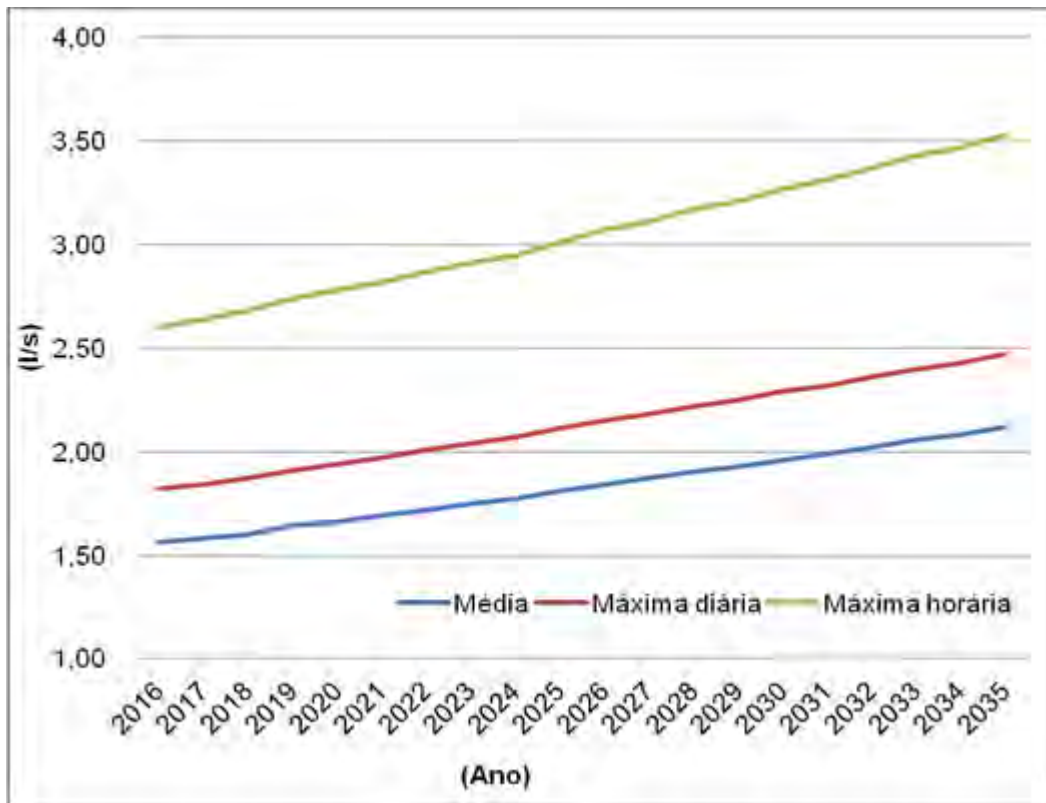


Tabela 4 - Projeção de demanda de água – Bairro Jardim do Pinhal

Período (ano)	População Jd. do Pinhal (hab.)	Índice de abastecimento (%)	População abastecida (hab.)	Consumo Per Capita (l/hab./dia)	Consumo médio (l/s)	Índice de perdas (%)	Vazão relacionada às perdas (l/s)	Demanda (l/s)		
								Média	Máxima diária	Máxima horária
2016	664	100,00	664	168,82	1,30	19,65	0,26	1,56	1,82	2,60
2017	676	100,00	676	168,82	1,32	19,65	0,26	1,58	1,84	2,64
2018	687	100,00	687	168,82	1,34	19,65	0,26	1,60	1,87	2,68
2019	699	100,00	699	168,82	1,37	19,65	0,27	1,64	1,91	2,74
2020	711	100,00	711	168,82	1,39	19,65	0,27	1,66	1,94	2,78
2021	723	100,00	723	168,82	1,41	19,65	0,28	1,69	1,97	2,82
2022	735	100,00	735	168,82	1,44	19,65	0,28	1,72	2,01	2,87
2023	748	100,00	748	168,82	1,46	19,65	0,29	1,75	2,04	2,91
2024	760	100,00	760	168,82	1,48	19,65	0,29	1,77	2,07	2,95
2025	773	100,00	773	168,82	1,51	19,65	0,30	1,81	2,11	3,01
2026	786	100,00	786	168,82	1,54	19,65	0,30	1,84	2,15	3,07
2027	798	100,00	798	168,82	1,56	19,65	0,31	1,87	2,18	3,11
2028	812	100,00	812	168,82	1,59	19,65	0,31	1,90	2,22	3,17
2029	825	100,00	825	168,82	1,61	19,65	0,32	1,93	2,25	3,21
2030	838	100,00	838	168,82	1,64	19,65	0,32	1,96	2,29	3,27
2031	852	100,00	852	168,82	1,66	19,65	0,33	1,99	2,32	3,31
2032	865	100,00	865	168,82	1,69	19,65	0,33	2,02	2,36	3,37
2033	879	100,00	879	168,82	1,72	19,65	0,34	2,06	2,40	3,43
2034	893	100,00	893	168,82	1,74	19,65	0,34	2,08	2,43	3,47
2035	907	100,00	907	168,82	1,77	19,65	0,35	2,12	2,47	3,53

Gráfico 3 - Análise das demandas – Bairro Jardim do Pinhal



5. CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Ressalta-se que o presente PMSB estabelecem as macro-diretrizes que o sistema necessita, de forma que uma concepção mais detalhada deverá ser apresentada em um Plano Diretor do Sistema de Abastecimento de Água, que é um desdobramento resultante do PMSB.

Portanto, no âmbito do presente relatório, as recomendações de caráter geral são apresentadas adiante.

Conforme já descrito no Relatório de Diagnóstico dos Sistemas – Produto 3, a concepção atual do abastecimento de água do município de Pinhalzinho é composta por 3 sistemas de abastecimento simples:

Sede do município: captação superficial.

Bairro Aparecidinha: 1 poço tubular profundo.

Barro Jardim do Pinhal: 3 poços tubulares profundos.

5.1 Avaliação da disponibilidade hídrica

5.1.1 Potencialidade do manancial superficial

Segundo as informações coletadas a partir do Relatório de Diagnóstico – Produto 3, o manancial rio das Pedras tem disponibilidade hídrica de 701 l/s, possui atualmente uma capacidade de produção de 21 l/s e não apresenta parâmetros físico, químicos e microbiológicos que possam comprometer a qualidade de suas águas para fins de abastecimento público, tendo como base análises realizadas para cumprimento da Portaria nº 2.914/11 do Ministério da Saúde, que estabelece os padrões de potabilidade para consumo público.

5.1.2 Potencialidade do manancial subterrâneo

5.1.2.1 Bairro Aparecidinha

Atualmente, no bairro Aparecidinha, existe 1 poço tubular profundo em operação. O poço está inserido no Sistema Aquífero Cristalino, com capacidade de produção de 2,50 l/s. e não apresenta parâmetros físico, químicos e microbiológicos que possam comprometer a qualidade de suas águas para fins de abastecimento público, tendo como base análises realizadas para cumprimento da Portaria nº 2.914/11 do Ministério da Saúde, que estabelece os padrões de potabilidade para consumo público.

5.1.2.2 Bairro Jardim do Pinhal

Atualmente, no bairro Jardim do Pinhal, existem 3 poços tubulares profundos em operação. Tais poços estão inseridos no Sistema Aquífero Cristalino, com capacidade de produção total de 3,89 l/s. e não apresentam parâmetros físico, químicos e microbiológicos que possam comprometer a qualidade de suas águas para fins de abastecimento público, tendo como base análises realizadas para cumprimento da Portaria nº 2.914/11 do Ministério da Saúde, que estabelece os padrões de potabilidade para consumo público.

5.2 Concepção proposta para o sistema de abastecimento de água da área urbana

5.2.1 Sistemas Produtores

5.2.1.1 Sistema Produtor sede

O atual sistema de abastecimento de água da área urbana do município é convencional, com capacidade máxima de produção de 21,00 l/s, operando com vazão média de 18,65 l/s. A ETA é composta por Calha Parschall, floculadores, decantadores, filtros, casa de química, desinfecção, fluoretação, caixa de contato e um sistema de recalque de água tratada.

No âmbito do período do PMSB, destaca se que o sistema atualmente opera 22:00h/dia atendendo a demanda sem que haja intermitência de abastecimento no sistema. Conforme a **Tabela 2**, a partir do ano de 2016 deverá ser aumentado o número de horas de operação do sistema até atingir 24:00 horas de operação por dia e no ano de 2019 será necessária a ampliação da capacidade de produção em mais 20 l/s, com a finalidade de garantir o abastecimento.

5.2.1.2 Sistema Produtor do Bairro Aparecidinha

O sistema produtor do bairro Aparecidinha é composto por poço tubular profundo, passando por processo de desinfecção e tratamento na casa de química anexa, com capacidade máxima de produção de 2,5 l/s, operando com vazão média de 1,59 l/s.

No âmbito do período do PMSB, destaca se que o sistema atualmente opera 18:00 h/dia atendendo a demanda sem que haja intermitência de abastecimento no sistema. Conforme a **Tabela 3**, a partir do ano de 2016 deverá ser aumentado o número de horas de operação do sistema até atingir 24:00 horas de operação por dia e no ano de 2024 será necessária a ampliação da capacidade de produção em mais 3 l/s, com a finalidade de garantir o abastecimento.

5.2.1.3 Sistema Produtor do Bairro Jardim do Pinhal

O sistema produtor do Jardim do Pinhal é composto por três poços tubulares profundos, passando por processo de desinfecção e tratamento na casa de química anexa ao reservatório do sistema, com capacidade máxima de produção de 3,89 l/s, operando com vazão média de 1,24 l/s.

No âmbito do período do PMSB, conforme a **Tabela 4**, a vazão projetada para o final de plano será de 3,53 l/s, portanto o sistema produtor atenderá a demanda de consumo além da data de final de plano.

5.2.2 Tratamento de Água

Na concepção proposta, serão mantidos os sistemas de tratamento de água para os três Sistemas Produtores, em atendimento à Portaria MS 2.914/2011.

5.2.3 Reservação

5.2.3.1 Sistema Produtor sede

Atualmente o sistema possui 3 reservatórios de distribuição todos em bom estado de conservação, totalizando uma capacidade de 500 m³, sendo necessária a ampliação imediata da capacidade de reservação. Para atender tal medida, adota-se que até final do ano de 2016 o sistema produtor terá um acréscimo de 200m³ na capacidade de reservação.

A ampliação da capacidade de reservação será de forma progressiva, até atingir o volume de 1.150 m³, capacidade suficiente para atender a demanda de final de plano.

- Ano de 2016: acréscimo de 200m³;
- Ano de 2020: acréscimo de 150m³;
- Ano de 2027: acréscimo de 150m³;
- Ano de 2032: acréscimo de 150m³.

5.2.3.2 Sistema Produtor do Bairro Aparecidinha

Atualmente o sistema possui 2 reservatório de distribuição em bom estado de conservação, com uma capacidade de 120m³, capacidade suficiente para atender a demanda de final de plano.

5.2.3.3 Sistema Produtor do Bairro Jardim do Pinhal

Atualmente o sistema possui 2 reservatórios de distribuição em bom estado de conservação, com capacidade de 130 m³, capacidade suficiente para atender a demanda de final de plano.

5.2.4 Sistemas de adução e distribuição

As casas de bombas e os equipamentos instalados na rede de distribuição passam por manutenções periódicas e estão em boas condições de conservação e aptas para atender o sistema.

A atual operadora do sistema de abastecimento de água não disponibilizou na ocasião da elaboração do Produto 3 o cadastro das redes de distribuição.

O sistema é gerenciado sem que haja setorização por zonas de pressão e/ou de abastecimento e não existe no município elementos básicos para que se elabore a consolidação das informações sobre o sistema de abastecimento de água, com modelagem hidráulica.

5.3 Concepção proposta para o sistema de abastecimento de água da zona rural

5.3.1 Diretrizes gerais

O abastecimento de água para a população rural de um município pode ter as seguintes origens:

- Rede de água, pública ou particular;
- Poços ou nascentes, na propriedade ou fora dela;
- Caminhão-pipa;
- Rio, açude, lago;
- Outros.

A adequação com que cada domicílio é atendido com o abastecimento de água depende, dentre outros aspectos, da qualidade da água distribuída para consumo, a partir de cada uma destas fontes.

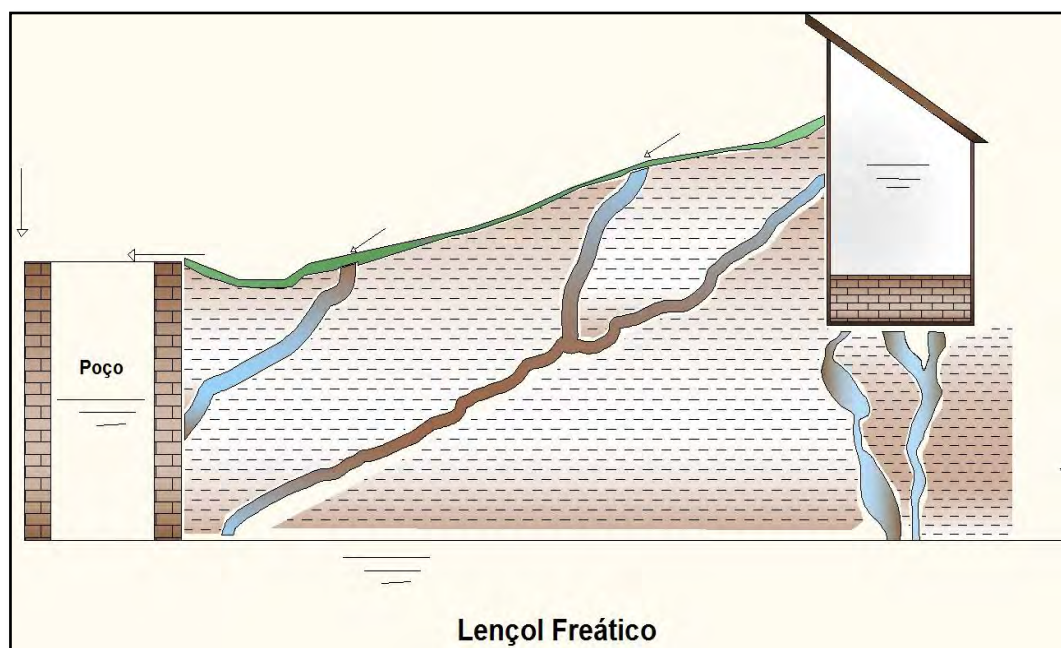
A captação de água de poços é o meio mais utilizado em áreas rurais ou urbanas que não são atendidas pelo sistema público de abastecimento.

Os poços podem ser classificados em escavados – conhecidos como cacimbas ou cacimbões – ou tubulares, em que a própria tubulação serve como parede lateral.

Os poços tubulares (**Figura 1**) podem ser rasos ou profundos e os poços escavados são, geralmente, rasos. Os poços rasos escavados são conhecidos como "poços caipira"

As águas dos poços rasos estão mais sujeitas à contaminação, sendo suas principais causas: as águas residuais infiltradas a partir de sistemas de absorção, no solo, de efluentes de fossas; infiltração de líquidos percolados a partir da superfície, inclusive águas de chuvas que carregam impurezas e introdução de materiais indesejáveis através da abertura superior.

Figura 1 - Esquema de contaminação de poços rasos por fossa



Fonte: N S Engenharia (2015)

A distribuição da população na área do município, bem como o tipo de destinação final dos esgotos gerados, tem papel fundamental na ocorrência da contaminação do poço, visto que a utilização de poços rasos para populações dispersas oferece menor risco de contaminação por esgoto, enquanto que em aglomerados populacionais, onde existe a destinação inadequada de esgoto, por meio de fossas negras, por exemplo, a situação se torna mais crítica.

Contudo, a destinação de esgoto para cada uma destas situações será tratada posteriormente.

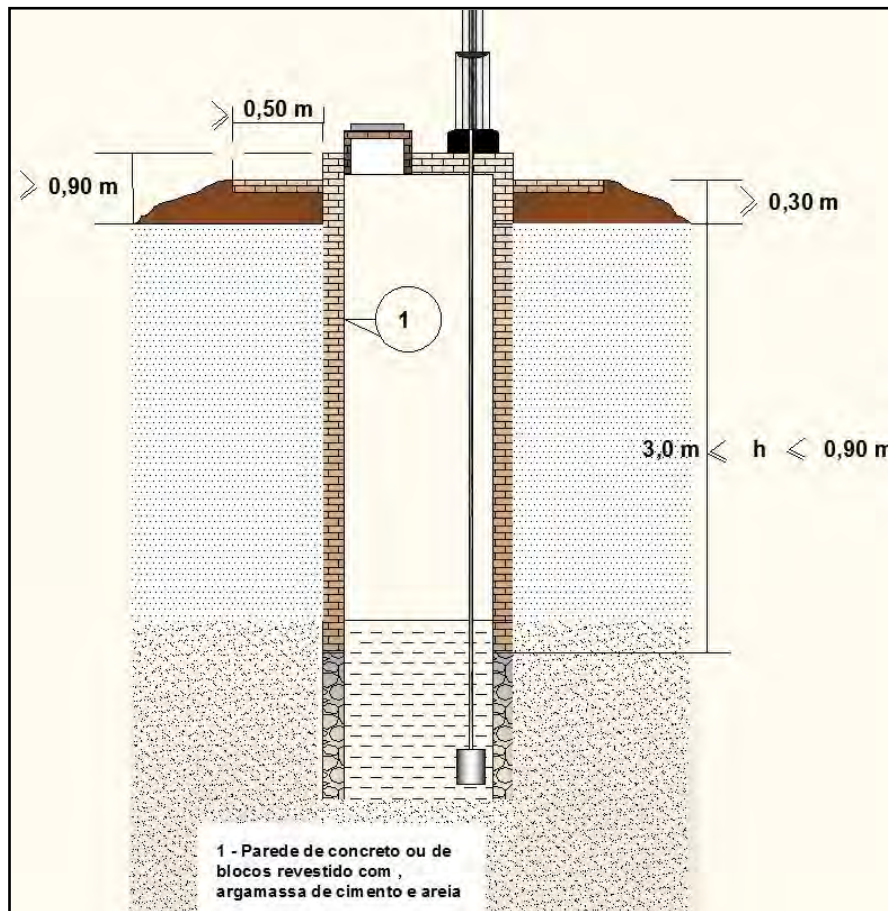
De forma geral, para os aglomerados populacionais recomenda-se a utilização de poços tubulares profundos, enquanto que para a população dispersa a utilização de poços rasos pode ser adequada, desde que atendidos alguns requisitos básicos.

Para os poços rasos (cacimbas ou cisternas) conforme mostra a **Figura 2**, o DAEE recomenda através da Instrução Técnica DPO nº 006, atualizada em 03/08/2012, que as seguintes medidas sejam tomadas a fim de se evitar a contaminação:

- a) A parede acima do nível da água deverá ser revestida com alvenaria ou anéis de concreto, com extremidade situada pelo menos 0,50 m acima da laje;
- b) Deve ser circundada por laje de concreto circular com no mínimo de 1,00 m de largura e espessuras interna de 0,15 m e externa (borda) de 0,10 m;
- c) A tampa deve ser feita em concreto, composta preferencialmente de duas partes semicirculares, que proporcionem boa vedação. Deve-se ainda contar com orifícios de diâmetros adequados à instalação das tubulações da bomba;

- d) Os poços escavados e ponteira devem ser construídos no nível mais alto do terreno e a uma distância superior a 30 m em relação às fossas sépticas, para evitar a contaminação das águas subterrâneas.

Figura 2 - Proteção de poços rasos

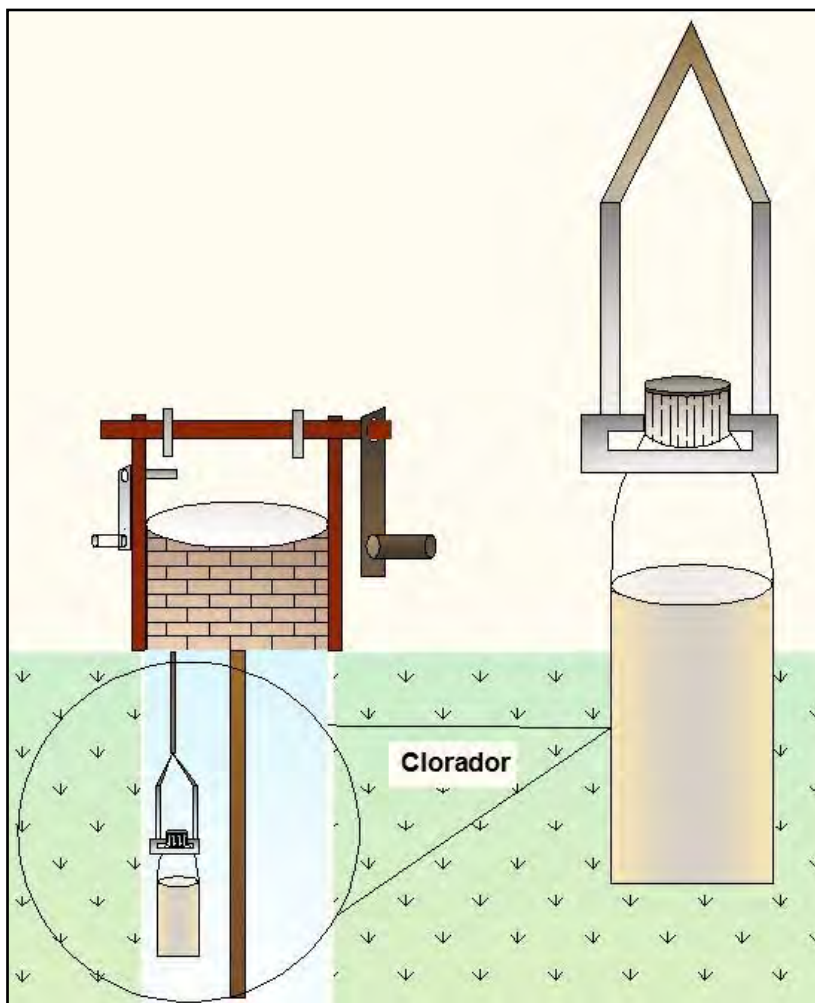


Fonte: N S Engenharia (2015)

Para garantir a qualidade microbiológica da água dos poços, são recomendados os procedimentos de desinfecção e limpeza periódica dos mesmos.

Existem diversos procedimentos para a desinfecção de poços, podendo-se utilizar desde o hipoclorito de sódio, a cal clorada até a água sanitária. Um processo bastante eficiente para a desinfecção de poços é a garrafa dosadora para poços, a qual consiste em uma garrafa plástica comum, preenchida com pastilhas de cloro e areia grossa lavada. São feitos furos na garrafa, que é mergulhada no poço, presa por fio de nylon ou barbante resistente, tal como mostrado na **Figura 3**.

Figura 3 - Garrafa dosadora de cloro

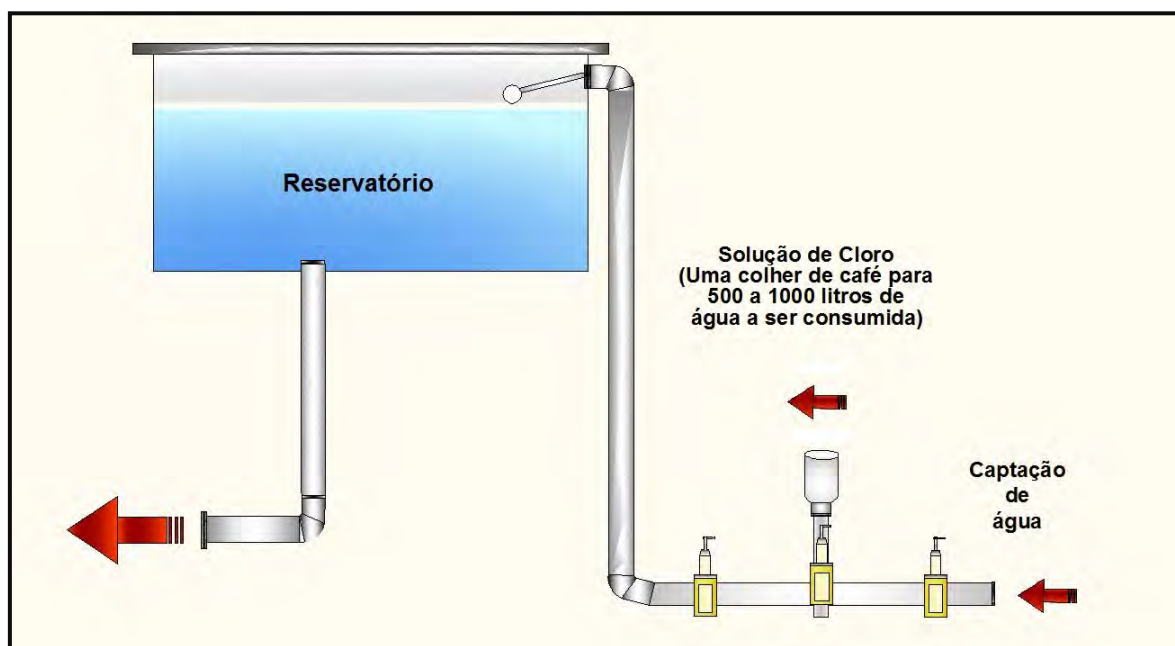


Fonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (2015).

Ressalta-se que para as áreas urbanas, onde exista rede de abastecimento público, o consumidor é obrigado a consumir água da rede pública, pois a utilização das águas provenientes de poços escavados (cacimbas ou cisternas) ou ponteiras, com finalidade de uso como solução alternativa de abastecimento, em vista da facilidade de contaminação das mesmas, podendo-se acarretar problemas de saúde pública.

Outra medida que pode auxiliar na garantia da qualidade da água consumida na área rural é um tipo de clorador desenvolvido pela EMBRAPA, o qual pode ser observado na **Figura 4**.

Figura 4 - Instalação de clorador Embrapa na rede de captação de água



Fonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (2015).

O clorador da EMBRAPA pode ser construído pelo usuário a partir de componentes simples disponíveis no mercado.

A solução de cloro pode ser preparada utilizando-se a quantidade de 1,5 a 2 g (equivalente a uma colher rasa de café) de Hipoclorito de Cálcio 65% em 1.000 Litros de água. Todos os dias deve-se adicionar o cloro.

Conforme informações da EMBRAPA, a solução equivale a 1 a 1,5 mg/L de cloro ativo, o que atende a Portaria MS nº 2.914/2011.

5.3.2 Abastecimento de água na zona rural

A concepção atual do sistema público de abastecimento de água no município de Pinhalzinho prevê, prioritariamente, o atendimento a 100% da população urbana do município. Desta forma, a área rural do município não dispõe deste serviço, sendo que a população rural se abastece de sistemas individuais com poços rasos, sem que haja por parte do poder público controle da qualidade da água consumida.

Para se garantir a universalização do saneamento, no âmbito de abastecimento de água e atendendo os padrões da Portaria MS 2.914/2011, a rede pública de abastecimento deveria ser estendida a essas localidades.

Entretanto, a realidade impõe que esta condição só poderá ser estabelecida gradativamente, quando a malha urbana se estender até estes locais. Desta forma, para promover e propiciar a universalização deste serviço à totalidade da população é necessário que a Prefeitura Municipal atue na área rural, primeira e prioritariamente, através do mapeamento e do controle da situação de cada residência, pois é vital que

cada família tenha acesso à água em quantidade e qualidade adequadas às suas necessidades básicas.

A Lei Federal nº 11.445/2007 traz como diretriz o PMSB que deve haver a “garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares”. E, nestes casos, cabe ao poder público o acompanhamento e suporte à população, por meio da orientação quando ao uso de fontes alternativas, esclarecendo quanto aos riscos de contaminação, medidas de prevenção, necessidade de desinfecção, fornecimento de água através de caminhões pipa, etc.

Compete ao município o zelo pela garantia do atendimento, exercendo a vigilância da qualidade da água proveniente de fontes alternativas existentes nos limites do município.

Como o contrato de concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário firmado entre a Prefeitura de Pinhalzinho e a SABESP limita-se à área urbana do município, recomenda-se que a Prefeitura Municipal de Pinhalzinho exerça a gestão do abastecimento de água na área rural do município, incluindo este tema no plano de gestão do Titular dos Serviços, de forma que seja objeto de análise e de proposições no Plano Diretor de Abastecimento de Água a ser contratado.

5.4 Necessidades globais do sistema de abastecimento de água

Para as projeções das demandas futuras dos serviços de abastecimento de água do município, foram consideradas as estruturas existentes e as necessidades futuras em face do crescimento populacional e do aumento dos índices de atendimento, definidos dentro do horizonte do PMSB.

Para os serviços de abastecimento de água, consideraram-se as seguintes unidades do sistema:

- a) Produção de água;
- b) Reservação;
- c) Rede de distribuição;
- d) Ligações domiciliares.

Quanto às necessidades referentes ao sistema adutor (estações elevatórias, adutoras e boosters), serão abordadas no item subsequente.

5.4.1 Produção de Água

A previsão das necessidades futuras de produção de água tratada considerou-se a demanda máxima diária, correspondente ao consumo no dia de maior consumo, acrescido das perdas no sistema de distribuição.

Em decorrência da concepção proposta, onde se prevê a captação futura realizada, a análise dos déficits globais de produção e as eventuais necessidades de ampliação ao longo do horizonte do PMSB, foram realizadas com base nas seguintes considerações:

- Sistema Produtor sede do município:
População abastecida: 7.688 habitantes
Consumo per capita: 176,57 l/hab.dia
Consumo médio de 15,71 l/s
Índice de perdas de 24,07 %
- Sistema Produtor do Bairro Aparecidinha:
População abastecida: 812 habitantes
Consumo per capita: 165,61 l/hab.dia
Consumo médio de 1,56 l/s
Índice de perdas de 19,65 %
- Sistema Produtor do Bairro Jardim do Pinhal:
População abastecida: 664 habitantes
Consumo per capita: 168,82 l/hab.dia
Consumo médio de 1,30 l/s
Índice de perdas de 19,65 %

5.4.1.1 Cenários de previsão de demanda de produção

A demanda de produção de água para abastecimento público está intimamente relacionada aos níveis de perdas no sistema de distribuição, que por sua vez, dependerão da maior ou menor eficiência do programa de controle de perdas implementado pelo município.

Considerando-se tais aspectos, as demandas efetivas que ocorrerão ao longo do horizonte do PMSB tornam-se incertas, assim, idealizam-se dois cenários extremos possíveis de ocorrerem, e são eles:

Cenário 1 – Otimista: Neste cenário, considera-se que as metas estabelecidas para o controle e redução de perdas, conforme apresentado no Item “Recomendação para o Plano de Metas e Indicadores”, são integralmente atendidos.

Cenário 2 – Pessimista: O cenário pessimista pode considerar tanto a condição de aumento do índice de perdas em relação ao índice atual, quando a manutenção de perdas nos níveis atuais. Na presente situação, será admitida a segunda opção.

Nas **Tabelas 5 a 7** são apresentadas as evoluções das demandas em função dos índices de perdas estabelecidos para cada um dos cenários.

Tabela 5 - Demanda de produção em função dos índices de perdas para Sede do município

Período ano	Consumo médio (l/s)	CENÁRIO 1 - OTIMISTA			CENÁRIO 2 - PESSIMISTA		
		Índice de perdas (%)	Demanda (l/s)		Índice de perdas (%)	Demanda (l/s)	
			Média	Máxima diária		Média	Máxima diária
2016	15,71	24,07	19,49	22,63	24,07	19,49	22,63
2017	16,18	23,00	19,90	23,14	24,07	20,07	23,31
2018	16,66	22,00	20,33	23,66	24,07	20,67	24,00
2019	17,15	21,00	20,75	24,18	24,07	21,28	24,71
2020	17,65	20,00	21,18	24,71	24,07	21,90	25,43
2021	18,18	20,00	21,82	25,45	24,07	22,56	26,19
2022	18,71	20,00	22,45	26,19	24,07	23,21	26,96
2023	19,27	20,00	23,12	26,98	24,07	23,91	27,76
2024	19,84	20,00	23,81	27,78	24,07	24,62	28,58
2025	20,42	20,00	24,50	28,59	24,07	25,34	29,42
2026	21,03	20,00	25,24	29,44	24,07	26,09	30,30
2027	21,65	20,00	25,98	30,31	24,07	26,86	31,19
2028	22,29	20,00	26,75	31,21	24,07	27,66	32,11
2029	22,95	20,00	27,54	32,13	24,07	28,47	33,06
2030	23,63	20,00	28,36	33,08	24,07	29,32	34,04
2031	24,33	20,00	29,20	34,06	24,07	30,19	35,05
2032	25,04	20,00	30,05	35,06	24,07	31,07	36,08
2033	25,78	20,00	30,94	36,09	24,07	31,99	37,14
2034	26,55	20,00	31,86	37,17	24,07	38,25	38,25
2035	27,33	20,00	32,80	38,26	24,07	33,91	39,37

Tabela 6 - Demanda de produção em função dos índices de perdas para o Bairro Aparecidinha

Período ano	Consumo médio (l/s)	CENÁRIO 1 - OTIMISTA			CENÁRIO 2 - PESSIMISTA		
		Índice de perdas (%)	Demanda (l/s)		Índice de perdas (%)	Demanda (l/s)	
			Média	Máxima diária		Média	Máxima diária
2016	1,56	19,65	1,87	2,18	19,65	1,87	2,18
2017	1,58	19,65	1,89	2,21	19,65	1,89	2,21
2018	1,61	19,65	1,93	2,25	19,65	1,93	2,25
2019	1,64	19,65	1,96	2,29	19,65	1,96	2,29
2020	1,67	19,65	2,00	2,33	19,65	2,00	2,33
2021	1,69	19,65	2,02	2,36	19,65	2,02	2,36
2022	1,72	19,65	2,06	2,40	19,65	2,06	2,40
2023	1,75	19,65	2,09	2,44	19,65	2,09	2,44
2024	1,78	19,65	2,13	2,49	19,65	2,13	2,49
2025	1,81	19,65	2,17	2,53	19,65	2,17	2,53
2026	1,84	19,65	2,20	2,57	19,65	2,20	2,57
2027	1,87	19,65	2,24	2,61	19,65	2,24	2,61
2028	1,90	19,65	2,27	2,65	19,65	2,27	2,65
2029	1,93	19,65	2,31	2,70	19,65	2,31	2,70
2030	1,96	19,65	2,35	2,74	19,65	2,35	2,74
2031	2,00	19,65	2,39	2,79	19,65	2,39	2,79
2032	2,03	19,65	2,43	2,83	19,65	2,43	2,83
2033	2,06	19,65	2,46	2,88	19,65	2,46	2,88
2034	2,09	19,65	2,50	2,92	19,65	2,50	2,92
2035	2,12	19,65	2,54	2,96	19,65	2,54	2,96

Tabela 7 - Demanda de produção em função dos índices de perdas para o Bairro Jardim do Pinhal

Período ano	Consumo médio (l/s)	CENÁRIO 1 - OTIMISTA			CENÁRIO 2 - PESSIMISTA		
		Índice de perdas (%)	Demanda (l/s)		Índice de perdas (%)	Demanda (l/s)	
			Média	Máxima diária		Média	Máxima diária
2016	1,30	19,65	1,56	1,82	19,65	1,56	1,82
2017	1,32	19,65	1,58	1,84	19,65	1,58	1,84
2018	1,34	19,65	1,60	1,87	19,65	1,60	1,87
2019	1,37	19,65	1,64	1,91	19,65	1,64	1,91
2020	1,39	19,65	1,66	1,94	19,65	1,66	1,94
2021	1,41	19,65	1,69	1,97	19,65	1,69	1,97
2022	1,44	19,65	1,72	2,01	19,65	1,72	2,01
2023	1,46	19,65	1,75	2,04	19,65	1,75	2,04
2024	1,48	19,65	1,77	2,07	19,65	1,77	2,07
2025	1,51	19,65	1,81	2,11	19,65	1,81	2,11
2026	1,54	19,65	1,84	2,15	19,65	1,84	2,15
2027	1,56	19,65	1,87	2,18	19,65	1,87	2,18
2028	1,59	19,65	1,90	2,22	19,65	1,90	2,22
2029	1,61	19,65	1,93	2,25	19,65	1,93	2,25
2030	1,64	19,65	1,96	2,29	19,65	1,96	2,29
2031	1,66	19,65	1,99	2,32	19,65	1,99	2,32
2032	1,69	19,65	2,02	2,36	19,65	2,02	2,36
2033	1,72	19,65	2,06	2,40	19,65	2,06	2,40
2034	1,74	19,65	2,08	2,43	19,65	2,08	2,43
2035	1,77	19,65	2,12	2,47	19,65	2,12	2,47

Cenário 1- Otimista:

- Sede
Demanda Média: 32,80 l/s;
Demanda Máxima Diária: 38,26 l/s.

- Bairro Aparecidinha
Demanda Média: 2,54 l/s;
Demanda Máxima Diária: 2,96 l/s.

- Bairro Jardim do Pinhal
Demanda Média: 2,12 l/s;
Demanda Máxima Diária: 2,47 l/s.

Cenário 2 - Pessimista:

- Sede
Demanda Média: 33,91 l/s;
Demanda Máxima Diária: 39,37 l/s.

Como os sistemas de abastecimento dos bairros Aparecidinha e Jardim do Pinhal estão com o índice de perdas abaixo de 20%, o cenário pessimista foi mantido nos atuais 19,65 % de perdas, em ambos.

Os cenários de cada sistema produtor estão plotados nos **Gráficos 4 a 6**. Ao analisar os **Gráfico 4 e 5**, verificam-se conforme explanado no **Item 5.2.1.1 e 5.2.1.2**, a necessidade de aumento da capacidade de produção do sistema produtor Sede de imediato e do sistema produtor Aparecidinha em 2025.

Gráfico 4 - Análise dos cenários de produção para Sede

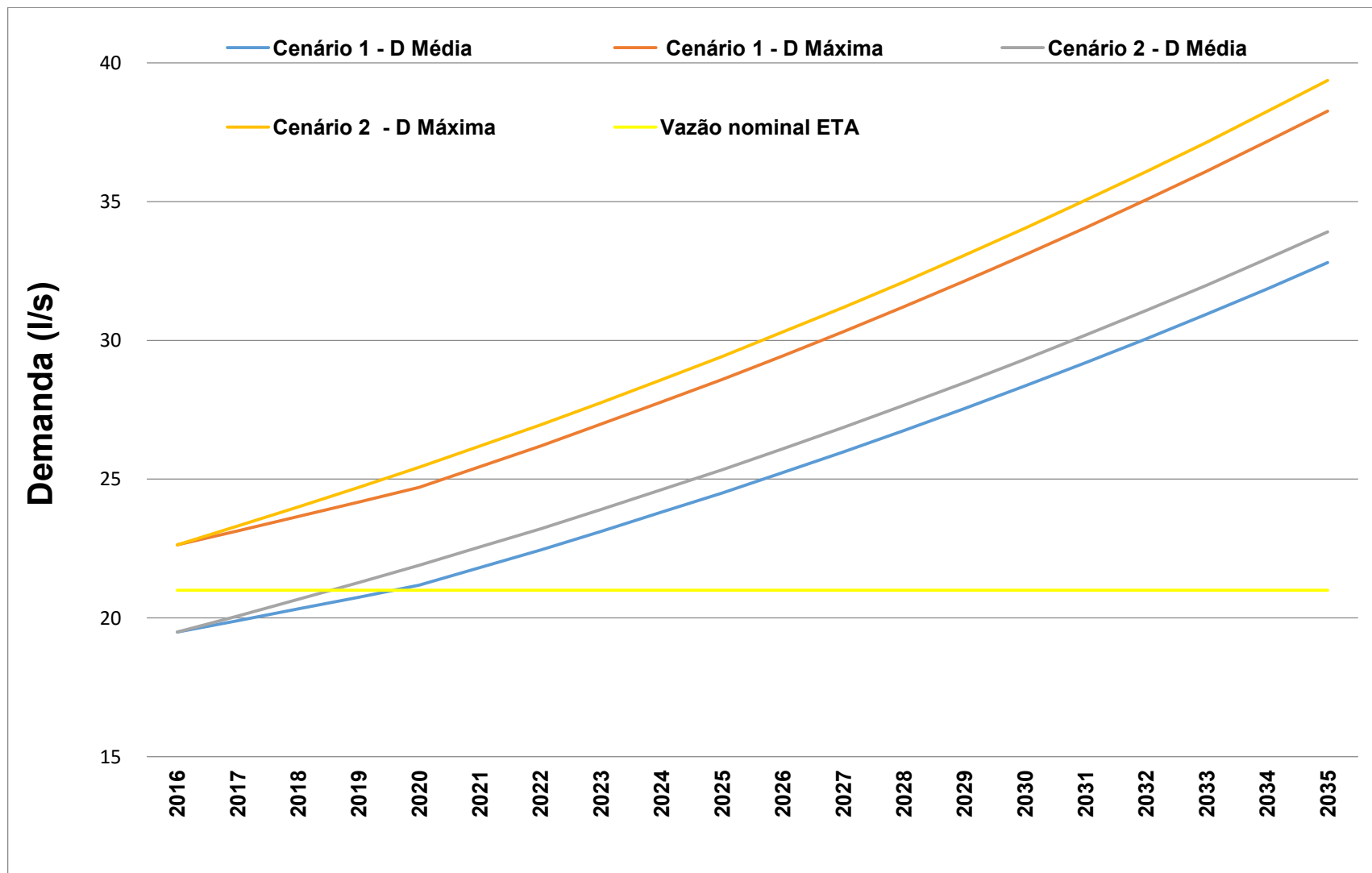


Gráfico 5 - Análise dos cenários de produção para o Bairro Aparecidinha

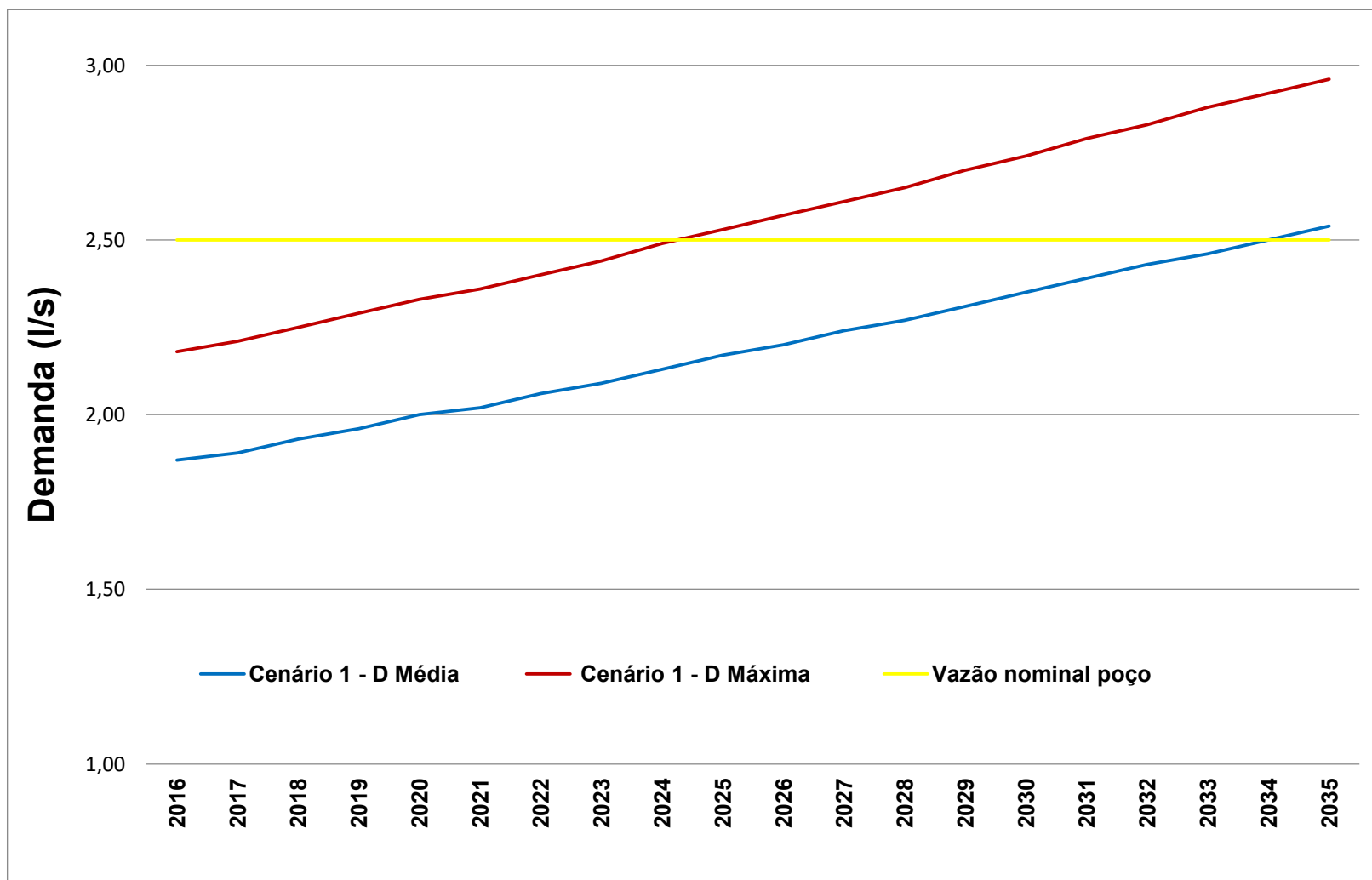
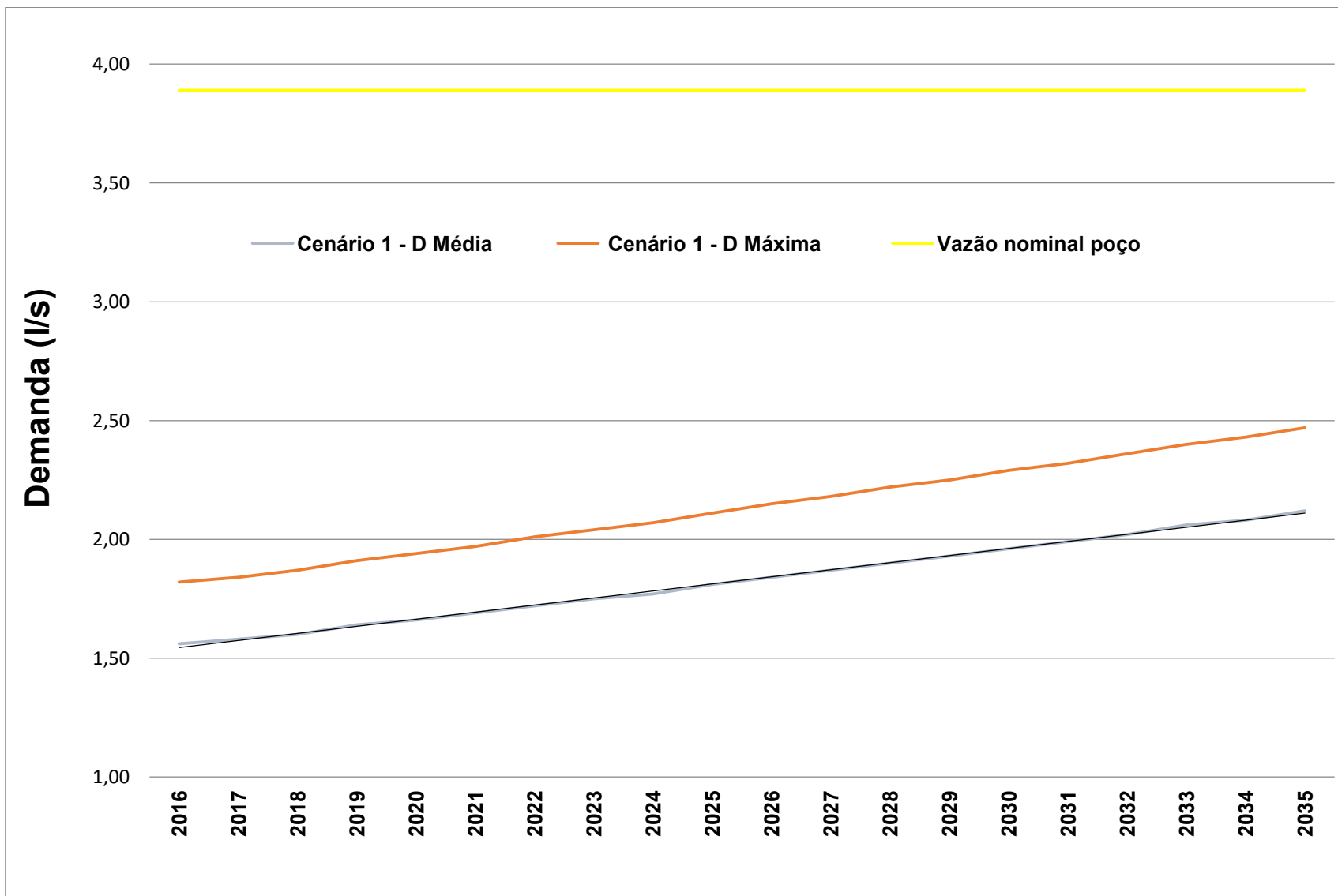


Gráfico 6 - Análise dos cenários de produção para o Bairro Jardim do Pinhal



5.4.2 Reservação

Quanto aos volumes necessários de reservação de água tratada, consideraram-se os estudos de Azevedo Netto (1982), que admite como estimativa válida a relação de Frühling, que estabelece que o volume mínimo requerido seja de 1/3 do volume distribuído no dia de maior consumo.

Assim, considerou-se que o volume de reservação corresponderá a 1/3 da demanda máxima diária, corresponde ao consumo do dia de maior consumo acrescido das perdas no sistema de distribuição. Com base nestas informações e na projeção das demandas máximas diárias, foram calculados os déficits globais de reservação e verificada a necessidade de ampliações ao longo do horizonte do PMSB, como verificado nas **Tabelas 8 a 10**.

Conforme explanado nos **itens 5.2.3.1 a 5.2.3.3**, os três sistemas de reservação necessitam de ampliação imediatamente. Para tal, a capacidade de reservação dos três sistemas produtores existentes em 2016 já conta com acréscimo do volume necessário para atender a demanda do período.

Tabela 8 - Verificação de atendimento a demanda - Sistema de Reservação – Sede

Período (ano)	Reservação (m ³)		
	Existente	Necessidade	Superávit
2016	700,00	651,74	48,26
2017	700,00	666,43	33,57
2018	700,00	681,41	18,59
2019	700,00	696,38	3,62
2020	850,00	711,65	138,35
2021	850,00	732,96	117,04
2022	850,00	754,27	95,73
2023	850,00	777,02	72,98
2024	850,00	800,06	49,94
2025	850,00	823,39	26,61
2026	850,00	847,87	2,13
2027	1.000,00	872,93	127,07
2028	1.000,00	898,85	101,15
2029	1.000,00	925,34	74,66
2030	1.000,00	952,70	47,30
2031	1.000,00	980,93	19,07
2032	1.150,00	1.009,73	140,27
2033	1.150,00	1.039,39	110,61
2034	1.150,00	1.070,50	79,50
2035	1.150,00	1.101,89	48,11

Tabela 9 - Verificação de atendimento a demanda - Sistema de Reservação – Bairro Aparecidinha

Período ano	Reservação (m³)		
	Existente	Necessidade	Superávit
2016	120,00	62,78	57,22
2017	120,00	63,65	56,35
2018	120,00	64,80	55,20
2019	120,00	65,95	54,05
2020	120,00	67,10	52,90
2021	120,00	67,97	52,03
2022	120,00	69,12	50,88
2023	120,00	70,27	49,73
2024	120,00	71,71	48,29
2025	120,00	72,86	47,14
2026	120,00	74,02	45,98
2027	120,00	75,17	44,83
2028	120,00	76,32	43,68
2029	120,00	77,76	42,24
2030	120,00	78,91	41,09
2031	120,00	80,35	39,65
2032	120,00	81,50	38,50
2033	120,00	82,94	37,06
2034	120,00	84,10	35,90
2035	120,00	85,25	34,75

Tabela 10 - Verificação de atendimento a demanda - Sistema de Reservação – Bairro Jd. do Pinhal

Período (ano)	Reservação (m³)		
	Existente	Necessidade	Superávit
2016	130,00	52,42	77,58
2017	130,00	52,99	77,01
2018	130,00	53,86	76,14
2019	130,00	55,01	74,99
2020	130,00	55,87	74,13
2021	130,00	56,74	73,26
2022	130,00	57,89	72,11
2023	130,00	58,75	71,25
2024	130,00	59,62	70,38
2025	130,00	60,77	69,23
2026	130,00	61,92	68,08
2027	130,00	62,78	67,22
2028	130,00	63,94	66,06
2029	130,00	64,80	65,20
2030	130,00	65,95	64,05
2031	130,00	66,82	63,18
2032	130,00	67,97	62,03
2033	130,00	69,12	60,88
2034	130,00	69,98	60,02
2035	130,00	71,14	58,86

5.4.3 Sistema de distribuição de água

Para fins de apuração das necessidades do sistema de distribuição de água, foram consideradas, basicamente, as necessidades de novas ligações domiciliares de água e de redes de distribuição.

Na avaliação das necessidades, dentro do horizonte do PMSB, ao considerar a estrutura existente, foram abordados dois aspectos principais:

- **Ampliações:** Correspondem às ações necessárias para acompanhar o aumento das demandas de água resultantes dos padrões de atendimento estabelecidos e do crescimento vegetativo da população.
- **Substituições:** Correspondem às ações necessárias para garantir a qualidade das instalações, visto que estas se deterioram no decorrer do tempo, em função de diversos fatores, tais como vida útil, má qualidade dos materiais empregados, etc.

Ressalta-se que serão previstas as substituições de redes nos casos em que as mesmas se encontram em estado deteriorado.

5.4.3.1 Ampliação das ligações de água

Para garantir a universalização do saneamento, implica-se 100% de atendimento de água para o município.

Para a projeção das necessidades de ligação de água, adotaram-se os seguintes parâmetros para os Sistemas Produtores:

5.4.3.1.1 Ampliação das ligações de água - Sede

- Índice de atendimento: 100 % (SABESP, 2014)
- Densidade domiciliar: 3,14 habitantes por domicílio (SABESP, 2014);
- Participação das economias residencial de água no total das economias de água: 89,29 (SABESP, 2014);
- Densidade de economias de água por ligação de água: 1,01 economias por ligação (SABESP, 2014);
- Extensão de rede de água por ligação de água: 11,50 metros por ligação (Usual de projeto).

5.4.3.1.2 Ampliação das ligações de água – Bairro Aparecidinha

- Índice de atendimento: 100 % (SABESP, 2014)
- Densidade domiciliar: 3,14 habitantes por domicílio (SABESP, 2014);
- Participação das economias residencial de água no total das economias de água: 89,29 (SABESP, 2014);
- Densidade de economias de água por ligação de água: 1,01 economias por ligação (SABESP, 2014);
- Extensão de rede de água por ligação de água: 11,50 metros por ligação (Usual de projeto).

5.4.3.1.3 Ampliação das ligações de água – Bairro Jardim do Pinhal

- Índice de atendimento: 100 % (SABESP, 2014);
- Densidade domiciliar: 3,14 habitantes por domicílio (SABESP, 2014);
- Participação das economias residencial de água no total das economias de água: 89,29 (SABESP, 2014);
- Densidade de economias de água por ligação de água: 1,01 economias por ligação (SABESP, 2014);
- Extensão de rede de água por ligação de água: 11,50 metros por ligação (Usual de projeto).

As **Tabelas 11, 12 e 13** a seguir apresentam os resultados obtidos das projeções para os três Sistemas Produtores.

Tabela 11 - Ampliação das ligações de água - Sede

Período ano	Incremento de População Abastecida (hab.)	Novas economias residenciais (unid.)	Novas economias totais de água (unid.)	Novas ligações totais de água para suprir crescimento (unid.)	Total de novas economias/ligações de água suprir demanda (unid.)			Total de ligações de água (unid.)
					Economias totais (unid.)	Ligações totais (unid.)	Índice de Atendimento (%)	
2015								3.117
2016	221	70	78	77	-	-	100,00	3.194
2017	228	65	77	71	-	-	100,00	3.265
2018	234	67	79	72	-	-	100,00	3.337
2019	241	69	81	74	-	-	100,00	3.411
2020	248	71	84	77	-	-	100,00	3.488
2021	255	73	86	79	-	-	100,00	3.567
2022	263	75	88	81	-	-	100,00	3.648
2023	271	78	92	84	-	-	100,00	3.732
2024	279	80	94	86	-	-	100,00	3.818
2025	287	82	97	89	-	-	100,00	3.907
2026	295	85	100	92	-	-	100,00	3.999
2027	304	87	102	94	-	-	100,00	4.093
2028	314	90	106	97	-	-	100,00	4.190
2029	322	92	108	99	-	-	100,00	4.289
2030	332	95	112	103	-	-	100,00	4.392
2031	342	98	115	106	-	-	100,00	4.498
2032	352	101	119	109	-	-	100,00	4.607
2033	362	104	122	112	-	-	100,00	4.719
2034	373	107	126	116	-	-	100,00	4.835
2035	385	110	129	118	-	-	100,00	4.953

Tabela 12 - Ampliação das ligações de água – Bairro Aparecidinha

Período ano	Incremento de População Abastecida (hab.)	Novas economias residenciais (unid.)	Novas economias totais de água (unid.)	Novas ligações totais de água para suprir crescimento (unid.)	Total de novas economias/ligações de água suprir demanda (unid.)			Total de ligações de água (unid.).
					Economias totais (unid.)	Ligações totais (unid.)	Índice de Atendimento (%)	
2015								250
2016	14	4	4	4	-	-	100,00	254
2017	14	4	5	4	-	-	100,00	258
2018	14	4	5	4	-	-	100,00	262
2019	14	4	5	4	-	-	100,00	266
2020	15	4	5	4	-	-	100,00	270
2021	15	4	5	4	-	-	100,00	274
2022	15	4	5	4	-	-	100,00	278
2023	15	4	5	4	-	-	100,00	282
2024	15	4	5	4	-	-	100,00	286
2025	15	4	5	4	-	-	100,00	290
2026	16	4	5	4	-	-	100,00	294
2027	16	4	5	4	-	-	100,00	298
2028	16	4	5	4	-	-	100,00	302
2029	16	4	5	4	-	-	100,00	306
2030	16	4	5	4	-	-	100,00	310
2031	17	5	6	5	-	-	100,00	315
2032	16	4	5	4	-	-	100,00	319
2033	17	5	6	5	-	-	100,00	324
2034	17	5	6	5	-	-	100,00	329
2035	17	5	6	5	-	-	100,00	334

Tabela 13 - Ampliação das ligações de água – Bairro Jd. Do Pinhal

Período ano	Incremento de População Abastecida (hab.)	Novas economias residenciais (unid.)	Novas economias totais de água (unid.)	Novas ligações totais de água para suprir crescimento (unid.)	Total de novas economias/ligações de água suprir demanda (unid.)			Total de ligações de água (unid.)
					Economias totais (unid.)	Ligações totais (unid.)	Índice de Atendimento (%)	
2015								200
2016	11	3	3	3	-	-	100,00	203
2017	11	4	5	5	-	-	100,00	208
2018	12	3	4	4	-	-	100,00	212
2019	12	3	4	4	-	-	100,00	216
2020	12	3	4	4	-	-	100,00	220
2021	12	3	4	4	-	-	100,00	224
2022	13	4	5	5	-	-	100,00	229
2023	12	3	4	4	-	-	100,00	233
2024	13	4	5	5	-	-	100,00	238
2025	13	4	5	5	-	-	100,00	243
2026	12	3	4	4	-	-	100,00	247
2027	14	4	5	5	-	-	100,00	252
2028	13	4	5	5	-	-	100,00	257
2029	13	4	5	5	-	-	100,00	262
2030	14	4	5	5	-	-	100,00	267
2031	13	4	5	5	-	-	100,00	272
2032	14	4	5	5	-	-	100,00	277
2033	14	4	5	5	-	-	100,00	282
2034	14	4	5	5	-	-	100,00	287
2035	14	4	5	5	-	-	100,00	292

5.4.3.2 Ampliação da hidrometração

Alcançar o nível de hidrometração de 100% é uma das prioridades do PMSB, devendo ser implantada em curto prazo.

No município de Pinhalzinho, este índice já se encontra em 100%. Assim, considera-se que todas as novas ligações de água disponham de hidrômetro, conforme mostra a **Tabela 14**.

Tabela 14 - Ampliação da hidrometração

Período ano	Instalação de novos hidrômetros	Total de ligações de água (unid.)				Índice de hidrometração
		Sistema Produtor Sede	Sistema Produtor Bairro Aparecidinha	Sistema Produtor Bairro Jd. do Pinhal	Total Município	
2016	0	3.194	254	203	3.651	100%
2017	0	3.265	258	208	3.731	100%
2018	0	3.337	262	212	3.811	100%
2019	0	3.411	266	216	3.893	100%
2020	0	3.488	270	220	3.978	100%
2021	0	3.567	274	224	4.065	100%
2022	0	3.648	278	229	4.155	100%
2023	0	3.732	282	233	4.247	100%
2024	0	3.818	286	238	4.342	100%
2025	0	3.907	290	243	4.440	100%
2026	0	3.999	294	247	4.540	100%
2027	0	4.093	298	252	4.643	100%
2028	0	4.190	302	257	4.749	100%
2029	0	4.289	306	262	4.857	100%
2030	0	4.392	310	267	4.969	100%
2031	0	4.498	315	272	5.085	100%
2032	0	4.607	319	277	5.203	100%
2033	0	4.719	324	282	5.325	100%
2034	0	4.835	329	287	5.451	100%
2035	0	4.953	334	292	5.579	100%

5.4.3.3 Ampliação da rede de distribuição

Para a previsão das necessidades de ampliação da rede de água, adotaram-se as seguintes hipóteses:

- Serão necessárias novas redes de água nas áreas de expansão do município, enquanto que na área já urbanizada, onde já existe a rede pública de água, apenas uma parcela das novas ligações de água demandará novas redes, sendo a outra parcela referente ao adensamento populacional;
- Considerou-se que, em novos empreendimentos, as redes de água são comumente executadas pelo empreendedor, assim, apenas uma parcela das novas redes será de implantação pública.

No caso do município de Pinhalzinho, adotaram-se os seguintes parâmetros:

- Porcentagem das ligações de água que demandam rede de água: 90%;
- Porcentagem de novas redes públicas de água em relação ao total de novas redes de água: 30%.

A projeção de ampliação da rede pública de distribuição se encontra na **Tabela**

15.

Tabela 15 - Ampliação da rede pública de distribuição

Período ano	Total de novas ligações (unid.)				Extens. de rede de água/lig. (m)	Extens. de novas redes (m)	Extens. de novas redes públicas (m)	Extens. total de rede pública (m)
	Sistema Produtor Sede	Sistema Produtor Bairro Aparecidinha	Sistema Produtor Bairro Jd. do Pinhal	Total Município				
2015								47.640,00
2016	77	4	3	84	11,50	869,40	260,82	47.900,82
2017	71	4	5	80	11,50	828,00	248,40	48.149,22
2018	72	4	4	80	11,50	828,00	248,40	48.397,62
2019	74	4	4	82	11,50	848,70	254,61	48.652,23
2020	77	4	4	85	11,50	879,75	263,93	48.916,16
2021	79	4	4	87	11,50	900,45	270,14	49.186,29
2022	81	4	5	90	11,50	931,50	279,45	49.465,74
2023	84	4	4	92	11,50	952,20	285,66	49.751,40
2024	86	4	5	95	11,50	983,25	294,98	50.046,38
2025	89	4	5	98	11,50	1.014,30	304,29	50.350,67
2026	92	4	4	100	11,50	1.035,00	310,50	50.661,17
2027	94	4	5	103	11,50	1.066,05	319,82	50.980,98
2028	97	4	5	106	11,50	1.097,10	329,13	51.310,11
2029	99	4	5	108	11,50	1.117,80	335,34	51.645,45
2030	103	4	5	112	11,50	1.159,20	347,76	51.993,21
2031	106	5	5	116	11,50	1.200,60	360,18	52.353,39
2032	109	4	5	118	11,50	1.221,30	366,39	52.719,78
2033	112	5	5	122	11,50	1.262,70	378,81	53.098,59
2034	116	5	5	126	11,50	1.304,10	391,23	53.489,82
2035	118	5	5	128	11,50	1.324,80	397,44	53.887,26

5.4.3.4 Necessidades de substituições

Estimaram-se as necessidades potenciais de substituições de hidrômetros, de ligações domiciliares e de redes de distribuição de água, os quais sofrem deterioração ao longo da vida útil.

Assim, consideraram-se os seguintes critérios:

- **Hidrômetro:** Como a vida útil média de hidrômetros é da ordem de 5 a 10 anos, recomenda-se que haja a substituição total do parque de hidrômetros ao final da sua vida útil, a fim de se garantir a qualidade da medição e minimizar os efeitos da submedição que tende a se elevar com o aumento do parque de hidrômetros. No caso do município de Pinhalzinho, foi prevista a renovação do parque de hidrômetros a cada 5 anos.
- **Ligações Domiciliares de Água:** A má qualidade das ligações de água está entre os principais responsáveis pelas perdas físicas nos sistemas de distribuição de água. Este fato, junto ao índice de perdas atual, torna fundamental a implementação de uma campanha de substituição de parte das ligações existentes em um curto prazo. Para Pinhalzinho, adotou-se uma taxa de substituição de 10% ao ano no período de 2016 a 2020, que permitirá substituir 50% das ligações existentes. Para o restante do período do PMSB, adotou-se uma taxa de substituição anual de 1%.
- **Redes de Distribuição de Água:** A má qualidade da rede de distribuição de água é um dos fatores responsáveis por rupturas e pelo índice de perdas físicas de água.

Deste modo, foi prevista a substituição de rede mais deteriorada e/ou de cimento amianto. No período do PMSB, foi prevista a substituição de parte da rede existente, assim distribuída:

- Período de 2016 a 2025: 1,0% da rede existente;
- Período de 2026 a 2033: 0,5% da rede existente.

A **Tabela 16** a seguir apresenta os resultados obtidos com a aplicação dos critérios acima adotados.

Tabela 16 - Substituições no sistema de distribuição de água

Período ano	Hidrômetros		Ligações de água		Rede de água	
	Existentes (unid.)	A substituir (unid.)	Existentes (unid.)	A substituir (unid.)	Existente (m)	A substituir (m)
2016	3.651	730	3.651	365	47.900,82	479,01
2017	3.731	746	3.731	373	48.149,22	481,49
2018	3.811	762	3.811	381	48.397,62	483,98
2019	3.893	779	3.893	389	48.652,23	486,52
2020	3.978	796	3.978	398	48.916,16	489,16
2021	4.065	813	4.065	41	49.186,29	491,86
2022	4.155	831	4.155	42	49.465,74	494,66
2023	4.247	849	4.247	42	49.751,40	497,51
2024	4.342	868	4.342	43	50.046,38	500,46
2025	4.440	888	4.440	44	50.350,67	503,51
2026	4.540	908	4.540	45	50.661,17	253,31
2027	4.643	929	4.643	46	50.980,98	254,90
2028	4.749	950	4.749	47	51.310,11	256,55
2029	4.857	971	4.857	49	51.645,45	258,23
2030	4.969	994	4.969	50	51.993,21	259,97
2031	5.085	1.017	5.085	51	52.353,39	261,77
2032	5.203	1.041	5.203	52	52.719,78	263,60
2033	5.325	1.065	5.325	53	53.098,59	265,49
2034	5.451	1.090	5.451	55	53.489,82	267,45
2035	5.579	1.116	5.579	56	53.887,26	269,44
Total	-	18.143	5.579,00	2.622,00	53.887,26	7.518,87

5.4.4 Resumo das necessidades globais do sistema de abastecimento de água

Na **Tabela 17** a seguir é apresentado o cronograma físico das ações a serem implantadas para o atendimento das necessidades globais do sistema de distribuição de água, em virtude dos objetivos e metas estabelecidos.

Tabela 17 - Resumo das ações a serem implantadas nos sistemas de abastecimento de água para município de Pinhalzinho

Período (ano)	Produção	Reservação	Rede de água			Ligações de água			Hidrômetros		
	Ampliação (l/s)	Ampliação (m³)	Ampliação (m)	A substituir (m)	Total (m)	Ampliação (unid.)	A substituir (unid.)	Total (unid.)	Instalação (unid.)	A substituir (unid.)	Total (unid.)
2016	-	200,00	260,82	479,01	739,83	84	365	449	84	730	814
2017	20,00	-	248,40	481,49	729,89	80	373	453	80	746	826
2018	-	-	248,40	483,98	732,38	80	381	461	80	762	842
2019	-	-	254,61	486,52	741,13	82	389	471	82	779	861
2020	-	150,00	263,93	489,16	753,09	85	398	483	85	796	881
2021	-	-	270,14	491,86	762,00	87	41	128	87	813	900
2022	-	-	279,45	494,66	774,11	90	42	132	90	831	921
2023	-	-	285,66	497,51	783,17	92	42	134	92	849	941
2024	3,00	-	294,98	500,46	795,44	95	43	138	95	868	963
2025	-	0,00	304,29	503,51	807,8	98	44	142	98	888	986
2026	-	-	310,50	253,31	563,81	100	45	145	100	908	1.008
2027	-	150,00	319,82	254,90	574,72	103	46	149	103	929	1.032
2028	-	-	329,13	256,55	585,68	106	47	153	106	950	1.056
2029	-	-	335,34	258,23	593,57	108	49	157	108	971	1.079
2030	-	0,00	347,76	259,97	607,73	112	50	162	112	994	1.106
2031	-	-	360,18	261,77	621,95	116	51	167	116	1.017	1.133
2032	-	150,00	366,39	263,60	629,99	118	52	170	118	1.041	1.159
2033	-	-	378,81	265,49	644,30	122	53	175	122	1.065	1.187
2034	-	-	391,23	267,45	658,68	126	55	181	126	1.090	1.216
2035	-	-	397,44	269,44	666,88	128	56	184	128	1.116	1.244
Total	23,00	650,00	6.247,26	7.518,87	13.766,13	2.012	2.622	4.634	2.012	18.143	20.155

6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Os objetivos específicos a serem atendidos com relação ao abastecimento de água devem atender os aspectos indicados no **Quadro 1**.

Quadro 1 - Objetivos específicos do sistema de abastecimento de água

Objetivos específicos	Objetivos Gerais									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resolver carências de abastecimento, garantindo o fornecimento de água a toda a população, indústria e irrigação.										
Promover a qualidade dos serviços de abastecimento de água, ultrapassando-se a “fase da quantidade” para entrar decididamente na “fase da qualidade” e penetrar, o mais possível, na “fase da excelência”.										
Reforçar os mecanismos de fiscalização da qualidade da água distribuída.										
Estabelecer medidas de apoio à reabilitação dos sistemas existentes e à implementação de novos sistemas.										
Criar condições para que a fixação das tarifas obedeça a critérios econômicos saudáveis e a objetivos sociais justos.										
Desenvolver medidas para valorização dos recursos humanos, nomeadamente no âmbito da formação profissional dos agentes envolvidos na gestão dos sistemas.										
Aumentar a eficiência da utilização da água para irrigação e consumos especiais.										
Reforçar a comunicação com a sociedade e promover a educação ambiental.										
Objetivo Geral										

1. Promoção da Salubridade Ambiental e da Saúde Coletiva.
2. Proteção dos Recursos Hídricos e Controle da Poluição.
3. Abastecimento de Água às Populações e Atividades Econômicas.
4. Proteção da Natureza.
5. Proteção Contra Situações Hidrológicas Extremas e Acidentes de Poluição.
6. Valorização Social e Econômica dos Recursos Ambientais.
7. Ordenamento do Território.
8. Quadros Normativo e Institucional.
9. Sistema Econômico-financeiro.
10. Outros Objetivos.

Fonte: Ministério das Cidades, 2011.

7. INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A verificação dos custos dos investimentos a serem realizados no SAA foi feita para cada um de seus componentes, de forma que, para cada um deles, foram adotados critérios de apuração de quantitativos, assim, os custos foram levantados com base em preços unitários médios, usualmente adotados em estudos de concepção de SAA, os quais foram obtidos por meio do Estudo de Custos de Empreendimentos (SABESP, 2014), o qual tem a data base de janeiro de 2014.

7.1 Investimentos apurados para o sistema de abastecimento de água

Os investimentos totais para o atendimento dos objetivos e metas estabelecidos para o abastecimento de água no município de Pinhalzinho foi estimado em R\$ 9.436.969,69. A seguir, apresenta-se o detalhamento deste investimento.

7.1.1 Produção de água tratada

Na apuração dos investimentos necessários para atendimento das demandas futuras de produção de água tratada ao longo do PMSB, foi estimado em R\$ 4.961.530,79.

7.1.2 Sistemas de adução e de reservação

A previsão de custos para investimentos na ampliação da reservação, foi estimado em R\$ 513.750,00.

7.1.3 Rede de distribuição, ligações domiciliares de água e hidrometração

A previsão dos investimentos necessários na rede de distribuição incluindo as novas ligações domiciliares de água foi realizada com base nas premissas e critérios abordados a seguir:

- Consideraram-se as necessidades de ampliação da rede de distribuição e das ligações de água para o atendimento dos índices de abastecimento de água estabelecidos e para o acompanhamento do crescimento vegetativo da população ao longo do horizonte do PMSB;
- Considerou-se a necessidade de substituição de redes e ligações de água, ao longo do horizonte do PMSB, como uma medida necessária no combate às perdas físicas no sistema de distribuição;
- Considerou-se a necessidade de substituição de hidrômetros em função da idade do parque, como uma medida de redução da submedição e manutenção da qualidade da micromedição.

Os custos apurados perfazem um total estimado de R\$ 3.961.688,90.

7.1.4 Cronograma geral dos investimentos no sistema de abastecimento de água

Nas **Tabelas 18 e 19** a seguir, são apresentados os cronogramas dos investimentos a serem realizados no SAA.

Tabela 18 - Cronograma plurianual dos investimentos no sistema de abastecimento de água

Período (ano)	Produção	Reservação	Rede de água			Ligações de água			Hidrômetros			Total Geral(R\$)
	Ampliação (R\$)	Ampliação (R\$)	Ampliação (R\$)	A substituir (R\$)	Total (R\$)	Ampliação (R\$)	A substituir (R\$)	Total (R\$)	Instalação (R\$)	A Substituir (R\$)	Total (R\$)	
2016	-	181.525,00	19.219,83	53.639,54	72.859,37	8.674,68	60.509,70	69.184,38	8.405,88	73.051,10	81.456,98	405.025,73
2017	4.314.374,60	-	18.304,60	53.917,25	72.221,85	8.261,60	61.835,94	70.097,54	8.005,60	74.652,22	82.657,82	4.539.351,81
2018	-	-	18.304,60	54.196,08	72.500,68	8.261,60	63.162,18	71.423,78	8.005,60	76.253,34	84.258,94	228.183,40
2019	-	-	18.762,21	54.480,51	73.242,72	8.468,14	64.488,42	72.956,56	8.205,74	77.954,53	86.160,27	232.359,55
2020		102.750,00	19.448,63	54.776,14	74.224,77	8.777,95	65.980,44	74.758,39	8.505,95	79.655,72	88.161,67	339.894,83
2021		-	19.906,25	55.078,48	74.984,73	8.984,49	6.796,98	15.781,47	8.706,09	81.356,91	90.063,00	180.829,20
2022	-	-	20.592,67	55.392,03	75.984,70	9.294,30	6.962,76	16.257,06	9.006,30	83.158,17	92.164,47	184.406,23
2023	-	-	21.050,29	55.711,17	76.761,46	9.500,84	6.962,76	16.463,60	9.206,44	84.959,43	94.165,87	187.390,93
2024	647.156,19	-	21.736,71	56.041,51	77.778,22	9.810,65	7.128,54	16.939,19	9.506,65	86.860,76	96.367,41	838.241,01
2025	-	-	22.423,13	56.383,05	78.806,18	10.120,46	7.294,32	17.414,78	9.806,86	88.862,16	98.669,02	194.889,98
2026	-	-	22.880,75	28.365,65	51.246,40	10.327,00	7.460,10	17.787,10	10.007,00	90.863,56	100.870,56	169.904,06
2027	-	102.750,00	23.567,17	28.543,70	52.110,87	10.636,81	7.625,88	18.262,69	10.307,21	92.965,03	103.272,24	276.395,80
2028	-	-	24.253,59	28.728,47	52.982,06	10.946,62	7.791,66	18.738,28	10.607,42	95.066,50	105.673,92	177.394,26
2029	-	-	24.711,20	28.916,60	53.627,80	11.153,16	8.123,22	19.276,38	10.807,56	97.167,97	107.975,53	180.879,71
2030	-	-	25.626,43	29.111,44	54.737,88	11.566,24	8.289,00	19.855,24	11.207,84	99.469,58	110.677,42	185.270,54
2031	-	-	26.541,66	29.313,00	55.854,67	11.979,32	8.454,78	20.434,10	11.608,12	101.771,19	113.379,31	189.668,08
2032	-	102.750,00	26.999,28	29.517,93	56.517,21	12.185,86	8.620,56	20.806,42	11.808,26	104.172,87	115.981,13	296.054,76
2033	-	-	27.914,51	29.729,57	57.644,08	12.598,94	8.786,34	21.385,28	12.208,54	106.574,55	118.783,09	197.812,45
2034	-	-	28.829,74	29.949,05	58.778,79	13.012,02	9.117,90	22.129,92	12.608,82	109.076,30	121.685,12	202.593,83
2035	-	-	29.287,35	30.171,89	59.459,24	13.218,56	9.283,68	22.502,24	12.808,96	111.678,12	124.487,08	206.448,56
Total	4.961.530,79	489.775,00	460.360,59	841.963,06	1.302.323,65	207.779,24	434.675,16	642.454,40	201.340,84	1.815.570,01	2.016.910,85	9.412.994,69

Tabela 19 - Cronograma dos investimentos nos períodos de planejamento do PMSB para o sistema de abastecimento de água do município de Pinhalzinho

Atividade	INVESTIMENTOS PREVISTOS NO SAA (R\$)			
	Curto Prazo (2016-2019)	Médio Prazo (2020-2024)	Longo Prazo (2025-2035)	Total
Investimento na ampliação da capacidade de produção	4.314.374,60	647.156,19	-	4.961.530,79
Investimento na ampliação de reservação	181.525,00	102.750,00	205.500,00	489.775,00
Investimento em ampliação da rede de abastecimento	74.591,23	102.734,55	283.034,82	460.360,59
Investimento em substituição da rede de abastecimento	216.233,38	276.999,33	348.730,36	841.963,06
Investimento em ampliação das ligações domiciliares de água existentes	33.666,02	46.368,23	127.744,99	207.779,24
Investimento em substituição das ligações domiciliares de água existentes	249.996,24	93.831,48	90.847,44	434.675,16
Investimento em instalação de hidrômetros para crescimento vegetativo	32.622,82	44.931,43	123.786,59	201.340,84
Investimento em substituição de hidrômetros para renovação do parque existente	301.911,19	415.990,99	1.097.667,83	1.815.570,01
Total	5.404.920,48	1.730.762,19	2.071.812,02	9.412.994,69

CAPÍTULO III – PROGNÓSTICOS E CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

8. PROJEÇÃO DAS DEMANDAS FUTURAS DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

8.1 Critérios de projeção adotados para o sistema de esgotamento sanitário

Os índices e parâmetros aqui adotados foram obtidos na fase do diagnóstico do sistema de esgotamento sanitário. Quando necessárias tais informações foram confrontadas com valores equivalentes observados em outros sistemas de porte semelhante, bem como valores de referência usualmente adotados em estudos de concepção. E, como auxílios também foram analisados os dados disponíveis no SNIS/2013 e no Censo IBGE 2010.

Para as previsões futuras, foram adotadas hipóteses de evolução de alguns parâmetros, tais como o índice de atendimento, índice tratamento e consumo per capita, conforme os critérios e motivos expostos a seguir.

Os bairros Aparecidinha e Jardim do Pinhal não possuem sistema de esgotamento sanitário, e sendo que os munícipes atualmente utilizam-se de fossas rudimentares ou lançam esgotos em rios.

Atualmente, de acordo com a SABESP o sistema de esgotamento sanitário para a sede de Pinhalzinho encontra-se na seguinte condição:

- População urbana atendida com coleta de esgotos: 5.557 habitantes;
- Número de economias de esgotos: 2.455;
- Cobertura com coleta de esgotos: 60,20 %;
- Índice de tratamento de esgoto: 85,00 %;
- Extensão da rede coletora: 28.680 m.

Para fins de apropriação das demandas ao longo do período do PMSB, adotaram-se as seguintes metas de infiltração:

Para sede do município:

- Universalização do esgotamento sanitário da área urbana até 2020;
- Contratação e projeto para melhoria da eficiência do índice de tratamento de esgoto até 2017;
- Tratamento de 100% dos esgotos coletados até 2018.

Para os bairros Aparecidinha e Jardim do Pinhal

- Universalização do esgotamento sanitário da área urbana até 2035;
- Tratamento de 100% dos esgotos coletados até 2020.

8.1.1 Valores apurados nas projeções do sistema de esgotamento sanitário

Baseando-se na evolução da população urbana do município e nos critérios estabelecidos nos itens anteriores, analisam-se os seguintes parâmetros:

- Coleta Per Capita: Corresponde ao consumo per capita de água multiplicado pelo coeficiente de retorno;
- Coleta Média: Corresponde à população atendida com esgotamento sanitário multiplicado pela coleta per capita;

- Vazão de Infiltração: Corresponde à taxa de infiltração multiplicada pela extensão de rede de esgotos;
- Vazões de Esgotos com Infiltração: Correspondem às vazões médias, máximas diárias e máximas horárias acrescidas das vazões de infiltração;
- Vazões de Tratamento de Esgotos: Correspondem às vazões coletadas multiplicadas pelos índices de tratamento de esgotos adotados. No caso, como o objetivo é obter as vazões de esgoto a serem tratadas, adotou-se um índice de tratamento de 100% até 2018;
- Coeficiente de Retorno: Quando se tratam de estudos de concepção, as Normas Técnicas da ABNT recomendam a adoção de 80% para o coeficiente de retorno;
- Taxa de Infiltração: Normalmente, estes valores situam-se na faixa de 0,05 a 0,5 l/s/km de rede. Os valores mais baixos são praticados em áreas com lençol freático profundo e tubulações de PVC. Para o presente PMSB, adotou-se uma taxa de infiltração de 0,15 l/s/km.

Os valores apurados nas projeções são apresentados as **Tabelas 20 a 25** e nos seus respectivos **Gráficos 7, 8 e 9**.

Tabela 20 - Projeção das vazões de coleta de esgoto – Sede

Período ano	População urbana (hab.)	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - COLETA								
		Índice de coleta (%)	População com coleta (hab.)	Coleta Per Capita (l/hab./dia)	Coleta média (l/s)	Extensão de Rede de Esgoto (m)	Vazão de Infiltração (l/s)	Vazão de Coleta e Infiltração (l/s)		
								Média	Máxima diária	Máxima horária
2016	7.688	60,00	4.613	141,26	7,54	28.680,00	4,30	11,84	13,35	17,88
2017	7.916	70,00	5.541	141,26	9,06	29.528,93	4,43	13,49	15,30	20,74
2018	8.150	80,00	6.520	141,26	10,66	30.402,99	4,56	15,22	17,35	23,75
2019	8.391	90,00	7.552	141,26	12,35	31.302,92	4,70	17,04	19,51	26,92
2020	8.639	100,00	8.639	141,26	14,12	32.229,49	4,83	18,96	21,78	30,26
2021	8.894	100,00	8.894	141,26	14,54	33.183,48	4,98	19,52	22,43	31,15
2022	9.157	100,00	9.157	141,26	14,97	34.165,71	5,12	20,10	23,09	32,07
2023	9.428	100,00	9.428	141,26	15,41	35.177,02	5,28	20,69	23,77	33,02
2024	9.707	100,00	9.707	141,26	15,87	36.218,26	5,43	21,30	24,48	34,00
2025	9.994	100,00	9.994	141,26	16,34	37.290,32	5,59	21,93	25,20	35,00
2026	10.289	100,00	10.289	141,26	16,82	38.394,11	5,76	22,58	25,94	36,04
2027	10.593	100,00	10.593	141,26	17,32	39.530,58	5,93	23,25	26,71	37,10
2028	10.907	100,00	10.907	141,26	17,83	40.700,69	6,11	23,94	27,50	38,20
2029	11.229	100,00	11.229	141,26	18,36	41.905,43	6,29	24,64	28,32	39,33
2030	11.561	100,00	11.561	141,26	18,90	43.145,83	6,47	25,37	29,15	40,49
2031	11.903	100,00	11.903	141,26	19,46	44.422,95	6,66	26,12	30,02	41,69
2032	12.255	100,00	12.255	141,26	20,04	45.737,87	6,86	26,90	30,90	42,93
2033	12.617	100,00	12.617	141,26	20,63	47.091,71	7,06	27,69	31,82	44,19
2034	12.990	100,00	12.990	141,26	21,24	48.485,62	7,27	28,51	32,76	45,50
2035	13.375	100,00	13.375	141,26	21,87	49.920,79	7,49	29,36	33,73	46,85

Tabela 21 - Projeção das vazões de tratamento – Sede

Período ano	População urbana (hab.)	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - TRATAMENTO						
		População com coleta (hab.)	Índice de tratamento necessário (%)	População com tratamento		Vazão de tratamento (l/s)		
				Hab.	%	Média	Máxima diária	Máxima horária
2016	7.688	4.613	100,00	4.613	60,00	11,84	13,35	17,88
2017	7.916	5.541	100,00	5.541	70,00	13,49	15,30	20,74
2018	8.150	6.520	100,00	6.520	80,00	15,22	17,35	23,75
2019	8.391	7.552	100,00	7.552	90,00	17,04	19,51	26,92
2020	8.639	8.639	100,00	8.639	100,00	18,96	21,78	30,26
2021	8.894	8.894	100,00	8.894	100,00	19,52	22,43	31,15
2022	9.157	9.157	100,00	9.157	100,00	20,10	23,09	32,07
2023	9.428	9.428	100,00	9.428	100,00	20,69	23,77	33,02
2024	9.707	9.707	100,00	9.707	100,00	21,30	24,48	34,00
2025	9.994	9.994	100,00	9.994	100,00	21,93	25,20	35,00
2026	10.289	10.289	100,00	10.289	100,00	22,58	25,94	36,04
2027	10.593	10.593	100,00	10.593	100,00	23,25	26,71	37,10
2028	10.907	10.907	100,00	10.907	100,00	23,94	27,50	38,20
2029	11.229	11.229	100,00	11.229	100,00	24,64	28,32	39,33
2030	11.561	11.561	100,00	11.561	100,00	25,37	29,15	40,49
2031	11.903	11.903	100,00	11.903	100,00	26,12	30,02	41,69
2032	12.255	12.255	100,00	12.255	100,00	26,90	30,90	42,93
2033	12.617	12.617	100,00	12.617	100,00	27,69	31,82	44,19
2034	12.990	12.990	100,00	12.990	100,00	28,51	32,76	45,50
2035	13.375	13.375	100,00	13.375	100,00	29,36	33,73	46,85

Gráfico 7 - Projeção das vazões de tratamento e coleta de esgoto - Sede

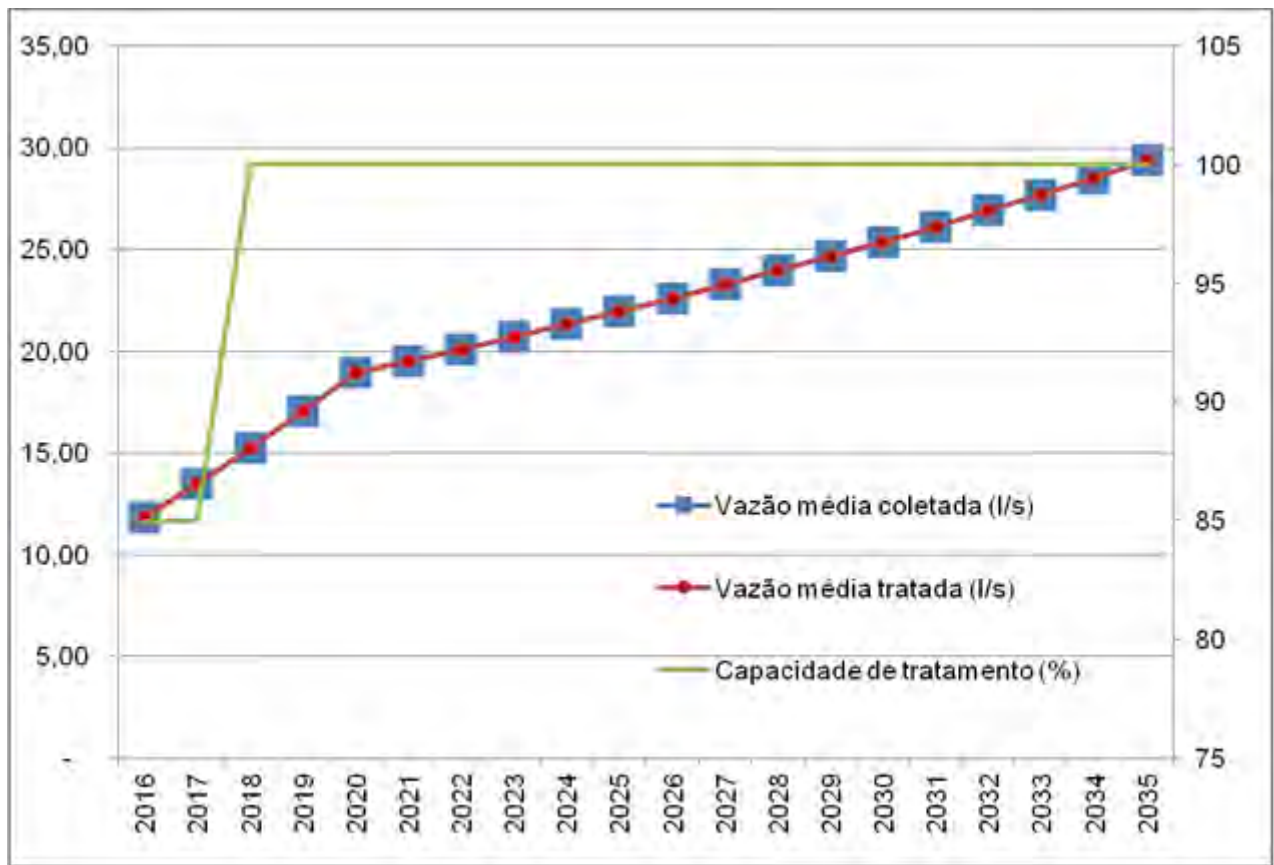


Tabela 22 - Projeção das vazões de coleta de esgoto – Bairro Aparecidinha

Período ano	População urbana (hab.)	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - COLETA								
		Índice de coleta (%)	População com coleta (hab.)	Coleta Per Capita (l/hab./dia)	Coleta média (l/s)	Extensão de Rede de Esgoto (m)	Vazão de Infiltração (l/s)	Vazão de Coleta e Infiltração (l/s)		
								Média	Máxima diária	Máxima horária
2016	812	5,00	41	132,49	0,06	40,46	0,01	0,07	0,08	0,12
2017	826	10,00	83	132,49	0,13	82,20	0,01	0,14	0,17	0,24
2018	840	15,00	126	132,49	0,19	125,21	0,02	0,21	0,25	0,37
2019	854	20,00	171	132,49	0,26	169,50	0,03	0,29	0,34	0,50
2020	869	25,00	217	132,49	0,33	215,06	0,03	0,37	0,43	0,63
2021	884	30,00	265	132,49	0,41	261,89	0,04	0,45	0,53	0,77
2022	899	35,00	315	132,49	0,48	310,00	0,05	0,53	0,63	0,92
2023	914	40,00	366	132,49	0,56	359,38	0,05	0,62	0,73	1,06
2024	929	45,00	418	132,49	0,64	410,04	0,06	0,70	0,83	1,22
2025	944	50,00	472	132,49	0,72	461,97	0,07	0,79	0,94	1,37
2026	960	55,00	528	132,49	0,81	515,18	0,08	0,89	1,05	1,53
2027	976	60,00	586	132,49	0,90	569,66	0,09	0,98	1,16	1,70
2028	992	65,00	645	132,49	0,99	625,41	0,09	1,08	1,28	1,87
2029	1.008	70,00	706	132,49	1,08	682,44	0,10	1,18	1,40	2,05
2030	1.024	75,00	768	132,49	1,18	740,75	0,11	1,29	1,52	2,23
2031	1.041	80,00	833	132,49	1,28	802,87	0,12	1,40	1,65	2,42
2032	1.057	85,00	898	132,49	1,38	863,88	0,13	1,51	1,78	2,61
2033	1.074	90,00	967	132,49	1,48	929,04	0,14	1,62	1,92	2,81
2034	1.091	95,00	1.036	132,49	1,59	995,78	0,15	1,74	2,06	3,01
2035	1.108	100,00	1.108	132,49	1,70	1.064,12	0,16	1,86	2,20	3,22

Tabela 23 - Projeção das vazões de tratamento – Bairro Aparecidinha

Período ano	População urbana (hab.)	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - TRATAMENTO						
		População com coleta (hab.)	Índice de tratamento necessário (%)	População com tratamento		Vazão de tratamento (l/s)		
				Hab.	%	Média	Máxima diária	Máxima horária
2016	812	41	100,00	-	-	-	-	-
2017	826	83	100,00	-	-	-	-	-
2018	840	126	100,00	-	-	-	-	-
2019	854	171	100,00	-	-	-	-	-
2020	869	217	100,00	217	24,97	0,37	0,43	0,63
2021	884	265	100,00	265	29,98	0,45	0,53	0,77
2022	899	315	100,00	315	35,04	0,53	0,63	0,92
2023	914	366	100,00	366	40,04	0,62	0,73	1,06
2024	929	418	100,00	418	44,99	0,70	0,83	1,22
2025	944	472	100,00	472	50,00	0,79	0,94	1,37
2026	960	528	100,00	528	55,00	0,89	1,05	1,53
2027	976	586	100,00	586	60,04	0,98	1,16	1,70
2028	992	645	100,00	645	65,02	1,08	1,28	1,87
2029	1.008	706	100,00	706	70,04	1,18	1,40	2,05
2030	1.024	768	100,00	768	75,00	1,29	1,52	2,23
2031	1.041	833	100,00	833	80,02	1,40	1,65	2,42
2032	1.057	898	100,00	898	84,96	1,51	1,78	2,61
2033	1.074	967	100,00	967	90,04	1,62	1,92	2,81
2034	1.091	1.036	100,00	1.036	94,96	1,74	2,06	3,01
2035	1.108	1.108	100,00	1.108	100,00	1,86	2,20	3,22

Gráfico 8 - Projeção das vazões de tratamento e coleta de esgoto - Bairro Aparecidinha

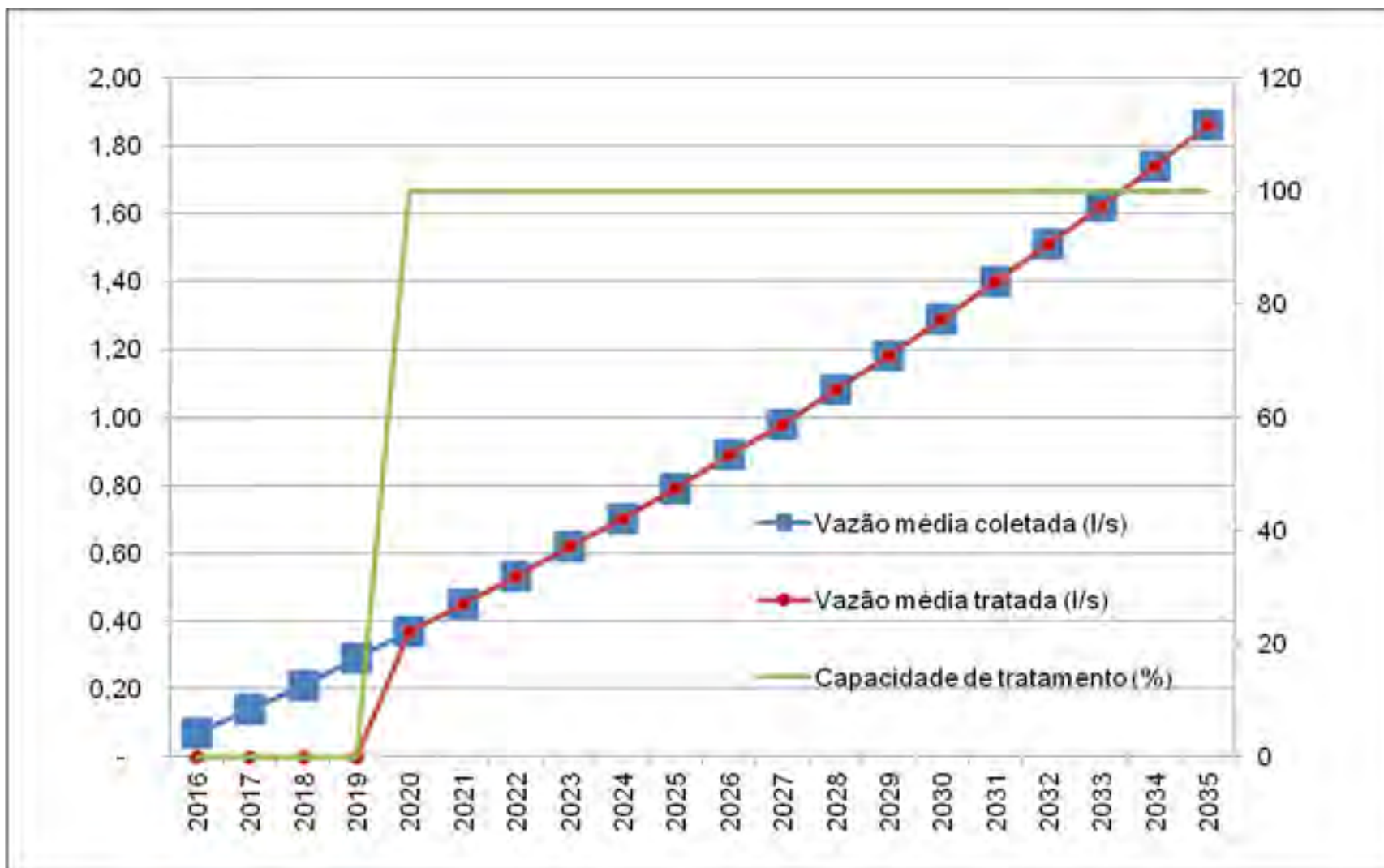


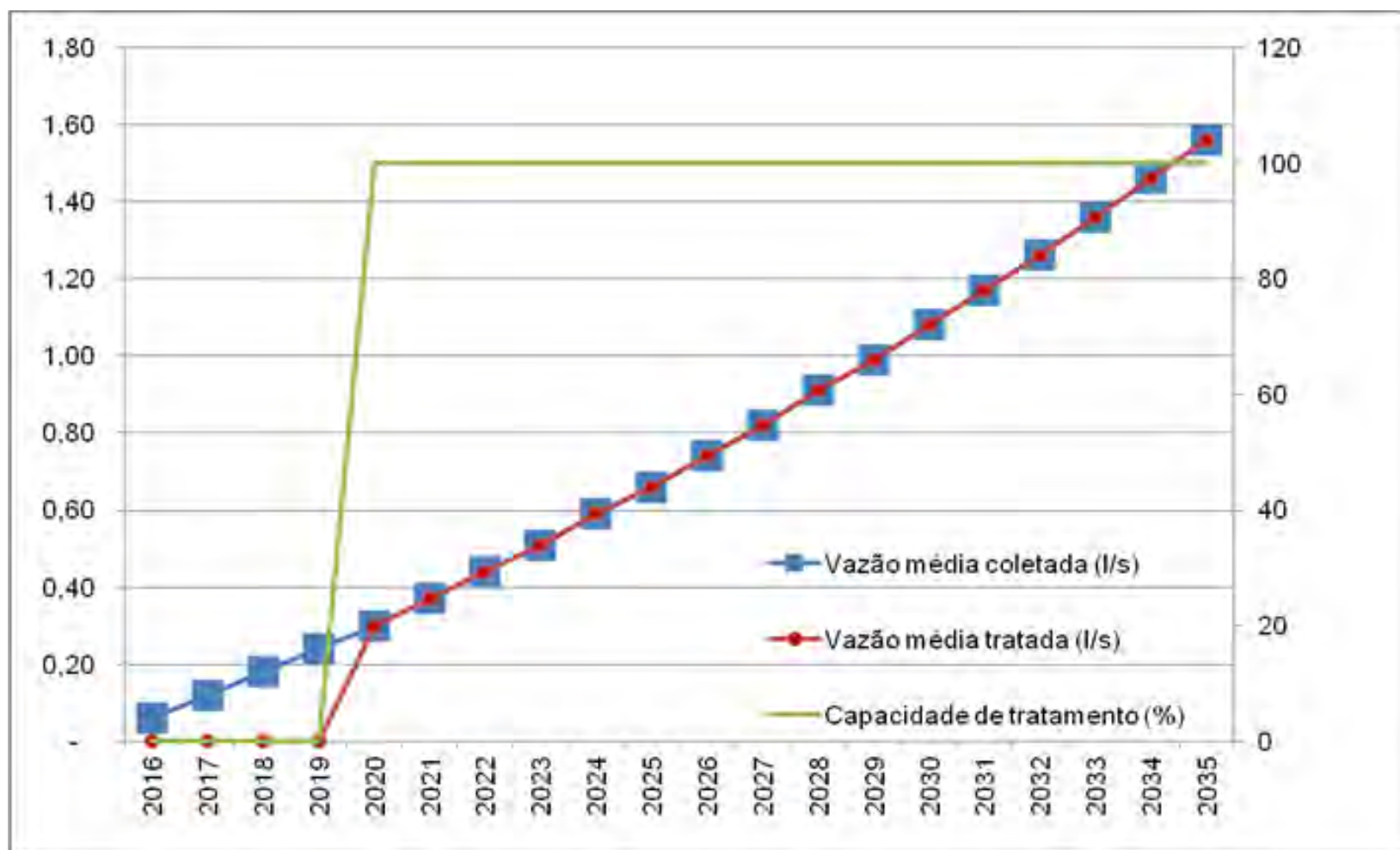
Tabela 24 - Projeção das vazões de coleta de esgoto - Bairro Jd. do Pinhal

Período ano	População urbana (hab.)	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - COLETA								
		Índice de coleta (%)	População com coleta (hab.)	Coleta Per Capita (l/hab./dia)	Coleta média (l/s)	Extensão de Rede de Esgoto (m)	Vazão de Infiltração (l/s)	Vazão de Coleta e Infiltração (l/s)		
								Média	Máxima diária	Máxima horária
2016	664	5,00	33	135,06	0,05	32,34	0,00	0,06	0,07	0,10
2017	676	10,00	68	135,06	0,11	66,27	0,01	0,12	0,14	0,20
2018	687	15,00	103	135,06	0,16	101,31	0,02	0,18	0,21	0,31
2019	699	20,00	140	135,06	0,22	137,64	0,02	0,24	0,28	0,41
2020	711	25,00	178	135,06	0,28	175,23	0,03	0,30	0,36	0,53
2021	723	30,00	217	135,06	0,34	214,10	0,03	0,37	0,44	0,64
2022	735	35,00	257	135,06	0,40	255,36	0,04	0,44	0,52	0,76
2023	748	40,00	299	135,06	0,47	296,94	0,04	0,51	0,61	0,89
2024	760	45,00	342	135,06	0,53	341,22	0,05	0,59	0,69	1,01
2025	773	50,00	387	135,06	0,60	387,10	0,06	0,66	0,78	1,15
2026	786	55,00	432	135,06	0,68	432,82	0,06	0,74	0,88	1,28
2027	798	60,00	479	135,06	0,75	481,72	0,07	0,82	0,97	1,42
2028	812	65,00	528	135,06	0,83	532,22	0,08	0,91	1,07	1,57
2029	825	70,00	578	135,06	0,90	584,31	0,09	0,99	1,17	1,71
2030	838	75,00	629	135,06	0,98	638,00	0,10	1,08	1,28	1,87
2031	852	80,00	682	135,06	1,07	693,27	0,10	1,17	1,38	2,02
2032	865	85,00	735	135,06	1,15	750,14	0,11	1,26	1,49	2,18
2033	879	90,00	791	135,06	1,24	808,61	0,12	1,36	1,61	2,35
2034	893	95,00	848	135,06	1,33	868,66	0,13	1,46	1,72	2,52
2035	907	100,00	907	135,06	1,42	930,31	0,14	1,56	1,84	2,69

Tabela 25 - Projeção das vazões de tratamento – Bairro Jd. do Pinhal

Período ano	População urbana (hab.)	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - TRATAMENTO						
		População com coleta (hab.)	Índice de tratamento necessário (%)	População com tratamento		Vazão de tratamento (l/s)		
				Hab.	%	Média	Máxima diária	Máxima horária
2016	664	33	100,00	-	-	-	-	-
2017	676	68	100,00	-	-	-	-	-
2018	687	103	100,00	-	-	-	-	-
2019	699	140	100,00	-	-	-	-	-
2020	711	178	100,00	178	25,04	0,30	0,36	0,53
2021	723	217	100,00	217	30,01	0,37	0,44	0,64
2022	735	257	100,00	257	34,97	0,44	0,52	0,76
2023	748	299	100,00	299	39,97	0,51	0,61	0,89
2024	760	342	100,00	342	45,00	0,59	0,69	1,01
2025	773	387	100,00	387	50,06	0,66	0,78	1,15
2026	786	432	100,00	432	54,96	0,74	0,88	1,28
2027	798	479	100,00	479	60,03	0,82	0,97	1,42
2028	812	528	100,00	528	65,02	0,91	1,07	1,57
2029	825	578	100,00	578	70,06	0,99	1,17	1,71
2030	838	629	100,00	629	75,06	1,08	1,28	1,87
2031	852	682	100,00	682	80,05	1,17	1,38	2,02
2032	865	735	100,00	735	84,97	1,26	1,49	2,18
2033	879	791	100,00	791	89,99	1,36	1,61	2,35
2034	893	848	100,00	848	94,96	1,46	1,72	2,52
2035	907	907	100,00	907	100,00	1,56	1,84	2,69

Gráfico 9 - Projeção das vazões de tratamento e coleta de esgoto - Bairro Jd. do Pinhal



9. CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

9.1 Concepção proposta para o sistema de esgotamento sanitário da área urbana

Segundo informações da SABESP, as quais foram coletadas na fase de Diagnóstico, somente a sede do município conta com sistema de esgotamento sanitário. A ETE tem capacidade para tratar 15,00 l/s de esgoto.

Os bairros Aparecidinha e Jd. do Pinhal não contam com serviços de esgotamento sanitário, tendo como metas de implantação as definidas no **item 8.1**.

9.1.1 Balanço da carga orgânica de esgoto

Operado pela SABESP, o sistema de esgotamento sanitário de Pinhalzinho terá como metas garantir a universalização do saneamento tanto na sede como nos bairros da zona rural. Adotou-se o critério de cálculo de balanço da carga orgânica de esgoto, considerando o processamento de carga orgânica através de sistema reator UASB, com eficiência de 90%.

Para a avaliação da evolução da carga orgânica dos esgotos do município, medida através da Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO_{5,20}), ao longo do período do PMSB, foram adotados os seguintes parâmetros:

- a) Carga Orgânica per capita (CPC): 54 g de DBO por habitante por dia (valor típico);
- b) Referência de Classificação: Concentrações Típicas de DBO 5,20 (Metcalf & Eddy, 1991):
 - Forte: 400 mg/l;
 - Médio: 200 mg/l;
 - Fraco: 110 mg/l.

Considerou-se a carga orgânica total dos esgotos do município, sendo composta de duas, parcelas, de origem doméstica (CD) e não doméstica (CND). Para as condições atuais, os cálculos foram feitos usando as seguintes equações:

Equações:

- Equação 1..... $CD = (CPC \times Pec) / 1.000$
- Equação 2: $CT = Kt \times Qec$
- Equação 3: $CND = CT - CD$

Onde,

- CPC: Carga Orgânica Per Capita= 54 g/hab.dia;
- CD: Carga Orgânica de Origem Doméstica, em Kg/dia;
- CND: Carga Orgânica de Origem Não Doméstica, em Kg/dia;
- CT: Carga Orgânica Total, em Kg/dia;
- Kt: Concentração Média do Esgoto Total do Município, em mg/l;
- KD: Concentração Média do Esgoto Doméstico do Município, em mg/l;
- Knd: Concentração Média do Esgoto Não Doméstico do Município, em mg/l;

- Pec: População atendida com coleta de esgoto;
- Qec: Vazão de esgoto coletado, em l /dia.

Com as equações acima é possível calcular a evolução das cargas, com base no crescimento populacional e nos índices de coleta e tratamento. A carga orgânica não doméstica calculada, foi mantida constante ao longo do período do plano. A eficiência na remoção de DBO foi considerada igual a 0% para as condições atuais dos bairros Aparecidinha e Jd. do Pinhal, e de 90% a partir da implantação das ETEs, que foi prevista para o ano de 2020.

Os itens apurados foram:

- Carga Orgânica Potencial Urbana;
- Carga Orgânica Coletada: Coletada pelo SES, e encaminhada à ETE;
- Carga Orgânica Lançada do corpo receptor: Sem tratamento e com tratamento;
- Carga Orgânica Processada: Considerada eficiência de 90% de remoção na ETE;
- Concentração de DBO na ETE (kg/l): Consideradas as concentrações de DBO afluente e as concentrações de DBO dos efluentes após a remoção de carga pela ETE.

Os valores apurados estão indicados nas **Tabelas 26, 27 e 28**.

Tabela 26 - Balanço da carga de DBO - Sede

Período ano	Potencial de carga de DBO (kg/dia)			Carga orgânica (Kg/dia)		Lançamento de DBO (kg/dia)			Carga orgânica processada (Kg/dia)		Concentração de DBO na ETE (kg/l)		Coliformes fecais (microorganismos/100 ml)		
	Doméstico	Não Doméstico	Total	Coletado	Enviado para ETE	Sem tratamento	Com tratamento	Total	(Kg/dia)	%	Afluente	Efluente	Coletado	Enviado para ETE	Remoção (%)
2016	249,10	0,00	249,10	228,06	228,06	0,00	22,81	228,06	228,06	90,00%	228,06	22,81	10 ⁷	10 ⁷	0,00%
2017	299,21	0,00	299,21	273,94	273,94	0,00	27,39	27,39	246,55	90,00%	273,94	27,39	10 ⁷	10 ⁷	0,00%
2018	352,08	0,00	352,08	322,35	322,35	0,00	32,24	32,24	290,12	90,00%	322,35	32,24	10 ⁷	10 ⁷	0,00%
2019	407,81	0,00	407,81	373,37	373,37	0,00	37,34	37,34	336,03	90,00%	373,37	37,34	10 ⁷	10 ⁷	0,00%
2020	466,51	0,00	466,51	427,11	373,37	0,00	37,34	37,34	389,77	90,00%	373,37	37,34	10⁷	10⁷	100,00%
2021	480,28	0,00	480,28	439,72	439,72	0,00	43,97	43,97	395,75	90,00%	439,72	43,97	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2022	494,48	0,00	494,48	452,72	452,72	0,00	45,27	45,27	407,45	90,00%	452,72	45,27	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2023	509,11	0,00	509,11	466,12	466,12	0,00	46,61	46,61	419,51	90,00%	466,12	46,61	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2024	524,18	0,00	524,18	479,91	479,91	0,00	47,99	47,99	431,92	90,00%	479,91	47,99	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2025	539,68	0,00	539,68	494,10	494,10	0,00	49,41	49,41	444,69	90,00%	494,10	49,41	10⁷	10⁷	100,00%
2026	555,61	0,00	555,61	508,68	508,68	0,00	50,87	50,87	457,81	90,00%	508,68	50,87	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2027	572,02	0,00	572,02	523,71	523,71	0,00	52,37	52,37	471,34	90,00%	523,71	52,37	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2028	588,98	0,00	588,98	539,24	539,24	0,00	53,92	53,92	485,32	90,00%	539,24	53,92	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2029	606,37	0,00	606,37	555,16	555,16	0,00	55,52	55,52	499,64	90,00%	555,16	55,52	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2030	624,29	0,00	624,29	571,57	571,57	0,00	57,16	57,16	514,41	90,00%	571,57	57,16	10⁷	10⁷	100,00%
2031	642,76	0,00	642,76	588,48	588,48	0,00	58,85	58,85	529,63	90,00%	588,48	58,85	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2032	661,77	0,00	661,77	605,88	605,88	0,00	60,59	60,59	545,29	90,00%	605,88	60,59	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2033	681,32	0,00	681,32	623,78	623,78	0,00	62,38	62,38	561,40	90,00%	623,78	62,38	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2034	701,46	0,00	701,46	642,22	642,22	0,00	64,22	64,22	578,00	90,00%	642,22	64,22	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2035	722,25	0,00	722,25	661,25	661,25	0,00	66,13	66,13	595,13	90,00%	661,25	66,13	10 ⁷	10 ⁷	100,00%

Tabela 27 - Balanço da carga de DBO - Aparecidinha

Período ano	Potencial de carga de DBO (kg/dia)			Carga orgânica (Kg/dia)		Lançamento de DBO (kg/dia)			Carga orgânica processada (Kg/dia)		Concentração de DBO na ETE (kg/l)		Coliformes fecais (microorganismos/100 ml)		
	Doméstico	Não Doméstico	Total	Coletado	Enviado para ETE	Sem tratamento	Com tratamento	Total	(Kg/dia)	%	Afluentes	Efluente	Coletado	Enviado para ETE	Remoção (%)
2016	2,21	0,00	2,21	1,90	0,00	1,90	0,00	1,90	0,00	0,00%	0,00	0,00	10 ⁷	-	0,00%
2017	4,48	0,00	4,48	3,85	0,00	3,85	0,00	3,85	0,00	0,00%	0,00	0,00	10 ⁷	-	0,00%
2018	6,80	0,00	6,80	5,84	0,00	5,84	0,00	5,84	0,00	0,00%	0,00	0,00	10 ⁷	-	0,00%
2019	9,23	0,00	9,23	7,93	0,00	7,93	0,00	7,93	0,00	0,00%	0,00	0,00	10 ⁷	-	0,00%
2020	11,72	0,00	11,72	10,06	11,72	0,00	1,17	1,17	10,55	90,00%	11,72	1,17	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2021	14,31	0,00	14,31	12,29	14,31	0,00	1,43	1,43	12,88	90,00%	14,31	1,43	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2022	17,01	0,00	17,01	14,61	17,01	0,00	1,70	1,70	15,31	90,00%	17,01	1,70	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2023	19,76	0,00	19,76	16,97	19,76	0,00	1,98	1,98	17,78	90,00%	19,76	1,98	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2024	22,57	0,00	22,57	19,38	22,57	0,00	2,26	2,26	20,31	90,00%	22,57	2,26	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2025	25,49	0,00	25,49	21,89	25,49	0,00	2,55	2,55	22,94	90,00%	25,49	2,55	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2026	28,51	0,00	28,51	24,48	24,48	0,00	2,45	2,45	22,03	90,00%	24,48	2,45	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2027	31,64	0,00	31,64	27,17	27,17	0,00	2,72	2,72	24,45	90,00%	27,17	2,72	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2028	34,83	0,00	34,83	29,91	29,91	0,00	2,99	2,99	26,92	90,00%	29,91	2,99	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2029	38,12	0,00	38,12	32,74	32,74	0,00	3,27	3,27	29,47	90,00%	32,74	3,27	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2030	41,47	0,00	41,47	35,61	35,61	0,00	3,56	3,56	32,05	90,00%	35,61	3,56	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2031	44,98	0,00	44,98	38,63	38,63	0,00	3,86	3,86	34,77	90,00%	38,63	3,86	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2032	48,49	0,00	48,49	41,64	41,64	0,00	4,16	4,16	37,48	90,00%	41,64	4,16	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2033	52,22	0,00	52,22	44,84	44,84	0,00	4,48	4,48	40,36	90,00%	44,84	4,48	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2034	55,94	0,00	55,94	48,04	48,04	0,00	4,80	4,80	43,24	90,00%	48,04	4,80	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2035	59,83	0,00	59,83	51,38	51,38	0,00	5,14	5,14	46,24	90,00%	51,38	5,14	10 ⁷	10 ⁷	100,00%

Tabela 28 - Balanço da carga de DBO - Bairro Jd. do Pinhal

Período ano	Potencial de carga de DBO (kg/dia)			Carga orgânica (Kg/dia)		Lançamento de DBO (kg/dia)			Carga orgânica processada (Kg/dia)		Concentração de DBO na ETE (kg/l)		Coliformes fecais (microorganismos/100 ml)		
	Doméstico	Não doméstico	Total	Coletado	Enviado para ETE	Sem tratamento	Com tratamento	Total	(Kg/dia)	%	Afluente	Efluente	Coletado	Enviado para ETE	Remoção (%)
2016	1,78	0,00	1,78	1,56	0,00	1,56	0,00	1,56	0,00	0,00%	0,00	0,00	10 ⁷	-	0,00%
2017	3,67	0,00	3,67	3,21	0,00	3,21	0,00	3,21	0,00	0,00%	0,00	0,00	10 ⁷	-	0,00%
2018	5,56	0,00	5,56	4,87	0,00	4,87	0,00	4,87	0,00	0,00%	0,00	0,00	10 ⁷	-	0,00%
2019	7,56	0,00	7,56	6,62	0,00	6,62	0,00	6,62	0,00	0,00%	0,00	0,00	10 ⁷	-	0,00%
2020	9,61	0,00	9,61	8,41	8,41	0,00	0,84	0,84	7,57	90,00%	8,41	0,84	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2021	11,72	0,00	11,72	10,26	10,26	0,00	1,03	1,03	9,23	90,00%	10,26	1,03	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2022	13,88	0,00	13,88	12,15	12,15	0,00	1,22	1,22	10,94	90,00%	12,15	1,22	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2023	16,15	0,00	16,15	14,13	14,13	0,00	1,41	1,41	12,72	90,00%	14,13	1,41	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2024	18,47	0,00	18,47	16,17	16,17	0,00	1,62	1,62	14,55	90,00%	16,17	1,62	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2025	20,90	0,00	20,90	18,29	18,29	0,00	1,83	1,83	16,46	0,00%	18,29	1,83	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2026	23,33	0,00	23,33	20,42	20,42	0,00	2,04	2,04	18,38	90,00%	20,42	2,04	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2027	25,87	0,00	25,87	22,64	22,64	0,00	2,26	2,26	20,38	90,00%	22,64	2,26	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2028	28,51	0,00	28,51	24,96	24,96	0,00	2,50	2,50	22,46	90,00%	24,96	2,50	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2029	31,21	0,00	31,21	27,32	27,32	0,00	2,73	2,73	24,59	90,00%	27,32	2,73	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2030	33,97	0,00	33,97	29,73	29,73	0,00	2,97	2,97	26,76	0,00%	29,73	2,97	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2031	36,83	0,00	36,83	32,24	32,24	0,00	3,22	3,22	29,02	90,00%	32,24	3,22	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2032	39,69	0,00	39,69	34,74	34,74	0,00	3,47	3,47	31,27	90,00%	34,74	3,47	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2033	42,71	0,00	42,71	37,39	37,39	0,00	3,74	3,74	33,65	90,00%	37,39	3,74	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2034	45,79	0,00	45,79	40,08	40,08	0,00	4,01	4,01	36,07	90,00%	40,08	4,01	10 ⁷	10 ⁷	100,00%
2035	48,98	0,00	48,98	42,87	42,87	0,00	4,29	4,29	38,58	90,00%	42,87	4,29	10 ⁷	10 ⁷	100,00%

9.2 Concepção proposta para os sistemas de esgotamento sanitário na área rural

9.2.1 Diretrizes para o esgotamento sanitário da população rural

No caso da população dispersa na área rural de um município, há que se considerar que as soluções adotadas para a destinação final dos esgotos no geral são individuais e na maioria das vezes através de fossa negra ou fossa rudimentar, conforme terminologia usada pelo IBGE.

Existem também outras situações, tais como o lançamento de esgoto in natura em corpos d'água e em vias públicas. Todas estas situações são potencialmente poluidoras de mananciais, tanto superficiais, quanto subterrâneos, o que se torna particularmente mais grave quando não existe rede de abastecimento de água.

Por exemplo, nos casos em que o abastecimento de água se dá através de poço raso, no terreno do próprio proprietário, onde também existe uma fossa negra, existe o risco de contaminação da água do poço, a partir do esgoto da fossa que se infiltra no solo e atinge o aquífero.

Desta forma, seria ideal o uso de fossas sépticas, entretanto, isto demandaria o suporte financeiro por parte da prefeitura, o que normalmente não é viável, ressaltando-se que nem sempre o munícipe tomaria a iniciativa de substituição ou implantação de fossas sépticas em sua propriedade.

À prefeitura municipal, cabe monitorar a situação da qualidade das fontes de abastecimento de água individuais existentes no município, sujeitas à contaminação por esgoto, bem como propor soluções corretivas.

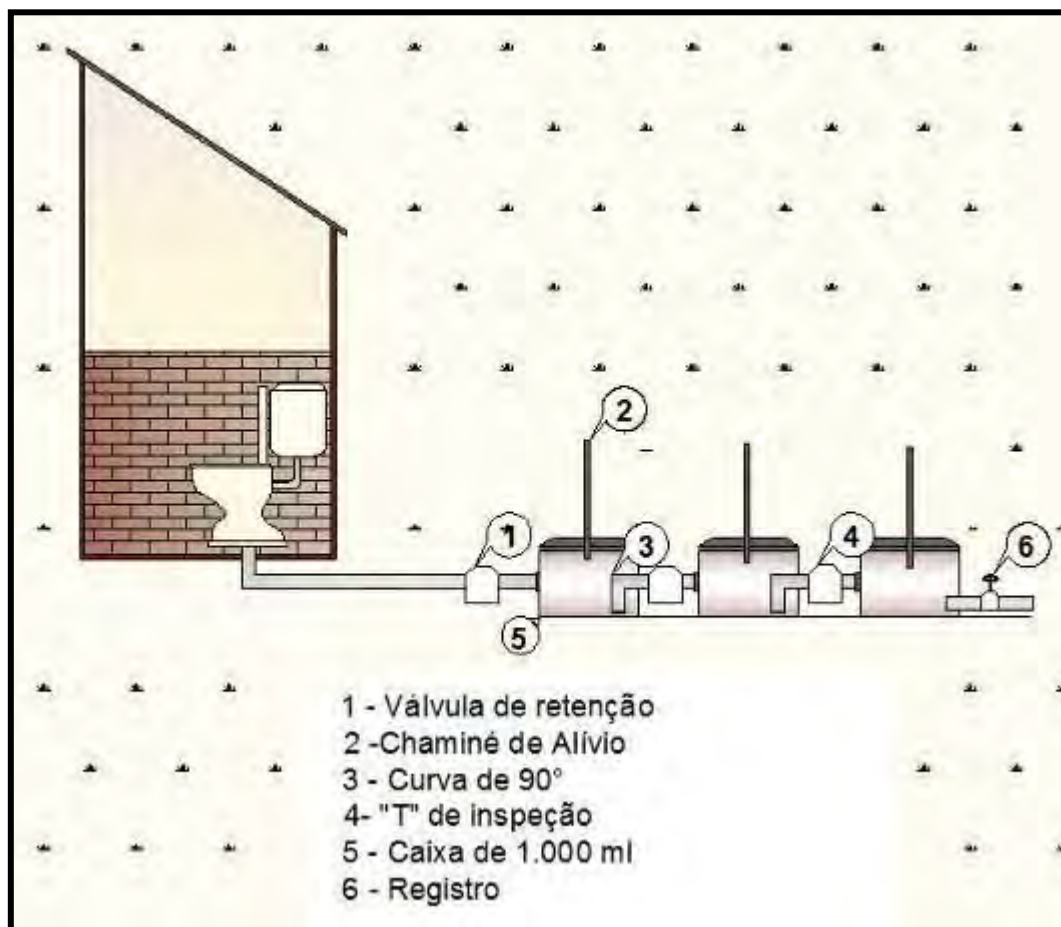
Uma opção que pode ser viável é a utilização da “Fossa Séptica Biodigestor” (FSB), associada ao “Jardim Filtrante”, que são tecnologias desenvolvidas pela EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, para aplicação na zona rural.

A Fossa Séptica Biodigestora (**Figura 5**) é um sistema de tratamento de esgoto sanitário rural, que além de decompor a matéria orgânica, também promove o tratamento biológico do esgoto, removendo cerca de 90% dos coliformes totais, evitando a contaminação de água e do solo por coliformes fecais.

Este sistema também produz um efluente orgânico que pode ser usado como adubo em plantas perenes. Para ter esta funcionalidade, a fossa séptica biodigestora só pode receber esgoto do vaso sanitário. Além disto, necessita de um inoculante biológico, que é feito com cerca de 5 litros esterco de bovino.

Conforme informações da EMBRAPA, o custo da FSB é da ordem de R\$ 1.700,00 (referência de Maio/2015) e a manutenção é bastante simples.

Figura 5 - Estrutura da fossa séptica biodigestora



Fonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (2015).

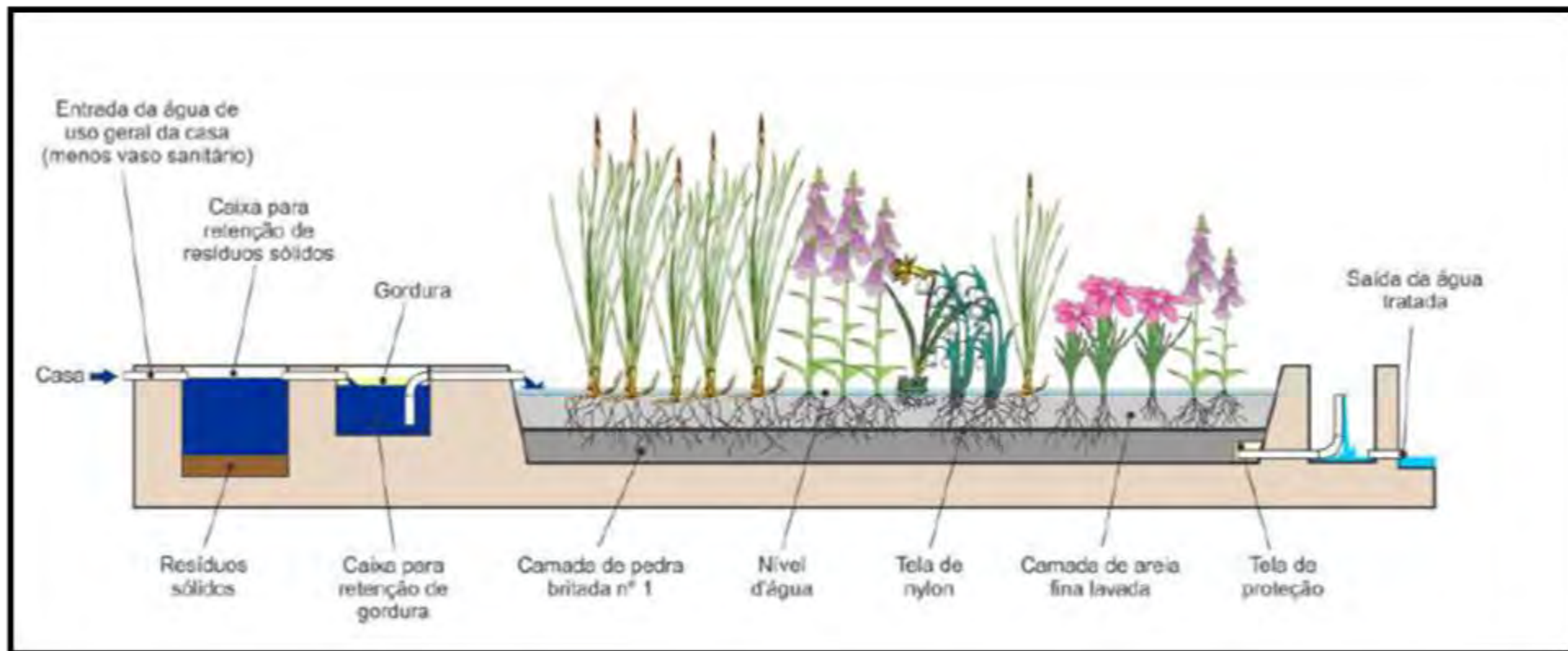
Já a tecnologia do Jardim Filtrante tem a função de complementar o tratamento da Fossa Séptica Biodigestora. A FSB, por suas características trata apenas a “água negra”, efluente do vaso sanitário. Já o Jardim Filtrante trata a “água cinza”, proveniente da pia, chuveiro, tanque, etc. O efluente da FSB que não for utilizado na agricultura também será desviado para o Jardim Filtrante.

O objetivo do Jardim Filtrante é criar um ambiente onde plantas, adequadamente escolhidas, e microrganismos, trabalhem juntos para a depuração do esgoto e absorção dos nutrientes e contaminantes. O comportamento do sistema é semelhante ao de áreas alagadas naturais.

O sistema é basicamente constituído por um reservatório enterrado com área de 10 m² por 0,5 m de profundidade, impermeabilizado com uma geomembrana, preenchido com areia grossa e brita, onde são plantados arbustos. Antes de ser encaminhado ao Jardim Filtrante, o esgoto deve passar por uma caixa de retenção de sólidos e uma caixa de areia.

Conforme orientação da EMBRAPA, as plantas escolhidas devem ser preferencialmente nativas da região onde o sistema está instalado. Pode-se inclusive escolher plantas que produzem flores para melhorar visualmente o ambiente. Na **Figura 6** é apresentado um esquema de um corte longitudinal do Jardim Filtrante, com seus diversos componentes.

Figura 6 - Esquema em corte de um jardim filtrante



Fonte: Embrapa (2015).

9.2.2 Esgotamento sanitário em aglomerados populacionais na área rural

A existência de fossas negras em aglomerados populacionais configura uma situação de risco à saúde pública, principalmente em situações em que não existe rede de abastecimento de água, e o abastecimento é feito individualmente, através de poços rasos, como já mencionado anteriormente.

Na medida em que a aglomeração populacional cresce, o risco aumenta, uma vez que se eleva a probabilidade contaminação do manancial subterrâneo pelo esgoto que infiltra no solo.

Outros tipos de disposição final de esgoto, como lançamento em corpo d'água, em sarjetas, etc. são igualmente danosos à saúde pública e ambiental.

A simples utilização de fossas sépticas individuais pode não ser uma alternativa viável pela dificuldade de se garantir que todos os domicílios adotem tal tecnologia, além de dificultar o monitoramento e controle pelo poder público municipal, particularmente se não houver rede de distribuição de água potável no local.

Deste modo, é fundamental que se procure alternativas de sistemas coletivos de coleta por rede de esgoto seguido de um sistema de tratamento de esgoto mais adequado a cada caso.

Existem diversas alternativas para o tratamento de esgoto para atendimento às pequenas comunidades, podendo-se destacar:

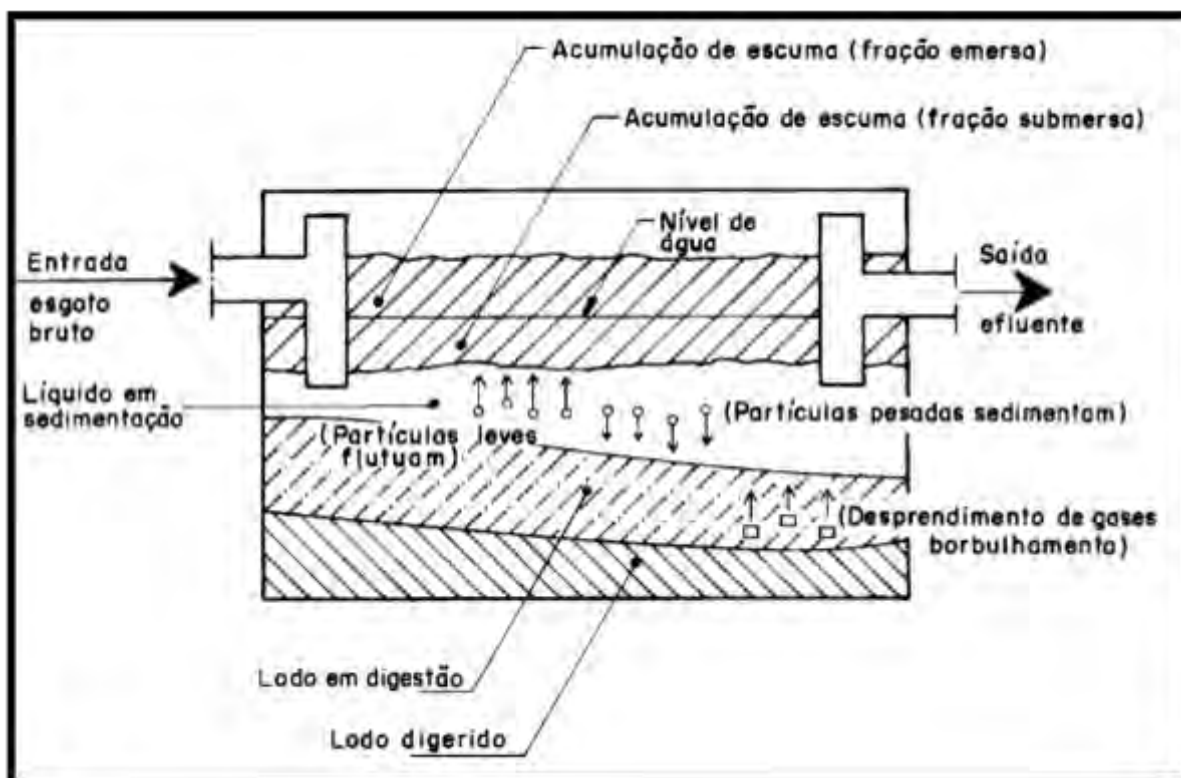
- Tanques sépticos seguidos de sistemas de infiltração no solo;
- Estações Compactas Tratamento de Esgoto para Pequenas Comunidades.

Ainda, existem outras possibilidades, mas a título de exemplo, ilustramos apenas as duas alternativas acima indicadas.

a) Tanques Sépticos

Conforme a norma NBR 7.229/93, um tanque séptico é uma unidade cilíndrica ou prismática retangular de fluxo horizontal, para tratamento de esgotos por processos de sedimentação, flotação e digestão, conforme ilustrado na **Figura 7**, mostrando-se o funcionamento destes processos de tratamento, no interior de um tanque séptico.

Figura 7 - Esquema de um tanque séptico



Fonte: NBR 7.229/93.

Ainda, conforme a referida norma, o uso do sistema de tanque séptico somente é indicado para áreas desprovidas de rede pública coletora de esgoto; alternativa de tratamento de esgoto em áreas providas e rede coletora local; retenção prévia dos sólidos sedimentáveis, quando da utilização de rede coletora com diâmetro e/ou declividade reduzidos para transporte de efluente livre de sólidos sedimentáveis, devendo respeitar as seguintes distâncias mínimas:

- 1,50 m de construções, limites de terreno, sumidouros, valas de infiltração e ramal predial de água;
- 3,0 m de árvores e de qualquer ponto de rede pública de abastecimento de água;
- 5,0 m de poços freáticos e de corpos de água de qualquer natureza.

Após passar pela fossa, o efluente líquido, isento de materiais sedimentáveis e flutuantes (retidos na fossa) deve ser disposto de alguma forma no meio ambiente.

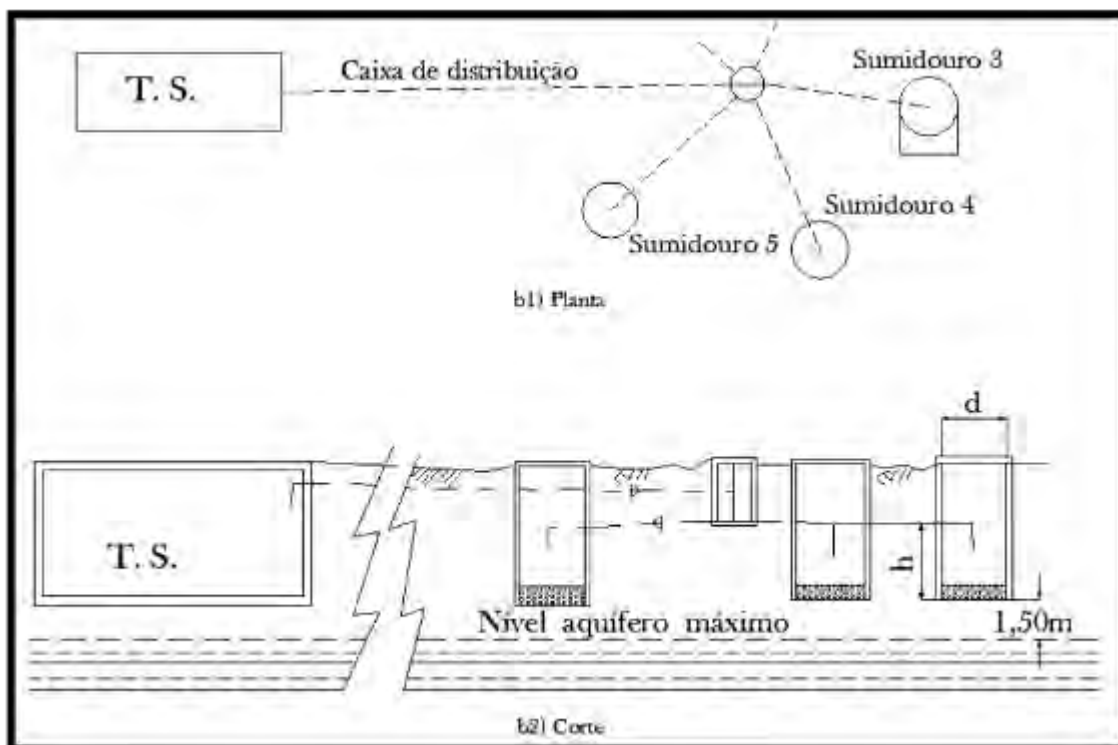
Entre os processos eficientes e econômicos de disposição do efluente líquido das fossas estão:

- diluição (corpo d'água receptor);
- sumidouro;
- vala de infiltração;
- vala de infiltração e filtro de areia.

Destes processos o mais simples são os sumidouros, que consistem em escavações, cilíndricas ou prismáticas, tendo as paredes revestidas por tijolos, pedras ou outros materiais. Os sumidouros funcionam como poços absorventes, recebendo os efluentes diretamente das fossas sépticas e permitindo sua infiltração no solo.

A **Figura 8** mostra um esquema de distribuição de sumidouros, onde se destaca a importância de se manter o fundo dos sumidouros no mínimo 1,5 metros acima do nível de água do lençol freático.

Figura 8 - Esquema da distribuição de sumidouros de um tanque séptico



Fonte: Adaptado de NBR 13.969/97.

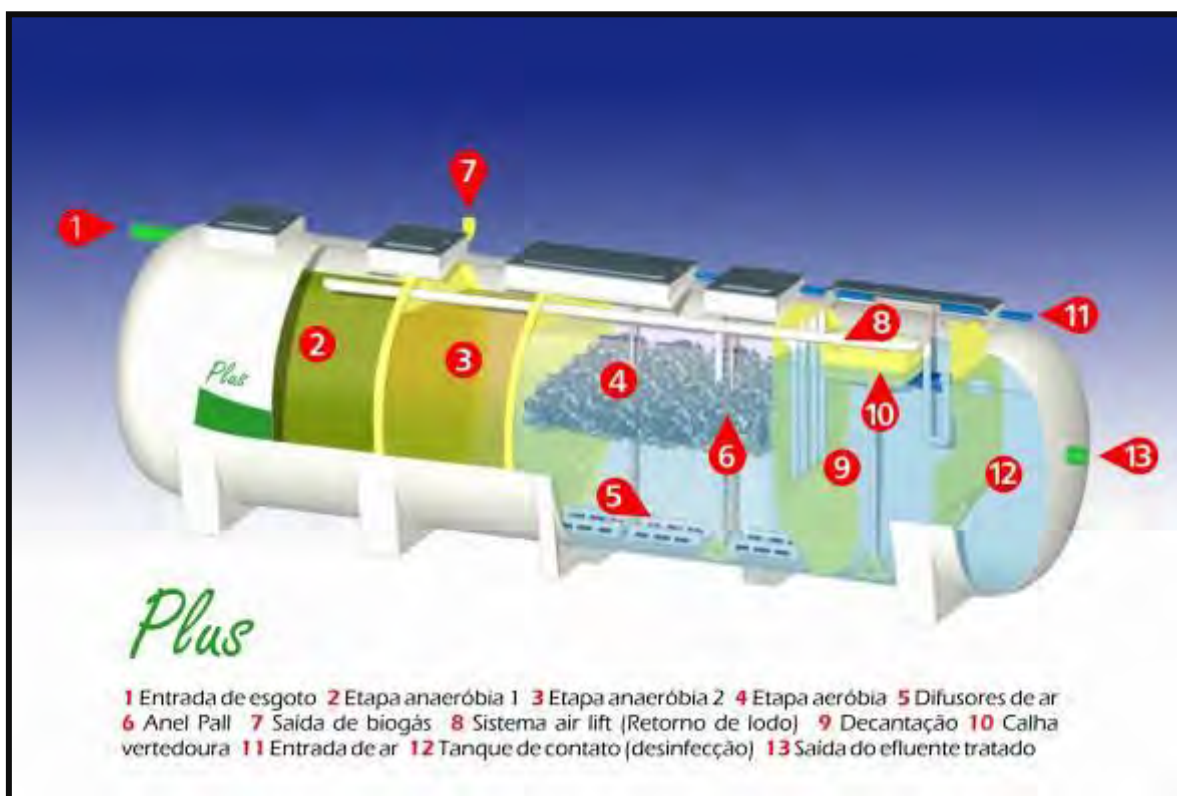
b) Estações Compactas de Tratamento de Esgoto

As estações de tratamento compactas conforme mostra a **Figura 9**, geralmente são pré-fabricadas, podem ser uma alternativa vantajosas para pequenas comunidades, comumente inferiores a 20.000 habitantes.

Esta tecnologia tem sido empregada em hotéis, condomínios, conjuntos habitacionais, etc., incluindo os conjuntos habitacionais financiados pelo "Programa Minha Casa Minha Vida".

Existem diversos tipos de ETE's Compactas no mercado, que utilizam processos anaeróbios e/ou aeróbios, no geral construídas em PRFV (Plástico Reforçado com Fibra de Vidro), que apresentam boa eficiência de tratamento.

Figura 9 - Exemplo de estação de tratamento de esgoto compacta



Fonte: Mizumo, [s.d].

No exemplo indicado na **Figura 9**, a ETE tem capacidade de tratamento de vazões diárias de 4 m³ (4.000 litros/dia) a 20 m³ (20.000 litros/dia) por módulo, o que representa, em média, 210 usuários.

O tanque possui 2,0 m de diâmetro e é fabricado de PRFV (plástico reforçado com fibra de vidro), o que confere resistência e alta proteção química à corrosão do esgoto sanitário.

A área necessária para a implantação do sistema varia entre 23 m² e 38 m².

O processo de tratamento é composto por um reator anaeróbico, um filtro aeróbio com difusão de ar por bolhas finas e decantador secundário com sistema de air lift para retorno do lodo.

O sistema de desinfecção é feito por meio de pastilhas de cloro, já integrado ao produto.

Conforme informações do fabricante a implantação do módulo pode ser feita tanto acima do nível do solo como enterrada.

Conforme já citado, existem diversas alternativas no mercado, que podem ser estudadas para se obter o melhor resultado para cada caso.

Um fator importante a se considerar no caso de opção pela utilização de ETE Compacta é que a mesma exige manutenção nos seus componentes hidráulicos, elétricos e de processo, o que demandará mão-de-obra especializada. Neste sentido, a prefeitura deverá avaliar a existência de profissionais qualificados em seu quadro de

funcionários, e caso necessário optar pela contratação destes profissionais ou terceirizar os serviços.

A concepção atual do sistema público de esgotamento sanitário no município de Pinhalzinho prevê, prioritariamente, o atendimento a 100 % da população urbana do município. Desta forma, a área rural do município não dispõe deste serviço.

A fim de se garantir a universalização do esgotamento sanitário no município, o ideal seria que a rede pública fosse estendida até as comunidades rurais.

Entretanto, tal como a rede pública de abastecimento de água, a realidade local impõe que esta condição só poderá ser estabelecida gradativamente, quando a malha urbana se estender até estes locais.

Atualmente, as propriedades rurais existentes no município se utilizam de soluções individuais, tais como fossas rudimentares (negras), fossas sépticas, valas a céu aberto, lançamento em cursos d'água, etc.

Desta forma, para promover e propiciar a universalização deste serviço à totalidade da população é necessário que a Prefeitura Municipal atue na área rural, primeira e prioritariamente, através do mapeamento e do controle da situação de cada residência, pois é vital que cada família tenha acesso à água em quantidade e qualidade adequadas às suas necessidades básicas.

A Lei Federal nº 11.445/2007 traz como diretriz o PMSB que deve haver a “garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares”. Assim sendo, as propriedades rurais no município, utilizam-se de fontes alternativas de abastecimento de água, tais como poços rasos, poços profundos, caminhões pipas, entre outros. E, nestes casos, cabe ao poder público o acompanhamento e suporte à população, por meio da orientação quando ao uso de fontes alternativas, esclarecendo quanto aos riscos de contaminação, medidas de prevenção, necessidade de desinfecção, fornecimento de água através de caminhões pipa, etc.

Compete ao município o zelo pela garantia do atendimento, exercendo a vigilância da qualidade da água proveniente de fontes alternativas existentes nos limites do município.

Recomenda-se que a Prefeitura Municipal de Pinhalzinho exerça a gestão do abastecimento de água na área rural do município, incluindo este tema no plano de gestão do Titular dos Serviços, de forma que seja objeto de análise e de proposições no Plano Diretor de Abastecimento de Água a ser contratado.

9.3 Necessidades globais do sistema de esgotamento sanitário

As necessidades futuras para a universalização do atendimento, estimadas de acordo com os critérios supracitados, são apresentadas nos tópicos seguintes, onde se destaca que as ampliações correspondem ao atendimento de novas demandas e as substituições correspondem às necessidades para conservação dos sistemas existentes em condições adequadas de uso e operação.

Baseando-se no prognóstico apresentado e nas características dos sistemas existentes, objetivando-se a universalização do atendimento, apuraram-se as necessidades futuras ao considerados os seguintes aspectos:

- Tratamento de esgoto;
- Redes coletoras de esgoto;
- Ligações domiciliares de esgotos.

Ressalta-se que as necessidades referentes ao sistema de transporte e destinação final serão abordadas no item seguinte.

9.3.1 Tratamento de esgoto

Conforme explanado no **Item 9.1**, somente a sede do município conta com sistema de esgotamento sanitário, tendo capacidade para tratar 15,00 l/s de esgoto. Adotando como referência a vazão média de coleta (coleta média adicionado a vazão de infiltração), o sistema de tratamento já não atenderá a demanda projetada para 2018, sendo igual a 15,22 l/s. Por essa razão, a capacidade de tratamento deve ser ampliada em 15 l/s, para atender a demanda de final de plano.

Para o bairro Aparecidinha, o sistema de coleta, afastamento e tratamento deve ser implantado, com capacidade de tratar 1,90 l/s, vazão essa a final de plano.

Para o bairro Jd. do Pinhal, o sistema de coleta, afastamento e tratamento deve ser implantado, com capacidade de tratar 1,60 l/s, vazão essa a final de plano.

Com base na capacidade do tratamento das ETEs a serem ampliadas e implantadas e na projeção das demandas de tratamento de esgoto, foram calculados os déficits globais de tratamento e as necessidades ao longo do PMSB, conforme apresentados nas **Tabelas 29, 30 e 31**.

Tabela 29 - Ampliação do tratamento de esgoto - Sede

Período ano	População urbana atendida (hab.)	Estação de Tratamento de Esgoto - ETE (l/s)		
		Existente	Necessidade	Déficit/Superávit
2016	4.613	15,00	11,84	3,16
2017	5.541	15,00	13,49	1,51
2018	6.520	30,00	15,22	14,78
2019	7.552	30,00	17,04	12,96
2020	8.639	30,00	18,96	11,04
2021	8.894	30,00	19,52	10,48
2022	9.157	30,00	20,10	9,90
2023	9.428	30,00	20,69	9,31
2024	9.707	30,00	21,30	8,70
2025	9.994	30,00	21,93	8,07
2026	10.289	30,00	22,58	7,42
2027	10.593	30,00	23,25	6,75
2028	10.907	30,00	23,94	6,06
2029	11.229	30,00	24,64	5,36
2030	11.561	30,00	25,37	4,63
2031	11.903	30,00	26,12	3,88
2032	12.255	30,00	26,90	3,10
2033	12.617	30,00	27,69	2,31
2034	12.990	30,00	28,51	1,49
2035	13.375	30,00	29,36	0,64

Tabela 30 - Implantação de tratamento de esgoto - Aparecidinha

Período ano	População urbana atendida (hab.)	Estação de Tratamento de Esgoto - ETE (l/s)		
		Existente	Necessidade	Déficit/Superávit
2016	41	-	0,07	-(0,07)
2017	83	-	0,14	-(0,14)
2018	126	-	0,21	-(0,21)
2019	171	-	0,29	-(0,29)
2020	217	1,90	0,37	1,53
2021	265	1,90	0,45	1,45
2022	315	1,90	0,53	1,37
2023	366	1,90	0,62	1,28
2024	418	1,90	0,70	1,20
2025	472	1,90	0,79	1,11
2026	528	1,90	0,89	1,01
2027	586	1,90	0,98	0,92
2028	645	1,90	1,08	0,82
2029	706	1,90	1,18	0,72
2030	768	1,90	1,29	0,61
2031	833	1,90	1,40	0,50
2032	898	1,90	1,51	0,39
2033	967	1,90	1,62	0,28
2034	1.036	1,90	1,74	0,16
2035	1.108	1,90	1,86	0,04

Tabela 31 - Implantação de tratamento de esgoto - Jd. do Pinhal

Período ano	População urbana atendida (hab.)	Estação de Tratamento de Esgoto - ETE (l/s)		
		Existente	Necessidade	Déficit/Superávit
2016	664	-	0,06	-(0,06)
2017	676	-	0,12	-(0,12)
2018	687	-	0,18	-(0,18)
2019	699	-	0,24	-(0,24)
2020	711	1,60	0,30	1,30
2021	723	1,60	0,37	1,23
2022	735	1,60	0,44	1,16
2023	748	1,60	0,51	1,09
2024	760	1,60	0,59	1,01
2025	773	1,60	0,66	0,94
2026	786	1,60	0,74	0,86
2027	798	1,60	0,82	0,78
2028	812	1,60	0,91	0,69
2029	825	1,60	0,99	0,61
2030	838	1,60	1,08	0,52
2031	852	1,60	1,17	0,43
2032	865	1,60	1,26	0,34
2033	879	1,60	1,36	0,24
2034	893	1,60	1,46	0,14
2035	907	1,60	1,56	0,04

9.3.2 Sistema de coleta de esgoto

Para fins de apuração das necessidades do sistema de esgotamento sanitário, considerou-se a necessidade de novas ligações domiciliares de esgoto e de rede coletora.

Na avaliação destas necessidades ao longo do período do PMSB, considerando-se a estrutura existente, abordam-se dois aspectos principais:

- Ampliações: Correspondem às ações necessárias para acompanhar o aumento das demandas de água resultantes do padrão de atendimento estabelecido e do crescimento vegetativo da população;

9.3.3 Ampliação das ligações de esgoto

Para a projeção das necessidades de ligação de esgoto, adotaram-se os seguintes parâmetros:

Para Sede (SABESP, 2014);

- Participação das economias residenciais de esgoto no total das economias de água: 89,17;
- Densidade de economias de esgoto por ligação de esgoto: 1,01 economia por ligação;

- Execução de 221 ligações de esgoto até 2020, para atender meta de 100% da população urbana com esgotamento sanitário.

Para o bairro Aparecidinha (SABESP, 2014)

- Participação das economias residenciais de esgoto no total das economias de água: 89,17;
- Densidade de economias de esgoto por ligação de esgoto: 1,01 economia por ligação;
- Execução de 215 ligações de esgoto até 2020, para atender meta de 100% da população urbana com esgotamento sanitário.

Para o bairro Jd. do Pinhal (SABESP, 2014)

- Participação das economias residenciais de esgoto no total das economias de água: 89,17;
- Densidade de economias de esgoto por ligação de esgoto: 1,01 economia por ligação;
- Execução de 172 ligações de esgoto até 2020, para atender meta de 100% da população urbana com esgotamento sanitário.

As Tabelas 32, 33 e 34 demonstram os resultados obtidos nas projeções.

Tabela 32 - Ampliações das ligações de esgoto - Sede

Período ano	Novas economias residenciais (unid.)	Novas economias totais (unid.)	Novas ligações totais de esgoto (unid.)	Total de novas ligações para suprir demanda (unid.)	Total de ligações de esgoto (unid.)
2015	-	-	-	221	2.455
2016	70	70	69	56	2.580
2017	69	69	68	55	2.703
2018	70	70	69	55	2.827
2019	72	72	71	55	2.953
2020	75	75	74	55	3.082
2021	77	77	76	-	3.158
2022	78	78	77	-	3.235
2023	82	82	81	-	3.316
2024	84	84	83	-	3.399
2025	86	86	85	0	3.484
2026	89	89	88	-	3.572
2027	91	91	90	-	3.662
2028	95	95	94	-	3.756
2029	96	96	95	-	3.851
2030	100	100	99	0	3.950
2031	103	103	102	-	4.052
2032	106	106	105	-	4.157
2033	109	109	108	-	4.265
2034	112	112	111	-	4.376
2035	115	115	114	-	4.490

Tabela 33 - Ampliações das ligações de esgoto - Aparecidinha

Período ano	Novas economias residenciais (unid.)	Novas economias totais (unid.)	Novas ligações totais de esgoto (unid.)	Total de novas ligações para suprir demanda (unid.)	Total de ligações de esgoto (unid.)
2015	-	-	-	215	-
2016	4	4	4	43	47
2017	4	4	4	43	94
2018	4	4	4	43	141
2019	4	4	4	43	188
2020	4	4	4	43	235
2021	4	4	4	-	239
2022	4	4	4	-	243
2023	4	4	4	-	247
2024	4	4	4	-	251
2025	4	4	4	-	255
2026	4	4	4	-	259
2027	4	4	4	-	263
2028	4	4	4	-	267
2029	4	4	4	-	271
2030	4	4	4	-	275
2031	5	5	5	-	280
2032	4	4	4	-	284
2033	5	5	5	-	289
2034	5	5	5	-	294
2035	5	5	5	-	299

Tabela 34 - Ampliações das ligações de esgoto - Bairro Jd. do Pinhal

Período ano	Novas economias residenciais (unid.)	Novas economias totais (unid.)	Novas ligações totais de esgoto (unid.)	Total de novas ligações para suprir demanda (unid.)	Total de ligações de esgoto (unid.)
2015	-	-	-	172	-
2016	3	3	3	34	37
2017	4	4	4	34	75
2018	4	4	4	34	113
2019	4	4	4	35	152
2020	4	4	4	35	191
2021	4	4	4	-	195
2022	4	4	4	-	199
2023	4	4	4	-	203
2024	4	4	4	-	207
2025	4	4	4	-	211
2026	4	4	4	-	215
2027	4	4	4	-	219
2028	4	4	4	-	223
2029	4	4	4	-	227
2030	4	4	4	-	231
2031	4	4	4	-	235
2032	4	4	4	-	239
2033	4	4	4	-	243
2034	4	4	4	-	247
2035	4	4	4	-	251

9.3.4 Ampliação da rede coletora de esgoto

Para a previsão das necessidades de ampliação da rede de esgoto, adotaram-se as seguintes premissas:

- Serão necessárias novas redes coletoras de esgoto somente nas áreas de expansão do município, assim, na área já urbanizada, onde já existe rede, haverá o adensamento da população atendida e as novas ligações de esgoto não demandarão novas redes coletoras.

Para o caso do município de Pinhalzinho, adotaram-se os seguintes parâmetros:

- Porcentagem das ligações de esgoto que demandam rede coletora: 90%;
- Porcentagem de novas redes públicas de esgoto em relação ao total de novas redes de esgoto: 30%;
- Extensão de rede de esgoto por ligação de esgoto: 15 metros por ligação (valor usual de projeto).

A **Tabela 35** a seguir apresenta os resultados obtidos das projeções.

Tabela 35 - Ampliação da rede pública de esgoto

Período ano	Extensão de novas redes para suprir demanda (m)			Extensão de novas redes para suprir o crescimento vegetativo (m)			Extensão de novas redes públicas de esgoto (m)			Extensão total de redes de públicas de esgoto (m)			
	Sede	Bairro Aparecidinha	Bairro Jd. do Pinhal	Sede	Bairro Aparecidinha	Bairro Jd. do Pinhal	Sede	Bairro Aparecidinha	Bairro Jd. do Pinhal	Sede	Bairro Aparecidinha	Bairro Jd. do Pinhal	Total Município
2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2016	756,00	580,50	459,00	931,50	54,00	40,50	1.687,50	634,50	499,50	1.687,50	634,50	499,50	2.821,50
2017	742,50	580,50	459,00	918,00	54,00	54,00	1.660,50	634,50	513,00	3.348,00	1.269,00	1.012,50	5.629,50
2018	742,50	580,50	459,00	931,50	54,00	54,00	1.674,00	634,50	513,00	5.022,00	1.903,50	1.525,50	8.451,00
2019	742,50	580,50	472,50	958,50	54,00	54,00	1.701,00	634,50	526,50	6.723,00	2.538,00	2.052,00	11.313,00
2020	742,50	580,50	472,50	999,00	54,00	54,00	1.741,50	634,50	526,50	8.464,50	3.172,50	2.578,50	14.215,50
2021	-	-	-	1.026,00	54,00	54,00	1.026,00	54,00	54,00	9.490,50	3.226,50	2.632,50	15.349,50
2022	-	-	-	1.039,50	54,00	54,00	1.039,50	54,00	54,00	10.530,00	3.280,50	2.686,50	16.497,00
2023	-	-	-	1.093,50	54,00	54,00	1.093,50	54,00	54,00	11.623,50	3.334,50	2.740,50	17.698,50
2024	-	-	-	1.120,50	54,00	54,00	1.120,50	54,00	54,00	12.744,00	3.388,50	2.794,50	18.927,00
2025	-	-	-	1.147,50	54,00	54,00	1.147,50	54,00	54,00	13.891,50	3.442,50	2.848,50	20.182,50
2026	-	-	-	1.188,00	54,00	54,00	1.188,00	54,00	54,00	15.079,50	3.496,50	2.902,50	21.478,50
2027	-	-	-	1.215,00	54,00	54,00	1.215,00	54,00	54,00	16.294,50	3.550,50	2.956,50	22.801,50
2028	-	-	-	1.269,00	54,00	54,00	1.269,00	54,00	54,00	17.563,50	3.604,50	3.010,50	24.178,50
2029	-	-	-	1.282,50	54,00	54,00	1.282,50	54,00	54,00	18.846,00	3.658,50	3.064,50	25.569,00
2030	-	-	-	1.336,50	54,00	54,00	1.336,50	54,00	54,00	20.182,50	3.712,50	3.118,50	27.013,50
2031	-	-	-	1.377,00	67,50	54,00	1.377,00	67,50	54,00	21.559,50	3.780,00	3.172,50	28.512,00
2032	-	-	-	1.417,50	54,00	54,00	1.417,50	54,00	54,00	22.977,00	3.834,00	3.226,50	30.037,50
2033	-	-	-	1.458,00	67,50	54,00	1.458,00	67,50	54,00	24.435,00	3.901,50	3.280,50	31.617,00
2034	-	-	-	1.498,50	67,50	54,00	1.498,50	67,50	54,00	25.933,50	3.969,00	3.334,50	33.237,00
2035	-	-	-	1.539,00	67,50	54,00	1.539,00	67,50	54,00	27.472,50	4.036,50	3.388,50	34.897,50

10. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Os objetivos específicos a serem atendidos com relação ao esgotamento sanitário devem atender os aspectos indicados no **Quadro 2**.

Quadro 2 - Objetivos específicos do sistema de esgotamento sanitário

Objetivos Específicos	Objetivos Gerais									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resolver carências de atendimento, garantindo o esgotamento a toda a população, indústria e irrigação.										
Resolver as deficiências e atenuar as disfunções ambientais atuais associadas à qualidade dos meios hídricos, resultantes do não cumprimento da legislação vigente.										
Resolver outras deficiências e amenizar outras disfunções ambientais atuais associadas à má qualidade dos recursos hídricos.										
Adaptar a infraestrutura disponível para tratamento de esgoto e despoluição dos corpos hídricos à realidade resultante do desenvolvimento socioeconômico do município e à necessidade de melhoria progressiva da qualidade da água.										
Proteger e valorizar os mananciais de especial interesse, com destaque para os destinados ao consumo humano.										
Caracterizar, controlar e prevenir os riscos de poluição dos corpos hídricos.										
Aprofundar o conhecimento relativo a situações cujas especificidades as tornam relevantes no âmbito da qualidade da água.										
Desenvolver e/ou aperfeiçoar sistemas de coleta, armazenamento e tratamento de dados sobre aspectos específicos relevantes em relação à qualidade das águas.										
Reforçar a comunicação com a sociedade e promover a educação ambiental.										
Objetivos Gerais:										

1. Promoção da Salubridade Ambiental e da Saúde Coletiva.
2. Proteção dos Recursos Hídricos e Controle da Poluição.
3. Abastecimento de Água às Populações e Atividades Econômicas.
4. Proteção da Natureza.
5. Proteção Contra Situações Hidrológicas Extremas e Acidentes de Poluição.
6. Valorização Social e Econômica dos Recursos Ambientais.
7. Ordenamento do Território.
8. Quadros Normativo e Institucional.
9. Sistema Econômico-financeiro.
10. Outros Objetivos.

Fonte: Ministério das Cidades, 2011

11. INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A verificação dos custos dos investimentos a serem realizados no SES foi feita para cada um de seus componentes, de forma que, para cada um deles, foram adotados critérios de apuração de quantitativos, assim, os custos foram levantados com base em preços unitários médios, usualmente adotados em estudos de concepção de SES, os quais foram obtidos por meio do Estudo de Custos de Empreendimentos (COPASA, 2015), o qual tem o SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custo e Índices da Construção Civil, ambos com data base de março de 2015.

11.1 Investimentos apurados para o SES

As previsões dos investimentos necessários na rede de coleta e nas ligações domiciliares de esgotos foram feitas com base nas premissas e critérios abaixo:

- Consideraram-se as necessidades de ampliação da rede de coleta e das ligações de esgotos para atendimento do déficit existente e para acompanhamento do crescimento vegetativo da população ao longo do período do plano;
- Considerou-se a necessidade de construção de sistemas de esgotamento sanitário do município.

11.1.1 Para sede

Comparando a capacidade atual da ETE (15,00 l/s) com a vazão projetada para o ano de 2018 na **Tabela 29** (15,22 l/s), nota-se termos um déficit de 0,22 l/s. O município deve contar com ampliação do tratamento de esgoto já nesse período, sendo necessário atender a demanda de final de plano, ou seja, aumento da capacidade em 15,00 l/s, chegando a tratar uma vazão igual a 30 l/s.

11.1.2 Para Aparecidinha

Até ano de 2035 o SES do bairro Aparecidinha deverá contar sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgoto em 100% em seu domínio.

A ETE deverá ser implantada até o ano de 2020 ter capacidade de tratamento de esgoto de 1,90 l/s para atender a demanda de o final de plano. A partir do ano de 2017 será necessária a elaboração de projeto da ETE, sendo que os custos da elaboração serão administrativos, pois a SABESP possui corpo técnico para tal.

A rede coletora de esgoto sanitário deverá ter início de implantação imediato, já em 2016, chegando a 100% de implantação no final de plano.

Os custos do projeto de execução de rede coletora de esgoto sanitário são administrativos, pois a SABESP possui corpo técnico para tal.

11.1.3 Para o Bairro Jd. do Pinhal

Até ano de 2035 o SES do bairro Jd. do Pinhal deverá contar sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgoto em 100% em seu domínio.

A ETE que deverá ser implantada até o ano de 2020 terá capacidade de tratamento de esgoto de 1,60 l/s para atender a demanda de final de plano. A partir do ano de 2017 será necessária a elaboração de projeto da ETE, sendo que os custos da elaboração serão administrativos, pois a SABESP possui corpo técnico para tal.

A rede coletora de esgoto sanitário deverá ter início de implantação de imediato, já em 2016, chegando a 100% de implantação no final de plano.

Os custos do projeto de execução de rede coletora de esgoto sanitário são administrativos, pois a SABESP possui corpo técnico para tal.

11.1.4 Cronograma geral dos investimentos no sistema de esgotamento sanitário

Nas **Tabelas 36 e 37** a seguir são apresentados os cronogramas dos investimentos no sistema de esgotamento sanitário

Tabela 36 - Cronograma plurianual dos investimentos no sistema de esgotamento sanitário

Período ano	Rede de esgoto			Ligações de esgoto			Ampliação de tratamento de esgotos (R\$)	Total geral			
	Redes para suprir déficit (R\$)	Redes para suprir para suprir o crescimento vegetativo (R\$)	Total (R\$)	Ligações para suprir déficit (R\$)	Ligações para suprir o crescimento vegetativo (R\$)	Total (R\$)		Rede de Esgoto (R\$)	Ligações de esgoto (R\$)	Ampliação de tratamento (R\$)	Total (R\$)
2016	908.499,94	519.142,82	1.427.642,76	67.065,25	38.323,00	105.388,25		1.427.642,76	105.388,25	-	1.533.031,01
2017	901.669,11	519.142,82	1.420.811,93	66.561,00	38.323,00	104.884,00		1.420.811,93	104.884,00	-	1.525.695,93
2018	901.669,11	525.973,65	1.427.642,76	66.561,00	38.827,25	105.388,25		1.427.642,76	105.388,25	-	1.533.031,01
2019	908.499,94	539.635,30	1.448.135,24	67.065,25	39.835,75	106.901,00		1.448.135,24	106.901,00	-	1.555.036,24
2020	908.499,94	560.127,78	1.468.627,72	67.065,25	41.348,50	108.413,75	3.990.796,51	1.468.627,72	108.413,75	3.990.796,51	5.567.837,98
2021	-	573.789,44	573.789,44	-	42.357,00	42.357,00		573.789,44	42.357,00	-	616.146,44
2022	-	580.620,26	580.620,26	-	42.861,25	42.861,25		580.620,26	42.861,25	-	623.481,51
2023	-	607.943,57	607.943,57	-	44.878,25	44.878,25		607.943,57	44.878,25	-	652.821,82
2024	-	621.605,22	621.605,22	-	45.886,75	45.886,75		621.605,22	45.886,75	-	667.491,97
2025	-	635.266,88	635.266,88	-	46.895,25	46.895,25		635.266,88	46.895,25	-	682.162,13
2026	-	655.759,36	655.759,36	-	48.408,00	48.408,00		655.759,36	48.408,00	-	704.167,36
2027	-	669.421,01	669.421,01	-	49.416,50	49.416,50		669.421,01	49.416,50	-	718.837,51
2028	-	696.744,31	696.744,31	-	51.433,50	51.433,50		696.744,31	51.433,50	-	748.177,81
2029	-	703.575,14	703.575,14	-	51.937,75	51.937,75		703.575,14	51.937,75	-	755.512,89
2030	-	730.898,45	730.898,45	-	53.954,75	53.954,75		730.898,45	53.954,75	-	784.853,20
2031	-	758.221,75	758.221,75	-	55.971,75	55.971,75		758.221,75	55.971,75	-	814.193,50
2032	-	771.883,41	771.883,41	-	56.980,25	56.980,25		771.883,41	56.980,25	-	828.863,66
2033	-	799.206,71	799.206,71	-	58.997,25	58.997,25		799.206,71	58.997,25	-	858.203,96
2034	-	819.699,19	819.699,19	-	60.510,00	60.510,00		819.699,19	60.510,00	-	880.209,19
2035	-	840.191,67	840.191,67	-	62.022,75	62.022,75		840.191,67	62.022,75	-	902.214,42
Total	4.528.838,04	13.128.848,74	17.657.686,78	334.317,75	969.168,50	1.303.486,25	3.990.796,51	17.657.686,78	1.303.486,25	3.990.796,51	22.951.969,54

Tabela 37 - Cronograma dos investimentos nos períodos de planejamento do PMSB para o sistema de esgotamento sanitário

Atividade	Investimento			
	Curto Prazo (2016-2019)	Médio Prazo (2020-2024)	Longo Prazo (2025-2035)	Total
Investimento na ampliação da capacidade de transporte e tratamento de esgoto	-	3.990.796,51	-	3.990.796,51
Investimento na ampliação da rede de coleta de esgoto para atender o déficit existente	3.620.338,10	908.499,94	-	4.528.838,04
Investimento na ampliação da rede de coleta de esgoto para atender o crescimento vegetativo	2.103.894,59	2.322.481,05	8.702.473,10	13.128.848,74
Investimento na ampliação das ligações domiciliares esgoto para atender o déficit existente	267.252,50	67.065,25	-	334.317,75
Investimento na ampliação das ligações domiciliares esgoto para atender o crescimento vegetativo	155.309,00	171.445,00	642.414,50	969.168,50
Total	6.146.794,19	7.460.287,75	9.344.887,60	22.951.969,54

**CAPÍTULO IV – PROGRAMAS, PROJETOS E
AÇÕES PARA ATINGIR AS METAS DE
UNIVERSALIZAÇÃO – SAA E SES**

12. PROGRAMAS PROJETOS E AÇÕES PARA ATINGIR AS METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO

Este capítulo do Plano Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho apresenta o Relatório dos Programas, Projetos e Ações para Alcance do Cenário de Referência, contemplando:

- a) definição dos objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização do acesso, na conformidade das necessidades, aos serviços de saneamento básico;
- b) apresentação das metas graduais e progressivas, compatibilizadas com os demais planos setoriais, de expansão dos serviços, em conformidade com os serviços a serem prestados; e
- c) proposição de instrumentos para promover a compatibilização com o Plano Diretor, considerando a intersetorialidade.

Em síntese, este Relatório apresentará um plano de obras a serem executadas, necessárias para a universalização do acesso e para garantir que a universalização se mantenha ao longo dos próximos 20 anos. Apresentará ações específicas a serem programadas no curto, médio e longo prazo, para execução de obras de melhorias e ampliações dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

Apresentará também, os instrumentos jurídicos e administrativos que foram julgados necessários e imprescindíveis para compatibilizar a gestão dos serviços de saneamento básico com a Lei Orgânica Municipal e com outros planos setoriais, bem como permitir que os princípios essenciais do planejamento das políticas públicas, da regulação da prestação dos serviços, da participação e controle social, da integralidade das ações e da articulação intra-institucional e intersetorial, possam ser devidamente implementados, como preconiza a Lei Federal Nº. 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

O Plano Municipal de Saneamento Básico, ao estabelecer aspectos da política pública municipal de saneamento básico que realça o planejamento como um dos princípios fundamentais e, ao instituir metas, como as referentes à execução de ações de saneamento, que se caracterizam por projetos e obras de engenharia, precisam definir os prazos para implementação das políticas e para execução das ações, considerando o grau de prioridade de cada intervenção, a fim de conciliar essas demandas com as disponibilidades de desembolso de recursos financeiros.

Sendo assim, conforme se definiu no Volume I – Relatório de Sistema de Indicadores, o Plano Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho considerará os seguintes prazos:

- a) Curto Prazo: 2016 a 2019;
- b) Médio Prazo: de 2020 a 2023;
- c) Longo Prazo: de 2024 a 2035.

13. OBJETIVOS E METAS DO PLANO

Os objetivos e metas que serão apresentados na sequência deste relatório foram identificadas e definidas nos **Capítulos II e III** desse Plano Municipal de Saneamento, com as seguintes identificações:

- a) Relatório de Diagnóstico da Situação;
- b) Relatório de Compatibilização de Planos Setoriais e;
- c) Relatório de Cenários Prospectivos e Concepção de Alternativas.

No Relatório de Diagnóstico da situação foi elaborada, inicialmente, uma descrição dos sistemas existentes de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e de drenagem e manejo de águas pluviais, a partir de levantamentos realizados *in locu* e consulta de documentação técnica, constituída por planos e projetos. Em uma segunda etapa foi verificada a necessidade de realização de obras de implantação e ampliação dos respectivos sistemas, bem como de rotinas operacionais, a fim de adequá-los à população de fim de plano.

No Relatório de Compatibilização de Planos Setoriais foram levantadas todas as interfaces presentes na Lei Orgânica Municipal, no Plano Diretor do Município de Pinhalzinho e no Plano da Bacia Hidrográfica, resultando em ações de compatibilização entre esses Planos Setoriais e o Plano Municipal de Saneamento Básico.

No Relatório de Cenários Prospectivos e Concepção de Alternativas, procurou-se vislumbrar, a partir de fatos presentes, suficientemente conhecidos e consolidados, e de variáveis cujas tendências ao longo do tempo puderam ser aferidas com alguma precisão, construir uma visão crítica do futuro, a fim de nortear as ações a serem desenvolvidas no presente, sinalizando perspectivas de desenvolvimento e possibilitando agir, para construção de futuros possíveis. Em resumo, os cenários foram construídos para estabelecer condições, prever decisões e dar encaminhamento a objetivos e metas, que permitam, no futuro, construir realidades desejáveis.

A seguir são apresentadas as ações propostas nos Relatórios enfocados, visando ao desenvolvimento da gestão e da prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

13.1 Programas, projetos e ações de gestão

Os programas, projetos e ações aqui propostos têm como base as necessidades constatadas nas fases de diagnóstico e estão baseados nas boas práticas de gestão que compreendem um conjunto de recomendações quanto aos procedimentos que melhor se ajustam aos objetivos pretendidos, que no presente caso estão relacionados aos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Frisa-se que as proposições aqui apresentadas não esgotam as possibilidades de melhorias, podendo o gestor público adequá-las e/ou complementá-las na medida das necessidades.

13.1.1 Desenvolvimento dos planos diretores de água e esgoto

Os Planos Diretores de Água e Esgoto são planos que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa do município, junto ao levantamento dos recursos hídricos existentes na região e das condições do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município, estabelecem os objetivos a serem atingidos para universalização da infraestrutura de saneamento básico do município.

Estes objetivos devem ser aprovados por lei municipal e deve constar a definição das atividades a serem executados, seus prazos e responsáveis pela execução.

Conforme abordado anteriormente, destaca-se que os Planos Diretores são desdobramentos e detalhamentos das diretrizes elencadas no PMSB, de forma que os mesmos serão base para o desenvolvimento dos projetos das intervenções propostas. Assim, dado à sua importância, estes planos deverão ser objeto de contratação de curto prazo, prevendo-se a revisão destes dos mesmos no horizonte do PMSB.

13.1.2 Estudos e projetos

Para a gestão adequada das ações e dos investimentos no sistema de abastecimento de água (SAA) e de esgotamento sanitário (SES) do município, torna-se necessário a contratação de estudos e projetos para os mesmos, prevendo-se:

- Contratação imediata de estudos de concepção para o SAA e para o SES;
- Contratação de projetos de ampliação para o SAA e para o SES ao longo do período do PMSB.

13.1.3 Programa de redução e controle de perdas

O programa de redução e controle de perdas centra suas principais ações em linhas de capacitação, elaboração de estudos, disseminação tecnológica e articulação institucional visando ao desenvolvimento de ações conjuntas e complementares de combate ao desperdício de água.

A maior concentração de ações está no tema das perdas de água nos sistemas públicos de abastecimento, motivo pelo qual se deve atentar à sua melhor compreensão conceitual.

As perdas de água englobam tanto as perdas reais (físicas), que representam a parcela não consumida, como as perdas aparentes (não físicas), que correspondem à água consumida e não registrada. As perdas reais originam-se de vazamentos no sistema, que vão desde a captação até a distribuição propriamente dita, além de procedimentos operacionais como lavagem de filtros e descargas na rede, quando esses provocam consumos superiores ao estritamente necessário para operação. No que diz respeito às perdas aparentes, as mesmas originam-se de ligações clandestinas ou não cadastradas, hidrômetros parados ou que submetem, além de fraudes em hidrômetros, entre outros.

A redução de perdas reais diminui os custos de produção, pois propicia um menor consumo de energia, de produtos químicos e de outros insumos, utilizando as instalações existentes para ampliação da oferta, sem expansão do sistema produtor. No caso das perdas aparentes, sua redução permite aumentar a receita tarifária, melhorando a eficiência dos serviços prestados e o desempenho financeiro do prestador dos serviços.

Dentre as ações para redução e controle das perdas, as ações para redução das perdas aparentes (comerciais ou não físicas) já estão contempladas pelo recadastramento dos consumidores, pela instalação de hidrômetros em ligações não medidas e pela substituição de hidrômetros antigos, quebrados ou violados.

Tem-se que abordar agora a implantação de modelos de “caça fraude” e a redução das perdas reais (físicas ou vazamentos), as quais devem ser antecedidas pela execução das ações para redução e controle de perdas aparentes, citadas acima, e da implantação de medidores, de forma a que se conheçam os reais volumes de água produzida e se possa apurar os volumes perdidos por vazamentos.

Propõe-se, inicialmente, a execução de pesquisa de vazamentos não visíveis com utilização de geofones eletrônicos, serviço que poderá ser contratado com terceiros, o que permitirá a manutenção do programa de redução e controle de perdas físicas. Algumas das ações previstas no Programa de Redução e Controle de Perdas são apresentadas adiante.

13.1.4 Pesquisa ativa de vazamentos visíveis e não visíveis

A Pesquisa Ativa de Vazamentos Visíveis e Não-Visíveis tem por objetivo o acompanhamento e redução das perdas físicas do sistema de abastecimento de água.

13.1.5 Programa de uso racional de água e educação ambiental

A atuação do gestor do SAA na redução do consumo per capita médio, em conjunto com a redução das perdas físicas constituem-se em medidas prioritárias, que têm efeito direto nas demandas hídricas do município, impactando significativamente nos mananciais e nos investimentos no SAA, particularmente na produção.

O referido programa deve ser inicialmente implantado em todas as instituições públicas do município e estendido posteriormente para o município, através de campanhas públicas e da educação ambiental.

13.1.6 Programa de melhoria da infraestrutura de atendimento e equipamentos de manutenção

O Programa de Melhoria da Infraestrutura de Atendimento e Manutenção prevê a melhoria dos recursos de informática, capacitação do pessoal responsável pelo atendimento ao público e atendimento personalizado ao cliente (Call Center), aquisição de veículos de apoio e manutenção, aquisição de equipamentos de manutenção e equipamentos para realização de pesquisa de vazamentos. Recomenda-se que este programa seja implantado no primeiro ano do PMSB.

13.1.7 Programa de manutenção preventiva nas unidades operacionais de abastecimento de água e esgotamento sanitário

O Programa de Manutenção Preventiva nas Unidades dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário visa à implementação de procedimentos e previsão orçamentária anual, que contemple a manutenção preventiva civil e eletromecânica, bem como a conservação de todas as unidades operacionais que compõem os sistemas de água e esgoto do município, de modo a garantir a operacionalidade destes sistemas dentro de suas características nominais.

13.1.8 Elaboração de cadastro técnico dos sistemas de água e esgoto

Providência importante pelo aspecto de controle operacional dos sistemas. É necessário que se disponha dos cadastros técnicos tanto das redes de distribuição de água e de coleta de esgotos quanto das unidades localizadas componentes dos sistemas: áreas, edificações, equipamentos instalados, etc. Este conhecimento é fundamental para que se possam programar as ações de conservação, manutenção e até de correção diante de eventos danosos que venham a ocorrer.

Previu-se a elaboração de cadastros digitais de todas as unidades, incluindo plantas, cortes, locação de equipamentos, níveis e coordenadas (referenciados a marcos oficiais), características técnicas e operacionais, com campos para registro de ocorrências e controle operacional, tudo em meio digital, disponibilizado em rede. Com o advento das novas tecnologias empregadas na construção e atualização de sistemas cadastrais, faz-se necessário neste programa, a inclusão de geoprocessamento e integração de subsistemas, como de manutenções e sistema comercial, por exemplo.

13.1.9 Construção de modelo hidráulico

A modelagem hidráulica é desenvolvida através da simulação do comportamento da rede hidráulica com base em: informações cadastrais da rede e da unidade operativa; dados comerciais para distribuição das demandas; dados operacionais referentes a regras de operação, demandas e perfis de consumo em período estendido.

O modelo hidráulico tem como objetivo a verificação das condições hidráulicas da rede, tais como: vazão, velocidade de escoamento, perdas de carga, pressões estáticas e dinâmicas, etc.

Esta ferramenta é considerada tanto operacional como gerencial, pois possibilita que sejam realizadas as simulações hidráulicas antes da intervenção física no sistema.

A sua implantação é uma das medidas essenciais pra o controle de perdas e melhoria das condições do abastecimento de água.

13.1.10 Implantação/Adequação de CCO (Centro de Controle Operacional)

A implantação de CCO permite identificar rapidamente os locais onde há vazamento nas redes de água e controlar a produção e distribuição de água com mais eficiência, gerando economia na utilização de produtos químicos no tratamento e redução nas perdas. Além disso, permite aos gestores dos sistemas a tomada de decisões mais rápidas para evitar o desabastecimento de água para a população. O CCO serve para fortalecer a gestão operacional dos sistemas de abastecimento de água, bem como de esgotamento sanitário.

13.1.11 Programa de capacitação de pessoal (sistema cadastral, modelagem, perdas, etc.)

O Programa de Capacitações de Pessoal alocado nos setores de sistema cadastral, modelagem, perdas, etc., visa mobilizar, articular e desenvolver conhecimentos, recursos, habilidades e experiências que agreguem valor à instituição e valor produtivo ao indivíduo, no que diz respeito ao saber fazer, apropriando-se dos meios adequados para alcançar os objetivos.

13.1.12 Programas gerenciais

Podem ser definidos diversos programas que visem o estabelecimento de metas gerenciais visando melhorar o desempenho gerencial da prestação de serviço. No presente PMSB, são recomendados dois programas, que visam respectivamente, o aumento da arrecadação e diminuição de despesas. São eles:

- Programa de Gestão Comercial: Objetiva implementar ferramentas de gestão comercial, melhorias no sistema comercial e metodologias de atuação junto aos clientes de água e esgoto;
- Programa de Gestão de Custos Operacionais: Objetiva implementar ferramentas de gestão para controle e redução dos custos operacionais.

Na **Quadro 3** a seguir são apresentadas as principais ações, projetos e programas de gestão com as respectivas previsões de custos.

Quadro 3 - Relação das principais ações, projetos e programas de gestão

Ações/ Projetos/Programas	Período de Implantação	Custo Estimado (R\$)
Contratação de empresa para realização de batimetria e desassoreamento da lagoa de tratamento de esgoto	2016 a 2019	700.000,00
Implantação e Atualização de Sistema de Cadastro Georreferenciado de água e esgoto	2016 a 2019	118.907,03
Melhoria da Infraestrutura de Atendimento e Equipamentos de Manutenção	2016 a 2019	Administrativos
Setorização da Rede de Água e Construção de Modelo Hidráulico	2016 a 2019	488.372,61
Projeto do Sistema de Distribuição de Água	2020 a 2023	103.821,03
Projeto do Sistema de Esgotamento Sanitário	2020 a 2023	88.781,11
Programa de Capacitação de Pessoal (Sistema cadastral, modelagem, perdas, etc.)	2020 a 2023	42.800,00
Pesquisa ativa de vazamentos visíveis e não visíveis	2024 a 2035	119.883,97
Programa de Redução e Controle de Perdas	2024 a 2035	54.206,70
Programa de Uso Racional de Água e Educação Ambiental	2024 a 2035	67.218,60
Implantação/Ampliação do CCO (Centro de Controle Operacional)	2024 a 2035	Administrativos
Programa de Manutenção Preventiva nas Unidades Operacionais de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	2024 a 2035	121.722,57
Programa de Gestão Comercial de Clientes	2024 a 2035	Administrativos
Programa de Gestão de Custos Operacionais	2024 a 2035	Administrativos
Plano Diretor de Água Plano	2024 a 2035	168.525,00
Diretor de Esgoto	2024 a 2035	168.525,00
Total		2.242.763,62

13.2 Programas de investimentos em obras de ampliação e renovação dos sistemas operacionais

Quanto às obras a serem implementadas pode-se dizer que surgem da necessidade de ampliação dos sistemas para atender ao crescimento da demanda e da previsão da renovação de infraestruturas, que previsivelmente alcancem sua vida útil no horizonte do PMSB.

De modo a facilitar a gestão dos investimentos das obras previstas, propõe-se a estruturação dos mesmos em programas.

Neste sentido, os investimentos foram divididos em 4 (quatro) programas de investimentos, agrupados em dois módulos referentes à ampliação e renovação dos sistemas operacionais, respectivamente, conforme apresentado a seguir:

- PI-1: Programa de Investimentos para Ampliação do SAA;
- PI-2: Programa de Investimentos para Renovação do SAA;
- PI-3: Programa de Investimentos para Ampliação do SES;
- PI-4: Programa de Investimentos para Renovação do SES.

O valor total investimentos no horizonte do PMSB é de R\$ 34.631.702,85 sendo assim distribuído:

- Investimentos no Sistema de Abastecimento de Água: R\$ 9.436.969,69
- Investimentos no Sistema de Esgotamento Sanitário: R\$ 22.951.969,54
- Investimentos em Programas de Gestão: R\$ 2.242.763,62

Na **Tabela 38** seguinte é apresentado o resumo anual e por período destes investimentos.

Tabela 38 - Perfil dos investimentos ao longo do PMSB

Ano	Período	Investimentos Totais do Plano				Total no Período R\$
		Água	Esgoto	Gestão	Total Anual	
		R\$	R\$	R\$	R\$	
2016	Curto Prazo	405.025,73	1.533.031,01	326.819,91	405.025,73	12.858.994,31
2017		4.539.351,81	1.525.695,93	326.819,91	4.539.351,81	
2018		228.183,40	1.533.031,01	326.819,91	228.183,40	
2019		232.359,55	1.555.036,24	326.819,91	232.359,55	
2020	Médio Prazo	339.894,83	5.567.837,98	58.850,54	5.966.583,35	8.588.211,09
2021		180.829,20	616.146,44	58.850,54	855.826,18	
2022		184.406,23	623.481,51	58.850,54	866.738,28	
2023		187.390,93	652.821,82	58.850,54	899.063,29	
2024	Longo Prazo	838.241,01	667.491,97	58.340,15	1.564.073,13	13.160.522,45
2025		194.889,98	682.162,13	58.340,17	935.392,28	
2026		169.904,06	704.167,36	58.340,15	932.411,57	
2027		276.395,80	718.837,51	58.340,15	1.053.573,46	
2028		177.394,26	748.177,81	58.340,15	983.912,22	
2029		180.879,71	755.512,89	58.340,15	994.732,75	
2030		185.270,54	784.853,20	58.340,15	1.028.463,89	
2031		189.668,08	814.193,50	58.340,15	1.062.201,73	
2032		296.054,76	828.863,66	58.340,15	1.183.258,57	
2033		197.812,45	858.203,96	58.340,15	1.114.356,56	
2034		202.593,83	880.209,19	58.340,15	1.141.143,17	
2035	206.448,56	902.214,42	58.340,15	1.167.003,13		
Total		9.412.994,69	22.951.969,54	2.242.763,62	34.607.727,85	34.607.727,85

13.2.1 Perfil dos investimentos no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário

O sistema de esgotamento sanitário é o que demandará os maiores investimentos, representando 66,32 % do total de investimentos previsto no plano.

Já os investimentos no sistema de abastecimento de água representam 27,20 % do total de investimentos previsto no plano.

As necessidades hoje existentes, frente às metas estabelecidas em especial para o esgotamento sanitário que terá investimentos ao longo de todo o horizonte do plano, fazem que os investimentos a curto e longo prazo quase se equipararem, com 37,16% e 38,03%, respectivamente.

Nos **Gráficos 10 e 11** é possível visualizar o perfil e a distribuição destes investimentos.

Gráfico 10 - Perfil geral dos investimentos

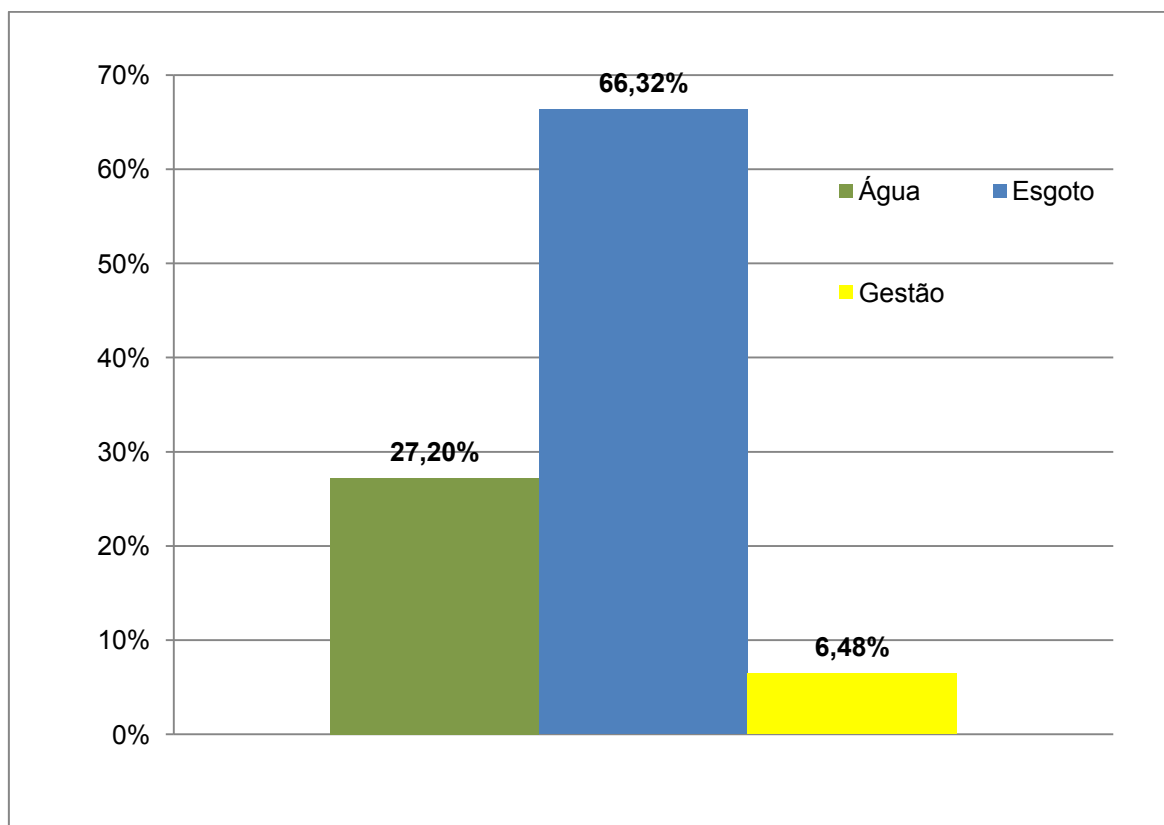
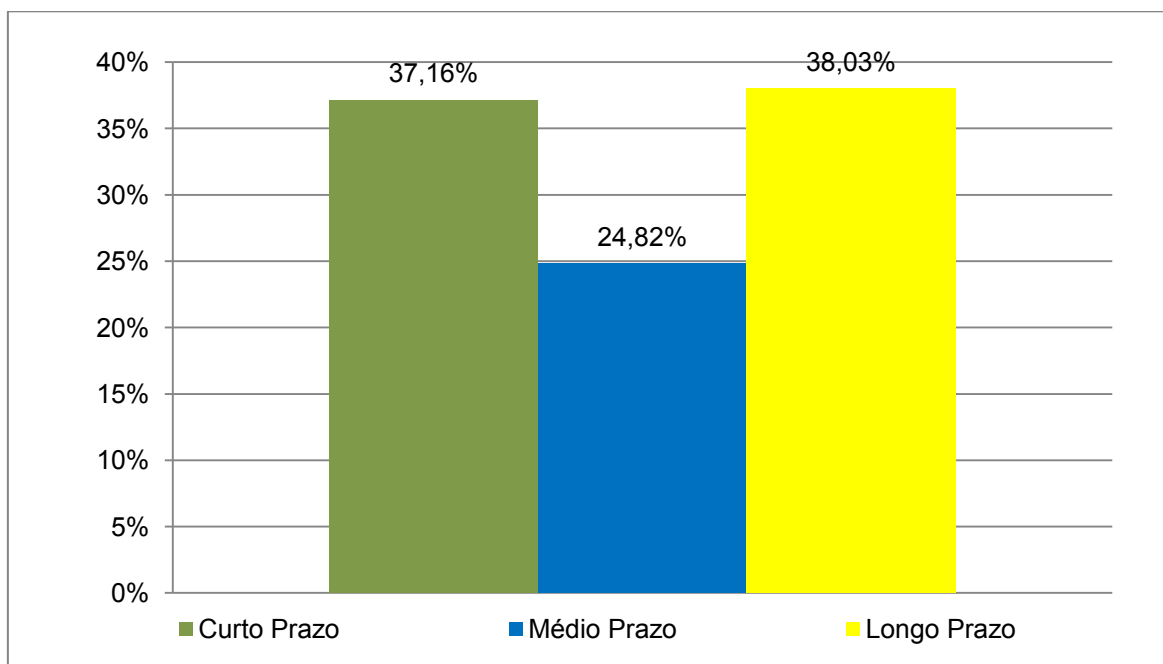


Gráfico 11 - Perfil dos investimentos

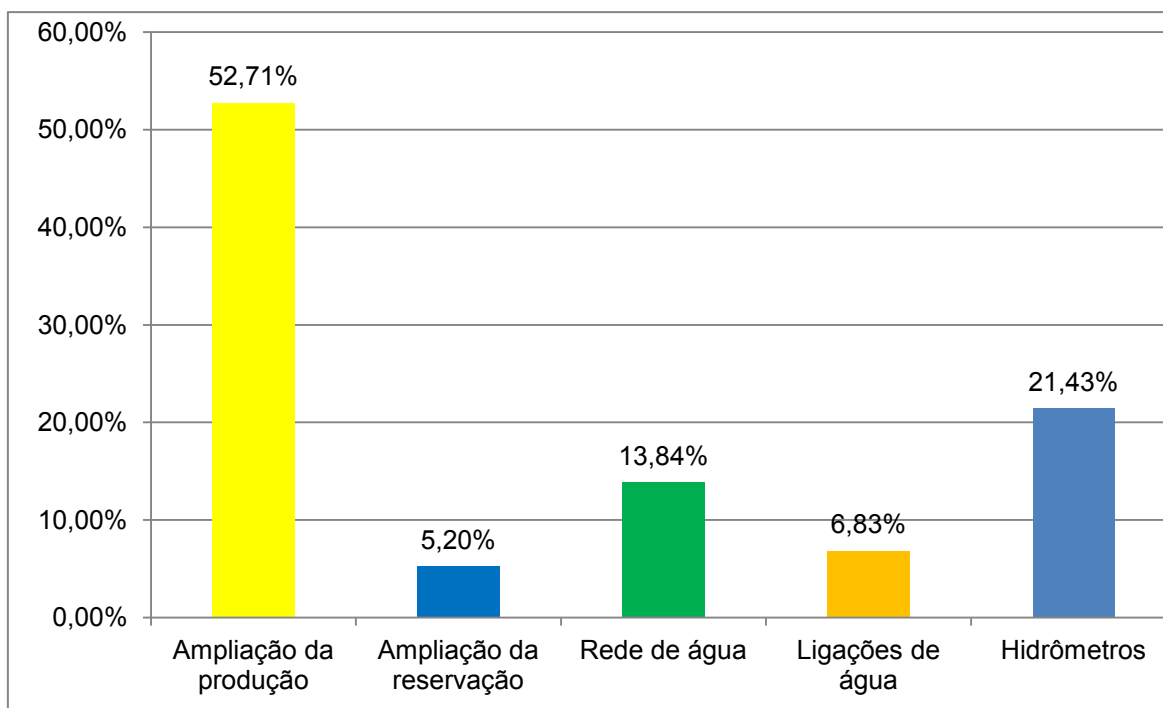


13.2.2 Perfil dos Investimentos no sistema de abastecimento de água

Dos investimentos no SAA a maior parcela, 52,71%, se refere a investimentos na ampliação da produção.

O **Gráfico 12** apresenta o perfil dos investimentos no SAA.

Gráfico 12 - Perfil dos investimentos no SAA

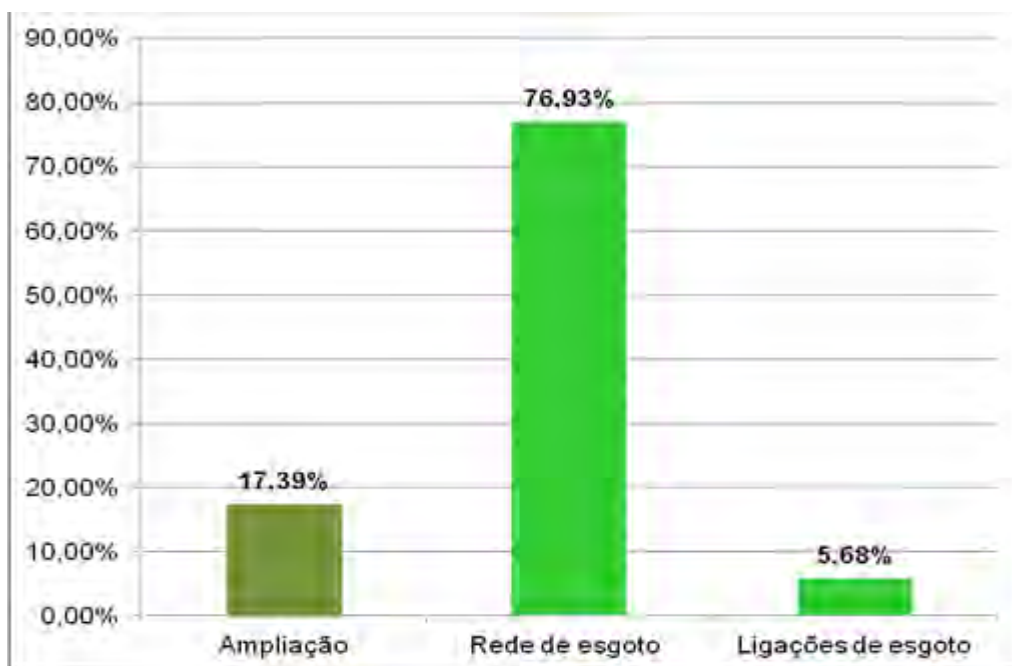


13.2.3 Perfil dos Investimentos no Sistema de Esgotamento Sanitário

Dos investimentos no SES a maior parcela, 52,58%, se refere a investimentos na ampliação e implantação de rede coletora de esgoto sanitário.

O **Gráfico 13** apresenta o perfil dos investimentos no SAA.

Gráfico 13 - Perfil dos investimentos no SES



14. PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

14.1 Previsão de receitas

A previsão das receitas ao longo do período do plano foi feita considerando os critérios a seguir:

14.1.1 Receita operacional direta

A receita operacional direta corresponde à receita obtida com a aplicação das tarifas de água e de esgoto. Para previsão das receitas diretas ao longo do período do PMSB foram adotadas as seguintes tarifas médias:

- Tarifa média de água: R\$ 2,18/m³ (2013);
- Relação entre a tarifa de esgoto e a tarifa de água: 43,81 % (2013);
- Tarifa média de esgoto: R\$ 1,70/m³ (2013).

14.1.2 Receita operacional indireta

Corresponde à receita obtida com cobrança de serviços prestados aos usuários.

Receita indireta: R\$ 62.105,98 (2013)

14.1.3 Índice de evasão de receitas

O faturamento anual obtido pela operadora dos serviços de água e esgoto sofre interferência direta através do nível de inadimplência existente no município, que é medido pelo Índice de Evasão de Receitas, codificado como IN029 pelo SNIS.

Deste modo, é fundamental que haja um plano de gestão comercial que estabeleça metas para que o nível de inadimplência se mantenha dentro de valores aceitáveis ao longo do período do plano.

No caso do município de Pinhalzinho a inadimplência atual apurada foi negativa. Entretanto, esta situação, apesar de desejável, pode não ser a realidade ao longo de todo o período do PMSB, assim, é necessária uma gestão comercial contínua para que o nível de inadimplência se mantenha dentro deste patamar.

14.2 Previsão de despesas

Para a previsão da evolução das despesas de exploração dos serviços de água e esgoto, ao longo do período do PMSB, foram adotados parâmetros específicos para cada um dos componentes destas despesas, os quais são: pessoal, produtos químicos, energia elétrica e serviços de terceiros. Os critérios adotados para cada um destes parâmetros são apresentados a seguir:

14.2.1 Pessoal próprio

As despesas com pessoal serão apuradas com base no custo de empregados próprios, que será mantido constante ao longo do período do plano. A variação das despesas com pessoal próprio será em função da quantidade de empregados existentes em cada período. O valor apurado para com os dados da SABESP(2013) foi de R\$ 1.501.350,43/ano.

14.2.2 Produtos Químicos

O parâmetro da avaliação das despesas com produtos químicos será o custo dos insumos utilizados no tratado de água e esgoto, apurado com base nos dados atuais, sendo mantido constante ao longo do período do plano. Com base nos dados da SABESP (2013), o valor deste parâmetro é de R\$ 47.123,94/ano.

14.2.3 Energia elétrica

Para a energia elétrica, considerou-se o custo total para execução dos serviços de tratamento de água, tratamento de esgotos e administração. O parâmetro apurado com base nos dados da SABESP (2013) foi de R\$ 167.010,65/ano.

14.2.4 Serviços de terceiros

Com relação às despesas com serviços de terceiros levou-se em conta a sua relação com a manutenção dos sistemas. O parâmetro apurado com base nos dados da SABESP (2013) foi de R\$ 886.510,26/ano.

14.2.5 Metas de redução de despesas

Considerando-se que o presente PMSB tem um horizonte de 20 anos, é razoável que sejam estabelecidas metas para a redução das despesas de exploração dos sistemas, o que abrirá oportunidades de otimização dos processos que compõem a operação e a manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

A SABESP deverá implantar com urgência um programa de redução de despesas em especial com relação às despesas com pessoal, pois a mesma representa 79,00 % da receita total.

15. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A análise econômico-financeira foi elaborada através de um balanço simplificado, que tem como objetivo mostrar as relações entre despesas, receitas e investimentos.

15.1 Balanço simplificado

Com base nas receitas, despesas e investimentos apurados nos itens anteriores foi possível elaborar e um balanço simplificado do plano, conforme apresentado na **Tabela 39**.

O resultado do plano, considerando os investimentos necessários, foi negativo em todos os períodos do plano, por conta dos investimentos, somando-se ao fato de que a tarifa média total se mantém abaixo do DEX.

Tabela 39 - Balanço simplificado

Período	Despesas	Investimentos em Água	Investimentos em Esgoto	Investimentos em Programas	Investimentos Totais em Água, Esgoto e Programas	Arrecadação	Resultado Final por Período
Curto Prazo	14.298.161,44	5.404.920,48	6.146.794,19	1.307.279,64	12.858.994,31	9.507.419,52	-17.649.736,23
Médio Prazo	16.412.484,32	892.521,18	7.460.287,75	235.402,16	8.588.211,09	10.834.487,10	-14.166.208,31
Longo Prazo	59.442.556,48	3.115.553,03	9.344.887,60	700.081,82	13.160.522,45	39.206.109,66	-33.396.969,27
Total	90.153.202,24	9.412.994,69	22.951.969,54	2.242.763,62	34.607.727,85	59.548.016,28	- 65.212.913,81

O resultado do plano, considerando os investimentos necessários, foi negativo ao longo dos períodos do plano. O resultado negativo corrobora a premissa de que seja implementado urgentemente pela SABESP um plano de redução de despesas.

15.2 Fluxo de caixa do plano

Para análise do fluxo apresentado na **Tabela 40** de caixa do plano foram consideradas as seguintes despesas financeiras:

i. Incidentes Sobre a Receita Bruta

- PIS: 1,65%;
- COFINS:7,60%;
- TOTAL (PIS+COFINS): 9,25%.

Obs. Além dos impostos foi considerado o efeito da inadimplência, conforme critério apresentado anteriormente.

ii. Incidentes Sobre a Receita Líquida

- Repasse à Agência Reguladora: 0,4%.

iii. Incidentes Sobre o Lucro

- Imposto de Renda: 24%;
- CSLL: 10%.

Foram ainda adotados os seguintes critérios:

- Taxa de Desconto de 12%;
- Considerou-se a depreciação dos investimentos ao longo do período do plano;
- Não foram consideradas amortizações.

Tabela 40 - Fluxo de Caixa ao longo de período do PMSB

Período	Receita Bruta	Lucro Operacional I (LAJIDA)	IR e CSSL	Despesas de manutenção do sistema	Investimentos Sistemas de Água	Investimentos Sistema de Esgotos	Programas de Gestão	Resultado do Fluxo de Caixa	VPL
Curto Prazo	9.507.419,52	- 3.114.560,28	1.083.889,40	14.298.161,44	5.404.920,48	6.146.794,19	1.307.279,64	-17.649.736,23	-13.582.421,25
Médio Prazo	10.834.487,10	- 3.653.952,30	1.244.168,20	16.412.484,32	892.521,18	7.460.287,75	235.402,16	-14.166.208,31	-7.273.625,60
Longo Prazo	39.206.109,66	-13.267.961,94	4.506.114,80	59.442.556,48	3.115.553,03	9.344.887,60	700.081,82	-33.396.969,27	- 6.878.135,47
Total	59.548.016,28	- 20.036.474,52	6.834.172,40	90.153.202,24	9.412.994,69	22.951.969,54	2.242.763,62	- 65.212.913,81	-27.734.182,32

Da análise do fluxo de caixa ao longo do período do plano, podem ser obtidas as seguintes informações:

Não há lucro operacional, visto que o LAJIDA é negativo.

Os resultados do fluxo de caixa são negativos em todos os períodos, não sendo o suficiente para garantir um resultado final positivo no final de 20 anos, que é o horizonte do plano. O VPL resultante é negativo.

Estes resultados mostram a inviabilidade econômica- financeira do plano, quando se considera a utilização exclusiva de recursos próprios para financiar a totalidade dos investimentos previstos.

Nesta situação faz-se necessário além da obtenção de outras fontes de recursos para financiamento parcial ou total dos investimentos, a implementação de um plano de redução de despesas.

As possíveis fontes de financiamentos estão apresentadas no capítulo VI.

**CAPÍTULO V – PROGNÓSTICO E
CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA
URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS
SÓLIDOS**

16. MODELO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Visando ao atendimento ao PMSB, no presente capítulo, são abordadas as questões institucionais e os instrumentos de planejamento e gestão dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos aplicáveis ao município de Pinhalzinho.

A PMSB dispõe sobre os princípios fundamentais da prestação dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, onde se destacam:

- Universalização do acesso;
- Integralidade no atendimento das necessidades da população e maximização dos resultados;
- Disponibilidade em todas as áreas;
- Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional;
- Eficiência e sustentabilidade econômica;
- Integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

A gestão dos serviços de resíduos sólidos no município deve partir de uma visão integrada do ambiente urbano e das relações entre os sistemas que o compõem, de forma que este trabalho exige o planejamento e o desenvolvimento de estratégias para o gerenciamento de diversos aspectos abordados no presente documento.

Na maioria dos municípios brasileiros, não existe uma estrutura organizacional específica com responsabilidade pela gestão dos serviços dos resíduos sólidos, o que acarreta na carência de autonomia administrativa e financeira, gerando ainda, a fragmentação excessiva das ações relacionadas a este tipo de infraestrutura.

Assim, recomenda-se que o titular da prestação dos serviços institua no município uma estrutura organizacional específica para a gestão de tais serviços, a fim de se garantir que as ações definidas no PMSB, junto aos seus respectivos desdobramentos, tenham continuidade e possam atender de maneira sustentável às necessidades do município.

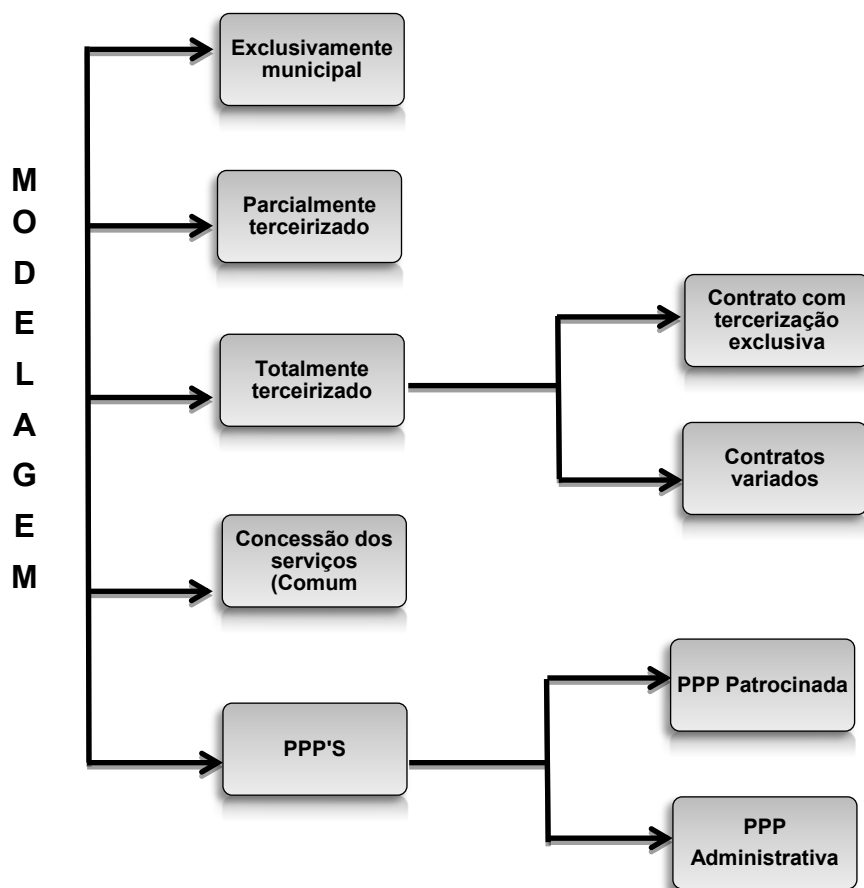
Na composição da estrutura organizacional, é importante respeitar os seguintes aspectos:

- Caráter tecnicista na composição da equipe;
- Envolvimento e articulação com demais temas de desenvolvimento urbano, tais como zoneamento, habitação, abastecimento de água, esgotamento sanitário, meio ambiente, etc..

É igualmente importante que esta estrutura tenha um caráter de gestão e planejamento, com o objetivo de atender às demandas a quais se destina.

Quanto à modelagem desta estrutura, considera-se a necessidade de viabilizar as soluções do ponto de vista técnico e econômico, assim, algumas alternativas podem ser estudadas, conforme apresentado na **Figura 10**.

Figura 10 - Modelo de gestão



Fonte: N. S Engenharia (2014).

Algumas das alternativas apresentadas na **Figura 10** exploram parcerias com o setor privado, seja na terceirização de alguns serviços na forma de concessão ou como parcerias públicas privadas (PPP).

Com exceção do modelo de concessão plena, todos os outros modelos possíveis exigem que o município disponha de uma estrutura de gestão, o qual seja capaz de articular e conduzir os programas relacionados no presente instrumento.

Torna-se importante também, considerar a possibilidade da formação de consórcios públicos como mecanismos de viabilização de algumas ações que são propostas no PMSB.

17. MODELO TECNOLÓGICO PARA MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

No presente PMSB, são estabelecidas as metas específicas para o atendimento das diretrizes, conceitos e princípios fundamentados na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010).

Para o atendimento do referido dispositivo legal, a partir do embasamento científico, adotam-se métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais. Assim, além do contexto levantado na fase de diagnóstico utilizaram-se também as informações do Estudo Gravimétrico, o qual o município já possuía através do CISBRA.

Baseado no Relatório de Diagnóstico – Produto 3 optou-se por selecionar, no presente caso, um modelo tecnológico simples, que esteja em consonância com a PNRS.

Assim, adotou-se o modelo recomendado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que se baseia em uma série de diretrizes, das quais se pode destacar:

- Gerenciamento baseado na ordem de prioridades definidas pela PNRS: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada, preferencialmente em aterros regionais para a obtenção de uma melhor escala operacional;
- Viabilidade técnica, social, econômica e ambiental das soluções;
- Integração de ações com a área de saúde, de educação, de meio ambiente e do desenvolvimento econômico;
- Gestão integrada dos resíduos sólidos, com inclusão social e formalização do papel dos catadores de materiais recicláveis;
- Recuperação de resíduos e a minimização dos rejeitos na destinação final;
- Manejo diferenciado e integrado, regulado em instalações normatizadas, com adequação da rede de instalações ao porte dos municípios.

De acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010, os diferentes resíduos devem possuir diferentes formas de coleta e transporte, as quais serão abordadas no **item 19**. As principais medidas recomendadas para a recuperação de resíduos sólidos, minimização dos rejeitos e disposição ambientalmente adequada, são:

- Separação dos resíduos domiciliares recicláveis na fonte de geração (resíduos secos e úmidos);
- Coleta seletiva dos diferentes tipos de resíduos (resíduos sólidos secos, orgânicos, resíduos passíveis de logística reversa), realizada porta-a-porta, incentivando a segregação na fonte geradora, com veículos que permitam a operação de baixo custo, priorizando-se a inserção de associações ou cooperativas de catadores;
- Compostagem de resíduos orgânicos (dos grandes geradores, dos resíduos verdes e progressivamente dos resíduos domiciliares orgânicos), além do incentivo à compostagem doméstica;
- Segregação dos RCC com reutilização ou reciclagem dos resíduos Classe A (trituráveis) e Classe B (madeiras, plásticos, papel e outros);
- Segregação dos resíduos volumosos (móveis, inservíveis e outros) para reutilização ou reciclagem;

- Segregação na origem dos RSS, pois grande parte é composta por resíduos comuns;
- Implantação da logística reversa com retorno dos materiais pós-consumo (eletroeletrônico, embalagens e outros) à indústria;
- Encerramento de lixões e bota foras, com recuperação das áreas degradadas.

Para o manejo diferenciado e integrado dos resíduos sólidos, o modelo proposto pelo MMA recomenda a utilização de um conjunto de instalações normatizadas, sendo que algumas podem ser compartilhadas com outros municípios, conforme listagem abaixo:

- Ecopontos: para a acumulação temporária de RCC, resíduos volumosos, de coleta seletiva e resíduos com logística reversa (NBR 15.112);
- Pontos de Entrega Voluntária (PEV): contêineres, sacos ou outros dispositivos instalados em espaços públicos ou privados monitorados, para recebimento de recicláveis;
- Galpões de Triagem de resíduos recicláveis secos, com normas operacionais definidas em regulamento;
- Unidades de compostagem/biodigestão de resíduos orgânicos;
- Áreas de Triagem e Transbordo de RCC, resíduos volumosos e resíduos com logística reversa (NBR 15.112);
- Áreas de Reciclagem de RCC (NBR 15.114);
- Aterros Sanitários (NBR 13.896);
- Aterros Sanitários de Pequeno Porte (ASPP): com licenciamento simplificado pela Resolução CONAMA nº 404/2008 e projeto orientado pela NBR 15.849;
- Aterro de Inertes (Classe A), orientado pela NBR 15.113;
- Para o presente PMSB, em consonância com o modelo proposto pelo MMA, destacam-se os seguintes aspectos para o município de Pinhalzinho;
- Para o aproveitamento da parcela orgânica dos resíduos sólidos urbanos foi prevista a utilização de uma usina de compostagem, visto que se trata de uma tecnologia simples. Contudo, esta aplicação não inviabiliza a implantação futura de biodigestores, pois é uma solução igualmente adequada;
- Apesar de a Política Nacional de Resíduos Sólidos e da Política Nacional de Mudança do Clima estabelecerem o aproveitamento energético do biogás proveniente dos aterros sanitários, este não foi considerado no presente PMSB, tendo em vista que a seleção da tecnologia a ser utilizada e sua respectiva análise de viabilidade econômico-financeira demandam estudos mais aprofundados, os quais não são objetos do presente PMSB;
- O modelo proposto não impede que seja realizado estudo futuros, visando-se à utilização de novas tecnologias disponíveis, principalmente através do CISBRA.

18. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES DO MUNICÍPIO

Para o atendimento às diretrizes da PNRS para o aproveitamento dos resíduos sólidos recicláveis e dos resíduos úmidos orgânicos, é necessário o conhecimento da composição gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos.

Os estudos que embasaram a PNRS adotaram como referência a composição gravimétrica média do Brasil, que são provenientes da média de 93 estudos de caracterização física realizados entre 1995 e 2008, conforme mostra a **Tabela 41**.

Tabela 41 - Composição gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos coletados no Brasil entre 1995 e 2008

Resíduos	Participação (%)	Quantidade (t/dia)
Material Reciclável	24,18	58.527,40
Metais	1,44	3.486,15
Aço	1,14	2.752,22
Alumínio	0,3	733,93
Papel, Papelão e TetraPak	6,59	15.959,72
Plástico Total	6,75	16.329,84
Plástico Filme	4,47	10.825,40
Plástico Rígido	2,27	5.504,44
Vidro	1,21	2.935,70
Matéria Orgânica	38,98	94.335,10
Outros	12,65	30.618,90
Total	100,00	242.008,80

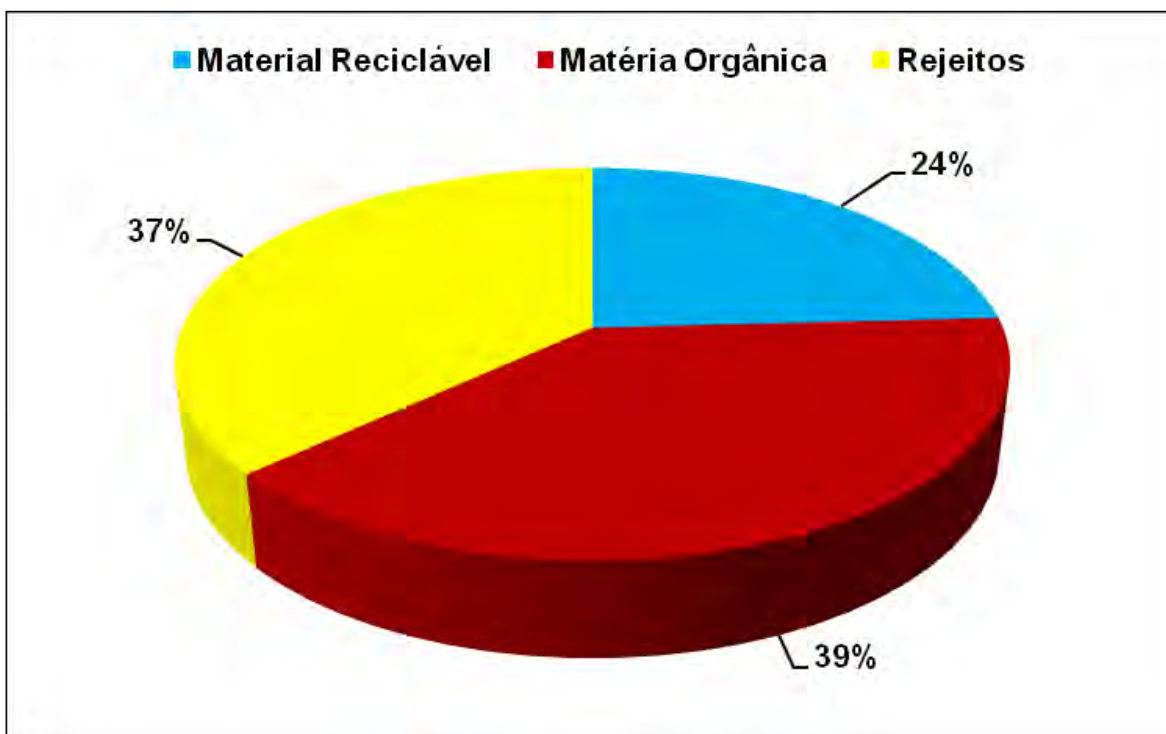
Fonte: IBGE, 2010.

Com base nesta composição gravimétrica, é possível identificar que, em média, os resíduos urbanos contêm 24,18 % de resíduos recicláveis (resíduos urbanos secos), e 38,98% de matéria orgânica (resíduos urbanos úmidos), que, em grande parcela, é composta por restos de comida.

O restante, 36,84% é composto por “rejeitos”, que se referem às parcelas contaminadas dos resíduos domiciliares: embalagens que não se preservaram secas, resíduos úmidos que não podem ser processados, em conjunto com os demais, resíduos das atividades de higiene e outros tipos, segundo os estudos que embasaram o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, (MMA, 2011).

O **Gráfico 14** ilustra a composição gravimétrica média típica, conforme caracterizado na PNRS.

Gráfico 14 - Composição gravimétrica típica dos resíduos sólidos urbanos.



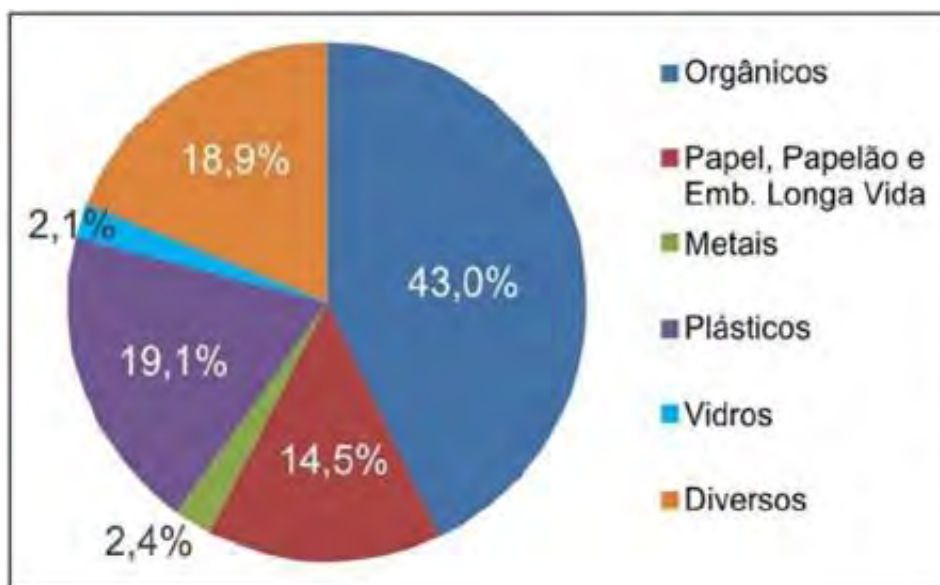
Fonte: IBGE (2010).

18.1 Estudo gravimétrico

Conforme levantado durante a elaboração do diagnóstico, o município de Pinhalzinho é membro do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas - CISBRA, juntamente com os municípios de Águas de Lindoia, Amparo, Itapira, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Morungaba, Pedra Bela, Santo Antônio de Posse, Serra Negra, Socorro e Tuiuti.

A composição gravimétrica dos RSU do município de Pinhalzinho foi determinada em conjunto com todos os municípios que compõem o CISBRA, e se deu da seguinte forma, apresentada no **Gráfico 15**.

Gráfico 15 - Composição gravimétrica dos RSU no CISBRA



Fonte: CISBRA (2010).

Na composição gravimétrica dos resíduos gerados no município de Pinhalzinho foram analisadas apenas os Resíduos Domiciliares.

Não foram analisados alguns resíduos contidos no Art. 13 do PNRS, tais como: resíduos industriais, resíduos de serviços públicos de saneamento, resíduos agrossilvopastoris, resíduos de serviços de transporte e resíduos de mineração.

Devido à falta de informações dos resíduos listados acima, a análise e as projeções para os mesmos não serão realizadas para o município.

19. OBJETIVOS E METAS PARA O MUNICÍPIO DE PINHALZINHO

No presente item, são abordados os objetivos e as metas referentes aos diferentes tipos de resíduos sólidos, sendo eles provenientes dos usos domésticos e públicos, construção civil, serviços de saúde, volumosos, verdes e de logística reversa.

19.1 Objetivos e metas para os resíduos domiciliares e de limpeza urbana

A seguir, são abordados os objetivos e as metas do PMSB no que se refere ao atendimento com a coleta, geração, aproveitamento e disposição final dos resíduos domiciliares e de limpeza urbana.

19.1.1 Atendimento com coleta

Conforme relatado na fase de diagnóstico, o atendimento atual com a coleta de resíduos sólidos domiciliares é estendido a 100% da população rural e urbana. Portanto, é meta do PMSB que estes índices sejam mantidos em 100% durante todo o período do mesmo.

19.1.2 Geração de resíduos

Os Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO) são aqueles resultantes das atividades domiciliares ou atividades comerciais cujas características sejam similares aos resíduos domiciliares.

Os Resíduos de Limpeza Urbana (RLU) são aqueles resultantes das atividades de varrição, roçada, capina e raspagem de vias e logradouros públicos, incluindo a desobstrução de bocas de lobo e/ou margens de rios e córregos, bem como a poda da arborização pública, entre outros.

A geração dos resíduos domiciliares varia de acordo com o porte dos municípios e regiões geográficas do país, em função do vigor da atividade econômica e renda da população.

Existem estudos que buscam correlacionar à produção per capita média de RDO com base na faixa populacional do município. No Estado de São Paulo, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), tem sido a referência para este parâmetro. Estes estudos normalmente apresentam resultados que não são totalmente compatíveis entre si, contudo, são importantes parâmetros comparativos que subsidiam a determinação das metas.

Na **Tabela 42**, são apresentadas as informações referentes à geração per capita dos RDO para o estado.

Tabela 42 - Geração per capita de resíduos sólidos domiciliares em função da população residente

População (hab.)	Geração média (Kg/hab.dia)
Até 25.000	0,7
De 25.001 a 100.000	0,8
De 100.001 a 500.000	0,9
Maior que 500.000	1,1

Fonte: CETESB (2013).

Segundo o CISBRA (2013), a geração per capita de RDO+RPU, em relação à população total do município, apurada em estudos gravimétricos, é de 0,483 kg/hab.dia. Este valor se apresenta abaixo da média estadual para os municípios com até 25.000 habitantes.

A PNRS tem como premissas a não geração e a redução de resíduos sólidos, assim, mesmo verificando que o município está, em tese, satisfatoriamente abaixo das médias apuradas pela CETESB, entende-se que é possível empreender esforços na melhoria de tal indicador.

Desta forma, as medidas de não geração e de redução de resíduos deverão ser efetivadas a partir do processo de educação nos hábitos de consumo da população, assim, estabelece - se a seguinte meta:

- Manter o atual patamar de geração média de resíduos sólidos urbanos no período de 2016 a 2035.

Destaca-se que esta é um tipo de meta na qual não é possível à atuação direta do poder público, pois, é atingida indiretamente a partir de programas de educação ambiental, junto às campanhas de orientação da população quando ao uso racional de bens de consumo.

Os valores projetados para o período do PMSB são apresentados na **Tabela 43**.

Tabela 43 - Projeção de geração de resíduos sólidos no município de Pinhalzinho

Ano	População		Índice de coleta (%)	População Atendida		Geração per capita (kg/dia)		Domiciliar e varrição (21,80%)	Saúde e animais (1,66%)	Rejeitos (30,27%)	Resíduos diversos (2,58%)	Seletiva (43,69%)	Geração total de RS (t/dia)
	Urbana (hab.)	Rural (hab.)		Urbana (hab.)	Urbana (hab.)	Urbana (hab.)	Rural (hab.)						
2016	7.688	7.381	100,00	4.374	2.481	0,483	0,100	0,970	0,046	0,846	0,072	1,221	2,794
2017	7.916	7.508	100,00	4.569	2.540	0,639	0,100	0,636	0,048	0,884	0,075	1,276	2,919
2018	8.150	7.637	100,00	4.682	2.551	0,639	0,100	0,652	0,050	0,906	0,077	1,307	2,992
2019	8.391	7.768	100,00	4.794	2.563	0,639	0,100	0,668	0,051	0,927	0,079	1,338	3,063
2020	8.639	7.900	100,00	4.906	2.575	0,639	0,100	0,683	0,052	0,949	0,081	1,370	3,135
2021	8.894	8.034	100,00	5.019	2.586	0,639	0,100	0,699	0,053	0,971	0,083	1,401	3,207
2022	9.157	8.170	100,00	5.131	2.598	0,639	0,100	0,715	0,054	0,992	0,085	1,432	3,278
2023	9.428	8.307	100,00	5.243	2.610	0,639	0,100	0,730	0,056	1,014	0,086	1,464	3,350
2024	9.707	8.446	100,00	5.356	2.621	0,639	0,100	0,746	0,057	1,036	0,088	1,495	3,422
2025	9.994	8.586	100,00	5.468	2.633	0,639	0,100	0,762	0,058	1,058	0,090	1,527	3,495
2026	10.289	8.728	100,00	5.580	2.645	0,639	0,100	0,777	0,059	1,079	0,092	1,558	3,565
2027	10.593	8.872	100,00	5.693	2.656	0,639	0,100	0,793	0,060	1,101	0,094	1,589	3,637
2028	10.907	9.017	100,00	5.805	2.668	0,639	0,100	0,809	0,062	1,123	0,096	1,621	3,711
2029	11.229	9.163	100,00	5.917	2.680	0,639	0,100	0,824	0,063	1,144	0,098	1,652	3,781
2030	11.561	9.312	100,00	6.030	2.691	0,639	0,100	0,840	0,064	1,166	0,099	1,683	3,852
2031	11.903	9.461	100,00	6.142	2.703	0,639	0,100	0,856	0,065	1,188	0,101	1,715	3,925
2032	12.255	9.612	100,00	6.254	2.715	0,639	0,100	0,871	0,066	1,210	0,103	1,746	3,996
2033	12.617	9.765	100,00	6.367	2.726	0,639	0,100	0,887	0,068	1,232	0,105	1,778	4,070
2034	12.990	9.919	100,00	6.479	2.738	0,639	0,100	0,903	0,069	1,253	0,107	1,809	4,141
2035	13.375	10.074	100,00	6.591	2.750	0,639	0,100	0,918	0,070	1,275	0,109	1,840	4,212

19.1.3 Aproveitamento dos resíduos sólidos

A partir do estudo gravimétrico considerado para o município de Pinhalzinho, e em atendimento à PNRS, torna-se necessário o estabelecimento de processos de coleta seletiva, a fim de segregar a parcela reciclável e orgânica dos rejeitos, devendo-se atender a população integralmente.

Em curto prazo, o programa de coleta seletiva deverá ser implantado a partir da coleta porta-a-porta, havendo um dia específico para a coleta dos resíduos recicláveis da área urbana e da área rural. Assim, a população deverá ser orientada quanto à separação dos resíduos recicláveis, os quais deverão ser segregados em sacolas plásticas ou afins.

Progressivamente, os dias de coleta seletiva poderão ser estendidos, a fim de se suprir a demanda de geração, evitando-se o acúmulo de resíduos nas vias públicas. A Prefeitura Municipal poderá prever a disponibilização de sacos específicos para resíduos recicláveis aos munícipes, de forma a incentivar a prática da coleta seletiva pela população.

Para a coleta seletiva, recomenda-se que os resíduos recicláveis não sejam submetidos ao processo de compactação durante a coleta e transporte, a fim de se facilitar as atividades de triagem.

A seguir, o aproveitamento dos resíduos sólidos secos e orgânicos será tratado separadamente.

19.1.3.1 Aproveitamento dos resíduos sólidos secos recicláveis

Para atendimento à esta premissa, serão estabelecidas metas para aproveitamento dos resíduos potencialmente recicláveis, que correspondem, segundo o Estudo Gravimétrico do CISBRA (2013), a 38,1% do total dos resíduos sólidos urbanos.

Conforme apurado na fase de diagnóstico, o município ainda não possui um programa de coleta seletiva. Assim, estabeleceram-se metas de implantação da mesma e o progressivo aproveitamento dos resíduos, da seguinte maneira:

- I. 30% até 2018;
- II. 60% até 2021;
- III. 100% até 2025.

A **Tabela 44** apresenta a projeção das quantidades de resíduos coletados recicláveis.

Tabela 44 - Projeção das quantidades de resíduos coletados, recicláveis e aterrados

Ano	Resíduos Sólidos Coletados Total (t/dia)	Resíduos Sólidos Recicláveis			Resíduos para disposição em aterros		
		% do coletado reciclável	Total reciclado (%)	Tonelada	% Reciclada	% de Redução	t/dia
2016	2,794	38,10	0,00	0,000	100	0	2,794
2017	2,919	38,10	20,00	0,222	80	7,61	2,697
2018	2,992	38,10	30,00	0,342	70	11,43	2,650
2019	3,063	38,10	40,00	0,467	60	15,25	2,596
2020	3,135	38,10	50,00	0,597	50	19,04	2,538
2021	3,207	38,10	60,00	0,733	40	22,86	2,474
2022	3,278	38,10	70,00	0,874	30	26,66	2,404
2023	3,350	38,10	80,00	1,021	20	30,48	2,329
2024	3,422	38,10	90,00	1,173	10	34,28	2,249
2025	3,495	38,10	100,00	1,332	0	38,11	2,163
2026	3,565	38,10	100,00	1,358	0	38,09	2,207
2027	3,637	38,10	100,00	1,386	0	38,11	2,251
2028	3,711	38,10	100,00	1,414	0	38,1	2,297
2029	3,781	38,10	100,00	1,441	0	38,11	2,340
2030	3,852	38,10	100,00	1,468	0	38,11	2,384
2031	3,925	38,10	100,00	1,495	0	38,09	2,430
2032	3,996	38,10	100,00	1,522	0	38,09	2,474
2033	4,070	38,10	100,00	1,551	0	38,11	2,519
2034	4,141	38,10	100,00	1,578	0	38,11	2,563
2035	4,212	38,10	100,00	1,605	0	38,11	2,607
Total	70,545			21,579			48,966

19.1.3.2 Aproveitamento dos resíduos sólidos orgânicos

De acordo com o Estudo Gravimétrico elaborado pelo CISBRA (2013), para o município de Pinhalzinho, 43% dos resíduos sólidos são constituídos por materiais orgânicos, os quais não são removidos pela reciclagem convencional. Este resíduo é responsável pela produção de chumbo e de gases nos aterros sanitários.

A PNRS estabelece a necessidade de redução da parcela orgânica úmida que é destinada aos aterros sanitários, bem como, o aproveitamento do potencial deste material para a produção de compostos orgânicos que podem ser utilizados na agricultura, na jardinagem, na geração de energia, etc.

O Plano Cidades Limpas realizado pelo CISBRA, do qual o município de Pinhalzinho é consorciado, estabelece como meta para compostagem a coleta seletiva e tratamento no Ecoponto/ATT.

No município de Pinhalzinho, para atendimento à esta premissa, serão necessárias medidas de implantação de coleta seletiva específica para os resíduos úmidos, incluindo uma unidade de compostagem e ampliação do ecoponto existente. Tais medidas exigirão estudos técnicos e econômicos detalhados, que devem considerar a disponibilidade de mercado, custos de implantação e operação, bem como as possíveis fontes de receitas.

Antes da ampliação do ecoponto, a prefeitura deverá através de mensagens educativas comunicar a toda a população do município alertando sobre as regras para a utilização do ecoponto, em especial para a população vizinha do local. O ecoponto deverá ser ampliado somente depois de totalmente estruturado em termos de logística para coleta e transporte dos resíduos, conforme critérios e exigências da Norma ABNT NBR 15112 que fixa os requisitos exigíveis para projeto, implantação e operação de áreas de transbordo e triagem de resíduos da construção civil e resíduos volumosos.

O atendimento deste objetivo, na íntegra, só poderá ser alcançado em longo prazo, portanto, foram estabelecidas metas progressivas, que possibilitem a realização de estudos de viabilidade.

Assim, até o ano de 2016 o CISBRA deverá fornecer o Ecoponto/ATT e todo o apoio técnico com visitas especializadas no local, para garantir as boas práticas de compostagem. Coloca-se, com isso, em perspectiva uma redução dos custos de coleta pela retenção dos orgânicos na fonte geradora.

Assim, para o ano de 2019 foi prevista a implantação de uma Usina de Compostagem, a partir da qual se iniciará o processo de aproveitamento dos resíduos orgânicos provenientes dos grandes geradores, incluindo, progressivamente, os resíduos verdes e resíduos domiciliares orgânicos, devendo haver o incentivo à compostagem doméstica.

Portanto, as metas de implantação e do progressivo aproveitamento dos resíduos, ficaram estabelecidas da seguinte maneira:

- a) 20 % até 2020;
- b) 50% até 2025;
- c) 100% até 2034.

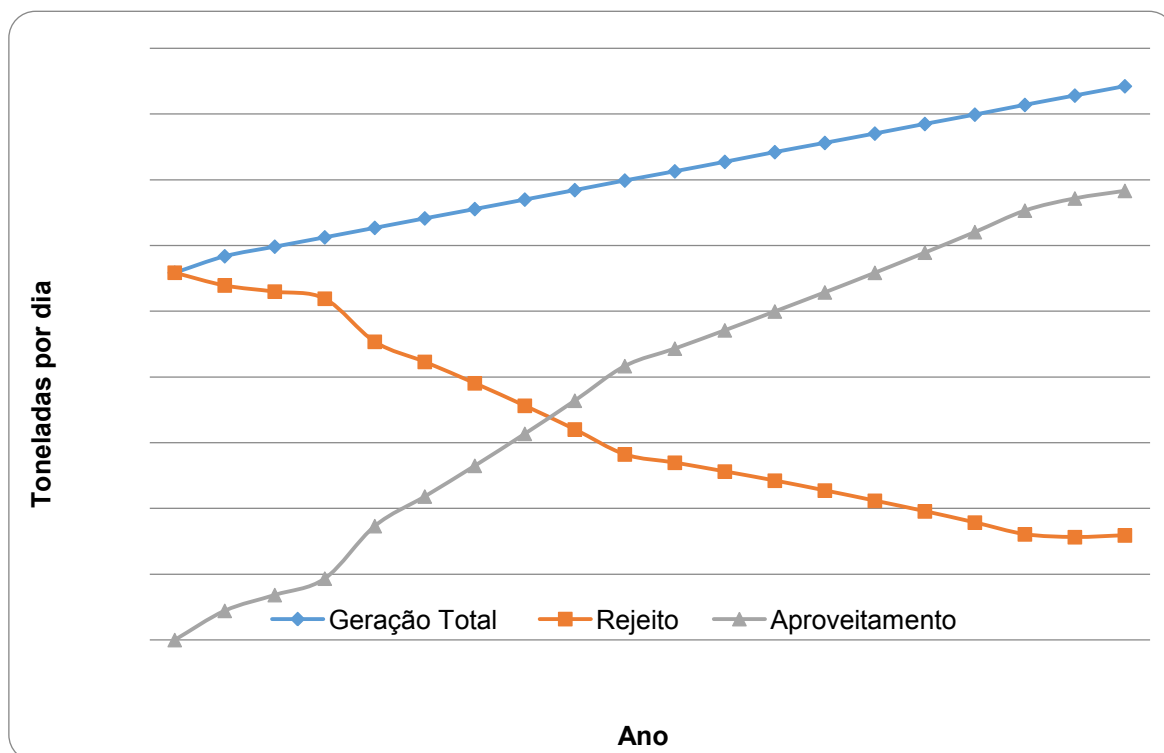
Na **Tabela 45** a seguir são apresentadas as quantidades dos resíduos sólidos orgânicos a serem aproveitados, bem como, as parcelas remanescentes que serão encaminhadas para disposição no aterro sanitário.

Tabela 45 - Evolução das quantidades de resíduos orgânicos para aproveitamento e disposição final em aterro sanitário

Ano	Resíduos Sólidos Domiciliares Coletados (t/dia)	Resíduos Sólidos Orgânicos	Aproveitamento		Disposição Final de RSO
			(%)	Tonelada/dia	Tonelada/dia
2016	2,794	1,201	0,00	0,00	1,20
2017	2,919	1,255	0,00	0,00	1,26
2018	2,992	1,287	0,00	0,00	1,29
2019	3,063	1,317	0,00	0,00	1,32
2020	3,135	1,348	20,00	0,27	1,08
2021	3,207	1,379	26,00	0,36	1,02
2022	3,278	1,410	32,00	0,45	0,96
2023	3,350	1,441	38,00	0,55	0,89
2024	3,422	1,471	44,00	0,65	0,82
2025	3,495	1,503	50,00	0,75	0,75
2026	3,565	1,533	56,00	0,86	0,67
2027	3,637	1,564	62,00	0,97	0,59
2028	3,711	1,596	68,00	1,09	0,51
2029	3,781	1,626	74,00	1,20	0,42
2030	3,852	1,656	80,00	1,33	0,33
2031	3,925	1,688	86,00	1,45	0,24
2032	3,996	1,718	92,00	1,58	0,14
2033	4,070	1,750	98,00	1,72	0,04
2034	4,141	1,781	100,00	1,78	0,00
2035	4,212	1,811	100,00	1,81	0,00
Total	70,545	30,33		16,81	13,53

A evolução das metas para coleta seletiva de resíduos sólidos secos e resíduos sólidos orgânicos pode ser visualizada no **Gráfico 16**.

Gráfico 16 - Evolução das quantidades de resíduos para aproveitamento



19.1.3.3 Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos

A abordagem da disposição final dos resíduos sólidos compreende a análise dos aspectos de necessidades referentes à implantação de aterro sanitário e ao encerramento de aterros existentes.

Atualmente, o município destina os seus resíduos sólidos urbanos para Aterro Sanitário licenciado e operado pelo CISBRA na cidade de Amparo, cerca de 60 km do centro da cidade de Pinhalzinho.

Quanto às quantidades de resíduos sólidos a serem encaminhados ao aterro sanitário, ao longo do período do PMSB, estas dependerão das condições de atendimento às metas de aproveitamento dos resíduos sólidos secos para reciclagem e dos resíduos sólidos úmidos para compostagem, de forma que se possa verificar a existência de 2 cenários:

- Cenário Crítico: Condição em que as metas de aproveitamento dos resíduos sólidos secos recicláveis e úmidos não são atendidas. Nesta condição, todos os resíduos urbanos coletados serão dispostos em aterro sanitário;
- Cenário Ideal: Condição em que as metas de aproveitamento dos resíduos sólidos secos e úmidos orgânicos são plenamente atendidos. Nesta condição, somente os rejeitos são encaminhados ao aterro sanitário.

Para cada um destes cenários, foram previstas suas características, as quais são apresentadas na **Tabela 46**.

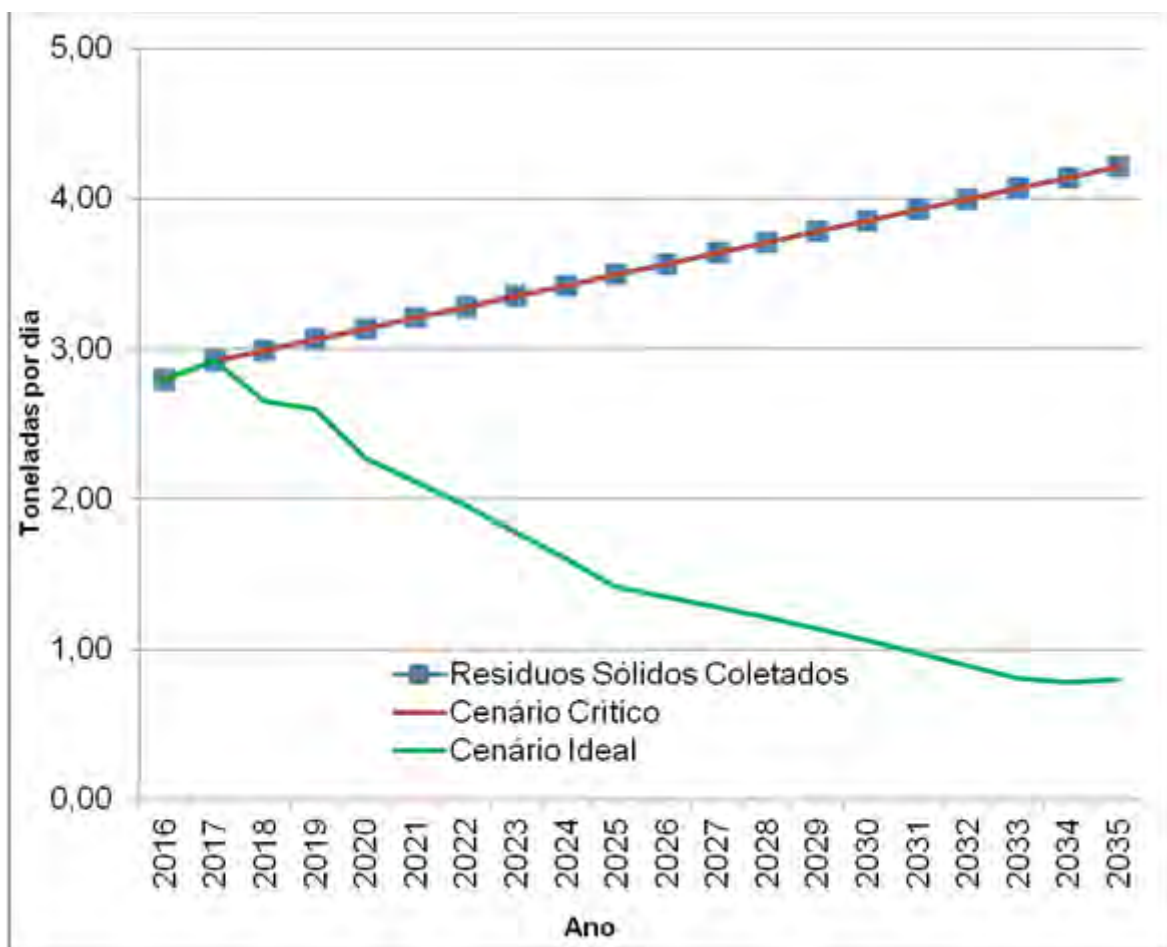
Tabela 46 - Cenários de destinação de resíduos para aterro sanitário

Ano	Resíduos Sólidos Coletados (t/dia)	Aproveitamento de Resíduos Sólidos Recicláveis (t/dia)	Aproveitamento de Resíduos Sólidos Orgânicos (t/dia)	Aterrado		Capacidade Operacional	
				(t/dia)	(%)	Cenário Crítico (t/dia)	Cenário Ideal (t/dia)
2016	2,794	0,000	0,000	2,794	100,00	2,794	2,794
2017	2,919	0,222	0,000	2,697	92,39	2,919	2,697
2018	2,992	0,342	0,000	2,650	88,57	2,992	2,650
2019	3,063	0,467	0,000	2,596	84,75	3,063	2,596
2020	3,135	0,597	0,270	2,268	72,36	3,135	2,268
2021	3,207	0,733	0,359	2,115	65,96	3,207	2,115
2022	3,278	0,874	0,451	1,953	59,58	3,278	1,953
2023	3,350	1,021	0,547	1,782	53,18	3,350	1,782
2024	3,422	1,173	0,647	1,602	46,80	3,422	1,602
2025	3,495	1,332	0,751	1,412	40,39	3,495	1,412
2026	3,565	1,358	0,858	1,349	37,83	3,565	1,349
2027	3,637	1,386	0,970	1,281	35,23	3,637	1,281
2028	3,711	1,414	1,085	1,212	32,66	3,711	1,212
2029	3,781	1,441	1,203	1,137	30,07	3,781	1,137
2030	3,852	1,468	1,325	1,059	27,49	3,852	1,059
2031	3,925	1,495	1,451	0,979	24,93	3,925	0,979
2032	3,996	1,522	1,581	0,893	22,35	3,996	0,893
2033	4,070	1,551	1,715	0,804	19,75	4,070	0,804
2034	4,141	1,578	1,781	0,782	18,89	4,141	0,782
2035	4,212	1,605	1,811	0,796	18,89	4,212	0,796
Total	70,545	21,579	16,806	32,160	-	70,545	32,160

No **Gráfico 17** apresenta o balanço entre produção e aproveitamento dos resíduos conforme metas. Para as análises posteriores do PMSB, foi considerado o cenário ideal.

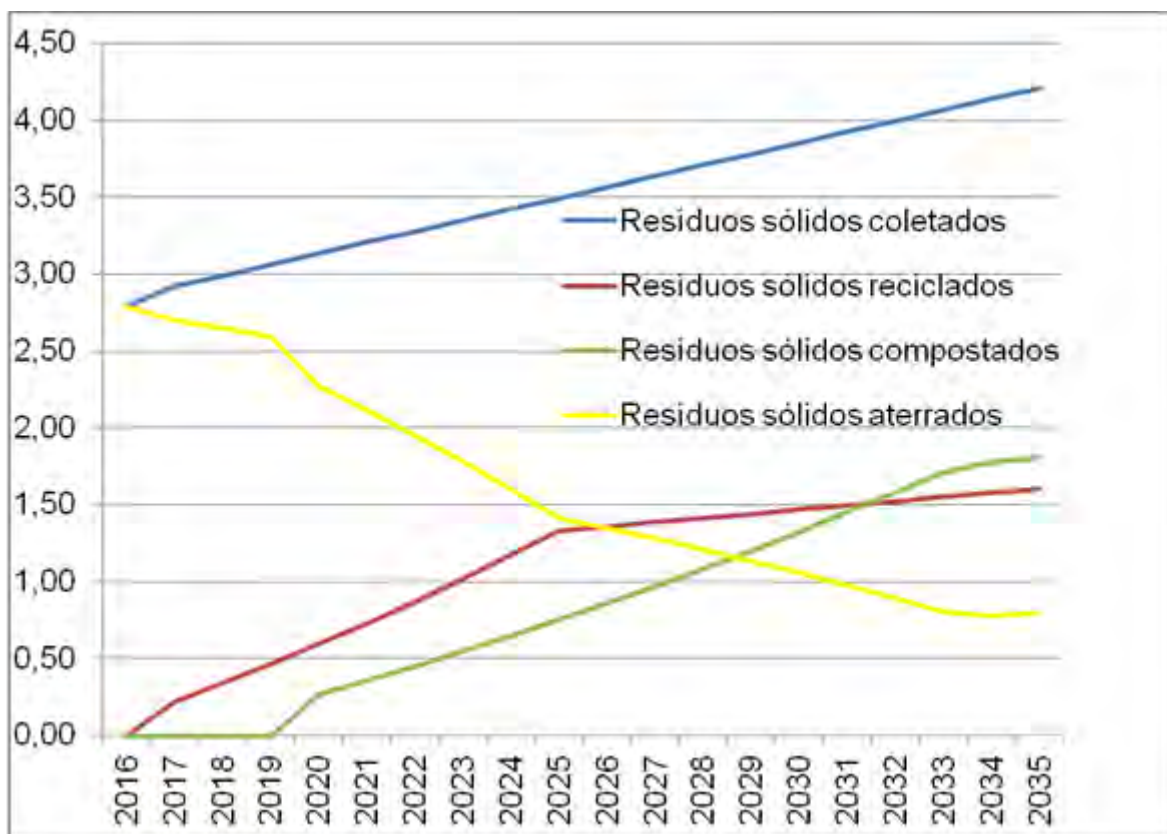
No **Gráfico 18**, as projeções para os resíduos sólidos coletados, reciclados, compostados e aterrados estão plotadas.

Gráfico 17 - Balanço entre produção e aproveitamento dos resíduos conforme metas



O cálculo de demanda de capacidade operacional do aterro sanitário é válido para qualquer que seja a definição do município, em relação à destinação final de seus resíduos sólidos.

Gráfico 18 - Quantidade de materiais reciclados, compostados e aterrados



19.2 Objetivos e metas para os resíduos sólidos de construção civil

No intuito de ordenar questões relacionadas aos Resíduos da Construção Civil (RCC), a Resolução CONAMA 307/2002, alterada pelas Resoluções CONAMA 348/2004, 431/2011 e 448/2012, estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para o gerenciamento destes resíduos. Esta Resolução indica as responsabilidades dos grandes geradores, que devem elaborar seus próprios projetos, onde cabe aos municípios a elaboração de procedimentos para o exercício das responsabilidades dos grandes geradores, na forma de um Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

Os RCC gerados no município são processados pelo CISBRA, através de equipamentos itinerantes, que atendem a todos os municípios consorciados. Os resíduos são armazenados no Ecoponto, localizado na Rua Israel, nº 240, no bairro Maria Goretti, até atingir volume suficiente para que os equipamentos itinerantes se desloquem até o município pra realizar o processamento dos mesmos.

Os resíduos com granulometria adequada são utilizados na manutenção de estradas rurais do município, os demais materiais são transportados para o Ecoparque CISBRA, as madeiras serão transformadas em cavacos para a venda no mercado regional, os recicláveis secos entrarão na cadeia de tratamento dos RSD Secos e os resíduos não aproveitáveis serão dispostos em aterros sanitários licenciados conforme melhor oferta eleita pelo CISBRA.

19.2.1 Composição dos resíduos da construção civil

Considerando as alterações pelas quais a Resolução CONAMA tem passado, atualmente, os RCC são classificados segundo a sua composição. A seguir na **Tabela 47** são discriminadas as classes de RCC e suas respectivas destinações.

Tabela 47 - Classificação e destinação de resíduos da construção civil

Classificação	Composição	Destinação
Classe A	Alvenaria, concreto, argamassa, solos e outros.	Reutilização, reciclagem e uso como agregado dos aterros licenciados.
Classe B	Madeira, metal, papel, plástico, gesso e outros.	Reciclagem e armazenamento temporário.
Classe C	Lã de vidro, por exemplo.	Conforme normas técnicas específicas (já há soluções para reciclagem).
Classe D	Tintas, solventes, óleos, materiais que contêm amianto, etc.	Conforme normas técnicas específicas (predomina a destinação em aterros específicos para resíduos perigosos, após caracterização).

Fonte: Adaptado de Guia Profissional para Gestão Correta dos Resíduos da Construção (CREA-SP - 2005).

Segundo o CREA-SP (2005), os RCC são, predominantemente, compostos por materiais trituráveis, tais como restos de alvenarias, argamassas, concreto, asfalto, solo, dentre outros resíduos classificados como Classe A, o que corresponde a 80% da composição típica do material.

- Grupo 1 - Classe A (alvenaria, concreto e argamassa) - 60%;
- Grupo 2 - Classe A (solos) - 20%;
- Grupo 3 - Classe B (madeira) - 10%;
- Grupo 4 - Classes B, C e D - 10 %.

19.2.2 Geração de resíduos da construção civil

Segundo o MMA (2012), a média estimada de geração típica per capita de RCC é de 520 quilos anuais, que pode se apresentar maior em municípios com elevada economia ou reduzida, no caso dos municípios menores.

Para o município de Pinhalzinho, utilizou-se a taxa de geração de 410 Kg/hab.ano, visto que na fase de diagnóstico, não foram identificados grandes potenciais de geração deste tipo de resíduo, de forma que o mesmo se assemelha às menores taxas de geração. Admitindo-se ainda, que esta taxa se mantenha constante ao longo do PMSB.

Conforme apresentado no Diagnóstico, o município terá como alternativa a destinação dos RCC proposta pelo CISBRA, que consiste no recebimento dos RCC gerados no município no ecoponto, para posterior processamento no município através de uma peneira vibratória e um triturador de resíduos da construção civil, estes equipamentos pertencem ao CISBRA e são itinerantes. Os equipamentos itinerantes processam os resíduos mais finos e os com maior granulometria são transportados para processamento no Ecoparque CISBRA

Ademais, considerou-se para o município, a mesma composição típica de RCC, sendo possível a obtenção de uma projeção hipotética, que discrimina as quantidades de RCC geradas ao longo do PMSB, conforme mostrado na **Tabela 48**.

Tabela 48 - Projeção da geração e da composição dos resíduos sólidos da construção civil

Ano	População Urbana	Geração	Anual	Composição (t./ano)			
	(hab.)	Kg/ (hab.x ano)	(t/ano)	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
2016	7.688	3.152.080	3.152	1.891	630	315	315
2017	7.916	3.245.560	3.246	1.947	649	325	325
2018	8.150	3.341.500	3.342	2.005	668	334	334
2019	8.391	3.440.310	3.440	2.064	688	344	344
2020	8.639	3.541.990	3.542	2.125	708	354	354
2021	8.894	3.646.540	3.647	2.188	729	365	365
2022	9.157	3.754.370	3.754	2.253	751	375	375
2023	9.428	3.865.480	3.865	2.319	773	387	387
2024	9.707	3.979.870	3.980	2.388	796	398	398
2025	9.994	4.097.540	4.098	2.459	820	410	410
2026	10.289	4.218.490	4.218	2.531	844	422	422
2027	10.593	4.343.130	4.343	2.606	869	434	434
2028	10.907	4.471.870	4.472	2.683	894	447	447
2029	11.229	4.603.890	4.604	2.762	921	460	460
2030	11.561	4.740.010	4.740	2.844	948	474	474
2031	11.903	4.880.230	4.880	2.928	976	488	488
2032	12.255	5.024.550	5.025	3.015	1.005	502	502
2033	12.617	5.172.970	5.173	3.104	1.035	517	517
2034	12.990	5.325.900	5.326	3.196	1.065	533	533
2035	13.375	5.483.750	5.484	3.290	1.097	548	548
Total		84.330.030,00	84.330,03	50.598,02	16.866,01	8.433,00	8.433,00

19.2.3 Diretrizes e objetivos para os RCC

São diretrizes específicas a serem adotadas para o gerenciamento correto dos RCC em Pinhalzinho:

- Criar condições para que os munícipes possam dar o destino adequado aos RCC provenientes de pequenas reformas e construções;
- Dar destinação final ambientalmente adequada dos RCC Classes A e B coletados no ecoponto;

- Explorar opções de reciclagem dos RCC, tal como a exportação dos mesmos às empresas especializadas em reciclagem;
- Receber no ecoponto os equipamentos itinerantes para o processamento dos RCC do município;
- Geração de receita com o manejo de RCC;
- Destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos segregados;
- Apoio à ação organizada de carroceiros e outros pequenos transportadores de resíduos (fidelização);
- Elaborar Lei municipal determinando que cada gerador, sendo público ou privado, elabore e implemente Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil - PGRCC.

19.2.3.1 Metas e prazos para o manejo de RCC

Da mesma forma que para os RSU, as metas aqui estabelecidas para os RCC, poderão ser discutidas e eventualmente discutidas no âmbito do consórcio intermunicipal (CISBRA).

A seguir, são apresentadas as principais metas de curto, médio e longo prazo, relativas aos RCC, propostas para o município de Pinhalzinho.

- **Metas de Curto, Médio e Prazo (2016 a 2035):**
Criação e condições para que os munícipes possam dar destinação adequada dos RCC;
Definir junto ao CISBRA cronogramas para a disponibilização dos equipamentos itinerantes para tratamento e destinação adequada dos RCC;
Manter o sistema atualmente utilizado.

19.3 Objetivos e metas para os resíduos volumosos

Os resíduos volumosos são constituídos por peças de grandes dimensões, tais como móveis e utensílios domésticos inservíveis, grandes embalagens, podas e outros resíduos de origem não industrial e não coletados pelo sistema de coleta comum, sendo os materiais mais constantes as madeiras e os metais.

No município de Pinhalzinho, não existem ações de coleta pública dos resíduos volumosos, não existindo assim, uma quantificação específica deste tipo de resíduo. Portanto, para a elaboração da projeção da geração dos resíduos volumosos no município, ao longo do PMSB, foram adotados os seguintes parâmetros:

- Taxa de geração de resíduos volumosos: 30 Kg/hab.ano (PMGIRS GUARULHOS,2010);
- Massa específica aparente de resíduos sólidos volumosos: 400 Kg/m³.

Os valores apurados na projeção são apresentados na **Tabela 49**.

Tabela 49 - Projeção da geração dos resíduos sólidos volumosos

Ano	População Urbana	Geração de Anual	
	(hab.)	(t/ano)	(m³/ano)
2016	7.688	230,64	576,60
2017	7.916	237,48	593,70
2018	8.150	244,50	611,25
2019	8.391	251,73	629,33
2020	8.639	259,17	647,93
2021	8.894	266,82	667,05
2022	9.157	274,71	686,78
2023	9.428	282,84	707,10
2024	9.707	291,21	728,03
2025	9.994	299,82	749,55
2026	10.289	308,67	771,68
2027	10.593	317,79	794,48
2028	10.907	327,21	818,03
2029	11.229	336,87	842,18
2030	11.561	346,83	867,08
2031	11.903	357,09	892,73
2032	12.255	367,65	919,13
2033	12.617	378,51	946,28
2034	12.990	389,70	974,25
2035	13.375	401,25	1.003,13
Total		6.170,49	15.426,23

19.3.1 Diretrizes e objetivos para os resíduos volumosos

A PNRS estabelece a segregação de resíduos volumosos para reutilização e reciclagem como uma premissa. Neste sentido, os resíduos volumosos coletados deverão ser triados, a partir da onde será definida a melhor destinação, em função da característica do resíduo, podendo ser encaminhado à reutilização ou reciclagem.

19.3.2 Metas e prazos para os resíduos volumosos

Até o ano de 2019, deverá ser estabelecido o programa de coleta de resíduos volumosos, de modo que as metas e prazos relativos à destinação dos mesmos, deverão estar alinhados às metas estabelecidas para os RCC.

19.4 Objetivos e metas para os resíduos verdes

Os resíduos verdes são provenientes da manutenção de parques, áreas verdes e jardins, redes de distribuição de energia elétrica, telefonia e outras, sendo comumente classificados em troncos, galharia fina, folhas e material de capina e desbaste, de forma que a maioria coincide com os resíduos de limpeza urbana.

A massa específica aparente de resíduos verdes, oriundos de podas in natura é de 200 Kg/m³ e triturados é de 450 Kg/m³.

Como não existem informações quantitativas disponíveis, relativas a este tipo de resíduo, e, nem parâmetros específicos de literatura sobre a geração dos mesmos, não será possível a realização da projeção dos quantitativos de resíduos verdes gerados ao longo do PMSB.

19.4.1 Diretrizes e objetivos para os resíduos verdes

Os resíduos verdes têm grande potencial de insumo para a compostagem ou para a geração de energia elétrica, junto aos resíduos sólidos orgânicos. Sendo, inclusive, uma premissa da PNRS o aproveitamento de tais resíduos.

19.4.2 Metas e prazos para os resíduos verdes

- Assegurar medidas de fiscalização que garantam a adequada disposição dos resíduos verdes de origem domiciliar, tais como podas de árvores, arbustos ornamentais e gramado originários de chácaras e residências, até o ano de 2017;
- Implantar sistema de quantificação dos resíduos verdes gerados no município.
- Manter, ao longo do PMSB, o aproveitamento dos resíduos de podas de manutenção de áreas públicas realizadas pela Prefeitura Municipal, para a produção de massa orgânica, através da trituração mecanizada;
- Destinação dos resíduos verdes em geral para compostagem, conforme metas e prazos estabelecidos no Programa de Aproveitamento dos Resíduos Orgânicos a ser apresentado adiante no presente PMSB.

19.5 Objetivos e metas para os resíduos de serviço de saúde

A Resolução CONAMA nº 358/2005 prevê a obrigatoriedade do gerenciamento dos RSS pelo seu respectivo gerador, de forma que o mesmo deve ter elaborado seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, respeitando todas as premissas descritas pela referida resolução.

No município de Pinhalzinho, além da responsabilidade pelos RSS provenientes do setor público de saúde, a Prefeitura Municipal também assume a gestão dos RSS gerados pela iniciativa privada do município.

Neste contexto, recomenda-se que o município transfira a responsabilidade e custos decorrentes da coleta e destinação de RSS para os respectivos geradores. De forma que, sejam criados instrumentos de cobrança e fiscalização, a fim de se cumprir os aspectos legais, principalmente, no que se refere à destinação final ambientalmente adequada dos resíduos e à elaboração do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde pelos respectivos geradores, incluindo o licenciamento ambiental pertinente.

19.5.1 Geração de RSS e Objetivos

A quantidade de RSS coletada, segundo informações do CISBRA, correspondente a uma taxa de geração per capita em relação à população urbana do município de 1,039 Kg/.hab.ano. Este valor foi utilizado para a projeção das quantidades anuais geradas ao longo do PMSB, conforme mostradas na Tabela 50.

As projeções apresentadas consistem em uma ferramenta informativa para o monitoramento pelo titular, dado que, a responsabilidade pela destinação destes resíduos cabe ao seu respectivo gerador.

Os principais objetivos a serem alcançados no município são:

- Garantir o manejo adequado dos RSS, em todas as suas fases: coleta, tratamento (autoclavagem e incineração) e destinação final ambientalmente adequada;
- Garantir que não ocorram incidências de RSS nos RSD coletados no município;
- Garantir que não ocorram passivos ambientais no município, decorrentes da disposição inadequada dos RSS.

A **Tabela 50** apresenta a projeção da geração dos resíduos de serviços de saúde.

Tabela 50 - Projeção da geração dos resíduos de serviços de saúde

Ano	População Urbana	Geração de Anual
	(hab.)	(t/ano)
2016	7.688	7,99
2017	7.916	8,23
2018	8.150	8,47
2019	8.391	8,72
2020	8.639	8,98
2021	8.894	9,24
2022	9.157	9,52
2023	9.428	9,80
2024	9.707	10,09
2025	9.994	10,39
2026	10.289	10,69
2027	10.593	11,01
2028	10.907	11,33
2029	11.229	11,67
2030	11.561	12,01
2031	11.903	12,37
2032	12.255	12,73
2033	12.617	13,11
2034	12.990	13,50
2035	13.375	13,90
Total		213,75

19.5.2 Metas e prazos para os RSS

São metas e prazos para os RSS:

- Garantir a coleta, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos RSS em 100% das unidades de saúde públicas e privadas do município, em todo o período do PMSB (2016 a 2035);
- Implementar o sistema de gestão compartilhada dos RSS no município, em consonância com as diretrizes da PNRS e demais legislações vigentes pertinentes, até 2016.

19.6 Objetivos e metas para os resíduos de logística reversa

Conforme previsto pela PNRS, a estruturação e implementação dos sistemas de logística reversa cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, propiciando o retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

A PNRS exige a logística reversa de:

- Agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como, outros resíduos cuja embalagem, após o uso, constitua um resíduo perigoso observado as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA ou em normas técnicas;
- Pilhas e baterias;
- Pneus;
- Óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- Produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

As demais, a referida política estabelece que, na forma de regulamento ou acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, os sistemas previstos para os resíduos acima, serão estendidos aos produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e, aos demais produtos e embalagens, priorizando o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

Quanto aos consumidores, a lei estabelece que cabe a estes a responsabilidade de acondicionar adequadamente os resíduos e disponibilizá-los para a coleta ou devolução.

19.6.1 Geração dos resíduos de logística reversa

A partir da sanção da Lei Federal nº 12.305/2010, a quantificação da geração dos resíduos com logística reversa passa a ser obrigatória em cada localidade e região.

De forma geral, não existem ainda ações que permitam quantificar de forma estruturada as quantidades geradas, bem como, estabelecer parâmetros para futuras projeções.

Para o presente plano, optou-se por realizar as projeções com base em taxas de geração ou de consumo destes produtos provenientes de dados bibliográficos conforme apresentado na **Tabela 51**.

Tabela 51 - Parâmetros para projeção da geração dos resíduos de logística reversa obrigatória

Resíduos / Logística Reversas	Unidade	Indicador
Equipamentos Eletrônicos	Kg/hab.ano	2,60
Pneus Inservíveis	Kg/hab.ano	2,90
Pilhas	Unid./hab.ano	4,34
Baterias	Unid./hab.ano	0,09
Lâmpadas Incandescentes	Unid./domic.ano	4,00
Lâmpadas Fluorescentes	Unid./domic.ano	4,00

Fonte: Manual de Orientação, MMA (2012).

Na **Tabela 52**, são apresentados os resultados das projeções.

Tabela 52 - Projeção da geração de resíduos de logística reversa obrigatória

Ano	População Urbana	Equipamentos Eletrônicos	Pneus Inservíveis	Pilhas (unid.)	Baterias	Lâmpadas (unid.)	
	(hab.)	(t)	(t)		(unid.)	Incandescentes	Fluorescentes
2016	7.688	19,99	22,30	33.366	692	8.542	8.542
2017	7.916	20,58	22,96	34.355	712	8.796	8.796
2018	8.150	21,19	23,64	35.371	734	9.056	9.056
2019	8.391	21,82	24,33	36.417	755	9.323	9.323
2020	8.639	22,46	25,05	37.493	778	9.599	9.599
2021	8.894	23,12	25,79	38.600	800	9.882	9.882
2022	9.157	23,81	26,56	39.741	824	10.174	10.174
2023	9.428	24,51	27,34	40.918	849	10.476	10.476
2024	9.707	25,24	28,15	42.128	874	10.786	10.786
2025	9.994	25,98	28,98	43.374	899	11.104	11.104
2026	10.289	26,75	29,84	44.654	926	11.432	11.432
2027	10.593	27,54	30,72	45.974	953	11.770	11.770
2028	10.907	28,36	31,63	47.336	982	12.119	12.119
2029	11.229	29,20	32,56	48.734	1.011	12.477	12.477
2030	11.561	30,06	33,53	50.175	1.040	12.846	12.846
2031	11.903	30,95	34,52	51.659	1.071	13.226	13.226
2032	12.255	31,86	35,54	53.187	1.103	13.617	13.617
2033	12.617	32,80	36,59	54.758	1.136	14.019	14.019
2034	12.990	33,77	37,67	56.377	1.169	14.433	14.433
2035	13.375	34,78	38,79	58.048	1.204	14.861	14.861
Total		534,77	596,49	892.665	18.512	228.538	228.538

19.6.2 Diretrizes e objetivos para os resíduos com logística reversa obrigatória

Conforme estabelecido pela PNRS, a logística reversa será instituída por meio de Acordos Setoriais, envolvendo importadores, fabricantes, comerciantes, distribuidores, cidadãos e titulares pelos serviços municipais de limpeza e manejo de resíduos sólidos urbanos, de forma a implantar a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, inclusive com a implantação na iniciativa privada de pontos de coleta destes resíduos.

Ainda, a PNRS estabelece que cabe aos responsáveis pela implantação da logística reversa no município, a promoção da integração dos catadores de materiais recicláveis aos sistemas de logística reversa.

O poder público deverá auxiliar no processo de implantação da logística reversa, sendo os principais interlocutores com o município:

- Fabricantes, comerciantes, distribuidores e importadores;
- Cooperativas de catadores;
- Associação Brasileira da Indústria da Iluminação (ABILUX);
- Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE);
- Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (ANIP);
- Reciclanip: Organização da ANIP, a qual cuida especificamente da coleta e da destinação de pneus inservíveis;
- Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Reciclagem de Resíduos Sólidos (Reciclopast);
- Refeitórios de empresas, restaurantes, lanchonetes, bares, etc.

19.6.3 Metas e prazos para os resíduos com logística reversa obrigatória

No presente PMSB, foram estabelecidas metas para o município de Pinhalzinho, as quais deverão ser discutidas e ratificadas com os responsáveis pela implantação da logística reversa de cada um dos produtos, a seguir listados.

19.6.3.1 Pneus usados inservíveis:

- Coleta e destinação final adequada de 100% dos pneus inservíveis gerados nos órgãos municipais até 2017;
- Coleta de 100% pneus usados inservíveis gerados no município até 2017 ou conforme Acordo Setorial específico.

19.6.3.2 Lâmpadas fluorescentes, de led, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista:

- Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas nos órgãos municipais até 2017;
- Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas no município até 2017 ou conforme Acordo Setorial específico.

19.6.3.3 Pilhas e baterias:

- Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas nos órgãos municipais até 2017;
- Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas no município até 2017 ou conforme Acordo Setorial específico.

19.6.3.4 Produtos eletroeletrônicos e seus componentes:

- Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas nos órgãos municipais até 2017;
- Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas no município até 2017 ou conforme Acordo Setorial específico.

19.6.3.5 Óleo vegetal de uso alimentar:

- Coleta e destinação final adequada de óleo vegetal de uso alimentar de origem domiciliar até 2017;
- Coleta e destinação final adequada óleos vegetais de uso alimentar, não domiciliar (restaurantes, lanchonetes, etc.) até 2017 ou conforme Acordo Setorial específico.

19.6.3.6 Embalagens de agrotóxicos:

- As embalagens de agrotóxicos já têm logística reversa consolidada no Brasil, deste modo, o município deverá engajar-se na gestão compartilhada deste tema até 2016.

19.6.3.7 Embalagens de óleos lubrificantes:

- Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas nos órgãos municipais até 2017;
- Implantar coleta de embalagens de óleo lubrificante no município até 2017 ou conforme Acordo Setorial específico.

20. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS

A partir da análise das características do município, levantadas na fase de diagnóstico, propõe-se, a seguir, uma série de programas, projetos e ações a serem implantados no município de Pinhalzinho, de forma, que os mesmos, fomentarão o desenvolvimento do tema e permitir o alcance dos objetivos e metas estabelecidos no horizonte do PMSB, os quais são:

- P1: Estruturação de áreas de captação de resíduos sólidos;
- P2: Aproveitamento dos resíduos domiciliares recicláveis secos;
- P3: Aproveitamento da parcela orgânica dos resíduos sólidos urbanos;
- P4: Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos;
- P5: Gestão dos resíduos da construção civil;
- P6: Gestão dos resíduos de serviços de saúde;
- P7: Gestão dos resíduos volumosos;
- P8: Gestão dos resíduos verdes;
- P9: Gestão dos resíduos de logística reversa;
- P10: Educação Ambiental;
- P11: Fortalecimento da gestão no setor de resíduos sólidos.

As ações propostas deverão ser discutidas e consolidadas na eventualidade de quaisquer soluções consorciadas que venham a ser adotadas, quando pertinentes.

A seguir, descreve-se cada um dos programas.

20.1 P1: Estruturação de áreas de captação de resíduos sólidos

O objetivo deste programa é prover ao município de uma infraestrutura (Área de Captação) e logística para captação dos resíduos domiciliares secos, resíduos domiciliares úmidos e resíduos da construção civil, visto que são os que têm de presença mais significativa (em volume) e são os causadores dos problemas mais impactantes.

A área para captação permitirá o recebimento de:

- Resíduos da construção civil gerados em pequenas obras ou reformas (1m³);
- Resíduos volumosos (móveis, podas e inservíveis);
- Resíduos domiciliares secos de entrega voluntária ou captados por meio de pequenos veículos;
- Resíduos com logística reversa (pneus, lâmpadas, eletroeletrônicos, pilhas e baterias);
- Esta se constituirá em um endereço para o qual os resíduos serão conduzidos, evitando-se assim, as disposições irregulares em pontos viciados.

Para o cumprimento destes objetivos deverão ser tomadas as seguintes medidas:

- Dispor ao Ecoponto a infraestrutura adequada para o manejo dos resíduos sólidos encaminhados ao local;
- Capacitar uma equipe de funcionários para o manuseio adequados dos resíduos sólidos;

- Organizar o fluxo de coleta e destinação dos resíduos concentrados na rede composta pelas áreas de captação.

20.2 P2: Aproveitamento dos resíduos domiciliares recicláveis secos

São objetivos deste programa:

- Redução dos resíduos sólidos encaminhados para o aterro em valas;
- Aproveitamento dos resíduos sólidos secos, através da coleta seletiva e reciclagem, com geração de emprego e renda;
- Destinação adequada de cada resíduo segregado;
- Implantação e consolidação da coleta seletiva e reciclagem dos resíduos sólidos secos em todo o município;
- Gerar receita com a venda do produto reciclado e reaproveitável.

Ademais, são premissas deste programa:

- Utilização da coleta seletiva e reciclagem dos resíduos sólidos como instrumento para atendimento aos objetivos e metas;
- Priorização da inclusão social dos catadores, a serem organizados, para a prestação do serviço público e, quando necessário, complementar a ação com funcionários que atuem sob a mesma logística;
- Educação Ambiental;
- Conscientização da População;
- Compatibilização das ações do programa com as dos demais programas constantes no PMSB.

Deverão ser implementadas as seguintes ações relativas a este programa:

- Ampliar, ao longo do PMSB, a coleta seletiva a toda área atendível do município;
- Organizar o fluxo de remoção e destinação dos resíduos concentrados no Eco ponto, utilizando-se de logística de transporte constituída por pequenos veículos para a concentração de cargas, posteriormente associada ao transporte com veículos de maior capacidade;
- Implantar uma Central de Triagem para a segregação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis, originários do fluxo de coleta e destinação;
- Cadastrar os catadores participantes da coleta seletiva informal, visando sua organização e inclusão em processos formais, como agentes prestadores do serviço público da coleta seletiva;
- No âmbito municipal, incentivar os negócios voltados à reutilização e reciclagem de resíduos secos;
- Elaborar manual e folhetos explicativos, que orientam quanto ao processamento dos resíduos recicláveis, para serem entregues em todas as residências;
- Sensibilizar a população quanto à importância da coleta seletiva;
- Promover a educação ambiental no município;
- Realizar palestras de esclarecimentos referentes ao PMSB nas instituições de ensino do município, órgãos municipais, estaduais e federais do município;

- Organizar encontros, mesas redondas e palestras a respeito dos objetivos do programa;
- Realizar campanhas de esclarecimento à população através da mídia local;
- Incentivar a realização de ações de coleta seletiva nas instituições privadas;
- Estruturar ações do tipo A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública) no município;
- Implementar o manejo de resíduos secos nos programas “Escola Lixo Zero” e “Feira Limpa”;
- Obter o selo Amigo do Catador de Materiais Recicláveis, instituído pelo Governo Federal, para que o sistema de coleta seletiva tenha amparo direto da administração federal.

20.3 P3: Aproveitamento da parcela orgânica dos resíduos sólidos urbanos

O programa concebido teve como premissa a adoção da tecnologia de compostagem, como forma de aproveitamento dos resíduos sólidos orgânicos. Sendo objetivos deste programa:

- Busca da redução significativa da presença de resíduos orgânicos na coleta comum e na disposição em aterros, para redução da emissão de gases;
- Atendimento às metas de aproveitamento integral da parcela orgânica;
- Gerar receita com a venda do produto originado na unidade de compostagem.

Deverão ser implementadas as seguintes ações no município:

- Desenvolver ações de coleta seletiva de RSD úmidos em ambientes com geração homogênea (feiras, sacolões, indústrias, restaurantes e outros);
- Cadastrar os grandes geradores, com geração homogênea de orgânicos;
- Induzir o processo de logística reversa para os resíduos úmidos com feirantes e seus fornecedores, fomentando o reaproveitamento como ração animal e ou compostagem no local do plantio;
- Implementar um programa piloto de compostagem no município, através de uma unidade de triagem;
- Estabelecer o uso do composto orgânico em serviços de manutenção de parques, jardins e áreas verdes;
- Aproveitamento dos resíduos verdes para a compostagem;
- Incentivar a presença de negócios voltados à reutilização e reciclagem de resíduos úmidos;
- Incentivar a organização de ações por instituições privadas;
- Incentivar, no âmbito municipal, os negócios voltados à compostagem de resíduos orgânicos;
- Promover campanhas de educação ambiental para conscientizar e sensibilizar a população quanto à separação da fração orgânica dos resíduos gerados;
- Elaborar manual e folhetos explicativos, ensinando como processar o lixo reciclável, diferenciando as parcelas secas e úmida (orgânica), para ser entregue em todas as residências;

- Realizar campanhas de esclarecimento à população, relativas à coleta seletiva e à reciclagem dos resíduos domiciliares úmidos orgânicos, através da mídia local;
- Estruturação de iniciativas tais como A3P, “Escola Lixo Zero” e “Feira Limpa”.

As ações a seguir descritas são colocadas a título de alternativas a serem estudadas na eventualidade de se dispor de um consórcio Intermunicipal:

- Realizar amplo debate no âmbito do consórcio quanto às possíveis soluções para atendimento à diretriz da Lei 12.305/2010 para: “Induzir a compostagem, o aproveitamento energético do biogás gerado ou em biodigestores ou em aterros sanitários, e o desenvolvimento de outras tecnologias visando à geração de energia a partir da parcela úmida de RSU”;
- Realizar atividades para busca de conhecimento das tecnologias disponíveis dos processos de biodigestão para a produção de biogás, aproveitamento energético (geração de energia elétrica, vapor, etc.) dos gases produzidos na biodigestão de resíduos úmidos urbanos e rurais, processos de compostagem, etc.;
- Contratar estudos e projetos para definição da melhor tecnologia, que atenda às necessidades de aproveitamento dos resíduos sólidos orgânicos úmidos para compostagem e geração de energia;
- Analisar alternativas de geração de receita a partir do aproveitamento dos resíduos sólidos orgânicos;
- Analisar possíveis fontes de financiamento para implantação do plano;
- Analisar outros aspectos pertinentes ao tema.

20.4 P4: Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos

São objetivos do programa:

- Disposição adequada dos resíduos urbanos do município ao longo de todo o período do plano.

Muito embora o município de Pinhalzinho destina adequadamente os RSU no aterro do CISBRA na cidade de Amparo-SP, o presente documento apresenta como alternativa aos gestores municipais a implantação de um aterro no município ou a exportação dos resíduos à um aterro particular. Nessas condições, as seguintes premissas foram adotadas.

- A destinação final dos RSU do município poderá a ser feita em aterro próprio até o final do PMSB;
- A capacidade necessária para o aterro sanitário a ser implantado depende do cumprimento das metas de aproveitamento dos resíduos sólidos recicláveis secos e da parcela orgânica úmida dos resíduos.

Deverão ser implementadas as seguintes ações no município:

- Realizar amplo debate no âmbito do município quanto à melhor alternativa para disposição dos rejeitos, considerando a conveniência de implantação de um

novo aterro no próprio município ou continuar com a solução conjunta com outros municípios;

- Analisar o contexto da disposição final e a conveniência de adotar tecnologias alternativas, em conjunto com outros municípios;
- Contratar estudos de concepção para definição da melhor solução de disposição final dos rejeitos do município.

As ações a seguir descritas, relativas ao programa, quando pertinente, deverão ser tratadas no âmbito do consórcio intermunicipal:

- Realizar amplo debate no âmbito do consórcio quanto à melhor alternativa para disposição dos rejeitos dos municípios integrantes do consórcio, que poderá ser individual ou conjunta, com um ou mais aterros sanitários;
- Analisar o contexto da disposição final a conveniência/viabilidade de se adotar tecnologias alternativas, tais como, Aproveitamento do Biogás em Áreas de Disposição Final.

20.5 P5: Gestão dos resíduos da construção civil

São objetivos deste programa:

- Disposição adequada dos resíduos da construção civil do município ao longo de todo o período do plano;
- Prover o município de instalações adequadas para a recepção dos RCC de pequenos geradores existentes no município;
- Evitar ocorrências de disposição clandestina de RCC no município.

São premissas deste programa:

O presente documento apresenta como alternativa aos gestores municipais a implantação de um aterro de inertes no município. Nessas condições, as seguintes premissas foram adotadas.

- A definição do melhor modelo tecnológico para a gestão dos resíduos da construção civil deverá ser analisada no âmbito do consórcio intermunicipal. As demais ações serão tratadas no próprio município.
- As ações do presente programa deverão estar alinhadas com as dos demais programas.
- Definição Conceitual Relativa ao programa:
Aterro de Resíduos da Construção Civil e de Resíduos Inertes: Área onde são empregadas técnicas de disposição de resíduos da construção civil classe A e de resíduos inertes no solo, visando a reservação de materiais segregados, de forma a possibilitar o uso futuro dos materiais e/ou futura utilização da área, conforme princípios de engenharia, para confiná-los ao menor volume possível, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente (NBR 15.113).

São ações deste programa:

- Elaborar plano de fiscalização de disposição clandestina de RCC;
- Eliminar as áreas de disposição irregular, eventualmente existentes e evitar novas ocorrências;
- Instituir cobrança pelo recebimento de RCC no aterro de inertes;
- Operacionalizar o recebimento dos resíduos dos caçambeiros mediante cobrança;
- Organizar o fluxo de coleta e destinação dos resíduos concentrados na rede composta pelas áreas de captação;
- Elaborar inventário por tipo de obras, especificidade, localização e dados de geração de RCC;
- Vincular a liberação de alvará de construção à entrega de Plano de Gerenciamento de RCC, a ser elaborado pelo requerente;
- Implantar ações de conscientização da população quanto à redução na geração e encaminhamento adequado dos RCC's;
- Apoiar a ação organizada de carroceiros e outros pequenos transportadores de resíduos (fidelização);
- Implantar lei municipal determinando que cada gerador, sendo público ou privado, deverá elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil – PGRCC;
- Formalizar o papel dos agentes locais: caçambeiros, carroceiros e outros;
- Recuperação, por simples peneiração, da fração fina do RCC classe A, para uso como “bica corrida” ou “cascalho” em serviços de manutenção da prefeitura;
- Elaborar e distribuir material educativo sobre o tema.

Ações a serem tratadas no âmbito do consórcio intermunicipal:

- Elaborar/Rever o Plano de Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil Intermunicipal, levando em conta as particularidades dos municípios integrantes do consórcio;
- Realizar estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira, para implantação de processo de reciclagem de RCC;
- Estudar alternativas de geração de receita a partir da reciclagem dos RCC's.

20.6 P6: Gestão dos resíduos de serviços de saúde

É premissa deste programa:

- A fiscalização, cobrança e obrigatoriedade da elaboração e implantação do PGRSS, dos estabelecimentos prestadores dos serviços de saúde do município. As atividades de fiscalização e cobrança deverão ser feitas pela Prefeitura Municipal através da Vigilância Sanitária Municipal e Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Definições Conceituais Relativas ao Programa.

20.6.1 Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS:

O Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS é o documento onde estão estabelecidas as diretrizes de manejo dos RSS. É composto basicamente por vários procedimentos operacionais exclusivos do estabelecimento de saúde. O PGRSS deve ser elaborado conforme a RDC ANVISA nº 306/2004, Resolução CONAMA nº 358/2005 e normas do Ministério do Trabalho e Emprego (NR-32, entre outras). Deve ainda ser compatível com as normas locais relativas à coleta, ao transporte e à disposição final, estabelecidas pelos órgãos locais responsáveis por essas etapas. Cabe aos geradores elaborarem seus próprios Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde-PGRSS.

São ações deste Programa:

- Atualizar do cadastro municipal de estabelecimentos de serviços de saúde até 2015;
- Fiscalizar a efetiva implantação dos PGRSS de todas as instituições de saúde públicas e privadas existentes no município;
- Registrar os PGRSS das instituições públicas e privadas no sistema local de informações sobre resíduos;
- Inserção de informações de geração de resíduos de serviços de saúde no cadastro municipal de estabelecimentos de serviços de saúde;
- Criar cadastro de transportadores e processadores, referenciado no sistema local de informações sobre resíduos;
- Cobrar melhorias nas condições de armazenamento dos RSS nas unidades de saúde municipal, conforme detectado na fase de diagnóstico;
- Manter fiscalização permanente sobre a ocorrência de RSS nos resíduos urbanos em todas as fases de coleta, triagem e destinação final;
- Analisar a conveniência da gestão dos RSS no âmbito do consórcio intermunicipal.

20.7 P7: Gestão dos resíduos volumosos

São premissas deste programa:

- A área de captação de RCC também integrará as ações para coleta dos resíduos volumosos;
- As etapas de destinação dos resíduos dos resíduos volumosos deverão ser compatíveis com as do Programa de Gestão dos Resíduos da Construção Civil.

São ações deste programa:

- Encaminhar os resíduos volumosos para o aterro de inertes para segregação e armazenamento temporário, em conformidade com as metas e prazos estabelecidos no Programa de Gestão dos Resíduos da Construção Civil;

- Promover ampla divulgação dos objetivos do programa, bem como da frequência e local de coleta;
- Promover a discussão da responsabilidade compartilhada com fabricantes e comerciantes de móveis, e com a população consumidora;
- Promover o incentivo ao reaproveitamento dos resíduos como iniciativas de geração de renda;
- Incentivar a identificação de talentos entre catadores e sensibilizar para atuação na atividade de reciclagem e reaproveitamento, com capacitação em marcenaria, tapeçaria etc., visando à emancipação funcional e econômica.

20.8 P8: Gestão dos resíduos verdes

É premissa deste programa:

- Compatibilizar com o Programa de Aproveitamento dos Resíduos Orgânicos.

São ações deste programa:

- Implantar coleta de resíduos verdes de origem domiciliar no Ecoponto.

Elaborar “Plano de Manutenção e Poda” regular para parques, jardins e arborização urbana, atendendo os períodos adequados para cada espécie;

- Encaminhar os resíduos de podas de manutenção de áreas públicas realizadas pela prefeitura, bem como os coletados no Ecoponto para produção de massa orgânica através da trituração mecanizada;
- Realizar estudos para aproveitamento dos troncos e galhos mais grossos para outras utilidades como: artesanato, artigos de carpintaria (cabos de ferramentas, etc.), marcenaria (mobiliários), lenha, produção de carvão, etc.;
- Destinar os resíduos verdes trituráveis e os originados de capina para compostagem em consonância com o plano de compostagem previsto no Programa de Aproveitamento dos Resíduos Orgânicos;
- Incentivar a implantação de iniciativas como as “Serrarias Ecológicas” para produção de peças de madeira aparelhadas a partir de troncos removidos na área urbana, a exemplo do que vem sendo adotado no município de Guarulhos.

20.9 P9: Gestão dos resíduos de logística reversa

São premissas deste programa:

- Compatibilizar as ações do programa com a coleta seletiva, promovendo, em todas as etapas do processo, a participação e inclusão de associações e cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- Fomentar a integração entre consumidores, fabricantes, comerciantes e importadores, para que haja o recebimento dos resíduos passíveis de logística

reversa, através de entrega voluntária nas lojas de comercialização dos produtos abaixo relacionados.

São ações deste programa:

20.9.1 Pneus inservíveis:

- Destinar adequadamente os resíduos gerados nos órgãos municipais;
- Cadastrar todos os borracheiros credenciados e fornecedores de pneus;
- Ampliar a frequência e os pontos de coleta de pneus inservíveis a medida das necessidades impostas pelas metas;
- Manter os procedimentos junto à Reciclanip, para a coleta dos pneus inservíveis a medida das necessidades impostas pelas metas, sendo necessário viabilizar área de transbordo para coleta, juntamente com o poder público municipal e setores privados da área;
- Participar da gestão compartilhada da logística reversa destes resíduos no município.

20.9.2 Pilhas e baterias:

- Destinar adequadamente os resíduos gerados nos órgãos municipais;
- Interagir com a GM&C LOG - Logística e Transporte, que é a empresa de logística, contratada pelos fabricantes e importadores legais, para recolher o material descartado por consumidores e expandir pontos de coleta instalados no comércio;
- Participar da implantação e da gestão compartilhada da logística reversa destes resíduos no município.

20.9.3 Lâmpadas fluorescentes, de led, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista:

- Destinar adequadamente os resíduos gerados nos órgãos municipais;
- Acompanhar os planos em elaboração pelo governo federal para estes produtos;
- Participar da implantação e da gestão compartilhada da logística reversa destes resíduos no município;
- Disponibilizar em parceria com o setor privado responsável pela logística reversa das lâmpadas, local adequado para recebimento das lâmpadas, para posterior destinação final.

20.9.4 Produtos eletroeletrônicos e seus componentes:

- Destinar adequadamente os resíduos gerados nos órgãos municipais;
- Acompanhar os planos em elaboração pelo governo federal para estes produtos;

- Criar um “Programa de Inclusão Digital” no âmbito municipal que aceite doações de computadores para serem recuperados e distribuídos a instituições que os destinem ao uso de comunidades carentes;
- Participar da implantação e da gestão compartilhada da logística reversa destes resíduos no município;
- Disponibilizar em parceria com o setor privado responsável pela logística reversa dos produtos eletroeletrônicos e seus componentes, local adequado para recebimento das lâmpadas, para posterior destinação final.

20.9.5 Óleo de vegetais de uso alimentar:

- Implantar um programa específico para a coleta e aproveitamento de óleo vegetal e gordura animal;
- Analisar no âmbito do consórcio intermunicipal a viabilidade de implantação de Usina de Biodiesel;
- Destinar adequadamente os resíduos gerados nos órgãos municipais.

20.9.6 Embalagens de óleos lubrificantes:

- Destinar adequadamente os resíduos gerados nos órgãos municipais;
- Fiscalizar os postos de combustíveis e oficinas mecânicas, quanto a destinação correta dos resíduos por eles gerados e acompanhar as ações que estão sendo desenvolvidas no âmbito estadual pelo Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes – SINDICOM através do Programa Jogue Limpo;
- Participar da implantação e da gestão compartilhada da logística reversa destes resíduos no município.

20.9.7 Educação e comunicação:

- Desenvolver atividades de educação ambiental relativas ao descarte adequado dos produtos de uso doméstico (pilhas, baterias, óleo de cozinha, lâmpadas, etc.);
- Promover o debate, no município, sobre os Acordos Setoriais;
- Firmar parcerias para capacitar as cooperativas de catadores para conhecimento do tema e para a segregação de resíduos de logística reversa que eventualmente ocorram no processo de reciclagem dos resíduos urbanos municipais;
- Desenvolver campanhas de esclarecimento à população relativa ao tema.

20.10 P10: Educação ambiental

No conceito da PNRS a educação ambiental pode ser desmembrada em 4 tipos distintos:

20.10.1 Tipo 1 - Informações orientadoras e objetivas para a participação da população ou de determinada comunidade em programas ou ações ligadas ao tema resíduos sólidos:

Normalmente está ligada a objetivos ou metas específicas dentro do projeto ou ação em que aparece. Por exemplo, informações objetivas a respeito de como aquela população deve proceder na segregação dos seus resíduos para uma coleta seletiva municipal ou qual o procedimento mais adequado para o encaminhamento de determinados resíduos, entre outras informações pertinentes.

20.10.2 Tipo 2 - Sensibilização/mobilização das comunidades diretamente envolvidas:

Aqui os conteúdos a serem trabalhados envolvem um aprofundamento das causas e consequências do excesso de geração e na dificuldade de cuidado, tratamento e destinação adequados dos resíduos sólidos produzidos em um município, região ou país. Destaca-se ainda, neste caso, o uso e a necessidade de utilização de instrumentos, metodologias e tecnologias sociais de sensibilização e mobilização das populações diretamente atingidas pelos projetos ou ações implantados. Neste caso ainda os conteúdos variam e podem incluir desde os vários aspectos ligados ao cuidado com os recursos naturais e à minimização de resíduos (3Rs), até os vários temas relacionados à educação para o consumo sustentável/consciente/responsável e às vantagens sociais e econômicas da coleta seletiva.

20.10.3 Tipo 3 – Informação, sensibilização ou mobilização para o tema resíduos sólidos, desenvolvidos em ambiente escolar:

Neste caso o conteúdo desenvolvido tem claro objetivo pedagógico e normalmente o tema Resíduos Sólidos é trabalhado para chamar a atenção e sensibilizar a comunidade escolar para as questões ambientais de uma forma mais ampla. Podem envolver desde informações objetivas, como as encontradas no tipo 1, até um aprofundamento semelhante ao do tipo 2, além de tratamento pedagógico e didático específico para cada caso, faixa etária e nível escolar.

20.10.4 Tipo 4 – Campanhas e ações pontuais de mobilização:

Neste caso os conteúdos, instrumentos e metodologias devem ser adequados a cada caso específico. A complexidade do tema e a necessidade premente de mudança de hábitos e atitudes necessários à implantação dos novos princípios e diretrizes presentes na PNRS impossibilitam que estas ações alcancem todos os objetivos e metas propostos em um trabalho educativo. Podem, entretanto, fazer parte

de programas mais abrangentes de educação ambiental, podendo ainda envolver um público mais amplo, a partir da utilização das várias mídias disponíveis, inclusive aquelas com grande alcance e impacto junto à população.

20.10.5 Conceito dos 4 R's

Na visão da PNRS, o conceito dos 4 R's é um eixo orientador de uma das práticas mais necessárias ao equacionamento da questão dos Resíduos Sólidos e ao sucesso do PNRS e demais planos, projetos e ações decorrentes, principalmente àqueles ligados à minimização da quantidade de resíduos a serem dispostos e à viabilização de soluções ambientais, econômicas e sociais adequadas.

A disseminação de uma Política de Minimização de Resíduos e de valorização dos 4 R's é um conceito presente na Agenda 21 na PNRS que coloca a importância, nesta ordem de prioridades:

- I. Racionalizar e Reduzir a Geração de Resíduos - em consonância com a percepção de que resíduos e, principalmente, resíduos em excesso significam ineficiência de processo, caso típico da atual sociedade de consumo. Este conceito envolve não só mudanças comportamentais, mas também novos posicionamentos do setor empresarial como o investimento em projetos de ecodesign e ecoeficiência, entre outros.
- II. Reutilizar – aumentando a vida útil dos materiais e produtos e o combate à obsolescência programada, entre outras ações de médio e grande alcance. É importante ampliar a relevância do conceito, muitas vezes confundido e limitado à implantação de pequenas ações de reutilização de materiais que resultam em objetos ou produtos de baixo valor agregado, descartáveis e/ou sem real valor econômico ou ambiental. Estas práticas têm sido comumente disseminadas como solução para o sério problema de excesso de geração e disposição inadequada de resíduos e compõem muitas vezes, em escolas e comunidades, grande parte do que é considerado como educação ambiental.
- III. Reciclar – valorizando a segregação dos materiais e o encaminhamento adequado dos resíduos secos e úmidos, apoiando desta forma, os projetos de coleta seletiva e a diminuição da quantidade de resíduos a serem dispostos em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

20.10.6 Programa de educação ambiental do município de Pinhalzinho:

No município de Pinhalzinho ainda não há campanhas de Educação Ambiental. Neste contexto, podem-se estabelecer algumas diretrizes a serem seguidas e ações a serem tomadas para a realização de um Programa de Educação Ambiental municipal.

As principais diretrizes e ações para o programa serão descritas a seguir:

- I. O estabelecimento de um Programa de Educação Ambiental no município não deverá ficar restrito apenas ao ambiente escolar, mas atingir toda a população e/ou as comunidades diretamente envolvidas com os projetos ou programas diferenciados de coleta seletiva, apoio às cooperativas de catadores e/ou outros pertinentes ao tema;
- II. As formas distintas de comunicação e relacionamento com a população deverão ser feitas com base nos objetivos a serem alcançados, tomando-se como referência a classificação adotada na PNRS;
- III. O programa deverá também considerar os conceitos de Educação Ambiental Formal (tipo 3) da Educação Ambiental Não Formal (especialmente tipo 1, 2 e 4);
- IV. A educação ambiental Formal, (Tipo 3) destinada à informação, sensibilização ou mobilização para o tema resíduos sólidos desenvolvidos em ambiente escolar, que tem claro objetivo pedagógico, deverá tratar as questões ambientais de forma ampla, sem, entretanto deixar de se aprofundar em temas específicos relativos aos resíduos sólidos, como por exemplo, a importância da coleta seletiva, compostagem, etc.;
- V. No âmbito escolar os diversos assuntos a serem abordados referentes à Educação Ambiental, deverão ter tratamento pedagógico e didático específico para cada caso, levando em conta faixa etária e nível escolar dos alunos;
- VI. Sempre que um programa ou projeto for implantado em determinada comunidade ou região, aquela população deve ser claramente focada e assim informada, sensibilizada e mobilizada para a participação.
- VII. Um dos eixos orientadores da educação ambiental aplicada aos resíduos sólidos deverá ser a política dos 4 R's, que conforme a PNRS está implícita a necessidade de (1) Racionalizar o consumo promovendo a não geração, além da (2) Redução, (3) Reutilização e (4) Reciclagem como metas dos programas e ações educativas, diminuindo a quantidade de resíduos dispostos e viabilizando soluções ambientais, econômicas e sociais adequadas.
- VIII. Realizar ações de educação ambiental voltadas à temática da coleta seletiva e da atuação dos catadores junto à população, visando ao fortalecimento da imagem do catador e a valorização de seu trabalho na comunidade;
- IX. Deverão ser tema do programa de Educação Ambiental:
 - Temática da reciclagem (reaproveitamento de materiais como matéria-prima para um novo produto);
 - Conceito de resíduos secos e suas potencialidades para reaproveitamento e reciclagem;
 - Conceito de resíduos úmidos orgânicos e suas potencialidades para compostagem e geração de energia;
 - Conceitos de compostagem a partir de resíduos orgânicos;
 - Conceituação da logística reversa, etc.
- X. Realizar campanhas de educação ambiental para conscientizar e sensibilizar a população na separação da fração orgânica dos resíduos gerados e, principalmente, da coleta seletiva dos resíduos orgânicos

uma vez que a qualidade final do composto é diretamente proporcional à eficiência na separação.

- XI. Incentivar através da Educação Ambiental mudanças de hábitos da população quanto à redução de consumo, reutilização de materiais e embalagens, conscientização na hora da compra e higiene pessoal.
- XII. Implementar programas de educação ambiental para os catadores.
- XIII. Estimular a participação de catadores nas ações de educação ambiental e sensibilização porta a porta para a separação de resíduos na fonte geradora, mediante a sua adequada capacitação e remuneração.

20.11 P11: Fortalecimento da gestão no setor de resíduos sólidos

São premissas deste programa:

- Envolver todos os participantes nas ações relacionadas com os resíduos sólidos;
- Manter sistemática de terceirizar os serviços, mas garantir estrategicamente uma estrutura de pessoal e equipamentos para situações emergenciais e/ou outras que exijam a flexibilidade que algumas vezes os contratos não possibilitam.

São ações deste programa:

- Implementar melhorias na estrutura técnico-operacional da área responsável pelos resíduos sólidos;
- Implementar sistemática para apropriação de informações relacionadas a resíduos sólidos;
- Implementar procedimentos e definir responsabilidades para a gestão da informação sobre resíduos sólidos, inclusive para fornecimento de dados para o SNIS- Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, no tema resíduos sólidos;
- Promover a capacitação técnica e de gestão do pessoal envolvido com resíduos sólidos, para todos os níveis de atuação, inclusive educação ambiental;
- Implementar procedimentos e definir responsabilidades para a gestão compartilhada dos resíduos sólidos no âmbito das Secretarias Municipais;
- Implementar procedimentos e definir responsabilidades para a gestão compartilhada dos resíduos sólidos no âmbito do município;
- Implementar procedimentos e definir responsabilidades para a gestão dos serviços terceirizados de resíduos sólidos;
- Implementar procedimentos e definir responsabilidades para a gestão compartilhada dos resíduos sólidos no âmbito do consócio intermunicipal;
- Estruturar procedimentos para Gestão da Informação;
- Estruturar procedimentos para Gestão de Programas e Metas;
- Implantar procedimentos para a fiscalização e gestão da coleta de resíduos urbanos e limpeza pública;

- Implantar procedimentos para a fiscalização e gestão dos resíduos de saúde;
- Implantar procedimentos para a fiscalização e gestão dos resíduos de logística reversa;
- Implantar procedimentos para a fiscalização e gestão dos resíduos da construção civil.

20.12 Resumo das ações previstas nos programas

O **Quadro 4** apresenta o resumo de implantação das ações apresentadas para atendimento dos objetivos e metas do PMSB.

Quadro 4 - Resumo das ações previstas nos programas de RSU (Continua)

Resíduos	Objetivo	Prazos
Resíduos Sólidos Domiciliares e de Limpeza Urbana	Universalização do atendimento com serviços de coleta e limpeza	Área Urbana: 100% (manter situação atual de 100% em todo período do plano) Área Rural: 100% (manter situação atual de 100% em todo período do plano)
	Redução da geração per capita	Geração per capita atual: 0,29 Kg/hab.dia Buscar a manutenção deste patamar até o final do PMSB
	Aproveitamento resíduos secos recicláveis	30% até 2018; 60% até 2023; 100% até 2028.
	Aproveitamento dos resíduos orgânicos	20% até 2018; 50% até 2023; 100% a partir de 2028.
	Destinação final adequada	Manter 100% do destino no aterro do CISBRA
Resíduos Sólidos da Construção Civil	Eliminação de 100% de áreas de disposição irregular ("bota-foras")	A partir de 2016
	Elaborar Lei municipal determinando que cada gerador, sendo público ou privado, elabore e implemente Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil - PGRCC.	A partir de 2016
	Receber no Ecoponto 100% do RCC gerado em pequenas obras e intervenções	A partir de 2016
Resíduos Sólidos de Saúde	Exigir de todos os prestadores de serviços de saúde, a elaboração de PGRSS	A partir de 2016
	Garantia da coleta, tratamento e disposição final adequados dos resíduos serviços de saúde em 100% das unidades de saúde públicas	2016 a 2035
	Implementação de sistema de gestão compartilhada dos RSS no município de acordo com as diretrizes da Lei 12.305/2010 e demais legislações vigentes	A partir de 2016

Quadro 4 - Resumo das ações previstas nos programas de RSU (Continuação)

Resíduos	Objetivo	Prazos
Resíduos Volumosos	Estabelecer a coleta de resíduos volumosos para 100% do município	Até 2019
	Destinação para triagem e reciclagem dos resíduos volumosos coletados	Deverão estar alinhadas com as metas estabelecidas para os resíduos da construção civil
Resíduos Verdes	Eliminar disposições irregulares dos resíduos verdes de origem domiciliar (Ex. podas de árvore, arbustos ornamentais e gramado originários de chácaras e residências)	Até 2017
	Aproveitamento dos resíduos de podas de manutenção de áreas públicas realizadas pela prefeitura para produção de massa orgânica através da trituração mecanizada	2019
	Destinação do resíduos verdes em geral para compostagem	Conforme metas e prazos estabelecidos no Programa de Aproveitamento dos Resíduos Orgânicos
Resíduos de Logística Reversa	Pneus usados inservíveis	
	a) Coleta e destinação final adequada de 100% do pneus inservíveis gerados nos órgãos municipais	Até 2017
	b) Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas no município	Até 2017 ou conforme Acordo Setorial específico.
	Lâmpadas fluorescentes, de led, de vapor de sódio e mercúrio	
	a) Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas nos órgãos municipais	Até 2017 ou conforme Acordo Setorial específico
	b) Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas no município	Até 2017
	Pilhas e baterias	
a) Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas nos órgãos municipais	Até 2017	

Quadro 4 - Resumo das ações previstas nos programas de RSU (Conclusão)

Resíduos	Objetivo	Prazos
Resíduos de Logística Reversa	b) Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas no município	Até 2017 ou conforme Acordo Setorial específico
	Produtos eletroeletrônicos e seus componentes	
	a) Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas nos órgãos municipais Até 2017	Até 2017
	b) Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas no município	Até 2017 ou conforme Acordo Setorial específico
	Óleo de vegetais de uso alimentar	
	a) Coleta e destinação final adequada óleos vegetais de uso alimentar de origem domiciliar	Até 2017
	b) Coleta e destinação final adequada óleos vegetais de uso alimentar, não domiciliar (restaurantes, lanchonetes, etc.)	Até 2017 ou conforme Acordo Setorial específico.
	Embalagens de agrotóxicos	
	a) Embalagens de agrotóxicos	As embalagens de agrotóxicos já tem logística reversa consolidada no Brasil, deste modo, o município deverá participar na gestão compartilhada desta logística no município.
	Embalagens de óleos lubrificantes	
	a) Coleta e destinação final adequada de 100% das unidades geradas nos órgãos municipais	Até 2017
	b) Implantar coleta de embalagens de óleo lubrificante	Até 2017 ou conforme Acordo Setorial específico

21. INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA OS SISTEMAS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Tendo em vista as proposições apresentadas no plano, aqui, são analisados os custos referentes à implantação e operação das instalações de manejo dos resíduos sólidos urbanos e resíduos da construção civil que poderão ser implantados, para atendimento dos objetivos e metas estabelecidas no plano.

Para avaliação dos custos de implantação e operação com as instalações de manejo de resíduos sólidos urbanos serão consideradas as seguintes unidades:

- Aterro Sanitário;
- Galpão de Triagem;
- Unidade de Compostagem.

Quanto aos resíduos da construção civil serão consideradas as seguintes unidades:

- Ecoponto;
- Aterro de Inertes.

Primeiramente serão apresentados os critérios de dimensionamento e avaliação de custos destas instalações, e, posteriormente os custos de implantação e operação propriamente ditos.

Como referência de custos de implantação e operação das instalações acima descritas, utilizaram-se as informações contidas nos “Estudos dos Custos Relacionados com a Constituição de Consórcios Públicos de Resíduos Sólidos Urbanos” (MMA, 2009), os quais foram atualizados. Também adotados como referência, alguns custos utilizados em outros municípios para instalações similares.

21.1 Resíduos sólidos urbanos – critérios de dimensionamento e avaliação

Neste item serão apresentados os critérios utilizados para a estimativa dos custos relativos à implantação e operação dos aterros sanitários, galpões de triagem de resíduos secos recicláveis e unidades de compostagem, previstos de serem implantados no horizonte do plano.

21.1.1 Área e Triagem, transbordo e ecoponto

Os custos de operação e manutenção com triagem, transbordo e ecoponto do município estarão sob responsabilidade do CISBRA.

- Coleta e Aterro Sanitário do CISBRA.

21.1.2 Coleta e destinação final dos RSU

Conforme apresentado anteriormente, atualmente o município destina os resíduos para o aterro sanitário licenciado.

Para fins de apuração de custos operacionais, adotou-se com base no o custo atual de disposição final de R\$145,00 por tonelada.

21.2 Resumo dos custos de implantação e operação das instalações de manejo de resíduos sólidos

Na **Tabela 53** que se segue é apresentado o resumo dos custos de implantação e operação apurados para RSD, com base nos critérios adotados e apresentados nos itens anteriores, com dois cenários:

- **Cenário 1**

Implantação da coleta seletiva de resíduos sólidos secos recicláveis e orgânicos.

- **Cenário 2**

Destinação dos RSU sem implantação da coleta seletiva.

A **Tabela 53** a seguir apresenta a Projeção de custos de coleta e destinação de RSU para os 2 cenários acima descritos.

Tabela 53 - Projeção de custos de coleta e destinação de RSU

Ano	Cenário 1 - Destinação de resíduos com implantação de coleta seletiva			Cenário 2 - Destinação de resíduos sem implantação de coleta seletiva		
	(t/dia)	Valor unitário de destinação (R\$)	Valor total (R\$/ano)	(t/dia)	Valor unitário de destinação (R\$)	Valor total (R\$/ano)
2016	2,794	155,00	158.070,55	2,794	155,00	158.070,55
2017	2,697	155,00	152.584,60	2,919	155,00	165.144,25
2018	2,650	155,00	149.923,75	2,992	155,00	169.272,40
2019	2,596	155,00	146.868,70	3,063	155,00	173.291,05
2020	2,268	155,00	128.334,00	3,135	155,00	177.364,45
2021	2,115	155,00	119.683,50	3,207	155,00	181.437,85
2022	1,953	155,00	110.489,15	3,278	155,00	185.452,85
2023	1,782	155,00	100.794,75	3,350	155,00	189.526,25
2024	1,602	155,00	90.607,60	3,422	155,00	193.599,65
2025	1,412	155,00	79.858,35	3,495	155,00	197.731,45
2026	1,349	155,00	76.292,30	3,565	155,00	201.691,70
2027	1,281	155,00	72.492,65	3,637	155,00	205.765,10
2028	1,212	155,00	68.565,25	3,711	155,00	209.951,65
2029	1,137	155,00	64.320,30	3,781	155,00	213.911,90
2030	1,059	155,00	59.907,45	3,852	155,00	217.926,90
2031	0,979	155,00	55.359,55	3,925	155,00	222.058,70
2032	0,893	155,00	50.530,60	3,996	155,00	226.073,70
2033	0,804	155,00	45.479,00	4,070	155,00	230.260,25
2034	0,782	155,00	44.263,55	4,141	155,00	234.278,90
2035	0,796	155,00	45.026,40	4,212	155,00	238.293,90
Total	32,160		1.819.452,000	70,545		3.991.103,450

22. PREVISÃO DE DESPESAS E RECEITAS POTENCIAIS COM SERVIÇOS DE COLETA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

22.1 Despesas com resíduos sólidos

Neste item são feitas estimativas da evolução das despesas com os serviços correntemente realizados pela prefeitura, referentes à coleta e destinação final dos resíduos domiciliares, de limpeza urbana e de serviços de saúde, bem como os serviços de varrição. Para tanto, foram estabelecidos parâmetros com base em informações disponíveis, conforme apresentado na **Tabela 54**, os quais serão usados nas projeções.

Não existe contabilidade com gastos com serviços de varrição, por isso as estimativas de despesas com essa atividade não foram computadas.

Tabela 54 - Parâmetros para projeção das despesas com coleta e varrição

Parâmetro	Unidade	Valor
Coleta de RSD	R\$/t	155,00
Coleta de RSS (2014)	R\$/hab	0,17
População Urbana (2014)	hab.	14.772

Na **Tabela 55** foram projetadas as despesas com as atividades relacionadas a coleta de RSD, usando os cenários:

Cenário 1 - Somente os rejeitos são encaminhados ao aterro sanitário.

Cenário 2 - Todos os resíduos domiciliares coletados serão dispostos em aterro sanitário.

A **Tabela 55** a seguir apresenta a Projeção das despesas com RSU para os 2 cenários acima descritos.

Tabela 55 - Projeção das despesas com resíduos sólidos urbanos

Ano	Despesas com coleta e destinação de resíduos sólidos			Cenário 1 Despesas total (R\$)	Cenário 2 Despesas total (R\$)
	Cenário 1 Domiciliares/ Reciclados (R\$)	Cenário 2 Domiciliares/ Reciclados (R\$)	Saúde (R\$)		
2016	158.070,55	158.070,55	1.352,22	159.422,77	159.422,77
2017	152.584,60	165.144,25	1.392,84	153.977,44	166.537,09
2018	149.923,75	169.272,40	1.433,46	151.357,21	170.705,86
2019	146.868,70	173.291,05	1.475,76	148.344,46	174.766,81
2020	128.334,00	177.364,45	1.519,77	129.853,77	178.884,22
2021	119.683,50	181.437,85	1.563,77	121.247,27	183.001,62
2022	110.489,15	185.452,85	1.611,16	112.100,31	187.064,01
2023	100.794,75	189.526,25	1.658,54	102.453,29	191.184,79
2024	90.607,60	193.599,65	1.707,62	92.315,22	195.307,27
2025	79.858,35	197.731,45	1.758,39	81.616,74	199.489,84
2026	76.292,30	201.691,70	1.809,17	78.101,47	203.500,87
2027	72.492,65	205.765,10	1.863,32	74.355,97	207.628,42
2028	68.565,25	209.951,65	1.917,48	70.482,73	211.869,13
2029	64.320,30	213.911,90	1.975,02	66.295,32	215.886,92
2030	59.907,45	217.926,90	2.032,56	61.940,01	219.959,46
2031	55.359,55	222.058,70	2.093,49	57.453,04	224.152,19
2032	50.530,60	226.073,70	2.154,41	52.685,01	228.228,11
2033	45.479,00	230.260,25	2.218,72	47.697,72	232.478,97
2034	44.263,55	234.278,90	2.284,73	46.548,28	236.563,63
2035	45.026,40	238.293,90	2.352,42	47.378,82	240.646,32
Total	1.819.452,00	3.991.103,45	36.174,85	1.855.626,85	4.027.278,30

22.2 Receitas potenciais com resíduos sólidos

Conforme apresentado anteriormente, as diretrizes da PNRS imporão novos custos para o manejo dos resíduos sólidos urbanos, como são os casos dos custos de implantação e operação das Instalações de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos. Por outro lado, a necessidade de aproveitamento dos resíduos recicláveis e orgânicos gera um potencial de receitas com a venda dos produtos beneficiados nestas instalações. São os casos das Unidades de Triagem e das Unidades de Compostagem.

Entretanto, o mercado para este tipo de produto, não está consolidado o suficiente para que se assumir com segurança a efetividade desta geração de receita.

Entretanto, no presente plano serão feitas hipóteses de geração de receitas a partir das unidades de processamento, apenas com o intuito de avaliar o impacto destas receitas potenciais, frente aos custos com o manejo dos resíduos sólidos, e se

de algum modo poderá haver sustentabilidade econômico - financeira, sem a necessidade de aporte de recursos extras.

22.2.1 Receitas com resíduos sólidos domiciliares

Neste item serão consideradas as receitas potenciais das unidades de triagem e compostagem dos resíduos sólidos domiciliares.

22.2.1.1 Receitas potenciais com a unidade de triagem

Para se avaliar as receitas advindas da venda de produtos oriundos das unidades de triagem serão considerados os preços já vendidos em leilão realizado pela prefeitura de Extrema-MG, em abril de 2014, apresentados na **Tabela 56** .

Tabela 56 - Valor pago a materiais recicláveis

Produto	Valor por Kg
Alumínio	R\$ 3,00
Aparas de Plástico	R\$ 1,13
Papel Misto	R\$ 0,27
Papel Branco	R\$ 0,44
Pet Misto Branco Água	R\$ 1,91
Pet Refri Branco	R\$ 1,91
Pet Refri Colorido	R\$ 1,91
Plástico Duro	R\$ 0,89
PP tampinhas	R\$ 1,08
Revistas e Livros	R\$ 0,25
Tetra Park	R\$ 0,18
Sucata de Ferro	R\$ 0,38
Papelão	R\$ 0,47
PP. Manteiga	R\$ 1,12
Plástico Filme	R\$ 1,41
Vidro	R\$ 0,09
PEAD Branco	R\$ 1,52
PEAD Colorido	R\$ 1,35
Pet óleo	R\$ 1,15
Óleo de Cozinha	R\$ 0,63
Pneus – Lote de 360 peças	R\$ 1.800,00
Latas Sucata de Ferro	R\$ 0,38
Papel Misto Laminado	R\$ 0,15

Fonte: Prefeitura de Extrema-MG (2015)

A estimativa dos quantitativos potenciais de produtos, oriundos dos resíduos secos recicláveis, será feito com base na composição gravimétrica média adotada no presente estudo e em hipóteses de reaproveitamento do grupo de produto (ex. papel,

plástico, metais, etc) e da distribuição de cada produto dentro de seu grupo (especificidade), conforme discriminado na **Tabela 57** a seguir.

Tabela 57 - Distribuição percentual dos resíduos recicláveis passíveis de reaproveitamento

Produto	Material	% RSU	Reaproveitamento		Distribuição (hipótese)	% RSU	% RSU Recicláveis
			Índice	% RSU			
Papel/papelão	Papel Branco	12,34%	60%	7,40%	40%	2,96%	9,28%
	Outros papéis e papelão				60%	4,44%	13,91%
Plástico	Plástico maleável	10,53%	90%	9,48%	100%	9,48%	29,68%
	Plástico Rígido	2,96%	40%	1,18%	100%	1,18%	3,71%
Embalagem	Embalagem PET	0,51%	90%	0,46%	100%	0,46%	1,44%
	Outras embalagens	2,18%	90%	1,96%	100%	1,96%	6,14%
Material ferroso	Sucata de aço	1,13%	90%	1,02%	100%	1,02%	3,19%
Material Não ferroso	Cobre	0,00%	90%	0,39%	30%	0,12%	0,36%
	Alumínio	0,43%			70%	0,27%	0,85%
Vidro	Vidros	1,85%	40%	0,74%	40%	0,30%	0,93%
					60%	0,44%	1,39%
Total		31,93%		22,63%		22,63%	74,06%

22.2.1.2 Receitas potenciais com a unidade de compostagem

Para essas estimativas, também prevemos os dois cenários propostos no **Item 21.1** (implantação ou não de Usina de Compostagem).

Para o Cenário 1 (com implantação de Usina de Compostagem) serão considerados os preços possíveis de se obter com a venda de compostos orgânicos gerados na unidade.

Segundo Plano Municipal de Saneamento Básico de São Roque, pode se obter uma receita de R\$ 125,00 por tonelada, sendo sem impurezas, peneirado e ensacado.

22.2.2 Receitas com resíduos sólidos urbanos

Com base nos parâmetros e hipóteses adotados, é possível avaliar-se as receitas que potencialmente podem ser obtidas com o manejo dos resíduos sólidos, somados ao valor arrecadado através do IPTU. Cabe ressaltar que os valores absolutos obtidos contêm todas as imprecisões advindas das incertezas destes parâmetros e hipóteses.

Entretanto, desconsiderando-se este aspecto, e levando-se em conta que a premissa adotada foi a de confrontar as receitas potenciais com os custos do manejo dos resíduos sólidos advindos dos objetivos e metas assumidos no plano, pode-se constatar que ao longo do período de 20 anos, as receitas nos dois cenários, conforme as **Tabelas 58 e 59** a seguir.

23. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Com base nas projeções realizadas, foram feitas as composições dos custos relativos às despesas operacionais e receitas potenciais com resíduos compostados e reciclados.

Para as projeções de despesas dos cenários 1 e 2, as condições são as mesmas verificadas no **Item 21.1**.

Os investimentos necessários para a implantação das usinas de reciclar e compostagem continuam por conta do CISBRA

A análise da sustentabilidade econômico-financeira é apresentada nas **Tabelas 58 e 59**.

Tabela 58 - Balanço anual das despesas, investimentos e receitas potencias com resíduos sólidos

Ano	Despesas com coleta e destinação (R\$)		Receitas (R\$)			Resultado Cenário 1 (R\$)	Resultado Cenário 2 (R\$)
	Cenário 1	Cenário 2	IPTU	Compostagem	Reciclagem		
2016	159.422,77	159.422,77	203.257,52	0,00	0,00	43.834,75	43.834,75
2017	153.977,44	166.537,09	208.891,24	0,00	36.103,11	91.016,91	42.354,15
2018	151.357,21	170.705,86	214.635,86	0,00	55.618,30	118.896,95	43.930,00
2019	148.344,46	174.766,81	220.557,92	0,00	75.946,63	148.160,09	45.791,11
2020	129.853,77	178.884,22	226.657,42	12.300,96	97.088,09	206.192,70	47.773,20
2021	121.247,27	183.001,62	232.912,18	16.358,51	119.205,31	247.228,73	49.910,56
2022	112.100,31	187.064,01	239.344,38	20.579,28	142.135,66	289.959,01	52.280,37
2023	102.453,29	191.184,79	245.976,20	24.974,67	166.041,77	334.539,35	54.791,41
2024	92.315,22	195.307,27	252.763,28	29.539,56	190.761,02	380.748,64	57.456,01
2025	81.616,74	199.489,84	259.749,98	34.283,77	216.618,65	429.035,66	60.260,14
2026	78.101,47	203.500,87	266.936,30	39.166,87	220.846,94	448.848,64	63.435,43
2027	74.355,97	207.628,42	274.300,06	44.239,10	225.400,49	469.583,68	66.671,64
2028	70.482,73	211.869,13	281.929,98	49.507,52	229.954,03	490.908,80	70.060,85
2029	66.295,32	215.886,92	289.715,16	54.892,09	234.344,95	512.656,88	73.828,24
2030	61.940,01	219.959,46	297.722,14	60.457,14	238.735,87	534.975,14	77.762,68
2031	57.453,04	224.152,19	305.995,28	66.223,09	243.126,79	557.892,12	81.843,09
2032	52.685,01	228.228,11	314.445,86	72.124,80	247.517,71	581.403,36	86.217,75
2033	47.697,72	232.478,97	323.162,60	78.251,35	252.233,88	605.950,11	90.683,63
2034	46.548,28	236.563,63	332.123,32	81.241,24	256.624,80	623.441,08	95.559,69
2035	47.378,82	240.646,32	341.350,20	82.634,18	261.015,71	637.621,27	100.703,88
Total	1.855.626,85	4.027.278,30	5.332.426,88	766.774,12	3.509.319,71	7.752.893,86	1.305.148,58

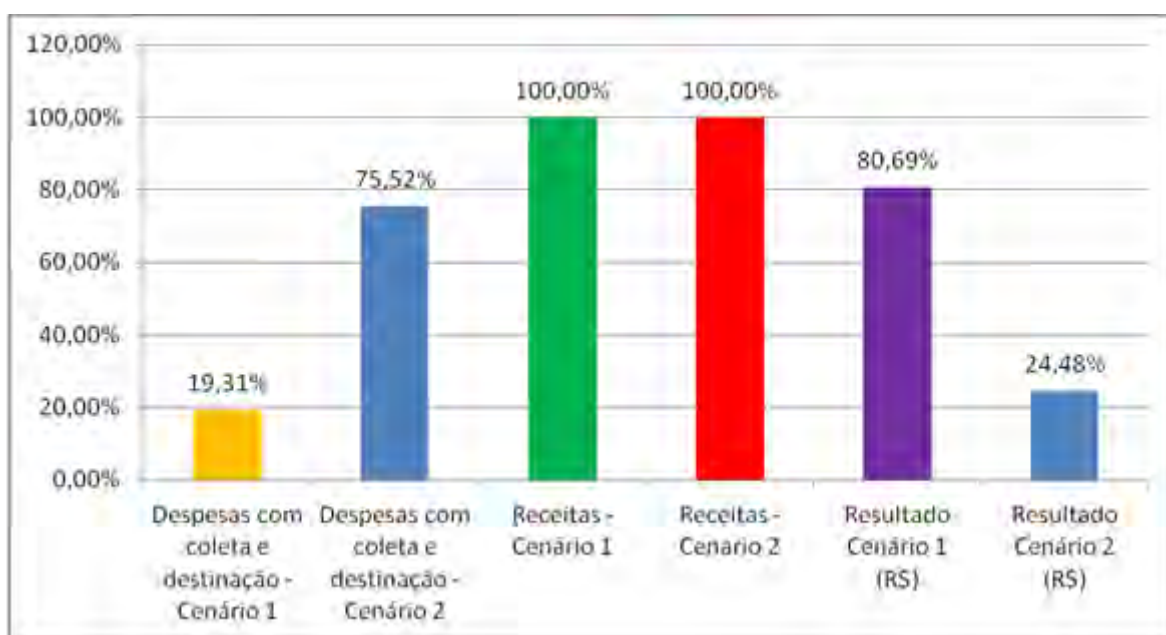
Tabela 59 - Resumo das despesas, investimentos e receitas potenciais por período

Período	Despesas com coleta e destinação - Cenário 1 (R\$)	Despesas com coleta e destinação - Cenário 2 (R\$)	Receitas - Cenário 1 (R\$)	Receitas - Cenário 2 (R\$)	Resultado Cenário 1 (R\$)	Resultado Cenário 2 (R\$)
Curto Prazo (2016 - 2019)	613.101,88	671.432,53	1.015.010,58	847.342,54	401.908,70	175.910,01
Médio Prazo (2020 - 2024)	557.969,86	935.441,91	2.016.638,28	1.197.653,46	1.458.668,42	262.211,55
Longo Prazo (2025 - 2035)	684.555,11	2.420.403,86	6.576.871,85	3.287.430,88	5.892.316,74	867.027,02
Total	1.855.626,85	4.027.278,30	9.608.520,71	5.332.426,88	7.752.893,86	1.305.148,58

A análise do balanço mostra que, as receitas e arrecadação do IPTU, são suficientes para cobrir as despesas, advindos dos objetivos e metas estabelecidos no plano nos dois cenários. Para a projeção da arrecadação do IPTU, foi calculado valor anual de R\$22,18 por pessoa, conforme verificado na previsão de arrecadação no Plano Plurianual do município.

Estas receitas, considerando todo período do plano, podem cobrir 180,69 % no cenário 1 e 124,48% no cenário 2 dos custos totais, conforme apresentado no **Gráfico 19**.

Gráfico 19 - Perfil dos custos com manejo de resíduos sólidos



**CAPÍTULO VI – PROGNÓSTICO E
CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM
URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS**

24. MODELO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

24.1 Considerações iniciais

O crescimento das cidades brasileiras provoca impactos significativos, diretos e indiretos, na população e no meio ambiente. Esses impactos são relacionados principalmente, com inundações cada vez mais frequentes, devido ao aumento do escoamento superficial ocasionado pela impermeabilização do solo. A ineficiência dos sistemas de drenagem está ligada também à falta de rede ou subdimensionamento das existentes, além de obstruções do sistema ocasionado pelo carreamento de materiais sólidos das superfícies urbanas.

Até pouco tempo, os projetos de drenagem tinham como filosofia o escoamento da água precipitada o mais rápido possível para jusante, no entanto, as vazões que chegam nesses locais são sempre de maiores frequência ocasionando inundações recorrentes. Além disso, as áreas ribeirinhas, que é utilizada como zona de passagem ou de amortecimento natural de um curso d'água, tem sido ocupada cada vez mais pela população com construções, reduzindo a capacidade de escoamento. A ocupação destas áreas de risco resulta em prejuízos evidentes quando o rio inunda seu leito maior.

A gestão dos serviços de drenagem urbana em uma bacia hidrográfica ou município deve partir de uma visão mais integrada do ambiente urbano e das relações entre os sistemas que o compõem. Este produto apresenta o planejamento e desenvolvimento de estratégias para o controle do escoamento das águas pluviais urbanas visando à minimização dos danos sociais, econômicos e ambientais causados pelas inundações e a melhoria das condições de saúde e meio ambiente da cidade.

No relatório - Diagnóstico da Situação Atual do Saneamento Básico, Diagnóstico dos Serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais, foram apresentadas as condições atuais do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais no município de Pinhalzinho - SP, levando em consideração suas particularidades e capacidades estruturais. Sendo assim, são abordadas as questões institucionais e os instrumentos de planejamento e gestão dos serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais aplicáveis ao município, visando ao atendimento da Política Nacional de Saneamento Básico, Lei Federal nº 11.445/2007 que estabelece, no Art. 2º, os princípios fundamentais da prestação de serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais:

- Universalidade do acesso;
- Integralidade, atendimento das necessidades da população e maximização dos resultados;
- Disponibilidade, em todas as áreas urbanas;
- Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional;
- Eficiência e sustentabilidade econômica;
- Integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Em grande parte dos municípios brasileiros não há uma estrutura organizacional específica responsável pela gestão dos serviços de drenagem urbana, gerando uma falta de autonomia administrativa e financeira, causando uma fragmentação excessiva das ações relacionadas a este tipo de infraestrutura. Geralmente, estas atribuições ficam a cargo da Secretaria de Obras que possui uma linha de ação meramente executiva.

A equipe responsável pelo gerenciamento e manutenção do sistema deve se atentar aos seguintes aspectos: caráter tecnicista na composição da equipe, envolvimento e articulação com os comitês de bacias hidrográficas, articulação com os demais temas de desenvolvimento urbano como zoneamento, habitação, abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, meio ambiente e etc. É igualmente importante, que esta estrutura organizacional tenha um caráter de gestão e planejamento, para que possa atender às demandas a que se destina.

O planejamento e o desenvolvimento dos sistemas de manejo de águas pluviais devem ser concebidos em concordância com os outros planos regionais, como de uso e ocupação do solo, saneamento, transporte e áreas de preservação.

24.2 Síntese da Situação da Drenagem Urbana em Pinhalzinho

O atual do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais no município de todo território municipal de Pinhalzinho-SP.

Após ter sido realizado o respectivo diagnóstico do Sistema de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais do Município de Pinhalzinho-SP, foram elencadas as principais fragilidades observadas no sistema.

- Inexistência de Cadastro Atual da rede de micro e macro drenagem;
- Inexistência de corpo técnico específico para o Sistema de Drenagem e manejo de águas pluviais;
- A falta de indicadores de avaliação dos serviços quanto à sua eficiência;
- Fiscalização inexistente ou tolerante para impedir ocupações em áreas de risco (aquelas sujeitas a processos erosivos, a escorregamentos e a enchentes e alagamentos);
- Dificuldade em solucionar as problemáticas acerca das ocupações em áreas de risco;
- Falta de recursos para projeto e obras de infraestrutura adequadas em várias áreas do município;
- Número reduzido de pessoal para atuar na drenagem urbana, especialmente de técnicos e engenheiros;
- Existência de sistemas mistos e de ligações clandestinas;
- Disposição irregular de resíduos, ocasionando obstrução de canais e bocas-de-lobo;
- Ausência de cadastro atualizado do Sistema de Micro e Macrodrenagem, informatizado e georreferenciado;

toda a malha urbana, que conseqüentemente apresentam pontos de alagamentos ou empoçamentos.

Observou-se também em algumas vias a inexistência de sarjetas bem definidas, causando o espraiamento da água ao longo da via.

Conforme apresentado nos produtos anteriores deste plano, a drenagem urbana e o manejo de água pluvial apresentam um déficit de informações, sendo imprescindível o levantamento e organização de dados a referente à estrutura existente.

As ações foram estabelecidas de forma a promover uma melhoria contínua dos serviços, sendo propostas medidas em curto, médio e longo prazo. Estas ações compreendem desde o planejamento até a elaboração de projetos a execução de obras de drenagem, visando à universalização da cobertura pelo serviço.

24.2.1.1 Cenário desejado

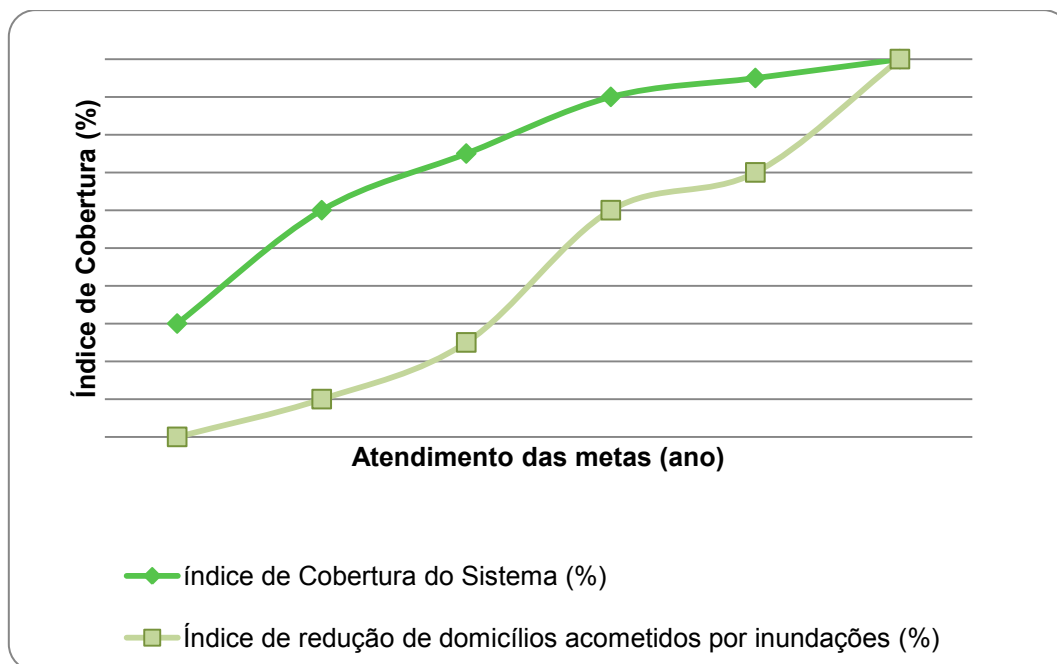
No cenário desejável, o sistema de Drenagem Urbana passará por melhorias ao longo dos 30 anos e atenderá 100% do município.

Este cenário prevê a universalização do serviço, realizando a ampliação da rede drenagem e manejo de águas pluviais para todo município, no horizonte do plano, conforme **Figura 12**.

É apontado, sem prazos, sem restrições tecnológicas ou de cooperação, ou ainda, sem limitações de recursos materiais e financeiros. Neste cenário têm-se:

- A universalização do sistema de drenagem urbana, com estruturas de sistemas de drenagem implantados e funcionando de forma adequada em todas as vias urbanas pavimentadas do município, durante todo o período de planejamento. A bacia hidrográfica é levada em consideração no planejamento urbano e projetos;
- Sistema de microdrenagem funcionando com eficiência máxima, com prevalência de programas de manutenção preventiva, de modo a evitar ocorrências de pontos de alagamentos em todo período de planejamento;
- Os fundos de vale têm manutenções e limpezas realizadas de forma programada e permanentes durante todo o período de planejamento. Há servidores públicos designados para essas atividades ou há contratação permanente de empresa especializada. A regularização de moradias irregulares e recuperação de áreas de preservação permanente (principalmente às margens dos cursos d'água) ocorrem a partir do Ano 1.

Figura 12 - Cenário Desejado para o Sistema de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais.



Fonte: N S Engenharia (2015).

O cenário para o Sistema de Drenagem foi criado para um atendimento de 100% conforme o crescimento da população e das vias urbanas.

Nas vias rurais não pavimentadas é prevista apenas a manutenção das mesmas.

O cenário de crescimento é gradativo e inicia-se na ordem de 98% no ano de 2018 e atingindo 100% em 2020. Sem o cadastro efetivo das vias (tipo de pavimentação e drenagem), não se pode estimar a porcentagem de ruas asfaltadas com sistema de drenagem. No entanto, para as projeções das demandas referentes ao sistema de drenagem urbana, a metodologia estabelece como foco principal a disponibilidade de estruturas de drenagem em vias pavimentadas para as áreas urbanizadas do município.

A metodologia prevê como objetivo para a universalização a consolidação do sistema de drenagem urbana em todas as vias urbanizadas através da implantação de redes de drenagem de águas pluviais e sistemas coletores em sarjetas.

Critérios de manutenção das estruturas existentes foram também considerados, de forma a garantir a funcionalidade da infraestrutura existente e a ser implantada.

Observados os cenários para o horizonte de 30 anos, e assim como se verifica na maioria das cidades brasileiras, foi observado que à medida que a cidade cresce, a taxa de crescimento tende a se estabilizar e até a regredir.

O crescimento urbano do município de Pinhalzinho-SP deve estar previsto para ocupação e adensamento das áreas, cujo planejamento e fiscalização devem

prever a ação intensiva por parte da municipalidade, no sentido de fazer cumprir os preceitos de sustentabilidade, associados à necessidade de desenvolvimento.

24.2.1.2 Objetivos e metas

A seguir são estabelecidos preliminarmente alguns objetivos e metas básicas baseados na análise do diagnóstico de drenagem urbana e manejo de águas pluviais.

Tendo como objetivo principal a universalização do serviço público de saneamento básico com qualidade e continuidade, o PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico foi elaborado com base nas diretrizes da Lei Federal no 11.445/2007, marco regulatório do Saneamento, que define a obrigatoriedade na elaboração do diagnóstico e do plano de programas e ações em saneamento a curto, médio e longo prazo abrangendo o horizonte de 20 anos.

Visando à implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, referente aos serviços de Manejo de águas Pluviais, devem ser planejados a atender os seguintes objetivos:

- Universalização do acesso aos serviços de saneamento básico;
- Estruturar a organização institucional e jurídica municipal com o objetivo de alcançar maior eficiência da prestação dos serviços;
- Eficiência e sustentabilidade econômica;
- Cuidados territoriais;
- Gerenciamento do manejo das águas pluviais no meio urbano;
- Mitigação contra inundações e controle das enchentes;
- Melhorar as condições de saúde da população e do meio ambiente urbano;
- Ordenar a ocupação de áreas de risco de inundação através de regulamentação;
- Restituir parcialmente o ciclo hidrológico natural mitigando os impactos da urbanização;
- Disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;
- Sustentabilidade para reutilização das águas pluviais.

Visando ao atendimento dos objetivos estabelecidos pelo PMSB, foram estabelecidas as seguintes metas para o município de:

As ações listadas em cada programa foram classificadas como:

- Curto Prazo: 2016 a 2019;
- Médio Prazo: 2020 a 2023;
- Longo Prazo: 2024 a 2035.

Prevendo o atendimento dos objetivos estabelecidos de acordo com os prazos citados acima, foram estabelecidas as seguintes metas para o município de Pinhalzinho-SP:

24.2.1.3 Curto prazo: 1 a 4 anos:

- Realizar o cadastro dos sistemas de drenagem e manejo de águas pluviais do município;
- Realizar uma reorganização institucional na prefeitura, designando departamento específico para gestão dos serviços de manejo de águas pluviais no município;
- Elaborar um programa de manutenção regular e permanente dos sistemas de manejo de águas pluviais;
- Desenvolver um plano de monitoramento das bacias hidrográficas e ação para eventos de emergência e contingência;
- Realizar projetos de contenção de cheias nos bairros mais afetados, de acordo com o uso e ocupação do solo e os vetores de crescimento definidos no Plano Diretor;
- Elaborar Plano Diretor de Macrodrenagem Urbana.

24.2.1.4 Médio prazo: 4 e 8 anos:

- Aumentar o índice de cobertura dos sistemas de microdrenagem e eliminar todos os pontos de alagamentos causados por deficiências dos sistemas;
- Desenvolver projetos estruturais em relação ao sistema de macrodrenagem para o atendimento de cheias para o tempo de recorrência de 100 anos;
- Implantar sistema de previsão e alerta de enchentes integrado com a Defesa Civil.

24.2.1.5 Longo prazo: entre 8 e 20 anos:

- Consolidar a gestão dos serviços de manejo de águas pluviais no município;
- Implantar programa de manutenção preventiva e corretiva das estruturas componentes dos sistemas de macro e microdrenagem.

24.3 Programas e ações para atendimento das demandas

As ações objetivas para o sistema de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas devem ser a melhoria da eficiência do sistema existente e sua implantação e/ou ampliação, com vistas à universalização da cobertura e melhoria da gestão do sistema com vistas à minimização de eventos prejudiciais à cidade, à sua população e ao meio ambiente.

Em virtude da inexistência de cadastros técnicos do sistema existente, a proposta deste Plano de Saneamento Básico enfoca a criação desta base, necessária para se elaborar um plano de obras e intervenções que atenda ao enfoque e permita estimar os recursos financeiros necessários à sua efetiva implementação.

O planejamento das necessidades previstas para o sistema de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, para o atendimento às metas do Plano, é apresentado detalhadamente, incluindo os Programas, Planos e Outras Ações, adiante. É apresentada a seguir uma síntese das intervenções previstas para uma rápida compreensão das ações objetivas sugeridas.

24.4 Programa de obras e ações

É apresentada neste item uma descrição dos programas de obras e ações necessárias para o cumprimento de cada meta estabelecida no item anterior. São abordados os objetivos específicos, a indicação temporal e o(s) responsável (is) direto pelas ações.

A partir das metas definidas por este PMSB, anteriormente expostas no item Plano de Metas Definitivo, são propostos 4 programas de obras e ações divididos em quatro eixos principais, a saber:

- Programa de Gerenciamento dos Serviços de Manejo de Águas Pluviais;
- Programa de Adequação do Sistema de Microdrenagem;
- Programa de Adequação do Sistema de Macrodrenagem;
- Programa de Implantação de Sistema de Monitoramento, Previsão e Alerta de Enchentes.

24.5 Programa de gerenciamento dos serviços de manejo de águas pluviais

O programa tem por objetivo implementar ferramentas gerenciais específicas, visando ao desenvolvimento técnico e institucional da gestão municipal para drenagem e manejo de águas pluviais.

Tem como premissa, o alinhamento com os princípios de manejo sustentável de águas pluviais e a compatibilização com as políticas de gestão de resíduos sólidos do município. São apresentadas a seguir as ações do programa, devidamente classificadas de acordo com a respectiva meta de implantação.

A principal vantagem do planejamento aplicado ao sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais refere-se à obtenção simultânea de menores custos e melhores resultados.

O Programa deve ser estabelecido considerando algumas funções básicas, conforme apresentado no **Quadro 5**.

Quadro 5 - Programa para o gerenciamento dos serviços de manejo de águas pluviais

META	P1- GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	
ITEM	AÇÕES	OBJETIVOS
Curto prazo		
1	Reestruturação administrativa.	Criação de um setor dentro da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, exclusivo para administração dos serviços de micro e macrodrenagem.
		Adequar a estrutura organizacional da prefeitura para a gestão dos serviços de manejo de águas pluviais.
		Editar Normas (Portaria) para elaboração de projetos para implantação de sistemas de microdrenagem em novos loteamentos urbanos, para garantir a proteção da população, de bens públicos e privados, contra alagamentos, transbordamentos de cursos d'água e erosão de encostas.
		Criar programa de manutenção preventiva e corretiva das estruturas componentes dos sistemas de macro e microdrenagem.
2	Elaboração de cadastro técnico de redes e instalações de macro e microdrenagem urbana.	Levantamento Topográfico Georeferenciado e cadastro técnico de todas as instalações de drenagem urbana do município para regularização das obras subdimensionadas.
3	Elaboração de Plano Diretor de Drenagem Urbana.	Contratação de empresa especializada para a elaboração de um Plano Diretor de Drenagem Urbana.
4	Medidas Estruturais e não estruturais.	Garantir a redução da contribuição nos cursos d'água e na capacidade de suporte das redes.
Médio Prazo		
6	Gerenciamento dos Planos Diretores específicos para Drenagem Urbana.	Gerenciar, Planejar e Monitorar os programas previstos nos planos diretores.
Longo Prazo		
7	Manutenção do Sistema Administrativo.	Garantir a proteção da população e bens públicos e privados, contra alagamentos, transbordamentos de cursos d'água e desmoronamento de encostas.

24.6 Programa de adequação e ampliação dos sistemas de microdrenagem

O sistema de drenagem de microdrenagem compreende basicamente os seguintes dispositivos: pavimento das ruas, guias, sarjetas e galerias de águas pluviais de menor porte e deve ser dimensionado para as chuvas que ocorram em média a cada 10 anos. No entanto, para ocorrência de chuvas de maiores precipitações, o sistema de estar dimensionado para comportar parte do escoamento superficial, de maneira que evite riscos e prejuízos materiais como perdas de vidas humanas.

Um bom dimensionamento do sistema pode prever o alagamento dos pavimentos de ruas. Os níveis d'água que resultem na inundação de vias de intenso fluxo de veículos e pedestres, de residências e de estabelecimentos comerciais ou

industriais, devem ser ainda mais raros. Além disso, o sistema deve contar com um programa de manutenção permanente de limpeza e desobstrução das bocas de lobo e das galerias antes dos períodos chuvosos.

As atividades de manutenção, limpeza e desobstrução de bueiros e bocas de lobo devem ser executadas com periodicidade diferenciada nos períodos secos e chuvosos, lembrando sempre que antes do início do período chuvoso o sistema de drenagem inicial deve estar completamente livre de obstruções ou interferências. A forma de execução dos serviços de manutenção do sistema de drenagem inicial pode se dar, junto com o sistema de varrição de guias e sarjetas, dentro dos serviços de limpeza urbana indivisíveis.

O alagamento que ocorrem na região central do município, são ponto sazonais o que indica a necessidade de avaliar as estruturas existentes, iniciando pelo cadastro das mesmas, identificando a insuficiência do sistema, estruturas subdimensionadas ou inexistência do sistema (falta de boca de lobo). Ressalta-se que uma das principais causas dos alagamentos devem-se a galerias subdimensionadas e pela falta de bocas-de-lobo.

24.6.1 Cenário atual

As maiores problemáticas diagnosticadas no relatório anterior foram o alagamento de vias e a incapacidade do sistema de escoamento de água pluvial, além da falta de manutenção e conservação das redes e dispositivos. Foi apresentado também que o município detém de um levantamento das redes de microdrenagem, no entanto deve se realizar um cadastro georreferenciado da mesma, visando ao seu planejamento e conservação do sistema.

O **Quadro 6** apresenta as ações para atendimentos das demandas para o Programa de Adequação e Ampliação do Sistema de Microdrenagem.

Quadro 6 - Programas de Obras e Serviços

META		P2 – PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE MICRODRENAGEM	
ITEM	AÇÕES	OBJETIVOS	
Curto prazo			
1	Adequação do Sistema de Microdrenagem.	Identificar os pontos de alagamento existentes causados por deficiências dos sistemas de microdrenagem.	
		Realização de obras de melhorias em pontos subdimensionados e em lugares inexistentes de rede.	
		Adequar o sistema de microdrenagem nos pontos mais críticos identificados.	
		Implantar Plano de Manutenção Preventiva dos sistemas de microdrenagem.	
		Elaborar projetos e implantar novos sistemas de microdrenagem de acordo com o surgimento de novas demandas.	
2	Manutenção das redes de microdrenagem.	Criação de equipe específica para realização de manutenção e conservação do sistema, além de execução de programas de prevenção de inundações.	
3	Elaborar estudos e projetos de adequação da microdrenagem em caso de identificação de novos pontos de alagamento.	Identificar os pontos de alagamento existentes causados por deficiências dos sistemas de microdrenagem.	
4	Implantar programa de supressão de ligações clandestinas de esgoto nas galerias de águas pluviais.	Reduzir poluição das águas dos principais corpos receptores do município e seus afluentes localizados na área urbana.	
		Implantar Programa de monitoramento de ligações clandestinas de esgoto (teste do corante), de modo que os sistemas de drenagem urbana e de esgotos sanitários sejam totalmente independentes.	
Médio Prazo			
5	Promover ações estruturais e não estruturais.	Garantir a proteção da população e bens públicos e privados, contra alagamentos, transbordamentos de cursos d'água e desmoronamento de encostas.	
6	Manutenção das redes de microdrenagem.	Implantar Plano de Manutenção Preventiva dos sistemas de microdrenagem.	
Longo Prazo			
7	Elaborar projetos e implantar novos sistemas de microdrenagem de acordo com o surgimento de novas demandas.	Expansão da rede de drenagem de acordo com o crescimento do município (áreas de expansão, tipo de empreendimento, número de domicílios a serem implantados).	

24.7 Programa de adequação e ampliação dos sistemas de macrodrenagem

A impermeabilização do solo causada pela ocupação desordenada de edificações aumenta a vazão específica das áreas de contribuição das bacias hidrográficas, além da velocidade de escoamento superficial que atingem os cursos d'água, elevando-se rapidamente o nível dos corpos hídricos.

Desta forma o sistema de macrodrenagem funcionará em sua plenitude se os problemas de inundações causados por eventos de precipitação sejam reduzidos de tal forma que não causem danos. Portanto, a ação da fiscalização e adoção de mecanismos regulatórios acerca do uso e ocupação do solo do município é fundamental neste processo.

As falhas no planejamento do sistema de microdrenagem municipal, somada a falta de dispositivos no sistema de macrodrenagem fazem com que os canais naturais de macrodrenagem também sejam comprometidos.

Deverá ser elaborado um levantamento de dados que relacione, anualmente, as manutenções realizadas e não realizadas em cada bacia hidrográfica existente no município, de modo que a realizar medidas preventivas de gerenciamento do sistema e assim ter um aumento de sua eficiência.

Os principais pontos críticos da macrodrenagem encontrados no município de Pinhalzinho estão relacionados aos aspectos construtivos da rede que conduz as águas até os cursos d'água, onde, a água passa por aduelas, que quando ocorrem chuvas intensas trabalham afogadas. Outro fator determinante para formação de uma barreira hidráulica é a chegada dos afluentes no Rio do Pinhal em ângulo igual a 90°.

Também é possível observar que as aduelas utilizadas acabam segurando materiais que deveriam seguir o curso normal, esse materiais acabam interferindo no escoamento das águas e aumentando a probabilidade de enchentes.

A seguir são apresentadas medidas específicas que foram identificadas para as Áreas de Risco de Alagamentos. Após esses itens são apresentadas todas as ações previstas neste programa, classificadas em função dos prazos de implantação.

Portanto, segue abaixo as áreas consideradas críticas, de acordo com o levantamento das áreas de risco apresentadas no Diagnóstico.

24.7.1 Área Crítica - 01

Lagoa localizada no bairro Parque do Limão, a montante de área sujeita a inundações, conforme exposto na **Figura 13** a seguir.

Há evidências, que o que ocorre no local objeto de estudo é o remanso do córrego afluente, causando alagamentos o trecho destacado na **Figura 13**, em virtude da sua baixa declividade longitudinal. Neste trecho foi evidenciado o subdimensionamento dos aparelhos hidráulicos de microdrenagem e também de macrodrenagem.

Figura 13 - Área de macrodrenagem no Bairro Parque do Limão



FONTE: GOOGLE EARTH (2015).

Para solução desse problema são sugeridas as seguintes ações.

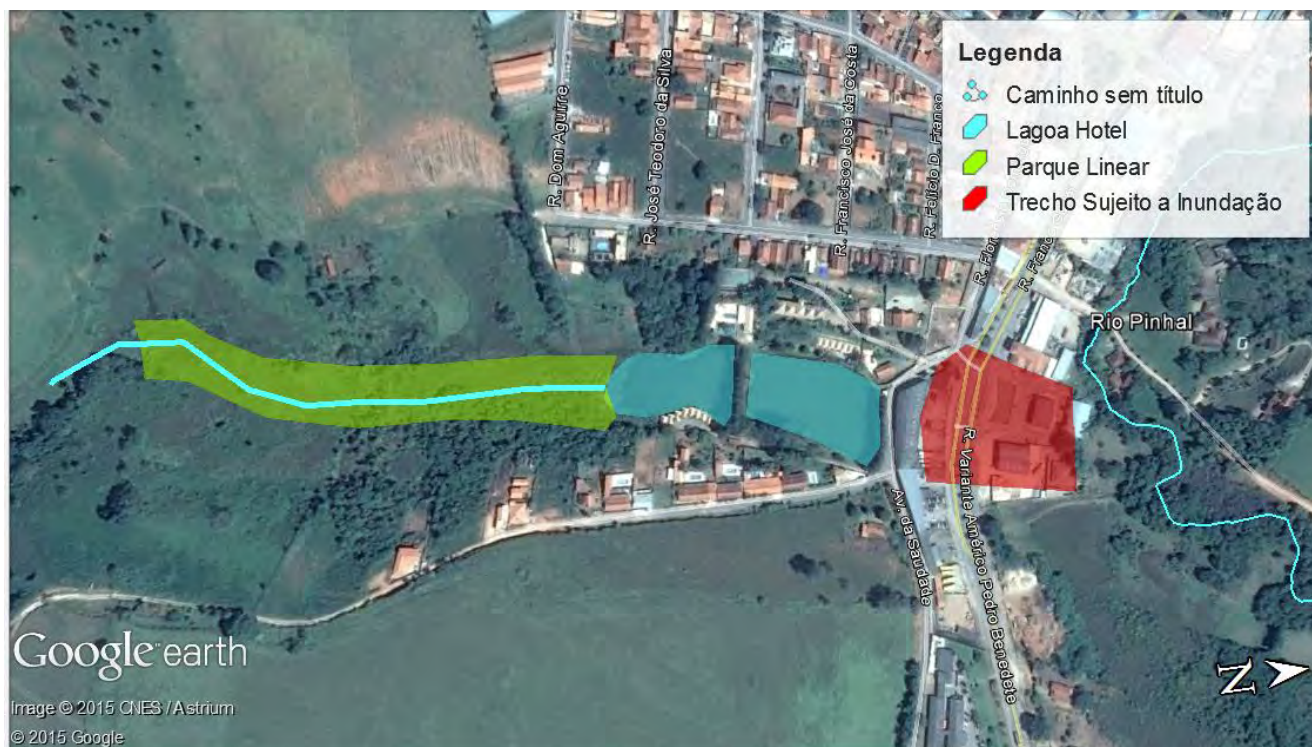
- Retificação de todo o trecho a jusante da Lagoa do Parque do Limão;
- Desassoreamento da Lagoa;
- Transformar a Lagoa em uma Bacia de Retenção;
- Ampliação e otimização das estruturas hidráulicas presentes na Lagoa;
- Remoção de edificações em áreas de risco;
- Manutenção e troca das manilhas para a vazão adequada prevendo a expansão da zona urbana;
- Criação de Parque Linear.

24.7.2 Área Crítica - 02

Trecho localizado na Região do Terminal Rodoviário de Pinhalzinho-SP, conforme exposto na **Figura 14** a seguir.

Há evidências, que o que ocorre no local objeto de estudo é o remanso do córrego afluente, causando alagamentos localizados na Rua Variante Américo Pedro Benedetti, em virtude da sua baixa declividade longitudinal. Neste trecho foi evidenciado o subdimensionamento dos aparelhos hidráulicos de microdrenagem e também de macrodrenagem.

Figura 14 - Área de macrodrenagem na região do Terminal Rodoviário de Pinhalzinho



FONTE: GOOGLE EARTH (2015).

Área com histórico de alagamentos devido ao remanso causado pelo aumento do nível do Rio Pinhal e insuficiência do raio hidráulico do curso d'água em suportar vazões extremas.

Para solução desse problema são sugeridas as seguintes ações:

- Desassoreamento da Lagoa, localizada dentro do “Park Hotel Modelo”;
- Transformar a Lagoa em uma Bacia de Retenção;
- Ampliação e otimização das estruturas hidráulicas presentes na Lagoa;
- Troca das manilhas para a vazão adequada prevendo a expansão da zona urbana;
- Manutenção do sistema de macrodrenagem no trecho;
- Criação parque linear.

24.7.3 Área Crítica - Trecho Rio Pinhal

Foram levantadas as intervenções no Rio Pinhal, como por exemplo, as canalizações, travessias aéreas e aduelas dentre outros equipamentos do sistema de macrodrenagem.

Estão evidenciados 07 importantes pontos de travessias, conforme apresentada na **Figura 15** a seguir. Essas travessias devem ser estudadas ponto a ponto com o objetivo de levantar quais estão subdimensionadas e devem ser realizadas reformas ou ampliações dos sistemas.

Figura 15 - Área de macrodrenagem no rio Pinhal



FONTE: GOOGLE EARTH (2015).

Para solução desse problema são sugeridas as seguintes ações:

- Desassoreamento do Rio Pinhal.
- Implantação de Bacia de Retenção in-line ou Reforma de Lagoa off-line;
- Ampliação e otimização das estruturas hidráulicas (Pontes, aduelas, etc.);
- Manutenção do sistema de macrodrenagem no trecho.

O **Quadro 7** apresenta as ações para atendimentos das demandas para o Programa de Adequação e Ampliação do Sistema de Macrodrenagem.

Quadro 7 - Programas de Obras e Serviços (Continua)

META		P3 – PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE MACRODRENAGEM	
ITEM	AÇÕES	OBJETIVOS	
Curto Prazo			
1	Mapear as áreas de inundação causadas por deficiências do sistema de macrodrenagem.	Levantamento Topográfico e cadastro técnico de todas as instalações de macrodrenagem urbana do município para regularização das obras subdimensionadas.	
2	Plano de Gestão de Manutenção e Operação.	Realização de fiscalizações programadas e periódicas visando identificação e retirada de obstruções na rede de drenagem assim como um planejamento para a execução da limpeza de galerias e canais.	
3	Identificar e Fiscalizar as ocupações irregulares em áreas de risco.	Elaborar a Revisão do Estudo de Área de Risco para a atual situação do município.	
4	Promover ações estruturais.	Implantar Bacias de Retenção de cheia conforme exposto acima.	
		Retificação de todo o trecho a jusante da Lagoa do Parque do Limão.	
		Retificação de todo o trecho a jusante da Lagoa do Parque do Limão.	
		Ampliação e otimização das estruturas hidráulicas presentes na Lagoa.	
		Transformar a Lagoa do Parque do Limão em uma Bacia de Retenção.	
		Desassoreamento da Lagoa, localizada dentro do “ <i>Park Hotel Modelo</i> ”.	
		Transformar a Lagoa do <i>Park Hotel</i> em uma Bacia de Retenção.	
		Ampliação e otimização das estruturas hidráulicas presentes na Lagoa do <i>Park Hotel</i> .	
		Troca das manilhas para a vazão adequada prevendo a expansão da zona urbana.	
Criação parque linear no trecho montante do <i>Park Hotel</i> .			

Quadro 7 - Programas de Obras e Serviços (Conclusão)

5	Implantar programa de supressão de ligações clandestinas de esgoto nas galerias de águas pluviais.	Reduzir poluição das águas dos principais corpos receptores do município e seus afluentes localizados na área urbana.
		Implantar Programa de monitoramento de ligações clandestinas de esgoto (teste do corante), de modo que os sistemas de drenagem urbana e de esgotos sanitários sejam totalmente independentes.
6	Desapropriação.	Remoção e reassentamento de famílias que moram em áreas ribeirinhas irregularmente e desapropriação de áreas e imóveis particulares em áreas sujeitas à inundação.
7	Manutenção do Sistema.	Garantir a proteção da população e bens públicos e privados, contra alagamentos, transbordamentos de cursos d'água e desmoronamento de encostas.
Médio Prazo		
8	Manutenção do Sistema.	Garantir a proteção da população e bens públicos e privados, contra alagamentos, transbordamentos de cursos d'água e desmoronamento de encostas.
Longo Prazo		
9	Manutenção do Sistema.	Garantir a proteção da população e bens públicos e privados, contra alagamentos, transbordamentos de cursos d'água e desmoronamento de encostas.
10	Elaborar projetos e implantar novos sistemas de Macrodrenagem de acordo com o surgimento de novas demandas.	Expansão dos dispositivos de Macrodrenagem, de acordo com o crescimento do município (áreas de expansão, tipo de empreendimento, número de domicílios a serem implantados).

24.8 Programa de implantação de sistema de monitoramento, previsão e alerta de enchentes.

As ações de emergência e contingência têm origem na necessidade de assegurar a continuidade dos processos e atendimento dos serviços, assim como acelerar a retomada e a normalidade em caso de sinistros de qualquer natureza.

Toda organização com potencialidades de geração de ocorrências anormais, cujas consequências possam provocar danos às pessoas, ao meio ambiente e a bens patrimoniais, inclusive de terceiros, devem ter como atitude preventiva um Plano de Emergência e Contingência. Esse contempla um planejamento tático a partir de uma determinada hipótese ou ocorrência de evento danoso.

Basicamente, uma emergência trata-se de uma situação crítica, acontecimento perigoso ou fortuito, incidente, caso de urgência, situação mórbida inesperada e que requer algum tipo de tratamento imediato.

Visando evitar hesitações ou perdas de tempo que possam causar maiores problemas em situação de crise, todos os agentes em grau de responsabilidade devem estar familiarizados com as ações. A equipe responsável deverá ter a possibilidade de decidir perante situações imprevistas ou inesperadas, devendo estar previamente definido o limite desta possibilidade de decisão.

Para que o Programa de Implantação de Sistema de Monitoramento, Previsão e Alerta De Enchentes atinja seus objetivos é proposto no **Quadro 8** às ações:

Quadro 8 - Programas de Obras e Serviços

P4 – PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO, PREVISÃO E ALERTA DE ENCHENTES.		
META	AÇÕES	OBJETIVOS
Curto prazo		
1	Elaborar Plano de Ações em eventos críticos junto a Defesa Civil.	A partir dos resultados obtidos através do Programa de emergência contra enchentes, definir as áreas de risco e pontos de alagamentos.
2	Contratar estudos para implantação dos Sistemas de Monitoramento, Previsão e Alerta de enchentes.	Propor a execução de medidas estruturais e não estruturais, de acordo com o levantamento de dados e estudos técnicos.
3	Reestruturação administrativa.	Promover programa de capacitação de pessoa e manter equipe técnica com conhecimento atualizado.
Médio Prazo		
4	Implantar sistema de previsão e alerta de enchentes integrado com a Defesa Civil.	Estabelecer um alerta sobre ocorrência de chuvas e possibilidade de inundações com antecipação.
Longo Prazo		
5	Informatizar o sistema de Alerta de Enchentes.	Aumentar a abrangência dos sistemas de alerta com a implantação de um sistema informatizado que abranja toda a região em consonância com outros órgãos.

24.9 Investimentos financeiros para atendimento das propostas

Para atendimento aos objetivos e metas estabelecidos no plano foram previstos os seguintes programas:

- Programa de Gerenciamento dos Serviços de Manejo de Águas Pluviais;
- Programa de Adequação do Sistema de Microdrenagem;
- Programa de Adequação do Sistema de Macrodrenagem;
- Programa de Implantação de Sistema de Monitoramento, Previsão e Alerta de Enchentes.

O resumo de investimentos durante o período de planejamento encontra-se apresentado no **Quadro 9** adiante.

O enquadramento das obras segundo a tipologia de curto, médio e longo prazo dependerá das prioridades a serem estabelecidas pela Prefeitura Municipal, através das secretarias envolvidas. No entanto, ressalta-se a dificuldade em hierarquizar os investimentos, pois a execução das obras não obedece a cronogramas facilmente estabelecidos, podendo ocorrer modificações e transformações na configuração municipal.

Quadro 9 - Programa de investimentos (Continua)

P1- GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS			
Implantação: CURTO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Reestruturação administrativa.	2016 - 2019	Custos administrativos
2	Elaboração de cadastro técnico de redes e instalações de macro e microdrenagem urbana.	2016 - 2019	R\$ 75.000,00
3	Elaboração de Plano Diretor de Drenagem Urbana.	2016 - 2019	R\$ 65.000,00
4	Medidas Estruturais e não estruturais.	2016 - 2019	R\$ 1.200.000,00
		Total	R\$ 1.340.000,00
P2 – PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE MICRODRENAGEM			
Implantação: CURTO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Adequação do Sistema de microdrenagem.	2016 -2019	R\$ 950.000,00
2	Manutenção das redes de microdrenagem.	2016 - 2019	R\$ 800.000,00
3	Elaborar estudos e projetos de adequação da microdrenagem em caso de identificação de novos pontos de alagamento.	2016 -2019	R\$ 90.000,00
4	Implantar programa de supressão de ligações clandestinas de esgoto nas galerias de águas pluviais.	2016 - 2019	R\$ 1.200.000,00
		Total	R\$ 3.040.000,00

Quadro 9 - Programa de investimentos (Continua)

P3 – PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE MACRODRENAGEM			
Implantação: CURTO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Mapear as áreas de inundação causadas por deficiências do sistema de macrodrenagem.	2016	R\$ 70.000,00
2	Plano de Gestão de Manutenção e Operação.	2029	R\$ 45.000,00
3	Identificar e Fiscalizar as ocupações irregulares em áreas de risco.	2016 - 2019	R\$ 30.000,00
4	Promover ações estruturais.	2016 - 2019	R\$ 3.500.000,00
5	Implantar programa de supressão de ligações clandestinas de esgoto nas galerias de águas pluviais.	2016 - 2019	R\$ 1.250.000,00
6	Desapropriação.	2016 - 2019	R\$ 1.500.000,00
7	Manutenção do Sistema.	2016 - 2019	R\$ 96.000,00
		Total	R\$ 6.491.000,00
P4 – PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO, PREVISÃO E ALERTA DE ENCHENTES.			
Implantação: CURTO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Elaborar Plano de Ações em eventos críticos junto a Defesa Civil.	2019	R\$ 75.000,00
2	Contratar estudos para implantação dos Sistemas de Monitoramento, Previsão e Alerta de enchentes.	2017	R\$ 65.000,00
3	Reestruturação administrativa.	2016	Custos administrativos
		Total	R\$ 140.000,00

Quadro 9 - Programa de investimentos (Continua)

MÉDIO PRAZO			
P1- GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS			
Implantação: MÉDIO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Gerenciamento dos Planos Diretores específicos para drenagem urbana.	2020 - 2023	R\$ 144.000,00
		Total	R\$ 144.000,00
P2 – PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE MICRODRENAGEM			
Implantação: MÉDIO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Promover ações estruturais e não estruturais.	2020 - 2023	R\$ 950.000,00
2	Manutenção das redes de microdrenagem.	2020 -2023	R\$ 720.000,00
		Total	R\$ 1.670.000,00
P3 – PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE MACRODRENAGEM			
Implantação: MÉDIO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Manutenção do Sistema.	2020-2023	R\$ 950.000,00
		Total	R\$ 950.000,00
P4 – PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO, PREVISÃO E ALERTA DE ENCHENTES.			
Implantação: MÉDIO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Implantar sistema de previsão e alerta de enchentes integrado com a Defesa Civil.	2020	R\$ 95.000,00
		Total	R\$ 95.000,00

Quadro 9 - Programa de investimentos (Conclusão)

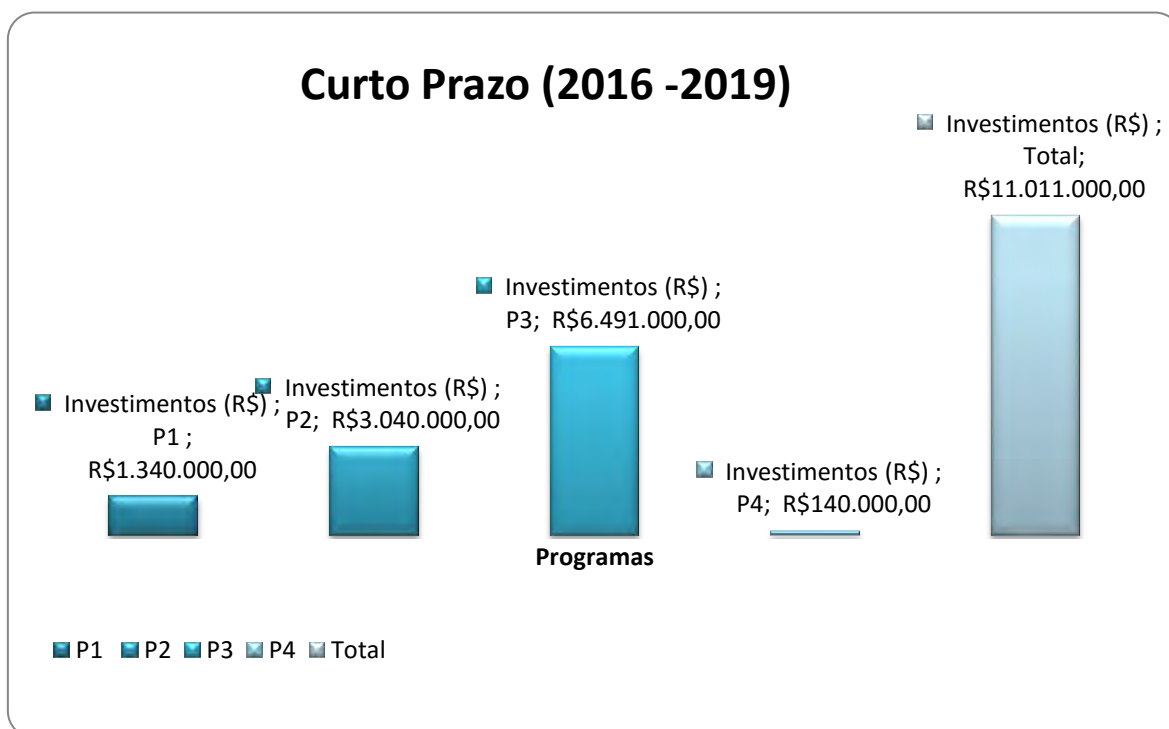
LONGO PRAZO			
P1- GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS			
Implantação: LONGO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Manutenção do Sistema Administrativo.	2024-2035	R\$ 1.250.000,00
		Total	R\$ 1.250.000,00
P2 – PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE MICRODRENAGEM			
Implantação: LONGO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Elaborar projetos e implantar novos sistemas de microdrenagem de acordo com o surgimento de novas demandas.	2024-2035	R\$ 4.650.000,00
		Total	R\$ 4.650.000,00
P3 – PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE MACRODRENAGEM			
Implantação: LONGO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Manutenção do Sistema.	2024 – 2035	R\$ 1.250.000,00
2	Elaborar projetos e implantar novos sistemas de Macrodrenagem de acordo com o surgimento de novas demandas.	2024 – 2035	R\$ 5.000.000,00
		Total	R\$ 6.250.000,00
P4 – PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO, PREVISÃO E ALERTA DE ENCHENTES.			
Implantação: MÉDIO PRAZO			
Item	Ações	Implantação	Investimentos
1	Manutenção e informatização do sistema de Alerta de Enchentes.	2024-2035	R\$ 120.000,00
		Total	R\$ 120.000,00

24.10 Evolução temporal dos investimentos

24.10.1 Investimento de curto prazo

A **Figura 16** apresenta os investimentos necessários para implantação dos programas de curto prazo.

Figura 16 - Investimento de curto prazo (2016 – 2019)



24.10.2 Investimento de médio prazo

A **Figura 17** apresenta os investimentos necessários para implantação dos programas de médio prazo.

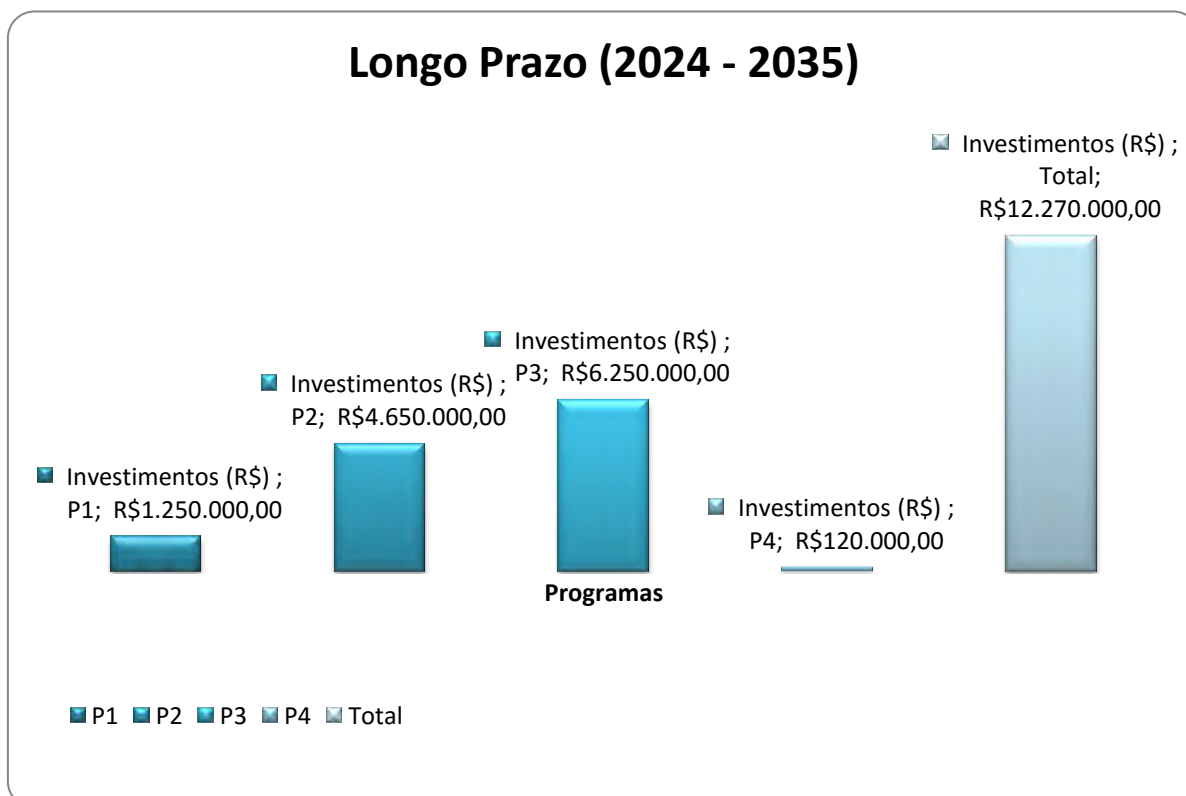
Figura 17 - Investimento de médio prazo (2020 – 2023)



24.10.3 Investimento de longo prazo

A **Figura 18** apresenta os investimentos necessários para implantação dos programas de longo prazo.

Figura 18 - Investimento de longo prazo (2024 – 2035)



24.11 Fontes de financiamento

Os recursos de terceiros destinados ao Saneamento Básico, no âmbito do mercado interno de recursos financeiros, provêm em sua maior parte, dos recursos do FGTS, aportes do BNDES e outras fontes de recursos, como os obtidos pela cobrança pelo uso da água.

Existem, também, outras fontes externas de recursos de terceiros, representadas pelas agências multilaterais de crédito, tais como: o BIRD (Banco Mundial), BID e JBIC (Banco Japonês), os mais importantes, de acesso mais restrito aos agentes prestadores dos serviços.

A fonte primária de recursos para o setor de saneamento se constitui nas tarifas, taxas e preços públicos, porém na vertente do saneamento básico, representada pelo sistema de drenagem e manejo de águas pluviais, deve predominar as taxas, impostos específicos ou gerais.

A implantação e gestão dos sistemas de drenagem urbana implicam na mobilização de uma quantidade significativa de recursos financeiros. Para garantir a sustentabilidade financeira destes serviços, é possível estabelecer modalidades de captação de recursos. Dentre estas modalidades estão os impostos, as taxas (podendo ser fixas ou calculadas com base em parâmetros físicos) e os pagamentos correspondentes a um consumo urbano.

É muito importante que sejam adotados mecanismos de financiamento adequado para os serviços de drenagem e manejo de águas pluviais, podendo-se tomar como exemplo alguns municípios que já possuem sistemas de cobrança, adaptando-se para a cidade de Pinhalzinho – SP.

24.12 Alternativas para o atendimento das demandas

O presente item aborda as diretrizes que consistem em alternativas não excludentes e que podem ser implantadas no município, buscando o cumprimento dos objetivos e metas propostos no presente PMSB.

Para cada uma das alternativas apresentadas são previstas diversas ações que deverão ser tomadas para o atendimento das metas.

As alternativas para atendimento das demandas podem ser realizadas de duas maneiras: estruturais e não estruturais.

24.13 Medidas Não Estruturais

As medidas não estruturais têm caráter legal e institucional e que procuram disciplinar a urbanização de tal forma a minimizar os seus efeitos no regime hídrico das bacias. Busca-se, reduzir os impactos com a aplicação de medidas e princípios que visam reduzir o risco hidrológico e a interferência causada por ações antrópicas às condições naturais.

As medidas incluem ações como reestruturação administrativa, zoneamento das áreas de inundação, previsões de cheias, seguros de inundações, legislação pertinente, sistema de alerta a inundações e planos diretores específicos para

drenagem. Sua efetividade depende da participação da população e da fiscalização constante do crescimento da cidade e da ocupação de áreas de forma irregular.

24.14 Medidas Estruturais

As medidas estruturais representam interferências nas características do escoamento. As medidas estruturais são responsáveis pelo direcionamento e controle do fluxo das águas pluviais, principalmente de grandes precipitações, atribuindo novas estruturas e fazem uso da implantação de obras que modificam o sistema natural para a retenção ou contenção do escoamento, como, por exemplo, a construção de reservatórios, diques e canalizações abertas e fechadas.

As medidas estruturais de controle na fonte visam retardar e reduzir o escoamento com a ajuda dos dispositivos de controle, canalizações bem dimensionadas e estruturas de retenção dos deflúvios. Alguns dos exemplos típicos de dispositivos de infiltração são as valas de infiltração, pavimentos porosos, trincheiras de infiltração e valas gramadas, a serem apresentados mais adiante. Estes dispositivos têm a função de destinar a água para a sua absorção pelo solo, o que reduz a quantidade de água no sistema pluvial.

24.15 Apresentação das medidas não estruturais

Para a implementação das medidas aqui propostas, a seguir serão apresentados modelos de gestão e fiscalização dos serviços de drenagem urbana e manejo das águas pluviais do município de através de alternativas institucionais, jurídicas e econômico-financeiras.

24.15.1 Setorização do Gerenciamento de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais

O Departamento deve ser exclusivamente municipal e independente de prestadores de serviços próprios da municipalidade.

A proposta de criação de setor pode estar associada à alguma secretaria, de forma que funcione como um mecanismo de articulação e integração entre o setor de saneamento básico e outros setores relacionados (saúde, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, educação), na medida em que sua composição abrange atores de diferentes setores (representantes das várias Secretarias Municipais). Desta forma propõe-se a criação de um Departamento Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais, tendo as seguintes funções:

- Manejo do Sistema Municipal de Informações sobre Saneamento Básico;
- Atualização da base cadastral urbana;
- Apoio e reciprocidade de ação junto ao Prestador e ao Ente Regulador dos serviços;
- Elaboração dos insumos necessários para revisão e atualização do Plano, nos termos da lei;

- Organização de campanhas de comunicação social, visando à conscientização da população no que se refere aos temas relacionados ao saneamento básico;
- Organização de oficinas e consultas públicas para a discussão de temas relacionados com o Plano.

Com a criação do departamento, os serviços de drenagem urbana do município de Pinhalzinho-SP devem passar pelos seguintes procedimentos:

- Avaliação dos projetos de novos empreendimentos: os novos empreendimentos devem atender as normas vigentes, quanto à drenagem urbana, excetuando a parte ambiental, que é de atribuição do órgão ambiental;
- Fiscalização da implantação dos projetos: verificação se os projetos aprovados atenderam o que foi estabelecido no licenciamento do mesmo;
- Operação e manutenção: trata da manutenção da rede de drenagem, incluídos todos os dispositivos hidráulicos da rede, como os reservatórios de detenção, retenção e outros dispositivos. Esta manutenção envolve: limpeza e retirada de resíduos sólidos e sedimentos, recuperação de dispositivos danificados, garantindo que os dispositivos funcionem de acordo com o seu projeto;
- Avaliação e revisão de normas implementadas pelo Plano de Saneamento Básico e pelo Plano Diretor de Drenagem Urbana: estas atividades tratam da avaliação permanente da efetividade das normas estabelecidas para a cidade quanto à prevenção de inundações e alagamentos no sistema de drenagem, custos de manutenção e medidas preventivas, efetividade da obediência de normas, entre outros.

Tratam também das propostas de revisão das normas que venham a corrigir os problemas identificados e também executar a implementação das diferentes etapas do Plano Diretor de Drenagem.

24.15.2 Plano Diretor de Drenagem Urbana

O Plano Diretor de Drenagem Urbana (PDDrU) é um instrumento de planejamento que tem como objetivo criar os mecanismos de gestão da infraestrutura urbana relacionados com o escoamento das águas pluviais e dos cursos d'água na área urbana. Com isso, visa evitar perdas econômicas e melhorar as condições de saúde e meio ambiente da cidade.

No entanto, o município não possui um Plano Diretor de Drenagem Urbana, assim, deverá ser elaborado em Médio Prazo o Plano Diretor de Drenagem Urbana (PDDrU) do município, com base nos seguintes princípios essenciais:

- O PDDrU deve fazer parte do Plano Diretor Participativo do Município, a drenagem faz parte da infraestrutura urbana, portanto deve ser planejada em conjunto com os outros sistemas urbanos constantes neste Plano. Ainda, deverá ser articulado com outros planos, tais como o de Mobilidade Urbana e Planejamento;

- O escoamento durante os eventos chuvosos não pode ser ampliado pela ocupação da bacia, tanto num simples loteamento como nas obras de macrodrenagem existentes no ambiente urbano. Isto se aplica tanto a um simples aterro urbano como também se aplica à construção de pontes, rodovias e impermeabilização dos espaços urbanos. O princípio é de que cada usuário urbano não deve ampliar a cheia natural;
- O plano de controle da drenagem urbana deve contemplar as bacias hidrográficas sobre as quais a urbanização se desenvolve. As medidas não podem reduzir o impacto de uma área em detrimento de outra, ou seja, os impactos de quaisquer medidas não devem ser transferidos. Caso isso ocorra deve-se prever medidas mitigadoras;
- O plano deve prever a minimização do impacto ambiental devido ao escoamento pluvial, através da compatibilização com o planejamento do saneamento ambiental, controle de materiais sólidos e a redução da carga poluente das águas pluviais que escoam para o sistema fluvial externo à cidade;
- A regulamentação do PDDrU deve contemplar o planejamento das áreas a serem desenvolvidas e a densificação das áreas atualmente loteadas. Depois que a bacia ou parte dela estiver ocupada, dificilmente o poder público terá condições de responsabilizar aqueles que estiverem ampliando a cheia, portanto, se a ação pública não for realizada preventivamente através do gerenciamento, as consequências econômicas e sociais futuras serão muito maiores para o município;
- O controle de cheias é realizado através de medidas estruturais e não estruturais, que dificilmente estão dissociadas. As medidas estruturais envolvem grande quantidade de recursos e resolvem somente problemas específicos e localizados, o que não significa que este tipo de medida seja totalmente descartada. A política de controle de cheias certamente poderá chegar a soluções estruturais para alguns locais, mas dentro da visão de conjunto de toda a bacia, onde estas estão racionalmente integradas com outras medidas preventivas (não estruturais) e compatibilizadas com o esperado desenvolvimento urbano. O controle deve ser realizado considerando a bacia como um todo e não trechos isolados;
- Valorização dos mecanismos naturais de escoamento na bacia hidrográfica, preservando, quando possível, os canais naturais;
- Integrar o planejamento setorial de drenagem urbana, esgotamento sanitário e resíduos sólidos. O fundamental é que a drenagem esteja integrada com outros aspectos dos recursos hídricos urbanos;
- Os meios de implantação do controle de cheias são o Plano Diretor Urbano, as Legislações Municipal/Estadual e o Manual de Drenagem. O primeiro estabelece as linhas principais, as legislações controlam e o Manual orienta;
- Controle permanente: o controle de cheias é um processo permanente; não basta que se estabeleçam regulamentos e que se construam obras de proteção; é necessário estar atento às potenciais violações da legislação na expansão da ocupação do solo das áreas de risco; nenhum espaço de risco deve ser desapropriado se não houver uma imediata ocupação pública que evite a sua invasão; a comunidade deve ter uma participação nos anseios, nos planos, na sua execução e na contínua obediência das medidas de controle de cheias;

- A educação de engenheiros, arquitetos, agrônomos e geólogos, entre outros profissionais, da população e de administradores públicos é vista como essencial para que as decisões públicas sejam tomadas conscientemente por todos;
- O custo da implantação das medidas estruturais e da operação e manutenção da drenagem urbana, como uma tendência do planejamento de drenagem atualmente empregado nas grandes cidades, devem ser transferidos aos proprietários dos lotes, proporcionalmente à sua área impermeável, que é a geradora de volume adicional, com relação às condições naturais;
- O conjunto destes princípios prioriza o controle do escoamento urbano na fonte, distribuindo as medidas para aqueles que produzem o aumento do escoamento e a contaminação das águas pluviais.

24.15.3 Regulamentação de zona inundável

As zonas de inundação ao longo dos cursos d'água possuem a função de acomodar os volumes excedentes ao canal principal durante eventos de cheia.

Essas regiões são comumente ocupadas por populações de baixa renda, uma vez que possuem solos frágeis e com risco de inundações eminentes, por isso essas áreas não despertam grande interesse no mercado imobiliário. Entretanto, em algumas situações, estas áreas são aterradas e ocupadas por empreendimentos para diversos fins. Em ambos os casos são gerados prejuízos significativos ao regime hídrico.

- A gestão de áreas de várzea possui os seguintes objetivos:
- Adotar uma regulamentação eficiente;
- Aprimorar as práticas locais de uso do solo e ocupação de áreas sujeitas à inundação;
- Oferecer um programa equilibrado de medidas para reduzir as perdas causadas pelas inundações;
- Reduzir a dependência de auxílios locais e federais durante situações de emergência;
- Minimizar os impactos negativos da qualidade da água;
- Fomentar a criação e/ou preservação de áreas verdes com os devidos benefícios ecológicos em áreas urbanas.

O município de Pinhalzinho possui áreas urbanas em expansão o que tende a suprimir as áreas de várzea. Com isso, a administração municipal deve se basear na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) para assegurar a preservação dessas áreas minimizando a necessidade de intervenções para o controle de inundações.

Neste contexto, destaca-se a recente Lei Federal nº 12.651/12 que dispõe sobre as Áreas de Preservação Permanente (APP) delimitadas de acordo com as seguintes regras:

- a) As faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

b) As áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura

mínima de:

- 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;
- 30 (trinta) metros, em zonas urbanas.

c) As áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento.

d) As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros.

Visando à implementação de uma regulamentação mais eficiente a nível municipal, sugere-se que as Áreas de Preservação Permanente sejam disciplinadas pelo Plano Diretor e pela legislação municipal de uso e ocupação do solo incorporando a elas o zoneamento de inundação. Este zoneamento é elaborado a partir do mapeamento das áreas de inundação para uma cheia com o tempo de recorrência de 100 anos ou a maior registrada. Dentro dessa área, são definidas diferentes faixas de acordo com o risco hidrológico como:

Faixa 1: Zona de passagem de enchente: esta área deve ser mantida livre, pois qualquer tipo de obstrução reduz a seção de escoamento aumentando os níveis a montante;

Faixa 2: Zona com restrições de ocupação: esta área representa o restante da superfície inundável, onde podem ocorrer com pequenas profundidades e baixas velocidades. Poderiam ser permitidos usos como: parques, agricultura e edificações protegidas contra enchentes;

Faixa 3: Zona de baixo risco hidrológico: área com baixa probabilidade de inundações, não necessita de regulamentação, porém a população deve ser informada sobre o risco hidrológico ao qual está sujeita.

24.16 Diretrizes para tratamento de fundo de vale

O termo “fundo de vale” é comumente empregado para denominar os rios, córregos e suas várzeas, especialmente quando esses entes são analisados em ambiente urbanizado e já modificado, ou seja, na cidade, onde suas características naturais já foram bastante alteradas. Isto também porque em grande parte dos casos não há mais vegetação propriamente dita em suas áreas ciliares e ripárias

O “tratamento” das áreas de fundo de vale deve ser visto como o estabelecimento de serviços, manutenções ou ainda preservação e manejo do ecossistema existente nessas áreas de modo a inseri-la no ambiente urbano, entretanto, o que se vê na prática é o abandono destas áreas em virtude da situação de degradação e poluição em que se encontram.

Com o desenvolvimento dos núcleos urbanos, tais locais sofrem alterações significativas que geram impactos sobre os cursos d’água de natureza física, química e biológica. Citam-se como impactos:

- Físicos: aumento do volume e da velocidade de escoamento superficial das águas pluviais; redução da capacidade de infiltração e, conseqüentemente, da recarga de aquíferos; canalização de cursos d’água. Resultam no aumento da frequência e intensidade das inundações e de processos erosivos;
- Químicos e biológicos: poluição difusa causada por lançamentos de efluentes domésticos e industriais sem o devido tratamento; poluição visual; eutrofização dos corpos hídricos; contaminação por metais pesados.

Como consequência, o baixo valor econômico agregado e a falta de atenção e interesse do poder público para estas áreas atraem a parcela mais pobre da população, com baixa capacidade de aquisição de terrenos regulares. Desta forma, ocupam tais áreas sem implantar nenhum tipo de infraestrutura, piorando de forma cada vez mais acelerada a situação de abandono, degradação e poluição.

A importância do tratamento de fundo de vale cria uma oportunidade para a valorização da presença da água, através da criação de espaços de lazer integradas a medidas de redução de impactos de inundações, contribuindo para a preservação dos ecossistemas aquáticos no meio urbano. Podem ser listadas como medidas para tratamento de fundo de vale:

- Remoção e reassentamento de famílias que moram em áreas ribeirinhas irregularmente e desapropriação de áreas e imóveis particulares em áreas sujeitas à inundações;
- Limpeza dos cursos d’água e fundos de vale;
- Recuperação e revitalização de áreas ribeiras e das matas ciliares ao longo de cursos d’água naturais;
- Na impossibilidade da recuperação das matas ciliares, adotar adequados materiais de revestimento e estabilização de leito e margens, reduzindo os processos erosivos de modo a influenciar o mínimo possível no regime hidráulico e hidrológico original;

- Identificação de áreas de restrição de ocupação em fundos de vale, com vistas à proteção de ecossistemas, redução dos riscos causados por inundações;
- Construção de bacias de retenção integradas ao projeto urbanístico, por meio da criação de áreas de lazer e uso social, tais como praças e parques lineares, recuperando o valor social, natural e econômico;
- Desenvolvimento de instrumentos legais para regulamentação de soluções em drenagem pluvial.

Trata-se, portanto, de um contraponto à antiga cultura de utilizar medidas estruturais tais como canalizar e córregos, que por sua vez tornam-se subdimensionados com a evolução dos núcleos urbanos e crescimento das áreas impermeabilizadas.

O **Anexo IV**, apresenta a avenida que deverá ser objeto do estabelecimento de serviços, manutenções ou ainda preservação e manejo dos ecossistemas acima descritos.

24.17 Apresentação das medidas estruturais

24.17.1 Controle do escoamento superficial

O presente capítulo trata de diretrizes que consistem em alternativas não excludentes e que podem ser implantadas no município, buscando o cumprimento dos objetivos e metas propostos no presente plano.

As medidas de controle na fonte apresentam um novo paradigma para a cidade, que é a convivência com as suas águas. Elas apresentam soluções que melhoram as condições gerais de uma região, uma vez que, em geral, elas produzem impactos inferiores àqueles gerados pelas medidas estruturais.

Em relação aos problemas advindos da não interferência nos novos loteamentos no meio ambiente, mais especificamente, na dinâmica dos recursos hídricos de sub-bacias urbanas frente às precipitações experimentadas, cabe à prefeitura e às secretarias, controlar o incremento das vazões e dos volumes escoados por novos empreendimentos, de forma a não se permitir a transferência de problemas para jusante, prejudicando, assim, edificações ou outras infraestruturas quaisquer já implantadas. Entende-se assim, que o controle deverá se dar preferencialmente na fonte, sendo de responsabilidade dos novos empreendimentos liberarem as águas pluviais para jusante de forma compatível às condições anteriores à ocupação.

As diretrizes para o controle de escoamentos na fonte devem adotar soluções que favoreçam o armazenamento, a infiltração e a percolação, ou a jusante, adotando-se bacias de retenção, e tem que levar em consideração as características topográficas locais e listar as soluções de controle que melhor se adaptariam a toda nova impermeabilização do território.

Uma das maneiras de se realizar o controle de escoamento na fonte é por meio de dispositivos instalados na escala dos lotes. Estes atuam como redutores dos volumes escoados e na redução de poluição difusa. Os dispositivos podem atuar na infiltração, armazenamento ou na cominação desses processos.

Para ser incentivada a implantação dos dispositivos de controle de escoamento é necessário regulamentação e disciplinamento do manejo de águas pluviais do município.

A proibição de lançamento de águas pluviais sem o controle de escoamento superficial, após a implantação de construções, torna-se necessário um período de adequação das propriedades. Cabe ao poder público, planejar o sistema de manejo de águas pluviais principal (macrodrenagem) e analisar a necessidade de implantação de medidas estruturais para o controle de volumes de cheia mais significativo.

Os dispositivos mais comuns de controle de escoamento superficial direto são:

24.17.2 Faixas gramadas

As faixas gramadas recebem o escoamento superficial de áreas impermeáveis e aumentam a propriedade de infiltração antes que o volume de água seja lançado na rede de drenagem.

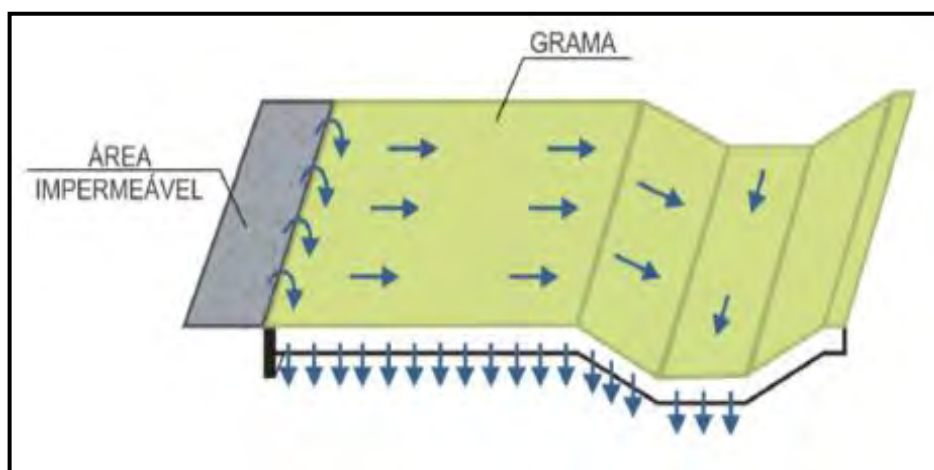
Além disso, esse sistema ajuda na remoção de parte dos sedimentos carregados com as águas pluviais. Ajudam no aspecto paisagístico do local e podem ser úteis também em regiões ribeirinhas.

No entanto, sua aplicação na área urbana depende da topografia local, das condições de infiltração e a remoção de poluentes dependerá dos comprimentos percorridos pelo escoamento até a rede de drenagem.

A manutenção desse dispositivo é semelhante ao tratamento de áreas verdes.

A **Figura 19** a seguir apresenta modelo de dispositivo para controle de escoamento.

Figura 19 - Dispositivo de controle de escoamento – Faixas Gramadas.



Fonte: Urban Drainage and Flood Control District (1992).

24.17.3 Pavimentos porosos ou permeáveis

A pavimentação asfáltica tradicional detém de uma taxa de impermeabilidade bastante elevada em comparação com novas tecnologias de pavimentos porosos.

A substituição desse tipo de material pode ser utilizada em áreas externas de zonas comerciais, edifícios e áreas de estacionamento.

No entanto, este tipo de dispositivo é mais caro, pois necessita de um quadriculado de concreto para que se mantenha no lugar, podendo ser utilizado até em zonas residenciais de baixo tráfego.

Esses blocos de concretos são perfurados e assentados sobre brita e areia e com vazios preenchidos com areais ou plantação de grama. Além de permitir a infiltração, retém o material particulado grosso.

Segundo (Tomaz, 2009) O conceito de pavimento poroso foi desenvolvido nos anos 1970, no Franklin Institute na Filadélfia, PA, USA. O pavimento poroso pode ser construído em asfalto ou concreto e Permite que as águas pluviais que caem sobre o pavimento percolem no solo abaixo.

O pavimento poroso consiste de um pavimento de asfalto ou concreto onde não existem os agregados finos, isto é, partículas menores que 600 μ m (peneira número 30). O asfalto tem agregados com vazios de 40% e o concreto com 17%.

A **Figura 20** a seguir apresenta modelo de dispositivo para controle de escoamento.

Figura 20 - Dispositivo de controle de escoamento – Pavimento poroso



Fonte: Water Pollution Prevention Program (2014).

Pavimentos porosos desenvolvidos pela Escola Politécnica (Poli) da USP são capazes de absorver com facilidade e rapidez a água da chuva e podem ajudar a reduzir os impactos das enchentes. Um experimento da pesquisa contendo os dois tipos de pavimento – um feito com placas de concreto e outro com asfalto comum misturado a aditivos – foi desenvolvido em um dos estacionamentos da Poli e conseguiu reter praticamente 100% das águas das chuvas dos meses de janeiro e fevereiro deste ano.

24.17.4 Bacias de detenção e de retenção

As bacias de detenção são reservatórios secos que recebem o escoamento de um curso d'água e possui uma estrutura de controle de saída reduzindo as vazões efluentes e armazenamento temporariamente o volume excedente. A única diferença entre as estruturas de detenção e retenção está no fato de que as bacias de retenção possuem um espelho d'água permanente.

As bacias de detenção e retenção normalmente são mais onerosas e a sua implantação está diretamente relacionada a um estudo de toda a bacia hidrográfica. Por esta razão, este tipo de alternativa deve ser estudada no âmbito do Plano Diretor de Drenagem Urbana.

24.17.5 Poço de infiltração

São reservatórios verticais escavados no solo com material poroso que promove a infiltração pontual no terreno reduzindo o escoamento em áreas impermeabilizadas. A vantagem desse dispositivo é que ocupam pequena área superficial.

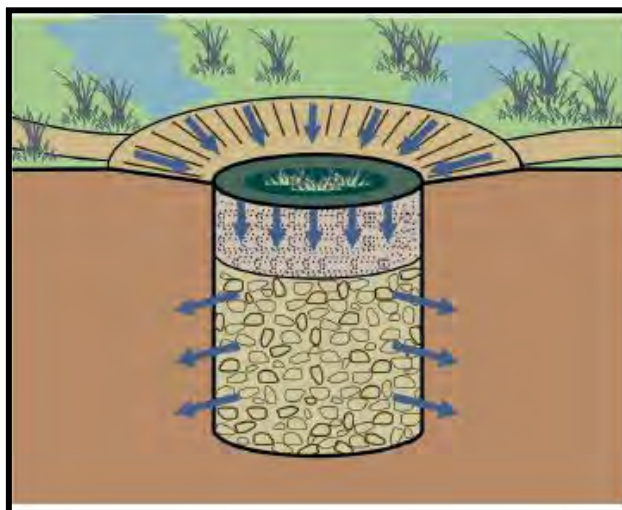
A infiltração das águas pelos poços contribui para a alimentação da vegetação circundante e do lençol subterrâneo, sendo esta técnica utilizada em alguns países exclusivamente para fins de recarga de aquíferos.

Outra vantagem dessa técnica é de poder ser implantada em zonas permeáveis ou zonas onde a camada superficial é pouco permeável, todavia apresentam capacidades significativas de infiltração nas camadas mais profundas.

Essa técnica possibilita uma boa integração com o meio ambiente urbano, pois ocupa pequenos espaços e é bastante discreto.

A **Figura 21** a seguir apresenta modelo de dispositivo para controle de escoamento.

Figura 21 - Dispositivo de controle de escoamento – Poço de infiltração



Fonte: Manual de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais do município de São Paulo (2012).

24.17.6 Valas, valetas e planos de infiltração

Valetas gramadas podem ser utilizadas para coletar o escoamento superficial urbano ao longo de ruas e estradas, por exemplo, substituindo as guias.

Podem ser parte do plano de minimizar as áreas diretamente conectadas. São projetadas para permitir o escoamento a baixas velocidades e pequenas lâminas, de forma que diminuam as vazões para lançamento no corpo receptor e aumentem a oportunidade de infiltração.

Não são muito eficientes na remoção de poluentes para eventos de chuva mais intensa, mas podem eliminar o escoamento superficial proveniente de chuvas mais fracas.

A manutenção dessas valetas é essencial e deve ser feita com frequência, elevando os custos.

24.17.7 Diretrizes para o reuso da água pluvial

A impermeabilização excessiva das superfícies urbanizadas leva a modificar o padrão dos escoamentos das águas de chuva e reduz a infiltração no solo. Dessa forma, as consequências diretas são os problemas de alagamentos em áreas úteis da cidade e inundações nas margens ocupadas dos rios e riachos. Também a redução da capacidade de infiltração das superfícies não só resulta em mais água escoando superficialmente, como impede que essas águas alimentem os lençóis freáticos e aquíferos.

Embora haja limites nas atribuições da Prefeitura para tomar medidas e realizar ações no sentido proposto, esta deverá contribuir para disseminar novas formas de provimento as necessidades da comunidade de uso da água, sendo uma delas a utilização das águas das chuvas.

Nem todos os usos requerem água com o padrão de potabilidade requerido para a dessedentação, preparo de alimentos, etc. Certos usos como a rega de jardins, lavagem de equipamentos, dentre outros, podem ser realizados com águas que não tenham necessariamente passado pelo processo de tratamento convencional.

Podem ser listados alguns usos das águas pluviais e a correspondente qualidade requerida para suas águas:

- Regar plantas;
- Aspersões de irrigação;
- Combate a incêndios;
- Descarga no vaso sanitário;
- Lavagem de roupas e carros (tratamento higiênico é necessário devido ao possível contato humano com a água).

Mesmo em localidades com excedentes hídricos climáticos e com abundância de mananciais, há atualmente a crescente consciência quanto à importância de se reduzir a pressão sobre o uso de água tratada, visando à potabilidade, o que representa ganhos ambientais, mas também econômicos e financeiros.

24.18 Estratégia de controle de sistemas integrados – águas pluviais e esgoto doméstico

No município existem diversos lançamentos irregulares de esgoto doméstico, no sistema de drenagem urbana, como visto no diagnóstico, o que afeta diretamente a qualidade dos cursos d'água, que cortam o município.

A Secretaria de Obras realiza a fiscalização acerca dessas situações, no entanto, encontra dificuldade em manter os cursos d'água livres de lançamentos clandestinos, uma vez que trata-se de uma carga de poluição de origem difusa.

24.19 Diretrizes para controle da poluição de cargas difusas

A poluição difusa pode ser definida como os poluentes que se depositam de forma esparsa sobre a área de drenagem de uma determinada bacia hidrográfica e que chegam aos corpos hídricos de forma intermitente, associadas a eventos de precipitação, oriunda de diversos lugares e sendo difícil associá-las a um ponto de origem específico. As águas pluviais ao entrarem em contato com a superfície de áreas urbanizadas carregam diversos poluentes causando a poluição destas águas, e conseqüentemente, dos corpos d'água receptores tais como rios, lagos e aquíferos subterrâneos.

O controle da poluição difusa deve ser feito através de ações sobre a bacia hidrográfica, de modo a se ter redução das cargas poluidoras antes do lançamento da drenagem no corpo receptor. Este tipo de controle é alcançado pela adoção de um conjunto de medidas capazes de reduzir o potencial poluidor das águas de drenagem, chamadas de medidas ótimas para gerenciamento das cargas difusas. Além das medidas relacionadas ao controle da quantidade de água proveniente do escoamento

superficial, os sistemas de manejo de águas pluviais devem buscar a integração destas medidas com o controle da poluição difusa. Usualmente prevê-se a implantação de um conjunto de medidas de controle, para que se ganhe na eficiência e minimizem-se os custos, visto que não há uma medida que por si só resolva todo o problema.

Algumas medidas adotadas com as estruturais e não estruturais agem como forma de prevenção e controle da emissão dos poluentes. As medidas preventivas são as mais eficientes na relação custo benefício, diminuindo a quantidade de cargas difusas sobre as superfícies urbanas.

24.20 Medidas mitigadoras

A seguir são apresentadas medidas mitigadoras de riscos inerentes aos sistemas de drenagem urbana.

O assoreamento em cursos d'água e em sistemas de manejo de águas pluviais ocorre em consequência de processos erosivos e movimentos de terra na área da bacia. Em áreas urbanas, a ocupação de encostas, a remoção da cobertura vegetal e a implantação de novos empreendimentos são os principais contribuintes para esse processo que acaba causando a redução da capacidade hidráulica de escoamento e aumento da frequência de inundações.

A regulamentação do uso e ocupação do solo deve observar as condições geomorfológicas e apresentar um zoneamento indicando as áreas próprias, com restrições e impróprias à ocupação, o que minimizará o assoreamento.

24.21 Diretrizes para controle do assoreamento de cursos d'água

Os principais objetivos buscados com estas recomendações são:

- Uso de dispositivos para os quais se dispõem de modelação matemática que possa dar suporte às decisões de dimensionamento;
- Adequação na seleção de materiais de construção a serem empregados para a implantação dos dispositivos;
- Maior controle sobre os custos de implantação de dispositivos;
- Explicitação de detalhes executivos estratégicos necessários ao bom funcionamento do respectivo dispositivo.

Um dos graves problemas para o assoreamento de cursos d'água é a falta de planejamento na implantação de novos loteamentos. Todo loteamento a ser licenciado deverá apresentar e ser aprovada pelo órgão competente, junto com a demais documentação necessária, sua estratégia de solução para os problemas de saneamento ambiental, envolvendo abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem.

A solução de drenagem deverá privilegiar ao máximo o processo de infiltração de água no solo e o retardamento do fluxo superficial. A autorização de implantação de loteamentos deverá estar condicionada à definição e compromisso de implantação

de diversos elementos que não resultem em queda da qualidade do sistema de drenagem no local.

Um dos principais itens a se observar é a estratégia a ser utilizada para o controle a produção de sedimentos, a partir das vias e dos lotes. Recomenda-se que os lotes sejam murados, mesmo que com um muro de altura mínima de 0,40 m para evitar que material seja transportado para fora de seus limites.

As vias devem possuir pavimentos revestidos preferencialmente com materiais que permitam infiltrações de águas de chuva. No caso do uso de revestimentos de baixa permeabilidade deverão ser definidas as soluções de encaminhamento das águas pluviais dentro do loteamento e sua inserção na rede pública de drenagem.

Os projetos devem contemplar a possibilidade das unidades utilizarem reservatórios de retenção das águas pluviais e a possibilidade de seu uso doméstico em que não requeiram água tratada. Caso esta medida seja considerada imprescindível, o tamanho dos lotes deve dispor de área suficiente para garantir a implantação de tais reservatórios.

24.22 Resíduos sólidos

O efetivo gerenciamento de resíduos no ambiente urbano está ligado ao bom funcionamento dos sistemas de drenagem urbana, pois dispostos de maneira irregular e não coletados adequadamente podem provocar graves consequências, diretas e indiretas, à drenagem e à saúde pública em geral.

Os resíduos não gerenciados e destinados de forma inadequada tendem a ser carregados pelas chuvas chegando a córregos, rios e bocas-de-lobo, impedindo a passagem de água por esses locais e causando o assoreamento de valas, canais, sistemas de microdrenagem, poluição, disseminação de vetores de doenças tais como da dengue, etc.

A existência de resíduos sólidos nos sistema de drenagem urbana e nos cursos de água está ligada a diversos fatores socioambientais intrínsecos ao município, mas em um grau maior está principalmente ligada ao nível de educação e conscientização ambiental de sua população.

De fato, o controle de resíduos nesses dispositivos e ambientes inicia-se com programas e campanhas educacionais, tendo em vista que a participação da população do município nas ações de preservação e manutenção dos ambientes naturais e urbanos é o primeiro passo para a resolução do problema.

A conscientização deve atingir não só o público infantil e adolescente, inseridos na educação formal, mas deve atingir a população em geral. A população que utiliza as vias públicas e trafega em veículos, enfim que se utiliza dos espaços comuns e pratica atividades as quais podem desencadear o lançamento de resíduos em locais inadequados.

O município e a sua população precisam criar conceitos de vida em comunidade, ou seja, da importância dos corpos de água e de demais dispositivos de drenagem urbana ao bom funcionamento da cidade, para a manutenção de condições de qualidade de vida, de saúde pública, ecossistêmica. Também compreender que a

cidade pode ser vista como um “organismo vivo”, o qual depende da ação de cada indivíduo para seu desenvolvimento sustentável.

Legislações que prevejam ações fiscalizadoras, que indiquem meios e maneiras do poder público atuar nesse tema são necessárias. Ainda, desenvolver mecanismos punitivos e, por consequência, educacional, os quais viabilizem o poder de policiamento quanto a essas ações que decorrem de impactos socioambientais a toda a cidade.

Tais legislações devem nortear resíduos oriundos da construção civil, entulhos, podas, móveis e eletrodomésticos em desuso, embalagens de agrotóxicos usados, todos os resíduos que possam vir a ser depositados em locais indevidos e que não sejam encaminhados ao correto destino dado pela municipalidade a esses, podendo vir causar impactos no sistema de drenagem e nos rios da região.

Em resumo, as medidas de controle de resíduos nos cursos de água e sistemas de drenagem podem ser:

- Criação e aplicação rigorosa de legislações municipais específicas que norteiem a destinação adequada de resíduos da construção civil, entulhos, podas, móveis e eletrodomésticos em desuso, embalagens de agrotóxicos usados, etc.;
- Implantação de políticas e ações públicas que efetivamente deem subsídios e para o gerenciamento e a fiscalização quanto ao manejo de resíduos gerados pela população, comércio e indústrias existentes no município;
- Fornecer subsídios para atuação das secretarias municipais ligadas ao planejamento, meio ambiente e agricultura quanto à fiscalização no lançamento indevido de resíduos nesses locais;
- Criação de campanhas e programas de educação ambiental de abrangência geral no município de forma a viabilizar a conscientização ambiental quanto ao tema.

24.23 Previsão de despesas com a manutenção do sistema de manejo de águas pluviais

Como o município não possui contabilidade específica para os serviços de manutenção do sistema de drenagem urbana, para a estimativa destes custos serão adotados os seguintes parâmetros:

- Número de domicílios ao longo do período do plano será avaliado com base na relação de Pinhalzinho-SP habitantes/domicílio, conforme censo do IBGE, 2010, que aponta ocupação de 3,05 habitante/domicílio;
- Custo anual unitário de R\$ 101,60 por ano, por unidade domiciliar da área urbana, baseado nos dados atualizados, a partir do Artigo “Cobrança pela drenagem urbana de águas pluviais: bases conceituais” Revista REGA – Vol. 2, no. 1, p. 5-21, jan./jun. 2005 da Associação Brasileira de Recursos Hídricos.

A **Tabela 60** apresenta a previsão de despesas com a manutenção do sistema de manejo de águas pluviais.

Tabela 60 - Previsão de despesas com a manutenção do sistema de manejo de águas pluviais

Período	População Total (hab.)	Número de Domicílios	Despesas com manutenção
2015	14.722	4.827	R\$ 490.411,54
2016	15.069	4.941	R\$ 501.970,62
2017	15.424	5.057	R\$ 513.796,20
2018	15.787	5.176	R\$ 525.888,26
2019	16.159	5.298	R\$ 538.280,13
2020	16.539	5.423	R\$ 550.938,49
2021	16.929	5.550	R\$ 563.929,97
2022	17.327	5.681	R\$ 577.187,93
2023	17.735	5.815	R\$ 590.779,02
2024	18.153	5.952	R\$ 604.703,21
2025	18.580	6.092	R\$ 618.927,21
2026	19.018	6.235	R\$ 633.517,64
2027	19.465	6.382	R\$ 648.407,87
2028	19.924	6.532	R\$ 663.697,84
2029	20.393	6.686	R\$ 679.320,92
2030	20.873	6.844	R\$ 695.310,43
2031	21.365	7.005	R\$ 711.699,67
2032	21.868	7.170	R\$ 728.455,34
2033	22.382	7.338	R\$ 745.577,44
2034	22.910	7.511	R\$ 763.165,90
2035	23.449	7.688	R\$ 781.120,79
		Total	R\$ 13.127.086,43

24.24 Previsão de despesas com a gestão da drenagem urbana ao longo do PMSB

Despesas com os programas propostos: R\$ 26.140.000,00.

Despesas com manutenção do sistema: R\$ 13.127.086,43.

Total das despesas: R\$ 39.267.086,43.

24.25 Análise da sustentabilidade financeira

O município de Pinhalzinho-SP não realiza contabilidade específica para a manutenção do sistema de drenagem urbana o que impossibilita a realização análise da sustentabilidade financeira do sistema.

Como não existe rubrica específica para drenagem urbana no orçamento plurianual do município, o município deverá criar rubrica específica em especial para a manutenção do sistema e fomentar ações visando à captação de recursos não onerosos do Estado e da União, para implementar os programas propostos.

24.26 Avenidas sanitárias

O caminho natural do escoamento pluvial das microbacias é conhecido como bacias sanitárias, no entanto, muitas vezes, as mesmas acabam sendo canalizadas. Este fato pode alterar a direção de sentido das águas pluviais e gerando influência negativa ao sistema de drenagem urbana dos municípios.

Contudo, as avenidas sanitárias bem planejadas podem se tornar uma ferramenta muito eficiente na separação das águas pluviais dos corpos hídricos, possibilitando um pré-tratamento (remoção de sólidos grosseiros) das águas pluviais antes do lançamento nos corpos receptores.

No município Pinhalzinho-SP existe uma única área com potencialidade de se tornar uma avenida sanitária. Esta área se encontra nas margens do Rio Pinhal, destacada no **ANEXO IV**.

CAPÍTULO VII - PLANO DE EMERGÊNCIA E CONTINGÊNCIA

25. INTRODUÇÃO

A Lei 11.445/2007, que instituiu a política nacional de saneamento básico, estabeleceu, em seu Artigo 19, que a prestação de serviços públicos de saneamento básico observará plano, que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo: [...] IV - ações para emergências e contingências; [...] (BRASIL, 2007: Art. 19).

Procurando conceituar estas duas palavras – emergência e contingência, percebe-se que neste caso tornam-se complementares, pois de acordo com o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2006), emergência é uma situação crítica; acontecimento perigoso ou fortuito, incidente, portanto de circunstância accidental. Já contingência refere-se à qualidade do que é contingente, o que pode ou não suceder a eventualidade e a incerteza sobre se uma coisa acontecerá ou não.

Sendo assim, este plano de ação tem por objetivo monitorar presumíveis fatores de risco, identificar e prevenir possíveis acidentes, passíveis de acontecer ou não, bem como atuar na mitigação de danos e prejuízos causados por acidentes e desastres, naturais ou antrópicos, relacionados ao saneamento básico contemplando o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, incluindo o manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. E, ainda, prevenir agravos à saúde relacionados ao saneamento básico inadequado.

Este conjunto de objetivos amplos está sendo proposto considerando que, muitas vezes, uma sucessão de pequenas falhas, mesmo que insignificantes, podem potencializar danos maiores e, até mesmo, dar origem a enormes calamidades. Além disto, acidentes e desastres podem ter danos e prejuízos minimizados com ações mitigadoras estruturadas.

A primeira abordagem deste plano de ação refere-se à seleção do conjunto de normas e planos formalmente estabelecidos ou a serem implementados, considerando a regulamentação de procedimentos operacionais e de monitoramento, que realizados cotidianamente conseguem evitar, prevenir ou minimizar os efeitos adversos de emergências e contingências. Portanto, faz parte deste Relatório de Ações Emergenciais e Contingências a implantação e o acompanhamento de legislações e implantação de vigilâncias específicas, uma vez que no município não foram identificados planos locais de risco.

O Relatório também contempla a formação de equipes multidisciplinares e intersetoriais para trabalhar em níveis complementares e, ainda, a criação de referências técnicas para serem consultadas quando necessário.

Está sendo proposta neste Relatório a criação do “Fundo Municipal para Emergências e Contingências Relacionadas ao Saneamento Básico”, considerando que o financiamento proposto pelo Relatório possibilitará de fato a implementação do mesmo.

Este Relatório refere-se às ações de emergência e contingência relacionadas ao saneamento básico, portanto, ele não tem o objetivo de substituir as ações da Defesa Civil do Município, que atua em diversas outras circunstâncias de calamidade, tais como:

- a) vendavais;

- b) deslizamento de encostas;
- c) inundações;
- d) raios e tempestades;
- e) geadas;
- f) granizo;
- g) incêndios florestais;
- h) tornados.

Da mesma forma, este Relatório não propõe substituir competências de outros órgãos municipais responsáveis pelo monitoramento e vigilância de fatores de risco ambientais, como o setor de vigilância ambiental, da vigilância em saúde, da Departamento Municipal de Saúde, que deve fazer vigilância relacionada às seguintes atividades e situações:

- a) qualidade da água para consumo humano;
- b) saúde de populações expostas a solo contaminado e à poluição do ar;
- c) contaminantes ambientais e substâncias químicas;
- d) acidentes envolvendo produtos perigosos;
- e) ambientes de trabalho;
- f) fatores físicos, como, por exemplo, fontes emissoras de radiações eletromagnéticas e radioativa;
- g) riscos decorrentes de desastres naturais, eventos como secas/estiagens, enchentes/inundações, granizo, vendavais, tornados, incêndios florestais, deslizamentos/escorregamentos, furacões e terremotos.

Este Relatório propõe trabalhar “*pari passu*” com a Defesa Civil, com a Vigilância Ambiental e outros órgãos municipais, principalmente nas ações intersetoriais com o saneamento básico.

As seguintes etapas do sistema de saneamento foram consideradas para organizar o detalhamento deste Relatório:

- a) abastecimento de água potável: manancial, captação, recalque, adutora, estação de tratamento de água (ETA), adutoras e redes de distribuição e ligações prediais;
- b) esgotamento sanitário: ligações prediais, redes de coleta, transporte, tratamento (ETE) e disposição final adequada;
- c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
- d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: ações de macrodrenagem, caracterizadas pelo escoamento topograficamente bem definido nos fundos de vale, mesmo naqueles em que não haja um curso d’água perene; e ações de macrodrenagem, caracterizadas pelo escoamento das águas pluviais nas áreas de ocupação urbana, conectando-se à rede de macrodrenagem ou diretamente, quando for o caso, aos corpos hídricos receptores.

A informação qualificada à sociedade e a capacitação de gestores, trabalhadores e população também estão sendo propostas como um importante pilar na política pública municipal para mitigar os efeitos adversos de emergências e contingências.

Este Relatório deve ser institucionalizado após o município realizar um seminário municipal, com ampla participação da sociedade, para debater e aprovar as propostas do Relatório de Ações para Emergência e Contingência, por intermédio de uma lei municipal, contendo os princípios e diretrizes por ele instituídos, para criar as bases intersetoriais necessárias, definir formalmente atores responsáveis por sua implementação, e dar perenidade ao mesmo. A lei estará espelhando a política pública municipal para ações de emergências e contingências. A elaboração desta legislação será coordenada pela Procuradoria Geral do Município.

26. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA E COMPATIBILIDADE COM OUTROS PLANOS SETORIAIS

O Diagnóstico do PMSB de Pinhalzinho destacou os aspectos políticos, institucionais e de gestão dos serviços de saneamento do município, destacando a legislação que de alguma forma tenham influencia no saneamento básico do município.

26.1 Legislações e planos para serem implantados, adaptados ou efetivados.

- a) Aprovação de Lei Municipal que institui a Política Municipal de Saneamento Básico e o Sistema Municipal de Saneamento Básico, que irá promover a organização institucional da área de saneamento básico, fomentar a intersectorialidade, criar instância de participação da população e de controle social e definir princípios e diretrizes para a regulação dos serviços de saneamento.
- b) Elaboração da Lei de Criação do Comitê para Ações de Emergências e Contingências.
- c) Elaboração da Lei de Criação do Fundo Municipal para Ações de Emergências e Contingências. A lei de criação do fundo deve estabelecer seu gestor e os critérios e procedimentos para a utilização do mesmo.
- d) Implantação do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2010 a 2012.

O Plano de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá foi elaborado em cumprimento às legislações de recursos hídricos, Lei Federal nº 9.433/1997 e Lei Estadual nº 7.663/1993, as quais exigem a elaboração de um plano de bacias.

A versão atual deste plano de bacias é denominada como “Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2010 a 2020 (com propostas de atualização do Enquadramento dos Corpos d’Água e de Programa para Efetivação do Enquadramento dos Corpos d’Água até o ano de 2035)”, e, aborda diversos aspectos referentes às bacias hidrográficas, de especial interesse ao presente PMSB, tais como:

- Caracterização das bacias em termos socioeconômicos e físicos (com ênfase nos recursos hídricos);
- Enquadramento de corpos d’água;
- Disposição de Resíduos Sólidos;
- Uso e ocupação do solo;
- Suscetibilidade à erosão;
- Erosão e assoreamento;
- Inundação, etc.

O referido plano de bacias constituiu-se num importante subsídio para a implementação das proposições do presente PMSB.

26.2 Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista:

A macrometrópole paulista é definida como sendo a região constituída por quatro Regiões Metropolitanas (São Paulo, Baixada Santista, Campinas e a do Vale do Paraíba e Litoral Norte), três aglomerações urbanas (Jundiaí, Piracicaba e Sorocaba) e duas microrregiões (São Roque e Bragantina).

O Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista (PDAHMP) diagnosticou a situação atual da disponibilidade hídrica na região da macrometrópole e prognosticou cenários futuros de aumento da demanda hídrica até o horizonte do ano de 2035. Para estes cenários foram propostas intervenções estruturais e institucionais para atendimento das demandas ao longo do horizonte do plano.

26.3 Política e Plano Nacional sobre Mudança do Clima

A Lei Federal nº 12.187/2009, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.390/2010, implantou no Brasil a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Esta política oficializa o compromisso voluntário do Brasil junto à Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima de redução de emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas até 2020.

Conforme a PNMC, apesar de voluntário, os esforços para atendimento das metas estabelecidas, deverão ser compartilhados com os Municípios e Estados.

A PNMC se alinha com a PNRS no sentido de reduzir as emissões dos gases de efeito estufa (GEE) e o aproveitamento energético do biogás gerado nos aterros sanitários, particularmente o metano, que embora seja o gás de maior impacto sobre o efeito estufa, permite seu aproveitamento energético,

Ainda, o PNMC, dentre outras proposições, definiu metas para a recuperação do metano em instalações de tratamento de resíduos urbanos e meta para ampliação da reciclagem de resíduos sólidos para 20% até o ano de 2015.

27. EVENTOS SENTINELA

Serão escolhidos “eventos sentinela” para os diversos procedimentos rotineiros de vigilância e controle, que servirão de alerta e ponto de partida para atuação específica do Comitê, ao serem detectados, para o desencadeamento de ações de emergências e contingências. Estes eventos devem ser pactuados entre os responsáveis pelos serviços de saneamento básico e os representantes do Comitê para Ações de Emergência e Contingência.

28. FINANCIAMENTO

Deverá ser criado, por intermédio de lei municipal, o Fundo Municipal para Ações de Emergências e Contingências, que vai financiar as principais ações do Plano, composto por 0,5% (meio por cento) da arrecadação tarifária da SABESP, mais 0,5% (meio por cento) dos recursos fiscais atualmente aplicados pelo Município no financiamento das ações de limpeza urbana e drenagem urbana, neste segundo caso, até que a cobrança por estes serviços sejam instituídas, quando então o fundo passará a contar, além dos recursos oriundos da SABESP, com 0,5% (meio por cento) dos recursos arrecadados com os serviços de limpeza urbana e drenagem urbana.

29. EQUIPES PARA ATUAR COM AÇÕES DE EMERGÊNCIA E CONTINGÊNCIA

O Plano de Ações para Emergência e Contingência deverá contar com três estruturas básicas, que deverão ser responsáveis por sua implantação coordenação e acompanhamento. Estas estruturas devem ser apoiadas pelo poder público e pela sociedade em geral, mas na prática são compostas pelas pessoas que vão atuar diretamente na efetivação do Plano. Estas estruturas são:

a) Comitê Municipal para Ações de Emergência e Contingência

O Comitê Municipal para Ações de Emergência e Contingência será composto por sete membros, representantes das seguintes instituições:

- I. Procuradoria Geral;
- II. Departamento de Agricultura e Meio Ambiente;
- III. Departamento de Obras e Serviços Públicos;
- IV. Gabinete do Prefeito;
- V. Departamento de Saúde;
- VI. CONDEMA;
- VII. SABESP;
- VIII. Defesa Civil do Município de Pinhalzinho.

Os membros do Comitê Municipal para Ações de Emergência e Contingência, nomeados pelo Prefeito Municipal, elegerão, entre si, na primeira reunião, seu coordenador, para um mandato a ser estabelecido na legislação pertinente. O coordenador eleito terá um prazo de 90 (noventa) dias para elaborar e submeter à discussão e votação o Regimento Interno do Comitê.

O Comitê reunirá mensalmente, ordinariamente, e extraordinariamente quando convocado por seu coordenador ou pelo Prefeito Municipal, tendo como principal atribuição fazer a gestão do Plano de Ações para Emergência e Contingência.

A função exercida pelos membros do Comitê será considerada de relevante interesse público ficando vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

O Comitê para Ações de Emergências e Contingências deverá elaborar um protocolo de atuação específico.

Protocolo é um conjunto de regras, padrões e especificações técnicas que vão regular as ações, ou conjunto de ações, em casos de emergências ou contingências. É uma descrição detalhada de como e por que cada ação será conduzida. Eles devem estar formalmente registrados em um manual específico.

Nele devem figurar informações detalhando todos os passos a serem trilhados:

- a) Como caracterizar bem a ocorrência ou o fato gerador da emergência e contingência;
- b) Quais pessoas devem ser informadas;
- c) Quem vai centralizar e fornecer as informações sobre o tema;
- d) Quais são os responsáveis para atuar em cada etapa do processo – diagnóstico prevenção, correção etc.;
- e) Qual é a cadeia hierárquica de deliberações sobre a situação em pauta;

- f) Para onde devem ser encaminhadas as pessoas que necessitam de cuidados especiais;
- g) Quais são os insumos e equipamentos que devem estar estocados;
- h) Qual é a legislação aplicada ao tema deve ser atendida;
- i) Quais cuidados necessários ao acolhimento das pessoas que estão precisando de apoio.

Deverá existir um conjunto de protocolos para ações preventivas, outro de ações para o atendimento emergencial e um terceiro de ações para a readequação dos sistemas que tenham passado por avarias e áreas atingidas por adversidades.

Os protocolos devem ser elaborados e periodicamente revisados por uma equipe técnica formalmente designada pelo Comitê para Ações de Emergências e Contingências permitindo o seu aperfeiçoamento e a detecção e correção de erros, com base nas experiências acumuladas no município, ou mesmo fora dele.

Os protocolos deverão conter normas de procedimento para atuação de todos os atores envolvidos nos processos instituídos pelas ações de emergência e contingência;

a) Brigada Municipal para Ações de Emergência e Contingência

Deverá ser criada uma Brigada Municipal composta por trabalhadores da SABESP, Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, Departamento de Obras, bem como por voluntários do Município, para atuar nas ações para minimizar danos ocasionados por emergências e contingência, bem como em situações consideradas críticas. Os membros da Brigada serão treinados pela Defesa Civil do município e atuarão como um braço operacional do Comitê Municipal para Ações de Emergência e Contingência. O Comitê dimensionará o tamanho da Brigada e também ficará responsável por sua convocação, bem como pela elaboração dos critérios de participação e de atuação dos membros da Brigada.

Todo o escopo do plano de Ações para Emergência e Contingência fará parte da grade de conteúdos programáticos das oficinas de capacitação dos membros da Brigada. Se forem necessárias, outras referências devem ser buscadas, mesmo fora do Município, para a devida capacitação da Brigada.

A função exercida pelos membros da Brigada será considerada de relevante interesse público e não darão direito a nenhum tipo de remuneração.

b) Profissionais e Autoridades de Referência

O Comitê Municipal para Ações de Emergência e Contingência manterá um cadastro de profissionais especializados, que atuam no município e também fora dele, para auxiliarem nas questões técnicas demandadas em situações de emergência e contingências. A forma de contribuição de cada um destes profissionais deverá ser formalizada pelo Comitê. São sanitaristas, geólogos, hidrólogos, epidemiologistas, engenheiros, biólogos, ecologistas e outros que exerçam atividades de suporte aos serviços de saneamento básico.

Será também criado um cadastro com os contatos dos profissionais dos serviços de saneamento básico e da vigilância ambiental responsáveis por ações rotineiras de vigilância e controle identificadas pelo Plano como imprescindíveis. Estes profissionais devem fornecer às suas respectivas chefias relatórios mensais, que por sua vez os repassarão ao Comitê.

Será criado, ainda, um terceiro cadastro composto por autoridades municipais que devem ser informadas das ocorrências e das medidas tomadas pelo Comitê, composto pelo menos com as seguintes autoridades: Prefeito Municipal; Departamento Municipal de Saúde; Diretor da Vigilância Sanitária; Polícia do Meio Ambiente e Promotoria Pública.

30. AÇÕES ESPECÍFICAS DE CONTINGÊNCIA PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A SABESP deverá elaborar um Plano de Contingências e Emergências específico para o sistema de abastecimento de água que toma como base:

- Avarias em unidades nos sistemas da SABESP, por ações e/ou acidentes diversos
- Colapso no fornecimento de energia elétrica
- Comprometimento do suprimento de insumos
- Contaminação de água tratada em redes e reservatórios
- Contaminação de mananciais
- Enchentes sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário
- Enchentes sistema de esgotamento sanitário
- Epidemias e surtos
- Greve em serviços essenciais para a SABESP
- Greve em empresas de transporte de cargas
- Greve em empresas de transporte de passageiros
- Greve nos correios
- Greve de trabalhadores na SABESP
- Incêndios em unidades da SABESP
- Invasão de áreas da SABESP
- Pane em serviços informatizados
- Redução drástica de vazão de mananciais
- Rompimento de barragens
- Rompimento de grandes canalizações de água
- Rompimento de grandes canalizações de esgoto
- Seca prolongada
- Vazamento de produtos químicos diversos
- Acidentes no transporte rodoviário de cloro
- Vazamentos de produtos químicos frota própria
- Vazamentos de produtos químicos (frota terceirizada)
- Vazamento na central de distribuição de cloro da SABESP
- Vazamento em cilindros de cloro em estações de tratamento de água
- Acidentes com produtos químicos líquidos em estações de tratamento de água
- Acidentes com produtos químicos sólidos nas estações de tratamento de água

Com relação à Proteção de Mananciais a SABESP e município conjuntamente deverão:

- I. atuar preventivamente para evitar que incidentes, de quaisquer natureza, possam comprometer a qualidade da água dos mananciais, no seu uso preponderante para abastecimento público;
- II. implementar vigilância destinada a identificar, no menor tempo possível, anormalidades nas características físicas e biológicas na água dos mananciais;
- III. estabelecer regras para deliberação sobre a interrupção do fornecimento de água, preventivamente e corretivamente, considerando as incertezas sobre a qualidade da água bruta no ponto de captação por acontecimento fortuito;
- IV. avaliar as condições ambientais, fomentar e implantar procedimentos de monitoramento de acordo com as legislações vigentes e implementar ações de recuperação e preservação requeridas;
- V. organizar e sistematizar análises de qualidade de água dos mananciais, proporcionando subsídios em relação ao processo de tratamento da água para abastecimento público;
- VI. disponibilizar dados para atender os órgãos ambientais;
- VII. identificar e localizar atividades, que em razão de sua natureza, sejam consideradas de risco para a qualidade da água dos mananciais, para elaboração de um diagnóstico, de acordo com a seguinte relação: ausência de tratamento de efluentes domésticos e agropastoris; ausência ou deficiência da destinação adequada dos resíduos sólidos; depósito de lixo a céu aberto; inexistência de infraestrutura para escoamento de águas pluviais; atividades clandestinas (indústrias, criações de animais, abatedouros e atividades extrativistas, dentre outras); estradas rurais com manutenção inadequada; tráfego de veículos com carga perigosa (tóxica); loteamentos clandestinos e ocupações ilegais; áreas degradadas; matas ciliar e matas de topo, inexistente ou altamente degradada;
- VIII. elaborar esboço preliminar do “Zoneamento Ecológico Econômico dos Mananciais” visando à recuperação da qualidade da água por meio de manejo socioambiental integrado, consubstanciado nas seguintes ações principais:
 - 1) reflorestamento em áreas ciliares, de topo e grotas;
 - 2) reabilitação de áreas degradadas por intermédio de revegetação herbácea e reflorestamento;
 - 3) ações de saneamento rural por intermédio de: controle da poluição por fezes de origem animal; controle da poluição pelo lançamento de efluentes sanitários humanos; controle de emissão de esgoto e efluentes provenientes de suínos; destinação adequada dos resíduos sólidos rurais;
 - 4) outras ações englobando: correção e manutenção de estradas rurais; controle de agrotóxicos; controle de incêndios florestais; regulamentação restringindo loteamentos à montante da captação; sinalização informativa e educativa; programa de educação ambiental; fixar placas indicativas, em locais estratégicos, com o nome e telefone do órgão municipal responsável pelo recebimento da comunicação;

- IX. inspecionar, rotineiramente, os mananciais, para manutenção e atualização dos dados contidos no esboço preliminar do “Zoneamento Ecológico Econômico dos Mananciais”;
- X. articular com órgãos ambientais, com objetivo de avaliar e definir a priorização das medidas mitigadoras e preventivas definidas nos itens anteriores, considerando as seguintes particularidades: níveis de prioridade; competência institucional; instrumentos de ação; e resultados pretendidos;
- XI. capacitação dos operadores da ETA, com o objetivo de possibilitar a identificação de alterações das características físicas das águas dos mananciais, considerando as seguintes ocorrências: presença de espuma na água; alteração da cor característica (principalmente a cor verde); presença de odor anormal; mortandade de peixes nos mananciais; manchas anormais na superfície da água; e turbidez acentuada fora do período de chuvas.

Todas estas ações vão servir de base para a elaboração do “Zoneamento Ecológico Econômico dos Mananciais”.

Com relação às Estações de Tratamento de Água deverão ser observados os aspectos gerenciais, considerando as seguintes ações:

- I. implementar vigilância analítica destinada a identificar, no menor tempo possível, anormalidades nas características físico-químicas e biológicas na água dos mananciais;
- II. criar banco de dados com histórico do manancial, destinado a balizar medidas preventivas e corretivas;
- III. monitorar, rotineiramente, as águas dos mananciais, para identificar quaisquer anormalidades em suas características físico-químicas e biológicas que possam comprometer a qualidade da água distribuída à população;
- IV. monitorar, rotineiramente, as águas dos mananciais, para fins de enquadramento na legislação estadual para o “Índice de Qualidade da Água”- IQA;
- V. estabelecer metodologia e protocolo de atuação nos casos de incidentes que possam comprometer a qualidade da água destinada à população;
- VI. disponibilizar dados para atender aos órgãos ambientais e de saúde;
- VII. realização de análises físico-químicas e biológicas para determinação do IQA – Índice de Qualidade das Águas dos mananciais, considerando a seguinte metodologia: período de coleta representativas das 4 estações do ano; localização dos pontos de coleta; anexar informações meteorológicas relativas a temperatura, precipitação e evaporação; e atendimento às legislações específicas;
- VIII. capacitação dos operadores de ETA, quanto à introdução dos novos parâmetros de controle de qualidade da água e para a operação dos respectivos equipamentos, visando aos seguintes objetivos:
 - 1) reconhecimento da importância da introdução dos novos parâmetros de avaliação no controle da qualidade das águas dos mananciais;
 - 2) reconhecimento do significado dos resultados das análises dos novos parâmetros;
 - 3) aprendizado para a operação dos novos equipamentos;
 - 4) subsidiar a chefia na identificação e avaliação, nos casos de anormalidades nas características físico-químicas e biológicas das águas dos mananciais.

31. SITUAÇÕES EMERGENCIAIS RELATIVAS AOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

As situações emergenciais na operação do sistema de abastecimento de água estão preponderantemente relacionadas a eventos anormais, que provoquem a paralisação parcial ou total do abastecimento de água.

As situações que podem dar origem a este tipo de ocorrência são diversas, tais como acidentes envolvendo as instalações operacionais de abastecimento de água, interrupções não programadas de energia elétrica, eventos climáticos extremos, como estiagens que reduzem dramaticamente a disponibilidade hídrica ou enchentes que podem inundar unidades de captação, tratamento, etc.

A SABESP poderá adotar Mecanismos Tarifários de Emergência: conforme previstos na Lei Federal nº 11.445/2007, no Art. 21, conforme segue:

Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, a SABESP elaborará em conjunto com o Conselho Municipal de Saneamento Básico, o Plano de Racionamento, para submeter à aprovação da ARSESP-SP e este ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Os locais com abastecimento prioritário em caso de racionamento no município de Camanducaia são os de máximo interesse social, dentre eles destacam-se: hospitais, centros e postos de saúde, escolas e creches.

A tarifa de contingência, caso adotada, incidirá, preferencialmente, sobre os consumidores que ultrapassarem os limites definidos no racionamento.

No **Quadro 10** a seguir são elencadas as ocorrências consideradas mais relevantes, bem como as respectivas ações mitigadoras.

Quadro 10 - Ações emergenciais relativas aos serviços de abastecimento de água (Continua)

Ocorrência	Causas possíveis	Ação
1 - Falta de Água Generalizada.	Paralisação total da captação de água bruta por indisponibilidade de estiagem extrema.	Comunicação à população / instituições / autoridades / Defesa Civil.
		Informar Entidades de Controle Sanitário e Ambiental.
		Mobilização de frota de caminhões pipa.
		Solicitar ajuda a cidades vizinhas.
	- Inundação das captações de água com danificação de equipamentos eletromecânicos/estruturas. - Inundação das Estações de Tratamento de água paralisado o processo de Tratamento de água. - Deslizamento de encostas / movimentação do solo / solapamento de apoios de estruturas com arrebatamento da adução de água bruta.	Mobilização Maciça de Equipe de Manutenção e reparo das instalações danificadas.
		Comunicação à população / instituições / autoridades / Defesa Civil.
		Mobilização de frota de caminhões pipa.
	Interrupção prolongada no fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água.	Gerenciar volume da água disponível nos reservatórios.
		Comunicar a ocorrência à concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica.
		Comunicação à população / instituições / autoridades / Defesa Civil.
		Mobilização de frota de caminhões pipa.
	Qualidade inadequada da água dos mananciais por motivo de acidente com veículos de transporte de cargas perigosas.	Informar Entidades de Controle Sanitário e Ambiental.
		Solicitar dar a instauração de plano de emergência à entidade responsável pelo controle de mananciais
		Mobilizar equipe e equipamentos para auxiliar na remoção da carga contaminante
		Comunicação à população / instituições / autoridades / Defesa Civil.
	Vazamento de cloro nas instalações de tratamento de água.	Implementação do PAE Cloro.
		Mobilização de Equipe de Manutenção.
		Comunicação à população / instituições / autoridades / Defesa Civil.
Ações de vandalismo nas Unidades de Produção.	Mobilização de Equipe de Manutenção.	
	Reparo das instalações danificadas.	
	Comunicação à população / instituições / autoridades / Defesa Civil/Polícia	

Quadro 10 - Ações emergenciais relativas aos serviços de abastecimento de água (Conclusão)

Ocorrência	Causas possíveis	Ação
2 - Falta de Água Parcial ou Localizada.	Deficiências de água nos mananciais em períodos de estiagem.	Comunicação à população / instituições / autoridades / Defesa Civil.
		Informar Entidades de Controle Sanitário e Ambiental.
		Mobilização de frota de caminhões pipa.
		Implementação de rodízio de abastecimento.
	Interrupção temporária no fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água.	Gerenciar volume da água disponível nos reservatórios.
		Comunicar a ocorrência à concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica.
		Comunicação à população / instituições / autoridades / Defesa Civil.
		Mobilização de frota de caminhões pipa.
	Danificação de equipamentos de estações elevatórias de água tratada. Danificação de estruturas de reservatórios e elevatórias de água tratada. Rompimento de redes e linhas adutoras de água tratada.	Mobilização de Equipe de Manutenção.
		Reparo das instalações danificadas.
		Comunicação à população / instituições / autoridades / Defesa Civil.
		Mobilização de frota de caminhões pipa.
3 - Acidentes de Grande Monta Envolvendo Terceiros.	Rompimento de adutoras ou redes de distribuição de água. Extravasamento de reservatórios de água. - Rompimento de reservatórios de água.	Gerenciar volume da água disponível nos reservatórios.
		Promover transferência de água entre setores de abastecimento.
		Mobilização de Equipe de Assistência Social.
		Mobilização de Equipe de Manutenção.
		Reparo das instalações danificadas.
		Comunicação à /instituições / autoridades / Defesa Civil.

31.1 Plano de segurança da água

O município de Pinhalzinho deverá elaborar o seu Plano de Segurança da Água, tomando como base as orientações do Ministério da Saúde (2012), através Departamento de Saúde e do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. O plano consiste em uma metodologia de avaliação e gerenciamento do sistema de abastecimento de água com vistas aos riscos à saúde. Esta ferramenta se estende desde a captação até o consumo, de forma a proporcionar a implementação dos procedimentos de controle e de vigilância da qualidade água estabelecidos pela Portaria MS nº 2.914/2011.

Por sua vez, a referida portaria dispõe que compete ao responsável pelo sistema ou pela solução alternativa de abastecimento de água para consumo humano a prática da avaliação sistemática do sistema sob a perspectiva dos riscos à saúde, com base na água distribuída, conforme os princípios do PSA recomendados pela Organização Mundial da Saúde ou definidos em diretrizes vigentes no país.

Ainda na definição do Ministério da Saúde, a implantação do PSA é justificada a partir das limitações da abordagem tradicional de controle da qualidade da água. O controle de qualidade é centralizado nos resultados das análises laboratoriais, com métodos demorados que não permitem rapidez em alertar à população, para não consumir a água sem padrões de qualidade.

Neste sentido, o PSA torna-se uma ferramenta importante, uma vez que em seu conteúdo devem constar as deficiências do sistema de abastecimento de água e a respectiva organização e estruturação de medidas que minimizem os riscos de incidentes, bem como medidas de contingência para responder a falhas no sistema ou eventos imprevistos, tais como secas severas ou períodos de alta pluviosidade, que causam inundações.

Anteriormente à publicação da Portaria MS nº 2.914/2011, a metodologia de gestão de riscos à saúde pública, relacionados aos sistemas de abastecimento de água, ficavam exclusivamente a critérios dos responsáveis pela operação de tais sistemas, de forma que bastava o atendimento das condições estabelecidas nas legislações vigentes.

A referida portaria estabelece diretrizes para a sistematização dos procedimentos de gestão de risco, tendo-se, inclusive, conceitos e princípios do Plano de Segurança da Água, tal como abordado no trecho a seguir:

Compete aos responsáveis pelos sistemas de abastecimento de água ou soluções alternativas coletivas:

Inciso IV: manter avaliação sistemática, sob a perspectiva dos riscos à saúde, com base nos seguintes critérios:

- Ocupação da bacia contribuinte ao manancial;
- Histórico das características das águas;
- Características físicas do sistema;
- Práticas operacionais;
- Na qualidade da água distribuída, conforme os princípios dos Planos de Segurança da Água (PSA, recomendados pela OMS ou definidos em diretrizes vigentes no País.

Ressalta-se que ao longo do processo de produção de água para abastecimento público há riscos intrínsecos, que podem comprometer a qualidade final da água distribuída para consumo, desde a situação da ocupação da bacia hidrográfica, passando pela captação de água bruta, pelo tratamento de água, pelos sistemas de adução e reservação, pela rede de distribuição e pelas ligações prediais.

No que se refere à situação das bacias hidrográficas podem ser citados:

- Ocorrências de chuvas intensas que provocam grandes variações de qualidade da água em mananciais superficiais e subterrâneos;
- Existência de indústrias que podem eventualmente lançar despejos fora dos padrões de emissão nos corpos d'água, por problemas no sistema interno de tratamento de efluentes, ou por iniciativa própria;
- Ocorrência de acidentes com caminhões que transportam cargas perigosas, em vias de trânsito que cortam a bacia hidrográfica;
- Lançamento de esgoto bruto no manancial;
- Floração de algas, particularmente as cianofíceas que provocam problemas relacionados ao gosto e odor e produção de cianotoxinas;
- Outros aspectos relacionados às atividades existentes na bacia: agropecuária, florestal, mineração, etc.
- No que se refere à captação pode-se destacar:
 - Problemas operacionais relacionados aos próprios equipamentos (ex. bombas, motores, transformadores, válvulas, etc.);
 - Falta de energia elétrica;
 - Inundação da casa de bombas, etc.

A captação em poços também está sujeita a problemas, tais como:

- Problemas operacionais relacionados aos próprios equipamentos (ex. bombas, motores, transformadores, válvulas, etc.);
- Falta de energia elétrica;
- Inundação das bombas e motores;
- Entrada de água de inundação no poço.

No sistema de reservação de água tratada também existem vulnerabilidades tais como:

- a) Entrada de animais e insetos;
- b) Vandalismo;
- c) Rompimento de estruturas;
- d) Inundação de reservatório, etc.

No sistema de distribuição de água, um dos aspectos mais importantes para se garantir a qualidade da água transportada, é a proteção que a pressão interna da tubulação fornece contra eventuais contaminações externas. Deste modo, os maiores riscos estão relacionados à perda de pressão e esvaziamento das redes que podem

provocar pressões negativas com conseqüente contaminação das mesmas pelo lençol freático, que normalmente está contaminado. A contaminação nestes casos se dá através de furos e trincas existentes nas tubulações, nas juntas de válvulas, nos orifícios de ventosas, etc.

No que se referem às ligações domiciliares, estas estão sujeitas às mesmas vulnerabilidades das redes de distribuição, com o agravante de que estão mais sujeitas ao aparecimento de pontos de vazamento, que no caso de falta de pressão ficam sujeitas a infiltrações. Outro fator de risco são as interligações clandestinas, e ligações cruzadas, onde a rede pública de água potável se conecta a outras redes não públicas nas instalações do consumidor, fazendo com que haja risco de contaminação da rede pública no caso de queda de pressão ou formação de vácuo.

Além dos aspectos operacionais, considera-se também a gestão dos sistemas de abastecimento de água, pois, quando não realizada adequadamente pode gerar situações de risco à saúde pública dos usuários do sistema. Por exemplo, se não houver um planejamento adequado de ampliações dos sistemas poderá ocorrer situações, em ocasiões de estiagem severas, em que a capacidade não atende as demandas em sua plenitude, gerando desabastecimentos localizados, com conseqüentes riscos de contaminação da rede de distribuição.

Dos motivos acima relacionados, pode-se depreender que são muitos os aspectos que podem tornar o sistema de abastecimento de água vulnerável, com conseqüentes riscos à saúde. Assim, a gestão de todos estes riscos exige uma sistematização adequada, conforme o Plano de Segurança da Água (PSA) propõe.

No Brasil, a utilização do Plano de Segurança da Água não está ainda completamente sistematizada, mas existem algumas iniciativas já realizadas e outras em andamento, como por exemplo, o projeto piloto de implantação do PSA, fomentado pelo Ministério da Saúde e coordenado pela Universidade Federal de Viçosa-MG, realizado no ano de 2006. Outras ações isoladas vêm sendo feitas em caráter de projeto piloto, por companhias de saneamento básico como a SABESP em São Paulo, SANASA em Campinas, a COPASA em Minas Gerais e a CASAN em Santa Catarina.

No âmbito governamental existem ações em andamento, destacando-se a publicação pelo Ministério da Saúde, em 2012 de um manual denominado: "Plano de Segurança da Água - Garantindo a Qualidade e Promovendo a Saúde- Um olhar do SUS", que traz diretrizes para implantação de Planos de Segurança da Água.

32. AÇÕES ESPECÍFICAS DE CONTINGÊNCIA PARA O SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Além dos itens listados no Item 38 acima, a SABESP deverá observar o que segue, com relação ao esgotamento sanitário:

- I. Elaborar procedimento de manutenção e controle, documento onde consta o que fazer e como fazer;
- II. Garantir a existência de peças para substituição, pessoal qualificado para a manutenção e ferramentas apropriadas;
- III. Efetuar um controle periódico dos itens acima, através de check-lists, corrigindo as não conformidades;
- IV. Garantir a existência de peças para substituição;
- V. Efetuar controle do estoque de insumos, garantindo a qualidade e quantidade dos mesmos;
- VI. Garantir a existência de ferramentas e veículos apropriados para a execução dos serviços;
- VII. Garantir uma boa comunicação entre profissionais, a fim de se estabelecer um planejamento e execução dos serviços eficientemente.

33. SITUAÇÕES EMERGENCIAIS RELATIVAS AOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

As situações emergenciais na operação do sistema de esgotamento sanitário estão preponderantemente relacionadas a eventos anormais, que provoquem a paralisação parcial ou total no escoamento ou bombeamento dos esgotos sanitários.

As situações que podem dar origem a este tipo de ocorrência são diversas, tais como acidentes envolvendo as instalações operacionais de esgotamento sanitário, interrupções não programadas de energia elétrica, uso indevido das redes coletoras de esgotos por parte dos consumidores, descartando produtos sólidos através dos vasos sanitários e ligações clandestinas de águas pluviais nas redes de esgotos.

No **Quadro 11** a seguir são elencadas as ocorrências consideradas mais relevantes, bem como as respectivas ações mitigadoras.

Quadro 11 - Ações de emergenciais relativas aos serviços de esgotamento sanitário (Continua)

Ocorrência	Causas possíveis	Ação
1 - Paralisação da Estação De Tratamento de Esgoto.	Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações de tratamento.	Comunicar a ocorrência à concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica.
		Comunicação aos órgãos de controle ambiental.
	Inundação da Estação de Tratamento de Esgoto.	Comunicação aos órgãos de controle ambiental.
		Mobilização Maciça de Equipe de Manutenção.
		Reparo das instalações danificadas.
	Danificação de equipamentos eletromecânicos/estruturas.	Comunicação aos órgãos de controle ambiental.
		Mobilização de Equipe de Manutenção.
		Instalação de equipamentos reserva.
		Reparo das instalações danificadas.
	Ações de vandalismo nas instalações de processo.	Mobilização de Equipe de Manutenção.
		Instalação de equipamentos reserva.
		Reparo das instalações danificadas.
Comunicação à Polícia.		
2 - Extravasamentos de esgotos em estações elevatórias.	Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações de bombeamento.	Comunicação à concessionária de energia elétrica.
		Comunicação aos órgãos de controle ambiental.
	Danificação de equipamentos eletromecânicos/estruturas.	Comunicação aos órgãos de controle ambiental.
		Mobilização de Equipe de Manutenção.
		Instalação de equipamentos reserva.
		Reparo das instalações danificadas.

Quadro 11 - Ações de emergenciais relativas aos serviços de esgotamento sanitário (Conclusão)

Ocorrência	Causas possíveis	Plano de contingências
3 - Rompimento de linhas de recalque, coletores tronco, interceptores e emissários.	Rompimento de travessias.	Comunicação aos órgãos de controle ambiental.
	Desmoronamentos de taludes / paredes de canais.	Mobilização de Equipe de Manutenção.
	Erosões de fundos de vale.	Reparo das instalações danificadas.
4 - Ocorrência de retorno de esgotos em imóveis.	Lançamento indevido de águas pluviais em redes coletoras de esgoto.	Comunicação à vigilância sanitária.
		Desobstrução da rede coletora.
	Obstruções em coletores de esgoto.	Execução dos trabalhos de limpeza.
		Reparo das instalações danificadas.
5 - Acidentes de Grande Monta Envolvendo Terceiros.	Rompimento de linhas de recalque, interceptores. Coletores tronco, emissários. Extravasamento de estações elevatórias de esgoto. Rompimento de estruturas.	Mobilização de Equipe de Assistência Social.
		Mobilização de Equipe de Manutenção.
		Reparo das instalações danificadas.
		Comunicação à /instituições / autoridades / Defesa Civil.

34. AÇÕES ESPECÍFICAS DE CONTINGÊNCIA PARA OS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

As ações de contingência para gestão os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, visam propiciar condições operacionais para que a prestação dos serviços não sofra descontinuidade e sejam prestados com eficiência e eficácia.

A Prefeitura deverá:

- I. Elaborar procedimento de manutenção e controle, documento onde consta o que fazer e como fazer;
- II. Garantir a existência de equipamentos e ferramentas e pessoal qualificado para a execução dos serviços;
- III. Efetuar um controle periódico dos itens acima, através de check-lists, corrigindo as não conformidades;
- IV. Efetuar manutenções preventivas nos equipamentos, veículos e máquinas.
- V. Efetuar controle do estoque de insumos, garantindo a qualidade e quantidade dos mesmos;
- VI. Garantir uma boa comunicação entre profissionais, a fim de se estabelecer um planejamento e execução dos serviços eficientemente.

35. SITUAÇÕES EMERGENCIAIS RELATIVAS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

As situações emergenciais na operação do sistema de manejo e disposição final de resíduos sólidos ocorrem quando da ocasião de paralisações da prestação dos serviços, por circunstâncias tais como: greves de funcionários de prestadoras de serviço ou da própria prefeitura, demora na obtenção de licenças de operação, para o caso dos aterros sanitários e de inertes, acidentes naturais, entre outras.

Considerando-se esses aspectos, foram elencadas algumas situações que podem ocorrer nas diversas etapas que compõem os serviços relacionados aos resíduos sólidos urbanos tais como:

- Serviço de Varrição;
- Serviço de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos;
- Destinação Final dos Resíduos Sólidos Urbanos;
- Tratamento dos Resíduos Urbanos;
- Serviços de Podas e Supressão de Árvores.

No **Quadro 12** a seguir estão relacionadas às possíveis ocorrências de emergência e respectivas ações de contingência.

Quadro 12 - Ações de emergência relativas aos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

Ocorrência	Ação
SERVIÇO DE VARRIÇÃO	
1. Paralisação do Sistema de Varrição.	Acionar os funcionários do Departamento de Obras e Serviços Públicos para efetuarem a limpeza dos pontos mais críticos e centrais da cidade.
	Contratação de empresa especializada em caráter de emergência.
SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS	
2. Paralisação do Serviço de Coleta Domiciliar.	Empresas e veículos previamente cadastrados deverão ser acionados para assumirem emergencialmente a coleta nos roteiros dando continuidade aos trabalhos.
3. Paralisação das Coletas Seletiva e de Resíduos de Serviço de Saúde.	Contratação de empresa especializada em caráter de emergência.
DESTINAÇÃO FINAL	
4. Paralisação total do Aterro Sanitário.	Plano de disposição em outro aterro sanitário.
5. Paralisação parcial do Aterro, no caso de incêndio, explosão e/ou vazamento tóxico.	Evacuação da área cumprindo os procedimentos internos de segurança.
	Acionamento do Corpo de Bombeiros.
TRATAMENTO DE RESÍDUOS	
6. Paralisação nos Centros de Triagem.	Procurar alternativas para comercialização dos resíduos recicláveis;
	Contratação de empresa especializada em caráter de emergência.
PODAS E SUPRESSÃO DE ÁRVORES	
7. Tombamento de árvores.	Mobilização de equipe de plantão e equipamentos.
	Acionamento da Concessionária de Energia Elétrica;
	Acionamento do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil
8. Paralisação do serviço de capina e roçada.	- Nomear equipe operacional do Departamento de Obras e Serviços Públicos para cobertura e continuidade do serviço.

36. AÇÕES ESPECÍFICAS CONTIGENCIAIS RELATIVAS AOS SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

A Prefeitura deverá:

- I. Elaborar procedimento de manutenção e controle, documento onde consta o que fazer e como fazer;
- II. Elaborar e cronograma para limpeza de galerias, bocas de lobo e desassoreamento de canais e corpos d'água naturais;
- III. Garantir a existência de equipamentos e ferramentas e pessoal qualificado para a execução dos serviços;
- IV. Efetuar um controle periódico dos itens acima, através de check-lists, corrigindo as não conformidades;
- V. Efetuar manutenções preventivas nos equipamentos, veículos e máquinas.
- VI. Efetuar controle do estoque de insumos, garantindo a qualidade e quantidade dos mesmos;
- VII. Garantir uma boa comunicação entre profissionais, a fim de se estabelecer um planejamento e execução dos serviços eficientemente.

37. SITUAÇÕES EMERGÊNCIAS RELATIVAS AOS SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

As situações emergenciais relativas aos serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais estão intimamente ligadas à ocorrência de eventos de chuvas de grande intensidade, que ultrapassam a capacidade do sistema de drenagem e a capacidade de retenção e absorção natural da bacia hidrográfica. Nestas ocasiões, as deficiências existentes nos sistemas de macro e micro drenagem contribuem enormemente para o agravamento da situação.

Outro aspecto importante a se considerar, é a rapidez com que ocorrem as cheias dos cursos d'água com os picos das vazões acontecendo após algumas horas, ou mesmo minutos, de chuvas intensas. Igualmente importante, conforme já apontado anteriormente, é o fato de que as represas existentes a montante da cidade, apesar de amortecerem os picos de cheia, precisam ser adequadamente operadas para evitar a ocorrência de transbordamentos nestas ocasiões.

Estes dois aspectos tornam fundamental a implantação do “Sistema de Alerta Contra Enchentes e Integração com a Defesa Civil” previsto no plano.

O orçamento municipal deve prever a disponibilidade de recursos financeiros e materiais que possam ser prontamente disponibilizados durante a ocorrência de emergências causadas pelas inundações urbanas.

No **Quadro 13** a seguir estão relacionadas às possíveis ocorrências de emergência e respectivas ações para mitigar a emergência.

Quadro 13 - Ações de contingências relativas aos serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais

Ocorrência	Ação
Problemas na rede de drenagem	
1. Inexistência ou ineficiência da rede de drenagem urbana.	Verificar o uso do solo previsto para região.
	Comunicar o Departamento de Obras e Serviços Públicos a necessidade de ampliação ou correção da rede de drenagem.
2. Presença de esgoto ou lixo nas galerias de águas Pluviais.	Comunicar ao setor de fiscalização sobre a presença de mau cheiro ou lixo.
	Aumentar o trabalho de conscientização da população sobre a utilização dos canais de drenagem.
3. Presença de materiais de grande porte, como carcaças de eletrodomésticos, móveis ou pedras.	Comunicar o Departamento de Obras e Serviços Públicos sobre a ocorrência.
	Aumentar o trabalho de conscientização da população sobre a utilização dos canais de drenagem.
4. Assoreamento de bocas de lobo, bueiros e canais.	Comunicar o Departamento de Obras e Meio Ambiente sobre a ocorrência.
	Verificar se os intervalos entre as manutenções periódicas se encontram satisfatórios.
5. Situações de alagamento, problemas relacionados à microdrenagem.	Deve-se mobilizar os órgãos competentes para realização da manutenção da microdrenagem.
	Acionar a autoridade de trânsito para que sejam traçadas rotas alternativas a fim de evitar o agravamento do problema.
	Acionar um técnico responsável designado para verificar a existência de risco a população (danos a edificações, vias, risco de propagação de doenças, etc.).
	Propor soluções para resolução do problema, com a participação da população e informando a mesma sobre a importância de se preservar o sistema de drenagem.
6. Inundações, enchentes provocadas pelo transbordamento de rios, córregos ou canais de drenagem.	o Sistema de Monitoramento deve identificar a intensidade da enchente e acionar o Sistema de Alerta respectivo.
	Comunicar o setor responsável (DAE, o Departamento de Obras, Defesa Civil) para verificação de danos e riscos à população.
	Comunicar o setor de assistência social para que sejam mobilizadas as equipes necessárias e a formação dos abrigos.

37.1 Plano municipal de redução de riscos

O Plano Municipal de Redução de Risco ou Plano Local de Risco objetiva a formulação de medidas de implantação e de desenvolvimento de uma política pública municipal de gestão dos riscos associados a escorregamentos em áreas de ocupações precárias no município.

Assim, o PMRR deve abordar as situações de risco que estão relacionadas aos processos de instabilização de taludes em encostas e margens de córregos, escorregamentos e ocorrências afins que possam impactar a segurança de moradias (PMRR GUARULHOS).

Segundo Nogueira (2002), as ocorrências de escorregamentos no ambiente urbano podem ser resultado de causas naturais ou antrópicas, mas a geração dos riscos associados aos escorregamentos é sempre um processo social ou ambiental urbano. Os escorregamentos urbanos podem movimentar, além de rochas, solo e

vegetação, depósitos artificiais, tais como resíduos sólidos urbanos (aterros), ou materiais mistos, caracterizando processos geológicos, geomórficos ou geotécnicos. A vulnerabilidade de um local pode ser determinada pela forma ou localização inadequada da ocupação, pela ausência de infraestrutura urbana (saneamento básico, pavimentação) e pela degradação do ambiente, tais como inundações, contaminação por produtos químicos ou por esgotos, incêndios, dentre outros (PMRR GUARULHOS).

O Diagnóstico dos Serviços de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais relata que as maiores perdas de solo e locais com maiores riscos de deslizamentos, ocorrem nas regiões com alta declividade, No município de Pinhalzinho essas regiões encontram-se desabitadas ou com uma densidade populacional baixa. Com base nestas informações conclui se que não existe necessidade de se elaborar um Plano Municipal de Redução de Risco – PMRR.

**CAPÍTULO VIII – MECANISMOS DE GESTÃO
ECONÔMICO-FINANCEIRA E
PROCEDIMENTOS DE CONTROLE SOCIAL
E DOS INSTRUMENTOS PARA O
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA**

38. Mecanismos de gestão econômico-financeira

38.1 Alternativas e fontes de recursos

A disponibilidade de recursos para a prestação dos serviços e para investimentos no setor de saneamento básico se apresenta como um ponto fundamental para o seu desenvolvimento efetivo.

A condição compulsória do desenvolvimento do PMSB e do PMGIRS deve estimular a administração a buscar alternativas de captação de recursos e diferentes fontes. Sendo que, a escolha de um determinado modelo institucional poderá transferir a terceiros esta responsabilidade.

No contexto geral, devem ser admitidas receitas a partir das tarifas decorrentes da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como recursos de origem externa, sejam estes onerosos ou não.

Destaca-se que a provisão de investimentos em saneamento básico deve ser estabelecida no âmbito do planejamento municipal, a partir do Plano Plurianual (PPA), o qual é constituído no primeiro ano de uma gestão administrativa, compreendendo o requisito legal que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem acompanhados pelo Governo Federal ao de um período de quatro anos, determinando assim, uma diretriz estratégica aos orçamentos anuais.

Ainda, com a finalidade de coordenar as ações governamentais, o PPA, além de nortear as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO's) e os Orçamentos Anuais (LOA's), também deve orientar todos os planos setoriais instituídos durante seu período de vigência.

Assim, o PPA permite a articulação da instância executiva da administração pública, proporcionando a base para a construção das ações governamentais integradas, bem como a articulação destas com as ações da iniciativa privada, do terceiro setor e das demais esferas do governo. Portanto, todos os projetos relacionados ao saneamento básico, a serem realizados no município, deverão ser compatibilizados com o PPA existente, a fim de se permitir o desenvolvimento das ações planejadas, as quais deverão ser viáveis dentro da realidade financeira do município. A seguir, são apresentadas algumas das possíveis fontes de recursos direcionados aos serviços de saneamento básico.

38.2 Recursos de tarifas

São compreendidos pelos recursos decorrentes da cobrança efetiva pelos serviços prestados, de forma que a origem deles está atrelada ao seu respectivo modelo institucional para a gestão dos serviços.

A partir da cobrança de tarifas, a administração municipal pode obter as receitas necessárias para a implantação do PMSB e do PMGIRS, de maneira que a necessidade de sustentabilidade deste poderá resultar na revisão de tarifas, seja nos valores ou quanto a sua forma e critérios de cobrança, pois, geralmente, as condições não refletem as particularidades locais, não admitindo critérios socioeconômicos que permitam uma cobrança justa.

O incremento de valores às tarifas existentes, com um propósito específico, também pode ser uma ferramenta aplicável, uma vez que proporciona recursos específicos para finalidades pré-determinadas.

38.2.1 Recursos não onerosos

Os recursos não onerosos são aqueles que não exigem retorno, apenas a contrapartida, e estão vinculados a operações de repasse. Geralmente, são destinadas a estados, municípios ou entidades/organizações não governamentais. Os principais exemplos são os programas vinculados aos recursos do Orçamento Geral da União (OGU), FEHIDRO e Comitês das Bacias Hidrográficas do PCJ.

Estes recursos disponibilizados a “fundo perdido” apresentam-se como a forma desejável dos administradores públicos, entretanto, em razão do modelo de política de investimentos do governo federal, esta modalidade é remota em virtude dos pré-requisitos estabelecidos pelos órgãos públicos, cujo enquadramento tem como prioridade os municípios com menor índice de desenvolvimento humano.

38.3 Recursos de fundos

Os entes da Federação, isoladamente ou reunidos em consórcios públicos, poderão instituir fundos, aos quais poderão ser destinadas, entre outros recursos, parcelas das receitas dos serviços, com a finalidade de custear, na conformidade do disposto nos respectivos, a universalização dos serviços públicos de saneamento básico.

38.3.1 Fontes de financiamento

As fontes de financiamento se caracterizam por ser um recurso oneroso, o qual exige retorno (pagamento), e estão vinculadas as operações de crédito ou financiamentos. A obtenção de recursos onerosos pode ser feita através de convênios ou contratos. Estas se apresentam como uma das alternativas mais comuns para viabilizar os investimentos em saneamento básico.

Com relação à repartição de competências estabelecidas na esfera federal, quanto ao repasse de recursos para iniciativas de saneamento básico, especificamente no que se refere ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos urbanos.

Cabe ao Ministério das Cidades, por intermédio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, o atendimento a municípios com população superior a 50 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas (RM), Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE) ou participantes de consórcios públicos e afins.

Já os municípios de menor porte, como Pinhalzinho, com população de até 50 mil habitantes, têm seu atendimento viabilizado pelo Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

Particularmente, com relação aos serviços de manejo de águas pluviais urbana, verifica-se a competência compartilhada entre o Ministério das Cidades e o

Ministério da Integração Nacional, além de intervenções da FUNASA em áreas com grande incidência de malária.

As principais fontes de financiamento são descritas a seguir.

38.3.1.1 BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

O BNDES apoia projetos de investimentos, públicos ou privados, que contribuam para a universalização aos serviços de saneamento básico e à recuperação de áreas ambientalmente degradadas, a partir da gestão integrada dos recursos hídricos e da adoção das bacias hidrográficas como unidades básicas de planejamento.

A linha de Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos financiam investimentos relacionados à: abastecimento de água, esgotamento sanitário, efluentes e resíduos industriais, resíduos sólidos, gestão de recursos hídricos (tecnologias e processos, bacias hidrográficas), recuperação de áreas ambientalmente degradadas, desenvolvimento institucional, despoluição de bacias, regiões onde já estejam constituídos Comitês e macrodrenagem.

38.3.1.2 FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

A missão institucional da Fundação Nacional de Saúde compreende duas vertentes principais que irão se desenvolver mediante a elaboração de planos estratégicos nos segmentos de Saneamento Ambiental e de Atenção Integral à Saúde Indígena. A FUNASA, como integrante do componente de infraestrutura social e urbana do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), atua em articulação com os Ministérios das Cidades e da Integração Nacional, e priorizou cinco eixos de atuação, sendo: Saneamento em Áreas Especiais, Saneamento em áreas de relevante interesse epidemiológico, Saneamento em municípios com população total de até 50.000 habitantes, Saneamento Rural e Ações complementares de saneamento.

A FUNASA financia obras que contemplem uma etapa útil por convênio como forma de beneficiar a população em curto espaço de tempo.

Recursos da FUNASA podem ser obtidos também a partir de contratos não onerosos, mediante eventual disponibilidade de recursos em linhas específicas para esta modalidade, o que não tem sido comum, em razão das diretrizes do PAC.

38.3.1.3 FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

Através da Caixa Econômica Federal, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi criado na década de 60 para proteger o trabalhador demitido sem justa causa. Sendo assim, no início de cada mês, os empregadores depositam, em contas abertas na CAIXA, em nome dos seus empregados e vinculadas ao contrato de trabalho, o valor correspondente a 8% do de cada funcionário.

Com o fundo, o trabalhador tem a chance de formar um patrimônio, bem como adquirir sua casa própria, com os recursos da conta vinculada. Além de favorecer os trabalhadores, o FGTS financia programas de habitação popular, saneamento básico e

infraestrutura urbana, que beneficiam a sociedade em geral, principalmente a de menor renda.

Na área de saneamento o programa que opera recursos do FGTS é o “Saneamento para Todos”. Nesse tipo de operação podem ser mutuários: um Estado, um município, uma empresa pública, uma empresa particular (uma concessionária privada de saneamento, por exemplo), uma entidade/associação e um indivíduo específico (como por exemplo, nas operações coletivas do FGTS com subsídio).

38.3.1.4 FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

O portal eletrônico do BNDES informa que existe saldo dos depósitos especiais do FAT vinculados à infraestrutura.

Segundo a mesma fonte, esses recursos destinam-se a programas de financiamento a projetos de infraestrutura nos setores de energia, transporte, saneamento, telecomunicações e logística, e a projetos de infraestrutura industrial, nos setores de papel e celulose, siderurgia, petroquímica e bens de capital sob encomenda.

38.3.1.5 PRODETUR

Os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo é um programa de crédito para o setor público (Estados e Municípios) que foi concebido tanto para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na região, quanto para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas.

Os investimentos do Programa são operacionalizados pelo Ministério do Turismo, que orienta tecnicamente as propostas estaduais e municipais; em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a Corporação Andina de Fomento, os quais atuam como financiadores internacionais.

Neste sentido, uma das linhas de financiamento do programa é Infraestrutura e Serviços Básicos, os quais são imprescindíveis para gerar acessibilidade ao destino e dentro dele e satisfazer as necessidades básicas do turista durante a sua estada.

38.3.1.6 Fundos Internacionais de Investimento.

As prefeituras têm acesso também a fontes de financiamentos internacionais, as quais poderiam ampliar suas opções de condições, taxas e amortizações para a contratação de empréstimos. As fontes são inúmeras e as taxas diferenciadas, porém os requisitos para a contratação são grandes, o que absorve do contratante, muita organização e atenção nos procedimentos a serem adotados.

Uma das principais fontes de financiamento internacional é o BIRD (International Bank for Reconstruction and Development). O BIRD foi criado em 1945, e conta hoje com 185 países membros, entre eles o Brasil.

Juntamente com a IDA (Associação Internacional de Desenvolvimento), constitui o Banco Mundial, organização que tem como principal objetivo à promoção

do progresso econômico e social dos países membros mediante o financiamento de projetos com vistas à melhoria das condições de vida nesses países.

O BIRD é uma das maiores fontes de conhecimento e financiamento do mundo, que oferece apoio aos governos dos países membros em seus esforços para investir em escolas e centros de saúde, fornecimento de água e energia, combate a doenças e proteção ao meio ambiente.

Ao contrário dos bancos comerciais, o Banco Mundial fornece crédito a juros baixos ou até mesmo sem juros aos países que não conseguem obter empréstimos para desenvolvimento.

Destaca-se que a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União serão feitos em conformidade com as diretrizes e os objetivos estabelecidos nos arts. 48 e 49 da Nacional de Saneamento Básico e com os PMSB's.

38.4 Modelos alternativos de obtenção de recursos

Neste item são apresentadas alternativas que explorem o potencial de parcerias com o setor privado, as quais possibilitam acesso aos recursos sem as exigências e restrições impostas pelas fontes de financiamentos, entre outros aspectos dificultadores, como por exemplo, o endividamento público.

38.4.1 Concessões comuns (Leis Federais nº 8.987/1995, 9.074/95 e 11.196/2005)

Corresponde à delegação, feita pelo Poder Concedente, através de concorrência, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre a capacidade para desempenho, por conta e risco, em prazo determinado.

A concessão comum envolve um projeto autossustentável, ou seja, as receitas advindas da exploração dos serviços objetos da concessão são suficientes para cobrir todos os gastos com a operação e manutenção, pagar os financiamentos tomados para o desenvolvimento da infraestrutura necessária e expansões desta ao longo de todo o prazo de concessão e ainda prover remuneração adequada ao capital próprio dos empreendedores. Neste caso, não existe pagamento ao parceiro privado, por parte da Administração Pública.

38.4.2 Parceria Público Privada - PPP (Lei Federal nº 1.079/2004)

A Parceria Público Privada é um ajuste celebrado entre a Administração Pública e entidades Privadas, que estabeleça vínculo jurídico para implantação ou gestão, no todo ou em parte, de serviços, empreendimentos e atividades de interesse público, em que haja aporte de recursos pelo parceiro privado, que responderá pelo respectivo financiamento e pela execução do objeto.

No caso da PPP, os projetos desenvolvidos não são auto sustentáveis, sendo assim necessária contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado,

além das receitas de exploração dos serviços, caso existam, para torná-los sustentáveis.

- **PPP Administrativa:**

O serviço é prestado direta ou indiretamente (quando há um terceiro beneficiário, a população na maioria das vezes) à Administração Pública, e todo pagamento realizado ao particular contratado é realizado pela própria entidade estatal contratante, portanto, caberá à administração pública arcar com a totalidade da remuneração devida à iniciativa privada pela prestação dos serviços.

Trata-se de um contrato de prestação de serviços, com realização de obra e/ou fornecimento de bens, onde a Administração Pública se encontre como usuária direta ou indireta.

- **PPP Patrocinada:**

O serviço é prestado diretamente ao público, e o Estado se encarrega de complementar a remuneração recebida pelo concessionário dos usuários do serviço, em princípio através de uma contraprestação pecuniária. Trata-se de uma concessão subsidiada pela Administração Pública, portanto os recebíveis dos serviços concedidos são acrescidos da contraprestação do poder público.

- **Locação de Ativos:**

É uma Operação Estruturada por meio da qual o parceiro privado se responsabiliza pelo financiamento e construção de empreendimentos a ser operado pelo parceiro público. O parceiro público assume a obrigação de pagamento de um valor mensal de locação.

A locação se dá por tempo determinado, precedida da Concessão de direito real do uso das áreas e da execução das obras de implantação, onde no final, as obras (benfeitorias) passam a ser propriedade do Município.

- **Garantias necessárias:**

Nas modalidades de parcerias com o setor privado correspondem essencialmente a estruturas de Project Finance, nas quais uma SPE (Sociedade de Propósito Específico) de caráter privado financia seus investimentos dando como garantia principal receitas futuras:

- Nas concessões comuns, os recebíveis dos serviços concedidos;
- Nas concessões patrocinadas, os recebíveis dos serviços concedidos, acrescidos da contraprestação devida (onde isto seja possível), ou pagamentos diretos;
- Nas concessões administrativas, os recebíveis cedidos pelo poder público para compor a contraprestação devida (onde isto seja possível), ou pagamentos diretos;
- Na locação de ativos, o fluxo futuro de recebíveis existentes, cedidas pela concessionária pública, para compor o valor do aluguel do ativo de saneamento, construído pela SPE;

Em todos estes casos acima, antes da celebração do contrato, o vencedor da licitação deverá constituir a SPE, a quem caberá implantar e gerir a parceria.

38.5 Fontes do Governo do Estado de São Paulo

Programas no âmbito do Estado de São Paulo

38.5.1 Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas

Na segunda fase, programa foi denominado Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável ou Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Temas: Apoio às iniciativas de negócios dos agricultores familiares; fortalecimento das instituições públicas e infraestrutura municipal; gestão do projeto.

38.5.2 Programa Sanebase

Temas: Implantação, reforma, adequação e expansão de sistemas de água e esgotos visando à universalização.

38.5.3 Programa Água Limpa

Temas: Incremento da disponibilidade de água; melhoria da qualidade da água; desenvolvimento institucional; gerenciamento do programa.

38.5.4 Programa Estadual de Apoio à Recuperação de Águas – REAGUA

Temas: Incremento da disponibilidade de água; melhoria da qualidade da água; desenvolvimento institucional do programa.

38.5.5 Programa Estadual Água é Vida

Temas: Recursos financeiros para obras e serviços de infraestrutura, instalações operacionais e equipamentos de sistemas de água para localidades de pequeno porte predominantemente ocupadas por população de baixa renda, mediante utilização de recursos financeiros estaduais não reembolsáveis.

38.5.6 Programa Melhor Caminho

Temas: execução de obras de recuperação de estradas rurais de terra.

38.5.7 Programa: Recuperação e conservação dos recursos hídricos das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

Temas: Projetos de recuperação e conservação da qualidade e quantidade dos recursos hídricos: despoluição de corpos d'água; recuperação e preservação de nascentes, mananciais e cursos d'água em áreas urbanas e rurais; combate às perdas em sistemas de distribuição de água; prevenção e defesa contra eventos hidrológicos extremos.

38.5.8 Programa Linha Economia Verde Municípios

Temas: construções sustentáveis; transporte (diminuição de CO₂); saneamento e resíduos; recuperação florestal; e planejamento municipal. É direcionado às administrações municipais diretas, as autarquias e fundações instituídas ou mantidas, direta ou indiretamente, pelos municípios.

38.5.9 Programa Integra São Paulo

Temas: Recuperação de áreas de pastagens degradadas pelo excesso de pastoreio e erosão, através de: Recuperação de pastagens, terraceamento (canaletas para orientar as enxurradas em direção a uma lagoa aberta na terra), para reduzir a violência da água; plantar lavouras em curvas de nível (no sentido diagonal) para também reduzir a intensidade dos volumes das chuvas; plantar mais capim no local onde havia erosão; e corrigir o solo com calcário, entre outros produtos para enriquecer a terra.

38.5.10 Projetos Financiados pelo FEHIDRO

Temas: planejamento e gerenciamento de recursos hídricos; planejamento e gerenciamento de bacias hidrográficas; monitoramento dos recursos hídricos; informações para a gestão dos recursos hídricos; educação ambiental para a gestão sustentável dos recursos hídricos; habilitação técnica para gestão em recursos hídricos; proteção, conservação e recuperação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos; prevenção contra eventos extremos.

38.5.11 Projeto Mina D'água

Temas: Proteção das nascentes de mananciais de abastecimento público. O projeto que está em fase piloto é uma modalidade de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) que visa remunerar os produtores rurais que preservarem nascentes existentes dentro de suas propriedades.

38.5.12 Projetos Financiados pelo FID do Estado de São Paulo

O FID - Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados do Estado de São Paulo é destinado ao ressarcimento, à coletividade, nos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos, de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, no âmbito do território do Estado de São Paulo.

Temas: Projetos com a finalidade promoção de eventos educativos, a recuperação e a reparação de bens, edição de material informativo e relacionado com a natureza da infração ou do dano causado, por exemplo: ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, a bens e direitos de valor artístico, histórico e dentre outros que caracterizem como sendo interesses difusos.

38.6 Descrição sucinta dos Programas

38.6.1 Programas no Âmbito do Governo Federal Ministério das Cidades

38.6.1.1 Programa Saneamento para Todos

Temas: Abastecimento de água; esgotamento sanitário; saneamento integrado; manejo de águas pluviais; manejo de resíduos sólidos; preservação e recuperação de mananciais; estudos e projetos.

38.6.1.2 Programa 2068 - Saneamento Básico

Temas: Implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios localizados em bolsões de pobreza;

Melhoria da gestão em saneamento básico.

38.6.1.3 Programa 2054: Planejamento Urbano ("Pró-Municípios")

Temas: Implantação ou melhoria de infraestrutura urbana em pavimentação; abastecimento de água; esgotamento sanitário; redução e controle de perdas de água; resíduos sólidos urbanos; drenagem, urbana; saneamento integrado; elaboração de estudos e desenvolvimento institucional em saneamento; e elaboração de projetos de saneamento.

38.6.1.4 Programa 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Temas: Prevenção de desastres originários de águas pluviais.

38.6.1.5 Programa Fortalecimento da Gestão Urbana

Temas: Reforço da capacidade de gestão territorial e urbana por meio da assistência técnica, do apoio financeiro, da capacitação dos atores municipais e de ações de suporte à elaboração, revisão e implementação do plano diretor participativo municipal.

38.6.1.6 Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários

Temas: Apoio a execução de intervenções necessárias à regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade de populações localizadas em área inadequada à moradia e em situações de risco, visando à sua permanência ou realocação por intermédio da execução de ações integradas de habitação, saneamento ambiental e inclusão social.

38.6.2 Programas no Âmbito do Governo Federal Ministério da Integração Nacional

38.6.2.1 Programa Água para Todos

Temas: Garantir o amplo acesso à água para as populações rurais dispersas e em situação de extrema pobreza seja para o consumo próprio ou para a produção de alimentos e a criação de animais, possibilitando a geração de excedentes comercializáveis para a ampliação da renda familiar dos produtores rurais.

38.6.2.2 Programa 2051 – Oferta de Água

Temas: Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

38.6.3 Programas no Âmbito do Governo Federal Ministério da Saúde

38.6.3.1 Programa: Saneamento Básico- Módulo Engenharia de Saúde Pública

Temas: Implantação ou ampliação de sistemas de abastecimentos de água, esgotamento sanitário; melhoria dos serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; apoio à gestão dos sistemas de saneamento básico; dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas; ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos; abastecimento público de água, esgotamento sanitário e melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas em áreas rurais.

38.6.3.2 Programa Resíduos Sólidos Urbanos

Temas: Implementação de projetos de coleta e reciclagem de materiais.

38.6.3.3 Programa: Saneamento Básico - Saúde Ambiental

Temas: Controle da qualidade da água para o consumo humano; ampliação de ações de Saúde Ambiental.

38.6.3.4 Programa Nacional de Saneamento Rural

Temas: Medidas estruturais: investimentos em obras para a conformação das infraestruturas físicas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, melhorias sanitárias domiciliares, manejo de resíduos sólidos e drenagem pluvial.

Medidas estruturantes: Suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação de serviços, incluindo ações de educação e mobilização social.

38.6.4 Programas no Âmbito do Governo Federal Ministério do Meio Ambiente

38.6.4.1 Programa Resíduos Sólidos Urbanos – Gestão Ambiental Urbana

Temas: Capacitação na gestão de resíduos sólidos; Implementação de aterros sanitários, galpão de reciclagem.

38.6.4.2 Programa Nacional de Florestas

Temas: Sustentabilidade do setor florestal, contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social.

38.6.4.3 Programa Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P

Temas: Gestão socioambiental sustentável das atividades administrativas e operacionais do Governo.

38.6.5 Outros Programas e Projetos no Âmbito do Governo Federal

38.6.5.1 Programa de Gestão Energética Municipal – PROCEL RELUZ – ELETROBRÁS

Temas: Gestão de energia elétrica; redução de custos.

38.6.5.2 Programa de Fortalecimento da Gestão Pública

Temas: Capacitação de agentes públicos; distribuição de bibliografia técnica; fortalecimento da capacidade institucional dos controles internos.

38.6.5.3 Projetos financiáveis pelo BNDES

Temas: Abastecimento de água; Esgotamento sanitário; Efluentes e resíduos industriais; Resíduos sólidos; Gestão de recursos hídricos (tecnologias e processos, bacias hidrográficas); Recuperação de áreas ambientalmente degradadas; Desenvolvimento Institucional; Despoluição de bacias, em regiões onde já estejam constituídos Comitês; Macrodrenagem.

38.6.5.4 Projetos financiáveis Ministério da Justiça

Temas: Projetos das áreas de meio ambiente, proteção e defesa do consumidor e promoção defesa da concorrência, patrimônio cultural brasileiro e outros direitos difusos e coletivo.

38.7 Programas no âmbito dos Comitês das Bacias Hidrográficas do PCJ

Os planos e programas existentes no âmbito do Plano de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ 2010 – 2020 são:

- a) Plano Entre Serras e Águas;
- b) Projeto Água Limpa;
- c) Reservas da Biosfera;
- d) Projeto de Proteção aos Mananciais do Consórcio PCJ;
- e) Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (PROAGUA);
- f) Plano Diretor para Recomposição Florestal visando à Produção de Água; nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

39. MECANISMOS DE AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

39.1 Ações para implementação do PMSB

Com a finalidade de alcançar os objetivos e metas estabelecidas no PMSB do município de Pinhalzinho, foram sugeridas algumas ações que permitam o desenvolvimento e acompanhamento da progressão, quanto ao atendimento das demandas de serviços ao longo do horizonte do PMSB bem como o enquadramento e atendimento das exigências legais correlacionadas.

Estas ações podem ser classificadas em dois grupos distintos: Ações Institucionais e Legais e Ações Técnicas e Operacionais.

39.1.1 Ações Institucionais e Legais

As ações institucionais e legais se baseiam em:

- Estruturação no âmbito da administração municipal de estrutura de gestão dos serviços de saneamento, através do Departamento de Agricultura e do Meio Ambiente;
- Criação de um Conselho Municipal de Saneamento, de forma a atender às exigências legais, com finalidades específicas de acompanhar a execução, efetuar a avaliação, fiscalização e monitoramento do PMSB, lembrando a necessidade de assegurar a participação de entidades e da sociedade organizada, conforme proposta do **ANEXO II**;
- Análise e revisão do modelo institucional atual para a gestão dos serviços de saneamento básico em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007;
- Criação de uma agência reguladora própria ou delegação destas atribuições a alguma entidade já constituída para esta finalidade;
- Criação do Fundo Municipal de Saneamento Básico;
- Definição de uma sistemática de revisão anual do PMSB a fim de garantir a sua permanente atualização;
- Criação do Comitê para Ações de Emergências e Contingências;
- Criação do Fundo Municipal para Ações de Emergências e Contingências.

39.1.2 Ações Técnicas e Operacionais

As ações técnicas e operacionais se baseiam em:

- Mobilização de ações institucionais junto aos órgãos da esfera estadual e federal, no intuito de identificar oportunidades de captação de recursos;
- Desenvolvimento do Plano de Atendimento às Emergências do Saneamento Básico;
- Alinhamento das atividades técnico-operacionais com os prestadores dos serviços.

39.1.3 Definição dos Padrões de Qualidade

O Saneamento Básico pode ser entendido como o conjunto de medidas que visam preservar ou modificar condições ambientais com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde.

O sistema de saneamento básico de um município ou de uma região possui estreita relação com a comunidade a qual atende, sendo fundamental para a salubridade ambiental do município e para a qualidade de vida da população.

Sendo assim, o planejamento e a gestão adequados destes serviços, concorrem para a valorização, proteção e gestão equilibrada dos recursos ambientais e tornam-se essenciais para garantir a eficiência desse sistema, em busca da universalização do atendimento, em harmonia com o desenvolvimento local e regional.

Para atingir um estado adequado de desenvolvimento devem ser compatibilizadas as disponibilidades e necessidades de serviços públicos para a população, associando alternativas de intervenção e de mitigação dos problemas decorrentes da insalubridade ambiental.

A universalização dos serviços, objetivo maior deste PMSB, corresponde à ampliação progressiva dos serviços de saneamento básico, objetivando o acesso de todos os domicílios ocupados e dos locais de trabalho e de convivência social em um determinado território.

O serviço público de saneamento básico é considerado universalizado em um território quando assegura o atendimento, no mínimo, das necessidades básicas vitais, sanitárias e higiênicas, de todas as pessoas, independentemente de sua condição socioeconômica, com promoção do uso racional dos recursos naturais.

Neste contexto são condicionantes para a universalização dos serviços os seguintes elementos básicos:

39.1.3.1 Abastecimento de água

- Garantia de fornecimento de água à população, com qualidade e quantidade compatível ao atendimento das suas necessidades;
- Regularidade na prestação dos serviços;
- Pressões de serviços compatíveis (entre 10,0 e 50,0 m.c.a.);
- Reduzidos índices de perdas (igual ou menor que 20%);
- Modicidade da tarifa.

39.1.3.2 Esgotamento sanitário

- Garantia de coleta e afastamento dos esgotos sanitários, em condições seguras à saúde pública da população com qualidade compatível ao atendimento das suas necessidades;
- Tratamento e lançamento final ao meio ambiente compatível aos padrões legais estabelecidos pela legislação específica;
- Regularidade na prestação dos serviços;
- Modicidade da tarifa.

39.1.3.3 Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

- Manutenção do sistema atual de coleta, transporte e destinação final adequada;
- Segregação na fonte dos resíduos úmidos e secos;
- Consolidação do plano de coleta seletiva e destinação final;
- Reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos secos;
- Aproveitamento dos resíduos sólidos orgânicos para compostagem;
- Consolidação do Programa de Educação Ambiental;
- Implantação de um sistema de gerenciamento e controle das ações do plano, a cargo da prefeitura municipal;
- Busca por alternativas para atendimento aos objetivos estabelecidos no PMSB, com menor custo e impacto ambiental.

39.1.3.4 Drenagem urbana e manejo de águas pluviais

- Atendimento de toda população urbana do município com sistema de drenagem de águas pluviais;
- Minimização ou eliminação sempre que possível dos impactos originados pelas enchentes;
- Busca por alternativas para atendimento aos objetivos estabelecidos no PMSB, com menor custo e impacto ambiental;
- Inclusão dos conceitos de retenção e infiltração das águas pluviais, no programa de educação ambiental;
- Implantação de um sistema de gerenciamento e controle das ações do plano, a cargo da prefeitura;
- Busca por alternativas para atendimento aos objetivos estabelecidos no PMSB, com menor custo e impacto ambiental.

39.1.3.5 Instrumentos de avaliação e monitoramento

De forma a potencializar os objetivos destacados no PMSB, recomenda-se que o acompanhamento das atividades, serviços e obras, utilize indicadores que permitam uma avaliação simples e objetiva do desempenho dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Ressalta-se que além dos indicadores a seguir, deverão ser efetuados registros de dados operacionais e de desempenho financeiro dos serviços, a fim de permitir a geração dos indicadores definidos pelo SNIS, instituída pela Lei Federal nº 11.445/2007, que prevê:

- I. Coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;
- II. Disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

- III. Permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico;
- IV. Permitir e facilitar a avaliação dos resultados e dos impactos dos planos e das ações de saneamento básico.

Ainda, a PNSB estabelece que as informações do SNIS são públicas e acessíveis a todos, independentemente da demonstração de interesse, devendo ser publicadas por meio da internet e que o SNIS deverá ser desenvolvido e implementado de forma articulada ao Sistema Nacional de Informações em Recursos Hídricos - SNIRH e ao Sistema Nacional de Informações em Meio Ambiente - SNIMA.

39.2 Diretrizes para a regulação dos serviços

A PNSB estabelece que os titulares dos serviços públicos de saneamento básico poderão delegar à organização, a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços, nos termos Constituição Federal e da Lei Federal nº 11.107/ 2005.

O município de Pinhalzinho delegou à ARSAE-MG, a regulação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

No caso dos serviços de drenagem urbana e manejo das águas pluviais, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, não existe no município a regulação destes serviços. Será necessário que o poder público municipal decida pela criação de uma agência reguladora ou a delegação a terceiros legalmente habilitados para prestação destes serviços.

O exercício da função de regulação dos serviços de saneamento está previsto nos termos da Lei nº 11.445/07, com objetivos de:

- I. Estabelecer padrões e normas para a prestação adequada dos serviços e satisfação dos usuários;
- II. Garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;
- III. Prevenir e reprimir o abuso do poder econômico;
- IV. Definir tarifas que assegurem o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos e a modicidade tarifária.

O titular poderá criar ou delegar a função regulatória dos serviços públicos de saneamento básico a qualquer entidade reguladora constituída nos limites do respectivo Estado.

A regulação deve ser entendida como todo e qualquer ato, normativo ou não, que discipline ou organize um determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto socioambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação e fixação e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos.

As atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público, são consideradas como fiscalização.

A entidade de regulação definirá, pelo menos:

- As normas técnicas relativas à qualidade, à quantidade e à regularidade dos serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;
- As normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;
- A garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;

Os mecanismos de pagamento de diferenças relativas à inadimplência dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

- O sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município.

O exercício da função de regulação deverá atender o seguinte:

- Independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora;
- Transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões;
- São objetivos da regulação:
- Estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;
- Garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;
- Prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;
- Definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e a eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

- Padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;
- Requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;
- As metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;
- Regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;
- Medição, faturamento e cobrança de serviços;
- Monitoramento dos custos;
- Avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- Plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;
- Subsídios tarifários e não tarifários;
- Padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação.

39.3 Diretrizes para a formatação de instrumentos de controle e participação da sociedade

As ações programadas no PMSB de Pinhalzinho deverão ter seus resultados amplamente divulgados, de forma a garantir pleno acesso às partes interessadas, entre as quais: a comunidade, órgãos e entidades públicas e entidades privadas.

Os mecanismos para esta divulgação deverão ser implementados pela Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, utilizando métodos e técnicas que permitam a ampla divulgação, conforme estabelecido no Plano de Mobilização Social, elaborado em 14 de janeiro de 2014, com o objetivo de fomentar a participação popular na elaboração dos planos municipais de saneamento básico e de gestão integrada de resíduos sólidos do município de Pinhalzinho.

Os indicadores que serão apresentados no item seguinte deverão também ser amplamente divulgados, revistos, atualizados e discutidos de forma sistemática.

As definições das formas de mídia serão de responsabilidade da administração municipal a partir dos recursos disponíveis. Como recomendações, são indicadas as ferramentas para a divulgação do PMSB:

- Utilização de um Sistema Georreferenciado com mapeamento das obras de ampliação e melhoria da infraestrutura existente;
- Elaboração de folheto contendo o “balanço” anual do atendimento às metas;
- Utilização da fatura de água/esgoto, para divulgação de informações a metas relativas ao PMSB;
- Realização de Audiência Pública anual para apresentação do desenvolvimento do PMSB;
- Disponibilidade no “web-site” da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, contendo um de link para consulta pública dos textos contendo o PMSB, publicações sobre convocações para realização de audiências públicas, conferências municipais de saneamento ambiental, bem como informações sobre as metas do PMSB e seu respectivo status de atendimento.

40. INDICADORES DE INTERESSE PARA ACOMPANHAMENTO DAS METAS

No presente item se objetiva a definição e o estabelecimento de metas e indicadores quantitativos e qualitativos a serem atendidos pela SABESP e pelos demais prestadores de serviços de saneamento no âmbito do município, baseado na situação atual e melhorias propostas.

Os indicadores selecionados para monitoramento do PMSB compreendem aspectos técnico-operacionais e de gestão.

40.1 Indicadores de desempenho

O planejamento para implementação das ações e obras para melhorias operacionais e de ampliação visa ao adequado e pleno atendimento dos critérios de serviço. Destaca-se que o objetivo deste planejamento é a preparação da infraestrutura e dos serviços, a fim de se atender as metas estabelecidas por este PMSB. Para mensurar o atendimento das ações propostas foram elencados os indicadores que deverão ser utilizados, os quais permitirão avaliar a extensão do atendimento dos objetivos e metas definidos.

40.1.1 Indicadores do sistema de abastecimento de água

Aqui, serão utilizados dois tipos de indicadores correlacionados entre si, para definir a situação do abastecimento de água no município: Índice de Cobertura, referente aos Domicílios existentes no município, e, Índice de Atendimento, referente à população do município.

O Índice de Cobertura, ICDÁgua, adota como parâmetros os números de economias e de domicílios, e é de mais fácil quantificação e controle; o Índice de Atendimento, IAPÁgua, tem como referência a população do município, e por isto é importante na gestão dos serviços de abastecimento de água, permitindo análises e correlações com outros indicadores, como por exemplo, indicadores epidemiológicos e de saúde, e outros indicadores relativos à população do município.

40.1.1.1 Cobertura e atendimento com abastecimento de água

A cobertura do município com abastecimento de água será calculada utilizando como parâmetro os domicílios existentes no município.

O atendimento com abastecimento de água será calculado utilizando como parâmetro a população do município.

Estão previstos indicadores para o município como um todo, conforme descritos a seguir.

40.1.1.1.1 Índice de cobertura dos domicílios urbanos com abastecimento de água:

O objetivo do indicador é medir o percentual de domicílios existentes na área urbana com disponibilidade de acesso ao sistema público de abastecimento de água. A frequência recomendada de apuração do medidor é trimestral

Equação:

$$ICDUÁgua = \frac{ERUAÁgua + ERUDÁgua}{Durb.} \times 100$$

Onde:

- ICDUÁgua – Índice de cobertura dos domicílios urbanos com abastecimento de água, em percentual;
- ERUAÁgua - Quantidade de economias residenciais urbanas ativas ligadas no sistema de abastecimento de água;
- ERUDÁgua - Quantidade de economias residenciais totais com disponibilidade de abastecimento de água, mas não ativadas;
- Durb. - Quantidade de domicílios urbanos do município, conforme cadastro da prefeitura.

40.1.1.1.2 Índice de cobertura dos domicílios totais com abastecimento de água

O objetivo do indicador é medir o percentual dos domicílios existentes no município (totais) com disponibilidade de acesso ao sistema público de abastecimento de água. A frequência recomendada de apuração do medidor é trimestral.

Equação:

$$ICDTÁgua = \frac{ERTAÁgua + ERTDÁgua}{Dtot.} \times 100$$

Onde:

- ICDTÁgua – Índice de cobertura dos domicílios totais com abastecimento de água, em percentual;
- ERTAÁgua - Quantidade de economias residenciais totais ativas ligadas no sistema de abastecimento de água;
- ERTDÁgua - Quantidade de economias residenciais totais com disponibilidade de abastecimento de água mas não ativadas;
- Dtot. - Quantidade de domicílios totais do município, conforme cadastro da prefeitura.

Na **Tabela 61**, apresenta-se as metas a serem atingidas.

Tabela 61 - Metas de atendimento com abastecimento de água

Indicador	Metas/Anos
	2016 a 2035
ICDÁgua - (%) - maior ou igual a	100,0
IAPUÁgua (%) - maior ou igual a	99,00

40.1.1.1.3 Índice de atendimento da população urbana com abastecimento de água

O objetivo do indicador é medir o percentual da população urbana existente no município com disponibilidade de acesso ao sistema público de abastecimento de água. A frequência recomendada de apuração do medidor é trimestral.

Equação:

$$IAUÁgua = \frac{PUAÁgua}{PU} \times 100$$

Onde:

- IAUÁgua - Índice de Atendimento Urbano de Água, em percentagem;
- PU - População Urbana do Município, conforme projeção do PMSB;
- PUAÁgua - População Urbana Atendida com Abastecimento de Água;

A meta de atendimento com abastecimento de água na área urbana é manter 100% até em todo o período do plano.

40.1.1.1.4 Índice de atendimento da população total com abastecimento de água

O objetivo do indicador é medir o percentual da população total existente no município com disponibilidade de acesso ao sistema público de abastecimento de água. A frequência recomendada de apuração do indicador é trimestral.

Equação:

$$IATÁgua = \frac{PTAÁgua}{PT} \times 100$$

Onde:

- IATÁGUA - Índice de Atendimento de Água da População Total do Município, em percentual;
- PT - População Total do Município, conforme projeção do PMSB;
- PTAÁgua - População Total do Município Atendida com Abastecimento de Água;

40.1.1.2 Hidrometração

O indicador de hidrometração é dado por um percentual, definido pela relação numérica entre o número de ligações ativas com hidrômetros sobre o total de ligações existentes num dado momento da avaliação.

O objetivo do indicador é avaliar a qualidade dos volumes consumidos apurados, do ponto de vista da parcela das ligações de água que é efetivamente medida, lembrando que a outra parcela corresponde a volumes estimados. A frequência recomendada de apuração do indicador é anual.

Equação:

$$IHD = \frac{LAA}{LAA \text{ micro}}$$

Onde:

- IHD – Índice de hidrometração;
- LAA - Quantidade de Ligações Ativas de Água;
- LAA micro - Quantidade de Ligações Ativas de Água Micro medidas.

O índice de hidrometração atual é de 100%, a meta é manter o índice em 100% até o final do plano.

40.1.1.3 Qualidade de água

As metas de qualidade da água deverão ser avaliadas a partir dos indicadores AFQB e IAB, Índice de Análises Físico-Químicas e Bacteriológicas e Índice de Análises Bacteriológicas, respectivamente.

Deverão ser considerados os parâmetros de avaliação da qualidade da água mais importantes e exigidos pela Portaria MS nº 2914/2011. Os índices deverão ser calculados a partir das análises laboratoriais das amostras de águas coletadas na rede de distribuição de água, segundo um programa de coleta que atenda à legislação vigente. Para apuração dos indicadores, o sistema de controle da qualidade da água deverá incluir um sistema de coleta de amostras e de execução de análises laboratoriais que permitam o levantamento dos dados necessários, além de atender à legislação vigente.

40.1.1.3.1 Índice de conformidade das análises físico-químicas e bacteriológicas

O objetivo do indicador é medir o percentual das análises físico-químicas e bacteriológicas que estão em conformidade com a legislação vigente, em relação ao

total de análises realizadas. A frequência recomendada de apuração do indicador é mensal.

Equação:

$$AFQB = \frac{NAC}{NAT} \times 100$$

Onde:

- AFQB – Índice de Conformidade das Análises Físico-Químicas e Bacteriológicas;
- NAC - número de análises efetuadas com todos os parâmetros (cor, turbidez, cloro residual livre, fluoreto e bacteriologia) em conformidade com a Portaria MS nº 2914/2011;
- NAT - número total de análises realizadas.

40.1.1.3.2 Índice de conformidade das análises bacteriológicas

O objetivo do indicador é medir o percentual das análises bacteriológicas que estão em conformidade com a legislação vigente, em relação ao total de análises realizadas. A frequência recomendada de apuração do indicador é mensal.

Equação:

$$IAB = \frac{NABC}{NABT} \times 100$$

Onde:

- IAB – Índice de Análises Bacteriológicas
- NABC - número de análises bacteriológicas em conformidade com a Portaria MS nº 2914/2011;
- NABT - número total de análises bacteriológicas realizadas.

A apuração mensal do IAB e do AFQB não isenta a SABESP de suas responsabilidades perante outros órgãos fiscalizadores e perante a legislação vigente.

40.1.1.4 Qualidade do fornecimento de água

Para a verificação da qualidade do fornecimento de água aos usuários, serão utilizados dois indicadores que avaliam a existência de eventuais problemas relacionados ao sistema de abastecimento de água, que podem ser:

40.1.1.4.1 Índice de interrupções de fornecimento

O Índice de Interrupções de Fornecimento - IIF mede a descontinuidade do abastecimento no sistema de distribuição de água, tomando como base a quantidade

e o tempo que as economias ativas de água foram atingidas por paralisações não programadas, do fornecimento de água. A frequência recomendada de apuração do medidor é mensal, com fechamento anual.

$$IIF = \frac{\sum \text{Quantidade de economias ativas atingidas por paralisações} \times \text{horas de duração das paralisações}}{\text{Quantidade de economias ativas de água} \times 24 \times \text{nº de dias do mês considerado}} \times 100$$

Onde:

- IIF - Índice de interrupções de fornecimento;
- Paralisações: interrupção no fornecimento de água ao usuário pelo sistema de distribuição, por problemas em qualquer das unidades do sistema de abastecimento, desde a produção até a rede de distribuição, que tenham acarretado prejuízos à regularidade do abastecimento de água. Inclui, dentre outras, as interrupções decorrentes de reparos e quedas de energia. Para efeito deste indicador consideram-se paralisações somente as interrupções que tenham acarretado 6 horas ou mais de interrupção no fornecimento de água.

40.1.1.4.2 Índice de reclamações de falta de água

O objetivo do indicador é avaliar a percepção dos usuários, quanto a eventuais problemas com o fornecimento de água.

O Índice de Reclamações de Falta de Água – IRFA deverá ser avaliado pelo número de reclamações de falta de água imprevistas por 1.000 ligações, excetuado as paradas programadas. A frequência recomendada de apuração do medidor é mensal, com fechamento anual.

Equação:

$$IRFA = \frac{NRFA}{NLAA \times 1000}$$

Onde:

- IRFA - Índice de Reclamações de Falta de Água, em quantidade por 1000 habitantes;
- NRFA - número de reclamações de falta de água justificadas (exclui, por exemplo, reclamações de clientes cortados por falta de água);
- NLAA - número de ligações ativas de água.

Nas metas estabelecidas, a partir do ano de 2014, o IRFA deverá ser inferior a 2 (duas) reclamações por 1.000 ligações.

40.1.1.5 Controle de perdas

Serão utilizados dois indicadores correlacionados entre si para definir perdas: Índice de Perdas na Distribuição e Índice de Perdas por Ramal.

O Índice de Perdas na Distribuição, IPD, expresso em percentual, é um indicador de impacto e facilmente interpretado pelo usuário.

O indicador de Perdas por Ligação, IPL, expresso em l/ligação/dia, é um Indicador mais técnico e mais propício no auxílio das ações de controle de perdas.

A frequência recomendada para apuração destes medidores é mensal.

A seguir são apresentadas as definições dos parâmetros que são utilizados nas formulações dos indicadores de índices de perdas de água.

40.1.1.5.1 Índice de perdas na distribuição

Equação:

$$IPDf = \frac{(VDC - VCM)}{VDC} \times 100$$

Onde:

- IPDf - Índice de Perdas Físicas na Distribuição, em %;

Indicador	Metas/Ano			
	2016	2020	2024	2035
IPDf (%) - menor ou igual a	30,00	35,00	20,00	20,00

- VDC - Volume de Água Disponibilizado à Distribuição (Produzido, Tratado, de Serviço), em m³/ano;
- VCM – Volume de Consumo Medido ou Estimado (m³/ano).

A seguir a **Tabela 62** apresenta as metas a serem atingidas.

Tabela 62 - Metas de Controle de Perdas

40.1.1.5.2 Índice de perdas por ligação:

Equação:

$$IPL = \frac{(VDC - VCM)}{\text{-----}}$$

Onde:

- IPL - Índice de Perdas por Ligação, em l/lig.dia;
- VDC - Volume de Água Disponibilizado à Distribuição (Produzido, Tratado, de Serviço), em m³/ano;
- VCM – Volume de Consumo Medido ou Estimado, em m³/ano;
- NLA - Quantidade de Ligações Ativas de Água.

40.1.2 Indicadores do sistema de esgotamento sanitário

40.1.2.1 Cobertura e atendimento com esgotamento sanitário

A cobertura do município com esgotamento sanitário será calculada utilizando como parâmetro os domicílios existentes no município.

O atendimento com esgotamento sanitário será calculado utilizando como parâmetro a população do município.

Estão previstos indicadores para o município como um todo, conforme descritos a seguir.

40.1.2.1.1 Índice de cobertura dos domicílios urbanos com esgotamento sanitário

O objetivo do indicador é medir o percentual de domicílios existentes na área urbana com disponibilidade de acesso ao sistema público de esgotamento sanitário. A frequência recomendada de apuração do medidor é trimestral.

Equação:

Onde:

- ICDUEsgoto – Índice de Cobertura dos Domicílios Urbanos com Esgotamento Sanitário, em percentual;
- EUAEsgoto - Quantidade de economias residenciais urbanas ativas ligadas no sistema de esgotamento sanitário;
- EUDEsgoto - Quantidade de economias residenciais totais com esgotamento sanitário, mas não ativadas;
- Durb. - Quantidade de domicílios urbanos do município, conforme cadastro da prefeitura.

40.1.2.1.2 Índice de cobertura dos domicílios totais com esgotamento sanitário

O objetivo do indicador é medir o percentual dos domicílios existentes no município (totais) com disponibilidade de acesso ao sistema público de esgotamento sanitário.

A frequência recomendada de apuração do medidor é trimestral.

Equação:

Onde:

- ICDTEsgoto – Índice de Cobertura dos Domicílios Totais com Esgotamento Sanitário, em percentual;
- ERTAEsgoto - Quantidade de economias residenciais totais ativas ligadas no sistema de esgotamento sanitário;
- ERTDEsgoto - Quantidade de economias residenciais totais com esgotamento sanitário disponibilizadas, mas não ativadas;
- Durb. - Quantidade de domicílios urbanos do município, conforme cadastro da prefeitura.

40.1.2.1.3 Índice de Atendimento da População Urbana com Esgotamento Sanitário

O objetivo do indicador é medir o percentual da população urbana do município com disponibilidade de acesso ao sistema público de esgotamento sanitário.

A frequência recomendada de apuração do indicador é trimestral.

Equação:

Onde:

- IAUEsgoto - Índice de Atendimento de Esgoto da População Urbana do Município, em percentual;
- PU - População Urbana do Município, conforme projeção da Fundação Seade;
- PUAEsgoto - População Urbana do Município Atendida com Esgotamento Sanitário.

A seguir a **Tabela 63** apresenta as metas a serem atingidas.

Tabela 63 - Metas de Atendimento da População Urbana com Esgotamento Sanitário

Indicador	Metas/Ano			
	2016	2020	2024	2035
IAUEsgoto (%) maior ou igual a	50,00	70,00	90,00	100,00

40.1.2.1.4 Índice de atendimento da população total com esgotamento sanitário

O objetivo do indicador é medir o percentual da população total existente no município com disponibilidade de acesso ao sistema público de esgotamento sanitário. A frequência recomendada de apuração do indicador é trimestral.

Equação:

Onde:

- ITEC - Índice de Atendimento de Esgoto da População Total do Município, em percentual;
- PT - População Total do Município, conforme projeção do Fundação SEADE;
- PTAEsgoto - População Total do Município Atendida com Esgotamento Sanitário.

40.1.2.2 Índice de tratamento dos esgotos coletados

O objetivo do indicador é medir o percentual de tratamento dos esgotos coletados.

O indicador é definido como sendo a relação entre as economias cadastradas ativas totais atendidas com coleta de esgotos cujos efluentes são conduzidos para tratamento e as economias cadastradas ativas totais atendidas com coleta de esgoto.

A frequência recomendada de apuração do medidor é mensal.

Equação:

Onde:

- ITEC – Índice de Tratamento dos Esgotos Coletados, em percentual;
- EACEsgoto - Quantidade de economias cadastradas ativas totais atendidas com coleta de esgotos;
- EATEsgoto - Quantidade de economias cadastradas ativas atendidas com coleta de esgoto, cujos efluentes são conduzidos para tratamento.

40.1.2.3 Eficiência de tratamento de esgotos sanitários

A qualidade dos efluentes lançados nos cursos de água naturais deverá ser medida pelo Índice de Qualidade do Efluente - IQE. Esse índice procura identificar, de maneira objetiva, os principais parâmetros de qualidade dos efluentes lançados.

O IQE deverá ser calculado com base no resultado das análises laboratoriais das amostras de efluentes coletadas no conduto de descarga final das estações de tratamento de esgotos, segundo um programa de coleta que atenda à legislação vigente e seja representativa para o cálculo adiante definido.

A frequência de apuração do IQE deverá ser mensal, utilizando os resultados das análises efetuadas nos últimos 3 meses. Para a apuração do IQE, o sistema de controle de qualidade dos efluentes a ser implantado pela SABESP, deverá incluir um sistema de coleta de amostras e de execução de análises laboratoriais que permitam o levantamento dos dados necessários, além de atender à legislação vigente.

O IQE deverá ser calculado como o percentual de análises em conformidade com a Resolução CONAMA nº 430/2011, bem como às exigências técnicas das Licenças Ambientais, regidas pela Resolução CONAMA nº 237/97.

A probabilidade de atendimento de cada um dos parâmetros será obtida através da teoria da distribuição normal ou de Gauss.

Determinada a probabilidade de atendimento para cada parâmetro, o IQE será obtido através da seguinte expressão:

Onde:

- P(SS) - probabilidade de que seja atendida a condição exigida para materiais sedimentáveis;
- P(SH) - probabilidade de que seja atendida a condição exigida para substâncias solúveis em hexana;
- P(DBO) - probabilidade de que seja atendida a condição exigida para a demanda bioquímica de oxigênio.

A apuração mensal do IQE não isenta a SABESP da obrigação de cumprir integralmente o disposto na legislação vigente, nem de suas responsabilidades perante outros órgãos fiscalizadores.

A **Tabela 64** a seguir apresenta os índices pretendidos ao longo do período do plano.

Tabela 64 - Índices de qualidade de tratamento de esgoto desejados no horizonte de projeto

Indicador	Metas/Ano			
	2016	2020	2025	2035
IQE (%) – maior ou igual a	0,00	80,00	95,00	95,00

40.1.2.4 Qualidade da coleta dos esgotos

Para a verificação da qualidade da coleta de esgoto, serão utilizados dois indicadores que avaliam a existência de anomalias que prejudicam a continuidade operacional do sistema de coleta de esgotos.

A continuidade do sistema de coleta de esgotos sanitários deverá ser medida pelo número de desobstruções de redes coletoras e ramais prediais que efetivamente forem realizadas por solicitação dos usuários.

Qualquer que seja a causa das obstruções, a responsabilidade pela redução dos índices será a SABESP, seja pela melhoria dos serviços de operação e manutenção da rede coletora, ou através de mecanismos de correção e campanhas educativas por ela promovidos de modo a conscientizar os usuários do correto uso das instalações sanitárias de seus imóveis.

40.1.2.5 Índice de obstrução de ramais domiciliares:

O Índice de Obstrução de Ramais Domiciliares – IORD, deverá ser apurado mensalmente e consistirá na relação entre a quantidade de desobstruções de ramais realizadas no período por solicitação dos usuários e o número de economias ativas de esgoto ligadas à rede, no primeiro dia do mês, multiplicada por 10.000 (dez mil).

Equação:

Onde:

- IORD – Índice de Obstrução de ramais domiciliares;
- Ndrmais - quantidade de desobstruções de ramais realizadas no período, em unidades;

- EAE – quantidade de economias ativas existentes, ligadas ao sistema de coleta de esgotos.

40.1.2.5.1 Índice de obstrução de redes coletoras

O Índice de Obstrução de Redes Coletoras – IORC deverá ser apurado mensalmente e consistirá na relação entre a quantidade de desobstruções de redes coletoras realizadas por solicitação dos usuários e a extensão desta em quilômetros, no primeiro dia do mês, multiplicada por 1.000.

Equação:

$$= \frac{\text{NDrede}}{\text{LRE}}$$

Onde:

- IORC – Índice de obstrução de redes coletoras;
- NDrede - quantidade de desobstruções de rede coletora realizadas no período, em Km;
- LRE – quantidade de economias ativas existentes, ligadas ao sistema de coleta de esgotos.

As metas estabelecidas para estes indicadores, a partir do ano de 2017 são:

- IORD inferior a 7/ano;
- IORC inferior a 50/ano.

Enquanto existirem imóveis lançando águas pluviais na rede coletora de esgotos sanitários, e a SABESP não tiver efetivo poder de controle sobre tais casos, não deverão ser considerados, para efeito de cálculo dos índices IORD e IORC, os casos de obstrução e extravasamento ocorridos durante e após 6 horas da ocorrência de chuvas.

40.1.3 Indicadores gerenciais do SAA e do SES

40.1.3.1 Indicadores econômico-financeiros

40.1.3.1.1 Índice de evasão de receitas

O objetivo do indicador é medir a evasão de receitas, originaria da inadimplência com as contas de água e de esgoto da população do município.

A frequência recomendada de apuração do índice é mensal.

Equação:

—

Onde:

- IEV – Índice de Evasão de Receitas, em percentagem;
- ROT - Receita Operacional Total;
- ARR – Arrecadação.

40.1.3.1.2 Despesa total com os serviços por m³ faturado

O objetivo do indicador é medir as despesas totais com os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A frequência recomendada de apuração do medidor é mensal, com fechamento anual.

Equação:

Onde:

- IDTS – Despesas de Totais por m³ Faturado, em R\$/ m³;
- VTF - Volume Total Faturado (Água Esgotos), em m³ por ano;
- DTS - Despesas Totais com os Serviço.

Despesas totais com os serviços (DTS) - Valor anual total do conjunto de despesas realizadas para a prestação dos serviços. Inclui Despesas de Exploração (DEX), Juros e Encargos do Serviço da Dívida, Depreciação, Amortização e Provisão para Devedores Duvidosos, Despesas Capitalizáveis, Despesas Fiscais ou Tributárias Incidentes na DTS, além de Outras Despesas com os Serviço, em R\$/ano.

40.1.3.1.3 Indicador de desempenho financeiro

O objetivo do indicador é medir o desempenho financeiro com a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A frequência recomendada de apuração do medidor é mensal, com fechamento anual.

Equação:

Onde:

- IDF – Índice de Desempenho Financeiro, em (%);
- ROD - Receita Operacional Direta Volume (Água e Esgoto), em R\$;

- DTS - Despesas Totais com os Serviços;
- Despesas totais com os serviços (DTS) - Valor anual total do conjunto de despesas realizadas para a prestação dos serviços. Inclui Despesas de Exploração (DEX), Juros e Encargos do Serviço da Dívida, Depreciação, Amortização e Provisão para Devedores Duvidosos, Despesas Capitalizáveis, Despesas Fiscais ou Tributárias Incidentes na DTS, além de Outras Despesas com os Serviços, em R\$/ano.

40.1.3.2 Indicadores de investimentos

40.1.3.2.1 Índice de investimentos em água

O objetivo do indicador é verificar o percentual dos investimentos realizados no sistema de abastecimento de água em relação à receita bruta com os serviços de água e esgoto.

A frequência recomendada de apuração do medidor é anual.

Equação:

—

Onde:

- IIA - Índice de Investimentos em Abastecimento de Água, em (%);
- IA - Investimentos em Abastecimento de Água, em R\$;
- RB - Receita Bruta obtida com o abastecimento de água e esgotamento sanitário do município, deduzidos do COFINS/PASEP, em R\$.

Os valores correspondentes aos investimentos e à receita bruta deverão ser calculados a valor presente.

40.1.3.2.2 Índice de investimentos em esgoto

O objetivo do indicador é verificar o percentual dos investimentos realizados no sistema de esgotamento sanitário em relação à receita bruta com os serviços de água e esgoto.

A frequência recomendada de apuração do medidor é anual.

Equação:

—

Onde:

- IIE- Índice de Investimentos em Esgotamento Sanitário, em (%);
- IE - Investimentos em Esgotamento Sanitário, em R\$/ano;
- RB - Receita Bruta obtida com o abastecimento de água e esgotamento sanitário do município, deduzidos do COFINS/PASEP, em R\$/ano.

Os valores correspondentes aos investimentos e à receita bruta deverão ser calculados a valor presente.

40.1.4 Medidas propostas para melhoria do atendimento ao cliente

40.1.4.1 Eficiência na prestação do serviço e no atendimento ao público

A eficiência no atendimento ao público e na prestação do serviço pela SABESP deverá ser avaliada através do Índice de Eficiência na Prestação do Serviço e no Atendimento ao Público - IEPSP.

O IEPSP deverá ser calculado com base na avaliação de fatores indicativos do desempenho da SABESP quanto à adequação de seu atendimento às solicitações e necessidades dos usuários.

Para cada um dos fatores de avaliação da adequação do serviço será atribuído um peso de forma a compor-se o indicador para a verificação.

Os fatores que deverão ser considerados na apuração do IEPSP, mensalmente, são os seguintes:

- **FATOR 1** - Prazos de atendimento dos serviços de maior frequência, que corresponderá ao período de tempo decorrido entre a solicitação do serviço pelo usuário e a data efetiva de conclusão;

O **Quadro 14** padrão dos prazos de atendimento dos serviços é apresentado a seguir.

Quadro 14 - Prazos de atendimento dos serviços

Serviço	Prazo para atendimento das solicitações
Ligação de água	5 dias úteis
Reparo de vazamentos na rede ou ramais de água	24 horas
Falta d'água local ou geral	24 horas
Ligação de esgoto	5 dias úteis
Desobstrução de redes e ramais de esgotos	24 horas
Ocorrências relativas à ausência ou má qualidade da repavimentação	5 dias úteis
Verificação da qualidade da água	12 horas
Restabelecimento do fornecimento de água	24 horas
Ocorrências de caráter comercial	24 horas

O índice de eficiência dos prazos de atendimento será determinado como segue:

-FATOR 1 = (Quantidade de serviços realizados no prazo estabelecido x 100) / (Quantidade total de serviços realizados).

- FATOR 2 - Disponibilização de estruturas de atendimento ao público, que deverão ser avaliadas pela oferta ou não das seguintes possibilidades:

- a) Atendimento em escritório da SABESP;
- b) Sistema "0800" para atendimento telefônico dos usuários;
- c) Atendimento personalizado domiciliar, ou seja, o funcionário da SABESP responsável pela leitura dos hidrômetros e/ou entrega de contas, aqui denominado "agente comercial", deverá atuar como representante da administração junto aos usuários, prestando informações de natureza comercial sobre o serviço, sempre que solicitado. Para tanto a SABESP deverá treinar sua equipe de agentes comerciais, fornecendo-lhes todas as indicações e informações sobre como proceder nas diversas situações que se apresentarão;
- d) Os programas de computadores, de controle e gerenciamento do atendimento que deverão ser processados em rede de computadores da SABESP.

O quesito previsto neste fator poderá ser avaliado pela disponibilização ou não das estruturas elencadas, e terá os seguintes valores apresentados no **Quadro 15** a seguir.

Quadro 15 - Estruturas de atendimento ao público

Estruturas de atendimento ao público	Valor
1 (uma) ou menos estruturas	0
2 (duas) ou 3 (três) das estruturas	0,5
4 (quatro) estruturas	1

- FATOR 3 - Adequação da estrutura de atendimento em prédio(s) da SABESP que será avaliada pela oferta ou não das seguintes possibilidades:

- a) Facilidade de estacionamento de veículos ou existência de estacionamento próprio;
- b) Facilidade de identificação;
- c) Conservação e limpeza;
- d) Coincidência do horário de atendimento com o da rede bancária local;
- e) Número máximo de atendimentos diários por atendente menor ou igual a 70 (setenta);
- f) Período de tempo médio entre a chegada do usuário ao escritório e o início do atendimento menor ou igual a 30 (trinta) minutos;
- g) Período de tempo médio de atendimento telefônico no sistema "0800" menor ou igual a 5 (cinco) minutos.

Este fator deverá ser avaliado pelo atendimento ou não dos itens elencados, e terá os seguintes valores apresentado no **Quadro 16**.

Quadro 16 - Adequação das estruturas de atendimento ao público

Adequação das estruturas de atendimento ao público	Valor
Atendimento de 5 (cinco) ou menos itens	0
Atendimento de 6 (seis) itens	0,5
Atendimento de 7 (sete) itens	1

Com base nas condições definidas nos itens anteriores, o Índice de Eficiência na Prestação do Serviço e no Atendimento ao Público - IEPSP deverá ser calculado de acordo com a seguinte fórmula:

O sistema de prestação de serviços e atendimento ao público da SABESP, a ser avaliado anualmente pela média dos valores apurados mensalmente, deverá considerar:

- I. Inadequado se o valor do IEPSP for igual ou inferior a 5 (cinco);
- II. Adequado se for superior a 5 (cinco), com as seguintes gradações:

- Regular, se superior a 5 (cinco) e menor ou igual a 6 (seis);
- Satisfatório, se superior a 6 (seis) e menor ou igual a 8 (oito);
- Bom, se superior a 8 (oito).

As metas estabelecidas a partir do ano de 2017 são:

- De 2017 a 2021 - IEPSP = Adequado – Regular a Satisfatório;
- A partir de 2022 - IEPSP = Adequado – Bom.

40.1.4.2 Índice de satisfação do cliente

A verificação dos resultados obtidos pela SABESP deverá ser feita anualmente, até o mês de dezembro, através de uma pesquisa de opinião realizada por empresa independente, capacitada para a execução do serviço.

A pesquisa a ser realizada deverá abranger um universo representativo de usuários que tenham tido contato devidamente registrado com a SABESP, no período de 3 (três) meses antecedentes à realização da pesquisa.

Os usuários deverão ser selecionados aleatoriamente, devendo, no entanto, ser incluídos no universo da pesquisa, os três tipos de contato possíveis:

- Atendimento via telefone;
- Atendimento personalizado;
- Atendimento na ligação para execução de serviços diversos.

Para cada tipo de contato o usuário deverá responder a questões que avaliem objetivamente o seu grau de satisfação em relação ao serviço prestado e ao atendimento realizado, assim, entre outras, o usuário deverá ser questionado:

- Se o funcionário foi educado e cortês;
- Se o funcionário resolveu satisfatoriamente suas solicitações;
- Se o serviço foi realizado a contento e no prazo comprometido;
- Se, após a realização do serviço, o pavimento foi adequadamente reparado e o local limpo;
- Outras questões de relevância poderão ser objeto de formulação, procurando inclusive atender a condições peculiares.

As respostas a essas questões devem ser computadas considerando-se 5 (cinco) níveis de satisfação do usuário:

- I. ótimo;
- II. bom;
- III. regular;
- IV. ruim;
- V. péssimo.

A compilação dos resultados às perguntas formuladas, sempre considerando o mesmo valor relativo para cada pergunta independentemente da natureza da questão ou do usuário pesquisado, deverá resultar na atribuição de porcentagens de classificação do universo de amostragem em cada um dos conceitos acima referidos. Os resultados obtidos pela SABESP serão considerados adequados se a soma dos conceitos, ótimo e bom, corresponderem a 70% (setenta por cento) ou mais do total, cujo resultado representa o indicador ISC (Índice de Satisfação do Cliente).

As metas estabelecidas a partir do ano de 2017 são:

- A partir de 2017 ISC até 2019 = 70%;
- A partir de 2019, ISC superior a 90%.

A **Tabela 65**, a seguir apresenta para fins de comparação uma média de indicadores para abastecimento de água e esgotamento sanitário, de municípios mineiros, extraída do SNIS 2013.

Tabela 65 - Indicadores abastecimento de água e esgotamento sanitário

Descrições		Média SMAE*
Índice atendimento urbano água	%	99,34
Índice atendimento urbano esgoto	%	95,73
Índice de hidromedidação	%	96,15
Índice de micromedidação	%	61,33
Volume água disponibilizado por economia	m ³ /eco.mês	23,14
Consumo micromedido por economia	m ³ /eco.mês	14,12
Consumo de água faturado por economia	m ³ /eco.mês	16,56
Consumo médio per-capita	l/hab.dia	183,52
Índice de perdas de faturamento	%	24,41
Índice de perdas na distribuição	%	34,44
Índice de perdas brutas lineares	m ³ /dia.km	23,55
Índice de consumo de água	%	65,56
Índice de coleta de esgoto	%	77,17
Índice de tratamento de esgoto	%	31,64
Índice de consumo de energia elétrica água	kwh/ m ³	0,68
Índice de consumo de energia elétrica esgoto	kwh/ m ³	0,07

* Média SMAES: Média dos indicadores de 20 cidades, levantados no SNIS de 2013, referente as seguintes cidades: Araguari, Campo Belo, Carmo do Cajurú, Governador Valadares, Ibiá, Itabira, Itabirito, Itaúna, Ituiutaba, Lagoa da Prata, Oliveira, Pains, Passos, Piumhi, Poços de Caldas, Sacramento, São João Batista do Glória, Uberada, Uberlândia, Viçosa.

40.2 Indicadores para o sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

Os indicadores de desempenho da gestão do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos deverão ser avaliados anualmente pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico, tomando como meta as médias nacionais publicadas anualmente pelo SNIS.

O **Anexo VI** apresenta o glossário das siglas utilizadas para os cálculos dos indicadores acima citados.

Estes indicadores têm como objetivo avaliar o desempenho econômico-financeiro da gestão dos resíduos sólidos urbanos.

- Incidência das despesas com o manejo de resíduos sólidos nas despesas correntes da prefeitura (SNIS 001);
- Despesa per capita com manejo de resíduos sólidos em relação à população (SNIS 006);
- Receita arrecadada per capita;
- Autossuficiência financeira da prefeitura com o manejo de resíduos sólidos (SNIS 005);
- Taxa de empregados em relação à população urbana (SNIS 001);
- Incidência de empregados próprios no total de empregados no manejo de resíduos sólidos (SNIS 007);
- Incidência de empregados gerenciais e administrativos no total de empregados no manejo de resíduos sólidos (SNIS 010).

40.2.1 Indicadores de resíduos urbanos

Têm como objetivo avaliar a evolução das metas de cobertura, coleta seletiva, reciclagem, aproveitamento dos resíduos sólidos orgânicos e disposição dos resíduos urbanos.

- Cobertura do serviço de coleta em relação à população total atendida (declarada) (SNIS 015);
- Taxa de cobertura do serviço de coleta de resíduos domiciliares em relação à população urbana (SNIS 016);
- Massa recuperada per capita de materiais recicláveis secos (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à população urbana (SNIS 032);
- Taxa de material recolhido pela coleta seletiva de secos (exceto matéria orgânica) em relação à quantidade total coletada de resíduos sólidos domiciliares (SNIS 053);
- Taxa de recuperação de materiais recicláveis secos (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total (SNIS 031);
- Massa recuperada per capita de matéria orgânica em relação à população urbana;
- Taxa de material recolhido pela coleta seletiva de matéria orgânica em relação à quantidade total coletada de resíduos sólidos domiciliares;
- Taxa de recuperação de matéria orgânica em relação à quantidade total;
- Massa de matéria orgânica estabilizada por biodigestão em relação à massa total de matéria orgânica;
- Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos - IQR, estabelecido pelo FEAM, que classifica os aterros segundo suas condições.

40.2.2 Indicadores de resíduos de serviços de saúde

Têm como objetivo avaliar a evolução das quantidades coletadas deste resíduo ao longo do período do plano.

- Massa de resíduos dos serviços de saúde (RSS) coletada per capita (apenas por coletores públicos) em relação à população urbana (SNIS 036).

40.2.3 Indicadores de resíduos da construção civil

Têm como objetivo avaliar a evolução das quantidades coletadas ao longo do período do plano e das metas de reciclagem deste tipo de resíduo.

- Massa de resíduos da construção civil (RCC) reciclados em relação à massa de construção civil coletados.

40.2.4 Indicadores relativos a deposições irregulares de resíduos

Têm como objetivo avaliar as condições de deposições irregulares de entulhos, resíduos volumosos e domiciliares, principalmente, como segue:

- Número de deposições irregulares por mil habitantes;
- Taxa de resíduos recuperados em relação ao volume total removido na limpeza corretiva de deposições irregulares.

40.2.5 Indicadores relativos aos resíduos de logística reversa

O objetivo é acompanhar as quantidades coletadas pela prefeitura municipal, deste tipo de resíduo:

- Quantidade de pneus inservíveis coletados anualmente pela prefeitura e respectiva relação per capita;
- Quantidade de pilhas e baterias coletadas anualmente pela prefeitura e respectiva relação per capita;
- Quantidade de lâmpadas fluorescentes coletadas anualmente pela prefeitura e respectiva relação per capita.

Além destes indicadores deverão ser previstos, mecanismos para fiscalização no município das implantações dos sistemas de logística reversa pelos responsáveis.

40.2.6 Indicadores relativos à inclusão social dos catadores

Têm como objetivo o acompanhamento dos resultados das políticas de inclusão social, formalização do papel dos catadores de materiais recicláveis e participação social nos programas de coleta seletiva, tais como:

- Número de catadores organizados em relação ao número total de catadores (autônomos e organizados);
- Número de catadores remunerados pelo serviço público de coleta em relação ao número total de catadores;
- Número de domicílios participantes dos programas de coleta em relação ao número total de domicílios.

Para a construção desse último conjunto de indicadores é essencial à integração das ações com o trabalho das equipes de agentes comunitários de saúde.

A Tabela 66 apresenta as equações para os cálculos dos indicadores e a Tabela 67 apresenta a média nacional dos indicadores segundo o SNIS de 2013.

Tabela 66 - Equações para cálculo dos indicadores de manejo dos resíduos sólidos (continua)

NATUREZA	INDICADOR	FÓRMULA	UNIDADE'	CONCEITO
Operacional	Massa coletada (RDO+RPU) per capita em relação à população urbana	$= \frac{Co (116 + 117) \times 1000}{Ge002 \times 365}$	Kg/habitant e/dia	Quantidade média diária de resíduos gerada por 1 pessoa.
Operacional	Massa de resíduos dos serviços de saúde (RSS) coletada per capita em relação à população urbana	$= \frac{(Rs028 + Rs008) \times 10^6}{Ge002 \times 365}$	Kg/1000 habitantes/dia	Quantidade média de resíduos dos serviços de saúde gerada por 1 habitante.
Ambiental	Massa recuperada per capita de materiais recicláveis (exceto matéria orgânica) em relação a em relação à população urbana	$= \frac{Cs009 \times 1000}{Ge002}$	Kg/habitant e/ano	Quantidade média diária de materiais efetivamente reciclados por 1 pessoa.
Operacional	Taxa de resíduos dos serviços de saúde (RSS) coletada em relação a quantidade total coletada	$= \frac{Rs (028 + 008) \times 100}{Co116 + Co117}$	%	Relação percentual entre os resíduos dos serviços de saúde e o total de resíduos coletados.
Operacional	Taxa de resíduos da construção civil (RCC) coletada em relação a quantidade total coletada	$= \frac{Cc013 \times 100}{Co116 + Co117}$	%	Relação percentual entre os resíduos da construção civil e o total de resíduos coletados.
Ambiental	Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgânica) em relação a quantidade total coletada (RDO +RPU)	$= \frac{Cs009 \times 100}{Co116 + Co117}$	%	Relação percentual entre a quantidade de materiais efetivamente reciclados e a quantidade total de resíduos coletados.

Fonte: SNIS 2013

Tabela 66 - Equações para cálculo dos indicadores de manejo dos resíduos sólidos (conclusão)

NATUREZA	INDICADOR	FÓRMULA	UNIDADE'	CONCEITO
Operacional	Taxa de empregados em relação a população urbana	$= \frac{Ge(015 + 016)}{1000} \times Ge002$	Empregados/1000 habitantes	Relação proporcional entre o número de empregados dos serviços de limpeza urbana a população urbana atendida.
Operacional	Produtividade média dos empregados na coleta (coletadores + motoristas) em relação a massa coletada	$= \frac{(Co116 + Co117)}{1000} \times (Co029 + Co030) \times 313$	Kg/empregado/dia	Quantidade média de resíduos coletados por dia, por 1 empregado na atividade de coleta.
Operacional	Produtividade média dos varredores (prefeitura + empresa contratada)	$= \frac{Va010 + Vc011}{(Va007 + Vc008) \times 313}$	Km/empregado/dia	Comprimento médio de ruas varridas por dia, por 1 empregado na atividade de varrição.
Financeiro	Autossuficiência financeira da Prefeitura com o manejo do RSU	$= \frac{Cs006 \times 100}{Ge023 + Ge009}$	%	Sustentabilidade financeira (> 100 = sustentável por meio da cobrança de tarifas).
Financeiro	Despesa per capita com manejo do RSU com relação a população urbana	$= \frac{Ge023 + Ge009}{Ge002}$	R\$/habitante/ano	Custo médio unitário do serviço de limpeza urbana em relação a população total atendida.
Financeiro	Incidência das despesas c/ empresas contratadas para execução de serviços de manejo dos RSU nas despesas com manejo de RSU	$= \frac{Ge009 \times 100}{Ge023 + Ge009}$	%	Relação percentual entre as despesas com empresas contratadas e as despesas totais com a limpeza urbana.

Fonte: SNIS 2013

Tabela 67 - Média nacional dos indicadores de manejo de resíduos sólidos – SNIS 2013

DESCRIÇÕES		Média SLU
Taxa de cobertura da coleta (rdo) em relação a população urbana	%	97,8
Taxa de disposição final adequada dos resíduos: rdo + rpu	% (d)	100
Massa (rdo+rdu) coletada per capita (em relação a população urbana)	kg/hab.dia	0,79
Massa (rcc) coletada per capita (em relação a população urbana)	kg/hab.dia	186,40
Massa (rss) coletada per capita (em relação a população urbana)	kg/1.000 hab.dia	2,39
Relação entre quantidades da coleta seletiva e (rdo+rou)	%	39,39
Taxa de recuperação de recicláveis em relação (rdo+rpu)	%	10,41
Massa recicláveis recuperada per capita	kg/hab.ano	23,81
Taxa de empregados por população urbana	emp/1.000.hab.	5,14
Produtividade média de coletadores e motoristas	kg/emp.dia	1.157,92
Produtividade média dos varredores	km/emp.dia	1,15
Receita arrecada per capita com manejo dos resíduos sólidos	R\$/hab	9,77
Despesa per capita com manejo dos resíduos sólidos	R\$/hab	80,21
Autosuficiência financeira	%	15,78
Despesa média por empregado	R\$/emp	21.581,27

Fonte: SNIS 2013

40.3 Indicadores do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais

Para que a gestão dos serviços de manejo de águas pluviais atinja os níveis de eficiência esperados, é necessário que haja um acompanhamento da execução das ações previstas no PMSB de forma que seja possível realizar a avaliação do atingimento das metas.

40.3.1 Indicadores

Os indicadores de desempenho dos sistemas de manejo de águas pluviais possuem a função de orientar a sua gestão, avaliar a quantidade e a qualidade dos

serviços e acompanhar o funcionamento do sistema para o seu aperfeiçoamento contínuo.

O órgão responsável pelo sistema de manejo de águas pluviais deve gerenciar as informações necessárias para a composição dos indicadores e analisar constantemente a sua representatividade.

A seguir são apresentados alguns indicadores utilizados no município de São Paulo que podem ser aplicados pelo município de Pinhalzinho para o acompanhamento do alcance das metas do PMSB.

40.3.2 Indicadores estratégicos (IE)

Os indicadores estratégicos fornecem informações sobre os efeitos das ações dos tomadores de decisão e as suas causas a nível organizacional.

- IE1: Autossuficiência financeira do sistema de manejo de águas pluviais, aplicável após a instituição da taxa de drenagem. Para que o sistema seja autossuficiente, o indicador deve atingir o valor 1 ou 100%.
-

- IE2: Implantação dos programas de manejo de águas pluviais. O indicador deve atingir o valor 1 ou 100%. Após o atingimento da meta, o programa deve ser reavaliado para a verificação da necessidade de implantação de novas medidas.
-

40.3.3 Indicadores operacionais (IO)

Os indicadores operacionais fornecem informações sobre a cobertura dos serviços.

- IO1: Índice de atendimento do sistema de manejo de águas pluviais, o indicador deve atingir o valor 1 ou 100%.
-

40.3.4 Indicadores do grau de impermeabilização do solo (IU)

Estes indicadores fornecem informações sobre as modificações no grau de impermeabilização do solo

- IU1: Taxa de incremento de vazões no cenário anterior à urbanização. O valor do indicador deve ser mantido igual ou menor do que 1 ou 100%.

- Índice de reflorestamento:

40.3.5 Indicadores da gestão dos serviços (IG)

Os indicadores da gestão dos serviços de manejo de águas pluviais fornecem informações sobre a sua eficiência:

- IG1: Percepção do usuário sobre a qualidade dos serviços, deve-se buscar a redução do seu valor ao longo do tempo para atingimento do valor zero.

- IG2: Cadastro de rede existente, o indicador deve atingir o valor 1 ou 100%.

40.3.6 Indicadores de gestão de eventos hidrológicos extremos (IEE)

Estes indicadores fornecem informações sobre a abrangência do sistema de monitoramento e a ocorrência de inundações e alagamentos no município.

- Estações de monitoramento:

IEE

- Incidência de inundações, deve-se buscar a redução dos seus valores possuindo como meta o valor zero.

CAPÍTULO IX - CONSOLIDAÇÕES DAS CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

**AUDIÊNCIA PÚBLICA DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO
E DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE
PINHALZINHO-SP**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Data: 30 de Março de 2016

Hora do início: 09h30min

Local: Câmara Municipal de Pinhalzinho

Rua Cruzeiro do Sul, 225 – Centro – Pinhalzinho-SP

Neste dia 30 de Março 2016, realizou-se na Câmara Municipal de Pinhalzinho-SP, AUDIÊNCIA PÚBLICA, para aprovação dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município de Pinhalzinho, elaborados pela empresa N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda., contratada pela Agência das Bacias PCJ.

Desenvolvimento dos trabalhos:

Representando o Grupo de Trabalho Local a Sr. José Henrique Sperendio, iniciou a seção da AUDIÊNCIA PÚBLICA agradecendo a presença de todos e passou a palavra para Sra. Elaine Franco de Campos, Coordenadora de Projetos da Agência das Bacias PCJ, que explanou sobre os procedimentos utilizados para elaboração dos PMSB e PMGIRS.

Após a abertura da seção, o Sr. José Antônio Dutra Silva representando a N S Engenharia, deu início a apresentação dos slides contendo as etapas e os processos utilizados para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).

Primeiramente abordou o arcabouço legal que determina a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, destacando que a elaboração dos PMSB e o PMGIRS do município de Pinhalzinho estão sendo elaborados com base no Contrato nº 26/2013, assinado entre a **Agência das Bacias PCJ** e a Empresa N.S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda. EPP, recursos financeiros são oriundos da Cobrança PCJ.

Explanou com detalhes as etapas que compõem a elaboração dos planos destacando que foram elaborados:

1 - Elaboração do diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida;

2 - Objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização do saneamento;

3 - Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas;

4 - Ações para emergências e contingências;

5 - Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

Durante a explanação, foram observados os seguintes pontos:

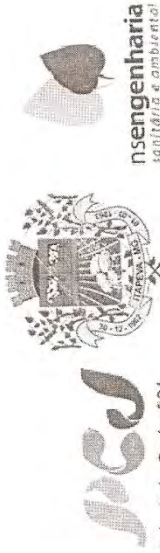
O Sr. José Altair Baião, representante da SABESP comunicou que entraram em operação os reservatórios dos Bairros Aparecidinha e Jardim do Pinhal com capacidades de 100 m³ cada um.

O Sr. Ruberlei Guglielmo, representante do Jornal Tribuna Popular de Pinhalzinho, solicitou esclarecimentos de como será o rito para aprovação dos PMSB e PMGIRS de Pinhalzinho. Sra. Elaine Franco de Campos explicou que após a aprovação pela plenária da Audiência Pública que estava sendo realizada, os planos deverão ser encaminhados pelo Poder Executivo do município, para o Poder Legislativo municipal em forma de Projeto de Lei, para análise e aprovação. Após a aprovação deverá haver o sanção do Sr. Prefeito Municipal. Ressaltou se que o município que não tiver PMSB, a partir do ano de 2017, não poderá acessar recursos financeiros tanto da União como dos Estados.

Antes do encerramento da Audiência, notou-se que havia um erro de digitação na data da lista de presença da Audiência, consta dia 26 de janeiro de 2016 e na realidade a data deveria ser 30 de março de 2016, sendo considerada esta como data da lista de presença.

Encerramento:

Após as o término dos questionamentos e solicitações, o Sr. José Henrique Sperendio submeteu à votação da plenária os Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município de Pinhalzinho, os foram aprovados pelos membros abaixo assinados e por todos os presentes constantes na lista de presença em anexo, sendo parte do presente documento.



nsengenharia
sanitária e ambiental

Agência das Bacias PCJ

ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) E DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO (PMGIRS) DE PINHALZINHO-SP

LISTA DE PRESENÇA NA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Data: 26 de Janeiro de 2016 Horário: 09:00 horas Local: Câmara Municipal de Pinhalzinho.

Nº	Nome	Endereço	Entidade	Nº do Documento	Assinatura
01	Paulo Henrique Mendes	R. Boa Esperança, 44	Profi. Livre	R.G. 76906-11	[Assinatura]
02	William Dóz Pedrosa	R. Flôrença Domínguez 244	Câmara	R.G. 32.267.573-X	[Assinatura]
03	Maria Fernanda A. Góes	R. Benedito del. Pato, 144	Câmara	R.G. 15.265 505	[Assinatura]
04	Waldinei Prof. Esp.º	R. Aug. Tomelli, 217	Sindicato	R.G. 29121595-6	[Assinatura]
05	Rebeca Quechua	" " "	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	11 11627-245-0	[Assinatura]
06	Diana Guadalupe	" " "	Jornal Tribuna Popular	42.504.274-4	[Assinatura]
07	José A. DUTRA SILVA	R. PASSARIM, 575/3	M.S. ENGENHARIA	35278148-X	[Assinatura]
08	Anderson A. Nogueira	Rua Alfredo Guedes, 1999	Agência PCJ	13.145.559-9	[Assinatura]
09	Elaine Franco de Campos	Rua Alfredo Guedes, 1949	Agência PCJ	27.763.614-5	[Assinatura]
10	Enrique Nilson Junior	Rua Alfredo Guedes, 1949	Agência PCJ	33.333.820-0	[Assinatura]
11	Adriano Afonso Pires	Rua Aristides D. de Castro 98	Guarda Municipal	26.720016-7	[Assinatura]



Insengenharia
sanitária e ambiental

ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) E DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO (PMGIRS) DE PINHALZINHO-SP

LISTA DE PRESENÇA NA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Data: 26 de Janeiro de 2016

Horário: 09:00 horas

Local: Câmara Municipal de Pinhalzinho.

Nº	Nome	Endereço	Entidade	Nº do Documento	Assinatura
12	JOSÉ ALVARO BAIOS	Pinhalzinho	SABESP	11.127.820	
13	JEFFERSON C. ISOTANI	Pinhalzinho	EMPRESA RURAL DE	5.122.421	
14	Rafael Tomaz	Pinhalzinho	Povo Municipal	430.192.848-10	
15	Shairi B. Gonçalves	Pinhalzinho	Povo Municipal	381.313.198-06	
16	Carla Maria de Souza	Pinhalzinho	Povo Municipal	52.247.973-7	
17	Claudia F. B. Mendes	Pinhalzinho	Povo Municipal	21.229.206	
18	Juan Salazar	Pinhalzinho	Povo Municipal	35.797.2405	
19	ARIEL ELKIND	Pinhalzinho	Povo Municipal	324.947.568-80	
20					
21					
22					

Figura 22 - Plenária da Audiência Pública - Pinhalzinho



Fonte: N S Engenharia (2016).

Figura 23 - Plenária da Audiência Pública - Pinhalzinho



Fonte: N S Engenharia (2016).

41. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7.229. Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos. Rio de Janeiro, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10.004. Classifica os resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13.969. Tanques sépticos - Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos - Projeto, construção e operação. Rio de Janeiro, 1997.

Agência das Bacias Hidrográficas do PCJ. Disponível: <http://www.agenciapcj.org.br>. Acesso em março de 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA. Disponível: <http://atlas.ana.gov.br>. Acesso em fevereiro de 2013.

AZEVEDO NETO, J. M, ALVAREZ, G. A. Manual de hidráulica - Volume II, São Paulo/SP, Brasil, 1982.

BARBOSA, G.L.M., Gerenciamento de Resíduo Sólido: Assentamento Sumaré II, Sumaré, SP. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2005

BRASIL. Ministério da Saúde. PLANO DE SEGURANÇA DA ÁGUA - Garantindo a Qualidade e Promovendo a Saúde - Um olhar do SUS Disponível: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_seguranca_agua_qualidade_sus.pdf

BRASIL. Lei Federal nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei Federal nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998; e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 11.445, de 5 de Janeiro de 2007. Estabelece diretrizes Nacionais Para o Saneamento Básico.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 416, de 30 de Setembro de 2009. Dispõe Sobre a Prevenção à Degradação Ambiental Causada Por Pneus Inservíveis e Sua Destinação Ambientalmente Adequada, e Dá Outras Providências.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 313, de 29 de Outubro de 2002. Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 307, de 5 de Julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 348, de 16 de Agosto de 2004. Altera a Resolução CONAMA nº 307/2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 431, de 24 de Maio de 2011. Altera o art. 3º da Resolução 307/2002, estabelecendo nova classificação para o gesso.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 448, de 18 de Janeiro de 2012. Altera os arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10 e 11 da Resolução nº 307/2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Conselho Nacional de Meio Ambiente, CONAMA. Resolução CONAMA nº 430/11, de 13 de maio de 2011. Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes. Diário Oficial União.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Conselho Nacional de Meio Ambiente, CONAMA. Resolução CONAMA nº 357/05, de 13 de março de 2005. Dispõe sobre condições, parâmetros, padrões e diretrizes para a gestão do lançamento de efluentes em corpos d'água receptores. Diário Oficial União.

BRASILIANO, A. C. R. Visão de prevenção em riscos só entendendo as abordagens em prospectivas. Revista Eletrônica. Brasiliano e Associados. Nov/Dez. 2007 – Ed. 33^a. Disponível em http://www.brasiliano.com.br/revistas/edicao_33.pdf. Acesso em: março de 2014.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB. Disponível em: < <http://www.cetesb.sp.gov.br/>>. Acesso em março de 2014.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SÃO PAULO - CREA-SP. Guia profissional para uma gestão correta dos resíduos da construção. São Paulo, 2005.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - CISBRA, 2010.

DAHIS, Abraão. Blog: É Possível Prever o Futuro com Cenários Prospectivos? Disponível em : <http://www.ogerente.com.br/novo/colunas_ler.php?canal=10&canallocal=36&canalsub2=117&id=1362> Acesso: novembro de 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, 2015.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. Disponível: <http://www.seade.gov.br>. Acesso em março de 2014.

GODET, M. A "Scenarios and Strategic Management. Butterworths Scientific, Ltd. London, 1987.

GOOGLE EARTH. Programa. Acesso em março de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - Censo Demográfico. 2010. Acesso em março de 2014.

INTERNATIONAL WATER ASSOCIATION - IWA Disponível em: < <http://www.iwa-network.org/>>. Acesso em março de 2014.

LIEMBERGER, R.; MARIN, P. The challenge of reducing NonRevenue Water (NRW) in developing countries. How the private sector can help: A look at performance-based service contracting. Water supply and sanitation sector board discussion paper series. 2014.

MACIEL, R.C.G., SOUZA, E.F., BATISTA, R.C., GUSMÃO-JUNIOR, V.A., MELO-JUNIOR, V.C.G., SILVA, C.R., SILVA, G.Y.R., SMANGOSZEWSKI, P.M. Produção de

lixo nas florestas acreanas: Algumas contribuições sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Cuiabá, 2009. Disponível em: <http://aspf.files.wordpress.com/2011/02/maci-el_producao_lixo_florestas_ecoeco2009.pdf> Acesso em junho, 2015.

MARCIAL, Elaine Coutinho; GRUMBACH, Raul José dos Santos. Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor. 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro. 2008.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Disponível em < <http://www.cidades.gov.br/>>. Acesso em março de 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Planos de Gestão de Resíduos Sólidos: Manual de Orientação. Brasília, 2012.

NOGUEIRA, F.R. Gerenciamento de Riscos Ambientais Associados a Escorregamentos: Contribuição às Políticas Públicas Municipais para Áreas de Ocupação de Encostas. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista. IGCE. Rio Claro-SP, 2002.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. Manual de drenagem e manejo de águas pluviais: gerenciamento do sistema de drenagem urbana. São Paulo. 2012

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO - SNIS. Disponível em: www.snis.gov.br/. Acesso em março de 2014.

SISTEMAS PRÉ-FABRICADOS DE TRATAMENTO DE ESGOTO - MIZUNO. Disponível em: < <http://www.mizumo.com.br/>>. Acesso em março de 2014.

SRHU, MMA e ICLEI-BRASIL. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, Ministério do Meio Ambiente e Conselho Nacional Para Iniciativas Ambientais. Plano de Gestão de Resíduos Sólidos: Manual de Orientação. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/manual_de_residuos_solidos3003_182.pdf. Acesso em fevereiro de 2014.

Revista REGA – Vol. 2, no. 1, p. 5-21, jan./jun. 2005 da Associação Brasileira de Recursos Hídricos. Artigo “Cobrança pela drenagem urbana de águas pluviais: bases conceituais” Vanessa Lucena Cançado - Nilo de Oliveira Nascimento - José Roberto Cabral

PRATES, K.V.M.C., MARTINS, L.F.V., de ANDRADE, H.H.B, Diagnóstico quali-quantitativo dos resíduos sólidos domiciliares gerados no assentamento rural Luz, Luiziana / PR. Revista Saúde e Biologia, 2009; 4(2): p14-20. Disponível em: <<http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/sabios2/article/view/516/289>>. Acesso em junho/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA - Secretaria de Meio Ambiente, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS - Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS. Guarulhos, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS - Plano Municipal de Redução de Riscos -PMRR. Guarulhos, 2004.

URBAN DRAINAGE AND FLOOD CONTROL DISTRICT. Disponível em < <http://udfcd.org/>>. Acesso em março de 2014.

WATER POLLUTION PREVENTION PROGRAM. Disponível em < <http://www.flowstobay.org/>> Acesso em março de 2014.

ANEXO I – LAYOUT DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DE PINHALZINHO- SEDE

LAYOUT DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DA SEDE

**ANEXO II – LAYOUT DO SISTEMA DE
DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO BAIRRO
APARECIDINHA**

**ANEXO III – LAYOUT DO SISTEMA DE
DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO BAIRRO
JARDIM DO PINHAL**

LAYOUT DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO BAIRRO JARDIM DO PINHAL.

ANEXO IV – POTENCIAL ÁREA DE AVENIDA SANITÁRIA DE PINHALZINHO-SP

POTENCIAL ÁREA DE AVENIDA SANITÁRIA DE PINHALZINHO-

**ANEXO V - MINUTA DE PROJETO DE LEI
QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE
SANEAMENTO BÁSICO DE PINHALZINHO-
SP**

MINUTA DE PROJETO DE LEI QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE PINHALZINHO-SP

CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 1 - Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (COMUSB) órgão colegiado de caráter deliberativo, fiscalizador de nível estratégico superior do Sistema Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (SMSB).

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (COMUSB) será composto de forma paritária, por representantes do poder público municipal de Pinhalzinho e por representantes da sociedade civil organizada como segue:

Poder público municipal de Pinhalzinho:

- 1 representante da Procuradoria Geral;
- 1 representante do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente;
- 1 representante do Departamento de Obras e Serviços Públicos;
- 1 representante do Gabinete do Prefeito;
- 1 representante do Departamento de Saúde;
- 1 representante da SABESP;
- 1 representante da Defesa Civil do Município de Pinhalzinho.

Sociedade Civil Organizada:

- 2 representantes de associação de classe;
- 1 representante da associação de bairros (área urbana);
- 2 representantes de sindicatos;
- 1 representante de associação de grandes consumidores de água;
- 1 representante de organização não governamental (ONG) ligada à área ambiental ou de saneamento básico;

Art. 2 - Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (COMUSB):

Formular as políticas de saneamento básico, definir estratégias e prioridades, acompanhar e avaliar sua implementação;

Discutir e propor mudanças na proposta do projeto de lei do Plano Municipal de Saneamento Básico de Pinhalzinho (PMSB), bem como nos projetos de lei dos planos plurianuais e das leis de diretrizes orçamentárias municipais;

Publicar o relatório contendo a situação da salubridade da população de Pinhalzinho relacionada às doenças evitáveis pela falta ou pela inadequação das ações de saneamento no Município;

Deliberar sobre propostas de projeto de lei e programas sobre saneamento básico;

Fiscalizar e controlar a execução da Política Pública Municipal de Saneamento Básico, observando o fiel cumprimento de seus princípios e objetivos;

Decidir sobre propostas de alteração da Política Municipal de Saneamento Básico;

Atuar no sentido da viabilização de recursos destinados aos planos, programas e projetos de Saneamento Básico;

Articular-se com outros conselhos existentes no País, nos Municípios e no Estado com vistas à implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico;

Estabelecer as metas relativas à cobertura de abastecimento de água, de cobertura dos serviços de esgotamento sanitário, índice e níveis de tratamento de esgotos, perdas em sistema de água, qualidade da água distribuída referente aos aspectos físicos, químicos e bacteriológicos, e de regularidade do abastecimento;

Propor a estrutura da comissão organizadora da Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Coordenação Técnica da N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda.

EPP.

NEIROBERTO SILVA

Engenheiro Sanitarista

EQUIPE TÉCNICA

ANDRE LENHARE

Engenheiro Ambiental

ANDRESSA DANTAS DE LIMA

Engenheira civil

Mestre em Engenharia Sanitária/UFRN

ARACELI NEIDE FARIAS ALVES RATIS

Tecnóloga em Controle Ambiental

Mestre em Engenharia Sanitária/UFRN

Dra. JULIANA DELGADO TINÔCO

Engenheira Civil

Mestre em Engenharia Sanitária/UFRN

Doutora em Hidráulica e Saneamento/EESC/ESP

JÉSSICA PRISCILA ZANCO DA SILVA

Estagiária

JOSE ANTONIO DUTRA SILVA

Engenheiro Ambiental e de Segurança no Trabalho

RENATA MARTINÊS DATRINO

Socióloga

SAYONARA ANDRADE DE MEDEIROS

Engenheira Civil

Mestre em Engenharia Sanitária/UFRN

Fundação Agência das Bacias PCJ.

ALINE DE FÁTIMA ROCHA MENESES

ANDERSON ASSIS NOGUEIRA

ELAINE FRANCO DE CAMPOS

Grupo de Acompanhamento Local

Aldenisio Aparecido Pires

Edson Aparecido de Godoi

Edson Lisboa Santos

Elaine Maria de Camargo Pinto

Fábio Carlos de Souza

Flavia Toledo Lima

Humberto Majolini

Jairo Antonio de Lima

Jeferson Chagas Istome

José Altair Baião

José Henrique Sperendio

Natalia Turela de Carvalho

Rangel Galiuzzi

Renata Fagundes de Paiva